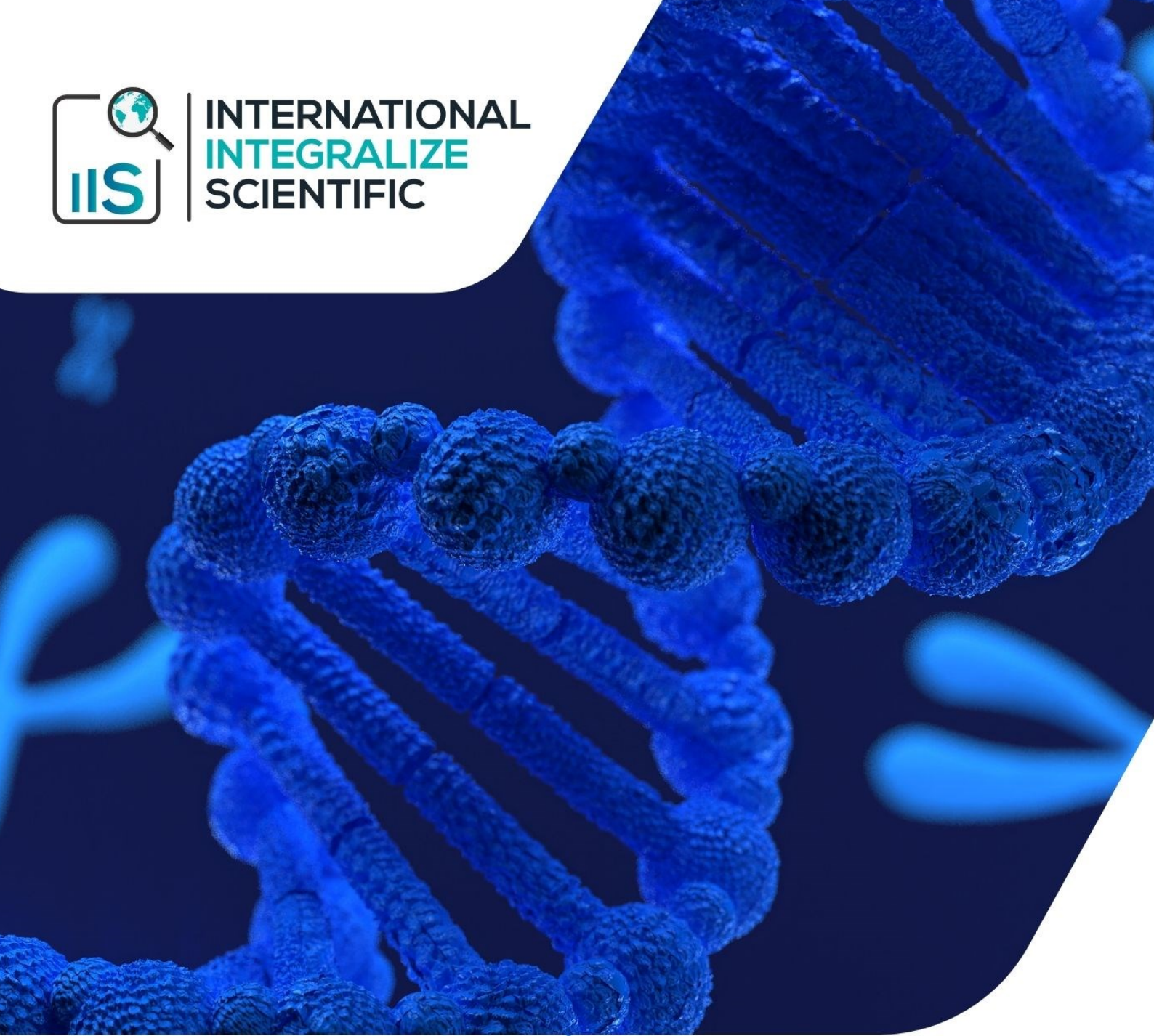




INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC



ed.44

FEVEREIRO

2025

ISSN/3085-654X



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.44

F E V E R E I R O

2 0 2 5

ISSN/3085-654X



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da EDITORA INTEGRALIZE, (SC) Brasil

International Integralize Scientific. 44ª ed. Fevereiro/2025. Florianópolis - SC

Periodicidade Mensal

Texto predominantemente em português, parcialmente em inglês e espanhol

ISSN/2675-5203

1 - Ciências da Administração

2 - Ciências Biológicas

3 - Ciências da Saúde

7 - Linguística, Letras e Arte

8 – Ciências Jurídicas

4 - Ciências Exatas e da Terra

5 - Ciências Humanas/ Educação

6 - Ciências Sociais Aplicadas

9 – Tecnologia

10 – Ciências da Religião /Teologia



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Editora Integralize - SC – Brasil**

Revista Científica da EDITORA INTEGRALIZE- 44ª ed. Fevereiro/2025
Florianópolis-SC

PERIODICIDADE MENSAL

Texto predominantemente em Português,
parcialmente em inglês e espanhol.
ISSN/3085-654X

1. Ciências da Administração
2. Ciências Biológicas
3. Ciências da Saúde
4. Ciências Exatas e da Terra
5. Ciências Humanas / Educação
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Jurídicas
8. Linguística, Letras e Arte
9. Tecnologia
10. Ciências da Religião / Teologia



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

EXPEDIENTE

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ISSN/3085-654X

É uma publicação mensal, editada pela
EDITORA NTEGRALIZE | Florianópolis - SC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.

Contato: (49) 99176-6732

<https://www.iiscientific.com>

Diretor Geral

Luan Trindade

Diretor Financeiro

Bruno Garcia Gonçalves

Diretora Administrativa

Vanessa Sales

Diagramação

Balbino Júnior

Conselho Editorial

Marcos Ferreira

Editora-Chefe

Prof. PhD Vanessa Sales

Editores

Prof. PhD Hélio Sales Rios

Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva

Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva

Prof. Dr. Fábio Terra Gomes Júnior

Prof. Dr. Daniel Laiber Bonadiman

Técnica Editorial

Rayane Souza

Auxiliar Técnica

Rayane Rodrigues

Editores Auxiliares

Reviane Francy Silva da Silveira

James Melo de Sousa

Priscila de Fátima Lima Schio

Lucas Teotônio Vieira

Permitida a reprodução de pequenas partes dos artigos, desde que citada a fonte.



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

**INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN/3085-654X**

É uma publicação mensal editada pela
EDITORA INTEGRALIZE.
Florianópolis – SC
Rodovia SC 401, 4150, bairro Saco Grande, CEP 88032-005
Contato (49) 99176-6732
<https://www.iiscientific.com>

EDITORA-CHEFE
Dra. Vanessa Sales

Os conceitos emitidos nos artigos são de
responsabilidade exclusiva de seus Autores.



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC



ISSN / 3085 - 654X

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

INCLUSIVE EDUCATION

ed.44
FEVEREIRO
2025

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA.....15

Autor: **ANDREIA CRISTINA FARIAS PEREIRA**

Contato: andreiafarias720@gmail

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

THE IMPORTANCE OF THE SUPPORT TEACHER FOR THE SCHOOL DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH ASD

LA IMPORTANCIA DEL MAESTRO DE APOYO PARA EL DESARROLLO ESCOLAR DE LOS NIÑOS CON TEA

ACESSIBILIDADE NO ENSINO: O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA DEFICIÊNCIA VISUAL.....24

Autor: **CAMILA LAMBARDOZI BARROSO NUNES**

Contato: ca_lambardozi@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

ACCESSIBILITY IN EDUCATION: THE ROLE OF SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT FOR VISUAL IMPAIRMENT

ACCESIBILIDAD EN LA EDUCACIÓN: EL PAPEL DEL APOYO EDUCATIVO ESPECIALIZADO PARA LA DISCAPACIDAD VISUAL

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E OS ENFRENTAMENTOS NO COTIDIANO ESCOLAR INCLUSIVO.....35

Autor: **ANNE CINTYA CORDEIRO CARMO DA COSTA**

Contato: annecintya@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES AND THE CHALLENGES IN THE INCLUSIVE SCHOOL ROUTINE

SERVICIO EDUCATIVO ESPECIALIZADO Y LOS DESAFÍOS EN LA RUTINA ESCOLAR INCLUSIVA

AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA PRÉ-ESCOLA.....45

Autor: **RIVIANE SOARES DE LIMA SILVA PINTO**

Contato: riviane_soares@hotmail.com

Orientador: Profª Drª Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

AUTISM AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION: REPORT OF AN INCLUSION EXPERIENCE OF A STUDENT WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER (ASD) IN PRESCHOOL

AUTISMO Y EDUCACIÓN INFANTIL: RELATO DE EXPERIENCIA DE INCLUSIÓN DE UNA ALUMNA CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN LA GUARDERÍA

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....52

Autor: **PAULA CASTRO SILVA**

Contato: paula-sud@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

PEDAGOGICAL STRATEGIES FOR INCLUSION AND LEARNING OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE (LIBRAS) IN SPECIAL EDUCATION

ESTRATEGIAS PEDAGÓGICAS PARA LA INCLUSIÓN Y APRENDIZAJE DE LA LENGUA DE SEÑAS BRASILEÑA (LIBRAS) EN LA EDUCACIÓN ESPECIAL

- O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....63**
Autor: JOSEMAR TIZZONI
Contato: jtizzoni@yahoo.com.br
Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão
THE TEACHER AND INCLUSIVE EDUCATION
EL PROFESOR Y LA EDUCACIÓN INCLUSIVA
- OS DESAFIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UM ENSINO INCLUSIVO.....74**
Autor: ANA MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Contato: anamariarodrigues1978@gmail.com
Orientador: Prof. Dr. Alcenir Seixas dos Santos
THE CHALLENGES AND PEDAGOGICAL PRACTICES FOR INCLUSIVE TEACHING
LOS DESAFÍOS Y PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS PARA UNA ENSEÑANZA INCLUSIVA
- PROMOVENDO A INCLUSÃO: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....81**
Autor: INEZ NAGEL DA CUNHA SILVA
Contato: inez.silva60@hotmail.com
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima
PROMOTING INCLUSION: PEDAGOGICAL STRATEGIES FOR CHILDREN WITH SPECIAL NEEDS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION
PROMOVIENDO LA INCLUSIÓN: ESTRATEGIAS PEDAGÓGICAS PARA NIÑOS CON NECESIDADES ESPECIALES EN LA EDUCACIÓN INFANTIL
- INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE.....91**
Autor: ANA MARIA RODRIGUES DE SOUZA
Contato: anamariarodrigues1978@gmail.com
Orientador: Prof. Dr. Alcenir Seixas dos Santos
SCHOOL INCLUSION: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN TEACHER TRAINING
INCLUSIÓN ESCOLAR: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES EN LA FORMACIÓN DOCENTE
- INCLUSÃO ESCOLAR NA EJA: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DE ESTUDOS DE CASO.....98**
Autor: RAIANE MARQUES NUNES
Contato: raiane21.marques@gmail.com
Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão
SCHOOL INCLUSION IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: REFLECTIONS FROM THE ANALYSIS OF CASE STUDIES
INCLUSIÓN ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: REFLEXIONES A PARTIR DEL ANÁLISIS DE ESTUDIOS DE CASO
- INCLUSÃO EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA.....108**
Autor: NIRLENE SAMORANO PIRES
Contato: nirlenesamorano@hotmail.com
Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão
EDUCATIONAL INCLUSION: PERSPECTIVES FOR STUDENTS WITH DISABILITIES
INCLUSIÓN EDUCATIVA: PERSPECTIVAS PARA LOS ALUMNOS CON DISCAPACIDAD

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALUNO.....120

Autor: **MARCIA MARIA BARBOSA GONÇALVES MARQUES**

Contato: marciabgm@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão.

INCLUSIVE EDUCATION AND THE IMPACT ON STUDENTS' SOCIAL DEVELOPMENT

LA EDUCACIÓN INCLUSIVA Y SU REPERCUSIÓN EN EL DESARROLLO SOCIAL DE LOS ALUMNOS

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RECOMENDAÇÕES PARA CAPACITAÇÃO E PRÁTICAS EFETIVAS.....130

Autor: **JOELCIO SOARES SALES**

Contato: joelciosales1@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

TEACHER TRAINING FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: RECOMMENDATIONS FOR CAPACITY BUILDING AND EFFECTIVE PRACTICES.

FORMACIÓN DOCENTE PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: RECOMENDACIONES PARA LA CAPACITACIÓN Y PRÁCTICAS EFECTIVAS.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO COLABORATIVO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....137

Autor: **CAMILA LAMBARDOZI BARROSO NUNES**

Contato: ca_lambardozi@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima.

COLLABORATIVE TEACHING STRATEGIES FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

ESTRATÉGIAS DE ENSINO COLABORATIVO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

FORMAÇÃO ADEQUADA DOS PROFESSORES PARA LIDAR COM AS DIFERENÇAS E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....148

Autor: **ROSE DE PAULA BILHERO**

Contato: rpbgoncalves@gmail.com

Orientador: Prof^a Dr^a Alda Cristina Menezes da Silva

ADEQUATE TEACHER TRAINING TO DEAL WITH DIFFERENCES AND SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS

FORMACIÓN ADECUADA DEL PROFESORADO PARA ATENDER LAS DIFERENCIAS Y NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INTERSEÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR COM DIVERSIDADE E TECNOLOGIA.....157

Autor: **LOURDES FORTUNA SANTOS BRABEC**

Contato: fortunabrabec@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Luciano Santos de Farias

INCLUSIVE EDUCATION: THE INTERSECTION OF SCHOOL MANAGEMENT WITH DIVERSITY AND TECHNOLOGY

EDUCACIÓN INCLUSIVA: LA INTERSECCIÓN DE LA GESTIÓN ESCOLAR CON LA DIVERSIDAD Y LA TECNOLOGÍA

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA APRENDIZAGEM MATEMÁTICA: ESTUDO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS QUE FAVORECEM A RECONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO POR ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....164

Autor: **MARCOS ANTONIO FREITAS NOBRE**

Contato: m arquinhosig@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Jose Carlos Guimaraes Junior

INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN MATHEMATICS LEARNING: A STUDY ON INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES THAT FOSTER THE RECONSTRUCTION OF MATHEMATICAL KNOWLEDGE FOR STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS.

INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDADES EN EL APRENDIZAJE DE LAS MATEMÁTICAS: UN ESTUDIO SOBRE PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS QUE FAVORECEN LA RECONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO MATEMÁTICO EN ESTUDIANTES CON NECESIDADES ESPECIALES.

CARTILHA DE INCLUSÃO: PREPARANDO ESTUDANTES AUTISTAS PARA O MERCADO DE TRABALHO.....175

Autor: **RAIANE MARQUES NUNES**

Contato: raiane21.marques@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

INCLUSION HANDBOOK: PREPARING AUTISTIC STUDENTS FOR THE JOB MARKET

CARTILLA DE INCLUSIÓN: PREPARANDO A LOS ESTUDIANTES AUTISTAS PARA EL MERCADO LABORAL

COMPORTAMENTO INFANTIL E TEA: MUDANÇAS E DESAFIOS EM CADA FASE DE DESENVOLVIMENTO.....189

Autor: **FLÁVIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS SANTOS**

Contato: flaviaoliveirass33@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

CHILDHOOD BEHAVIOR AND ASD: CHANGES AND CHALLENGES AT EACH DEVELOPMENTAL STAGE

COMPORTAMIENTO INFANTIL Y TEA: CAMBIOS Y DESAFÍOS EN CADA ETAPA DEL DESARROLLO

EDUCAÇÃO PARA TODOS: CRIANDO MATERIAIS INCLUSIVOS E FUNCIONAIS.....199

Autor: **RAIANE MARQUES NUNES**

Contato: Raiane21.marques@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

EDUCATION FOR ALL: CREATING INCLUSIVE AND FUNCTIONAL MATERIALS

EDUCACIÓN PARA TODOS: CREACIÓN DE MATERIALES INCLUSIVOS Y FUNCIONALES

TEA E SALA DE AULA: ESTRATÉGIAS PARA UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA EFICAZ.....211

Autor: **ANDREIA CRISTINA FARIAS PEREIRA**

Contato: andreiafarias720@gmail

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

ASD AND THE CLASSROOM: STRATEGIES FOR AN EFFECTIVE PEDAGOGICAL APPROACH

TEA Y EL AULA: ESTRATEGIAS PARA UN ENFOQUE PEDAGÓGICO EFECTIVO

PARCERIA ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E TERAPEUTAS NO SUPORTE DE ALUNOS COM TEA: IMPACTO DA PARCERIA NA MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO E SOCIAL DE ALUNOS COM TEA.....221

Autor: **SIRLENE TEREZINHA KEPS GOMES**

Contato: Keps_sirlene998@escola.pr.gov.br

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

PARTNERSHIP BETWEEN SCHOOL, FAMILY AND THERAPISTS IN SUPPORTING STUDENTS WITH ASD: IMPACT OF THE PARTNERSHIP ON IMPROVING THE ACADEMIC AND SOCIAL PERFORMANCE OF STUDENTS WITH ASD

COOPERACIÓN ENTRE ESCUELA, FAMILIA Y TERAPEUTAS EN EL APOYO A ESTUDIANTES CON TEA: IMPACTO DE LA COOPERACIÓN EN LA MEJORA DEL DESEMPEÑO ACADÉMICO Y SOCIAL DE LOS ESTUDIANTES CON TEA

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E EDUCADOR JUNTOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS NA REDE REGULAR DE ENSINO.....231

Autor: **ANA CRISTINA DUARTE**

Contato: anaguiegu@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Alcenir Seixas dos Santos

THE IMPORTANCE OF FAMILY AND EDUCATOR TOGETHER IN INCLUDING STUDENTS IN THE REGULAR EDUCATION NETWORK

LA IMPORTANCIA DE FAMILIA Y EDUCADOR JUNTOS EN LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES EN LA RED DE EDUCACIÓN REGULAR

USO DE ROBÓTICA NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....240

Autor: **DEIZE MARTINS FARIAS PIRES**

Contato: piresdeize@gmail.com

Orientador: Prof. Dr Ricardo Militão de Lima

USE OF ROBOTICS IN THE EDUCATION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

USO DE LA ROBÓTICA EN LA EDUCACIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD

VOZES DO ESPECTRO: HISTÓRIAS E CONQUISTAS NO AUTISMO.....249

Autor: **ERICA FERREIRA ANDRADE VIDAL**

Contato: ericafeandrade@gmail.com

VOICES OF THE SPECTRUM: STORIES AND ACHIEVEMENTS IN AUTISM

VOCES DEL ESPECTRO: HISTORIAS Y LOGROS EN EL AUTISMO

CARTILHA – INCLUSÃO E OPORTUNIDADES PARA PCDS NO MERCADO DE TRABALHO.....259

Autor: **MARIA NILTA DA SILVA**

Contato: marianilta@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

GUIDEBOOK – INCLUSION AND OPPORTUNITIES FOR PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE LABOR MARKET

MANUAL – INCLUSIÓN Y OPORTUNIDADES PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN EL MERCADO LABORAL

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO VOLTADO PARA PESSOAS COM TDAH.....269

Autor: **FRANCISCA ERIKA LEAL LINHARES**

Contato: erikaleallinhares@gmail.com

Orientador: Profª Drª Simone Aparecida Marendaz.

SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE FOR PEOPLE WITH ADHD

LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA PARA PERSONAS CON TDAH

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO.....276

Autor: FRANCISCA ERIKA LEAL LINHARES

Contato: erikaleallinhares@gmail.com

Orientador: Profª Drª Simone Aparecida Marendaz.

PUBLIC POLICIES FOR SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE: ADVANCES, CHALLENGES, AND PERSPECTIVES IN THE BRAZILIAN CONTEXT

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA: AVANCES, DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS EN EL CONTEXTO BRASILEÑO

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES.....283

Autor: MAYLA SILVA PERTEL

Contato: maylapertel@hotmail.com

INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES IN THE MUNICIPALITY OF VITÓRIA-ES

INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES EN LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA DEL MUNICIPIO DE VITORIA-ES

DIREITOS HUMANOS EM FOCO: ACESSO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS.....302

Autor: FÁTIMA ALESSANDRA DA CRUZ CERVEIRA

Contato: xanda2108@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Machado

HUMAN RIGHTS IN FOCUS: ACCESS AND INCLUSION OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN BRAZILIAN SCHOOLS

LOS DERECHOS HUMANOS EN EL FOCO: ACCESO E INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL EN LAS ESCUELAS BRASILEÑAS

ESTRATÉGIAS DE DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO PARA A INCLUSÃO EFICAZ DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....309

Autor: SANDRA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

Contato: sandraro1362@gmail.com

DIAGNOSTIC AND INTERVENTION STRATEGIES FOR EFFECTIVE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

ESTRATEGIAS DE DIAGNÓSTICO E INTERVENCIÓN PARA LA INCLUSIÓN EFICAZ DE ALUMNOS CON NECESIDADES ESPECIALES

A EMPATIA COM A FAMÍLIA DO ALUNO ESPECIAL.....316

Autor: GRAZIELLE MELO DA SILVA

Contato: graziellemr@icloud.com

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Martins Machado

EMPATHY WITH THE FAMILY OF THE SPECIAL STUDENT

EMPATÍA CON LA FAMILIA DEL ESTUDIANTE ESPECIAL

O DESAFIO DA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS ATRAVÉS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....323

Autor: MARISTELA DE OLIVEIRA DA SILVA

Contato: maristelaparanagua@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

THE CHALLENGE OF INCLUDING DEAF STUDENTS THROUGH BRAZILIAN SIGN LANGUAGE
EL DESAFÍO DE LA INCLUSIÓN DE LOS ESTUDIANTES SORDOS A TRAVÉS DE LA LENGUA BRASILEÑA DE SEÑAS

PROGRAMAS DE TUTORIA ENTRE ALUNOS PARA PROMOVER A INCLUSÃO.....332

Autor: SIRLENE TEREZINHA KEPS GOMES

Contato: keps_sirlene998@escola.pr.gov.br

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

ESTUDENT MENTORING PROGRAMS TO PROMOTE INCLUSION

PROGRAMAS DE TUTORÍA DE ESTUDIANTES PARA FOMENTAR LA INCLUSIÓN

CARTILHA EDUCAÇÃO: INSERÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MERCADO DE TRABALHO.....341

Autor: MARISTELA PINTO FABIANO

Contato: maristelaa1@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Tobias Rosário Serrão

EDUCATIONAL BOOKLET: INCLUSION OF STUDENTS WITH PHYSICAL DISABILITIES IN THE JOB MARKET

CARTILLA EDUCATIVA: INSERCIÓN DEL ESTUDIANTE CON DISCAPACIDAD FÍSICA EN EL MERCADO LABORAL

ATIVIDADE LÚDICA EXPLORANDO AS CORES: CÍRCULO CROMÁTICO E TÉCNICAS DE PINTURA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....348

Autor: MARISTELA PINTO FABIANO

Contato: maristelaa1@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Tobias Rosário Serrão

PLAYFUL ACTIVITY EXPLORING COLORS: COLOR WHEEL AND PAINTING TECHNIQUES FOR STUDENTS WITH VISUAL IMPAIRMENT

ACTIVIDAD LÚDICA EXPLORANDO LOS COLORES: CÍRCULO CROMÁTICO Y TÉCNICAS DE PINTURA PARA ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD VISUAL

INCLUSÃO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO EM SALA DE AULA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....356

Autor: MARISTELA PINTO FABIANO

Contato: maristelaa1@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Tobias Rosário Serrão

ASSISTIVE TECHNOLOGY IN THE CONTEXT OF INCLUSIVE EDUCATION

TECNOLOGÍA DE ASISTENCIA EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

JOGO A MEMÓRIA ENQUANTO RECURSO PEDAGÓGICO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TDAH.....365

Autor: MARIA NILTA DA SILVA

Contato: marianilta@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

MEMORY GAME AS A PEDAGOGICAL RESOURCE FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ADHD

JUEGO DE MEMORIA COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TDAH

O LÚDICO COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....373

Autor: MARIA NILTA DA SILVA

Contato: marianilta@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

THE PLAYFUL AS A TOOL IN THE LITERACY PROCESS OF SPECIAL EDUCATION STUDENTS

LO LÚDICO COMO HERRAMIENTA EN EL PROCESO DE ALFABETIZACIÓN DE LOS ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN ESPECIAL

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA REDE REGULAR DE ENSINO.....386

Autor: JUCILENE CRISTINA DE OLIVEIRA MADALENO SIEG

Contato: jucilenesieg@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION: THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN REGULAR EDUCATION

EDUCACIÓN ESPECIAL E INCLUSIVA: LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN LA EDUCACIÓN

A INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS E SEUS DESAFIOS.....392

Autor: JHON WESLEY FERNANDO DE SOUZA

Contato: jhwesley7@gmail.com

Orientador: Profª Drª Simone Aparecida Marendaz

THE INCLUSION OF SPECIAL STUDENTS AND THEIR CHALLENGES

LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES ESPECIALES Y SUS RETOS

INCLUIR NÃO É DEIXAR NO MESMO LUGAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES INCLUSIVAS EM CONTEXTOS ESCOLARES.....401

Autor: CLEONICE INES SCHMITT

Contato: Cleoniceschmitt19@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Luciano Sousa Teixeira

INCLUSION IS NOT ABOUT LEAVING EVERYONE IN THE SAME PLACE: CHALLENGES AND INCLUSIVE POSSIBILITIES IN SCHOOL CONTEXTS

INCLUSIÓN NO ES DEJAR A TODOS EN EL MISMO LUGAR: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES INCLUSIVAS EN CONTEXTOS ESCOLARES

AUTISMO E COMUNICAÇÃO.....411

Autor: CAMILA LAMBARDOZI BARROSO NUNES

Contato: ca_lambardozi@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

AUTISM AND COMMUNICATION

AUTISMO Y COMUNICACIÓN

**A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO
ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA**
**THE IMPORTANCE OF THE SUPPORT TEACHER FOR THE SCHOOL
DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH ASD**
**LA IMPORTANCIA DEL MAESTRO DE APOYO PARA EL DESARROLLO ESCOLAR
DE LOS NIÑOS CON TEA**

Andreia Cristina Farias Pereira
andreiafarias720@gmail

PEREIRA, Andreia Cristina Farias. **A importância do professor de apoio para o desenvolvimento escolar de crianças com TEA.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 15 – 23, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

O presente estudo aborda a importância do professor de apoio no desenvolvimento escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando práticas pedagógicas inclusivas, desafios enfrentados e estratégias de colaboração. Fundamentado em pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, o trabalho explora como o professor de apoio atua como mediador entre as necessidades específicas dos alunos com TEA e o currículo escolar, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional. São analisados aspectos como a adaptação curricular, a interação social e o suporte emocional, além das dificuldades relacionadas à formação continuada, recursos pedagógicos e o diálogo com as famílias. A pesquisa reforça que a inclusão efetiva requer não apenas adaptações pedagógicas, mas também a criação de uma cultura escolar inclusiva que valorize a diversidade. Assim, investir na formação docente, na articulação entre os agentes educacionais e na oferta de recursos adequados é essencial para concretizar uma inclusão escolar plena e transformadora.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Professor de Apoio. Transtorno do Espectro Autista. Práticas Pedagógicas. Educação Inclusiva.

SUMMARY

The present study addresses the importance of the support teacher in the educational development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting inclusive pedagogical practices, challenges faced, and collaboration strategies. Based on qualitative, bibliographic, and documentary research, the study explores how the support teacher acts as a mediator between the specific needs of students with ASD and the school curriculum, contributing to their academic, social, and emotional development. Aspects such as curricular adaptation, social interaction, and emotional support are analyzed, as well as challenges related to continuous training, pedagogical resources, and communication with families. The research reinforces that effective inclusion requires not only pedagogical adaptations but also the creation of an inclusive school culture that values diversity. Therefore, investing in teacher training, collaboration among educational agents, and the provision of adequate resources is essential to achieve comprehensive and transformative school inclusion.

Keywords: School Inclusion. Support Teacher. Autism Spectrum Disorder. Pedagogical Practices. Inclusive Education.

RESUMEN

El presente estudio aborda la importancia del profesor de apoyo en el desarrollo escolar de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA), destacando prácticas pedagógicas inclusivas, desafíos enfrentados y estrategias de colaboración. Basado en una investigación cualitativa, bibliográfica y documental, el estudio explora cómo el profesor de apoyo actúa como mediador entre las necesidades específicas de los alumnos con TEA y el currículo escolar, contribuyendo a su desarrollo académico, social y emocional. Se analizan aspectos como la adaptación curricular, la interacción social y el apoyo emocional, además de las dificultades relacionadas con la formación continua, los recursos pedagógicos y el diálogo con las familias. La investigación refuerza que una inclusión efectiva requiere no solo adaptaciones pedagógicas, sino también la creación de una cultura escolar inclusiva que valore la diversidad. Así, invertir en la formación docente, en la articulación entre los agentes educativos y en la oferta de recursos adecuados es esencial para lograr una inclusión escolar plena y transformadora.

Palabras clave: Inclusión Escolar. Profesor de Apoyo. Trastorno del Espectro Autista. Prácticas Pedagógicas. Educación Inclusiva.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista(TEA), conforme descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), engloba condições como Autismo, Síndrome de Asperger e Transtorno Desintegrativo da Infância. Caracteriza-se por déficits na comunicação e interação social, além de comportamentos restritivos e repetitivos, cujas manifestações variam entre os indivíduos(APA, 2013). A inclusão escolar de crianças com TEA, assegurada por legislações como a Lei nº 12.764/2012, representa um avanço nos direitos educacionais, mas também impõe desafios relacionados à adaptação das práticas pedagógicas e à formação dos profissionais envolvidos(Brasil, 2012).

Embora as legislações garantam o direito à matrícula e ao Atendimento Educacional Especializado(AEE), a inclusão efetiva vai além do acesso físico à escola. Ela requer estratégias pedagógicas que assegurem o desenvolvimento acadêmico, social e emocional do aluno com TEA. Nesse contexto, o professor de apoio tem um papel essencial, atuando como mediador entre as necessidades do aluno e o currículo escolar, bem como promovendo a interação com colegas e professores regulares(Silva *et al.*, 2019).

O aumento significativo de diagnósticos de TEA reforça a urgência de práticas inclusivas. De acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças(CDC), em 2023, estimou-se que 1 em cada 36 crianças era diagnosticada com TEA, destacando a necessidade de abordagens que integrem o aprendizado acadêmico e a socialização. No Brasil, o número crescente de matrículas de alunos com TEA em escolas regulares evidencia a demanda por professores de apoio capacitados e por recursos pedagógicos adequados para responder a essas necessidades.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise de documentos pedagógicos, como anamneses psicoeducacionais e planos de atendimento especializado. Busca compreender como o trabalho do professor de apoio é planejado e implementado, além de identificar os principais desafios enfrentados, como a falta de formação continuada e de diretrizes claras para integrar as práticas ao planejamento da sala regular.

Dessa forma, este trabalho visa discutir a atuação do professor de apoio no processo de inclusão de alunos com TEA, com foco em seu papel no desenvolvimento acadêmico, social e emocional dessas crianças. Para tanto, serão analisadas práticas pedagógicas, desafios da inclusão e estratégias colaborativas entre professores regulares, famílias e equipes multidisciplinares.

REFERENCIAL TEÓRICO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista(TEA) é uma condição de neurodesenvolvimento que afeta principalmente a comunicação, a interação social e se caracteriza por padrões de comportamento restritivos e repetitivos. Essas manifestações variam em intensidade, desde casos leves até formas severas que requerem apoio contínuo ao longo da vida(APA, 2014; Ramos; Martins; Tonin, 2024). Essa ampla variabilidade entre os indivíduos reforça o conceito

de "espectro", tornando o diagnóstico um processo que demanda uma abordagem criteriosa e multidisciplinar.

Historicamente, o conceito de autismo passou por uma evolução significativa. Em 1943, Leo Kanner descreveu pela primeira vez o autismo clássico em seu estudo *Autistic Disturbances of Affective Contact*. Simultaneamente, Hans Asperger publicou estudos sobre uma condição que hoje integra o TEA, contribuindo para os fundamentos da compreensão moderna do transtorno (Barbosa; Peres; Przylepa, 2020). Com o avanço das pesquisas, o espectro foi ampliado para incluir condições antes tratadas separadamente, como a Síndrome de Asperger e o Transtorno Desintegrativo da Infância (APA, 2013).

O diagnóstico do TEA é realizado com base nos critérios estabelecidos pelo DSM-5, que destacam déficits persistentes na comunicação e interação social, associados a padrões restritivos e repetitivos de comportamento. Esses critérios exigem uma avaliação clínica detalhada, pois não há marcadores biológicos específicos para o transtorno (Barbosa; Fumes, 2017; Grandin, 2018). A presença de comorbidades, como deficiência intelectual ou transtornos de atenção, pode tornar o diagnóstico ainda mais desafiador, reforçando a importância de uma abordagem multidisciplinar.

Avanços no campo da neurociência têm ampliado o entendimento sobre as bases biológicas do TEA. Pesquisas com ressonância magnética identificaram alterações no desenvolvimento cortical e na ativação de áreas cerebrais relacionadas às emoções e à interação social. Contudo, ainda não há consenso sobre as causas exatas do transtorno, que parece resultar de uma interação complexa entre fatores genéticos e ambientais (Grandin, 2018).

A prevalência de diagnósticos de TEA aumentou consideravelmente nas últimas décadas. Dados do CDC indicam que a taxa passou de 1 em 150 crianças no ano 2000 para 1 em 36 em 2023. Esse crescimento é atribuído a uma maior conscientização, mudanças nos critérios diagnósticos e melhorias nos métodos de detecção precoce, embora questões ambientais e sociais também tenham sido levantadas como possíveis fatores contribuintes (CDC, 2023).

Embora não exista cura para o TEA, intervenções educacionais e terapêuticas adaptadas às necessidades individuais têm se mostrado eficazes para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos diagnosticados. Compreender profundamente o transtorno e desenvolver estratégias específicas são passos essenciais para promover o desenvolvimento social, acadêmico e emocional dessas pessoas, reforçando a importância de abordagens inclusivas e personalizadas.

CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE APOIO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TEA

O professor de apoio desempenha um papel fundamental no desenvolvimento acadêmico de crianças com TEA, indo além da simples aplicação de conteúdos escolares. Sua atuação inclui práticas mediadoras que conectam as necessidades específicas de cada estudante às demandas do currículo. Por meio de avaliações contínuas e estratégias pedagógicas adaptadas, esse profissional pode identificar as habilidades já desenvolvidas pelos alunos e planejar intervenções eficazes para ampliar seu aprendizado (Luz; Branco, 2021).

Ferramentas como jogos educativos, atividades visuais e recursos tecnológicos são indispensáveis para personalizar o ensino, tornando-o mais acessível e significativo. Contudo,

estudos apontam que a falta de articulação entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala de aula regular pode comprometer o impacto do trabalho do professor de apoio (Silva, 2021). Assim, é essencial que haja integração e comunicação contínua entre os professores regulares e os de apoio para alinhar objetivos e estratégias de ensino.

Além das contribuições pedagógicas, o suporte emocional oferecido pelo professor de apoio é crucial para o desenvolvimento integral da criança com TEA. Esse profissional atua como uma referência de segurança e acolhimento no ambiente escolar, ajudando a minimizar os impactos de situações de estresse ou frustração vivenciadas pelos alunos (Souza; Silva, 2019). A construção de um vínculo de confiança com o professor de apoio pode influenciar positivamente a autoestima da criança, criando um ambiente no qual ela se sente valorizada e respeitada (Marchiori; França, 2018). O apoio emocional também contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a autorregulação e o reconhecimento de emoções, aspectos frequentemente desafiadores para crianças com TEA.

No contexto das interações sociais, o professor de apoio desempenha um papel mediador, incentivando e modelando comportamentos adequados durante as atividades escolares. Por meio de práticas intencionais, ele auxilia os alunos a participar de dinâmicas de grupo, estabelecer relações com colegas e desenvolver habilidades de comunicação social. A inclusão de crianças com TEA em ambientes escolares exige esforços ativos para eliminar barreiras que dificultem a interação com os pares (Luz; Branco, 2021). Nesse sentido, o professor de apoio atua como facilitador, adaptando atividades e criando oportunidades para que os alunos interajam de forma produtiva e colaborativa. Esse trabalho não apenas promove o desenvolvimento social das crianças, mas também contribui para a construção de uma cultura escolar inclusiva entre todos os estudantes.

Ao atuar nas dimensões acadêmica, emocional e social, o professor de apoio contribui significativamente para o desenvolvimento integral das crianças com TEA. No entanto, para maximizar esse impacto, é indispensável investir em formação continuada, disponibilizar recursos pedagógicos adequados e fomentar a articulação entre todos os profissionais envolvidos no processo educacional.

PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR DE APOIO

O professor de apoio desempenha um papel essencial no processo de inclusão e no desenvolvimento de alunos com TEA nas salas de aula regulares. Sua atuação abrange práticas pedagógicas adaptativas e colaborativas, cuidadosamente planejadas para atender às necessidades individuais desses estudantes (Pasian; Mendes; Cia, 2017). Entre as estratégias mais relevantes está a adaptação de recursos didáticos, com o uso de materiais concretos, como quebra-cabeças, jogos e suportes visuais. Esses recursos auxiliam na compreensão de conceitos matemáticos e linguísticos, promovendo um aprendizado lúdico e significativo (Mendes, 2018).

Intervenções individualizadas são igualmente fundamentais para o progresso dos alunos. O acompanhamento próximo possibilita que o professor de apoio ajuste as atividades em tempo real, considerando as respostas e os avanços demonstrados pelo estudante (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2018). Essa abordagem dinâmica garante que as práticas pedagógicas estejam alinhadas às habilidades e às necessidades específicas de cada criança, criando um ambiente de aprendizado inclusivo e responsivo.

O trabalho colaborativo também é uma característica indispensável dessa função. A parceria entre o professor de apoio e o professor regente permite a articulação de práticas pedagógicas que integram o aluno ao currículo escolar de maneira harmônica e inclusiva (Glat, 2018). Essa colaboração contínua contribui para a construção de estratégias ajustadas que garantam o desenvolvimento acadêmico e social do estudante. Dessa forma, a inclusão deixa de ser apenas um direito formal para se tornar uma prática real e transformadora no contexto educacional.

A adaptação curricular é um dos pilares da atuação do professor de apoio, assegurando que alunos com TEA possam participar ativamente do processo educacional. Entre as estratégias adaptativas, destaca-se a comunicação visual, que inclui recursos como pictogramas, cronogramas visuais e gráficos sequenciais (Silva; Freitas, 2023). Esses instrumentos ajudam os alunos a compreender as rotinas e as tarefas diárias, proporcionando previsibilidade, reduzindo a ansiedade e incentivando a autonomia.

A estruturação do ambiente de aprendizagem é outra prática essencial. Ambientes organizados, claros e adaptados às necessidades sensoriais dos alunos com TEA favorecem o foco e a participação. A criação de áreas específicas para diferentes atividades, como leitura, brincadeiras ou relaxamento, minimiza distrações e promove um espaço acolhedor e funcional (Ibiapina; Sousa; Bitu, 2024). Essa abordagem é crucial para atender às demandas cognitivas e sensoriais, reforçando a inclusão.

A flexibilidade e a personalização das atividades também são indispensáveis para atender às demandas individuais. As tarefas são ajustadas em dificuldade e duração, respeitando o ritmo de cada aluno e evitando sobrecargas que possam comprometer o aprendizado. Essa personalização permite que os estudantes avancem dentro de suas capacidades, enquanto enfrentam desafios de maneira equilibrada (Viana; Campos, 2018). Assim, o professor de apoio cria uma experiência educacional inclusiva e centrada no desenvolvimento das potencialidades de cada criança com TEA.

Entre os métodos pedagógicos específicos, destaca-se o método TEACCH (Tratamento e Educação para Crianças Autistas e com Déficits de Comunicação), que organiza o ambiente de aprendizado de maneira visual e sequencial (Pasian; Mendes; Cia, 2017). Essa abordagem promove uma rotina estruturada e previsível, essencial para reduzir a ansiedade e aumentar a segurança dos alunos. A clareza das tarefas e objetivos contribui para a autonomia e a participação ativa no ambiente escolar.

O reforço positivo é outra estratégia eficaz, que valoriza os esforços e conquistas dos alunos por meio de reconhecimento imediato e personalizado. Essa valorização pode incluir elogios verbais, prêmios simbólicos ou incentivos motivacionais, adaptados às preferências individuais (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2018). Esse método cria um ambiente de aprendizado positivo, encorajando a progressão dos alunos e reforçando comportamentos adequados.

Atividades coletivas, como jogos e dinâmicas de grupo, desempenham um papel crucial no desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas dos alunos com TEA. Jogos colaborativos e brincadeiras que incentivam a cooperação permitem que os estudantes pratiquem interações sociais em um ambiente seguro e inclusivo (Viana; Campos, 2018). Essas atividades desenvolvem competências como compartilhamento, turnos de fala e resolução de problemas em grupo, preparando os alunos para uma convivência mais integrada na escola e na sociedade.

Essas práticas, quando aplicadas de forma planejada e sensível às necessidades dos alunos, tornam-se ferramentas poderosas para promover o aprendizado, fortalecer os vínculos sociais e ampliar as possibilidades de inclusão efetiva. Assim, as estratégias pedagógicas do professor de apoio são multifacetadas, exigindo criatividade, paciência e uma abordagem interdisciplinar. Essas ações não apenas promovem o aprendizado acadêmico, mas também contribuem para a construção de autoconfiança e o desenvolvimento das habilidades sociais, criando um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PROFESSOR DE APOIO NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

A ausência de informações detalhadas sobre os alunos é um dos principais desafios enfrentados pelos professores de apoio. Frequentemente, esses profissionais não têm acesso a um histórico completo que permita compreender as necessidades específicas das crianças com TEA, dificultando a elaboração de estratégias pedagógicas eficazes. Instrumentos como a anamnese psicoeducacional, apesar de sua relevância, são subutilizados devido à sua complexidade e extensão, comprometendo o suporte inicial necessário ao trabalho do professor (Ramos; Martins; Tonin, 2024).

Outro desafio recorrente é a insuficiência de formação continuada. A maioria dos professores de apoio recebe capacitações esporádicas ou limitadas a treinamentos anuais, o que restringe o preparo para lidar com a diversidade de demandas apresentadas pelos alunos com TEA. Essa lacuna dificulta a implementação de metodologias inclusivas e a abordagem individualizada, essencial para atender às especificidades de cada aluno (Silva *et al.*, 2019). Além disso, a ausência de planos pedagógicos individualizados impede a criação de intervenções direcionadas e eficazes.

A escassez de recursos pedagógicos atualizados e adaptados é outro ponto crítico. Muitas escolas não disponibilizam materiais adequados, forçando o professor de apoio a improvisar ou criar suas próprias ferramentas. Essa sobrecarga é agravada pela falta de tempo para planejamento e desenvolvimento de atividades personalizadas, limitando o potencial das intervenções pedagógicas (Barbosa; Peres; Przylepa, 2020).

O diálogo entre escola e família também representa um desafio significativo. Resistências familiares em compartilhar informações detalhadas ou dificuldades no processo de aceitação do diagnóstico de TEA limitam a coleta de dados essenciais para uma inclusão eficaz. A colaboração entre escola e família é indispensável para alinhar expectativas e estratégias, mas falhas na comunicação e na participação ativa das famílias frequentemente comprometem essa parceria (Cardozo; Santos, 2020).

Para enfrentar esses desafios, é fundamental que as escolas implementem políticas inclusivas mais abrangentes. Entre as medidas sugeridas estão: simplificar e incentivar o uso de instrumentos como a anamnese educacional, promover formações continuadas regulares, garantir recursos pedagógicos apropriados e fomentar um vínculo mais forte entre escola e família. Assim, o professor de apoio terá condições de desempenhar seu papel de forma eficiente, contribuindo para uma inclusão escolar mais humana e efetiva.

INTERAÇÃO COM PROFESSOR REGULARES, FAMÍLIAS E EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

A interação entre o professor de apoio, o professor regular, a família e a equipe multidisciplinar é essencial para o sucesso da inclusão escolar de alunos com TEA. Esses atores possuem papéis complementares e, quando colaboram de maneira eficaz, criam um ambiente acolhedor e favorável ao desenvolvimento do aluno (Barbosa; Fumes, 2017).

A parceria entre professores de apoio e regentes é indispensável para alinhar estratégias pedagógicas. Essa colaboração permite adaptar atividades e elaborar um plano de ensino que considere as necessidades específicas dos alunos, ao mesmo tempo em que promove sua integração nas dinâmicas da sala de aula (Silva *et al.*, 2019). No entanto, a falta de tempo para planejamento conjunto e falhas na comunicação ainda representam barreiras significativas, frequentemente resultando em um trabalho isolado do professor de apoio.

O envolvimento da família também é crucial no processo inclusivo. Relatos dos pais sobre as preferências, formas de comunicação e reações das crianças são informações indispensáveis para a elaboração de estratégias pedagógicas eficazes (Cardozo; Santos, 2020). Contudo, desafios como a relação unilateral entre escola e família, marcada por cobranças mútuas e desalinhamento de expectativas, podem dificultar esse diálogo. Além disso, o processo de aceitação do diagnóstico pelos pais, muitas vezes acompanhado de sentimentos de luto e resistência, pode prejudicar a troca de informações essenciais para o desenvolvimento do trabalho escolar.

O suporte de equipes multidisciplinares, compostas por psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros especialistas, é igualmente importante. Esses profissionais contribuem com orientações que enriquecem as práticas pedagógicas e auxiliam no alinhamento entre escola e família. No entanto, a falta de acessibilidade a esses serviços, seja por questões financeiras ou pela ausência de políticas públicas adequadas, limita o alcance dessas intervenções (Cardozo; Santos, 2020).

Para promover uma interação eficaz entre todos os envolvidos, é necessário adotar práticas que fortaleçam a colaboração. Entre as propostas estão: (a) implementar anamneses simplificadas para coletar informações essenciais diretamente das famílias; (b) oferecer formações continuadas regulares para professores de apoio e regulares, abordando práticas inclusivas e trabalho em equipe; (c) criar momentos específicos para o planejamento conjunto entre os professores; e (d) promover redes de apoio, com encontros regulares entre escolas, famílias e equipes multidisciplinares para alinhar expectativas e compartilhar avanços.

Assim, uma interação harmônica e estratégica entre os diferentes agentes envolvidos na educação do aluno com TEA é determinante para criar uma experiência escolar que valorize a diversidade, promova o aprendizado e favoreça o desenvolvimento integral desses estudantes.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com abordagem descritiva. A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais e educativos a partir da análise detalhada de contextos, interações e experiências, sem recorrer a métodos estatísticos para interpretação dos dados (Alexandre, 2021). Essa abordagem

possibilita uma visão aprofundada sobre a dinâmica da inclusão escolar de alunos com TEA e o papel do professor de apoio nesse processo.

O enfoque bibliográfico fundamenta-se em materiais previamente publicados, como artigos científicos, livros e documentos oficiais, que oferecem uma base teórica sólida para a investigação (Estrela, 2018). Além disso, a análise documental abrange diretrizes legislativas, relatórios e instrumentos pedagógicos, como anamneses psicoeducacionais e planos de desenvolvimento individualizado (PDI), permitindo compreender as práticas educacionais e os desafios enfrentados pelos professores de apoio.

A pesquisa descritiva tem como objetivo detalhar práticas pedagógicas, estratégias de inclusão e as interações entre professores, famílias e equipes multidisciplinares, evidenciando os aspectos que contribuem para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional das crianças com TEA. Essa abordagem facilita a identificação de lacunas e oportunidades para aprimorar as ações voltadas à inclusão escolar.

Dessa forma, o estudo reúne evidências teóricas e práticas sobre o tema, buscando oferecer subsídios para uma educação mais inclusiva e equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa reforçam a importância do papel do professor de apoio na inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar. A atuação desse profissional, fundamentada em práticas pedagógicas adaptativas, colaboração com professores regulares e diálogo com as famílias, é essencial para promover o desenvolvimento acadêmico, social e emocional desses alunos. O estudo evidenciou que a inclusão vai além do acesso físico à escola, exigindo adaptações curriculares, apoio emocional e estratégias que favoreçam a interação social.

A participação da família revelou-se um fator determinante para o sucesso do processo inclusivo. A parceria entre escola e família contribui significativamente para a construção da identidade e da cidadania da criança com TEA, fortalecendo sua autoestima e autonomia. No entanto, a pesquisa destacou a necessidade de superar desafios como a resistência familiar, a falta de diálogo efetivo e a carência de recursos pedagógicos específicos.

Outro ponto central é a formação continuada dos educadores. Para atender às demandas específicas dos alunos com TEA, é essencial que os professores recebam capacitação regular, baseada em metodologias inclusivas e práticas colaborativas. A pesquisa também sublinhou a importância de criar momentos de planejamento entre professores de apoio e regulares, bem como o fortalecimento das redes de apoio multidisciplinares.

Por fim, a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo exige mais do que adaptações pedagógicas. Envolve a criação de uma cultura escolar que valorize a diversidade, promova a empatia e celebre as diferenças. A inclusão de alunos com TEA deve ser vista não apenas como um direito, mas como uma oportunidade de aprendizado mútuo para toda a comunidade escolar.

Portanto, investir em recursos pedagógicos, formação continuada e estratégias colaborativas é vital para concretizar uma inclusão efetiva e humanizada. Essa abordagem beneficia não apenas os alunos com TEA, mas todos os envolvidos no processo educacional, promovendo uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, A. Metodologia científica. Princípios e Fundamentos (3a ed.). São Paulo: Blucher. E-Book, 2021.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION: DSM-5 - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 2013.
- ANSERMET, F.; GIACOBINO, A. Autismo – A cada um o seu genoma. Rio de Janeiro: KBR Digital, 2013.
- BARBOSA, K. P.; PERES, C. P.; PRZYLEPA, M. O trabalho pedagógico do professor de apoio na inclusão de alunos com transtorno do espectro autista. Revista Educação Especial em Debate, v. 5, n. 9, p. 1-18, 2020.
- BARBOSA, M. O. FUMES, N. L. F. Atividade docente e reflexões no atendimento educacional especializado para estudantes com transtorno do espectro autista. Revista Educação e Cultura Contemporânea. v. 14, n. 35, p. 169-193, 2017.
- CARDOZO, P. R.; SANTOS, A. M. A criança com TEA: o ingresso no ensino fundamental em meio a pandemia. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 46193-46201, 2020.
- CDC- Centers for Disease Control and Prevention. 2023. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/autism/index.html>> acesso em 10 dez. 2024.
- ESTRELA, C. Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa. Artes médicas, 2018.
- GLAT, R. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para a inclusão escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, edição especial, p. 9-20, 2018.
- GRANDIN, T. O cérebro autista. Tradução Cristina Cavalcanti. - 9ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2018.
- IBIAPINA, B. R. SOUSA, J. A. BITU, C. Estratégias Pedagógicas no Ensino de Ciências e Matemática para Alunos com Transtorno do Espectro Autista: Utilidade e Eficiência de uma Avaliação Observacional em uma Escola do Município de Campo Maior-PI. Revista Debates em Ensino de Química, v. 10, n. 1, p. 262-279, 2024.
- LUZ, F. W. O.; BRANCO, A. T. C. A contribuição da comunicação alternativa PECS- (método por troca de figuras) na comunicação funcional de crianças autistas. Research, Society and Development, v. 10, n. 1, p. e33210111798-e33210111798, 2021.
- MARCHIORI, A. F. FRANÇA, C. A. A. Práticas e articulações pedagógicas na educação infantil: contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo. Zero-a-seis, v. 20, n. 38, p. 488-513, 2018.
- MENDES, E. G. VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino Colaborativo como Apoio a Inclusão Escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EduFScar, 2018.
- PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. Cadernos de Pesquisa. v.47, n.165, p.964-981, 2017.
- RAMOS, C. F.; MARTINS, M. E. TONIN, L. B. Os desafios da implementação de boas práticas para o professor de apoio na educação infantil com alunos TEA. Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Alfa Umarama, v. 2, n. 2, p. 1-30, 2024.
- SILVA, A. S.; MORALES, P. C. M.; ALMEIDA, M. L.; SILVA, R. M. M.; SILVA SOBRINHO, R. A.; ZILLY, A. Discursos dos professores do apoio educacional especializado sobre inclusão de alunos com transtorno do espectro autista. Revista Sustinere, v. 7, v. 1, p. 73-95, 2019.
- SILVA, D. R.; FREITAS, M. N. Crenças e práticas pedagógicas de professoras apoio: um estudo em um município de Minas Gerais. Revista de Estudos Aplicados em Educação, v. 8, p. e20239040-e20239040, 2023.
- SILVA, R. M. A. Contribuições da formação continuada de professores frente ao transtorno do espectro autista. Revista diálogos e perspectivas em educação especial, v. 8, n. 1, p. 71-82, 2021.
- SOUZA, A. C.; SILVA, G. H. G. Incluir não é apenas socializar: As contribuições das tecnologias digitais educacionais para a aprendizagem matemática de estudantes com transtorno do espectro autista. Bolema: Boletim de Educação Matemática, v. 33, p. 1305-1330, 2019.
- VIANA, M. M. O. CAMPOS, G. W. S. Formação Paideia para o Apoio Matricial: uma estratégia pedagógica centrada na reflexão sobre a prática. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, p. e 00123617, 2018

ACESSIBILIDADE NO ENSINO: O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA DEFICIÊNCIA VISUAL

ACCESSIBILITY IN EDUCATION: THE ROLE OF SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT FOR VISUAL IMPAIRMENT

ACCESIBILIDAD EN LA EDUCACIÓN: EL PAPEL DEL APOYO EDUCATIVO ESPECIALIZADO PARA LA DISCAPACIDAD VISUAL

Camila Lambardozi Barroso Nunes
ca_lambardozi@hotmail.com

NUNES, Camila Lambardozi Barroso. **Acessibilidade no ensino: o papel do atendimento educacional especializado para deficiência visual.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 24 – 34, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é analisar as práticas de Atendimento Educacional Especializado aplicadas a alunos com deficiência visual nas escolas públicas, a fim de identificar os aspectos que contribuem para o sucesso do processo de inclusão. Os objetivos específicos deste estudo incluem: compreender os desafios enfrentados pelos professores na implementação da proposta de educação inclusiva para esses alunos; investigar os tipos de adaptações e recursos materiais utilizados no AEE para alunos com deficiência visual, como livros em braille, softwares educativos e tecnologias assistivas; e identificar os desafios enfrentados pelas escolas para garantir a inclusão plena desses alunos no ambiente escolar. Esta revisão bibliográfica teve como base de dados as principais fontes acadêmicas e científicas disponíveis em plataformas como Google Scholar, Scopus, PubMed e bases de dados de periódicos especializados na área da educação inclusiva. As palavras-chave utilizadas para a busca dos artigos foram "Atendimento Educacional Especializado", "deficiência visual", "educação inclusiva" no período entre 2019 a 2024. A pesquisa evidenciou que as práticas de Atendimento Educacional Especializado são essenciais para a inclusão de alunos com deficiência visual, embora ainda haja desafios relacionados à formação docente e recursos tecnológicos. Futuras pesquisas podem explorar novas metodologias e estratégias para aprimorar o AEE e promover uma educação mais inclusiva e eficaz.

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado. Deficiência visual. Educação inclusiva

SUMMARY

The general objective of this study is to analyze the practices of Specialized Educational Assistance applied to students with visual impairments in public schools, in order to identify the aspects that contribute to the success of the inclusion process. The specific objectives of this study include: understanding the challenges faced by teachers in implementing the inclusive education proposal for these students; investigating the types of adaptations and material resources used in the AEE for students with visual impairments, such as Braille books, educational software, and assistive technologies; and identifying the challenges faced by schools in ensuring the full inclusion of these students in the school environment. This bibliographic review was based on the main academic and scientific sources available on platforms such as Google Scholar, Scopus, PubMed, and specialized educational inclusion journal databases. The keywords used for the article search were "Specialized Educational Assistance," "visual impairment," "inclusive education" during the period from 2019 to 2024. The research showed that the practices of Specialized Educational Assistance are essential for the inclusion of students with visual impairments, although there are still challenges related to teacher training and technological resources. Future research could explore new methodologies and strategies to improve AEE and promote more inclusive and effective education.

Keywords: Specialized Educational Assistance. Visual Impairment. Inclusive Education.

RESUMEN

El objetivo general de este estudio es analizar las prácticas de Atención Educacional Especializada aplicadas a estudiantes con discapacidad visual en las escuelas públicas, con el fin de identificar los aspectos que contribuyen al éxito del proceso de inclusión. Los objetivos específicos de este estudio incluyen: comprender los desafíos enfrentados por los docentes en la implementación de la propuesta de educación inclusiva para estos estudiantes; investigar los tipos de adaptaciones y recursos materiales utilizados en el AEE para estudiantes con discapacidad visual, como libros en braille, software educativo y tecnologías asistivas; e identificar los desafíos enfrentados por las escuelas para garantizar la inclusión plena de estos estudiantes en el entorno escolar. Esta revisión bibliográfica

se basó en las principales fuentes académicas y científicas disponibles en plataformas como Google Scholar, Scopus, PubMed y bases de datos de revistas especializadas en educación inclusiva. Las palabras clave utilizadas para la búsqueda de los artículos fueron "Atención Educacional Especializada," "discapacidad visual," "educación inclusiva" durante el período de 2019 a 2024. La investigación evidenció que las prácticas de Atención Educacional Especializada son esenciales para la inclusión de estudiantes con discapacidad visual, aunque aún existen desafíos relacionados con la formación docente y los recursos tecnológicos. Futuras investigaciones podrían explorar nuevas metodologías y estrategias para mejorar el AEE y promover una educación más inclusiva y eficaz.

Palabras clave: Atención Educacional Especializada. Discapacidad Visual. Educación Inclusiva.

INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado(AEE) para alunos com deficiência visual é uma área fundamental dentro da educação inclusiva, que visa proporcionar a esses alunos um aprendizado adequado às suas necessidades. Embora a legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência(Lei 13.146/2015), estabeleça o direito à educação de qualidade para todos, ainda existem desafios significativos para garantir que esses alunos recebam a devida atenção e adaptação curricular(Tavares; Menezes, 2020).

Nesse contexto, surge a pergunta: como o Atendimento Educacional Especializado pode ser mais eficaz no desenvolvimento da autonomia e do aprendizado de alunos com deficiência visual na educação básica?

O objetivo geral deste estudo é analisar as práticas de Atendimento Educacional Especializado aplicadas a alunos com deficiência visual nas escolas públicas, a fim de identificar os aspectos que contribuem para o sucesso do processo de inclusão. Os objetivos específicos deste estudo incluem: compreender os desafios enfrentados pelos professores na implementação da proposta de educação inclusiva para esses alunos. investigar os tipos de adaptações e recursos materiais utilizados no AEE para alunos com deficiência visual, como livros em braille, softwares educativos e tecnologias assistivas e identificar os desafios enfrentados pelas escolas para garantir a inclusão plena desses alunos no ambiente escolar.

A justificativa para a realização desta pesquisa se baseia na necessidade de melhorar a qualidade do AEE nas escolas, garantindo que todos os alunos, independentemente de sua deficiência, tenham acesso a um ensino de qualidade. Embora o direito à educação inclusiva esteja assegurado pela legislação, a prática diária nas escolas ainda apresenta desafios. Alunos com deficiência visual enfrentam dificuldades específicas, como o acesso ao material didático convencional e a necessidade de adaptações que muitas vezes não são suficientes ou adequadas. Além disso, a formação de professores e a disponibilidade de recursos materiais são frequentemente apontados como fatores limitantes para um atendimento eficaz.

O PROFESSOR E OS DESAFIOS DA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR

A visão é o sentido que fornece mais dados do meio ambiente e é o único capaz de organizar outras informações sensoriais. A deficiência visual na infância, ao limitar o número de experiências e informações, interfere no desenvolvimento global da criança. Por isso, é importante que os pais observem a reação do bebê aos estímulos visuais e comparem com o que se espera para a idade. Caso percebam que as respostas visuais estejam menores que o esperado, um especialista deve ser consultado (TAVARES; MENEZES, 2020).

Trata-se de uma definição técnica e quantitativa. Baixa visão é para quem tem uma acuidade visual menor que 20/60 (0,3), até a percepção de luz ou, um campo visual menor que 10 graus do ponto de fixação. Os principais indícios relacionados à deficiência visual são: constante irritação ocular, excessiva aproximação junto ao rosto para ler ou escrever, dificuldade para leitura à distância, esforço visual, inclinação da cabeça para tentar enxergar melhor, dificuldade de enxergar pequenos obstáculos no chão, nistagmo (olho constantemente trêmulo), estrabismo ou dificuldade de enxergar em ambientes claros. Os termos déficit visual, visão subnormal, baixa visão, visão residual e outros, referem-se a uma redução da acuidade visual central ou a uma perda subtotal do campo visual, devida a um processo patológico ocular ou cerebral (Lima; Alves, 2019).

A aprendizagem do deficiente visual cego, ocorre através das percepções sensoriais remanescentes, o tato, a audição, e olfação e gustação. Sendo o tato a mais utilizada, principalmente na aprendizagem escolar, onde através da leitura tátil, o aluno cego desenvolve o conhecimento do Braille, para comunicação escrita. Portanto a leitura e escrita dos cegos, tornam-se possíveis através do tato, sendo este o sentido para identificar o Braille, um sistema de leitura e escrita inventado por Louis Braille em 1817, na França, para uso de pessoas que não possuem visão(Almeida; Silva, 2019). A princípio, para inserir o aluno deficiente visual no ensino regular, é necessário uma interação entre pais e professores(da sala de recursos), professores(da sala comum) e aluno; sem esta interação e conhecimento da deficiência, provavelmente as chances de inclusão serão frustradas(Almeida; Silva, 2019).

Todo aluno deficiente visual, tem necessidade de ser alfabetizado através de um trabalho da sala de recursos, para uma melhor adaptação à sala comum, o que não significa que ele deva permanecer frequentando a mesma, até o término do Ensino Médio. Pelo contrário, a partir do momento em que há maturidade suficiente para que o aluno permaneça somente na sala comum, isto deve ser feito, não podemos é claro, deixar de contar com o apoio técnico, que é necessário quanto à realização da transcrição das provas adaptadas, aos alunos(Tavares; Menezes, 2020).

Muitos professores alegam que a falta de material específico dificulta o trabalho com deficientes visuais. É nessa hora que devemos mais uma vez reivindicar nossos direitos, pois todo o material para ensino de deficientes visuais, desde a reglete até lupas e telelupa devem ser fornecidos às salas de recursos, para que esses materiais assim como muitos outros sejam utilizados no ensino aprendizagem dos deficientes visuais(Almeida; Silva, 2019).

Se apesar de feitos os pedidos desses materiais, os mesmos não forem entregues a tempo, o professor não deve esperar para iniciar o trabalho com seu aluno. Então a criatividade deverá surgir suprimindo as necessidades do aluno, pois, podemos confeccionar manualmente, a representação do relevo do Braille, para dar início ao conhecimento deste, pelo aluno cego, trabalhar com o concreto em matemática, através do uso de materiais pedagógicos como os sólidos geométricos, material dourado, escala Cuisinaire, entre outros, todos confeccionados artesanalmente, utilizando sucatas. Os mesmos materiais podem ser utilizados pelos alunos com baixa visão, com exceção do Braille, a não ser a título de informação(Castro; Silva, 2020).

Quando já inserido na sala comum, o aluno deficiente visual continua tendo o acompanhamento dos professores e técnicos da sala de recursos. Isto remete-nos ao fato de os professores da sala comum não terem preparo para atender as necessidades específicas desses alunos, como: ter atividades ou avaliações ampliadas, para o aluno com baixa visão, ou em Braille para o aluno cego(Tavares; Menezes, 2020).

Um aspecto importante na educação de alunos cegos nas salas comuns é a quantidade de alunos que o professor possui para ensinar, quantidade essa, que impede maior contato entre educador e educando, sendo ele deficiente visual cego, ou de visão subnormal, ocorrendo muitas vezes casos em que o material não chega a tempo de desenvolver sua atividade, tendo como resultado, o aluno ficar com o conteúdo todo atrasado, inclusive avaliações(Almeida; Silva, 2019).

A inclusão do deficiente visual na escola, dependerá das ações a serem tomadas, por todas as camadas sociais da instituição que viabiliza trabalhos e pesquisas, por meio das quais, levantar-se-ão questões positivas e negativas com relação a esse processo, para busca de soluções em conjunto dentro da comunidade escolar, visando as melhorias em torno da Educação Inclusiva, sem deixar de ouvir as reivindicações e propostas dos próprios deficientes, que serão os beneficiados ou prejudicados dependendo do rumo que tais ações tomarem(Ribeiro; Castro, 2021).

Há casos diferentes com relação à inclusão do deficiente visual na escola, enquanto em algumas instituições, são tratados como coitadinhos, ou incapazes, recebendo o desprezo e o preconceito existente no ambiente, outras apresentam total abertura a inserção do aluno, garantindo sua estruturação no meio escolar e social, permitindo que o deficiente visual, conquiste seu espaço e destrua as barreiras do preconceito(Caiado, 2016).

Com a informatização, o acesso à formação profissional para deficientes visuais está engatinhando. No Brasil, já existe tecnologia informatizada para eles, mas não com acessibilidades para todos. Os menos favorecidos só terão acesso a esse método quando unir esforços de todos, ou seja, deficientes, videntes, sociedade, políticos. O professor deverá trabalhar de forma gradual na medida da capacidade do aluno. O auxílio prestado envolve não só o trabalho individual como o grupal, sanando as dúvidas inclusive na preparação do Braille e preparando-os para novas aprendizagens(Almeida; Silva, 2019).

As considerações sobre a existência de recursos materiais, não devem ser vistas como garantia de solução para os problemas da inclusão dos DV's (Deficientes Visuais), na sala comum, e sim como caminhos para uma melhor qualidade e acessibilidade aos materiais e conteúdos comuns a todos. Diante dos recursos didáticos, das adaptações curriculares dos programas informatizados e outros itens que auxiliam na formação, na aprendizagem e na socialização do aluno portador de deficiência visual, a escola também busca consolidar o respeito às diferenças(Castro; Silva, 2020).

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

O Atendimento Educacional Especializado(AEE) é mencionado na Constituição Federal como parte da garantia do direito à educação para pessoas com deficiência, preferencialmente dentro das escolas regulares. Nos últimos anos, houve um aumento significativo de normas e ações relacionadas ao tema, visando a inclusão desses alunos nas salas de aula comuns e atendendo suas necessidades específicas de aprendizagem. Isso se deve ao fato de que esses estudantes possuem características e demandas individuais que precisam ser consideradas ao aprender, principalmente pessoas com deficiência(Ribeiro; Castro, 2021).

Atualmente, é observado um aumento de propostas legais que buscam orientar diversos aspectos do processo de ensino e aprendizagem para estudantes com necessidades educacionais especiais. No entanto, também é necessário realizar uma análise crítica das práticas pedagógicas desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado, levando em consideração essas normas e diretrizes, dentro do contexto escolar(Veras; Souza, 2021).

As propostas oficiais destacam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma diretriz fundamental para a educação inclusiva. Elas enfatizam que todas as escolas devem atender à diversidade de seus alunos, garantindo o acesso a uma educação de qualidade para estudantes com deficiência, altas habilidades ou transtornos globais do desenvolvimento. Para isso, é indicado o uso de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), onde são realizadas atividades complementares ou suplementares às estratégias de ensino comuns. Essas salas são espaços e tempos dedicados ao atendimento específico desses estudantes, visando a promoção de sua aprendizagem e desenvolvimento(Veras; Souza, 2021).

Portanto, a instalação das Salas de Recursos Multifuncional é considerada uma forma específica de prestação do Atendimento Educacional Especializado, sendo a única recomendada pelo Ministério da Educação (MEC). O atendimento educacional especializado tem como objetivo principal assegurar que os estudantes com necessidades especiais tenham a oportunidade de desfrutar de uma educação completa, eliminando quaisquer obstáculos que possam impedi-los de participar plenamente. Essas atividades são distintas das desenvolvidas na sala de aula tradicional e não substituem a educação regular(Almeida; Silva, 2019).

A integração dos estudantes com deficiência nas escolas comuns tem sido um desafio ao longo do tempo, e até hoje podemos observar a exclusão ocorrendo em um ambiente que deveria promover a inclusão. Portanto, o trabalho realizado pelos professores de sala de recursos não deve ser isolado ou ocasional, mas sim ser integrado à filosofia da escola e estar presente no Projeto Político Pedagógico. Isso significa que deve estar presente tanto no dia a dia das atividades escolares quanto nos planos e organização contínua da escola(Tavares; Menezes, 2020).

A legislação estabelece que a inclusão é um direito de todos os cidadãos, porém é necessário ir além do simples cumprimento da lei para efetivar a inclusão no ambiente escolar. Isso envolve mudanças de atitudes por parte de gestores, educadores, alunos e demais membros da comunidade escolar. É fundamental que sejam tomadas decisões que promovam o desenho universal, ou seja, a criação de um ambiente acolhedor e autônomo para todos. Essas decisões devem ser priorizadas não apenas pela gestão educacional, mas por toda a comunidade escolar (Veras; Souza, 2021). É importante destacar que os educadores muitas vezes usam a falta de conhecimento ou falta de formação como desculpa para não lidarem com a diversidade de formas de aprendizagem dos alunos. Lidar com a diversidade e encontrar maneiras de ensinar de forma eficaz é um desafio constante que os educadores devem enfrentar. (Ribeiro; Castro, 2021).

Enfrentar as diferenças em uma sociedade capitalista que privilegia os mais fortes e mais capazes é um grande desafio. É necessário desenvolver uma nova cultura social que entenda as diferenças como parte integral da humanidade e não como limitações. Embora as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) sejam importantes e úteis, é fundamental que a inclusão não se restrinja apenas a esses espaços de instrução. Além disso, o trabalho de inclusão não pode ser feito de forma isolada, sem o apoio e parceria de todos os membros da escola(Almeida;

Silva, 2019).

Identifica-se que a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas ainda possui falhas e permite a separação desses alunos. A Sala de Recursos, um ambiente especializado, continua sendo considerado como a solução para o aluno em uma escola inclusiva. O aluno geralmente frequenta essa sala algumas vezes por semana, em sessões que podem variar de 30 minutos a uma hora, fora do horário regular das aulas(Ribeiro; Castro, 2021).

É fundamental levar em consideração as características específicas dos alunos que frequentam as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) e oferecer um Atendimento Educacional Especializado (AEE) adequado às suas necessidades particulares. Além disso, é essencial comprometer-se com a educação inclusiva, respeitando as demandas individuais de cada aluno e garantindo que a SRM possua recursos materiais e humanos necessários para atender às necessidades dos alunos, como profissionais capacitados e conscientes de seu papel no processo de ensino e aprendizagem desses alunos(Souza; Silva, 2021).

Portanto, compreende-se que a Sala de Recursos Multifuncionais(SRM) pode desempenhar um papel importante na promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Embora as escolas ainda não tenham experiência com a inclusão, este é o momento ideal para implementar novas abordagens. A educação inclusiva deve ser um compromisso de todos na escola, mas é necessária a criação de um serviço especializado, como o Atendimento Educacional Especializado, para orientar e apoiar esse processo de transição. Dessa forma, as diferenças podem ser gradualmente valorizadas como parte fundamental da identidade de cada indivíduo (Tavares; Menezes, 2020). Ao receber um aluno com deficiência, é necessário que a escola reconheça que suas capacidades vão além do diagnóstico, e que o trabalho realizado pode ajudar a desenvolver novas habilidades e competências. Assim, acredita-se que é necessário ampliar os espaços destinados ao Atendimento Educacional Especializado(AEE) para toda a escola e demais professores. É importante que a inclusão não seja responsabilidade apenas do professor de AEE, mas sim de todos os atores envolvidos na rotina escolar. É preciso um compromisso social para superar as barreiras e garantir uma escola para todos, com aprendizagem assegurada(Castro; Silva, 2020). Baseado nas informações e nas metodologias apresentadas sobre educação inclusiva e a implementação de Serviços de Recursos Multifuncionais(SRM) para atender alunos com necessidades específicas, concluímos que é necessário adotar uma abordagem inclusiva na educação, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade(Castro; Silva, 2020).

O PAPEL DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO AEE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

O Atendimento Educacional Especializado(AEE) para alunos com deficiência visual desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e no desenvolvimento educacional desses estudantes. As tecnologias assistivas, ferramentas que auxiliam na superação de barreiras relacionadas à deficiência, têm sido um recurso fundamental nesse processo. No caso da deficiência visual, elas permitem que os alunos tenham acesso ao conteúdo curricular de maneira adaptada, garantindo que possam participar ativamente do ambiente escolar. Essas

tecnologias abrangem desde dispositivos simples até soluções mais complexas, que são fundamentais para a autonomia dos alunos com deficiência visual (Almeida; Silva, 2019).

A utilização de tecnologias assistivas em contextos educacionais visa atender às necessidades específicas dos alunos, proporcionando-lhes igualdade de condições para o aprendizado. Entre os recursos mais utilizados estão os leitores de tela, softwares que convertem textos em áudio, e as telas Braille, que permitem aos alunos ler e escrever de forma semelhante aos estudantes sem deficiência. Além disso, o uso de softwares educativos adaptados, como programas de matemática e leitura que fazem uso de áudio e gráficos ampliados, tem se mostrado eficaz para o desenvolvimento acadêmico desses alunos. (Tavares; Menezes, 2020).

No entanto, o acesso a essas tecnologias ainda é um desafio em muitas escolas. Embora as políticas públicas tenham avançado no sentido de garantir o direito à educação inclusiva, a implementação dessas ferramentas ainda enfrenta obstáculos, como a falta de formação adequada dos professores, a escassez de recursos financeiros e a falta de infraestrutura nas instituições de ensino. Em muitos casos, os professores não estão suficientemente capacitados para utilizar as tecnologias assistivas de forma eficiente, o que pode prejudicar a experiência de aprendizado dos alunos com deficiência visual (Ribeiro; Castro, 2021).

A formação continuada dos professores é, portanto, um aspecto essencial para o sucesso do AEE. Capacitar os docentes para o uso das tecnologias assistivas e para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas permite que eles atendam melhor às necessidades dos alunos com deficiência visual. Além disso, a formação deve englobar não apenas o uso das ferramentas, mas também a criação de um ambiente pedagógico que favoreça a participação plena desses alunos nas atividades escolares. A interação entre alunos e professores deve ser constantemente ajustada, com foco no desenvolvimento da autonomia dos estudantes. (Castro; Silva, 2020).

A implementação de tecnologias assistivas no AEE também implica na necessidade de adaptações curriculares, que devem ser realizadas de acordo com as capacidades e necessidades individuais de cada aluno. Essas adaptações podem envolver desde a disponibilização de materiais didáticos em formato acessível até a modificação de atividades para garantir que os alunos possam participar de maneira igualitária. A utilização de recursos como textos em braille, gravações de áudio, materiais táteis e apresentações multimodais são exemplos de adaptações que facilitam o aprendizado dos alunos com deficiência visual. (Almeida; Silva, 2019).

Além das adaptações curriculares, é importante que as tecnologias assistivas sejam integradas ao processo de avaliação. A avaliação de alunos com deficiência visual deve ser realizada de maneira adaptada, considerando o uso de tecnologias que garantam o acesso ao conteúdo e possibilitem a expressão de conhecimentos de forma adequada. A avaliação, portanto, deve ser flexível e compreender as especificidades de cada aluno, levando em consideração suas capacidades, suas ferramentas de apoio e suas estratégias de aprendizado. (Ribeiro; Castro, 2021).

As tecnologias assistivas também desempenham um papel importante no desenvolvimento da autonomia dos alunos com deficiência visual. Elas permitem que esses estudantes realizem atividades de forma independente, sem depender exclusivamente da ajuda de outros. A capacidade de acessar conteúdos de forma autônoma, de se locomover no ambiente escolar e de realizar tarefas do dia a dia são aspectos fundamentais para a construção da

autonomia dos alunos. Nesse sentido, as tecnologias assistivas são uma ferramenta poderosa para promover a independência desses estudantes e sua integração plena no ambiente escolar(Castro; Silva, 2020).

Outro ponto importante a ser destacado é o impacto das tecnologias assistivas na socialização dos alunos com deficiência visual. A possibilidade de utilizar as mesmas ferramentas que seus colegas favorece a participação nas atividades em grupo, o que é essencial para o desenvolvimento social e emocional. As tecnologias assistivas ajudam a criar um ambiente mais inclusivo, no qual todos os alunos, independentemente de sua deficiência, podem interagir de maneira mais igualitária. Isso contribui para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e respeitosa(Veras; Souza, 2021).

METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica teve como base de dados as principais fontes acadêmicas e científicas disponíveis em plataformas como Google Scholar, Scopus, PubMed e bases de dados de periódicos especializados na área da educação inclusiva. As palavras-chave utilizadas para a busca dos artigos foram "Atendimento Educacional Especializado", "deficiência visual", "educação inclusiva". Os critérios de inclusão utilizados para selecionar os artigos foram: estudos publicados nos últimos 05 anos, escritos em português, inglês ou espanhol, que abordassem o Atendimento Educacional Especializado de forma específica para alunos com deficiência visual e que estivessem disponíveis em acesso aberto ou por meio de plataformas de periódicos científicos. Foram também considerados artigos de revistas indexadas que passassem por revisão por pares. Os critérios de exclusão incluíram estudos que não tratassem diretamente da deficiência visual ou do AEE, bem como aqueles que se focaram em outras deficiências sem relação direta com o tema.

Após a aplicação desses critérios, os artigos selecionados foram revisados e analisados criticamente. O processo de triagem resultou na inclusão de estudos que discutem as metodologias de ensino, recursos tecnológicos e as formas de adaptação curricular que têm sido utilizadas no contexto do AEE para alunos com deficiência visual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa sobre as práticas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência visual nas escolas públicas evidencia os desafios e avanços no processo de inclusão desses estudantes. Almeida e Ribeiro (2019) destacam que o uso de tecnologias assistivas é uma ferramenta crucial para a inclusão de alunos com deficiência visual, uma vez que oferece recursos que favorecem o acesso ao currículo escolar, permitindo uma participação mais ativa no processo de aprendizagem. No entanto, as práticas ainda enfrentam barreiras, como a falta de formação adequada para os professores e a limitação de recursos tecnológicos nas escolas públicas.

No estudo de Almeida e Silva (2019), foi observada a importância do AEE no contexto da inclusão de alunos com deficiência visual, principalmente no que diz respeito às adaptações curriculares e ao apoio especializado. A pesquisa revela que, apesar das boas práticas implementadas em algumas escolas, há uma escassez de profissionais especializados e de

materiais adaptados, como livros em braille e softwares educativos, o que prejudica a aprendizagem desses alunos.

Castro e Silva(2020) enfatizam que a inclusão escolar de alunos com deficiência visual também depende de um ambiente escolar acessível e acolhedor. Eles afirmam que a interação entre o aluno surdo e seus colegas, com o auxílio de professores capacitados, melhora o desempenho acadêmico e fortalece o processo de inclusão. No entanto, os desafios relacionados à infraestrutura e à resistência de parte do corpo docente ainda persistem, comprometendo a implementação eficaz do AEE.

Lima e Alves(2019) analisam as adaptações curriculares necessárias para a inclusão de alunos com deficiência visual, revelando que, embora as escolas se esforcem para adaptar os conteúdos, a falta de recursos pedagógicos e a sobrecarga de trabalho para os docentes comprometem a qualidade dessas adaptações. As escolas precisam de políticas públicas mais eficazes para garantir que o AEE seja implementado de forma consistente e de qualidade.

Pereira e Santos(2019) destacam o papel das tecnologias assistivas como uma ponte fundamental para a inclusão de alunos com deficiência visual, evidenciando que a utilização de ferramentas como softwares de leitura e gravação, leitores de tela e impressoras em braille é essencial para o desenvolvimento das habilidades cognitivas desses estudantes. Contudo, a pesquisa aponta que o acesso a essas tecnologias é desigual, com algumas escolas ainda carecendo de recursos para implementar essas soluções de maneira efetiva.

Pimenta e Pimenta(2020) discutem a importância do uso das tecnologias assistivas no AEE, ressaltando que, quando integradas de maneira estratégica no currículo, essas ferramentas podem potencializar o aprendizado e a autonomia dos alunos com deficiência visual. A inclusão de tecnologias, como dispositivos táteis e visuais, além de livros e materiais em formatos acessíveis, promove um ambiente de aprendizado mais inclusivo e diversificado, conforme apontado pelos autores.

Ribeiro e Castro(2021) abordam as contribuições da tecnologia assistiva no processo de ensino-aprendizagem para deficientes visuais, destacando que o uso de dispositivos adaptativos permite que esses alunos acompanhem o currículo de maneira mais equitativa. Eles sugerem, porém, que o sucesso da inclusão depende também da formação continuada dos docentes, para que estes saibam como utilizar essas tecnologias de forma eficaz em sala de aula.

Sousa e Costa(2021) reforçam a ideia de que as soluções tecnológicas são fundamentais, mas também é necessário que as escolas implementem um sistema de formação permanente para os educadores, para que possam utilizar as ferramentas de acessibilidade com competência. Eles destacam que a combinação de recursos tecnológicos com o apoio pedagógico especializado é a chave para uma inclusão verdadeira e bem-sucedida de alunos com deficiência visual.

A pesquisa de Tavares e Menezes(2020) sobre a implementação das tecnologias assistivas no AEE revela que, embora as possibilidades sejam vastas, a falta de conhecimento sobre as ferramentas adequadas e a ausência de suporte técnico nas escolas públicas dificultam a aplicação desses recursos. Eles sugerem que mais investimentos devem ser feitos em programas de capacitação para docentes, além de garantir que os alunos com deficiência visual tenham acesso a materiais e tecnologias que atendam às suas necessidades específicas.

Por fim, Veras e Souza (2021) discutem o impacto das tecnologias assistivas no desenvolvimento educacional de alunos com deficiência visual, afirmando que essas

ferramentas, quando adequadamente integradas ao processo de ensino, têm um efeito positivo no aprendizado e na socialização desses alunos. No entanto, eles ressaltam que a efetividade dessas tecnologias depende da colaboração entre a gestão escolar, os professores e os especialistas em AEE, a fim de garantir que o ambiente escolar seja verdadeiramente inclusivo e acessível a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) aplicadas a alunos com deficiência visual nas escolas públicas revelou que, de maneira geral, os objetivos propostos para este estudo foram alcançados. Observou-se que o AEE desempenha um papel fundamental na inclusão desses alunos, proporcionando suporte necessário para que possam acessar o currículo escolar de forma mais equitativa. O estudo identificou que, quando adequadas às necessidades específicas dos alunos com deficiência visual, as práticas pedagógicas aplicadas no AEE contribuem significativamente para o sucesso escolar e a promoção da autonomia dos estudantes.

No entanto, algumas lacunas ainda foram observadas, especialmente no que se refere à formação continuada dos professores e à disponibilidade de recursos tecnológicos que possam facilitar o processo de aprendizagem. Embora existam esforços para garantir a acessibilidade, como o uso de materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas, muitos professores ainda carecem de preparo adequado para lidar com as especificidades da deficiência visual. Isso pode impactar negativamente a qualidade do AEE e, conseqüentemente, o sucesso da inclusão desses alunos.

Ademais, os resultados sugerem que a colaboração entre a equipe pedagógica, o AEE e a família é essencial para o sucesso do processo de inclusão. A integração de diferentes estratégias e a criação de um ambiente escolar acolhedor e adaptado às necessidades dos alunos com deficiência visual podem ser fatores determinantes para garantir a efetividade da inclusão escolar. No entanto, ainda há uma grande necessidade de aprimorar a implementação dessas práticas, com um foco maior na personalização do atendimento.

Para futuras pesquisas, sugere-se a investigação de metodologias específicas que possam otimizar o uso de tecnologias assistivas no AEE, bem como o estudo de práticas pedagógicas inovadoras que atendam de maneira mais eficaz os alunos com deficiência visual. Também seria interessante aprofundar a pesquisa sobre a capacitação contínua dos professores e a percepção dos próprios alunos e suas famílias sobre o impacto do AEE em seu desempenho acadêmico e inclusão social. Isso permitirá a construção de estratégias ainda mais assertivas para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. M.; RIBEIRO, A. L. L. Tecnologias assistivas e o ensino de alunos com deficiência visual: práticas e desafios no contexto escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 4, p. 521-536, 2019.
- ALMEIDA, Carla S.; SILVA, Tânia M. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão de alunos com deficiência visual: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, n. 1, p. 125-138, 2019

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.
- CASTRO, M. L.; SILVA, L. P. A inclusão escolar para alunos com deficiência visual. Revista de Educação Especial, v. 23, n. 2, p. 98-112, 2020.
- LIMA, José A.; ALVES, Marcos L. Deficiência visual e as adaptações curriculares no contexto da inclusão escolar. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 15, n. 43, p. 81-95, 2019.
- PEREIRA, Felipe M.; SANTOS, Mariana A. Tecnologias assistivas e a acessibilidade para alunos com deficiência visual na educação inclusiva. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 1, p. 72-85, 2019.
- PIMENTA, S. G.; PIMENTA, L. P. A educação inclusiva e o uso das tecnologias assistivas no contexto escolar. Cadernos de Pesquisa, v. 50, n. 174, p. 23-39, 2020.
- RIBEIRO, J. C. S.; CASTRO, J. P. Tecnologia assistiva: conceito, aplicação e contribuições no processo de ensino-aprendizagem para deficientes visuais. Revista Brasileira de Educação Tecnológica, v. 16, n. 3, p. 303-318, 2021.
- SOUSA, Débora P.; COSTA, Eliane M. A inclusão de alunos com deficiência visual no ensino regular: desafios e soluções tecnológicas. Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 3, p. 185-202, 2021.
- TAVARES, C. P.; MENEZES, A. C. A implementação de tecnologias assistivas no AEE: desafios e possibilidades para a inclusão de alunos com deficiência visual. Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática, v. 17, n. 2, p. 147-162, 2020.
- VERAS, C. C. A.; SOUZA, G. L. O impacto das tecnologias assistivas no desenvolvimento educacional de alunos com deficiência visual. Journal of Educational Technology, v. 12, n. 3, p. 221-236, 2021.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E OS ENFRENTAMENTOS NO COTIDIANO ESCOLAR INCLUSIVO

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES AND THE CHALLENGES IN THE INCLUSIVE SCHOOL ROUTINE

SERVICIO EDUCATIVO ESPECIALIZADO Y LOS DESAFÍOS EN LA RUTINA ESCOLAR INCLUSIVA

Anne Cintya Cordeiro Carmo da Costa
annecintya@hotmail.com

COSTA, Anne Cintya Cordeiro Carmo da. **Atendimento educacional especializado e os enfrentamentos no cotidiano escolar inclusivo.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 35 – 44, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é analisar os desafios e enfrentamentos na implementação do Atendimento Educacional Especializado no contexto escolar inclusivo, com foco nas barreiras estruturais, pedagógicas e sociais. Especificamente, este trabalho visa identificar as principais barreiras enfrentadas pelos profissionais do AEE na escola, analisar a formação docente e sua adequação às demandas inclusivas, investigar a relação entre professores regulares, especialistas do AEE e famílias, além de discutir a articulação entre políticas públicas e a prática do AEE no contexto escolar. A justificativa para a realização deste estudo reside na urgência de superar os obstáculos que limitam a inclusão escolar e comprometem o direito à educação de qualidade para todos. Trata-se de uma revisão de literatura. Para tanto, foram realizadas buscas em bases de dados reconhecidas, como a Scielo, Google Acadêmico e Periódicos da CAPES, utilizando palavras-chave como “Atendimento Educacional Especializado”, “Educação Inclusiva”, “Barreiras Pedagógicas” no recorte temporal entre 2019 a 2024. A análise revelou que, embora existam avanços nas políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas para a educação inclusiva, ainda há lacunas significativas na execução dessas iniciativas. Os dados confirmam que a formação continuada, o uso de tecnologias assistivas e a promoção de uma cultura inclusiva são elementos cruciais para o sucesso do AEE. Assim, o estudo cumpriu seu propósito ao propor reflexões e estratégias que podem contribuir para o aprimoramento do atendimento educacional especializado, apontando caminhos para superar os desafios encontrados.

Palavras chave: Atendimento educacional especializado. Educação inclusiva. Barreiras pedagógicas.

SUMMARY

The general objective of this study is to analyze the challenges and approaches in implementing Specialized Educational Services (SES) within an inclusive school context, focusing on structural, pedagogical, and social barriers. Specifically, this work aims to identify the main barriers faced by SES professionals in schools, analyze teacher training and its alignment with inclusive demands, investigate the relationship between regular teachers, SES specialists, and families, and discuss the articulation between public policies and SES practices in schools. The justification for this study lies in the urgency of overcoming obstacles that hinder school inclusion and compromise the right to quality education for all. This is a literature review. Searches were conducted in recognized databases such as Scielo, Google Scholar, and CAPES Journals, using keywords such as "Specialized Educational Services," "Inclusive Education," "Pedagogical Barriers" within the 2019-2024 time frame. The analysis revealed that although there have been advances in public policies and pedagogical practices aimed at inclusive education, significant gaps remain in their implementation. The data confirm that continuous training, the use of assistive technologies, and the promotion of an inclusive culture are crucial elements for the success of SES. Thus, the study fulfilled its purpose by proposing reflections and strategies that can contribute to improving specialized educational services, pointing to pathways for overcoming identified challenges.

Keywords: Specialized educational services. Inclusive education. Pedagogical barriers.

RESUMEN

El objetivo general de este estudio es analizar los desafíos y abordajes en la implementación del Servicio Educativo

Especializado (SEE) en el contexto escolar inclusivo, centrándose en las barreras estructurales, pedagógicas y sociales. Específicamente, este trabajo tiene como objetivo identificar las principales barreras que enfrentan los profesionales del SEE en las escuelas, analizar la formación docente y su adecuación a las demandas inclusivas, investigar la relación entre los profesores regulares, los especialistas del SEE y las familias, y discutir la articulación entre las políticas públicas y las prácticas del SEE en las escuelas. La justificación de este estudio radica en la urgencia de superar los obstáculos que dificultan la inclusión escolar y comprometen el derecho a una educación de calidad para todos. Se trata de una revisión bibliográfica. Se realizaron búsquedas en bases de datos reconocidas como Scielo, Google Académico y Revistas CAPES, utilizando palabras clave como "Servicio Educativo Especializado", "Educación Inclusiva", "Barreras Pedagógicas" en el periodo 2019-2024. El análisis reveló que, aunque hay avances en las políticas públicas y prácticas pedagógicas dirigidas a la educación inclusiva, todavía existen brechas significativas en su implementación. Los datos confirman que la formación continua, el uso de tecnologías de asistencia y la promoción de una cultura inclusiva son elementos cruciales para el éxito del SEE. Así, el estudio cumplió su propósito al proponer reflexiones y estrategias que pueden contribuir a mejorar el servicio educativo especializado, señalando caminos para superar los desafíos identificados.

Palabras clave: Servicio educativo especializado. Educación inclusiva. Barreras pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem se consolidado como uma pauta central nas políticas educacionais contemporâneas, evidenciando a necessidade de práticas que promovam a equidade e o direito à educação para todos. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) emerge como uma estratégia fundamental para garantir a inclusão efetiva de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Ferreira; Silva, 2019). Contudo, mesmo com avanços normativos e institucionais, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos, revelando lacunas que comprometem a realização de uma educação verdadeiramente inclusiva. (Mendes; Rocha, 2022).

Diante dessa realidade, surge o questionamento: quais são os principais desafios e enfrentamentos na implementação do Atendimento Educacional Especializado no contexto escolar inclusivo? Este trabalho parte da hipótese de que as barreiras enfrentadas pelo AEE, embora diversas e complexas, podem ser mitigadas por meio de ações integradas que envolvam formação continuada, investimento em infraestrutura e recursos, e a promoção de uma cultura escolar inclusiva. A articulação entre diferentes atores, como professores, gestores, famílias e especialistas, é apontada como um elemento chave para o sucesso do atendimento especializado.

O objetivo geral deste estudo é analisar os desafios e enfrentamentos na implementação do Atendimento Educacional Especializado no contexto escolar inclusivo, com foco nas barreiras estruturais, pedagógicas e sociais. Especificamente, este trabalho visa identificar as principais barreiras enfrentadas pelos profissionais do AEE na escola, analisar a formação docente e sua adequação às demandas inclusivas, investigar a relação entre professores regulares, especialistas do AEE e famílias, além de discutir a articulação entre políticas públicas e a prática do AEE no contexto escolar.

A justificativa para a realização deste estudo reside na urgência de superar os obstáculos que limitam a inclusão escolar e comprometem o direito à educação de qualidade para todos. A educação inclusiva não é apenas uma exigência legal, mas um princípio ético e social que busca valorizar a diversidade e promover a equidade. Compreender as dificuldades enfrentadas pelo

AEE é essencial para aprimorar suas práticas e assegurar que os estudantes com necessidades específicas tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais.

Ademais, o AEE desempenha um papel crucial na inclusão escolar ao oferecer suporte especializado que complementa e suplementa a formação dos alunos. Entretanto, sua efetividade depende de uma série de fatores, como a formação adequada dos profissionais, a disponibilização de recursos materiais e tecnológicos, e o engajamento de toda a comunidade escolar. Dessa forma, o estudo dos desafios enfrentados por esse serviço se torna indispensável para a construção de uma escola inclusiva.

Portanto, esta pesquisa busca não apenas compreender os desafios enfrentados pelo AEE, mas também contribuir para o fortalecimento das práticas inclusivas nas escolas regulares. Ao lançar luz sobre as dificuldades e apontar possíveis caminhos para sua superação, espera-se colaborar para o avanço da educação inclusiva, promovendo um ambiente educacional mais justo, acolhedor e efetivo para todos os estudantes.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PAPEL DO AEE

A Educação Inclusiva no Brasil é fruto de um longo processo de transformações sociais, políticas e educacionais que buscaram garantir o direito à educação para todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. A ideia de inclusão educacional começou a ganhar força no cenário nacional com a Constituição Federal de 1988, que consagrou a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como uma estratégia fundamental para viabilizar a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares (Gomes; Oliveira, 2022).

Historicamente, o atendimento a pessoas com deficiência no Brasil era caracterizado por segregação. As instituições especializadas dominavam a oferta educacional, e os alunos eram excluídos do ensino regular. Essa abordagem reforça a marginalização social e limita as oportunidades de desenvolvimento acadêmico e pessoal desses indivíduos (Alves; Pereira, 2019).

Essa realidade começou a mudar com a Declaração de Salamanca, em 1994, um marco internacional que influenciou diretamente as políticas brasileiras. Este documento estabeleceu a necessidade de uma educação inclusiva, defendendo a integração de alunos com deficiência em classes regulares como um direito fundamental (Ferreira; SILVA, 2019).

A partir dela, o Brasil passou a adotar uma visão mais inclusiva, resultando na ampliação das políticas públicas voltadas à integração dos alunos no ensino regular. A promulgação de leis, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), reforçou esse compromisso. Essas normativas passaram a orientar as escolas a promoverem práticas pedagógicas inclusivas, adaptando currículos, investindo em formação docente e garantindo o acesso a recursos como tecnologias assistivas (Barbosa; Souza, 2020).

O papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) tornou-se central neste processo, funcionando como um suporte necessário para a aprendizagem e a socialização dos estudantes. O AEE, conforme estabelecido pelo Decreto nº 6.571/2008, é um serviço

educacional oferecido preferencialmente no turno contrário ao da escolarização regular(Alves; Pereira, 2019).

O AEE tem o objetivo de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar as barreiras que impedem a plena participação dos estudantes na escola e na sociedade. A função do AEE é, portanto, complementar ou suplementar a formação dos alunos, sem substituir o ensino regular. Essa abordagem assegura que o estudante tenha acesso a um currículo que atenda às suas necessidades individuais(Barbosa; Souza, 2020).

A legislação brasileira avançou significativamente na garantia do direito ao AEE. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva(2008) consolidou o compromisso do Brasil com a inclusão, determinando que o AEE deve ser parte integrante do projeto político-pedagógico das escolas. Essa política promoveu o fortalecimento das salas de recursos multifuncionais, que são ambientes equipados para o desenvolvimento das atividades do AEE, bem como a formação de professores especializados para atuar nesses espaços (Costa; Santos, 2021).

A importância do AEE no processo de inclusão escolar é indiscutível. Ele representa uma ponte entre o estudante e o currículo, viabilizando adaptações e estratégias pedagógicas que respeitem as singularidades de cada aluno. Por meio do AEE, é possível promover o acesso ao conhecimento de forma equitativa, garantindo que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, independentemente de suas condições. Essa prática reafirma o compromisso da escola com a diversidade e com a equidade, princípios fundamentais da educação inclusiva(Ferreira; Silva, 2019).

O AEE também contribui para o desenvolvimento da autonomia e da autoestima dos alunos. Ao receber apoio especializado, os estudantes são incentivados a superar desafios e a explorar suas potencialidades, o que impacta positivamente seu desempenho escolar e social. Além disso, o AEE desempenha um papel crucial na conscientização da comunidade escolar sobre a importância da inclusão, promovendo uma cultura de respeito e valorização das diferenças(Costa; Santos, 2021).

Outro aspecto relevante é o papel do AEE na formação de professores e na articulação com a equipe pedagógica. Os profissionais que atuam no AEE não apenas oferecem suporte direto aos estudantes, mas também orientam os professores do ensino regular sobre as melhores práticas pedagógicas para atender à diversidade em sala de aula(Barbosa; Souza, 2020). Essa colaboração é essencial para que o processo de inclusão seja efetivo e sustentável, garantindo que as adaptações necessárias sejam implementadas de forma consistente.(Mendes; Rocha, 2022).

DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO AEE NAS ESCOLAS

A implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da educação inclusiva enfrenta uma série de desafios que refletem as barreiras estruturais, pedagógicas e sociais presentes no ambiente escolar. Essas dificuldades, embora não impossíveis de superar, requerem esforços integrados e contínuos para assegurar que o AEE cumpra sua função de garantir acesso, permanência e sucesso escolar aos estudantes com necessidades específicas(Mendes; Rocha, 2022).

Um dos primeiros obstáculos está relacionado às barreiras físicas que ainda persistem em muitas escolas, dificultando a mobilidade e o acesso aos espaços educacionais por parte de alunos com deficiência. A falta de rampas, elevadores, banheiros adaptados e salas adequadas compromete não apenas o aprendizado, mas também a dignidade dos estudantes (Mendes; Rocha, 2022).

Além das barreiras físicas, as barreiras pedagógicas se destacam como desafios significativos. Muitos currículos escolares ainda não contemplam plenamente as adaptações necessárias para atender às especificidades dos alunos atendidos pelo AEE. A ausência de materiais didáticos inclusivos, tecnologias assistivas e metodologias adaptadas prejudica a integração dos estudantes no ambiente escolar. A resistência à flexibilização curricular é outra questão que contribui para dificultar o processo de ensino-aprendizagem e desmotiva os alunos (Nunes; Almeida, 2020).

As barreiras atitudinais representam um dos maiores entraves na implementação do AEE. O preconceito, a desinformação e a falta de sensibilização da comunidade escolar sobre a importância da inclusão muitas vezes geram ambientes hostis ou pouco acolhedores para os alunos com necessidades específicas. A discriminação pode vir de colegas, professores e até mesmo de gestores escolares, tornando o espaço educativo um lugar de exclusão em vez de acolhimento. Combater essas atitudes exige um trabalho constante de conscientização e formação de todos os envolvidos. (Costa; Santos, 2021).

A formação docente é outro ponto crítico para a implementação eficaz do AEE. Muitos professores do ensino regular relatam sentir-se despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, especialmente quando precisam atender alunos com deficiência ou transtornos de aprendizagem. A ausência de capacitação específica e contínua resulta em práticas pedagógicas inadequadas ou na delegação total de responsabilidades ao professor do AEE, o que compromete o processo de inclusão. Além disso, a sobrecarga de trabalho dos professores regulares pode dificultar a implementação das estratégias propostas pelo AEE. (Barbosa; Souza, 2020).

A capacitação continuada dos profissionais que atuam no AEE também enfrenta desafios. Embora muitos professores especializados recebam formação inicial, a falta de cursos de atualização e de recursos para sua participação em eventos e seminários reduz a qualidade do atendimento prestado. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas que invistam na formação permanente desses profissionais, ampliando suas competências para enfrentar as demandas de um sistema educacional inclusivo. (Ferreira; Silva, 2019).

A relação entre a família e a escola desempenha um papel central na eficácia do AEE. No entanto, muitos familiares enfrentam dificuldades para compreender a importância desse serviço e para se engajar no processo educacional de seus filhos. Essa desconexão pode ser agravada pela falta de comunicação clara entre a equipe escolar e a família, gerando desconfiança e desinformação. Fortalecer esse vínculo exige uma abordagem colaborativa que envolva reuniões frequentes, orientações específicas e o reconhecimento do papel ativo dos responsáveis no processo educativo (Mendes; Rocha, 2022).

Os professores regulares, por sua vez, muitas vezes encontram dificuldades em integrar os alunos atendidos pelo AEE nas atividades da sala de aula. A falta de diálogo entre os professores regulares e os especialistas do AEE pode resultar em um atendimento fragmentado, no qual as ações não estão alinhadas às necessidades do estudante. Essa lacuna prejudica a

continuidade das estratégias inclusivas e reforça a sensação de isolamento dos alunos com deficiência no ambiente escolar.

Outro desafio importante é a escassez de recursos financeiros e materiais para a implementação do AEE. Muitas escolas carecem de salas de recursos multifuncionais devidamente equipadas, o que limita a realização de atividades específicas e o uso de tecnologias assistivas. Essa falta de infraestrutura reflete diretamente na qualidade do atendimento prestado e reforça a desigualdade entre as escolas que possuem recursos adequados e aquelas que não os têm(Costa; Santos, 2021).

A falta de valorização e reconhecimento do trabalho dos professores do AEE também é um obstáculo. A ausência de políticas que garantam remuneração adequada, condições de trabalho favoráveis e estabilidade na carreira desmotiva os profissionais e compromete a continuidade do serviço. Além disso, a rotatividade de professores dificulta a criação de vínculos com os alunos e suas famílias, prejudicando o desenvolvimento de uma relação de confiança essencial para o sucesso do AEE(Ferreira; Silva, 2019).

A articulação entre as políticas públicas e a realidade das escolas é outro aspecto desafiador. Embora o Brasil tenha avançado significativamente na legislação sobre educação inclusiva, a implementação prática dessas normas nem sempre ocorre de forma eficaz. Muitos gestores enfrentam dificuldades para conciliar as demandas legais com os recursos disponíveis, o que gera desigualdades no acesso ao AEE em diferentes regiões do país.(Nunes; Almeida, 2020).

A sensibilização da comunidade escolar para a inclusão também é um desafio recorrente. A construção de um ambiente inclusivo depende do envolvimento de todos os atores escolares, incluindo gestores, professores, funcionários e alunos. Salienta-se que a falta de ações formativas e de campanhas de conscientização dificulta a disseminação de uma cultura inclusiva, que valorize a diversidade como uma riqueza e não como um problema. (Costa; Santos, 2021).

Os desafios tecnológicos também precisam ser considerados. Embora as tecnologias assistivas sejam ferramentas fundamentais para o AEE, muitas escolas enfrentam dificuldades para adquirir, manter e utilizar esses recursos. Além disso, a formação insuficiente dos professores para lidar com essas tecnologias reduz sua eficácia, limitando as possibilidades de personalização do ensino (Teixeira; Santos, 2024).

Apesar dos desafios, a implementação do AEE tem gerado avanços importantes na construção de uma educação mais inclusiva. É fundamental que as escolas, as famílias e as políticas públicas continuem a investir na superação dessas barreiras, reconhecendo a inclusão como um processo contínuo e coletivo. A busca por soluções criativas e colaborativas é essencial para transformar os desafios em oportunidades de melhoria (Barbosa; Souza, 2020).

A educação inclusiva, com o apoio do AEE, representa uma mudança paradigmática que desafia estruturas tradicionais e promove a valorização das diferenças. Embora os obstáculos sejam muitos, o compromisso com a inclusão deve prevalecer, guiado pelo princípio de que a educação é um direito inalienável de todos. A superação dos desafios enfrentados pelo AEE exige vontade política, investimentos consistentes e o engajamento de toda a comunidade escolar. (Costa; Santos, 2021).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura com o objetivo de compreender os desafios e enfrentamentos na implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto escolar inclusivo. Para tanto, foram realizadas buscas em bases de dados reconhecidas, como a Scielo, Google Acadêmico e Periódicos da CAPES, utilizando palavras-chave como “Atendimento Educacional Especializado”, “Educação Inclusiva”, “Barreiras Pedagógicas”. O recorte temporal foi definido para contemplar publicações entre os anos de 2019 a 2024, garantindo a relevância e a atualidade dos dados analisados.

Os critérios de inclusão dos estudos consideraram artigos publicados em periódicos revisados por pares, que abordassem diretamente as práticas e os desafios do AEE no ambiente escolar. Foram priorizados trabalhos que tratavam de questões práticas, como a formação docente, as barreiras físicas e pedagógicas e a relação entre os diferentes atores envolvidos no processo inclusivo. Já os critérios de exclusão eliminaram estudos que não apresentassem dados empíricos ou que se concentrassem em contextos fora do Brasil, devido às diferenças significativas nas políticas educacionais.

Após a aplicação dos critérios, foram identificados inicialmente 85 artigos, que passaram por uma triagem com base na leitura dos títulos e resumos. Em seguida, os textos completos foram analisados, o que resultou na exclusão de estudos redundantes ou que não atendiam aos objetivos da pesquisa. Por fim, restaram 13 artigos que apresentaram discussões robustas e alinhadas ao tema, oferecendo uma visão abrangente sobre o AEE e seus desafios.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa evidenciaram que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) enfrenta desafios relacionados à infraestrutura inadequada e à formação docente insuficiente, comprometendo sua eficácia no contexto escolar inclusivo. Segundo Alves e Pereira (2019), a prática pedagógica no AEE requer adaptações que nem sempre são contempladas nas escolas, criando dificuldades no atendimento às necessidades dos alunos. Essa realidade reflete uma carência de suporte técnico e materiais específicos que são fundamentais para o sucesso da inclusão escolar.

A formação dos profissionais é outro ponto crítico identificado. Barbosa e Souza (2020) destacam que muitos professores não possuem capacitação adequada para atuar no AEE, o que limita sua capacidade de desenvolver estratégias inclusivas. Essa lacuna é reforçada por Nunes e Almeida (2020), que ressaltam a dificuldade de integração entre professores regulares e especialistas do AEE, prejudicando o desenvolvimento de práticas pedagógicas articuladas e eficazes.

Os avanços no uso de tecnologias assistivas foram analisados por Costa e Santos (2021), que destacam sua relevância no AEE. No entanto, os autores alertam para a falta de recursos financeiros e técnicos que dificultam sua implementação, sobretudo em escolas públicas. Oliveira e Pereira (2021) corroboram essa visão, apontando que o contexto brasileiro ainda carece de políticas que incentivem o uso dessas tecnologias, evidenciando a necessidade de maior investimento na área.

Outro aspecto relevante é a importância da família no processo de inclusão. Mendes e Rocha (2022) argumentam que a participação familiar é fundamental para o sucesso do AEE,

mas muitas vezes é negligenciada. A relação entre professores, especialistas e famílias é frequentemente marcada por falhas de comunicação e alinhamento, como destacado por Gomes e Oliveira (2022). Essas lacunas comprometem o trabalho colaborativo necessário para atender às necessidades dos alunos.

Barreiras atitudinais também se apresentam como desafios significativos. Lopes e Carvalho (2021) discutem como os preconceitos e falta de sensibilização dentro da comunidade escolar dificultam a aceitação e inclusão de alunos com deficiência. Essas barreiras, segundo Silva e Costa (2023), podem ser enfrentadas com formação continuada e ações de conscientização, mas ainda há um longo caminho a percorrer nesse sentido.

No âmbito pedagógico, a necessidade de práticas inovadoras e colaborativas foi ressaltada por Machado e Nascimento (2023). Eles apontam que o AEE pode transformar a educação inclusiva quando alinhado a metodologias participativas que envolvam todos os atores escolares. Contudo, Ferreira e Silva (2019) observam que, sem suporte adequado, essas práticas dificilmente se consolidam no cotidiano escolar.

Além disso, os resultados indicam que políticas públicas precisam ser mais efetivas para sustentar o AEE. Teixeira e Barros (2024) enfatizam que, apesar de avanços normativos, a implementação prática dessas políticas ainda apresenta lacunas significativas, muitas vezes deixando os professores sem orientação clara. Essa desconexão entre teoria e prática prejudica a consolidação de uma cultura inclusiva nas escolas.

A relação custo-benefício do AEE também foi abordada por Souza e Oliveira (2022), que apontam que investimentos iniciais elevados são frequentemente usados como justificativa para negligenciar o atendimento especializado. No entanto, os autores argumentam que os benefícios a longo prazo, como a inclusão efetiva e o desenvolvimento integral dos alunos, superam os custos iniciais.

Outro ponto levantado é a necessidade de articulação intersetorial. Oliveira e Pereira (2021) sugerem que parcerias entre educação, saúde e assistência social podem fortalecer o AEE, oferecendo suporte mais abrangente para os alunos e suas famílias. Essas parcerias, no entanto, ainda são incipientes e enfrentam barreiras burocráticas e estruturais.

A formação continuada para os professores do AEE foi amplamente discutida. Silva e Costa (2023) destacam que programas de capacitação precisam ser recorrentes e contextualizados, abordando não apenas aspectos técnicos, mas também emocionais e relacionais. A falta dessa formação resulta em práticas muitas vezes fragmentadas e pouco eficazes.

Por fim, os desafios identificados pelos autores apontam para a necessidade de repensar o AEE como um componente essencial da educação inclusiva. A análise dos dados demonstra que, apesar das dificuldades, o AEE tem potencial para transformar o ambiente escolar, desde que sejam feitas adaptações estruturais, pedagógicas e culturais. Em síntese, este estudo confirma que o sucesso do AEE depende de uma abordagem integrada e colaborativa, como defendem Costa e Santos (2021) e Teixeira e Barros (2024). Isso inclui formação continuada, políticas públicas efetivas, maior envolvimento da família e a superação de barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas, promovendo uma educação inclusiva de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os desafios e enfrentamentos na implementação do Atendimento Educacional Especializado(AEE) no contexto escolar inclusivo, com foco nas barreiras pedagógicas, físicas e atitudinais. Os objetivos foram alcançados ao identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais, como a formação docente insuficiente, a falta de recursos tecnológicos e materiais, além das barreiras atitudinais que ainda persistem no ambiente escolar. Os resultados destacaram a necessidade de maior articulação entre os atores envolvidos, como professores regulares, especialistas do AEE e famílias, evidenciando que a inclusão efetiva requer esforços conjuntos e integrados.

A análise revelou que, embora existam avanços nas políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas para a educação inclusiva, ainda há lacunas significativas na execução dessas iniciativas. Os dados confirmam que a formação continuada, o uso de tecnologias assistivas e a promoção de uma cultura inclusiva são elementos cruciais para o sucesso do AEE. Assim, o estudo cumpriu seu propósito ao propor reflexões e estratégias que podem contribuir para o aprimoramento do atendimento educacional especializado, apontando caminhos para superar os desafios encontrados.

Portanto, este trabalho reforça a relevância do AEE como um pilar fundamental para a educação inclusiva, mas também evidencia a necessidade de um compromisso mais efetivo por parte das instituições educacionais e governamentais. O estudo sugere que o fortalecimento do AEE passa pela implementação de políticas públicas mais robustas, maior investimento em formação docente e infraestrutura, além de iniciativas que promovam o engajamento da comunidade escolar. Dessa forma, a pesquisa alcançou seus objetivos e abriu perspectivas para futuras investigações voltadas à melhoria contínua da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, C. M.; PEREIRA, L. S. A prática pedagógica no Atendimento Educacional Especializado: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 3, p. 89-105, 2019.
- BARBOSA, L. R.; SOUZA, M. T. Formação docente para a inclusão: estratégias no Atendimento Educacional Especializado. *Educação e Pesquisa*, v. 46, n. 2, p. 301-320, 2020.
- COSTA, P. R.; SANTOS, A. R. O papel das tecnologias assistivas no AEE: uma análise crítica. *Cadernos de Educação*, v. 39, n. 1, p. 45-60, 2021.
- FERREIRA, R. M.; SILVA, D. C. Desafios e possibilidades do Atendimento Educacional Especializado no Brasil. *Perspectivas em Educação*, v. 10, n. 3, p. 99-117, 2019.
- GOMES, L. A.; OLIVEIRA, T. S. Inclusão escolar e AEE: análise de políticas públicas no Brasil. *Revista de Educação Especial*, v. 32, n. 4, p. 123-137, 2022.
- LOPES, F. J.; CARVALHO, S. R. Barreira atitudinal no contexto escolar: o impacto no AEE. *Ensino em Perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 57-71, 2021.
- MACHADO, E. F. NASCIMENTO, C. O. A contribuição do AEE para a educação inclusiva na escola regular. *Educação e Sociedade*, v. 42, n. 5, p. 149-166, 2023.
- MENDES, S. M.; ROCHA, V. L. A importância da família no processo de inclusão escolar: reflexões sobre o AEE. *Revista Inclusão*, v. 17, n. 1, p. 78-95, 2022.
- NUNES, P. T.; ALMEIDA, J. C. A integração entre professor regular e professor de AEE: desafios e estratégias. *Educação e Realidade*, v. 44, n. 3, p. 221-239, 2020.
- OLIVEIRA, R. L.; PEREIRA, D. F. Atendimento Educacional Especializado e práticas inclusivas: análise do contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 47, n. 1, p. 193-209, 2021.
- SILVA, M. A. COSTA, T. P. Formação continuada para o AEE: reflexões sobre a prática docente inclusiva. *Revista Educação em Foco*, v. 16, n. 3, p. 341-357, 2023.
- SOUZA, L. F.; OLIVEIRA, J. R. AEE na perspectiva inclusiva: revisão de literatura sobre desafios e oportunidades. *Cadernos de Educação Básica*, v. 13, n. 2, p. 245-260, 2022.
- TEIXEIRA, J. P.; BARROS, M. T. Atendimento Educacional Especializado: práticas pedagógicas e impactos na inclusão escolar. *Revista Educação Especial*, v. 35, n. 4, p. 89-103, 2024.

AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA PRÉ-ESCOLA

AUTISM AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION: REPORT OF AN INCLUSION EXPERIENCE OF A STUDENT WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER (ASD) IN PRESCHOOL

AUTISMO Y EDUCACIÓN INFANTIL: RELATO DE EXPERIENCIA DE INCLUSIÓN DE UNA ALUMNA CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN LA GUARDERÍA

Riviane Soares de Lima Silva Pinto
riviane_soares@hotmail.com

PINTO, Riviane Soares de Lima Silva. **Autismo e Educação Infantil: relato de experiência de inclusão de uma aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na pré-escola.** Revista internacional Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 45 – 51, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

RESUMO

Este artigo aborda o relato de experiência de inclusão de uma aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, em uma escola pública municipal no Rio Grande do Norte. O estudo explora a importância de um ambiente escolar estruturado, acolhedor e previsível para o desenvolvimento de Flor, uma criança de 4 anos com TEA, e como a adaptação curricular, estrutural e atitudinal são essenciais para garantir sua participação plena nas atividades escolares. A pesquisa, fundamentada em uma revisão bibliográfica sobre a Educação Infantil, Educação Inclusiva e TEA, evidencia os desafios enfrentados pela equipe escolar, como a falta de apoio adequado, e as potencialidades observadas, como a adaptação à rotina e a participação em atividades, ainda que parcial. O artigo conclui que a inclusão de alunos com TEA exige o trabalho colaborativo de toda a equipe escolar, a capacitação dos profissionais, e a valorização do trabalho coletivo, sendo fundamental para promover o aprendizado e a socialização desses estudantes.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Práticas pedagógicas inclusivas.

SUMMARY

This article discusses the experience of inclusion of a student with Autism Spectrum Disorder (ASD) in early childhood education, in a municipal public school in Rio Grande do Norte. The study explores the importance of a structured, welcoming and predictable school environment for the development of Flor, a 4-year-old child with ASD, and how curricular, structural and attitudinal adaptation are essential to ensure her full participation in school activities. The research, based on a bibliographical review of Early Childhood Education, Inclusive Education and ASD, highlights the challenges faced by the school team, such as the lack of adequate support, and the observed potentialities, such as adaptation to routine and participation in activities, even if partial. The article concludes that the inclusion of students with ASD requires the collaborative work of the entire school team, the training of professionals, and the appreciation of collective work, being fundamental to promote learning and socialization of these students.

Keywords: Inclusive Education. Autism Spectrum Disorder (ASD). Inclusive pedagogical practices.

RESUMEN

Este artículo aborda el relato de la experiencia de inclusión de una alumna con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la Educación Infantil, en una escuela pública municipal en el Rio Grande do Norte. El estudio explora la importancia de un entorno escolar estructurado, acogedor y predecible para el desarrollo de Flor, un niño de 4 años con TEA, y cómo la adaptación curricular, estructural y actitudinal son esenciales para garantizar su plena participación en las actividades escolares. La investigación, basada en una revisión bibliográfica sobre Educación Infantil, Educación Inclusiva y TEA, evidencia los desafíos que enfrenta el personal escolar, como la falta de apoyo adecuado, y las potencialidades observadas, como la adaptación a la rutina y la participación en actividades,

aunque sea parcial. El artículo concluye que la inclusión de alumnos con TEA requiere el trabajo colaborativo de todo el equipo escolar, la capacitación de los profesionales y la valorización del trabajo colectivo, siendo fundamental para promover el aprendizaje y la socialización de estos estudiantes.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Trastorno del Espectro Autista (TEA). Prácticas pedagógicas inclusivas.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e proporciona à criança a oportunidade de vivenciar experiências e conviver com pessoas fora do seu ambiente familiar, agora no contexto escolar. Nesse período de desenvolvimento da socialização, comunicação e autonomia, o objetivo é "ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar"(Brasil, 2018, p. 36).

As novas aprendizagens, nessa fase da Educação Infantil, ocorrem de maneira significativa por meio das interações e brincadeiras, nas quais as crianças têm a oportunidade de se apropriar de conhecimentos de forma ativa e participativa. Por meio de suas ações, explorações e da relação constante com seus pares e professores, elas constroem seu entendimento do mundo, desenvolvem habilidades cognitivas, emocionais e sociais, e ampliam seu repertório de experiências.

No ambiente escolar, há uma rica pluralidade que se manifesta de maneira significativa nas diversas vivências, culturas, personalidades e estruturas familiares dos alunos, além da convivência de estudantes típicos e atípicos. Essa diversidade constitui um elemento essencial para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e equitativa. Dentro desse contexto, a Educação Especial se destaca como uma modalidade fundamental, que atravessa todos os níveis de ensino, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o aprendizado efetivo dos estudantes.

Com foco no público-alvo, que inclui alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, essa modalidade busca promover a adaptação de estratégias pedagógicas e recursos necessários para que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam alcançar seu pleno potencial educacional e social.

A garantia de uma educação inclusiva e de qualidade está assegurada em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1988), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). A educação constitui um:

[...] direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem(Brasil, 2015, p. 6).

Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre a inclusão de uma aluna com Transtorno do Espectro Autista(TEA) na Educação Infantil, especificamente na pré-escola de uma instituição da rede pública municipal no estado do Rio Grande do Norte.

A pesquisa bibliográfica fundamenta os conhecimentos relacionados à Educação Infantil, Educação Inclusiva e ao TEA, oferecendo embasamento teórico para a discussão. Este estudo contribui para a reflexão acerca das práticas inclusivas realizadas pelo professor e pela equipe escolar, destacando a importância da unidade escolar como um espaço efetivamente inclusivo.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: COMPREENDENDO O QUE É

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição classificada no grupo dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), caracterizada por dificuldades nas áreas de socialização, comunicação e comportamento. Essas dificuldades se manifestam desde a infância e persistem ao longo da vida. Schmidt (2017) destaca que pais, educadores e profissionais da saúde enfrentam desafios distintos com cada criança, já que o espectro abrange uma ampla diversidade de características, diferentes níveis de necessidade de suporte e, frequentemente, a presença de outros transtornos associados.

Além disso, o TEA é marcado por padrões de comportamento repetitivos, interesses restritos e movimentos estereotipados. O DSM-5 (sigla para Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 5ª edição), um manual amplamente utilizado mundialmente para critérios diagnósticos, define o autismo como uma condição caracterizada por dificuldades significativas na interação social e na comunicação, acompanhadas por comportamentos restritos e repetitivos.

[...] padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades que mostram uma gama de manifestações de acordo com a idade e a capacidade, intervenções e apoios atuais. Comportamentos estereotipados ou repetitivos incluem estereotípias motoras simples, uso repetitivo de objetos e fala repetitiva. Adesão excessiva a rotinas e padrões restritos de comportamento podem ser manifestados por resistência a mudanças ou por padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal. Interesses altamente limitados e fixos [...] anormais em intensidade ou foco. Alguns encantamentos e rotinas podem estar relacionados a uma aparente hiper ou hiper-reatividades a estímulos sensoriais, manifestada por meio de respostas extremadas a sons e texturas específicos, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, encantamento por luzes ou objetos giratórios e, algumas vezes, aparente indiferença à dor, calor ou frio. Reações extremas ou rituais envolvendo gosto, cheiro, textura ou aparência da comida ou excesso de restrições alimentares são comuns, podendo constituir a forma de apresentação do transtorno do espectro autista (Apa, 2014, p. 98).

Assim, é possível afirmar que as crianças com TEA são únicas, devido às suas experiências, características individuais e relações, que vão além das especificidades do espectro. Nesse sentido, Orrú (2009) destaca que:

O autista, sendo um indivíduo único, é exclusivo enquanto pessoa. Embora tenha características peculiares no que se refere à síndrome, suas manifestações comportamentais diferenciam-se segundo seu nível linguístico e simbólico, quociente intelectual, temperamento, acentuação sintomática histórico de vida, ambiente, condições clínicas, assim como todos nós. Portanto, nem tudo que venha dar resultado para uma pessoa com autismo serve de referência positiva à outra pessoa com a mesma síndrome (Orrú, 2009, p.111.)

Para inclusão escolar dos alunos com TEA, destacamos a importância da adaptação da escola nas perspectivas atitudinais e curriculares, para respeitar as diferenças e promover o aprendizado, além do benefício da convivência de diferentes pares. Para o RCNEI(Brasil, 1998), “[...] há que se envolver toda a comunidade, de forma a que o trabalho desenvolvido tenha sustentação. É preciso considerar este trabalho como parte do projeto educativo da instituição”. Embora o documento tenha sido elaborado há mais de 20 anos, já se entendia que o processo educativo dos alunos da educação especial é uma responsabilidade compartilhada por toda a escola, e não apenas de um único professor.

CARACTERÍSTICAS DE FLOR

Flor é uma menina de 4 anos que frequenta a mesma escola pelo segundo ano consecutivo. Neste ano letivo, ela participa da turma do nível III, da pré-escola, no turno matutino. Aos 3 anos de idade, recebeu o diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista(TEA).

Flor apresenta alguns desafios, como dificuldades na comunicação oral, seletividade alimentar, sensibilidade tátil, além de dificuldades para interagir com os colegas, compreender expressões faciais e se adaptar ao ambiente proposto para as aulas e atividades. No entanto, ela também demonstra potencialidades, como uma forte conexão afetiva com sua professora e, em alguns momentos, com seus colegas. Além disso, Flor tem a capacidade de compreender os comandos solicitados. É frequente nas aulas, faltando apenas uma vez por semana para comparecer à terapia fonoaudiológica.

CARACTERÍSTICAS DA TURMA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA SALA DE AULA

A turma de Flor é composta por 14 crianças, sendo duas com diagnósticos de TEA(Transtorno do Espectro Autista) e TDAH(Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), além de uma criança em processo de investigação para o diagnóstico de TEA. A maioria dos alunos tem 4 anos, recém-completados, e já frequentam a escola há 2 anos.

A sala de aula é um espaço adaptado na instituição para receber essa turma, pois não havia mais salas de aula disponíveis. Vale destacar que o espaço utilizado apresenta algumas limitações, o que dificulta o pleno atendimento às necessidades de um ambiente inclusivo e adequado. A turma é conduzida por uma professora titular, que conta com o apoio de uma auxiliar de sala, responsável por colaborar nas atividades, como na higiene das crianças e na organização do espaço. É importante ressaltar que, ao contrário dos anos anteriores, neste ano não há a presença de uma cuidadora para auxiliar as crianças com deficiência.

COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

Levando em consideração as especificidades do Transtorno do Espectro Autista(TEA), mas, sobretudo, as características da aluna Flor, este relato busca compartilhar as experiências

vividas e as estratégias utilizadas no acompanhamento da aluna, refletindo sobre as dificuldades enfrentadas enquanto professora titular e como parte de uma equipe escolar. Durante os três meses em que conduzi a turma, tive a oportunidade de observar, interagir e mediar Flor nas atividades propostas para a etapa da Educação Infantil.

Flor utiliza fraldas e apresenta comportamentos característicos do TEA, os quais demandam atenção e apoio contínuo. Ela possui um padrão alimentar restrito, consumindo apenas os alimentos trazidos de casa. Mesmo assim, não se alimenta bem, mas o faz com certa autonomia. No momento do lanche, é necessário que a professora a ajude a higienizar as mãos e permaneça ao seu lado durante todo o tempo. Dessa forma, ela consegue consumir uma maior quantidade de comida sem se distrair com fugas ou jogando o alimento no chão. Contudo, em contrapartida, os demais alunos da turma ficam desassistidos e também necessitam da atenção da professora. Quando ela vai atender aos outros alunos, Flor foge, joga sua comida, deita-se no chão e não consome mais. Nessa situação, a colaboração de um cuidador ou de qualquer outro membro da equipe escolar seria de grande ajuda. Contudo, não há nenhuma colaboração, como se a aluna fosse exclusivamente responsabilidade da professora e não da instituição como um todo.

É perceptível que Flor apresenta sensibilidade tátil, demonstrando desconforto ao tocar alimentos como pão e bolo, ou materiais escolares como tinta e cola, comuns de manuseio na etapa da Educação Infantil. Como estratégia, buscamos utilizar pinças para minimizar o contato físico com os materiais escolares, além de oferecer ajuda para repartir os alimentos.

Além disso, Flor não fala, exceto pela palavra “mamãe”, que ocasionalmente usa para se referir à professora quando esta se ausenta da sala de aula para o momento de intervalo ou quando Flor chora, o que demonstra sua afetividade e confiança na figura da professora titular. Ela também apresenta boa coordenação motora ampla, com excelente desempenho em atividades de correr, saltar e subir. Quanto à coordenação motora fina, possui limitações, que se revelam principalmente nas atividades que exigem movimentos de pinça, como escrita, pintura, colagem e recorte.

No contexto social, Flor não interage com os colegas, mesmo quando eles tentam incluí-la nas brincadeiras. Quando abordada, costuma desviar o olhar ou afastar-se. Durante as atividades na sala, participa de forma parcial, caso tenha o auxílio da professora. Na roda de conversa, realizada diariamente, geralmente prefere manter-se afastada e só permanece parcialmente quando está no colo da professora, durante o momento de musicalização.

Cândido(2023, p. 40) discorre que “[...] é importante perceber que os déficits nas dimensões sócio comunicativa e comportamental [...] são características que podem favorecer o isolamento da pessoa com autismo em diversos espaços sociais, inclusive no espaço escolar”. A professora titular, diante das dificuldades mencionadas, busca se aproximar da aluna para incluí-la nas atividades realizadas pelo grupo. Mesmo que a interação com os colegas não ocorra diretamente, a adaptação das propostas é realizada para que a aluna possa participar de maneira inclusiva e significativa.

Diferentemente de boa parte das pessoas com TEA, Flor não apresenta sensibilidade auditiva, não se incomodando com as músicas e barulhos do espaço escolar. No ambiente da sala de aula, sua interação com brinquedos estruturados é mínima, preferindo brincar apenas no escorregador quando está no parque.

Um dos maiores desafios enfrentados é sua tendência a fugir dos espaços coletivos, como o refeitório, parque e sala de leitura. Nessas ocasiões, os colegas frequentemente ajudam, alertando a professora sobre a fuga e, às vezes, indo até onde Flor está; a auxiliar de turma também colabora nesse momento. Essa atitude solidária por parte das crianças é um aspecto positivo do ambiente inclusivo, mas também evidencia a necessidade de maior suporte para lidar com essas situações.

Mais uma vez, destacamos que o processo inclusivo não se faz apenas por um profissional ou apenas em uma sala de aula na escola. Em conformidade com Machado(2019), defendemos que a inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar vai além de garantir sua permanência na sala de aula; ela envolve sua participação ativa no convívio social, nas atividades coletivas e individuais. É fundamental que toda a equipe escolar esteja preparada para lidar com as adaptações necessárias, já que o autismo é uma condição que afeta o aluno de forma orgânica, gerando alterações sensoriais e comportamentais significativas para sua interação social, bem como para seu desenvolvimento educacional e social. É imprescindível o trabalho colaborativo da equipe, pois, por diversas vezes, por não receber ajuda, me senti sozinha na instituição, o que foi um percalço no trabalho com minha turma, não pela condição de Flor, mas pela falta de suporte.

Uma das potencialidades de Flor é demonstrar compreensão da rotina estabelecida com a turma, que se manteve inalterada com a chegada da professora, o que reflete sua capacidade de adaptação ao cotidiano estruturado. Sabemos da importância da rotina, sobretudo, para alunos com TEA. Nesse sentido, em conformidade com Grandin(1992), destacamos que a rotina e previsibilidade são essenciais para ajudar esses alunos a reduzir a ansiedade e entender melhor o ambiente ao seu redor. Estabelecer uma rotina clara e consistente pode facilitar o enfrentamento das demandas escolares e contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas.

É importante destacar que a frequência de Flor às aulas colabora para sua inclusão escolar, permitindo-lhe assimilar a rotina estabelecida e possibilitando seu desenvolvimento social e educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Flor demonstrou que, com um ambiente estruturado, acolhedor e previsível, é possível promover avanços no seu desenvolvimento. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil vai além da presença física desses estudantes na escola. As condições necessárias, como adaptação curricular, estrutural e atitudinal, são fundamentais para garantir o acesso e a permanência de forma igualitária a todos. O processo de inclusão exige, sobretudo, um trabalho colaborativo de toda a equipe escolar para promover o aprendizado e a socialização dos estudantes.

Através da experiência relatada, foi possível conhecer os desafios e as potencialidades de Flor e do processo inclusivo. Os desafios evidenciaram as lacunas que ainda precisam ser superadas no ambiente escolar, como a ausência de apoio suficiente por parte da instituição. As potencialidades mostraram uma adaptação à rotina, os colegas que incluem Flor, a participação

nos momentos e atividades propostas, mesmo que de forma parcial, e as estratégias adotadas para que isso seja possível.

Fica evidenciada a importância das práticas inclusivas, do planejamento, da capacitação de professores e demais profissionais da instituição escolar, um olhar atento da Secretaria de Educação e a valorização do trabalho coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APA. American Psychiatric Association. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-V. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.
- _____. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.
- _____. Lei nº 9.394/96 LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 nov. 2024.
- _____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Vol. 1, vol. 2, vol. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998
- _____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: SEESP/MEC, 2008. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.
- CÂNDIDO, Eliza Dias. Processo avaliativo usado com estudantes com autismo nos anos finais do ensino fundamental / Eliza Dias Cândido. - 2022. Disponível em: [Processo avaliativo usado Cândido 2022.pdf \(ufrn.br\)](#). Acesso em 30 nov. 2024.
- MACHADO, Gabriela Duarte Silva (2019). A importância da rotina para crianças autistas na Educação Básica. Revista Gepec Vida. número 9, volume 1 - 2019-2. Disponível em: < A IMPORTÂNCIA DA ROTINA PARA CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA | Duarte Silva Machado | Revista GepesVida>. Acesso em 30 nov. de 2024.
- ORRÚ, Sílvia Ester. Autismo, Linguagem e Educação: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.
- SCHMIDT, C. (2017). Transtorno do espectro autista: Onde estamos e para onde vamos. Psicologia em Estudo, 22(2), 221-230. Disponível em: < TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS | Psicologia em Estudo>. Acesso em 29 nov. 2024.

**ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DE
LIBRAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**
PEDAGOGICAL STRATEGIES FOR INCLUSION AND LEARNING OF BRAZILIAN
SIGN LANGUAGE (LIBRAS) IN SPECIAL EDUCATION
ESTRATEGIAS PEDAGÓGICAS PARA LA INCLUSIÓN Y APRENDIZAJE DE LA
LENGUA DE SEÑAS BRASILEÑA(LIBRAS) EN LA EDUCACIÓN ESPECIAL

Paula Castro Silva
paula-sud@hotmail.com

SILVA, Paula Castro. **Estratégias pedagógicas para a inclusão e aprendizagem de Libras na educação especial.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 52 – 62, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima - ricardomilitaodelima@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo geral analisar a importância vital das práticas pedagógicas e da aprendizagem significativa no contexto do ensino de Libras. Os objetivos específicos são: tecer uma exploração da Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel e sua aplicação no ensino de Libras; destacar as metodologias ativas e participativas com estudantes surdos. Este estudo se justifica diante do desafio de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos, especialmente no contexto do ensino de Libras, se propondo a investigar as lacunas existentes nas práticas pedagógicas atuais e a buscar soluções inovadoras que favoreçam uma aprendizagem mais significativa, participativa e alinhada aos diferentes perfis de aprendizes surdos. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, um estudo do tipo bibliográfico. Em síntese, a conclusão deste estudo destaca a importância de repensar continuamente as práticas pedagógicas no ensino de Libras. A busca por uma aprendizagem significativa demanda não apenas técnicas inovadoras, mas também uma compreensão sensível das experiências dos alunos surdos. Somente através desse compromisso genuíno com a inclusão e a significância, podemos aspirar a uma educação em Libras que verdadeiramente capacite e fortaleça a comunidade surda, contribuindo para um ambiente educacional mais equitativo e enriquecedor para todos.

Palavras-chaves. Metodologias ativas. Ensino de libras. Educação especial.

SUMMARY

This article aims to analyze the vital importance of pedagogical practices and meaningful learning in the context of teaching Brazilian Sign Language (Libras). The specific objectives are: to explore Ausubel's Theory of Meaningful Learning and its application in teaching Libras; to highlight active and participatory methodologies with deaf students. This study is justified by the challenge of ensuring inclusive and high-quality education for all, especially in the context of teaching Libras, seeking to investigate the gaps in current pedagogical practices and find innovative solutions that promote a more meaningful, participatory learning aligned with the diverse profiles of deaf learners. This is qualitative research with a bibliographic study approach. In summary, the conclusion of this study emphasizes the importance of continually rethinking pedagogical practices in teaching Libras. The pursuit of meaningful learning requires not only innovative techniques but also a sensitive understanding of the experiences of deaf students. Only through this genuine commitment to inclusion and significance can we aspire to an education in Libras that truly empowers and strengthens the deaf community, contributing to a more equitable and enriching educational environment for all.

Keywords: Active methodologies. Teaching Libras. Special education.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la importancia vital de las prácticas pedagógicas y el aprendizaje significativo en el contexto de la enseñanza de la Lengua de Señas Brasileña (Libras). Los objetivos específicos son: explorar la Teoría del Aprendizaje Significativo de Ausubel y su aplicación en la enseñanza de Libras; destacar las metodologías activas y participativas con estudiantes sordos. Este estudio se justifica ante el desafío de garantizar una educación inclusiva y de calidad para todos, especialmente en el contexto de la enseñanza de Libras, proponiéndole investigar las brechas existentes en las prácticas pedagógicas actuales y buscar soluciones innovadoras que favorezcan un aprendizaje más significativo, participativo y alineado con los diferentes perfiles de los estudiantes sordos. Esta es una investigación de enfoque cualitativo, un estudio bibliográfico. En resumen, la conclusión de este estudio destaca la importancia de repensar continuamente las prácticas pedagógicas en la

enseñanza de Libras. La búsqueda de un aprendizaje significativo requiere no solo técnicas innovadoras, sino también una comprensión sensible de las experiencias de los estudiantes sordos. Solo a través de este compromiso genuino con la inclusión y la significación podemos aspirar a una educación en Libras que realmente capacite y fortalezca a la comunidad sorda, contribuyendo a un ambiente educativo más equitativo y enriquecedor para todos. **Palabras clave:** Metodologías activas. Enseñanza de Libras. Educación especial.

INTRODUÇÃO

O ensino de Libras vai além da simples transmissão de sinais; ele é um processo intrinsecamente ligado à construção de identidade e comunicação eficaz para os surdos. Nesse cenário, as práticas pedagógicas desempenham um papel crucial na promoção de experiências educacionais enriquecedoras e adaptadas às necessidades específicas dos alunos surdos. A compreensão da Teoria da Aprendizagem Significativa de David Ausubel fornece a base conceitual para desenvolver abordagens que considerem a bagagem linguística e cultural dos estudantes, garantindo que a aprendizagem seja relevante e duradoura (Mendonça *et al.*, 2018).

Ao explorar metodologias ativas e participativas no ensino de Libras, os educadores têm a oportunidade de envolver os alunos de maneira ativa na construção do conhecimento. O uso de estratégias dinâmicas, como aprendizagem baseada em problemas, sala de aula invertida e atividades práticas, promove a aplicação real da língua de sinais, estimulando a participação ativa dos alunos e, assim, favorecendo a internalização dos conceitos. Ao abraçar abordagens inclusivas e dinâmicas, os educadores contribuem não apenas para o desenvolvimento linguístico dos alunos surdos, mas também para sua integração cultural, construção de identidade e participação plena na sociedade (Cananea, 2019).

Considerando a diversidade de estilos de aprendizagem, contextos culturais e necessidades individuais, questiona-se: De que maneira as metodologias ativas e participativas podem ser aplicadas de forma a potencializar a aprendizagem de Libras, contribuindo não apenas para o desenvolvimento linguístico, mas também para a construção de identidade e participação social dos estudantes surdos?

Desse modo, esse artigo tem como objetivo geral analisar a importância vital das práticas pedagógicas e da aprendizagem significativa no contexto do ensino de Libras. Os objetivos específicos são: tecer uma exploração da Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel e sua aplicação no ensino de Libras; destacar as metodologias ativas e participativas com estudantes surdos; identificar como a LIBRAS pode ser integrada no currículo de forma a garantir a inclusão educacional.

Este estudo se justifica diante do desafio de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos, especialmente no contexto do ensino de Libras, ao se propor investigar as lacunas existentes nas práticas pedagógicas atuais e buscar soluções inovadoras que favoreçam uma aprendizagem mais significativa, participativa e alinhada aos diferentes perfis de aprendizes surdos. A necessidade de uma abordagem que respeite as especificidades da língua de sinais e as identidades culturais dos surdos é fundamental para promover uma educação verdadeiramente inclusiva. A falta de estratégias pedagógicas adequadas e personalizadas para atender a essa diversidade é uma das principais barreiras para a efetiva inclusão educacional de estudantes surdos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE LIBRAS

Embasado nas teorias da aquisição de linguagem, o ensino de Libras leva em consideração os estágios de desenvolvimento linguístico, proporcionando atividades e contextos adequados para cada fase. A compreensão dessas teorias orienta práticas pedagógicas que respeitam o processo natural de aquisição linguística (Dantas, 2018).

A perspectiva sociolinguística contribui para o entendimento do papel da Libras na comunidade surda. Essa abordagem destaca a importância da língua de sinais como fator identitário e social, influenciando as práticas de ensino para refletir a riqueza cultural associada à Libras. A abordagem comunicativa coloca a ênfase no uso prático da linguagem para a comunicação efetiva. No contexto do ensino de Libras, isso implica em práticas pedagógicas que promovem a interação e a expressão linguística em situações cotidianas (Cananea, 2019).

A natureza visual-gestual da Libras orienta uma pedagogia que incorpora elementos visuais e gestuais no processo de ensino. Estratégias visuais e atividades práticas são essenciais para garantir uma aprendizagem eficaz e significativa. A aplicação de metodologias ativas, como o aprendizado baseado em projetos e a resolução de problemas, promove a participação ativa dos alunos surdos no processo educacional. Essas abordagens incentivam a aplicação prática da Libras em situações reais (Rabelo, 2018).

A perspectiva da acessibilidade, apoiada pela tecnologia assistiva, direciona a inclusão de recursos que facilitem o ensino e aprendizagem de Libras. Ferramentas digitais e materiais adaptados garantem a acessibilidade e promovem a efetividade do ensino. O ensino de Libras está alinhado com os princípios da educação inclusiva. Isso implica na criação de ambientes educacionais que respeitem a diversidade linguística, cultural e cognitiva, garantindo a participação plena dos estudantes surdos (Barboza *et al.*, 2018).

A neurociência, especificamente os estudos sobre plasticidade neural, destaca a importância do ensino precoce e consistente de Libras. Essa fundamentação reforça a necessidade de intervenções educacionais que aproveitem a plasticidade cerebral para otimizar o aprendizado da língua de sinais (Cananea, 2019). A base teórica para o ensino de Libras também incorpora a compreensão das legislações e políticas educacionais que garantem a oferta da língua de sinais como disciplina curricular e a promoção de práticas inclusivas em instituições de ensino. A legislação reforça a importância do reconhecimento oficial da Libras como meio legal de comunicação e expressão (Lacerda; Santos, 2020).

No contexto da educação em Libras, o construtivismo desempenha um papel crucial. A abordagem construtivista enfatiza a construção ativa do conhecimento pelos alunos, promovendo a participação e a reflexão como elementos fundamentais no processo de aprendizagem. A língua de sinais, como a Libras, é uma língua visual-gestual, e a aprendizagem significativa nesse contexto envolve não apenas a compreensão dos sinais, mas também a internalização das estruturas linguísticas e a capacidade de expressão própria (Schiavon, 2020). O Interacionismo, influenciado por Vygotsky, destaca a importância da interação social no processo de aprendizagem. Na educação em Libras, isso se traduz na valorização da interação entre surdos e ouvintes, promovendo uma abordagem inclusiva (Lacerda; Santos, 2020).

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA COM FOCO NA INCLUSÃO NO ENSINO DE LIBRAS

A aprendizagem significativa no ensino de Libras fundamenta-se na Teoria da Aprendizagem Significativa, proposta por David Ausubel. Esta teoria destaca a importância de conectar novos conhecimentos aos conhecimentos prévios dos alunos, tornando a aprendizagem mais significativa e duradoura (Mendonça *et al.*, 2018).

No contexto do ensino de Libras, a aplicação da teoria de Ausubel destaca a importância de estabelecer conexões com os conhecimentos prévios dos alunos surdos. Isso implica reconhecer a bagagem linguística e cultural de cada aprendiz como base para a construção de novos conhecimentos em Libras (Barboza *et al.*, 2018).

A aprendizagem de Libras é significativa quando os sinais e conceitos são percebidos como relevantes para a vida dos alunos surdos. Ao conectar a língua de sinais a situações reais e práticas, os educadores podem promover a assimilação e acomodação de conhecimentos de forma mais eficaz (Cananea, 2019).

A teoria de Ausubel destaca a importância de considerar a estrutura cognitiva individual de cada aluno. No ensino de Libras, isso implica em reconhecer que cada aprendiz tem uma experiência única e, portanto, a abordagem pedagógica deve ser adaptada às suas necessidades específicas. A aplicação da teoria de Ausubel no ensino de Libras envolve a organização hierárquica dos conteúdos, apresentando os sinais de forma estruturada e progressiva. Isso facilita a assimilação gradual dos conceitos, permitindo que os alunos construam conhecimentos de maneira lógica (Lacerda; Santos, 2020).

Os organizadores prévios são ferramentas que auxiliam na ancoragem de novas informações. No ensino de Libras, o uso de organizadores prévios, como vídeos introdutórios ou discussões contextualizadas, pode preparar os alunos para absorverem novos sinais de forma mais significativa. A comunicação em Libras é uma prática constante na aplicação da teoria de Ausubel. A partir da interação social e da expressão linguística, os alunos surdos têm a oportunidade de construir significados de maneira ativa e participativa (Dantas, 2018).

Ausubel defende a importância das atividades práticas para a aprendizagem significativa. No ensino de Libras, atividades como dramatizações, diálogos e jogos comunicativos promovem a aplicação prática dos sinais, favorecendo a assimilação e internalização. A teoria de Ausubel também destaca a relevância do feedback construtivo. No contexto de Libras, o feedback orientado para a aprendizagem enfatiza o progresso individual, incentivando a melhoria contínua na expressão e compreensão da língua de sinais (Cananea, 2019).

A criação de materiais didáticos significativos é crucial para a aplicação da teoria de Ausubel. No ensino de Libras, esses materiais devem ser cuidadosamente elaborados para promover a construção ativa de conhecimentos, incorporando situações autênticas e recursos visuais. Ausubel destaca também a importância de integrar a cultura no processo de aprendizagem. No ensino de Libras, isso implica reconhecer e incorporar elementos da cultura surda nas atividades, promovendo uma compreensão mais ampla e enriquecedora da língua de sinais (Lacerda; Santos, 2020).

A teoria de Ausubel sugere uma abordagem de avaliação formativa e processual. No ensino de Libras, avaliações regulares que consideram o progresso individual e a adaptação constante do ensino são essenciais para garantir uma aprendizagem significativa e contínua (Rabelo, 2018). Considerando a natureza visual e gestual da língua de sinais, a aprendizagem significativa em Libras incorpora elementos sensoriais e visuais. A riqueza desses estímulos contribui para a compreensão mais profunda e efetiva dos conceitos. O construtivismo, aliado à aprendizagem ativa, destaca a importância de os alunos serem protagonistas na construção de seu próprio conhecimento. O ensino de Libras promove atividades práticas, diálogos e situações do cotidiano para que a aprendizagem seja ativa e envolvente (Cananea, 2019).

A linguagem em Libras é considerada não apenas como um meio de comunicação, mas como uma ferramenta fundamental na construção de significados. Cada sinal é uma unidade de significado que os aprendizes utilizam para estruturar seu conhecimento sobre o mundo. A metodologia visual e vivencial é essencial na aprendizagem de Libras. A exposição constante a situações práticas, vídeos e materiais visuais permite que os alunos associem sinais a contextos específicos, contribuindo para uma aprendizagem mais rica e contextualizada (Cananea, 2019).

A aprendizagem de Libras leva em consideração as características cognitivas dos aprendizes surdos. O processamento visual é central nesse contexto, influenciando a forma como as informações visuais são absorvidas e internalizadas. A organização dos conteúdos de Libras por temas relevantes e do interesse dos alunos favorece a aprendizagem significativa. Isso permite que os aprendizes conectem os sinais a situações práticas e reais em suas vidas (Gonçalves; Santos, 2020).

A aprendizagem de Libras visa ao desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos. Isso implica não apenas na reprodução mecânica de sinais, mas na capacidade de expressar e compreender mensagens de forma significativa. A abordagem de aprendizagem significativa em Libras reconhece as diferenças individuais dos alunos. A diversidade de estilos de aprendizagem é considerada, possibilitando que cada aluno construa significados de acordo com sua própria experiência (Mendonça *et al.*, 2018).

A aprendizagem significativa em Libras está intrinsecamente relacionada ao reconhecimento e valorização da cultura surda. A língua de sinais não é apenas um meio de comunicação, mas também um componente essencial da identidade linguística e cultural dos surdos. A neuroplasticidade, a capacidade do cérebro de se adaptar e reorganizar, é uma base teórica importante. Ela sustenta a ideia de que, mesmo em idades avançadas, é possível aprender Libras de forma significativa, aproveitando a plasticidade cerebral (Rabelo, 2018).

A aprendizagem significativa em Libras é intrinsecamente ligada à inclusão. A promoção de ambientes de aprendizagem colaborativa, onde surdos e ouvintes interagem, contribui para uma compreensão mais profunda e compartilhada da língua de sinais. A avaliação na aprendizagem de Libras é compreendida como um processo contínuo e formativo (Dantas, 2018).

Diagnósticos regulares permitem ajustes na abordagem pedagógica, garantindo que os alunos estejam construindo significados de maneira consistente. A aprendizagem significativa de Libras está respaldada por legislações e direitos educacionais que garantem o acesso à língua de sinais como um direito fundamental. Essas leis reforçam a importância de uma abordagem pedagógica que promova uma aprendizagem eficaz e significativa em Libras (Gonçalves; Santos, 2020).

METODOLOGIAS ATIVAS E SIGNIFICATIVAS NO ENSINO DE LIBRAS: ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO

Com a crescente valorização da educação inclusiva, metodologias ativas e significativas têm sido cada vez mais adotadas como estratégias pedagógicas para promover a aprendizagem efetiva desses alunos. Essas metodologias, que priorizam o protagonismo dos estudantes e a construção do conhecimento de forma prática e interativa, são essenciais para criar um ambiente de ensino mais acessível e dinâmico (França *et al.*, 2020).

As metodologias ativas, que incentivam a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem, têm ganhado destaque no ensino de LIBRAS. De acordo com Cortês (2018) essas metodologias favorecem a autonomia do aluno, permitindo que ele se envolva de forma mais significativa no aprendizado. Para os alunos surdos, o uso de metodologias ativas possibilita a vivência da língua de forma contextualizada, como, por exemplo, em atividades práticas que envolvem a troca de experiências e a utilização de LIBRAS no dia a dia escolar. A aprendizagem de LIBRAS, nesse contexto, vai além do simples aprendizado de sinais, sendo uma imersão cultural que fortalece a identidade surda.

A utilização de metodologias ativas e participativas no ensino de Libras está ancorada na abordagem construtivista, que valoriza o papel ativo na sociedade de conhecimento do aluno. A ideia central é que os aprendizes surdos não são receptores, mas construtores de significado de meio por interação (Gonçalves; Santos, 2020). A aprendizagem baseada em projetos (ABP) é uma metodologia ativa que coloca os alunos diante de desafios e problemas reais, incentivando a resolução colaborativa. No contexto da Libras, a ABP pode envolver situações comunicativas do dia a dia, promovendo a aplicação prática do idioma (Lacerda; Santos, 2020).

A aprendizagem cooperativa enfatiza a colaboração entre os alunos para atingir objetivos comuns. No ensino de Libras, essa abordagem pode incentivar a prática constante da língua por meio de atividades em grupo, debates e projetos colaborativos. A ABP envolve a realização de projetos práticos que demandam a aplicação dos conhecimentos adquiridos. Para o ensino de Libras, projetos que envolvam a produção de vídeos, apresentações ou encenações em Libras podem ser altamente eficazes (Santos, 2019).

A gamificação é uma estratégia que incorpora elementos de jogos no processo de aprendizagem. No contexto da Libras, jogos educativos, quiz interativos e atividades lúdicas podem tornar o aprendizado mais envolvente e motivador. A sala de aula invertida propõe que os alunos estudem o conteúdo em casa e utilizem o tempo em sala de aula para atividades práticas e discussões. Para o ensino de Libras, isso poderia envolver pré-estudo de sinais e a prática intensiva durante as aulas (Lima; Barbosa, 2019).

A utilização de metodologias ativas no ensino de LIBRAS também envolve o uso de recursos tecnológicos, como softwares educativos e vídeos em LIBRAS, que proporcionam uma experiência mais imersiva para os alunos. França *et al.* (2020) destacam que as tecnologias assistivas podem ser fundamentais para o ensino de LIBRAS, pois elas ampliam as possibilidades de aprendizagem e permitem que os alunos surdos acessem conteúdos de forma mais interativa e personalizada. O uso de vídeos e jogos educativos, por exemplo, estimula o engajamento dos alunos, tornando o processo de ensino mais atrativo e eficaz.

A tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental nas metodologias ativas em Libras. Ferramentas como vídeo aulas, plataformas online interativas e aplicativos específicos

contribuem para a criação de ambientes de aprendizado dinâmicos e acessíveis. As metodologias ativas no ensino de Libras também podem focar no desenvolvimento de habilidades sociais. Atividades que promovam interações significativas e respeitadas em Libras são essenciais para o aprimoramento das competências comunicativas dos alunos (Gonçalves; Santos, 2020).

A abordagem de ensino por pares envolve a colaboração entre os próprios alunos. No contexto da Libras, os estudantes podem ensinar uns aos outros, promovendo a prática constante da língua de sinais. Considerando a diversidade de níveis de proficiência em Libras, as metodologias ativas devem ser adaptadas para atender às necessidades específicas de cada aluno. Atividades diferenciadas podem ser oferecidas para garantir um desafio adequado a cada estudante (Lacerda; Santos, 2020).

No entanto, para que as metodologias ativas no ensino de LIBRAS sejam realmente eficazes, é necessário que os professores estejam preparados para utilizá-las adequadamente. A esse respeito, Schiavon (2020) afirma que a formação de professores é um dos pilares para o sucesso dessas metodologias. Muitos educadores ainda não possuem formação suficiente em LIBRAS ou em práticas pedagógicas inclusivas, o que pode dificultar a aplicação dessas estratégias no dia a dia da sala de aula. A formação continuada dos professores, portanto, deve ser uma prioridade para garantir que as metodologias ativas sejam aplicadas de maneira eficaz.

Outra abordagem que pode ser integrada ao ensino de LIBRAS é o uso de atividades colaborativas, que incentivam a interação entre os alunos surdos e ouvintes. Mendonça *et al.*, (2018) destacam que o trabalho colaborativo proporciona um espaço para que os alunos compartilhem experiências e aprendam uns com os outros. Além disso, a interação com colegas ouvintes, quando mediada por LIBRAS, pode favorecer a inclusão social e a construção de pontes entre as diferentes culturas linguísticas presentes na escola.

A aprendizagem significativa no ensino de LIBRAS também implica em uma adaptação curricular que considere as necessidades e o ritmo de aprendizado de cada aluno. Barbosa *et al.*, (2018) afirmam que a adaptação do currículo é essencial para que os alunos surdos possam aprender de forma plena e eficaz. Isso inclui o uso de materiais didáticos adaptados, como livros em LIBRAS e a construção de atividades que respeitem as especificidades linguísticas dos alunos surdos. A adaptação curricular, portanto, é uma das estratégias-chave para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário ao conteúdo e possam participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, as metodologias ativas também podem ser um importante recurso para o desenvolvimento da autonomia dos alunos surdos. Ao permitir que os alunos escolham suas próprias atividades ou projetos, os professores incentivam o pensamento crítico e a responsabilidade pela aprendizagem. Rocha *et al.*, (2018) destacam que a autonomia no processo educativo favorece a autoestima e o senso de pertencimento, elementos essenciais para a inclusão efetiva dos alunos surdos. Ao se tornarem mais independentes em seu aprendizado, os alunos surdos se sentem mais preparados para enfrentar os desafios do ambiente escolar.

METODOLOGIA

A revisão bibliográfica realizada teve como base de dados principais as plataformas de acesso acadêmico, como Google Scholar, Scielo e PubMed, que disponibilizam artigos

revisados por pares e recursos especializados na área de educação especial e linguística. As palavras-chave utilizadas para a busca foram: metodologias ativas, ensino de LIBRAS e educação especial no período temporal entre 2018 a 2024

Os critérios de inclusão para os artigos foram: publicações realizadas nos últimos dez anos, que abordassem práticas pedagógicas e estratégias de ensino de LIBRAS, com foco em metodologias ativas e significativas na educação inclusiva. Além disso, foram incluídos apenas artigos que passaram por revisão por pares, garantindo sua qualidade científica. O critério de exclusão envolveu a eliminação de estudos que não estavam diretamente relacionados ao ensino de LIBRAS ou que abordavam teorias educacionais de maneira genérica, sem se conectar diretamente à questão da inclusão de alunos surdos.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados artigos que apresentavam resultados e metodologias consistentes sobre o uso de LIBRAS no ensino inclusivo. A análise desses artigos contribuiu para a construção de uma base sólida de conhecimento sobre as melhores práticas pedagógicas aplicáveis no contexto educacional dos surdos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa indicam que a aprendizagem de Libras tem sido cada vez mais reconhecida como essencial para a formação de professores bilíngues, especialmente dentro de uma perspectiva inclusiva, conforme enfatizado por Barboza et al.(2018). A importância da Libras para a comunicação de alunos surdos nas escolas é um aspecto central para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e para a promoção de um ambiente de aprendizado mais acessível e diversificado. A formação de professores bilíngues permite a adaptação do currículo e a utilização de metodologias adequadas para o ensino de surdos, garantindo uma inclusão efetiva nas escolas.

Além disso, os estudos revisados revelaram que o uso de Libras na educação infantil, como explorado por Cananea(2019), contribui significativamente para a inclusão precoce de crianças surdas. A implementação de projetos que incentivam a interação com a língua de sinais desde os primeiros anos de vida escolar favorece o desenvolvimento de habilidades comunicativas e cognitivas, estabelecendo uma base sólida para a aprendizagem ao longo da trajetória educacional. A experiência descrita no Projeto Aponte, por exemplo, demonstrou como o uso de Libras pode promover a integração entre alunos ouvintes e surdos, enriquecendo o ambiente educacional e ampliando a compreensão da diversidade.

No entanto, a inclusão de surdos na educação infantil ainda enfrenta desafios significativos. A pesquisa de Cortês(2018) aponta que, embora a inclusão tenha sido ampliada, as práticas pedagógicas para crianças surdas frequentemente carecem de um maior envolvimento com as metodologias adequadas para garantir a comunicação eficaz e o desenvolvimento pleno da criança surda. A autora destaca que o "despertar das mãos", ou seja, o processo de aprender e ensinar Libras de forma natural e espontânea, é fundamental para que a criança surda se sinta parte do ambiente educacional, o que reforça a necessidade de formar educadores que compreendam profundamente a língua de sinais.

Dantas(2018) também observa que a escolarização de surdos enfrenta obstáculos devido à falta de uma abordagem pedagógica que favoreça o desenvolvimento da identidade surda e

da língua de sinais. A educação infantil, muitas vezes, ainda é marcada pela tentativa de adaptar a criança surda ao modelo da educação tradicional, sem levar em consideração as especificidades da comunicação visual e gestual. A autora propõe que os caminhos para a inclusão devem ser repensados, com ênfase na valorização da identidade surda e na utilização de Libras como meio fundamental para o processo de aprendizagem.

A utilização de tecnologias digitais também tem sido uma importante ferramenta no ensino de Libras. A pesquisa de França et al.(2020) indica que as tecnologias educacionais têm um papel relevante ao proporcionar recursos que facilitam o aprendizado da língua de sinais, tanto para alunos surdos quanto para ouvintes. A combinação de recursos audiovisuais e interativos pode tornar o ensino de Libras mais acessível e dinâmico, oferecendo novas possibilidades para a formação de professores e a inclusão de alunos surdos.

Gonçalves e Santos(2020) reforçam a ideia de que a alfabetização de crianças surdas, quando feita de forma consistente e respeitando as especificidades da língua de sinais, é crucial para a construção de uma identidade positiva e para a aprendizagem efetiva. As concepções de alfabetização para surdos devem ser amplamente discutidas, pois influenciam diretamente na maneira como os alunos surdos se relacionam com o mundo e se expressam. A língua de sinais, portanto, não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas também um meio para o desenvolvimento cognitivo e social desses alunos.

Lima e Barbosa(2019) destacam que o ensino de Libras para crianças ouvintes também têm mostrado resultados positivos, especialmente quando implementado em contextos de educação inclusiva. A experiência de ensinar Libras para crianças ouvintes não só contribui para a integração de alunos surdos, mas também promove uma maior compreensão e respeito pela diversidade linguística e cultural. Essa abordagem, conforme a pesquisa, ajuda a sensibilizar as crianças para a convivência com a diferença, criando um ambiente mais acolhedor e respeitoso.

A pesquisa de Mendonça *et al.*,(2018) revela que a inclusão da Libras como componente curricular na educação básica é uma prática essencial para a promoção da cidadania plena dos surdos. A presença de Libras no currículo escolar contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para viver em uma sociedade diversificada, além de melhorar as interações entre surdos e ouvintes dentro da comunidade escolar.

Rabelo(2018) enfatiza a importância de práticas pedagógicas adaptadas para bebês surdos na educação infantil, ressaltando a necessidade de um olhar atento e inclusivo que considere as necessidades específicas dessas crianças. O olhar sobre a inclusão desde os primeiros anos de vida é crucial para o desenvolvimento da linguagem e da identidade surda, e práticas pedagógicas adequadas podem garantir que o bebê surdo tenha uma trajetória educacional mais equilibrada e significativa.

A pesquisa de Rocha *et al.*(2018) sobre as tecnologias para o ensino de LIBRAS também se alinha com a necessidade de inovar as práticas pedagógicas. A revisão sistemática da literatura revelou que as tecnologias têm potencial para transformar o ensino de Libras, tornando-o mais acessível, interativo e atrativo para os alunos surdos. Essas tecnologias podem ser um importante suporte para professores e alunos, criando novos meios de aprendizagem e ampliando as possibilidades de interação.

Santos(2019) discute como o Atendimento Educacional Especializado(AEE) pode ser um suporte fundamental no ensino de Libras para alunos surdos. O AEE visa garantir que os

alunos recebam o apoio necessário para desenvolver suas habilidades de comunicação e aprendizagem, adaptando as metodologias de ensino às suas necessidades individuais. O uso da Libras no AEE contribui para a inclusão plena do aluno surdo, favorecendo sua interação no ambiente escolar e seu desenvolvimento acadêmico.

Similar a esse raciocínio, Schiavon(2020) destaca que a utilização de salas de recursos e classes comuns no ensino de surdos é uma prática pedagógica eficaz, desde que implementada de forma integrada e colaborativa. O uso de Libras nessas modalidades de ensino oferece aos alunos surdos as condições necessárias para que participem ativamente das atividades escolares e se sintam verdadeiramente incluídos no ambiente escolar. A adaptação das práticas pedagógicas e a capacitação dos professores são essenciais para que essas estratégias sejam eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões e reflexões apresentadas ao longo deste trabalho, é possível afirmar que o objetivo proposto foi alcançado. O estudo sobre as metodologias ativas e participativas no ensino de Libras, dentro de uma perspectiva inclusiva, permitiu não apenas compreender a relevância dessas práticas pedagógicas, mas também observar como elas contribuem significativamente para a aprendizagem dos estudantes surdos. A pesquisa revelou que, ao integrar teorias como a de Ausubel e aplicar metodologias inovadoras, como a aprendizagem baseada em problemas e a sala de aula invertida, é possível promover uma educação mais acessível, contextualizada e eficaz para a comunidade surda.

Além disso, ficou evidente que a educação em Libras vai além da simples transmissão de sinais, sendo fundamental considerar a individualidade e as especificidades culturais dos alunos surdos. As metodologias ativas, ao serem aplicadas de forma adaptada e sensível às necessidades de cada estudante, promovem a participação ativa, o desenvolvimento de habilidades sociais e a valorização da identidade cultural surda. Isso fortalece a autonomia dos alunos e cria um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso.

Por fim, este trabalho destacou a importância de práticas pedagógicas flexíveis, que respeitem a diversidade da comunidade surda e que favoreçam a construção de uma aprendizagem significativa. A reflexão sobre a aplicabilidade dessas metodologias e a conexão com as teorias de aprendizagem demonstraram que a educação em Libras, quando orientada por abordagens inclusivas e adaptativas, têm um impacto positivo no processo de ensino-aprendizagem, cumprindo assim os objetivos estabelecidos para este estudo.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, C. F. S.; et al. importância da aprendizagem de Libras para a formação de professores bilíngues dentro de uma perspectiva inclusiva. INES – Revista Espaço, v.43, n.1, p.192-218, 2018.
- CANANEA, L. B. O Uso da Libras Na Educação Infantil: Uma Experiência Inclusiva no Projeto Aponte. Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa, 2019.
- CÔRTEZ, Diolira Maria. “Brincar–vem”: a criança surda na educação infantil e o despertar das mãos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

- DANTAS, Aleine Eduardo Fernandes Motta Moreira. Os [des] caminhos da escolarização na surdez: examinando a Educação Infantil na fortaleza dos que ouvem com os olhos e falam com as mãos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- FRANÇA, George; et al. O Uso De Tecnologias Digitais Educacionais Para O Ensino aprendizagem Da Comunidade Surda. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.9 – 2020.
- GONÇALVES, Arlete Marinho. SANTOS, Antônio Luís Parlandin dos. Alfabetização da Criança Surda: Concepções e Identidades. Espaço do Currículo, v. 5, n1, p.226-238, junho a dezembro de 2020.
- LIMA, A. G.; BARBOSA, A. R. de C. S. O Ensino de Libras Para Crianças Ouvintes: Uma Experiência na Educação Infantil. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Bahia, 2019.
- MENDONÇA, L. M. et al. A Importância Da Libras Como Componente Curricular Na Educação Básica. Revista Educação: Saberes e Práticas, v. 7, n. 1. Brasília, 2018.
- RABELO, Dayane Bollis. O bebê surdo na Educação Infantil: Um olhar sobre inclusão e práticas pedagógicas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- ROCHA, P. S. R.; et al. Tecnologias para o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Uma Revisão Sistemática da Literatura. Revista Brasileira de Informática na Educação, v.26, n.3, p. 42- 60, mar.-set. 2018.
- SANTOS, Wasley de Jesus. Ambiente de Ensino-Aprendizagem da Libras: o AEE para alunos surdos. Wasley de Jesus Santos. Revista Virtual de Cultura Surda. Ed. Arara Azul, ed. nº11, junho de 2019.
- SCHIAVON, Daiane Natalia. Práticas pedagógicas com alunos Surdos: Sala de Recursos e Classe Comum. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2020.

O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
THE TEACHER AND INCLUSIVE EDUCATION
EL PROFESOR Y LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Josemar Tizzoni
jtizzoni@yahoo.com.br

TIZZONI, Josemar. **O professor e a educação inclusiva**. Revista internacional Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 63 – 73, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão - tobias_175@hotmail.com

RESUMO

A educação inclusiva busca garantir o direito de todos os alunos à aprendizagem, respeitando e valorizando suas diferenças e particularidades. No contexto brasileiro, essa abordagem enfrenta desafios significativos, incluindo lacunas na formação dos professores, falta de infraestrutura adequada e dificuldades na implementação de políticas públicas. Embora leis e diretrizes de inclusão escolar estejam estabelecidas, muitos educadores relatam sentir-se despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, devido à formação limitada em práticas inclusivas. A carência de recursos materiais e humanos nas escolas, como intérpretes e auxiliares pedagógicos, agrava as dificuldades de implementação de políticas inclusivas, especialmente em regiões de menor investimento. De modo que a educação inclusiva tem se tornado um tema central nas discussões sobre a formação de professores e as práticas pedagógicas no Brasil. O objetivo geral da pesquisa é analisar o papel do professor na promoção da educação inclusiva, identificando as práticas pedagógicas, desafios e necessidades formativas que impactam a efetividade da inclusão de alunos com diferentes habilidades e necessidades em sala de aula. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica, com textos que abordem experiências de inclusão escolar no contexto brasileiro, publicações com análise empírica de práticas e políticas inclusivas, e estudos sobre formação docente para inclusão. Os resultados e discussões da pesquisa revelam importantes aspectos sobre a educação inclusiva no contexto brasileiro, organizados em eixos temáticos que abordam a formação de professores, as políticas educacionais, as práticas pedagógicas e as percepções da comunidade escolar sobre a inclusão. Conclui-se, assim, que a promoção de uma educação inclusiva efetiva demanda um compromisso coletivo, que envolva não apenas a reformulação das práticas pedagógicas e a capacitação docente, mas também uma alocação de recursos que assegure a infraestrutura necessária para atender às necessidades de todos os estudantes.

Palavra-Chave: Educação Inclusiva. Inclusão. Práticas Pedagógicas.

SUMMARY

Inclusive education seeks to guarantee the right of all students to learn, respecting and valuing their differences and particularities. In the Brazilian context, this approach faces significant challenges, including gaps in teacher training, lack of adequate infrastructure, and difficulties in implementing public policies. Although laws and guidelines for school inclusion are established, many educators report feeling unprepared to deal with diversity in the classroom, due to limited training in inclusive practices. The lack of material and human resources in schools, such as interpreters and teaching assistants, exacerbates the difficulties in implementing inclusive policies, especially in regions with lower investment. Thus, inclusive education has become a central theme in discussions about teacher training and pedagogical practices in Brazil. The general objective of the research is to analyze the role of the teacher in promoting inclusive education, identifying pedagogical practices, challenges, and training needs that impact the effectiveness of the inclusion of students with different abilities and needs in the classroom. The methodology consisted of a bibliographic review of texts that address experiences of school inclusion in the Brazilian context, publications with empirical analysis of inclusive practices and policies, and studies on teacher training for inclusion. The results and discussions of the research reveal important aspects of inclusive education in the Brazilian context, organized into thematic axes that address teacher training, educational policies, pedagogical practices, and the perceptions of the school community about inclusion. It is concluded, therefore, that the promotion of effective inclusive education demands a collective commitment, which involves not only the reformulation of pedagogical practices and teacher training, but also an allocation of resources that ensures the necessary infrastructure to meet the needs of all students.

Keywords: Inclusive Education, Inclusion, Pedagogical Practices.

RESUMEN

La educación inclusiva busca garantizar el derecho de todos los estudiantes al aprendizaje, respetando y valorando sus diferencias y particularidades. En el contexto brasileño, este enfoque enfrenta desafíos importantes, incluidas brechas en la formación de docentes, falta de infraestructura adecuada y dificultades para implementar políticas públicas. Aunque se establecen leyes y directrices de inclusión escolar, muchos educadores informan que no se sienten preparados para abordar la diversidad en el aula debido a la capacitación limitada en prácticas inclusivas. La falta de recursos materiales y humanos en las escuelas, como intérpretes y asistentes docentes, agrava las dificultades para implementar políticas inclusivas, especialmente en regiones con menor inversión. Por lo tanto, la educación inclusiva se ha convertido en un tema central en las discusiones sobre la formación docente y las prácticas pedagógicas en Brasil. El objetivo general de la investigación es analizar el papel del docente en la promoción de la educación inclusiva, identificando las prácticas pedagógicas, desafíos y necesidades de formación que impactan en la efectividad de la inclusión de estudiantes con diferentes capacidades y necesidades en el aula. La metodología consistió en una revisión bibliográfica, con textos que abordan experiencias de inclusión escolar en el contexto brasileño, publicaciones con análisis empíricos de prácticas y políticas inclusivas y estudios sobre formación docente para la inclusión. Los resultados de la investigación y las discusiones revelan aspectos importantes sobre la educación inclusiva en el contexto brasileño, organizados en ejes temáticos que abordan la formación de docentes, las políticas educativas, las prácticas pedagógicas y las percepciones de la comunidad escolar sobre la inclusión. Se concluye, por tanto, que la promoción de una educación inclusiva efectiva exige un compromiso colectivo, que implica no sólo la reformulación de las prácticas pedagógicas y la formación docente, sino también una asignación de recursos que aseguren la infraestructura necesaria para satisfacer las necesidades de todos los estudiantes..

Palabras clave: Educación Inclusiva, Inclusión, Prácticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um princípio que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou emocionais, tenham acesso a um ensino de qualidade e em igualdade de oportunidades. O papel do professor nesse contexto é fundamental, pois ele atua como facilitador do processo de aprendizagem, adaptando seu planejamento pedagógico e práticas de ensino para atender às necessidades de cada aluno, promovendo a diversidade e o respeito às diferenças (Reis *et al.*, 2024; Della Bianca; Vieira; Casagrande, 2024).

O professor enfrenta diversos desafios na educação inclusiva. Um dos principais é a formação e capacitação, já que muitos professores não possuem preparo específico para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos com deficiência, o que pode gerar insegurança. A formação continuada e o acesso a informações sobre práticas inclusivas são essenciais (De Oliveira; De Oliveira; Da Costa, 2024). Outro desafio é a adaptação curricular. O professor precisa ajustar o currículo para que seja acessível a todos os alunos, utilizando materiais didáticos adaptados e diferentes abordagens pedagógicas, como o uso de recursos visuais, tecnológicos e métodos diferenciados de avaliação (Bereta, 2020).

Além disso, o atendimento individualizado é muito importante. Cada aluno com deficiência pode demandar uma atenção diferenciada, com adaptações personalizadas, que vão desde ajustes no ambiente físico da sala de aula até a necessidade de estratégias de ensino mais ativas e participativas. O trabalho em equipe também é importante, pois o professor de educação inclusiva frequentemente colabora com outros profissionais, como psicopedagogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, para garantir o suporte adequado ao aluno (Mazzotta, 2019). Outro desafio é enfrentar atitudes preconceituosas e a resistência à inclusão, tanto por parte de alunos quanto de colegas e famílias. Nesse sentido, o professor tem um papel

importante em desconstruir essas atitudes, promovendo um ambiente acolhedor e respeitoso(Muller, 2022).

A justificativa reside na crescente necessidade de promover um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade. Em um mundo cada vez mais plural, a inclusão não é apenas um direito, mas uma responsabilidade social que deve ser refletida nas práticas pedagógicas. A presença de alunos com diferentes habilidades e necessidades em sala de aula exige que os professores desenvolvam competências específicas para atender a essas demandas, promovendo um aprendizado significativo para todos(Lima e Gatti, 2021).

A inclusão, portanto, vai além da mera presença física de alunos com diferentes habilidades; trata-se de proporcionar condições de aprendizagem que realmente atendam às particularidades de cada um. Essa perspectiva exige o desenvolvimento de estratégias pedagógicas diferenciadas e de recursos de apoio que favoreçam o engajamento e a participação de todos os estudantes. Conforme destacam Lima e Gatti(2021), a prática inclusiva só se torna eficaz quando respaldada por um sistema educacional que ofereça infraestrutura e suporte adequados, além de um compromisso ético e pedagógico por parte dos profissionais envolvidos.

Ainda, a inclusão educacional é essencial para reduzir as barreiras de acesso ao conhecimento e às oportunidades, promovendo igualdade de condições. Isso beneficia não apenas os alunos que possuem necessidades especiais, mas também o coletivo, pois todos passam a conviver e aprender a valorizar as diferenças. Dessa forma, a educação inclusiva contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e preparados para lidar com as complexidades da sociedade contemporânea(Gomes, 2024).

O objetivo geral da pesquisa é analisar o papel do professor na promoção da educação inclusiva, identificando as práticas pedagógicas, desafios e necessidades formativas que impactam a efetividade da inclusão de alunos com diferentes habilidades e necessidades em sala de aula.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é um conceito que emergiu como resposta às práticas de segregação que predominaram ao longo do século XX, nas quais pessoas com deficiência eram frequentemente excluídas do sistema educacional regular (Mazzotta, 2019). A partir dos anos 1990, movimentos sociais começaram a pressionar por uma transformação na forma como a sociedade lida com a deficiência, culminando em documentos importantes como a Declaração de Salamanca(1994), que defende que todos os alunos, independentemente de suas condições, devem ter acesso a uma educação de qualidade em escolas inclusivas(UNESCO, 1994).

No Brasil, a Constituição de 1988 foi um marco significativo, garantindo o direito à educação sem discriminação, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB) de 1996 reafirmou esse compromisso. Contudo, foi a Lei Brasileira de Inclusão(Brasil 13.146/2015) que consolidou as diretrizes para uma educação verdadeiramente inclusiva, estabelecendo que a educação deve ser acessível a todos e que os profissionais da educação devem ser capacitados para atender às necessidades específicas de cada aluno(Brasil, 2015).

Estudos recentes ressaltam que, apesar dos avanços legais, a implementação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios , como a falta de formação adequada para professores e a resistência cultural dentro das escolas (Mazzotta, 2019). A pesquisa de

Santos(2024) aponta que a efetivação da inclusão depende não apenas de legislações, mas também de uma mudança de mentalidade nas instituições educacionais, que devem se comprometer com práticas pedagógicas que respeitem a diversidade.

A literatura aponta que a inclusão deve ser entendida como um processo contínuo, que envolve a participação de toda a comunidade escolar e a adaptação dos currículos para atender às necessidades de todos os alunos(Soares, 2020). Dessa forma, a educação inclusiva não se limita apenas à presença física de alunos com deficiência em escolas regulares, mas implica na promoção de um ambiente de aprendizagem que valorize e respeite as diferenças, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais de desenvolvimento e aprendizado(Muller, 2022).

Além disso, a formação contínua dos professores é fundamental para que possam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas efetivas. De acordo com De Castro(2013), é necessário que os educadores tenham acesso a cursos de formação que abordem não apenas as questões teóricas da inclusão, mas também estratégias práticas que possam ser implementadas no cotidiano escolar. Esses autores destacam que a formação deve ser reflexiva, permitindo que os professores analisem suas próprias práticas e ajustem suas abordagens para atender às necessidades de todos os alunos.

Todavia o contexto histórico da educação inclusiva no Brasil é marcado por avanços , mas também por desafios persistentes. A transformação necessária para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva requer um compromisso conjunto de toda a comunidade escolar, políticas públicas efetivas e, principalmente, a formação adequada dos educadores(De Andrade; Sudbrack; Nascimento, 2024).

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A implementação da educação inclusiva no Brasil enfrenta uma série de desafios que dificultam a criação de ambientes escolares verdadeiramente acessíveis e acolhedores para todos os alunos. Entre os principais obstáculos, destacam-se aspectos estruturais, a formação docente, a resistência cultural e as questões relacionadas ao currículo e às práticas pedagógicas(Muller, 2022).

Um dos desafios estruturais mais significativos é a infraestrutura das escolas. Muitas instituições não estão adequadamente equipadas para atender às necessidades de alunos com deficiência, apresentando barreiras físicas que comprometem a acessibilidade. A falta de adaptações nos espaços escolares, como rampas, banheiros acessíveis e materiais didáticos adequados, dificulta a participação plena desses alunos nas atividades escolares. Além disso, a escassez de recursos financeiros destinados à educação inclusiva limita a aquisição de tecnologias assistivas e materiais pedagógicos adaptados(Souto *et al.*, 2024).

Outro desafio crítico é a formação inadequada dos professores. Muitos educadores não recebem a preparação necessária para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Os cursos de formação inicial em pedagogia frequentemente não abordam de forma suficiente as práticas inclusivas, deixando os professores despreparados para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência. A formação continuada é essencial para que os educadores desenvolvam competências que os capacitem a criar estratégias de ensino que respeitem a diversidade e promovam a aprendizagem de todos(Mazzotta, 2019).

A resistência cultural à inclusão também é um fator que impacta negativamente o ambiente escolar. Preconceitos e estigmas associados à deficiência podem levar a atitudes discriminatórias, tanto por parte de colegas quanto de educadores. Essa resistência impede a construção de um ambiente acolhedor e solidário, essencial para o sucesso da inclusão. Promover campanhas de sensibilização e formação para a comunidade escolar é fundamental para mudar a mentalidade e valorizar a diversidade(Lima e Gatti, 2021).

Além disso, a rigidez do currículo escolar é um desafio que dificulta a inclusão. Muitas vezes, os currículos não são flexíveis o suficiente para atender às diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos. A adaptação de conteúdos e métodos de ensino é crucial para garantir que todos os alunos possam participar plenamente das atividades escolares. Práticas pedagógicas diversificadas, que utilizem metodologias que favoreçam a colaboração e a interação entre os alunos, são essenciais para respeitar as particularidades de cada estudante(Muller, 2022).

A educação inclusiva no Brasil enfrenta desafios multifacetados que exigem uma abordagem integrada e comprometida de todos os envolvidos no processo educacional. É essencial que as políticas públicas, a formação docente e a sensibilização da comunidade escolar trabalhem juntas para superar esses obstáculos e promover uma educação verdadeiramente inclusiva, onde todos os alunos possam aprender e se desenvolver em um ambiente acolhedor e respeitoso(Mazzotta, 2019).

FLEXIBILIDADE CURRICULAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A flexibilidade curricular é essencial para atender às necessidades diversas dos alunos no contexto da educação inclusiva. A maioria dos currículos escolares no Brasil ainda segue um padrão rígido, com pouca margem para adaptação, o que pode prejudicar o aprendizado dos estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais especiais. Para promover a inclusão efetiva, é necessário que as escolas adotem currículos mais flexíveis, que permitam a personalização dos conteúdos e das práticas pedagógicas de acordo com as habilidades e dificuldades individuais dos alunos(Lima e Gatti, 2021).

A flexibilidade curricular possibilita que o processo de ensino seja adaptado, oferecendo diferentes metodologias e abordagens pedagógicas para que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam ter acesso a uma educação de qualidade. Isso inclui a utilização de recursos pedagógicos adaptados, como materiais em braille, tecnologias assistivas, e estratégias de ensino que favoreçam a participação de todos os estudantes(De Souza, 2024; Lima *et al.*, 2024).

Muller (2022) sugere que a adoção de metodologias ativas e colaborativas pode contribuir para um ensino mais inclusivo. Essas práticas incentivam a interação entre os alunos, promovendo a aprendizagem em conjunto e respeitando as particularidades de cada um. Ao utilizar metodologias como a aprendizagem por projetos e atividades colaborativas, o professor pode adaptar os conteúdos e objetivos de acordo com o nível de cada aluno, garantindo que todos participem de maneira significativa.

Além disso, é importante que a avaliação dos alunos também seja flexível, levando em consideração as diferentes formas de aprendizagem e de expressão do conhecimento.

Avaliações alternativas, como portfólios e trabalhos práticos, podem ser utilizadas em vez de provas tradicionais, permitindo que os alunos com necessidades específicas demonstrem seu aprendizado de maneiras que sejam mais adequadas às suas capacidades(Conrad; Openo, 2019).

Em síntese, a flexibilidade curricular e as práticas pedagógicas adaptadas são fundamentais para que a educação inclusiva seja efetiva. Elas garantem que o ensino se ajuste às necessidades de cada aluno, promovendo um ambiente de aprendizagem verdadeiramente inclusivo, onde as diferenças são respeitadas e todos os alunos têm a oportunidade de se desenvolver academicamente e socialmente(Muller, 2022).

A adoção de currículos flexíveis também envolve a colaboração entre professores, equipe pedagógica, família e o próprio aluno. Essa parceria é essencial para identificar as necessidades específicas de cada estudante e criar estratégias de ensino adequadas. O planejamento conjunto facilita a implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas, permitindo que o ensino seja ajustado ao contexto e às capacidades dos alunos, o que favorece um ambiente de aprendizagem mais equitativo(Conceição, 2023).

Além disso, a flexibilidade curricular implica na necessidade de superar o modelo tradicional de ensino, centrado no professor, e avançar para práticas que valorizem a autonomia do aluno e incentivem sua participação ativa no processo de aprendizagem. Isso pode ser feito por meio de abordagens como a educação personalizada, que se baseia no ritmo e nos interesses individuais de cada estudante, e a aprendizagem colaborativa, que promove o trabalho em grupo e a troca de experiências entre os alunos, fortalecendo a interação e o respeito à diversidade(Bacich; Moran, 2017).

No entanto, um dos grandes desafios para a implementação dessa flexibilidade curricular é a resistência ao abandono de práticas tradicionais e padronizadas de ensino. Muitos professores, por falta de formação ou de apoio institucional, ainda utilizam metodologias que não contemplam as diferentes formas de aprender, o que reforça a exclusão dentro da sala de aula. Muller(2022) ressalta que, para que haja uma transformação, é necessário um investimento contínuo na formação docente, com foco em práticas inclusivas e na adaptação curricular.

Finalmente, para que a flexibilidade curricular seja uma realidade, é imprescindível que as políticas públicas de educação promovam e incentivem essas mudanças, proporcionando recursos e condições para que as escolas implementem currículos mais adaptáveis e inclusivos. Sem o suporte adequado, tanto em termos de formação de professores quanto de recursos materiais, a flexibilização curricular pode permanecer uma prática limitada a poucos contextos escolares. Portanto, um compromisso conjunto entre governo, instituições de ensino e educadores é essencial para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos(Santos, 2024).

METODOLOGIA

Para enriquecer a fundamentação teórica da metodologia escolhida, podemos considerar as referências de autores como Minayo(2017) e Flick(2018), que destacam a importância da abordagem qualitativa em estudos voltados para contextos complexos e dinâmicos, como o da educação inclusiva. Essa abordagem permitiu uma análise das subjetividades e vivências dos

participantes, considerando suas percepções e experiências em relação aos desafios e práticas inclusivas.

O caminho metodológico foi delineado a partir de uma revisão bibliográfica sistemática e criteriosa, baseada em critérios específicos de seleção e filtragem. As bases de dados utilizadas incluirão SciELO, *Mendeley*, *Google Scholar*, entre outras revistas e periódicos que falem sobre educação inclusiva e formação de professores. Na busca por publicações foi dada prioridade para artigos empíricos, revisões críticas e documentos de políticas educacionais.

Os critérios de inclusão foram: (1) textos que abordem experiências de inclusão escolar no contexto brasileiro, (2) publicações com análise empírica de práticas e políticas inclusivas, e (3) estudos sobre formação docente para inclusão. Textos teóricos sobre educação inclusiva no contexto global serão incluídos quando relevantes para o referencial teórico. Já os critérios de exclusão incluíram publicações que não abordam a educação inclusiva no Brasil ou que estejam focadas em contextos muito específicos e distintos da realidade brasileira.

Para a filtragem, foi utilizada uma abordagem técnica em que as palavras-chave relacionadas ao tema, como “educação inclusiva”, “formação de professores para inclusão,” e “políticas educacionais inclusivas,” serão aplicadas na busca inicial. O processo incluiu uma triagem manual para assegurar a relevância e consistência das fontes. A análise dos textos selecionados foi descritiva e interpretativa, buscando explorar não só as práticas pedagógicas e barreiras identificadas, mas também as percepções dos professores e da comunidade escolar sobre a inclusão, de acordo com os procedimentos metodológicos descritos por Bardin(1991) para análise de conteúdo.

Assim, esta pesquisa, ao traçar uma revisão bibliográfica, buscou trazer a compreensão das práticas inclusivas no Brasil e fornecer subsídios tanto para a formação contínua dos educadores quanto para a elaboração de políticas públicas que garantam o direito à educação para todos os alunos, considerando suas especificidades e potencialidades. Dessa forma, foram inicialmente encontrados 234 artigos, e depois do uso dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 25 artigos que foram lidos e utilizados nesta revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados levantados pelos estudos revisados demonstra a importância do papel do professor na promoção da educação inclusiva, abordando tanto as práticas pedagógicas empregadas quanto os desafios e as necessidades formativas identificadas. As práticas pedagógicas inovadoras, como as metodologias ativas destacadas por Bacich e Moran(2017), revelam que a integração de tecnologias digitais e abordagens participativas facilita o engajamento de alunos com diferentes habilidades, reforçando o aprendizado colaborativo e inclusivo.

Essas práticas encontram respaldo nos achados de Della Bianca, Vieira e Casagrande(2024), que enfatizam o impacto positivo das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como mediadoras no processo inclusivo. Além disso, Pinto *et al.*(2020) destacam a relevância de plataformas digitais, como a Khan Academy, para a construção de ambientes de aprendizado acessíveis e adaptados às necessidades individuais dos estudantes.

A literatura também explora as adaptações curriculares e estratégias pedagógicas. Bereta(2020) ressalta a dificuldade de professores em desenvolver práticas adaptadas para o

ensino de Ciências em escolas inclusivas, atribuindo essa limitação à falta de formação específica e ao suporte inadequado. De modo semelhante, a pesquisa de Reis *et al.*(2024) sobre a formação inicial de professores de Ciências Naturais evidencia que lacunas na capacitação docente comprometem a efetividade da inclusão, especialmente quando se trata de lidar com alunos que possuem deficiências específicas. Esses aspectos são reforçados por De Oliveira, Oliveira e Costa(2024), que analisam o impacto da formação docente em escolas públicas e identificam avanços significativos com a implementação de metodologias inclusivas.

O estudo de Gomes(2024) enfatiza a importância do professor como mediador no processo educacional inclusivo, destacando que sua formação continuada e a colaboração com outros profissionais, como orientadores educacionais, são cruciais para o sucesso da inclusão. Essa perspectiva é corroborada por Conceição *et al.*(2023), que discutem o papel do professor no ensino de alunos com Transtorno do Espectro Autista(TEA), mostrando que práticas mediadoras aumentam a interação e o aprendizado desses estudantes. Mazzotta(2019) também contribui para essa discussão ao abordar a importância da formação inicial e continuada, alinhada às demandas específicas da inclusão escolar.

Sob a ótica das políticas públicas, o estudo de De Castro(2013) e a legislação brasileira(Brasil 13.146/2015) destacam os avanços normativos para assegurar a inclusão escolar, mas também apontam a carência de ações concretas que garantam a implementação efetiva dessas políticas. Andrade, Sudbrack e Nascimento(2024) complementam essa análise ao afirmarem que os desafios da formação docente para educação inclusiva incluem a necessidade de programas que contemplem aspectos práticos e teóricos. Além disso, Silva(2023) enfatiza a responsabilidade do Estado em garantir acesso à educação de qualidade para crianças autistas, reiterando a importância de recursos adequados e da colaboração entre diferentes atores.

A perspectiva dos professores sobre a inclusão é detalhada por Kiocamba(2019), que investigou percepções de docentes em Angola, destacando que barreiras estruturais, como a falta de recursos e a sobrecarga de trabalho, limitam o alcance das práticas inclusivas. Essas dificuldades são também verificadas no Brasil, conforme relatado por Lima e Gatti(2021), que apontam os desafios enfrentados nas escolas públicas, incluindo a formação inadequada de professores e a resistência à mudança cultural necessária para a inclusão. Lima *et al.*(2024) ampliam essa análise ao discutir estratégias pedagógicas para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais em turmas regulares.

No âmbito das experiências de ensino adaptado, Souza (2024) analisa a interface entre acessibilidade e conteúdo programático inclusivo, concluindo que a flexibilidade curricular e a implementação de recursos acessíveis potencializam o aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais. Em linha com essa abordagem, Santos (2017) aborda o papel das salas de recursos multifuncionais, reforçando sua eficácia ao prover suporte especializado que complementa o ensino regular. Souto *et al.*(2024) também destacam avanços significativos na inclusão infantil no Centro-Oeste do Brasil, atribuindo esses resultados à articulação entre diferentes agentes educacionais.

Por outro lado, o estudo de Silva(2023) sobre a educação de crianças autistas aponta a necessidade de maior investimento estatal na capacitação dos professores, alinhando-se às conclusões de Minayo(2017) sobre a relevância de um planejamento consistente e contextualizado para que a inclusão seja alcançada. De maneira complementar, Santos(2024)

aborda o impacto da diversidade cultural e socioeconômica na implementação de práticas inclusivas, salientando a importância de estratégias que considerem essas especificidades.

Finalmente, a pesquisa de Souto *et al.*(2024) sobre a educação infantil no Centro-Oeste do Brasil destaca que os avanços na inclusão dependem não apenas da capacitação docente, mas também da colaboração entre gestores, professores e famílias. Essa abordagem colaborativa também é enfatizada na Declaração de Salamanca(UNESCO, 1994), que recomenda a adoção de práticas que promovam o aprendizado e a participação de todos os alunos. A obra de Booth e Ainscow(2002) complementa essa perspectiva, sugerindo que o Index para Inclusão pode servir como um guia prático para a implementação de práticas inclusivas.

Portanto, os dados analisados confirmam a hipótese de que a educação inclusiva depende de uma combinação de formação adequada, práticas pedagógicas inovadoras e políticas públicas bem estruturadas. Contudo, há consenso sobre as limitações impostas pela carência de recursos e pela resistência cultural. Assim, os estudos indicam que a colaboração intersetorial e o investimento em formação continuada são fundamentais para avançar na efetivação da inclusão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre educação inclusiva evidencia que, embora avanços tenham sido feitos, o Brasil ainda enfrenta desafios para implementar práticas educacionais que atendam a todos os alunos de forma equitativa e eficaz. A falta de formação adequada para os professores, a ausência de infraestrutura apropriada e as limitações na implementação de políticas públicas inclusivas emergem como os principais entraves à inclusão escolar. A formação docente, como foi observado, precisa ser repensada para contemplar competências específicas para a educação inclusiva, fornecendo aos educadores ferramentas e estratégias que lhes permitam lidar com a diversidade em sala de aula de maneira prática e sensível.

Além disso, a análise revela que as políticas de inclusão, embora bem intencionadas, nem sempre são acompanhadas dos recursos materiais e humanos necessários para garantir sua efetivação. A falta de investimentos e a desigualdade de recursos entre regiões comprometem a aplicabilidade dessas políticas, criando cenários onde a inclusão fica restrita à teoria e não se concretiza na prática.

Outro ponto fundamental destacado é a importância de conscientizar a comunidade escolar, promovendo uma cultura de respeito e acolhimento das diferenças. A convivência em um ambiente que valoriza a diversidade tem o potencial de transformar a experiência educacional de todos os alunos, contribuindo para a formação de cidadãos mais empáticos e preparados para uma sociedade plural.

Conclui-se, assim, que a promoção de uma educação inclusiva efetiva demanda um compromisso coletivo, que envolva não apenas a reformulação das práticas pedagógicas e a capacitação docente, mas também uma alocação de recursos que assegure a infraestrutura necessária para atender às necessidades de todos os estudantes. É essencial que futuras pesquisas e políticas públicas considerem essas variáveis de maneira integrada, visando a construção de um sistema educacional que, de fato, respeite e valorize as singularidades de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Penso Editora, 2017.
- BARDIN, Laurence. Análisis de contenido. Ediciones Akal, 1991.
- BERETA, Mônica Silveira. Adaptação curricular no Ensino de Ciências: reflexões de professores de escolas inclusivas. Teses e Dissertações PPGECIM, 2020.
- BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index for Inclusion, Bristol, CSIE, trad. it. L'Index per l'Inclusione. Promuovere l'apprendimento e la partecipazione nella scuola, 2002.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, 2015.
- CONCEIÇÃO, Marcos Vinicius Nascimento et al. O papel do professor como mediador no ensino da Língua Portuguesa para o aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA. 2023.
- CONRAD, Dianne; OPENO, Jason. Estratégias de avaliação para a aprendizagem online. São Paulo: Artesanato Educacional, 2019.
- DE ANDRADE, Claudete Freitas; SUDBRACK, Edite Maria; NASCIMENTO, Lizandra Andrade. Capítulo 8 "Formação de professores para a educação inclusiva": Perspectivas e desafios. Educação básica, educação especial, práticas e formação docente, p. 113, 2024.
- DE CASTRO, Tatiana Lage. Políticas públicas para a educação: a formação de professores no Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária (ProJovem Urbano) do município de Belo Horizonte. 2013.
- DE OLIVEIRA, Nívyta Mariah Pedrosa; DE OLIVEIRA, Ritianne de Fátima Silva; DA COSTA, Walber Christiano Lima. Formação de professores que ensinam matemática para estudantes surdos em uma escola pública de Marabá-PA. Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, p. 1-12, 2024.
- DE SOUZA, Euclélia Cunha. A interface através da acessibilidade e do conteúdo programático inclusivo adaptado no Ensino Básico de Educação. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 8, p. 230-251, 2024.
- DELLA BIANCA, Mariane Tonolli; VIEIRA, Leociléa Aparecida; CASAGRANDE, Keli. A mediação e a contribuição das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação para a educação inclusiva. *Ensino & Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 59-72, 2024.
- FLICK, Uwe. Introducción a la investigación cualitativa. 2018.
- GOMES, Marise Miranda. O orientador educacional, o mediador escolar e a inclusão. Wak, 2024.
- KIOCAMBA, Brés Neves André. As percepções dos professores sobre inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, numa escola do ensino primário e do 1º ciclo de ensino secundário da província do Uíge/Angola. 2019. Dissertação de Mestrado. Instituto Politecnico de Beja (Portugal).
- LIMA, R. P.; GATTI, B. C. A inclusão escolar no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 79, p. 75-93, 2021.
- LIMA, Rafael Santos et al. Inclusão e diversidade na escola: estratégias pedagógicas para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais em turmas regulares. *Revista Foco*, v. 17, n. 10, p. e6518-e6518, 2024.
- MAZZOTTA, A. Formação de professores e educação inclusiva: desafios e possibilidades. *Educação e Pesquisa*, v. 45, n. 1, p. 57-72, 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista pesquisa qualitativa*, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.
- MÜLLER, A. Inclusão escolar: um direito em construção. *Revista de Educação Especial*, v. 35, n. 1, p. 31-46, 2022.
- PINTO, Juliano Caetano et al. Khan academy matemática no processo de ensino e aprendizagem: limites e possibilidades. 2020.
- REIS, Matheus dos Santos et al. A formação inicial de professores de Ciências Naturais e educação inclusiva: caminhos já percorridos nas pesquisas. *Educação: Teoria e Prática*, v. 34, n. 67, 2024.
- SANTOS, Antonio Marcos Pantoja dos. Educação e migração de trabalhadores rurais: uma análise da realidade dos estudantes no vale do Pamplona, em Goiás. 2024.
- SANTOS, Thiffanne Pereira dos. Educando na diversidade: a questão da sala de recursos multifuncionais. 2017.
- SILVA, Bianca Ruiz. Direito à educação: a responsabilidade do estado para o auxílio à educação de crianças autistas nas escolas brasileiras. 2023.
- SOARES, M. A.; ALMEIDA, R. P. Acessibilidade na escola: desafios e soluções para a inclusão. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 4, p. 567-582, 2020.
- SOUTO, Célia Marina Azarias et al. Os caminhos para inclusão escolar na educação infantil: Desenvolvimento e avanços no centro-oeste do Brasil. 2024.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Aulas para Todos, Salamanca, 1994.

OS DESAFIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UM ENSINO INCLUSIVO
THE CHALLENGES AND PEDAGOGICAL PRACTICES FOR INCLUSIVE TEACHING
LOS DESAFÍOS Y PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS PARA UNA ENSEÑANZA
INCLUSIVA

Ana Maria Rodrigues de Souza
anamariarodrigues1978@gmail.com

<https://lattes.cnpq.br/2085229775637906>

SOUZA, Ana Maria Rodrigues de. **Os desafios e práticas pedagógicas para um ensino inclusivo.** Revista internacional Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 74 – 80, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Alcenir Seixas dos Santos - alcenirsei@gmail.com

RESUMO

A inclusão escolar é um desafio premente e uma necessidade urgente no cenário educacional brasileiro contemporâneo, caracterizado por uma diversidade sociocultural e de habilidades. A educação inclusiva busca garantir o acesso igualitário a um ensino de qualidade, assegurando a participação plena de todos os estudantes, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais (NEE), deficiências, transtornos de aprendizagem e outras formas de diversidade. Este artigo analisa as práticas pedagógicas que favorecem a inclusão na educação básica, focando nos desafios enfrentados pelos educadores e nas potencialidades de um ambiente escolar inclusivo. A pesquisa destaca a importância de uma abordagem pedagógica diferenciada, que respeite e valorize as especificidades de cada aluno, promovendo a equidade no processo de ensino-aprendizagem. São discutidos também os aspectos relacionados à formação docente, uma vez que a capacitação de professores é essencial para o sucesso da inclusão, permitindo que eles adotem metodologias adequadas e desenvolvam uma postura inclusiva dentro da sala de aula. Além disso, são abordados os obstáculos enfrentados pelas escolas, como a falta de recursos materiais e a resistência de algumas instituições em adaptar suas práticas pedagógicas. No entanto, o estudo também aponta as oportunidades que uma educação inclusiva oferece, como a promoção do respeito à diversidade, o desenvolvimento de competências socioemocionais e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O artigo conclui que a inclusão escolar, apesar dos desafios, é um caminho necessário para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua responsabilidade social.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Práticas Pedagógicas. Igualdade racial.

SUMMARY

School inclusion is an urgent challenge and a pressing need in the contemporary Brazilian educational landscape, characterized by sociocultural and skill diversity. Inclusive education aims to ensure equal access to quality education, ensuring the full participation of all students, especially those with special educational needs (SEN), disabilities, learning disabilities, and other forms of diversity. This article analyzes pedagogical practices that promote inclusion in basic education, focusing on the challenges faced by educators and the potential of an inclusive school environment. The research emphasizes the importance of a differentiated pedagogical approach that respects and values the specificities of each student, promoting equity in the teaching-learning process. The article also discusses aspects related to teacher training, as teacher preparation is essential for the success of inclusion, allowing them to adopt appropriate methodologies and develop an inclusive approach within the classroom. Additionally, the challenges faced by schools, such as the lack of material resources and resistance from some institutions to adapt their pedagogical practices, are addressed. However, the study also highlights the opportunities that inclusive education offers, such as promoting respect for diversity, developing socio-emotional skills, and building a fairer and more equal society. The article concludes that, despite the challenges, school inclusion is a necessary path for the formation of critical citizens, aware of their social responsibility.

Keywords: Inclusive Education. Pedagogical Practices. Racial Equality.

RESUMEN

La inclusión escolar es un desafío urgente y una necesidad apremiante en el panorama educativo brasileño contemporáneo, caracterizado por la diversidad sociocultural y de habilidades. La educación inclusiva tiene como objetivo garantizar el acceso igualitario a una educación de calidad, asegurando la participación plena de todos los estudiantes, especialmente aquellos con necesidades educativas especiales (NEE), discapacidades, trastornos del aprendizaje y otras formas de diversidad. Este artículo analiza las prácticas pedagógicas que favorecen la inclusión

en la educación básica, enfocándose en los desafíos que enfrentan los educadores y el potencial de un ambiente escolar inclusivo. La investigación destaca la importancia de un enfoque pedagógico diferenciado que respete y valore las especificidades de cada estudiante, promoviendo la equidad en el proceso de enseñanza-aprendizaje. El artículo también aborda aspectos relacionados con la formación docente, ya que la preparación de los maestros es esencial para el éxito de la inclusión, permitiéndoles adoptar metodologías adecuadas y desarrollar un enfoque inclusivo dentro del aula. Además, se abordan los desafíos que enfrentan las escuelas, como la falta de recursos materiales y la resistencia de algunas instituciones a adaptar sus prácticas pedagógicas. Sin embargo, el estudio también destaca las oportunidades que la educación inclusiva ofrece, como la promoción del respeto por la diversidad, el desarrollo de competencias socioemocionales y la construcción de una sociedad más justa e igualitaria. El artículo concluye que, a pesar de los desafíos, la inclusión escolar es un camino necesario para la formación de ciudadanos críticos, conscientes de su responsabilidad social.

Palabras clave: Educación inclusiva. Prácticas pedagógicas. Igualdad racial.

INTRODUÇÃO

O racismo é um fenômeno histórico e estrutural que moldou sociedades ao redor do mundo, influenciando profundamente as relações sociais, econômicas e culturais. No Brasil, suas raízes estão diretamente ligadas ao período colonial e à escravidão, deixando um legado de desigualdade que persiste em diversos âmbitos, como o mercado de trabalho, o acesso à justiça e, principalmente, na educação. Esse cenário perpetua ciclos de pobreza e marginalização, afetando de forma desproporcional as populações negras e indígenas, que continuam enfrentando barreiras significativas para alcançar equidade social. Segundo Silva (2020), "a educação é um dos meios mais eficazes para promover a equidade racial e combater as desigualdades historicamente construídas" (Silva, 2020, p. 15).

Diante desse contexto, a relevância do tema torna-se evidente. A pesquisa bibliográfica sobre educação antirracista no Brasil tem como premissa a compreensão do racismo como uma problemática estrutural, cuja superação exige estratégias de transformação profunda, com a educação desempenhando um papel central. Assim, além de apresentar o panorama histórico do racismo no país, a pesquisa busca estabelecer um diálogo com a literatura acadêmica sobre as práticas educacionais que promovem a igualdade racial.

Para tanto, este estudo aborda os seguintes aspectos fundamentais: a justificativa para a escolha do tema, fundamentada na urgência de combater as desigualdades raciais por meio da educação; os objetivos do trabalho, que incluem identificar e analisar as implicações pedagógicas, sociais e políticas da educação antirracista; e a metodologia empregada, baseada em uma revisão sistemática de literatura que prioriza autores e estudos relevantes sobre o tema. Esses elementos possibilitam uma análise abrangente das práticas educativas antirracistas e seu impacto na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A problematização também é um ponto central da introdução, ao destacar que, apesar de avanços legais e institucionais em prol da igualdade racial, como a Lei 10.639/2003, ainda existem resistências e desafios na implementação efetiva de políticas educacionais antirracistas. Esse cenário reflete a necessidade de um debate mais amplo e fundamentado sobre as estratégias para desconstruir preconceitos e valorizar a diversidade étnico-racial no ambiente escolar.

Por fim, este artigo tem como objetivo discutir a importância da educação antirracista no Brasil, explorando suas implicações pedagógicas, sociais e políticas, bem como seu potencial de transformação. A pesquisa visa contribuir para o entendimento de como a educação pode ser um instrumento poderoso na luta contra o racismo, promovendo um ambiente de

aprendizagem inclusivo, em que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades, independentemente de sua origem racial ou cultural. Essa análise busca não apenas enriquecer o campo acadêmico, mas também oferecer subsídios para a formulação de práticas e políticas que efetivamente promovam a equidade racial.

REVISÃO DA LITERATURA

A inclusão escolar, sob a perspectiva dos direitos humanos, é fundamental para assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características pessoais, sociais ou culturais. No Brasil, um país de diversidade significativa, a inclusão escolar não é apenas uma exigência legal, mas também um imperativo ético. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade. Esse princípio, expresso no artigo 205, reforça a responsabilidade compartilhada entre os diversos atores sociais para garantir o acesso à educação inclusiva (Brasil, 1988). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 enfatiza que o ensino deve ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, uma diretriz que obriga as instituições educacionais a adotarem práticas que reconheçam e valorizem a diversidade, garantindo que todos os alunos, incluindo os com deficiências e necessidades educacionais especiais, possam aprender e se desenvolver de maneira adequada (Brasil, 1996).

No cenário internacional, a inclusão escolar é igualmente respaldada por normativas como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo Brasil em 2008. O artigo 24 da convenção reafirma o direito à educação inclusiva de qualidade em todos os níveis, demandando que os sistemas educacionais sejam adaptados para atender a todas as crianças, sem discriminação (Onu, 2006). Esse compromisso internacional fundamenta a luta pela inclusão e exige a implementação de políticas que tornem a educação inclusiva uma realidade prática.

Apesar dos avanços legais e normativos, a inclusão escolar ainda enfrenta diversos desafios. A formação inadequada dos professores é um dos principais obstáculos. Muitos educadores não recebem o treinamento necessário para lidar com a diversidade presente em sala de aula, o que pode resultar em abordagens pedagógicas inadequadas. A pesquisa de Lima e Ferreira (2020) destaca que a formação continuada dos docentes é essencial para a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, permitindo que os educadores se sintam preparados e confiantes para atender às necessidades de todos os alunos. Além disso, a escassez de recursos e a infraestrutura inadequada nas escolas, principalmente nas regiões mais vulneráveis, comprometem a efetividade das práticas inclusivas. Muitas instituições não possuem adaptações físicas ou materiais didáticos apropriados para atender alunos com deficiências, limitando a implementação de uma educação acessível (Mec, 2021). Outro desafio significativo é a resistência cultural à inclusão, com a persistente ideia de que a presença de alunos com deficiências prejudica o ensino dos outros estudantes. Para superar essa mentalidade, é necessário promover uma cultura de respeito à diversidade e conscientizar toda a comunidade escolar sobre os benefícios da inclusão (Martins; Moraes, 2019).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em 2015, representa um marco importante na busca pela inclusão de pessoas com deficiência na educação. A LBI reforça que

as instituições de ensino devem garantir o acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos os alunos, e estabelece a obrigatoriedade de criar ambientes acessíveis e inclusivos que respeitem a diversidade (Brasil, 2015). A LBI também determina que as escolas devem promover a acessibilidade física, comunicacional e pedagógica, visando garantir que todos os estudantes, independentemente de suas limitações, tenham condições de aprender de forma eficaz (Ferreira; Silva, 2020).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída em 2008, complementa a LBI e orienta a implementação de práticas pedagógicas adaptadas às especificidades de cada aluno, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais. A PNEEPEI destaca a importância de adaptar o currículo e os recursos didáticos para atender adequadamente a diversidade dos estudantes, reconhecendo que a personalização do ensino é essencial para o sucesso da inclusão (Brasil, 2008). A formação contínua dos professores é também um ponto crucial destacado pela PNEEPEI, como forma de capacitá-los para lidar com as diversas deficiências e necessidades presentes em sala de aula. A falta de formação adequada ainda é um entrave significativo, já que muitos educadores se sentem despreparados para lidar com a diversidade, como apontam Lima e Carvalho (2019), o que dificulta a implementação de práticas inclusivas efetivas.

Apesar dos avanços legais e das diretrizes estabelecidas pela LBI e pela PNEEPEI, a implementação dessas políticas enfrenta desafios persistentes, como a resistência cultural à inclusão e a escassez de recursos materiais e estruturais nas escolas. A transformação da cultura escolar, reconhecendo a importância da diversidade como um enriquecimento do ambiente educacional, é um processo contínuo que exige esforço coletivo. O Ministério da Educação (2021) ressalta que a inclusão escolar é um processo que demanda compromisso, formação e apoio, e que a implementação efetiva da LBI e da PNEEPEI depende de investimentos contínuos em capacitação de professores, infraestrutura e recursos adequados. Para que essas políticas cumpram seu papel transformador, é necessário que as escolas se adaptem e que a sociedade como um todo mobilize-se em prol de uma educação inclusiva e transformadora.

A inclusão escolar é uma questão que envolve a implementação de políticas públicas e a superação de desafios estruturais, culturais e pedagógicos. A LBI e a PNEEPEI estabelecem uma base sólida para promover a inclusão efetiva no sistema educacional brasileiro, mas sua efetividade dependerá da capacidade das escolas de se adaptarem às necessidades dos alunos e de formar educadores preparados para lidar com a diversidade. Além disso, é fundamental que o governo, a sociedade civil e as instituições educacionais se unam em um esforço conjunto para garantir uma educação que respeite e valorize as diferenças, proporcionando a todos os estudantes a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial.

Nesse contexto, a formação de professores e o apoio multidisciplinar são essenciais para a implementação eficaz da inclusão escolar. A realidade educacional brasileira revela que muitos docentes se sentem despreparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, especialmente com alunos com deficiências. A formação inicial dos professores, frequentemente, não abrange adequadamente as especificidades da educação inclusiva, o que resulta em lacunas significativas no conhecimento e nas habilidades necessárias para a prática pedagógica (Lima, 2018).

A formação continuada é fundamental para capacitar os educadores, permitindo-lhes adotar metodologias diferenciadas e inclusivas. Estudos mostram que a formação contínua favorece a reflexão crítica sobre a prática docente e a construção de saberes que contribuem para uma educação mais inclusiva(Silva; Costa, 2020). A falta de profissionais especializados nas escolas também é um desafio recorrente.

A ausência de apoio especializado dificulta a implementação de práticas inclusivas, pois os professores muitas vezes não têm os recursos necessários para lidar com a diversidade presente na sala de aula(Almeida, 2021). A colaboração entre educadores e equipes multidisciplinares, como psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, é crucial para o sucesso da inclusão escolar. Ferreira(2020) destaca que a interação entre docentes e especialistas é vital para elaborar um plano pedagógico que respeite as individualidades dos alunos, promovendo a inclusão de forma efetiva.

Além disso, a adaptação curricular e a flexibilização de conteúdos são componentes essenciais para garantir a inclusão escolar. A adaptação curricular visa ajustar os conteúdos e metodologias de ensino às necessidades e potencialidades dos estudantes, permitindo que todos os alunos possam desenvolver suas habilidades no ritmo adequado(Lacerda, 2020).

A flexibilização curricular, que envolve a criação de materiais didáticos adaptados e o uso de metodologias diferenciadas, é fundamental para garantir que os alunos acompanhem os conteúdos de acordo com suas capacidades(Silva; Almeida, 2021). A implementação dessas práticas requer colaboração entre educadores, gestores e especialistas, como psicopedagogos, para atender de maneira eficaz às necessidades de cada aluno(Oliveira *et al.*, 2019). A tecnologia, como recursos assistivos, tem se mostrado uma ferramenta importante para facilitar a aprendizagem de alunos com deficiências, promovendo um acesso mais equitativo ao conhecimento(Almeida, 2021).

Para que as adaptações curriculares sejam eficazes, os professores precisam de formação continuada que os capacite para a educação inclusiva(Costa, 2020). Além disso, a avaliação das adaptações deve ser contínua, considerando o desempenho acadêmico, social e emocional dos alunos(Ferreira, 2022).

Em síntese, tanto a formação de professores quanto a adaptação curricular são fundamentais para garantir uma educação inclusiva de qualidade. A colaboração entre educadores e equipes multidisciplinares, o uso de tecnologias assistivas e a formação continuada são elementos cruciais para a construção de um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade, assegurando que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento e se sintam parte do processo educacional.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, com foco em uma revisão bibliográfica crítica das práticas pedagógicas e políticas educacionais relacionadas à inclusão escolar. O objetivo da pesquisa foi identificar as estratégias e desafios enfrentados no contexto da educação inclusiva no Brasil, a partir de uma análise teórica aprofundada.

A revisão bibliográfica foi estruturada com base em uma seleção de documentos legais, artigos acadêmicos, livros e relatórios institucionais que abordam a implementação de práticas pedagógicas inclusivas na educação básica. A pesquisa foi conduzida de maneira exploratória,

visando proporcionar uma compreensão detalhada do tema, considerando tanto as teorias como as diretrizes práticas e os desafios envolvidos.

Para a identificação das fontes relevantes, foram utilizadas palavras-chave como "educação inclusiva", "práticas pedagógicas" e "formação docente". Obras de autores renomados, como Sasaki(2010), Lima (2018) e Nóbrega(2020), receberam destaque, assim como legislações importantes, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiv (PNEEPEI).

A coleta e análise dos dados foram realizadas por meio de uma leitura crítica dos materiais selecionados, com foco na identificação de padrões e diretrizes práticas. A análise foi conduzida de forma interpretativa, buscando correlacionar as ideias extraídas das fontes com os objetivos do estudo. A escolha da revisão bibliográfica como metodologia principal justifica-se pela possibilidade de integrar diversas perspectivas teóricas e práticas, proporcionando uma visão abrangente do tema.

Embora a pesquisa tenha se concentrado no aspecto teórico, sem a inclusão de dados empíricos, os resultados obtidos oferecem uma base sólida para estudos futuros que busquem aprofundar e aplicar os conceitos explorados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar é um processo essencial na educação básica, e sua implementação exige uma abordagem contínua e colaborativa envolvendo gestores, educadores, alunos e suas famílias. Embora o caminho para a inclusão efetiva seja repleto de desafios, como a falta de infraestrutura adequada e a carência de formação continuada para professores, as práticas pedagógicas inclusivas se mostram como uma estratégia viável e promissora. A formação contínua dos docentes, em particular, tem se mostrado um fator determinante para a construção de ambientes de aprendizagem que acolham a diversidade. A capacitação dos educadores, com foco na adaptação curricular e no uso de metodologias diferenciadas, é imprescindível para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Além disso, é evidente que a presença de políticas públicas eficazes, com investimentos em infraestrutura escolar e recursos pedagógicos adequados, é fundamental para garantir a acessibilidade e a inclusão efetiva. A adaptação de espaços e a inclusão de equipes multidisciplinares, como psicopedagogos e terapeutas, são elementos essenciais para proporcionar um ambiente que valorize e atenda às especificidades dos alunos. A educação inclusiva, portanto, não deve ser vista como um simples cumprimento de exigências legais, mas como um compromisso ético e pedagógico que enriquece o processo educacional e beneficia toda a comunidade escolar.

A análise dos resultados demonstra que, para que a inclusão seja uma realidade, é necessário que haja uma mudança de paradigma nas políticas educacionais, que devem passar a valorizar a diversidade como um potencial para o enriquecimento coletivo. A educação inclusiva, assim como a educação antirracista, precisa ser encarada como um instrumento transformador, promovendo uma escola mais democrática e participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. F. de. Inclusão e diversidade nas práticas pedagógicas. São Paulo: Editora Acadêmica, 2021.
- ALMEIDA, J. F. de; SILVA, M. R.. Educação Inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Nova Escola, 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- COSTA, A. M. et al.. Educação e diversidade: práticas inclusivas no contexto escolar. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 3, p. 525-540, 2017.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- FERREIRA, L. T.. Políticas públicas de inclusão: desafios contemporâneos. São Paulo: Editora Educação, 2021.
- FERREIRA, L. T.. O impacto das políticas de inclusão na educação básica. Revista Educação e Inclusão, v. 8, n. 2, p. 301-315, 2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar 2020: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2020.
- LACERDA, P. F.. Formação docente e práticas inclusivas: desafios e caminhos. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2020.
- LIMA, R. S.; CARVALHO, M. P.. Educação e equidade social: práticas inclusivas no ensino básico. São Paulo: Editora Inclusiva, 2019.
- LIMA, R. S.; FERREIRA, L. T.. Diversidade e inclusão no ambiente escolar: um olhar crítico. Porto Alegre: Editora Educação, 2020.
- MARTINS, J. R.; MORAES, M. S.. Inclusão escolar: um desafio contemporâneo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 100, n. 1, p. 89-101, 2019.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Base Nacional Comum Curricular: Educação Especial. Brasília, DF: MEC, 2021.
- NÓBREGA, E. F.. A formação docente para a inclusão: uma análise crítica. São Paulo: Editora Pedagógica, 2020.
- OLIVEIRA, C. G. et al.. Inclusão escolar: o papel do professor no processo de adaptação curricular. Revista Inclusão, v. 14, n. 2, p. 213-228, 2019.
- OLIVEIRA, C. G.; SANTOS, P. R.. O desafio da inclusão nas escolas públicas. Porto Alegre: Editora Inclusiva, 2019.
- PEREIRA, F. L.. Práticas inclusivas e a diversidade no espaço escolar. São Paulo: Editora Educação, 2019.
- SANTOS, P. R.; ALMEIDA, J. F. de. Práticas inclusivas no contexto escolar: uma abordagem crítica. Recife: Editora Inclusiva, 2021.
- SANTOS, P. R. et al.. Políticas públicas para a inclusão escolar: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação, v. 26, p. 327-341, 2021.
- SASSAKI, R. K.. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- SILVA, M. R.. Educação inclusiva: práticas pedagógicas para a diversidade. Curitiba: Editora Inclusiva, 2020.
- SILVA, M. R.; ALMEIDA, J. F. de.. O impacto das políticas inclusivas na formação docente. São Paulo: Editora Acadêmica, 2021.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006.

PROMOVENDO A INCLUSÃO: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
PROMOTING INCLUSION: PEDAGOGICAL STRATEGIES FOR CHILDREN WITH SPECIAL NEEDS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION
PROMOVIENDO LA INCLUSIÓN: ESTRATEGIAS PEDAGÓGICAS PARA NIÑOS CON NECESIDADES ESPECIALES EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

Inez Nagel da Cunha Silva
inez.silva60@hotmail.com

SILVA, Inez Nagel da Cunha. **Promovendo a inclusão: Estratégias Pedagógicas para Crianças com Necessidades Especiais na Educação Infantil**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 81 – 90, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

A inclusão de crianças em classes regulares tem se mostrado um desafio para educadores, família e toda a comunidade escolar. Nessa senda, o objetivo geral deste estudo foi analisar criticamente a educação inclusiva na educação infantil trazendo uma visão ampla sobre essa questão. Consideram-se como objetivos específicos: apresentando breves relatos sobre como o processo de inclusão foi introduzido no Brasil; apresentar os textos legais que apoiam e garantem o processo de inclusão; destacar o papel do educador no ambiente escolar perante a inclusão. Para a compreensão desse estudo, foi utilizado o referencial de autores como: Aranha (2019), Mantoan (2018), Freitas (2019) entre outros que, com certeza, farão parte do acervo que abordará o assunto, já que na pesquisa qualitativa o referencial teórico está sempre em construção. A realização da presente pesquisa acadêmica sobre a importância da educação inclusiva na educação infantil possibilitou um melhor entendimento sobre a inclusão no âmbito social e educacional, tendo a oportunidade de articular posicionamento teórico que deram suporte para o estudo do mesmo. Trata-se de temática contemporânea e que pode vir a ser norteadora de pesquisas posteriores e mais densas da parte da autora e fonte inspiradora para o leitor iniciante, cuja concepção de mundo e de educação afine-se com a visão de integração, de cidadania plena e de igualdade de condições na sociedade.

Palavras chave: Inclusão. Educação infantil. Legislação.

SUMMARY

The inclusion of children in regular classes has proven to be a challenge for educators, families, and the entire school community. In this context, the general objective of this study was to critically analyze inclusive education in early childhood education, providing a broad view of this issue. Specific objectives include: presenting brief accounts of how the inclusion process was introduced in Brazil; presenting the legal texts that support and guarantee the inclusion process; and highlighting the role of the educator in the school environment regarding inclusion. To understand this study, references were made to authors such as Aranha (2019), Mantoan (2018), Freitas (2019), among others, who will certainly be part of the collection addressing the subject, as in qualitative research, the theoretical framework is always under construction. This academic research on the importance of inclusive education in early childhood education allowed for a better understanding of inclusion in both social and educational contexts, providing an opportunity to articulate theoretical positioning that supported the study. This is a contemporary theme that can serve as a guide for future and more in-depth research by the author and an inspiring source for novice readers, whose worldview and concept of education align with the vision of integration, full citizenship, and equal conditions in society.

Keywords: Inclusion. Early childhood education. Legislation.

RESUMEN

La inclusión de niños en clases regulares ha demostrado ser un desafío para educadores, familias y toda la comunidad escolar. En este contexto, el objetivo general de este estudio fue analizar críticamente la educación inclusiva en la educación infantil, ofreciendo una visión amplia sobre esta cuestión. Los objetivos específicos incluyen: presentar breves relatos sobre cómo se introdujo el proceso de inclusión en Brasil; presentar los textos legales que apoyan y garantizan el proceso de inclusión; y destacar el papel del educador en el ambiente escolar respecto a la inclusión. Para la comprensión de este estudio, se utilizaron referencias de autores como Aranha (2019), Mantoan (2018), Freitas (2019), entre otros, que sin duda formarán parte del acervo que aborda el tema, ya que en la investigación cualitativa el marco teórico siempre está en construcción. La realización de esta

investigación académica sobre la importancia de la educación inclusiva en la educación infantil permitió un mejor entendimiento sobre la inclusión en el ámbito social y educativo, brindando la oportunidad de articular un posicionamiento teórico que dio soporte al estudio. Se trata de una temática contemporánea que puede servir de guía para investigaciones posteriores y más densas por parte de la autora, y de fuente inspiradora para el lector principiante, cuya concepción del mundo y de la educación se alinee con la visión de integración, ciudadanía plena e igualdad de condiciones en la sociedad.

Palabras clave: Inclusión. Educación infantil. Legislación

INTRODUÇÃO

A inclusão no ensino regular é um processo que possibilita múltiplos desenvolvimentos aos alunos com necessidades educacionais especiais. A Educação Infantil porta de entrada para a inclusão escolar é um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), onde afirma que a oferta da educação especial enquanto dever constitucional do Estado deve ter início nesta modalidade de ensino. No entanto, a inclusão desses alunos em classes regulares tem se mostrado um desafio para educadores, família e toda a comunidade escolar.

Surge então um grande desafio para toda a comunidade escolar no sentido de encarar essa nova realidade não só como um conjunto de leis impostas, mas uma necessidade de se adequar os avanços na busca de um ensino de qualidade de forma igualitária onde todos independente de suas diferenças encontrem oportunidades efetivas de ampliar conhecimento.

Esse estudo se justifica tendo em vista que estas são algumas das questões que despertaram o interesse pelo assunto, motivando a procurar, pesquisar, aprofundar conhecimentos em relação à inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares. Ademais, esse estudo se torna relevante por observarmos o distanciamento entre professores, pesquisadores e gestores da Educação Infantil envolvidos com a proposta da educação inclusiva.

Com base no que foi discutido, o objetivo geral deste estudo foi analisar criticamente a educação inclusiva na educação infantil trazendo uma visão ampla sobre essa questão. Consideram-se como objetivos específicos: apresentando breves relatos sobre como o processo de inclusão foi introduzido no Brasil; apresentar os textos legais que apoiam e garantem o processo de inclusão; destacar o papel do educador no ambiente escolar perante a inclusão.

Esse artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico define-se o problema, justificativa, objetivos e estrutura do trabalho. No segundo tópico foram tratados os conceitos, histórico e realizadas discussões acerca da temática em voga. E, por fim, no terceiro tópico elencam-se as considerações finais seguido das referências bibliográficas utilizadas na construção dessa pesquisa.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Com uma estrutura já organizada pela sociedade civil, a legislação para pessoas com necessidades especiais começou a ser mais reconhecida, vindo para fortalecer propostas que visavam à garantia de uma educação para todos. Um dos primeiros avanços foi a lei 4.024/61, que traçou os “direitos dos excepcionais”. No entanto, somente em 1973, é que veio a ser criado o Centro Nacional de Educação Especial(CENESP), que passou a discutir políticas e práticas para a área(Glat, 2020).

Outro grande avanço foi a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, completando 20 anos agora em 2008. Está, além de trazer pontos importantes para a educação em geral, reafirmou subsídios para a Educação Especial, indicando, no artigo 208, a “garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, dando abertura nas escolas regulares às pessoas com necessidades especiais, fortalecendo o movimento de inclusão (Mesquita; Arruda, 2019).

Logo em seguida, em 1990, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – lei 8.029/90) que, entre outras determinações, estabelece, no § 1º do Artigo 2º, o atendimento especializado para crianças com necessidades especiais. O ECA enfatiza, ainda, no artigo 5º que: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, violência, crueldade, punido na forma da lei qualquer atendimento, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990, p.05).

Segundo Mittler (2019), no panorama das políticas públicas governamentais brasileiras, a educação assumiu papel de destaque a partir da década de 90, quando se verifica o fortalecimento dos discursos e propostas, que revelam a intenção de garantir educação para todos através de Leis e Legislações. E essas foram formuladas, a partir de março de 1990, quando o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e o Banco Mundial (Mittler, 2013).

Esta conferência resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a partir do que o Brasil fez a opção da construção de um sistema de ensino educacional inclusivo. Este movimento levou a uma nova conferência, em 1994, em Salamanca (Espanha) - a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, do qual o Brasil é signatário, vindo a reforçar a posição do Brasil pelo sistema de ensino inclusivo (Freitas, 2013).

A Resultante Declaração de Salamanca (1994) propõe uma série de mudanças no atendimento educacional para as pessoas com necessidades especiais. Dentre elas, está o acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades; e, a adoção, por força de lei ou como política, do princípio da educação integrada permitindo a matrícula de todas as crianças em escolas comuns (Brasil, 1994).

A proposta de educação inclusiva foi inserida no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDB/96), o que representou um grande marco para as transformações educacionais do atendimento para pessoas com necessidades especiais (Brito; Lima, 2020).

Tais mudanças representaram também um grande desafio para o setor da educação em geral, pois entre outras questões, modificou-se com ela a atuação docente e colocou em conflito diferentes concepções de ensino às quais os educadores estavam habituados/formados (Mesquita; Arruda, 2019).

Nesse sentido, através da LDB de 1996, a Educação Especial passou a ser uma modalidade da educação escolar, devendo ser efetivada preferencialmente na escola regular e oferecendo serviço de apoio especializado para os educandos que necessitassem. A partir das

modificações na área da Educação Especial, surgem outras Leis, Decretos e Planos para traçar o caminho, a fim de atingir o objetivo proposto: A Educação Inclusiva(Freitas, 2019).

Em janeiro de 2001, é então promulgada a Lei nº 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência de dez anos. Nele, o objetivo que se coloca é o de elevar o nível de escolaridade, melhorar a qualidade do ensino e reduzir as desigualdades sociais. Nesse mesmo ano, é aprovado o Parecer 17/2001, que traz as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que busca atingir os objetivos da educação inclusiva, tendo como objetivo: a elevação da escolaridade; a melhoria do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades com relação ao acesso a permanência(Mantoan, 2019).

Devido à dívida da sociedade com essa população, por causa do seu histórico segregado, em que a Educação Especial, anteriormente, sequer certificava seus alunos, as Diretrizes afirmam que a “EJA, com sua função reparadora, poderá recuperar o tempo perdido de pessoas com necessidades especiais”(Brasil, 2001, p.22) e que “(...) extraordinariamente, poderá promover a organização de classes especiais, para o atendimento de caráter transitório”(Brasil, 2001, p.47). Nota-se que todas as discussões geradas com as Leis, Decretos e documentos, enfatizam a importância de uma nova concepção de educação: a Educação Inclusiva (Mesquita; Arruda, 2019).

A existência de escolas especiais representa uma grave violação dos direitos humanos dos estudantes, incluindo - mas não só - o direito à apoiado adequadamente, a educação inclusiva em sua área local. Imposição legal da segregação em razão da deficiência, dificuldade de aprendizagem ou necessidade emocional é contra os acordos internacionais de direitos humanos, incluindo a Declaração de Salamanca UNESCO e Marco de Ação(1994), as normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência(1993) e da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança(1989) (Cardoso, 2018).

A partir de uma perspectiva de direitos humanos, que reconhece os direitos de todos os alunos para a educação inclusiva, a existência de escolas especiais segregadas é uma forma de discriminação institucional. Direitos dos estudantes à educação inclusiva são universais - que se aplicam a todos os alunos, em toda parte, incluindo aqueles cujos pais preferiam que elas vão se separar, escolas especiais(Aranha, 2019).

Violar os direitos humanos dos alunos significa tratá-los de uma forma que não reconhece a sua igualdade e dignidade; isso prejudica a sua humanidade. Um Comentário Geral das Nações Unidas, publicado em 2001 explicou que a discriminação em razão da deficiência, "ofende a dignidade humana da criança e é capaz de minar ou mesmo destruir a capacidade da criança de se beneficiar de oportunidades educacionais"(Rodrigues, 2019, p. 98).

Considerando a perspectiva histórica da legislação, a educação inclusiva no Brasil já teve avanços; isso aconteceu porque as leis foram criadas de acordo com as concepções do povo de decisão e do momento político de cada vez(Oliveira *et al.*, 2018). Assim, houve períodos em que a educação só atingia uma determinada classe social, em geral, os mais ricos um, e em outros, teve como objetivo também cuidar da população menos favorecida(Mittler, 2019).

Assim, a Constituição Federal de 1998 contempla os parâmetros internacionais ao priorizar o indivíduo inserido no sistema jurídico, os direitos fundamentais, como a saúde, educação, entre outros. Desta forma, observou-se uma modificação na educação, que teve de se adaptar a novos princípios universais(Mesquita; Arruda, 2019).

A Lei de Diretrizes e Bases(1996) criados em paradigmas anteriores teve de ser reformulada(1988), com destaque para a descentralização administrativa da educação que foi transferido a partir da união para a cidade, o aumento quantitativo no número de aberturas, e a nova visão da educação inclusiva(Mesquita; Arruda, 2019).

Atualmente, a educação inclusiva é guiada pelas resoluções nº 95 de 2000/11/21 e nº 02, de 11 de setembro de 2001 e pela Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Eles discutem sobre acesso e permanência dos alunos com deficiência no ensino regular, e as ações que compõem esta nova realidade educacional possível(Brito; Lima, 2020).

A REALIDADE PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

É de fundamental importância considerar as especificidades de cada etapa de vida no atendimento à criança, com ou sem deficiência, de 0 a 3, de 3 a 6 e de 7 anos em diante, mas sem deixar de considerar que de 0 a 3 a criança necessita ser cuidada, de 3 a 6 se preparar para aprender e deste ponto em diante, aprender(Dutra, 2019).

Desta feita, imprescindível se faz tirar o foco das intervenções das características das deficiências dos sujeitos para as do funcionamento cognitivo de cada criança, com ou sem necessidades especiais, considerando suas interações com o meio e proporcionando-lhes ser, de maneira multifuncional, cuidadas, socializadas e educadas junto aos amigos da mesma idade para que sejam, acima de tudo, humanas(Rego, 2020).

Percebe-se, pois, a necessidade de uma escola regular comum para a criança com necessidades especiais e uma preocupação no atendimento, pois a criança precisa estar disposta, aberta ao diálogo com a família e profissionais, para a ampliação de seu repertório de habilidades na área acadêmica, comunicação, imitação e interação. Conforme o Ministério da Educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(Brasil, 1996) em seu artigo 59 determina que o sistema de ensino deve assegurar ao educando com necessidades especiais.

A integração da criança com necessidades especiais na escola deve fazer parte dos objetivos de todos os profissionais que trabalham com essas crianças, na medida em que o ambiente escolar lhe permite a experimentação de uma diversidade maior de atividades. O papel da escola é viabilizar por meio de uma prática pedagógica consistente, o ingresso de todos aqueles que buscam por uma possibilidade de aprendizagem, inclusive as crianças com necessidades especiais(Silveira; Enumo; Rosa, 2018).

Enfrentar os obstáculos, modificar concepções para essa nova visão não é simples, pois exige profunda modificação interior, dos valores, certezas e requer uma sociedade que aceite as diferenças, que se deixe envolver pela essência, e não apenas pela forma(Cardoso, 2018).

Compreende-se, a partir dos diferentes pressupostos, que a educação inclusiva e em destaque a educação especial, realiza-se não só com conhecimentos adquiridos em teorias e práticas, mas pautada em mudanças de concepções, de atitudes e principalmente com olhares e relacionamentos sensíveis(Mesquita; Arruda, 2019).

É no reconhecimento de que todas as crianças são diferentes que a educação inclusiva toma por base, para que todas as crianças ganhem em qualidade educacional, numa visão sociológica de deficiência e diferença, para que todas as escolas estejam preparadas para receber as crianças com necessidades educacionais especiais(Dutra, 2019).

Ressalta-se, ainda, que a fim de implementar adequadamente a educação inclusiva na educação infantil, as mudanças devem ser feitas não só para o currículo. As pessoas que vão implementar e assumir o controle da execução, bem como aqueles que irão monitorar e avaliar os resultados da inclusão, deve ser devidamente designado e reconhecido(Silveira; Enumo; Rosa, 2018).

PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

As estratégias pedagógicas para crianças com necessidades especiais na educação infantil são fundamentais para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A inclusão efetiva requer abordagens diversificadas que considerem as particularidades de cada criança. Em primeiro lugar, a personalização do ensino é essencial. Isso envolve adaptar o currículo e as atividades de acordo com as habilidades e interesses dos alunos, permitindo que cada criança aprenda no seu próprio ritmo e de maneira significativa.(Mesquita; Arruda, 2019).

Outra estratégia importante é o uso de recursos visuais. As crianças com necessidades especiais muitas vezes se beneficiam de materiais visuais, como imagens, gráficos e quadros, que facilitam a compreensão dos conteúdos. Essas ferramentas ajudam a tornar as informações mais acessíveis e a reforçar o aprendizado de forma lúdica e interativa. Além disso, a utilização de tecnologia assistiva pode proporcionar suporte adicional, como aplicativos educativos e dispositivos que ajudam na comunicação (Dutra, 2019).

A formação continuada dos educadores também desempenha um papel crucial. Professores bem treinados em estratégias inclusivas estão mais preparados para atender às necessidades diversas da sala de aula. Investir em capacitação e workshops sobre inclusão e pedagogia diferenciada é essencial para que os educadores se sintam confiantes e capacitados a implementar práticas eficazes. Essa formação deve incluir tópicos como identificação de necessidades específicas, técnicas de ensino e gestão de comportamentos(Aranha, 2019).

A criação de um ambiente de aprendizagem acolhedor e seguro é outra estratégia vital. Um espaço onde todas as crianças se sintam valorizadas e respeitadas é fundamental para o desenvolvimento social e emocional. Atividades que promovem a empatia e a colaboração entre os alunos podem fortalecer os laços sociais e facilitar a inclusão. Isso pode incluir jogos em grupo e projetos coletivos que incentivem a interação e o respeito mútuo(Mesquita; Arruda, 2019).

Além disso, a participação ativa das famílias é essencial no processo de inclusão. Os pais podem fornecer informações valiosas sobre as necessidades e preferências de seus filhos, além de serem aliados na implementação de estratégias educativas. Estabelecer uma comunicação constante entre escola e família ajuda a criar um suporte coeso para as crianças, reforçando o aprendizado em casa e na escola(Aranha, 2019).

Implementar rotinas estruturadas também é uma estratégia eficaz. Crianças com necessidades especiais geralmente se beneficiam de previsibilidade em suas atividades diárias. Rotinas bem definidas ajudam a reduzir a ansiedade e a promover um ambiente de aprendizagem mais estável. É importante que os educadores comuniquem claramente as

expectativas e as transições entre atividades, utilizando visuais para facilitar a compreensão.(Mesquita; Arruda, 2019).

A inclusão de atividades sensoriais também pode ser extremamente benéfica. Crianças com dificuldades sensoriais podem ter desafios em ambientes tradicionais, e atividades que estimulam os sentidos podem ajudar a promover a concentração e a participação. Incorporar elementos táteis, auditivos e visuais nas aulas pode engajar as crianças de maneira mais eficaz e ajudar a desenvolver suas habilidades motoras e cognitivas(Rego, 2020).

A colaboração entre profissionais também é uma estratégia a ser considerada. Parcerias entre educadores, terapeutas e especialistas em educação especial podem enriquecer o ambiente de aprendizagem. Essas colaborações permitem que os educadores implementem práticas baseadas em evidências e que as crianças recebam um suporte mais completo, atendendo a diferentes áreas de desenvolvimento(Brito; Lima, 2020).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica que segundo Gil (2019) inclui articulação do problema a ser estudado, realização de pesquisa bibliográfica bem definida, avaliação da qualidade dos dados, análise dos dados e apresentação das conclusões. O primeiro passo é uma identificação clara do problema que a revisão está abordando e o objetivo da revisão. A pesquisa de literatura deve abordar claramente questões como termos de pesquisa, bancos de dados usados, estratégias de pesquisa adicionais e os critérios de inclusão e exclusão para determinar as fontes primárias relevantes.

Uma busca sistemática foi realizada usando duas bases de dados online: Scielo e Google acadêmico. As palavras-chave utilizadas para esta revisão foram: inclusão escolar; educação infantil; legislação.

Os critérios de inclusão foram: (a) Trabalhos escritos em português no período de 2018 a 2023, (b) inclusão do termo de busca no título ou nas palavras-chave, (c) trabalhos acadêmicos publicados em um periódico revisado por pares periódicos. Os estudos que foram excluídos incluíram aqueles descritos em revisões de uma página, e aqueles publicados em outros idiomas que não os selecionados.

A análise dos trabalhos teve cunho qualitativo, procurando-se interpretar a ideia central dos textos, sendo reportados de forma descritiva a fim de apresentar uma revisão da literatura existente acerca do tema abordado.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos e as discussões levantadas nesse estudo evidenciam a importância e os benefícios da educação inclusiva na educação infantil como um caminho para garantir o direito à educação de qualidade para todas as crianças, promovendo a equidade, o desenvolvimento integral e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

No estudo de Ferreira e Cataldi(2019), a implementação de práticas inclusivas na educação infantil resultou em melhorias significativas no desempenho acadêmico dos alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. A adaptação de atividades e recursos

pedagógicos para atender às diversas habilidades e estilos de aprendizagem contribuiu para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças.

Já nos estudos de Brito e Lima(2020), a convivência em um ambiente inclusivo proporcionou às crianças oportunidades de interação e aprendizado com colegas de diferentes origens, habilidades e características. Isso favoreceu o desenvolvimento de habilidades sociais, como empatia, respeito à diversidade e trabalho em equipe, fundamentais para uma convivência harmoniosa na sociedade.

Acerca desse contexto, Cardoso(2018) preleciona que a valorização das potencialidades de cada criança, independentemente de suas limitações, contribuiu para o fortalecimento de sua autoestima e autoconfiança. O reconhecimento de suas conquistas e o estímulo ao protagonismo nas atividades educativas foram aspectos fundamentais para o desenvolvimento positivo da identidade e do senso de pertencimento.

A promoção da educação inclusiva na educação infantil também envolveu o engajamento e participação ativa das famílias. A parceria entre escola e família foi fortalecida por meio de diálogos, orientações e estratégias para apoiar o desenvolvimento integral das crianças em casa e na escola(Silveira; Enumo; Rosa, 2018).

Apesar dos resultados positivos, o estudo de Dutra(2019) mostrou que a implementação da educação inclusiva na educação infantil enfrenta desafios, como a falta de recursos e formação específica para os profissionais, a necessidade de adaptações estruturais nas escolas e a superação de preconceitos e estigmas em relação às diferenças.

As ideias acima ainda corroboram que é fundamental investir em formação continuada para os educadores, proporcionando conhecimentos e habilidades necessárias para o atendimento de crianças com necessidades especiais e a aplicação de práticas inclusivas no cotidiano escolar. O apoio de equipes multidisciplinares também se mostra essencial para o sucesso da inclusão(Dutra, 2019).

A discussão no estudo de Mesquita e Arruda(2019) sobre educação inclusiva na educação infantil ressalta a importância de valorizar a diversidade como um princípio fundamental da educação. Isso envolve não apenas a inclusão de crianças com deficiências, mas também o respeito e valorização das diferenças étnico-raciais, culturais, religiosas e socioeconômicas presentes na comunidade escolar.

A promoção da educação inclusiva na educação infantil não se restringe ao ambiente escolar, mas impacta diretamente a sociedade como um todo. Ao cultivar valores de respeito, igualdade e solidariedade desde a infância, contribuímos para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática no futuro(Mesquita; Arruda, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa acadêmica sobre a importância da educação inclusiva na educação infantil possibilitou um melhor entendimento sobre a inclusão no âmbito social e educacional, tendo a oportunidade de articular posicionamento teórico que deram suporte para o estudo do mesmo.

Nesta pesquisa, destacou-se que é indispensável para se trabalhar com uma inclusão na educação infantil, faz-se imprescindível dedicação de todos os

profissionais que estão envolvidos e principalmente conhecimento sem que haja uma separação de atividades todos devem ter o mesmo objetivo, por trás de uma criança com necessidades especiais tem um ser desejoso um ser humano dotado de sensações que devem ser descobertas.

Trata-se de temática contemporânea e que pode vir a ser norteadora de pesquisas posteriores e mais densas da parte da autora e fonte inspiradora para o leitor iniciante, cuja concepção de mundo e de educação afine-se com a visão de integração, de cidadania plena e de igualdade de condições na sociedade.

Por fim, vale ressaltar que as proposições descritas no arcabouço da pesquisa puderam propor, ou ainda puderam inferir a confirmação positiva de se ter alcançado tanto o objetivo principal do trabalho como os objetivos específicos quanto objeto de estudo viável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva: transformação social ou retórica. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2019.
- BRASIL. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Brasília: MEC, 1996
- BRASIL. Ministério da Justiça. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: MEC, 1990.
- BRASIL. Constituição da República Federativa de 1988. Brasília: MEC, 1988.
- BRITO, R. F. A.; LIMA, J. F. Educação física adaptada e inclusão: desafios encontrados pelos professores de educação física no trabalho com alunos com deficiência. *Corpo, Movimento e Saúde*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 1-12, jan./jun., 2020.
- CARDOSO, João. Educação inclusiva. *Revista Digital*. Buenos Aires- Ano 8, nº49. Junho, 2018.
- DUTRA, Adriana Bastos de Oliveira. A inclusão de crianças especiais na educação infantil. Monografia. (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa. 2019.
- FERREIRA L. E.; CATALDI C. L. Implantação e implementação da Educação Física Inclusiva. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 27, n. 48, 1-12, abr. 2019.
- FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. São Paulo: Summus, 2019.
- GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, Atlas, 2019.
- GLAT, R. Integração Social dos Portadores de Deficiência: Uma Reflexão. Rio de Janeiro, Ed. Sette Letras, 2020.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. São Paulo: Summus, 2019.
- MESQUITA, A. P. S.; ARRUDA, A. L. M. M. O papel do professor diante da inclusão escolar. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, São Roque, v. 5, n. 1, p. 1-29, jan./ dez. 2019.
- MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- OLIVEIRA Jáima Pinheiro de et al. Concepções de professores sobre a temática das chamadas dificuldades de aprendizagem. *Revista Brasileira Educação Especial*, v. 18, n. 1, p. 93–112, 2018.
- REGO, Tereza Cristina. Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- RODRIGUES, D. A. Educação e a Diferença. Portugal: Porto Editora, 2019.
- SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; ROSA, E. M. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 4, p. 695-708, out./dez. 2018.

INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE

SCHOOL INCLUSION: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN TEACHER TRAINING

INCLUSIÓN ESCOLAR: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES EN LA FORMACIÓN DOCENTE

Ana Maria Rodrigues de Souza

anamariarodrigues1978@gmail.com

<https://lattes.cnpq.br/2085229775637906>

SOUZA, Ana Maria Rodrigues de. **Inclusão Escolar: Desafios e possibilidades na formação docente.** Revista internacional Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 91 – 97, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Alcenir Seixas dos Santos - alcenirsei@gmail.com - <http://lattes.cnpq.br/6383611436232624>

RESUMO

Este artigo aborda a temática da inclusão escolar, discutindo os desafios e as possibilidades enfrentados pelos educadores na formação docente. A educação inclusiva é um direito garantido pela legislação brasileira, especialmente pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura o acesso igualitário à educação para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas. No entanto, apesar dos avanços significativos nas políticas públicas e nas diretrizes educacionais, ainda existem barreiras significativas que dificultam a implementação efetiva de práticas inclusivas nas escolas, como a resistência de alguns educadores, a falta de recursos adequados e a escassez de uma infraestrutura escolar adaptada. A formação de professores é um elemento central para superar essas dificuldades, pois é por meio dela que os educadores desenvolvem as competências necessárias para atuar em ambientes diversificados. A capacitação contínua dos docentes, com ênfase em metodologias diferenciadas e no respeito às diversas necessidades de aprendizagem, é fundamental para criar uma atmosfera de respeito e valorização da diversidade. Além disso, o artigo discute a importância da formação tanto inicial quanto continuada, ressaltando a necessidade de que os educadores sejam preparados para lidar com a pluralidade de perfis dos alunos, respeitando suas diferenças culturais, sociais e de habilidades. Por fim, conclui-se que a educação inclusiva só será plenamente efetiva quando houver uma transformação profunda na formação docente, nas práticas pedagógicas e nas atitudes frente à diversidade.

Palavras-chave: Direitos humanos. Equidade educacional. Formação docente.

SUMMARY

This article addresses the theme of school inclusion, discussing the challenges and possibilities faced by educators in teacher training. Inclusive education is a right guaranteed by Brazilian legislation, particularly by the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13.146/2015), which ensures equal access to education for all students, regardless of their specific needs. However, despite significant advances in public policies and educational guidelines, there are still substantial barriers that hinder the effective implementation of inclusive practices in schools, such as resistance from some educators, lack of adequate resources, and the shortage of adapted school infrastructure. Teacher training is a central element in overcoming these difficulties, as it is through this process that educators develop the necessary competencies to work in diverse environments. Continuous professional development, with an emphasis on differentiated methodologies and respect for various learning needs, is essential to create an atmosphere of respect and appreciation for diversity. Furthermore, the article discusses the importance of both initial and ongoing teacher training, highlighting the need for educators to be prepared to handle the diversity of student profiles, respecting their cultural, social, and skill differences. In conclusion, it is argued that inclusive education will only be fully effective when there is a profound transformation in teacher training, pedagogical practices, and attitudes towards diversity.

Keywords: Human rights. Educational equity. Teacher training..

RESUMEN

Este artículo aborda la temática de la inclusión escolar, discutiendo los desafíos y las posibilidades enfrentadas por los educadores en la formación docente. La educación inclusiva es un derecho garantizado por la legislación brasileña, especialmente por la Ley Brasileña de Inclusión (Ley No. 13.146/2015), que asegura el acceso igualitario a la educación para todos los estudiantes, independientemente de sus necesidades específicas. Sin embargo, a pesar

de los avances significativos en las políticas públicas y las directrices educativas, todavía existen barreras importantes que dificultan la implementación efectiva de prácticas inclusivas en las escuelas, como la resistencia de algunos educadores, la falta de recursos adecuados y la escasez de una infraestructura escolar adaptada. La formación docente es un elemento central para superar estas dificultades, ya que es a través de ella que los educadores desarrollan las competencias necesarias para trabajar en entornos diversos. El desarrollo profesional continuo, con énfasis en metodologías diferenciadas y el respeto por las diversas necesidades de aprendizaje, es fundamental para crear una atmósfera de respeto y valoración de la diversidad. Además, el artículo discute la importancia de la formación tanto inicial como continua, destacando la necesidad de que los educadores estén preparados para manejar la pluralidad de perfiles de los estudiantes, respetando sus diferencias culturales, sociales y de habilidades. Finalmente, se concluye que la educación inclusiva solo será plenamente efectiva cuando haya una transformación profunda en la formación docente, en las prácticas pedagógicas y en las actitudes hacia la diversidad.

Palabras clave: Derechos humanos. Equidad educativa. Formación docente.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem sido um tema central no debate educacional contemporâneo, especialmente nas últimas décadas, refletindo a crescente preocupação em garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais, tenham acesso ao sistema regular de ensino. Esse conceito vai além de uma simples inserção, buscando a criação de um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade, promovendo práticas pedagógicas adaptadas às necessidades específicas de cada aluno. A educação inclusiva é, portanto, um direito fundamental, respaldado por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil 13.146/2015), que estabelece diretrizes para a efetiva inclusão de estudantes com deficiência em instituições educacionais, públicas e privadas.

Apesar dos avanços legais, a implementação efetiva da inclusão escolar enfrenta desafios significativos, o que justifica a realização deste estudo, cujo objetivo principal é analisar os desafios e as possibilidades da inclusão escolar no Brasil, com ênfase na formação docente e nas práticas pedagógicas adotadas nas escolas. O foco desta pesquisa será a análise das lacunas existentes entre a legislação e a realidade nas escolas, particularmente em relação à formação contínua dos educadores, infraestrutura escolar e recursos financeiros destinados à inclusão.

A escolha deste tema é justificada pela persistente discrepância entre as normativas legais e as condições reais enfrentadas nas escolas, onde fatores como a preparação inadequada dos professores, a falta de infraestrutura acessível e a escassez de recursos financeiros ainda representam barreiras significativas para a implementação da educação inclusiva. Embora a legislação tenha estabelecido um marco importante para a inclusão, ainda falta a execução de políticas públicas eficazes que garantam condições materiais e formativas adequadas.

Em relação à literatura existente, diversos estudos apontam para a importância da formação continuada dos educadores como um dos pilares para a criação de ambientes inclusivos e eficazes. Lima (2018) destaca que a formação inicial dos professores muitas vezes não cobre adequadamente as especificidades da educação inclusiva, resultando em uma lacuna de habilidades e conhecimentos. Por outro lado, Oliveira e Santos (2019) ressaltam que a presença de equipes multidisciplinares nas escolas é fundamental para garantir a adequação das práticas pedagógicas às necessidades dos alunos com deficiência. No entanto, a falta de investimento em recursos materiais e humanos ainda é uma realidade que precisa ser superada.

A revisão da literatura indicará ainda as principais abordagens metodológicas e práticas pedagógicas, como a adaptação curricular e a flexibilização de conteúdos, que têm sido utilizadas para promover a inclusão, e as lacunas que ainda persistem na sua implementação.

O objetivo desta pesquisa é, portanto, compreender como a formação docente e os recursos disponíveis nas escolas influenciam a implementação das políticas de inclusão, investigando como as escolas lidam com as exigências legais e quais são as dificuldades enfrentadas para cumprir as diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão. As questões principais a serem exploradas incluem: (1) Quais são os principais desafios enfrentados pelos educadores na aplicação de práticas pedagógicas inclusivas? (2) Quais são as barreiras estruturais e financeiras que dificultam a inclusão efetiva nas escolas? (3) Como a formação contínua dos docentes pode contribuir para a superação dessas barreiras?

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem bibliográfica, com a análise de estudos, artigos acadêmicos, livros e legislações relacionadas à inclusão escolar e à formação docente. A análise será complementada por uma revisão crítica das políticas públicas em vigor, buscando identificar os principais pontos de convergência e divergência entre o que está legislado e a realidade observada nas escolas brasileiras. A metodologia adotada visará fornecer um panorama abrangente das práticas inclusivas, permitindo a identificação de soluções que possam contribuir para a melhoria da educação inclusiva no país.

Essa pesquisa pretende contribuir para o campo da educação inclusiva, oferecendo uma análise aprofundada das condições atuais e sugerindo possíveis caminhos para a superação das dificuldades enfrentadas pelas escolas, com ênfase na formação docente, infraestrutura e apoio institucional, e propor recomendações práticas que possam ser implementadas para garantir o direito à educação para todos.

REVISÃO DA LITERATURA

A formação de professores é um aspecto essencial para a efetivação da educação inclusiva, sendo necessário que os educadores desenvolvam competências e habilidades que permitam atender às necessidades de todos os alunos. Segundo Almeida(2020), isso envolve o conhecimento sobre as diferentes deficiências e a criação de estratégias pedagógicas que contemplem a diversidade. Contudo, a formação docente voltada para a inclusão escolar enfrenta desafios que comprometem a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas nas salas de aula. Esses desafios são complexos e interligados, refletindo tanto as condições das instituições educacionais quanto às necessidades dos alunos com diferentes características. Portanto, é fundamental identificar as principais barreiras que dificultam uma formação docente adequada, de modo a garantir a inclusão de todos os estudantes.

Um dos maiores desafios enfrentados na formação docente para a inclusão escolar é a falta de capacitação específica. Muitos professores da educação básica não recebem formação adequada sobre inclusão escolar e metodologias ativas, fundamentais para promover a participação efetiva de todos os alunos. Costa *et al.*(2021) destacam que a formação inicial muitas vezes se concentra em conteúdos teóricos tradicionais, sem a preparação necessária para lidar com a diversidade nas salas de aula. Isso resulta em educadores que se sentem inseguros e despreparados para implementar práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência ou necessidades educacionais especiais.

A escassez de recursos materiais e humanos nas escolas públicas também representa um obstáculo considerável à implementação de práticas inclusivas. Lacerda (2020) enfatiza que muitas instituições carecem de infraestrutura adequada e de profissionais especializados, como mediadores e intérpretes, dificultando a adaptação do ambiente escolar para atender a todos os alunos. A falta de materiais didáticos adaptados, como livros em braile e tecnologias assistivas, também limita as oportunidades de aprendizado para estudantes com deficiência visual ou auditiva, tornando imperativo o investimento em infraestrutura e na capacitação de profissionais para promover a inclusão efetiva.

Além disso, a resistência cultural presente em algumas comunidades escolares também se configura como um desafio significativo. Em muitas localidades, estigmas e preconceitos enraizados na sociedade afetam a percepção sobre a inclusão escolar, criando um ambiente hostil para alunos com deficiência. Martins e Moraes(2019) afirmam que essa resistência pode se manifestar de diversas formas, como a desvalorização das capacidades de alunos com deficiência e a falta de apoio de colegas e familiares. Superar essa resistência exige um trabalho contínuo de sensibilização e conscientização, com foco na valorização da diversidade e no reconhecimento da inclusão como um direito de todos.

Diante desses desafios, é essencial que a formação docente inclua não apenas capacitação técnica em metodologias inclusivas, mas também a promoção de uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Para isso, as instituições de ensino superior devem revisar seus currículos, incorporando disciplinas que abordam a inclusão de maneira prática e reflexiva, além de investir na formação continuada, proporcionando aos professores já em exercício oportunidades de aprendizado e atualização sobre as melhores práticas para a inclusão escolar.

No que diz respeito às práticas pedagógicas inclusivas, é crucial que os educadores adotem abordagens que favoreçam a participação plena de todos os alunos, adaptando o ensino para as diferentes necessidades de cada estudante. Uma das metodologias mais eficazes é o ensino colaborativo, que promove o trabalho em equipe, permitindo que os alunos aprendam uns com os outros e desenvolvam habilidades sociais e acadêmicas. Oliveira et al.(2020) destacam que o ensino colaborativo não só enriquece o processo de aprendizagem, mas também fortalece os laços entre os estudantes, criando um ambiente escolar mais coeso e inclusivo. A interação entre alunos com diferentes habilidades e experiências resulta em um aprendizado mais significativo, no qual todos se beneficiam das contribuições únicas que cada um traz para o grupo. Além disso, o ensino colaborativo estimula a empatia e o respeito às diferenças, elementos fundamentais para a construção de uma cultura escolar inclusiva.

Outro aspecto importante nas práticas pedagógicas inclusivas é a adaptação curricular. A personalização das atividades de acordo com as necessidades específicas de cada aluno facilita a inclusão, permitindo que todos possam progredir em seu aprendizado. Nóbrega(2020) ressalta que, ao adaptar o currículo, os educadores oferecem desafios adequados ao nível de habilidade de cada estudante, garantindo a equidade no processo educacional. Essa prática envolve não apenas a modificação dos conteúdos, mas também a alteração das metodologias de ensino e a utilização de avaliações diferenciadas. A flexibilidade curricular permite que alunos com dificuldades ou necessidades especiais acessem o mesmo conhecimento que seus colegas, promovendo a equidade.

Além das metodologias tradicionais, o uso de tecnologia assistiva tem se mostrado uma ferramenta crucial para a inclusão de alunos com deficiências. Ferreira (2021) aponta que recursos tecnológicos, como softwares educativos adaptados, dispositivos de comunicação alternativa e ferramentas de leitura em voz alta, podem ajudar os alunos a superar barreiras e a participar ativamente das atividades escolares. A tecnologia assistiva não só amplia o acesso ao conteúdo educacional, mas também promove a autonomia e a autoestima dos alunos, que se sentem mais capazes de interagir e contribuir em sala de aula. Dessa forma, a integração dessas tecnologias deve ser incentivada, oferecendo formação adequada aos educadores para que possam utilizá-las de forma eficaz.

A construção de um ambiente escolar inclusivo requer um compromisso contínuo de todos os envolvidos no processo educacional, incluindo gestores, professores, alunos e suas famílias. Esse compromisso deve ser refletido não apenas em ações pontuais, mas em uma cultura escolar que valorize e respeite a diversidade. Para que as práticas pedagógicas inclusivas sejam eficazes, é necessário um suporte institucional sólido, tanto em termos de recursos materiais quanto no apoio à formação docente contínua. A inclusão escolar não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um compromisso ético e social de garantir o direito à educação para todos. Dessa forma, a reflexão contínua sobre as práticas pedagógicas e a formação de educadores são elementos-chave para assegurar uma educação inclusiva de qualidade.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, centrada na análise crítica das práticas pedagógicas e da formação docente voltadas para a inclusão escolar. Estruturada como uma revisão bibliográfica, o estudo buscou sistematizar e compreender os principais desafios e as possibilidades no preparo de professores para atuar em contextos inclusivos no Brasil.

O objeto de estudo incluiu documentos acadêmicos e institucionais, como artigos científicos, dissertações, legislações e relatórios que tratam da inclusão escolar e da formação docente. A pesquisa, de caráter exploratório, permitiu uma análise aprofundada das práticas já existentes, a identificação de lacunas e a proposição de estratégias para uma formação docente mais eficaz e inclusiva.

A seleção das fontes foi realizada por meio de bases de dados amplamente reconhecidas, como SciELO, Google Scholar e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os materiais foram escolhidos com base em critérios de relevância, priorizando publicações recentes, qualidade metodológica e pertinência temática. A coleta de dados utilizou palavras-chave como "inclusão escolar", "formação docente" e "educação inclusiva", combinadas com operadores booleanos para refinar os resultados. Autores de referência, como Almeida e Nóbrega, foram destacados por suas contribuições significativas ao tema.

Além das publicações acadêmicas, o levantamento incluiu legislações importantes, como a Lei Brasileira de Inclusão(LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva(PNEEPEI). Os materiais selecionados foram avaliados quanto à sua relevância para os objetivos do estudo, garantindo a qualidade e pertinência dos dados analisados.

Os dados foram organizados em categorias temáticas, abordando aspectos como estratégias de formação docente, barreiras enfrentadas na prática educativa e exemplos de práticas pedagógicas inclusivas. A análise seguiu uma abordagem interpretativa, identificando padrões e propondo reflexões sobre o aprimoramento das políticas e práticas educacionais.

Embora a pesquisa tenha se centrado na análise teórica, sem a coleta de dados empíricos, a metodologia adotada permitiu integrar diferentes perspectivas e oferecer uma base sólida para investigações futuras. O estudo contribuiu significativamente para o aprofundamento do debate sobre a formação docente e a inclusão escolar, destacando a importância de estratégias que garantam uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que a formação docente e a infraestrutura das escolas desempenham papéis fundamentais na implementação das políticas de inclusão. Os educadores enfrentam desafios relacionados à falta de capacitação específica, dificuldades estruturais e limitações financeiras. A pesquisa revelou que muitos professores não possuem formação adequada para lidar com a diversidade, o que compromete a aplicação eficaz das práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, a escassez de recursos materiais, como tecnologias assistivas e adaptações curriculares, e a falta de apoio especializado nas escolas públicas dificultam a inclusão efetiva. Tais barreiras estruturais evidenciam a necessidade de investimentos na formação docente e na melhoria das condições das escolas para promover a inclusão.

A análise dos resultados revela que a falta de uma formação contínua e especializada para os docentes representa uma das principais barreiras à implementação eficaz da inclusão escolar. Muitos educadores não possuem acesso a uma formação prática que integre tanto os aspectos teóricos quanto às metodologias inclusivas, o que os torna despreparados para lidar com a diversidade de necessidades de seus alunos. Essa deficiência na capacitação docente resulta em práticas pedagógicas que não atendem adequadamente aos estudantes com deficiência ou com outras necessidades educacionais especiais, prejudicando a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Outro fator crítico identificado é a infraestrutura inadequada das escolas, particularmente nas instituições públicas, que enfrentam dificuldades estruturais e financeiras. A escassez de recursos, como materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e apoio especializado (mediadores, intérpretes, entre outros), dificulta a adaptação do ambiente escolar para atender às necessidades de todos os alunos. Essa realidade contribuiu para o fracasso na implementação das políticas de inclusão e reforça a exclusão de estudantes que não têm acesso aos recursos necessários para o aprendizado.

Além disso, a pesquisa destaca que a formação contínua dos professores é uma das principais estratégias para superar essas barreiras. A formação contínua não só atualiza os educadores sobre as melhores práticas pedagógicas inclusivas, mas também oferece as ferramentas necessárias para que eles possam trabalhar de maneira mais eficaz com todos os alunos, respeitando suas diferenças e promovendo um aprendizado colaborativo e equitativo. Investir na formação docente é, portanto, uma ação fundamental para enfrentar os desafios

identificados e garantir que a inclusão escolar se concretize de forma efetiva nas instituições de ensino.

O objetivo deste estudo foi compreender como a formação docente e os recursos disponíveis nas escolas influenciam a implementação das políticas de inclusão, investigando as dificuldades enfrentadas para cumprir as diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão. Os resultados confirmam que a formação dos professores e as condições estruturais das escolas são fatores cruciais para a efetivação da inclusão escolar. A falta de capacitação específica e os desafios financeiros e estruturais dificultam a aplicação das práticas inclusivas, impactando a qualidade da educação para os alunos com deficiência.

Portanto, a formação contínua dos docentes se apresenta como uma solução eficaz para superar essas barreiras, permitindo que os educadores desenvolvam as habilidades necessárias para atender a todos os alunos de maneira equitativa. Para futuras pesquisas, seria interessante investigar a implementação de políticas públicas que garantam recursos adequados e apoio especializado, além de estudar a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas em diferentes contextos educacionais.

A pesquisa aponta que a efetivação da inclusão escolar depende de um esforço colaborativo que envolva a formação contínua dos educadores, a adaptação das práticas pedagógicas e a melhoria das condições estruturais das escolas. As barreiras enfrentadas pelos professores, como a falta de capacitação e os desafios financeiros, exigem ações concretas para garantir o acesso de todos os alunos a uma educação de qualidade. A cooperação entre os diferentes membros da comunidade escolar, incluindo professores, gestores, alunos e famílias, é essencial para superar essas dificuldades e promover uma educação verdadeiramente inclusiva. O comprometimento das instituições de ensino, aliado à implementação de políticas públicas adequadas, é crucial para assegurar que a inclusão escolar seja uma realidade em todas as escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Tiago F. de. A formação docente e a inclusão escolar: desafios e possibilidades. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- COSTA, Ana L.; SOUZA, Carlos R.; PEREIRA, Luiz F. A. A inclusão escolar e os desafios na formação docente. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 1, p. 123-140, 2021.
- FERREIRA, Lucas A. A importância da formação de professores para a inclusão escolar. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.
- LACERDA, Juliana. Desafios da inclusão escolar no contexto da formação de professores. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- MARTINS, Maria J.; MORAES, Renata. Formação de professores para a inclusão: um desafio contínuo. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 3, p. 456-471, 2019.
- NÓBREGA, Débora. A formação docente e a inclusão: um olhar crítico. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- COSTA, Rita de Cássia. Perspectivas da inclusão escolar: práticas e desafios. *Educação e Pesquisa*, v. 46, p. 785-802, 2020.

INCLUSÃO ESCOLAR NA EJA: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DE ESTUDOS DE CASO

SCHOOL INCLUSION IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: REFLECTIONS FROM THE ANALYSIS OF CASE STUDIES

INCLUSIÓN ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: REFLEXIONES A PARTIR DEL ANÁLISIS DE ESTUDIOS DE CASO

Raiane Marques Nunes
raiane21.marques@gmail.com

NUNES, Raiane Marques. **Inclusão escolar na EJA: Reflexões a partir da análise de estudos de caso.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 98 – 117, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão - tobias_175@hotmail.com

RESUMO

A inclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um desafio significativo, especialmente quando se trata de alunos com deficiência. Embora a inclusão seja um direito garantido, sua efetivação esbarra em barreiras pedagógicas, estruturais e formativas. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as estratégias utilizadas para promover a inclusão na EJA, com base em uma revisão integrativa de literatura e análise de estudos de caso. Os resultados apontam que a formação docente inadequada, a falta de infraestrutura acessível e a resistência à adoção de metodologias inclusivas dificultam a aprendizagem desse público. Além disso, a flexibilização curricular e o uso de tecnologias educacionais surgem como alternativas promissoras para potencializar a inclusão e melhorar a participação dos estudantes no processo educativo. A pesquisa destaca a necessidade de investimentos contínuos na capacitação dos professores e na adaptação dos espaços escolares para garantir um ensino mais equitativo e eficaz.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. EJA. Desafios. Metodologias inclusivas.

SUMMARY

School inclusion in Youth and Adult Education (EJA) represents a significant challenge, especially when it comes to students with disabilities. Although inclusion is a guaranteed right, its implementation faces pedagogical, structural, and formative barriers. This study aims to analyze the challenges and strategies used to promote inclusion in EJA, based on an integrative literature review and case study analysis. The results indicate that inadequate teacher training, lack of accessible infrastructure, and resistance to adopting inclusive methodologies hinder the learning process of this group. Additionally, curriculum flexibility and the use of educational technologies emerge as promising alternatives to enhance inclusion and improve student participation in the educational process. The research highlights the need for continuous investment in teacher training and the adaptation of school spaces to ensure a more equitable and effective education.

Keywords: Inclusive Education. Youth and Adult Education (EJA). Challenges. Inclusive Methodologies.

RESUMEN

La inclusión escolar en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) representa un desafío significativo, especialmente cuando se trata de estudiantes con discapacidad. Aunque la inclusión es un derecho garantizado, su implementación enfrenta barreras pedagógicas, estructurales y formativas. Este estudio tiene como objetivo analizar los desafíos y estrategias utilizadas para promover la inclusión en la EJA, basándose en una revisión integradora de la literatura y en el análisis de estudios de caso. Los resultados indican que la formación docente inadecuada, la falta de infraestructura accesible y la resistencia a la adopción de metodologías inclusivas dificultan el aprendizaje de este grupo. Además, la flexibilización curricular y el uso de tecnologías educativas surgen como alternativas prometedoras para potenciar la inclusión y mejorar la participación de los estudiantes en el proceso educativo. La investigación destaca la necesidad de inversiones continuas en la capacitación docente y en la adaptación de los espacios escolares para garantizar una educación más equitativa y eficaz.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). Desafíos. Metodologías Inclusivas.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um desafio que envolve múltiplos aspectos sociais, históricos e pedagógicos. No Brasil, o direito à educação inclusiva está garantido por meio de dispositivos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). No entanto, apesar dos avanços legais, a realidade das salas de aula da EJA revela que a inclusão ainda enfrenta inúmeras barreiras, especialmente no que se refere à escolarização de pessoas com deficiência.

Historicamente, a Educação Especial no Brasil oscilou entre segregação e integração, sem, no entanto, garantir um modelo efetivamente inclusivo. Apenas a partir da década de 1980, iniciou-se um movimento mais significativo em prol da inclusão plena no ensino regular, com ênfase no direito de todos à educação em um ambiente diverso e acessível (Conceição & Freire, 2021). No contexto da EJA, esse processo se torna ainda mais complexo devido à heterogeneidade do público atendido, que engloba estudantes com trajetórias educacionais interrompidas, dificuldades de aprendizagem e, em muitos casos, deficiências que demandam adaptações curriculares e metodológicas.

Um dos principais desafios para a efetivação da inclusão na EJA está na formação dos professores. Conforme destacam Santos e Gonçalves (2023), a falta de preparo docente para trabalhar com estudantes com deficiência impacta diretamente a qualidade do ensino inclusivo. Essa carência é reforçada por Rodrigues, Ferreira e França (2016), que observaram que, mesmo em ambientes escolarmente receptivos, a ausência de metodologias adequadas limita a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Além disso, a necessidade de flexibilização curricular e de materiais didáticos acessíveis ainda é uma realidade distante em muitas instituições que oferecem a EJA.

Outro fator limitante é a infraestrutura escolar inadequada. Muitas escolas não possuem acessibilidade física, tecnologias assistivas ou materiais adaptados, dificultando o acesso ao conhecimento por parte dos alunos com deficiência (Conceição & Freire, 2021). Essa carência estrutural reflete a marginalização histórica da EJA dentro do sistema educacional brasileiro, impactando diretamente os investimentos destinados a essa modalidade de ensino.

Além dos desafios pedagógicos e estruturais, a inclusão na EJA requer uma abordagem curricular que valorize a diversidade e os saberes prévios dos estudantes. Rocha (2023) ressalta que os alunos da EJA, ao longo de suas trajetórias de vida, desenvolvem diferentes formas de aprender e interpretar o mundo, tornando essencial a adoção de estratégias pedagógicas que respeitem e potencializem essas experiências. Nesse sentido, Freire (1996) argumenta que a educação deve ter um papel emancipatório, promovendo a autonomia e a participação ativa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

A inclusão escolar na EJA, portanto, não deve se restringir apenas à presença dos alunos com deficiência na sala de aula, mas sim garantir oportunidades equitativas de aprendizado, considerando suas necessidades e promovendo sua participação efetiva. Para que isso se concretize, são necessárias políticas públicas que assegurem a formação continuada dos professores, melhorias na infraestrutura escolar e a adoção de metodologias inclusivas que contemplem a diversidade do público atendido.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades da inclusão escolar na EJA, a partir da revisão de estudos de caso que investigam práticas pedagógicas inclusivas, dificuldades enfrentadas por professores e alunos, bem como as estratégias que podem contribuir para um ensino mais acessível e efetivo.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EJA

A inclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos é um desafio que perpassa aspectos históricos, sociais e pedagógicos. Para Rodrigues, Ferreira e França (2016), a inclusão deve transcender as barreiras impostas por preconceitos e desigualdades sociais, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência de todos na educação. No entanto, essa inclusão nem sempre é efetiva, especialmente quando se trata de alunos com deficiência. A exclusão educacional dessas pessoas ao longo da história resultou na marginalização desse público no sistema escolar, sendo que, até poucas décadas atrás, sua presença era considerada incompatível com a estrutura educacional tradicional.

Historicamente, a Educação Especial no Brasil oscilou entre a segregação e a integração, sendo que a efetiva inclusão só começou a ser debatida a partir dos anos 1980, com a ideia de que todos deveriam compartilhar o mesmo espaço escolar. A legislação brasileira reforça essa necessidade, conforme estabelecido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que reconhece que as sociedades se tornam deficientes quando falham em incluir a todos. Entretanto, a realidade escolar ainda não reflete plenamente esses princípios. A inclusão escolar de pessoas com deficiência, principalmente na EJA, esbarra em desafios estruturais e pedagógicos que dificultam a sua efetivação.

Um dos principais desafios enfrentados pela EJA na inclusão de pessoas com deficiência está relacionado à formação dos professores. Santos e Gonçalves (2023) destacam que, apesar dos avanços legislativos e normativos, muitas pessoas com deficiência continuam excluídas do sistema educacional devido à ausência de adaptações adequadas e à falta de professores capacitados para atendê-las. Esse problema está diretamente ligado à formação inicial e continuada dos educadores, que frequentemente não contempla abordagens específicas para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais. Campos (2023) corrobora essa visão ao afirmar que muitos professores não receberam preparo adequado para lidar com a diversidade em sala de aula, o que pode gerar resistência e insegurança no ensino de alunos com deficiência.

Além da formação docente, outro fator limitante na inclusão escolar da EJA é a falta de infraestrutura adequada nas escolas. Em muitas instituições, há escassez de materiais didáticos acessíveis, ausência de tecnologias assistivas e pouca adaptação física para receber alunos com deficiência. A Educação de Jovens e Adultos historicamente foi marginalizada dentro do sistema educacional brasileiro (Santos e Gonçalves, 2023), o que impacta diretamente a alocação de recursos para essa modalidade. Dessa forma, muitas escolas que atendem alunos da EJA não possuem os investimentos necessários para garantir um ensino verdadeiramente inclusivo.

Outro aspecto importante a ser considerado é a adaptação curricular. Os alunos da EJA possuem perfis diversos, e muitos já tiveram experiências educacionais traumáticas, o que pode gerar resistência ao aprendizado. Além disso, aqueles que possuem alguma deficiência

necessitam de abordagens pedagógicas específicas para facilitar a assimilação do conteúdo. Rocha(2023) enfatiza a necessidade de flexibilização curricular e de estratégias pedagógicas que valorizem os conhecimentos prévios dos alunos da EJA, tornando o ensino mais acessível e significativo. Dessa forma, um currículo inclusivo na EJA deve considerar tanto a diversidade cognitiva dos alunos quanto suas experiências de vida e necessidades específicas de aprendizagem.

Freire(1996) destaca que a educação não pode ser neutra e deve assumir um papel emancipatório, promovendo a transformação social e o protagonismo dos alunos. Nesse sentido, a inclusão escolar na EJA não deve ser apenas uma questão de acesso, mas também de garantir a permanência e o aprendizado efetivo. A falta de adaptações adequadas, como materiais acessíveis, tecnologias assistivas e metodologias diferenciadas, ainda representa um grande obstáculo para a inclusão plena de alunos com deficiência na EJA.

A diversidade presente na EJA exige políticas públicas eficazes para garantir que a inclusão não seja apenas um conceito abstrato, mas uma realidade concreta. Hofling(2001) ressalta que as políticas educacionais devem ser estruturadas considerando as especificidades desse público, promovendo formações continuadas para os docentes e fornecendo suporte técnico e material para as escolas(Santos e Gonçalves, 2023). Além disso, é fundamental que as escolas estejam preparadas para lidar com a heterogeneidade dos alunos da EJA, desenvolvendo metodologias que favoreçam a participação ativa de todos os estudantes, independentemente de suas limitações.

Outro fator relevante no contexto da inclusão escolar da EJA é a importância do trabalho e da autonomia para os alunos dessa modalidade. Diferente do ensino regular, a EJA atende um público que, muitas vezes, precisa conciliar estudos e trabalho. Essa realidade pode ser ainda mais desafiadora para alunos com deficiência, que enfrentam maiores barreiras para a inserção no mercado de trabalho. O aprendizado, portanto, deve estar alinhado às necessidades do cotidiano desses alunos, proporcionando-lhes ferramentas que os auxiliem a se tornarem independentes e produtivos na sociedade(Conceição e Freire, 2021).

A inclusão na EJA, quando bem estruturada, representa uma oportunidade de transformação social. Trata-se de garantir que todos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, tenham direito a uma educação de qualidade que lhes permita desenvolver suas potencialidades. Como destacado por Freire(2000), a educação inclusiva não deve se limitar a integrar os alunos na escola, mas sim garantir que eles tenham um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo sua bagagem cultural e sua capacidade de construir conhecimento.

Por fim, a inclusão escolar na EJA deve ser vista como um direito fundamental, que vai além do acesso e busca a equidade no processo de ensino-aprendizagem. Para que isso ocorra, é essencial que haja investimentos em formação docente, infraestrutura adequada e um currículo que dialogue com as necessidades e experiências dos estudantes, respeitando suas particularidades e garantindo-lhes uma educação de qualidade. A escola inclusiva deve ser um espaço de acolhimento, aprendizado e transformação, permitindo que cada aluno, independentemente de suas dificuldades, possa se desenvolver plenamente e exercer sua cidadania de forma ativa na sociedade.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa qualitativa sobre Inclusão Escolar na EJA: Reflexões a partir da Análise de Estudos de Caso, foi conduzida uma revisão integrativa de literatura, visando compreender as estratégias, desafios e impactos da inclusão de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos.

As bases de dados selecionadas foram Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online(SciELO), por sua ampla cobertura de literatura científica relevante para a temática educacional. A busca foi realizada utilizando os seguintes termos de pesquisa: "inclusão escolar na EJA", "educação especial na EJA", "práticas pedagógicas inclusivas", "políticas públicas para inclusão", "barreiras na inclusão escolar" e combinações desses termos, com o objetivo de identificar estudos de caso que analisassem a inclusão de alunos com deficiência na EJA.

Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para garantir a qualidade e a relevância dos estudos selecionados. Foram incluídos artigos publicados entre 2016 e 2024, disponíveis em texto completo e em português, que abordassem estudos de caso sobre inclusão escolar na EJA, relatando práticas pedagógicas, desafios enfrentados e estratégias utilizadas para promover a inclusão. Apenas artigos revisados por pares e publicados em periódicos científicos reconhecidos foram considerados.

Foram excluídos artigos duplicados, revisões teóricas sem dados empíricos originais, estudos que não ficassem diretamente na inclusão escolar na EJA, bem como publicações que não detalharam práticas pedagógicas inclusivas ou políticas educacionais aplicadas a essa modalidade de ensino.

O processo de seleção iniciou-se com uma busca limitada, levando em consideração os primeiros 30 resultados nas plataformas de pesquisa correlacionados ao tema por meio das palavras-chave. Após a leitura dos resumos e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 10 artigos foram considerados relevantes, por serem estudos de casos relevantes para a pesquisa. Posteriormente, a amostra foi refinada para 5 artigos que apresentavam estudos de caso detalhados sobre inclusão escolar na EJA, constituindo o corpus final da análise.

A abordagem metodológica adotada permite uma análise crítica e reflexiva sobre a inclusão escolar na EJA, contribuindo para o debate acadêmico e para a construção de estratégias mais eficazes na educação inclusiva de jovens e adultos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização desta análise sobre a inclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos(EJA), foram inicialmente identificados diversos estudos de caso em bases de dados científicas. Após uma triagem inicial, selecionamos cinco artigos que apresentam investigações empíricas e qualitativas sobre a inclusão de alunos com deficiência na EJA, abrangendo diferentes aspectos, como práticas pedagógicas, desafios da inclusão, impacto das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação(TDIC), e a adaptação do ensino às necessidades dos alunos.

Os critérios de inclusão utilizados foram:

- ✓ Estudos de caso publicados entre 2017 e 2025.

- ✓ Pesquisas que abordam diretamente a inclusão escolar na EJA.
- ✓ Disponibilidade em texto completo e revisão por pares.
- ✓ Estudos que envolvem docentes e discentes da EJA.
Os critérios de exclusão consideraram:
- ✓ Trabalhos de revisão sem dados empíricos.
- ✓ Estudos que não focam especificamente na inclusão na EJA.
- ✓ Publicações que não detalham metodologias aplicadas ou resultados relevantes para a análise educacional.

Os artigos selecionados estão organizados na Tabela 1, que apresenta um resumo das informações mais relevantes para esta pesquisa, incluindo a autoria, objetivo do estudo, metodologia aplicada, principais resultados obtidos e considerações finais.

Tabela 1 - Autoria, Título, Objetivo Geral, Método, Principais Resultados e Considerações finais

Autoria/Título	Objetivo Geral	Método	Principais Resultados	Considerações Finais
Rodrigues, Ferreira e França (2016) - A educação especial como inclusão escolar: estudo de caso sobre a deficiência intelectual na EJA	Investigar as relações sociais e a aprendizagem de um aluno com deficiência intelectual na EJA.	Estudo de caso com aplicação de sociometria, entrevistas e observação.	O aluno é bem aceito socialmente, mas as práticas pedagógicas ainda não são totalmente inclusivas.	A formação dos professores e a adaptação curricular são fundamentais para uma inclusão efetiva.
Joaquim & Pesce (2016) – TDIC na Educação de Jovens e Adultos: estudo de caso da formação continuada em serviço de professores da EJA para o uso educacional das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação	Compreender se e como o curso "Mídias Digitais na Educação de Jovens e Adultos" contribuiu para o repensar da prática docente, considerando as TDIC.	Estudo de caso qualitativo, análise documental, entrevistas e questionários semiestruturados com professores e coordenadores.	O curso mobilizou os docentes para refletirem sobre suas práticas e planejaram oficinas utilizando as TDIC, mas ainda há desafios como a fluência digital e a resistência ao uso crítico das tecnologias.	A formação continuada de professores é essencial para a superação de um uso instrumental das TDIC. Políticas públicas devem incentivar capacitação específica para a EJA.
Alves (2019) – Blog para Produção Textual: um estudo de caso em uma classe de EJA	Compreender como o blog pode contribuir para a produção textual de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).	Estudo de caso, pesquisa qualitativa, questionários e análise de produções textuais.	O uso do blog facilitou a escrita colaborativa e motivou os alunos a participarem ativamente. Observou-se melhora na ortografia e no interesse pela escrita.	O blog pode ser uma ferramenta eficiente para engajar alunos do EJA na produção textual, tornando as aulas mais dinâmicas e interativas.
Conceição & Freire (2021) – Inclusão escolar ou segregação? Um estudo de caso em	Analisar as estratégias de inclusão escolar em uma escola pública e uma privada, avaliando as	Estudo de caso, entrevistas com professores e gestores, observação direta.	A pesquisa identificou diferenças significativas na abordagem da inclusão entre as	A efetividade da inclusão escolar depende da formação docente contínua e da aplicação prática

escolas de Aracaju-SE	práticas pedagógicas e a formação docente.		escolas estudadas. A escola particular apresentou indícios de segregação, enquanto a escola pública enfrenta desafios estruturais.	das políticas públicas existentes.
Campos (2023) A Relevância do Letramento Matemático na Educação de Jovens e Adultos (EJA): Um Estudo de Caso	Investigar os fatores que dificultam o processo de letramento matemático de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em duas escolas de Fortaleza, Ceará, entre agosto de 2019 e dezembro de 2020, buscando superar práticas descontextualizadas e promover um ensino mais significativo.	Pesquisa qualitativa, com abordagem de estudo de caso em duas escolas municipais de Fortaleza. Utilizou-se observação direta, entrevistas semiestruturadas com alunos, professores e gestores, além da aplicação de um instrumental envolvendo a resolução de problemas matemáticos.	A resolução de problemas favorece o letramento matemático, mas é pouco explorada. Alunos que aplicam a matemática no cotidiano têm melhor desempenho, enquanto dificuldades de leitura impactam o aprendizado. O ensino na EJA ainda é tradicional e precisa de inovações. A escola B obteve melhores resultados, reforçando a eficácia de metodologias contextualizadas.	O estudo evidenciou que, apesar de reconhecerem a importância do letramento matemático, poucos educadores utilizam estratégias eficazes para promovê-lo.

Fonte: Elaboração da autora (2025).

A Educação de Jovens e Adultos é um campo complexo que exige abordagens pedagógicas inovadoras para garantir a inclusão e a aprendizagem significativa dos estudantes. Os cinco estudos analisados—Rodrigues, Ferreira e França(2016), Joaquim & Pesce(2016), Alves(2019), Conceição & Freire(2021) e Campos(2023) apresentam perspectivas distintas, mas complementares, sobre os desafios da EJA, incluindo inclusão escolar, formação docente, tecnologias educacionais, letramento e metodologias inovadoras.

A inclusão de estudantes com deficiência na EJA é um dos temas centrais do estudo de Rodrigues, Ferreira e França(2016), que destaca que, apesar da aceitação social do aluno com deficiência intelectual, as práticas pedagógicas ainda não garantem plenamente sua aprendizagem. Esse problema também foi identificado por Conceição & Freire(2021), que investigaram a inclusão escolar em instituições públicas e privadas. Eles constataram que, enquanto as escolas públicas enfrentam desafios estruturais para incluir alunos com necessidades especiais, algumas escolas privadas adotam uma postura de segregação, excluindo esses alunos das atividades principais. Ambos os estudos sugerem que a formação docente e a adaptação curricular são essenciais para transformar a inclusão em uma prática efetiva.

A formação docente também foi analisada no estudo de Joaquim & Pesce(2016), que investigou o impacto do curso "Mídias Digitais na Educação de Jovens e Adultos" sobre a prática pedagógica. Embora o curso tenha incentivado os professores a planejarem oficinas com

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação(TDIC), ainda há dificuldades relacionadas à fluência digital dos docentes e à resistência ao uso crítico dessas tecnologias. Esses achados reforçam os apontamentos de Rodrigues, Ferreira e França(2016) e Conceição & Freire(2021), indicando que a formação dos professores precisa ser contínua e específica para as demandas da EJA, especialmente no que diz respeito à inclusão e ao uso de metodologias inovadoras.

O estudo de Campos(2023) traz uma análise sobre o letramento matemático na EJA, um aspecto muitas vezes negligenciado nos currículos. A pesquisa destaca que a resolução de problemas é uma estratégia eficaz, mas pouco explorada pelos professores, e que alunos que utilizam a matemática no cotidiano apresentam melhor desempenho. Esses resultados indicam que a abordagem tradicional do ensino da matemática ainda prevalece na EJA, distanciando o conteúdo da realidade dos estudantes.

Essa dificuldade também está presente nos achados de Rodrigues, Ferreira e França(2016), que evidenciaram que práticas pedagógicas pouco adaptadas prejudicam o aprendizado de alunos com deficiência intelectual. Além disso, a necessidade de tornar o ensino mais significativo para os estudantes da EJA se relaciona com as descobertas de Alves(2019), que demonstrou que estratégias interativas, como o blog, podem engajar os alunos e melhorar suas habilidades. Isso sugere que a inovação metodológica, seja por meio da tecnologia ou da resolução de problemas, é um fator essencial para aprimorar o ensino na EJA.

Outro ponto importante destacado por Campos(2023) é a diferença de desempenho entre as duas escolas analisadas, sendo que aquela que utilizou metodologias mais contextualizadas obteve melhores resultados. Essa conclusão reforça os argumentos de Joaquim & Pesce(2016) e Alves(2019), que defendem a adoção de abordagens mais interativas e dinâmicas para garantir maior participação e aprendizagem dos estudantes.

Os cinco estudos analisados apontam que a EJA ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e formativos. A falta de formação adequada dos professores, destacada por Rodrigues, Ferreira e França(2016), Conceição & Freire(2021) e Joaquim & Pesce(2016), compromete tanto a inclusão escolar quanto a adoção de metodologias inovadoras. Além disso, a resistência à mudança e a prevalência de práticas tradicionais dificultam a implementação de abordagens mais eficazes, como as identificadas por Alves(2019) e Campos(2023).

Apesar dessas dificuldades, há consenso entre os autores de que a EJA precisa evoluir para um modelo mais dinâmico e contextualizado, que utilize estratégias como a resolução de problemas, o uso de TDIC e metodologias inclusivas. No entanto, para que essas práticas sejam efetivas, é necessário investir na formação continuada dos professores, na adaptação curricular e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a realidade da EJA.

A análise comparativa dos cinco estudos evidencia que a EJA enfrenta desafios relacionados à inclusão, formação docente, uso de tecnologias e inovação pedagógica. Enquanto alguns trabalhos apontam para a necessidade de melhores práticas inclusivas e capacitação docente, outros enfatizam a importância de metodologias ativas e contextualizadas para tornar o ensino mais significativo. No entanto, todos concordam que a EJA precisa de uma reformulação que integre novas abordagens pedagógicas, tecnologias e políticas educacionais voltadas para as especificidades desse público.

Portanto, a principal contribuição dessa discussão é a compreensão de que não basta apenas incluir os alunos ou introduzir novas tecnologias; é fundamental transformar a maneira

como o ensino é conduzido na EJA, garantindo um aprendizado mais efetivo, inclusivo e conectado com a realidade dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar na Educação de Jovens e Adultos ainda enfrenta inúmeros desafios, especialmente quando se trata de alunos com deficiência. Embora existam avanços legislativos e iniciativas voltadas para a inclusão, os obstáculos estruturais, pedagógicos e formativos persistem, comprometendo a efetivação desse direito. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de recursos acessíveis e a formação insuficiente dos docentes dificultam a implementação de práticas verdadeiramente inclusivas, impactando diretamente a aprendizagem e a permanência dos estudantes na escola.

Os estudos analisados evidenciam que a flexibilização curricular e o uso de metodologias ativas, como o emprego de tecnologias educacionais e estratégias personalizadas, são caminhos promissores para tornar o ensino mais acessível e eficaz. No entanto, a resistência à adoção de novas práticas pedagógicas e a carência de suporte especializado ainda representam barreiras significativas.

Diante desse cenário, é imprescindível que as políticas públicas e os investimentos em educação priorizem a capacitação contínua dos professores, a adaptação dos espaços escolares e a disponibilização de materiais didáticos acessíveis. A inclusão na EJA não pode se restringir ao ingresso dos alunos no ambiente escolar, mas deve garantir condições efetivas de aprendizado e desenvolvimento.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de um olhar mais atento e comprometido com a inclusão escolar na EJA. O avanço nessa área depende do esforço conjunto de gestores, educadores e da sociedade como um todo, para que todos os estudantes, independentemente de suas limitações, tenham acesso a uma educação de qualidade, equitativa e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, D. S. Blog para produção textual: um estudo de caso em uma classe de EJA. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 1-36, 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000.
- CAMPOS, E. L. F. A relevância do letramento matemático na educação de jovens e adultos(eja): um estudo de caso. Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação, v.9, n.5, p. 1-27, 2023.
- CONCEIÇÃO, T. V. F.; FREIRE, K. R. L. C. Inclusão escolar ou segregação? um estudo de caso em escolas de Aracaju-SE. Brazilian Journal of Development, v.7, n.7, p. 73114-73124, 2021.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 42. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.
- JOAQUIM, B. S.; PESCE, L. TDIC na educação de jovens e adultos: estudo de caso de formação continuada em serviço de professores da EJA para o uso educacional das tecnologias digitais da informação e comunicação. p.

37-58, 2020. Pesce, Lucila (Org.) Inclusão digital e empoderamento freireano: à formação de professores da educação básica em uma perspectiva dialógica e autoral. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ROCHA, C. I. Educação de Jovens e Adultos (EJA): Necessidades, Interesses e Desafios na Busca por uma Educação Inclusiva e de Qualidade. Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologias (FIMOM), v. 40, n. 2, p. 1-13, 2023.

RODRIGUES, M. S. S. FERREIRA, S. O.; FRANÇA, S. S. A Educação especial como inclusão escolar: Estudo de caso sobre a Deficiência Intelectual na EJA. Repositório Institucional UTIC, p.1-22, 2019.

SANTOS, A. R. C.; GONÇALVES, M. C. S. Profissão Docente: múltiplas facetas e desafios na mobilização e valorização dos saberes. Altus Ciência, v. 17, n. 17, p. 423-438, 4 maio de 2023.

INCLUSÃO EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

EDUCATIONAL INCLUSION: PERSPECTIVES FOR STUDENTS WITH DISABILITIES

INCLUSIÓN EDUCATIVA: PERSPECTIVAS PARA LOS ALUMNOS CON DISCAPACIDAD

Nirlene Samorano Pires
nirlenesamorano@hotmail.com

PIRES, Nirlene Samorano. **Inclusão Educacional: Perspectivas para estudantes com deficiência.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 108 – 119, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

RESUMO

A inclusão educacional tem ganhado destaque no cenário educacional global, promovendo equidade e diversidade nas escolas. As políticas e práticas de inclusão buscam assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, tenham acesso à educação de qualidade. O objetivo é compreender o processo de inclusão e o ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência nas escolas, apresentando a definição de inclusão, seus principais avanços, as políticas de inclusão escolar no Brasil e os desafios e perspectivas da educação inclusiva no ensino básico. Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, baseada nas obras de diversos autores sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência. Os artigos selecionados foram analisados a partir de seus resumos e conclusões, além de outros trechos relevantes dos trabalhos, que foram citados para fundamentar a discussão. Conclui-se que a inclusão de alunos com deficiência nas escolas representa um marco significativo para a educação, promovendo um ambiente onde todos os estudantes têm a oportunidade de aprender e crescer juntos, independentemente de suas diferenças.

Palavras chave: Inclusão Escolar. Ensino-Aprendizagem. Deficiência.

SUMMARY

Educational inclusion has gained prominence in the global educational scenario, promoting equity and diversity in schools. Inclusion policies and practices seek to ensure that all students, regardless of their physical, intellectual or social conditions, have access to quality education. The objective is to understand the process of inclusion and teaching-learning of students with disabilities in schools, presenting the definition of inclusion, its main advances, school inclusion policies in Brazil and the challenges and perspectives of inclusive education in basic education. This article is the result of a bibliographical research, based on the works of several authors on the process of inclusion of students with disabilities. The selected articles were analyzed based on their abstracts and conclusions, in addition to other relevant excerpts from the works, which were cited to support the discussion. It is concluded that the inclusion of students with disabilities in schools represents a significant milestone for education, promoting an environment where all students have the opportunity to learn and grow together, regardless of their differences.

Keywords: School Inclusion. Teaching-Learning. Disability.

RESUMEN

La inclusión educativa ha ganado protagonismo en el escenario educativo global, promoviendo la equidad y la diversidad en las escuelas. Las políticas y prácticas de inclusión buscan asegurar que todos los estudiantes, independientemente de sus condiciones físicas, intelectuales o sociales, tengan acceso a una educación de calidad. El objetivo es comprender el proceso de inclusión y enseñanza-aprendizaje de estudiantes con discapacidad en las escuelas, presentando la definición de inclusión, sus principales avances, las políticas de inclusión escolar en Brasil y los desafíos y perspectivas de la educación inclusiva en la educación básica. Este artículo es resultado de una investigación bibliográfica, basada en los trabajos de varios autores sobre el proceso de inclusión de estudiantes con discapacidad. Los artículos seleccionados fueron analizados a partir de sus resúmenes y conclusiones, además de otros extractos relevantes de los trabajos, que fueron citados para sustentar la discusión. Se concluye que la inclusión de estudiantes con discapacidad en las escuelas representa un hito significativo para la educación, promoviendo un ambiente donde todos los estudiantes tengan la oportunidad de aprender y crecer juntos, independientemente de sus diferencias.

Palabras clave: Inclusión Escolar. Enseñanza-Aprendizaje. Discapacidad.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é cada vez mais reconhecida como essencial no cenário global, destacando a promoção da equidade e da diversidade nas escolas. As políticas e práticas de inclusão visam garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Para os alunos com deficiência, a inclusão educacional oferece a oportunidade de participar do ensino regular e de desenvolver suas potencialidades em um ambiente que respeita e valoriza suas diferenças (Ropoli, 2016).

Este estudo examina as perspectivas e desafios da inclusão educacional, analisando as estratégias necessárias para criar um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e os benefícios que essa abordagem traz para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (Andrade, 2020).

A pesquisa sobre este tema tornou-se essencial devido ao crescimento contínuo do número de alunos incluídos ao longo dos anos. Em 2023, as matrículas na Educação Especial chegaram a 1,8 milhão, correspondendo a 3,7% das matrículas totais na Educação Básica (Brasil, 2023).

Há 15 anos, essa proporção era bem menor: apenas 1,2%, totalizando cerca de 640 mil matrículas. Em 2009, 60,5% dos estudantes da Educação Especial estavam inseridos em classes regulares. Já em 2023, esse número subiu para 91,3%. Este aumento de 30,8 pontos percentuais em 15 anos representa um avanço significativo na direção da inclusão escolar. Entretanto, ainda existem 154 mil crianças e jovens que permanecem em classes especiais ou em escolas especializadas.

Muitas instituições de ensino ainda não estão devidamente equipadas para recebê-los, seja em termos de infraestrutura, formação profissional ou suporte psicológico aos educadores, que muitas vezes não têm experiência prévia com alunos com deficiência (Brasil, 2023).

O tema será analisado com base na Constituição Federal de 1988, destacando o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que assegura a igualdade de direitos e o acesso à educação, sem discriminação, seja para pessoas com ou sem deficiência.

A partir disso, será apresentada a definição de inclusão escolar, com a devida distinção entre este conceito é o de integração. Além disso, será abordada a trajetória histórica e a

legislação relacionada à inclusão escolar no Brasil. A análise também se focou no princípio da dignidade da pessoa humana, detalhando o seu significado e a importância na educação. A educação inclusiva, enquanto abordagem contemporânea, busca garantir o direito à educação para todos, sem distinção, promovendo a participação plena dos alunos no ensino regular e buscando oportunidades equitativas para todos.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão norteadora: Como a inclusão de alunos com deficiência influencia as práticas de ensino e aprendizagem na sala de aula?

O objetivo deste estudo é entender como a inclusão de alunos com deficiência afeta as práticas de ensino e aprendizagem na sala de aula. Ele busca explorar o processo de inclusão, definindo o conceito, destacando os principais avanços, examinando as políticas de inclusão escolar no Brasil e discutindo os desafios e perspectivas da educação inclusiva no ensino básico.

DEFINIÇÃO DE INCLUSÃO

Para compreender de maneira adequada o conceito de educação inclusiva e apresentar este trabalho de forma clara, é fundamental entender o conceito de inclusão. De forma geral, a inclusão refere-se ao ato de "inserir", "introduzir" ou "fazer parte". No entanto, é necessário aprofundar-se nas definições fornecidas por estudiosos da área. Maria Francisca de Souza Carvalho Bites, por exemplo, enfatiza que a inclusão envolve o respeito às diferenças individuais e a eliminação de discriminação (Fonseca, 2013). O dicionário da Língua Portuguesa define "incluir" como "compreender", e "inclusão" como "pertencente a". A partir desse entendimento básico de inclusão, torna-se necessário relacioná-lo ao conceito de "inclusão escolar" (Cegalla, 2005).

A inclusão escolar pode ser entendida como a promoção de uma educação que respeita as diferenças individuais e assegura que todos, sem exceção, tenham os mesmos direitos e não sejam discriminados. Para a autora, uma escola inclusiva é aquela que favorece a convivência entre alunos considerados "normais" e aqueles com necessidades educacionais especiais. Portanto, a educação inclusiva é importante ao considerar as diversas particularidades dos alunos. Essa abordagem acolhe e inclui aqueles com necessidades específicas, garantindo acesso ao ensino para todos. Desse modo, cada indivíduo pode se sentir parte do processo educacional, tornando-o mais acessível a todos (Bites, 2005).

Fonseca (2003, p. 99) destaca que a educação inclusiva "visa garantir a todos os estudantes, independentemente de sua origem sociocultural ou de seu desenvolvimento psicobiológico, igualdade de oportunidades educacionais". A inclusão vai além de um simples conceito; ela envolve um sentimento de aceitação. Valorizar e aceitar os alunos com maiores necessidades, permitindo que se sintam valorizados e importantes em sua jornada educacional, é fundamental. Uma definição útil é a diferenciação entre "inclusão" e "integração" (Sasaki, 2016).

Apesar de semelhantes, os termos "inclusão" e "integração" são aplicados de maneiras distintas. A integração refere-se à inserção de alunos com deficiência tanto em escolas regulares quanto em instituições especializadas. No entanto, a integração pode ser considerada uma abordagem "parcial" da inclusão, visto que os alunos em escolas especiais

raramente retornam ao ensino regular(Sasaki, 2016).

O conceito de "inclusão" se distingue de "integração" ao promover uma inserção mais ampla no ambiente escolar, desafiando o próprio entendimento de integração. A inclusão propõe que todas as salas de aula regulares devem ser acessíveis a todos os alunos, sem discriminação(Ferreira, 2017). Isso implica que não se trata de separar os alunos com deficiência, mas de adaptar o ensino regular para que seja acessível a todos, respeitando as necessidades individuais de cada aluno e promovendo sua plena participação(Konkel, 2015).

Bezerra(2023) argumenta que a convivência entre alunos com necessidades especiais e os demais, juntamente com a melhoria na qualidade do ensino, é o que garante a verdadeira inclusão. Assim, é importante distinguir a inclusão da integração para compreender a relevância de uma educação inclusiva. A inclusão vai além da mera presença dos alunos; ela envolve a participação integral de todos no processo educacional, respeitando e valorizando suas diferenças.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

A história da inclusão escolar é marcada por transformações que refletem mudanças sociais, culturais e políticas. A educação inclusiva, como a entendemos atualmente, busca assegurar que todos os alunos, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, tenham acesso a uma educação de qualidade em escolas regulares. No passado, pessoas com deficiência eram frequentemente marginalizadas e isoladas, recebendo pouca ou nenhuma educação formal(Bezerra, 2023). Durante grande parte da história, a educação para essas pessoas era segregada, sendo comum sua institucionalização em ambientes separados(Callonere, 2018).

Historicamente, a ideia de separar alunos com deficiência dos demais surgia com a justificativa de que esses alunos não teriam capacidade de acompanhar seus colegas, incluindo filhos de famílias de baixa renda e indisciplinados. A análise do progresso histórico da inclusão, especialmente no que diz respeito à legislação, é fundamental, uma vez que houve avanços e retrocessos nesse processo. A Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo na educação escolar, fundamentando-se nos princípios da dignidade da pessoa humana e do direito à igualdade e à educação. O Artigo 206, inciso I, estabelece que o "ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola"(Brasil, 1988).

Em conformidade com a Constituição, as escolas devem se empenhar em incluir cada aluno, em vez de agrupá-los em um tipo de ensino separado para aqueles com necessidades especiais. Assim, fica claro que a Constituição Federal protege o acesso igualitário à educação, garantindo o direito de todos frequentarem a mesma sala de aula. Como mencionado no artigo, o legislador considera que o atendimento especializado aos alunos com deficiência deve, preferencialmente, ocorrer na rede regular de ensino. Vale ressaltar que a convivência entre alunos com e sem deficiência não só promove a inclusão, mas também contribui para a redução de atitudes discriminatórias. Além disso, essa convivência favorece o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, ajudando a superar preconceitos e formando cidadãos mais conscientes sobre a importância da construção de uma sociedade inclusiva(Mantoan, 2015).

No contexto dos avanços históricos da inclusão, destaca-se a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Essa lei estabelece diretrizes para a educação nacional e determina que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino. De acordo com Mantoan (2015, p.40), a substituição do ensino regular pelo ensino especial não está em conformidade com a Constituição Federal. O entendimento prevalente é que não se trata de substituir um tipo de ensino pelo outro, mas de oferecer ferramentas que tornem a educação acessível a todos. A autora afirma que não há justificativa para manter um sistema de ensino especial separado.

Outro documento relevante para o avanço da inclusão é a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência, que visa prevenir e eliminar todas as formas de discriminação, promovendo a plena integração das pessoas com deficiência na sociedade. Além da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Convenção Interamericana, destaca-se também a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reforça os direitos e a integração das pessoas com deficiência na sociedade.

A mudança em direção à inclusão começou a ganhar força no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando houve um movimento global em defesa dos direitos humanos e da igualdade. Na década de 1950 e 1960, países como os Estados Unidos e o Reino Unido começaram a desenvolver legislações que visavam integrar alunos com deficiência em escolas regulares (Ferreira, 2018). No Brasil, a inclusão escolar ganhou relevância com a Constituição de 1988, que assegura o direito à educação para todos, preconizando a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Na década de 1990, a Declaração de Salamanca (1994) foi um marco importante, recomendando que todos os países adotassem políticas de inclusão educacional e assegurara que os sistemas de ensino fossem capazes de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições individuais.

No início do século XXI, políticas mais robustas começaram a ser implementadas, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecida em 2008, que promoveu mudanças significativas na forma como as escolas brasileiras se estruturam para receber alunos com necessidades educativas especiais. Atualmente, a inclusão escolar continua a evoluir, enfrentando desafios e buscando melhorias contínuas. A formação de professores, a adaptação da infraestrutura escolar e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para garantir o sucesso da inclusão. A sociedade continua a aprender e se adaptar, com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade e igualitária para todos os estudantes (Silva, 2007).

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A INCLUSÃO

A Constituição Federal Brasileira estabelece a dignidade da pessoa humana como princípio básico, conforme disposto no artigo 1º, que define a República Federativa do Brasil como um Estado Democrático de Direito, com os fundamentos da soberania, cidadania e dignidade humana. Assim, a dignidade da pessoa humana é um dos pilares fundamentais da República, sendo essencial garantir que o acesso à educação seja igualitário, respeitando a

dignidade de cada indivíduo. Para a promoção de uma vida com qualidade, diversos fatores devem ser atendidos, como alimentação, moradia, acesso à saúde e saneamento básico(Mantoan, 2004).

O princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado em diversas legislações internacionais, reconhece o valor intrínseco de cada indivíduo, que deve ser respeitado e protegido, independentemente de suas características pessoais, como deficiência, gênero, raça ou condição social. No contexto educacional, esse princípio exige a promoção da inclusão escolar, assegurando que estudantes, com ou sem deficiência, tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade. A inclusão é uma extensão direta do respeito à dignidade humana, valorizando a diversidade e proporcionando um ambiente no qual todos possam desenvolver suas potencialidades e participar ativamente na sociedade(Barcellos, 2002).

A Constituição Federal de 1988 é um marco nesse aspecto, ao consolidar a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República. Ela garante o direito à igualdade e à educação para todos, sem discriminação. Nesse sentido, a educação inclusiva deve ser compreendida não apenas como um direito, mas como uma necessidade para assegurar a dignidade de cada aluno (Brasil, 1994). Políticas como a LDB e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reforçam esse compromisso, com o objetivo de criar um sistema educacional acessível que atenda às necessidades de todos os alunos, superando barreiras físicas, sociais e pedagógicas(Carneiro, 2022).

A promoção da inclusão respeita a dignidade dos alunos com deficiência, além de contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa. A convivência com a diversidade ensina valores essenciais, como empatia, respeito e solidariedade, fundamentais para o desenvolvimento humano e social. Portanto, o princípio da dignidade da pessoa humana e a inclusão estão intimamente interligados. Promover a dignidade significa eliminar todas as formas de discriminação e assegurar que todos possam usufruir plenamente de seus direitos. Na educação, isso se traduz em práticas inclusivas que respeitam e valorizam cada indivíduo, reconhecendo suas particularidades e potencialidades(Valentim, 2018).

POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil tem adotado diversas medidas para assegurar o direito à educação inclusiva, com o objetivo de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características, tenham acesso a uma educação de qualidade. A inclusão escolar busca integrar alunos com deficiência no sistema regular de ensino, promovendo igualdade de oportunidades e valorização da diversidade(Santos, 2012). A Constituição Federal de 1988 é um marco importante nesse processo, ao estabelecer a dignidade da pessoa humana e o direito à educação como princípios fundamentais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB) reforça esse compromisso, ao definir a educação especial como uma modalidade transversal, dentro do sistema regular de ensino(Brasil, 1998).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, implementada em 2008, apresenta diretrizes específicas para a inclusão, abrangendo a adaptação do currículo, a formação de professores e a eliminação de barreiras físicas e atitudinais. Para garantir a efetividade da inclusão, é essencial investir em infraestrutura

adequada, serviços de apoio especializados e na formação contínua dos educadores.

Apesar dos avanços, desafios como a falta de recursos financeiros e resistência cultural ainda precisam ser superados para garantir que a inclusão seja efetiva em todas as escolas. As políticas de inclusão escolar refletem um compromisso com a igualdade de oportunidades, valorização da diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Brasil, 2008).

Embora as políticas de inclusão escolar no Brasil representem um significativo avanço na garantia de direitos e na promoção da igualdade, é crucial continuar investindo na formação de professores, adaptações curriculares e infraestrutura. Isso é essencial para que a inclusão escolar seja realmente eficaz, proporcionando um ensino de qualidade para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência (Gomes, 2018).

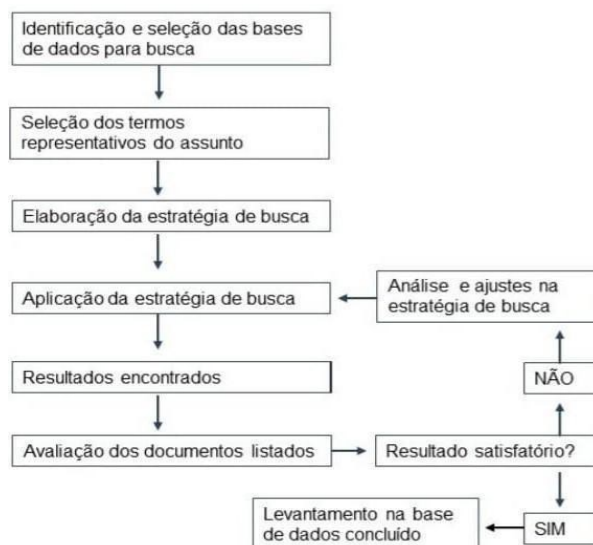
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, utilizando publicações relacionadas ao tema em livros, artigos e teses, com o propósito de investigar e analisar estudos previamente realizados. Essa abordagem permitiu identificar os documentos que constituíram o referencial teórico, assim os resultados dessa etapa foram organizados nas seções anteriores. Em qualquer área do conhecimento, é imprescindível realizar uma revisão de literatura, sendo que a extensão do levantamento e a sistematização dos resultados variam conforme os objetivos estabelecidos. Dessa forma, a habilidade de realizar levantamentos bibliográficos rigorosos mostrou-se essencial durante a pesquisa (Severino, 2007). A revisão realizada proporcionou ao pesquisador um entendimento fundamentado e atualizado sobre a temática investigada, destacando aspectos relevantes e áreas menos exploradas no conhecimento existente (Echer, 2014).

Para a execução deste estudo, foi seguido um processo estruturado de busca e avaliação dos resultados. Os critérios de inclusão englobam estudos diretamente relacionados ao tema, publicados nos últimos dez anos, redigidos em inglês, português ou espanhol, que apresentassem o texto completo disponível. Foram considerados artigos de revistas científicas, teses, dissertações e livros. Em contrapartida, foram excluídos estudos que não abordassem diretamente o tema, publicados há mais de dez anos, redigidos em outros idiomas, ou que se restringe a resumos, cartas ao editor, notas técnicas e revisões de livros, além de publicações com acesso incompleto ao texto.

A trajetória metodológica envolveu uma busca preliminar nas bases de dados selecionadas, utilizando palavras-chave relacionadas ao tema. Após essa etapa inicial, aplicam-se os critérios de inclusão e exclusão, seguidos pela análise dos títulos e resumos dos estudos encontrados para selecionar os mais pertinentes. Em seguida, realizou-se a leitura completa dos trabalhos identificados como relevantes, extraíndo-se e sintetizando-se os dados principais para a composição do referencial teórico. Essa sistematização assegura a organização coerente das informações, fundamentado de maneira completa o desenvolvimento da pesquisa.

Figura 1- Processo de busca e avaliação dos resultados obtidos nas bases de dados



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Foi definido o objetivo do levantamento, fontes e estratégias de buscas foram elaboradas, para que os artigos usados para este estudo fossem recuperados e analisados. Inicialmente foram encontrados 239 artigos nas bases de dados do Google Acadêmico, Scielo e Periódicos da CAPES, ao passar pelos critérios de inclusão e exclusão, foram filtrados em 41 artigos, que foram lidos por inteiro, analisados e revisados. Por fim, foram encontrados 26 estudos que compuseram esta revisão.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Os estudos analisados apresentaram resultados sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência e os impactos nas práticas pedagógicas. Andrade(2020) destaca que a inclusão escolar exige um olhar humanizador, ressaltando que a efetividade dessa prática está atrelada à formação contínua dos professores e ao suporte institucional adequado. Essa perspectiva é corroborada por Bezerra *et al.*(2023), que evidenciam como a ausência de recursos e políticas públicas efetivas dificulta o avanço da inclusão escolar no Brasil.

Os dados de Callonere e Hubner(2018) mostram que a relação entre pais, professores e alunos é um fator importante no sucesso das práticas inclusivas. O estudo de caso conduzido pelas autoras revelou que expectativas realistas e relatos consistentes contribuem para a construção de um ambiente mais inclusivo, enquanto a falta de diálogo pode gerar barreiras ao aprendizado. Esse ponto é complementado por Ferreira(2017), que enfatiza que muitos professores ainda enfrentam desafios na adaptação curricular devido à carência de capacitação específica, um problema também apontado por Konkel, Andrade e Kosvoski(2015).

O princípio da dignidade da pessoa humana, conforme discutido por Carneiro(2022), reforça o papel das políticas de inclusão como um dever constitucional e ético. Entretanto, os avanços documentados nas legislações, como a Declaração de Salamanca(Brasil, 1994) e a Política Nacional de Educação Especial(Brasil, 2008), ainda não se traduziram plenamente em

práticas escolares eficazes. Bezerra *et al.*(2023) atribuem isso a uma implementação fragmentada e a resistências culturais dentro do sistema educacional.

Marques(2015) e Mantoan(2003) sublinham que a inclusão escolar não deve ser apenas um processo administrativo, mas uma transformação estrutural que reconheça as diferenças como um recurso pedagógico. A inclusão, segundo essas autoras, está diretamente vinculada à reformulação do projeto político-pedagógico das escolas, o que também é discutido por Narciso *et al.*(2024) em sua análise sobre equidade educacional.

Gomes(2018) apresenta dados importantes sobre as práticas pedagógicas inclusivas, ressaltando que estratégias diversificadas, como o uso de tecnologias assistivas e metodologias ativas, têm mostrado resultados positivos na aprendizagem de alunos com deficiência. Esses achados convergem com os apontamentos de Costa e Ferreira(2020), que defendem a personalização do ensino como uma via para respeitar as singularidades dos estudantes.

Os desafios práticos enfrentados pelos professores também são amplamente discutidos. Segundo Santos(2012), as dificuldades mais frequentes incluem a falta de material didático adaptado e o número elevado de alunos por sala. Por outro lado, os avanços tecnológicos e as formações em serviço foram identificados como facilitadores potenciais para superar essas barreiras, conforme relatado por Silva(2007) e Ropoli *et al.*(2016).

Comparando os estudos de Ferreira e Guimarães (2018) com os de Narciso *et al.* (2024), percebe-se um consenso sobre a importância de se investir em políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência no ensino regular. No entanto, Narciso *et al.*(2024) apontam que, apesar dos avanços legislativos, a prática cotidiana ainda está distante dos ideais defendidos nos documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988(Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(Brasil, 1996).

Assim, Freire(2014) oferece uma reflexão teórica relevante ao conectar a pedagogia inclusiva à ideia de emancipação do oprimido. Sua abordagem dialoga diretamente com os achados empíricos, sugerindo que a inclusão escolar não é apenas uma questão técnica, mas um movimento social que busca transformar a educação em um espaço verdadeiramente democrático. A inclusão de alunos com deficiência nas salas de aula regulares tem trazido impactos significativos para as práticas pedagógicas, promovendo a necessidade de reformulação de métodos de ensino e avaliação. Conforme Sasaki(2016), a inclusão exige um olhar atento às particularidades dos estudantes, criando estratégias que valorizem a diversidade e favoreçam a equidade no acesso ao conhecimento.

Estudos, como o de Valentim(2018), apontam que professores ainda enfrentam desafios para adaptar suas práticas, evidenciando a importância de capacitação contínua e suporte institucional. No entanto, os avanços conquistados pela política educacional, conforme o Ministério da Educação(Brasil, 2023), mostram que esforços têm sido realizados para ampliar a inclusão, especialmente com a implementação de programas de formação docente e a melhoria da infraestrutura escolar.

Além disso, a inclusão impacta diretamente o ambiente de ensino, promovendo interações sociais que enriquecem a experiência educacional de todos os alunos. Fonseca(2023) ressalta que a convivência entre estudantes com e sem deficiência favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais, essenciais para uma sociedade mais inclusiva. No entanto, conforme Bites(2005), é essencial que os professores participem

ativamente na construção e implementação de políticas educacionais, garantindo que elas atendam às demandas da sala de aula.

Apesar dos desafios identificados, Barcellos(2002) enfatiza que a inclusão escolar fundamenta-se no princípio da dignidade da pessoa humana, reforçando a relevância de assegurar oportunidades igualitárias na educação básica brasileira. Esses dados destacam a necessidade de continuidade nos esforços para fortalecer a inclusão e garantir que ela se torne uma prática consolidada no ensino.

Essa análise demonstra que, embora a inclusão escolar no Brasil tenha avançado em termos legais e teóricos, os desafios estruturais e práticos permanecem significativos. A hipótese inicial de que a inclusão influencia diretamente as práticas pedagógicas foi confirmada, mas evidencia-se a necessidade de fortalecer o suporte aos professores e ampliar as condições materiais e humanas para garantir a equidade educacional. Os resultados convergem para a importância de ações intersetoriais e continuadas, visando consolidar uma educação inclusiva de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a inclusão de alunos com deficiência nas escolas representa um marco importante para a educação, promovendo um ambiente onde todos os estudantes têm a oportunidade de aprender e crescer juntos, independentemente de suas diferenças. O processo de inclusão exige não apenas ajustes na infraestrutura e nas metodologias pedagógicas, mas também um compromisso firme de toda a comunidade escolar para acolher e valorizar as diferenças.

A formação contínua de professores é muito importante para o sucesso da inclusão, garantindo que os educadores estejam preparados para lidar com uma variedade de necessidades e adaptar suas práticas pedagógicas de maneira eficaz. A implementação de tecnologias assistivas e recursos pedagógicos específicos também é fundamental no apoio ao aprendizado dos alunos com deficiência. É essencial que as escolas se tornem ambientes acessíveis e acolhedores, onde os alunos possam participar plenamente das atividades escolares e sociais. A inclusão não deve ser vista apenas como um direito dos alunos com deficiência, mas como uma oportunidade de enriquecer o ambiente escolar para todos os estudantes, promovendo valores de empatia, respeito e cooperação.

Apesar dos desafios, os benefícios da inclusão escolar são inegáveis.

Ela contribui para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência, ao mesmo tempo em que prepara todos os estudantes para viver em uma sociedade mais justa e inclusiva.

A inclusão fortalece a compreensão de que a diversidade é uma riqueza, e que a educação de qualidade é aquela que atende às necessidades de todos.

Portanto, o compromisso com a inclusão deve ser contínuo, envolvendo esforços de toda a comunidade escolar – professores, gestores, pais, alunos e demais profissionais. Ao trabalhar juntos, podemos garantir que a inclusão se torne uma realidade efetiva, proporcionando uma educação que verdadeiramente respeite e valorize cada indivíduo, construindo assim uma sociedade mais equitativa e humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Erci Gaspar da Silva. Educação Inclusiva numa Perspectiva Humanizadora. Brasília- DF. 2020.
- BARCELLOS, Ana Paula de. "A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: O princípio da dignidade da pessoa humana." Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- BITES, M.F.S.C. Participação dos professores na política educacional de inclusão em Goiás. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo. 2005.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.
- BRASIL/MEC. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de Dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Censo Escolar da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. 2023.
- BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial – MEC/ SEESP, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/sseesp. Acesso em 20 de Outubro de 2024.
- BEZERRA, F. A., et al. "Inclusão escolar no Brasil: políticas públicas e desafios na Educação Especial." Revista Brasileira de Educação Especial, 2023.
- CALLONERE, Andréa. HUBNER, Maria Martha da Costa. O processo de inclusão escolar e as funções expectativas e relatos verbais de pais e professores: um estudo de caso. Universidade de São Paulo. São Paulo : 2018.
- CARNEIRO, Isac de Matos. A (In) exclusão da pessoa com deficiência intelectual sob o prisma da dignidade da pessoa humana. 2022.
- COSTA, Luana; FERREIRA, Marcos. Ambiente Escolar e Inclusão: Estratégias para um Ensino Respeitoso e Eficaz. Porto Alegre: Editora Artmed, 2020.
- ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 5-20, jul. 2014. Disponível em: <https://abre.ai/f8tb>. Acesso em: 20 Out. 2024.
- FERREIRA, D. "Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa." Revista Brasileira de Educação Especial, 2017.
- FERREIRA, Maria E. C.; GUIMARÃES, Marly. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2018. 158 p.
- FONSECA, V. da. Tendências futuras da educação inclusiva. Revista Educação. Porto Alegre, ano XXVI, n. 49, p. 99-113, mar. 2023.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GOMES, Claudia. Práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva: Desafios para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem. Universidade Federal de Alfenas. 2018.
- KONKEL, Eliane Nielsen. ANDRADE, Cleudane. KOSVOSKI, Deysi Maia Clair. As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental. Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2015.
- MARQUES, David. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2015.
- MANTOAN, M.T.E. Inclusão Escolar: O que é? Como fazer? São Paulo. Moderna, 2003.
- NARCISO, R., OLIVEIRA, F. C. N. DE, ALVES, D. DE L., DUARTE, E. D., MAIA, M. A. DOS S., & REZENDE, G. U. DE M. Inclusão escolar: Desafios e perspectivas para uma educação mais equitativa. Revista Ibero-americana De Humanidades, Ciências E Educação. 2024.10(8), 713–728. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i8.15074>
- RÓPOLI, Edilene Aparecida. et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2016.
- SANTOS, Daisy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na Educação de alunos com deficiência intelectual. Educação e pesquisa, São Paulo. v. 38, n. 4, p. 935-948, 2012.
- SASSAKI, R. K. "Inclusão: Construindo uma sociedade para todos." Rio de Janeiro: WVA, 2016.
- SILVA, Adilson Florentino da. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física. 2007.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- VALENTIM, Fernanda Oscar D. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: considerações sobre avaliação da aprendizagem escolar. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista. Marília-SP.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALUNO

INCLUSIVE EDUCATION AND THE IMPACT ON STUDENTS' SOCIAL DEVELOPMENT

LA EDUCACIÓN INCLUSIVA Y SU REPERCUSIÓN EN EL DESARROLLO SOCIAL DE LOS ALUMNOS

Marcia Maria Barbosa Gonçalves Marques
marciabgm@gmail.com

MARQUES, Marcia Maria Barbosa Gonçalves. **Educação inclusiva e o impacto no desenvolvimento social do aluno**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 120 – 121, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão.

RESUMO

A Educação Inclusiva é um processo contínuo que busca promover a participação de todos os alunos no ambiente escolar. No entanto, a educação inclusiva vai além do simples acesso à escola, abrangendo também a permanência e o sucesso dos alunos no processo educacional dentro da sala de aula comum. A inclusão escolar ainda apresenta desafios e incertezas, pois muitas escolas demonstram despreparo ou falta de formação para acolher alunos com deficiência na sala de aula regular. O presente estudo tem como objetivo avaliar o impacto da inclusão na aprendizagem e no desenvolvimento social dos alunos com necessidades especiais. Avaliar o impacto da inclusão na aprendizagem e no desenvolvimento social dos alunos com necessidades especiais significa analisar como a inclusão afeta tanto o desempenho acadêmico quanto às habilidades sociais desses alunos. Este estudo foi desenvolvido com base em revisão bibliográfica de literatura, de caráter qualitativo. Implementar práticas inclusivas nas escolas exige um esforço conjunto de todos os envolvidos no processo educacional. Professores, gestores, pais, alunos e a comunidade precisam trabalhar juntos para superar os desafios e criar um ambiente que valorize e respeite a diversidade. Investir na formação continuada dos professores é muito importante para que estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula.

Palavras chave: Atendimento Educacional, Acessibilidade, Educação especial, Ensino.

SUMMARY

Inclusive Education is an ongoing process that seeks to promote the participation of all students in the school environment. However, inclusive education goes beyond merely accessing school; it also encompasses the retention and success of students within the mainstream classroom. School inclusion still faces challenges and uncertainties, as many schools show a lack of preparation or training to accommodate students with disabilities in regular classrooms. This study aims to evaluate the impact of inclusion on the learning and social development of students with special needs. Evaluating the impact of inclusion on the learning and social development of students with special needs means analyzing how inclusion affects both academic performance and social skills of these students. This study was developed based on a qualitative literature review. Implementing inclusive practices in schools requires a collective effort from everyone involved in the educational process. Teachers, administrators, parents, students, and the community must work together to overcome challenges and create an environment that values and respects diversity. Investing in continuous teacher training is crucial to ensure they are prepared to handle diversity in the classroom.

Keywords: Educational Assistance, Accessibility, Special Education, Teaching.

RESUMEN

La Educación Inclusiva es un proceso continuo que busca promover la participación de todos los estudiantes en el entorno escolar. Sin embargo, la educación inclusiva va más allá del simple acceso a la escuela, abarcando también la permanencia y el éxito de los estudiantes dentro del aula común. La inclusión escolar aún presenta desafíos e incertidumbres, ya que muchas escuelas demuestran una falta de preparación o formación para acoger a estudiantes con discapacidad en el aula regular. Este estudio tiene como objetivo evaluar el impacto de la inclusión en el aprendizaje y en el desarrollo social de los estudiantes con necesidades especiales. Evaluar el impacto de la inclusión en el aprendizaje y en el desarrollo social de los estudiantes con necesidades especiales significa analizar cómo la inclusión afecta tanto el desempeño académico como las habilidades sociales de estos estudiantes. Este estudio se desarrolló con base en una revisión bibliográfica de la literatura, de carácter cualitativo. Implementar

práticas inclusivas en las escuelas exige un esfuerzo conjunto de todos los involucrados en el proceso educativo. Profesores, gestores, padres, alumnos y la comunidad deben trabajar juntos para superar los desafíos y crear un entorno que valore y respete la diversidad. Invertir en la formación continua de los profesores es crucial para que estén preparados para manejar la diversidad en el aula.

Palabras clave: Asistencia educativa, accesibilidad, educación especial, enseñanza.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um processo contínuo e essencial para garantir a participação plena de todos os alunos no ambiente escolar. Ela está regulada por diversas normas que têm como principal fundamento a Constituição Federal de 1988. Essa Constituição assegura a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além de garantir a oferta de Atendimento Educacional Especializado para alunos com necessidades específicas. De acordo com o Art. 208, Inciso III, a Constituição determina que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino, reforçando a ideia de inclusão e igualdade de oportunidades para todos os estudantes (Brasil, 1988).

Esse dispositivo constitucional estabelece a educação especial como um direito fundamental, assegurando que pessoas com deficiência tenham o acesso garantido à educação em qualquer nível de ensino. Essa perspectiva de inclusão visa não apenas a adaptação do ensino às necessidades do aluno, mas também a promoção de um ambiente mais democrático e igualitário, onde a diversidade é valorizada e todos têm a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente (Brasil, 1988).

No entanto, a educação inclusiva vai além do simples acesso à escola, abrangendo também a permanência e o sucesso dos alunos no processo educacional dentro da sala de aula comum. Para compreender a proposta da educação inclusiva, é essencial entender seu conceito. Mantoan (2003, p. 16) define inclusão como a inserção do público escolar na sala de aula do ensino regular, sem exceções. Esse processo de inclusão escolar baseia-se em um modelo onde a escola e a comunidade colaboram para melhorar a qualidade educacional para os discentes.

É importante reconhecer as dificuldades no sistema de ensino, tanto público quanto privado, com relação às pessoas com deficiência e enfrentar práticas discriminatórias dentro e fora da escola. A política de educação inclusiva é essencial para garantir que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham oportunidades equitativas de aprendizado, respeitando suas diferenças naturais e sociais. Uma escola inclusiva deve atender às singularidades de cada aluno, focando em suas potencialidades, para assegurar a qualidade do ensino e da aprendizagem para todos (Dutra, et al. 2008).

No entanto, a inclusão escolar ainda apresenta desafios e incertezas, pois muitas escolas demonstram despreparo ou falta de formação para acolher alunos com deficiência na sala de aula regular. A inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino exige a compreensão das individualidades de cada estudante (suas dificuldades e potencialidades). As escolas devem estar preparadas para acolhê-los com infraestrutura apropriada, professores capacitados e materiais pedagógicos específicos. Esse preparo é essencial para assegurar o acesso, a permanência e a efetiva aprendizagem de todos os discentes (Araújo, 2016).

A questão que emerge é: Como as escolas podem criar ambientes que promovam a inclusão social de alunos com deficiência? Portanto, diante de tantas reflexões, a educação inclusiva no Brasil precisa ser revista em todos os seus segmentos para que funcione de maneira

eficaz. Isso trará benefícios para esses alunos, especialmente para aqueles com necessidades educativas especiais. O artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção descreve a metodologia empregada, seguida pela apresentação e discussão dos resultados. A conclusão resume os principais achados e discute suas implicações práticas e teóricas.

Assim, o presente estudo tem como objetivo avaliar o impacto da inclusão na aprendizagem e no desenvolvimento social dos alunos com necessidades especiais. Avaliar o impacto da inclusão na aprendizagem e no desenvolvimento social dos alunos com necessidades especiais significa analisar como a inclusão afeta tanto o desempenho acadêmico quanto às habilidades sociais desses alunos. Essa avaliação é essencial para identificar tanto os benefícios quanto os desafios que surgem no processo de inclusão.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INCLUSÃO ESCOLAR

O século XX foi marcado por muitas iniciativas em prol das pessoas com deficiência, mas foi na década de 1970 que esses movimentos ganharam força, quando as próprias pessoas com deficiência começaram a lutar por seus direitos. Antes disso, essas pessoas eram frequentemente deixadas à margem das decisões políticas e administrativas que afetam seu desenvolvimento. Hoje, vemos sinais claros de mudança. Muitas pessoas com necessidades específicas entendem a importância de lutar por seus direitos e estão conscientes das responsabilidades do Estado, permanecendo vigilantes para garantir o cumprimento da legislação existente que as protege (Fernandes, 2007).

Entretanto, essa luta se tornaria desnecessária se os princípios estabelecidos na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, especialmente o Artigo 7º, fossem plenamente respeitados, garantindo que todos são iguais perante a lei e têm direito à proteção sem distinção. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 reforça esses direitos no Artigo 5º, assegurando a igualdade. Nos Artigos 205 e seguintes, a Constituição garante o direito de todos à educação, com igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. 206, Inciso I), conforme a capacidade de cada um (Brasil, 1988, Art. 208).

No entanto, muitas lutas e novas leis foram necessárias para garantir que outras fossem cumpridas. Na década de 1990, surgiram novas recomendações internacionais em prol da inclusão. Entre elas, destaca-se a Declaração de Salamanca (1997), que afirma que todas as escolas devem encontrar maneiras de receber e incluir todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais. No Brasil, diversos projetos de lei, estatutos e legislações federais, estaduais e municipais acompanharam essa tendência mundial. Atualmente, temos a Política Nacional de Educação Especial (2008), que visa proporcionar suporte técnico e pedagógico tanto às pessoas com necessidades educativas especiais quanto aos professores que trabalham com esses alunos.

ASPECTOS LEGAIS

De acordo com Fávero *et al.* (2007, p. 25), a Constituição Federal estabeleceu como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, inc. II e III), e como um dos objetivos principais, a promoção do bem de todos, sem qualquer tipo de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação (Art.

3º, inc. IV). Em seu Art. 5º, assegura-se o direito à igualdade e, nos artigos 205 e seguintes, o direito de todos à educação, com igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. 206, inc. I), conforme a capacidade de cada um (Art. 208). Com base nesses dispositivos legais, é evidente que nenhuma pessoa com deficiência pode ser impedida de acessar a sala de aula.

De acordo com a Lei nº 8069/90, Artigo 55, o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça os dispositivos legais anteriores, determinando que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino.” A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, no Artigo 59, estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos um currículo, métodos e recursos organizados especificamente para atender às suas necessidades. O Decreto nº 3298/99, ao tratar da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal que perpassa todos os níveis e modalidades de ensino.

Fundamentado nessa base, o Plano Nacional de Educação (PNE), lei 10.172/2001, estabelece objetivos e metas para que os sistemas de ensino atendam às necessidades educacionais específicas dos alunos. Em 2001, o Decreto 3956 promulgou no Brasil a Convenção da Guatemala (1999), que declara que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que todas as outras pessoas. A convenção define como discriminação toda diferenciação ou exclusão com base na deficiência, que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Em 2007, juntamente com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi lançado o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), com foco na acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares e na implantação de salas de recursos. Nesse contexto, o Decreto nº 6094/07 estabeleceu o compromisso “todos pela educação”, assegurando o acesso e a permanência no ensino regular e atendendo às necessidades educacionais específicas dos alunos, fortalecendo assim a inclusão nas escolas públicas.

Várias outras leis nacionais foram criadas e promulgadas para proteger os direitos das pessoas com necessidades específicas. Entre essas leis estão a reserva de até 20% das vagas em concursos públicos (Brasil 8.112/90), a concessão de um benefício no valor de um salário mínimo para aqueles que comprovem não ter meios de sustento próprio nem familiar (Brasil 8.742/93), a reserva de 2% a 5% das vagas em empresas privadas, dependendo do número de empregados (Brasil 8.213/91) e a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Brasil 8.742/93), que visa garantir o atendimento às necessidades básicas dessas pessoas, entre outras.

Apesar de toda a legislação existente, as pessoas com deficiência ou necessidades específicas continuam enfrentando dificuldades para ver seus direitos básicos respeitados na prática, sendo garantidos apenas formalmente. Embora essas leis sejam fundamentais como instrumentos de luta, muitas vezes acabam reforçando um discurso demagógico que emociona e sensibiliza uma parte da sociedade, levando-a a acreditar que o estado resolve os problemas sociais. No entanto, o problema real persiste, resultando em uma projeção política e uma fantasia da realidade (Nascimento, 2022).

IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Em relação à educação inclusiva, o Brasil deu início à construção de um sistema

educacional inclusivo após firmar acordo com a Declaração Mundial de Educação para Todos, alinhando-se ao que estabelece a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca. Conforme mencionado pelo Brasil em 2001, essa conferência destaca que a educação é um direito de todos, independentemente de diferenças particulares. Uma escola inclusiva, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial(MEC-SEESP, 1998), citadas por Glat e Fernandes(2005), implica uma nova postura da escola regular. Isso deve refletir-se no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, promovendo ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos.

Assim, conforme(Brasil, 2014), no contexto educacional, políticas públicas têm sido desenvolvidas e implementadas para tornar as escolas mais inclusivas, assegurando que as diferenças dos alunos sejam realmente consideradas nos processos de ensino e aprendizagem. Em 2008, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresentou a Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva, promovendo uma mudança estrutural nas escolas e implementando políticas públicas de inclusão educacional, para atender às necessidades dos alunos, independentemente de suas características pessoais, psicológicas ou sociais.

A oferta do Atendimento Educacional Especializado(AEE) é uma das ações que têm causado mudanças na organização escolar e na qualidade das respostas às necessidades dos alunos. O AEE é fundamentado na Constituição Federal de 1998 e em documentos como o Decreto Federal nº 7.611 de 2011, que regulamenta a oferta desse atendimento e a distribuição de recursos do FUNDEB, considerando a contagem de matrículas tanto no ensino regular quanto no atendimento educacional especializado(Capelin, 2016).

Para apoiar a inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, essas salas de recursos são essenciais para atender às demandas dessas crianças em igualdade de condições com os demais alunos do ensino regular. A implementação dessas salas requer que gestores municipais, estaduais ou federais garantam a presença de profissionais especializados e a disponibilidade de um espaço físico adequado para sua instalação e funcionamento(Nascimento, 2022).

Assim, conforme(Brasil, 2014), no contexto educacional, políticas públicas têm sido desenvolvidas e implementadas para tornar as escolas mais inclusivas, assegurando que as diferenças dos alunos sejam realmente consideradas nos processos de ensino e aprendizagem. Em 2008, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresentou a Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva, promovendo uma mudança estrutural nas escolas e implementando políticas públicas de inclusão educacional, para atender às necessidades desses alunos, independentemente de suas características pessoais, psicológicas ou sociais.

A ESCOLA ABERTA ÀS DIFERENÇAS

A inclusão social vai além de debates e lutas diárias para garantir que crianças diferentes tenham acesso ao ambiente escolar. A escola precisa estar realmente preparada, com um currículo adaptado e professores capacitados para lidar com as dificuldades que encontrarão no dia a dia. Não basta ter um discurso educativo; é necessário oferecer respostas pedagógicas para os problemas enfrentados durante o ano letivo. É fácil para uma instituição dizer que é inclusiva,

mas devemos analisar se ela realmente aceita a diversidade ou apenas promove um discurso inclusivo(Morina, 2015).

A aceitação da inclusão escolar exige que o discurso educativo se transforme em respostas pedagógicas concretas. A educação é fundamental para a formação de todos, especialmente daqueles com necessidades educacionais específicas, adequando-se ao novo cenário que busca uma sociedade de igualdade dentro da individualidade, onde todos têm direito à educação. A educação básica é essencial para a inclusão, para a superação das desigualdades e para a construção de um ambiente político estável. Não é possível tornar o ensino individual para todos, pois o processo de aprendizagem é íntimo e pessoal. A aprendizagem é propriedade de quem aprende, não podendo ser manipulada ou controlada por ninguém além do próprio sujeito do conhecimento(Macedo, 2018).

A educação inclusiva representa um pilar importante para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Escolas que acolhem as diferenças criam ambientes propícios ao aprendizado, onde os alunos, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, têm a chance de se desenvolver integralmente. Esse compromisso transcende o simples acesso à educação, exigindo um ambiente que respeite e valorize a diversidade, aliado a suportes adequados às necessidades de cada indivíduo(Mendes, 2017).

Ferreira(2018) argumenta que, para alcançar uma inclusão efetiva, as escolas precisam implementar práticas e políticas que garantam um espaço acolhedor e acessível. A formação continuada de professores, por meio de cursos e *workshops* voltados à educação inclusiva e ao uso de tecnologias assistivas, surge como um aspecto prioritário. Além disso, a adaptação da infraestrutura é indispensável, abrangendo elementos como rampas, elevadores e banheiros adaptados. Um currículo flexível, elaborado para atender às demandas específicas de cada aluno, deve incorporar metodologias ativas e diversificadas. Paralelamente, tecnologias assistivas, como softwares educativos e dispositivos de comunicação, oferecem suporte valioso para o aprendizado(Ferreira, 2018).

Ainda segundo Ferreira(2018), ações de sensibilização e conscientização são fundamentais para fomentar um ambiente acolhedor, incluindo campanhas, palestras e oficinas que envolvam toda a comunidade escolar. A oferta de suporte emocional e psicológico, com a participação de psicólogos e terapeutas, também é importante no bem estar e no desenvolvimento dos alunos com deficiência.

O envolvimento ativo de pais e responsáveis na vida escolar complementa essas ações, promovendo uma colaboração mais efetiva. Assim, as escolas devem aderir às diretrizes das políticas públicas de educação inclusiva e buscar revisá-las continuamente, adaptando-se às demandas sociais e fortalecendo os compromissos com a inclusão.

Dessa forma, é possível construir espaços verdadeiramente integradores, onde eles possam atingir seu potencial máximo e contribuir para uma sociedade mais igualitária (Ferreira, 2018).

FUNDAMENTOS, DESAFIOS E IMPACTOS DA ESCOLA INCLUSIVA

Uma escola verdadeiramente inclusiva é fundamentada em princípios de igualdade e equidade, garantindo que os alunos tenham oportunidades iguais de acesso e sucesso na educação. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, a inclusão

deve estar integrada ao projeto político pedagógico da escola, contemplando o currículo, a metodologia, a avaliação e as estratégias de ensino. Todos esses elementos precisam ser planejados de modo a atender às necessidades de cada aluno, promovendo uma educação de qualidade que respeite a diversidade(Capelin, 2016).

Entretanto, implementar um ambiente educacional inclusivo enfrenta desafios importantes. Um dos principais é a formação de professores, considerando que muitos educadores ainda não possuem preparo suficiente para lidar com a diversidade em sala de aula. Programas de formação continuada são indispensáveis para capacitar os docentes a desenvolverem práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, a adaptação da infraestrutura escolar é outro aspecto essencial, com a necessidade de garantir acessibilidade por meio de rampas, elevadores, banheiros adaptados e outros recursos. A utilização de tecnologias assistivas também pode ser determinante para facilitar o aprendizado dos alunos com deficiência, promovendo sua participação ativa no ambiente escolar(Ferreira, 2018).

As práticas pedagógicas inclusivas, por sua vez, devem ser diversificadas e adaptáveis, atendendo às necessidades individuais de cada aluno. Metodologias ativas, que colocam os estudantes como protagonistas do aprendizado, apresentam grande potencial para fomentar a inclusão. Atividades que promovem a colaboração entre alunos também são essenciais, pois favorecem tanto a inclusão social quanto o desenvolvimento de habilidades interpessoais. No que tange à avaliação, é muito importante adotar abordagens inclusivas, como avaliações formativas e adaptações em provas e trabalhos, assegurando que todos tenham condições adequadas para demonstrar seus conhecimentos e habilidades(Gurgel, 2017).

Além de beneficiar os alunos com necessidades educacionais específicas, a escola inclusiva gera impactos positivos para toda a comunidade escolar. A convivência em um ambiente que valoriza a diversidade promove empatia, respeito e preparação para a vida em sociedade. Estudos apontam que essa abordagem pode melhorar o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional dos alunos, reforçando a importância de investir em uma educação inclusiva que contemple as necessidades de cada indivíduo e enriqueça as experiências de aprendizado coletivas(Godofredo, 2016).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido com base em revisão bibliográfica de literatura, de caráter qualitativo, com o recorte temporal de 10 anos(2014-2024), salvaguardando leis e normas. Segundo Ercole *et al.*(2014, p. 9), a revisão integrativa de literatura é um método que visa sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque oferece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento". Nesse contexto, o método foi utilizado com a intencionalidade científico- pedagógica de aplicar rigor científico na revisão bibliográfica e refletir as visões dos autores sobre o tema, conforme propõem o diálogo bibliográfico estipulado.

É denominada integrativa porque amplia as informações sobre um tema ou problema, formando um corpo de conhecimento. Assim, o revisor/pesquisador pode conduzir uma revisão integrativa com diversas finalidades, como definir conceitos, revisar teorias ou analisar metodologicamente os estudos sobre um tópico específico. Esse método permite a inclusão

simultânea de pesquisas quase-experimentais e experimentais, combinando dados de literatura teórica e empírica para uma compreensão mais completa do tema de interesse(Ercole *et al.*, 2014).

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Os artigos foram analisados a partir de seus resumos e conclusões, assim como outras partes relevantes dos trabalhos, citados para embasar a discussão. Todas as citações foram utilizadas exclusivamente na seção de resultados e discussão. Analisar envolve organizar, refletir, comparar e argumentar todos os elementos do texto, destacando os pontos principais e o conhecimento relevante para a pesquisa. Interpretar significa ler de maneira que o pesquisador compreenda profundamente o conteúdo do texto(Souza *et al.*, 2021).

O estudo de Ribeiro, Silva e Martínez(2021) explorou diferentes aspectos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), abrangendo categorias como a categorização do público-alvo da educação especial, a PNEEPEI e a educação de surdos, o discurso inclusivo na PNEEPEI, o processo de construção e desdobramentos da PNEEPEI e a proposta de sua atualização. A discussão revelou pontos de vista de autores e fundamentos de políticas educacionais, destacando aspectos positivos e negativos do documento. O documento, introduzido em 2008, enfatizou a necessidade do Atendimento Educacional Especializado(AEE) e garantiu investimentos para promover a inclusão no sistema educacional.

Antonio(2021) apresenta um estudo que desperta intensa curiosidade ao analisar a evolução da política de educação especial em Angola. O estudo faz uma relação temporal entre a implementação da educação especial em 1979 e a publicação da primeira Política de Educação Especial angolana em 2017, por meio de um decreto presidencial.

Em suas considerações finais, o autor afirma que a Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar não distingue claramente entre educação especial e inclusiva, tratando-as como equivalentes e similares. Além disso, o conceito de diversidade mencionado na política não é definido e não faz referência ao contexto sociocultural específico de Angola, o que dificulta a concepção e construção de uma diversidade que inclua todos.

Macena, Justino e Capellini(2018) analisam os caminhos que o Brasil tem percorrido em relação à educação especial inclusiva, com foco nas políticas educacionais.

Quanto ao Plano Nacional de Educação (PNE), eles destacam que o documento apresenta 19 estratégias para alcançar a Meta 4. Cada uma dessas estratégias merece a atenção de pesquisadores e especialistas, com o objetivo de promover discussões e identificar os melhores caminhos para que as políticas públicas e ações nas escolas possam atender todos os alunos, sem distinção, sempre visando à inclusão efetiva e ao acesso universal à educação(Macena; Justino; Capellini, 2018, p. 1298).

A sociedade contemporânea avança para uma nova era, onde os fundamentos inclusivos são cada vez mais valorizados. Dessa forma, o ensino não pode mais ser tradicional, homogêneo e restrito a uma única prática. Em vez disso, deve englobar um conjunto de práticas pedagógicas que atendam a todos os estudantes, considerando suas necessidades específicas. Discutir inclusão hoje é falar sobre a contínua remodelagem do ensino, que precisa ser delineado desde

o projeto político- pedagógico para se tornar um marco significativo no cenário escolar local, regional, estadual e nacional(Macena *et al*, 2018).

A educação inclusiva demanda um esforço coletivo de toda a comunidade escolar. Enfrentar os desafios e maximizar as oportunidades que a inclusão oferece é essencial para assegurar uma educação de qualidade aos alunos. Investir na capacitação dos professores, ajustar a infraestrutura escolar e efetivar políticas públicas eficazes são passos essenciais nesse processo. A educação inclusiva não é apenas um direito, mas uma necessidade fundamental para construir uma sociedade mais justa, diversa e equitativa(Fávero; Pantoja; Mantoan, 2007; Ferreira;Guimarães, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Implementar práticas inclusivas nas escolas exige um esforço conjunto de todos os envolvidos no processo educacional. Professores, gestores, pais, alunos e a comunidade precisam trabalhar juntos para superar os desafios e criar um ambiente que valorize e respeite a diversidade. Investir na formação continuada dos professores é muito importante para que estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Além disso, a infraestrutura escolar deve ser adaptada para garantir acessibilidade e segurança para todos os alunos, proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor.

As políticas públicas são importantes na garantia dos direitos dos alunos com necessidades educativas especiais. É necessário que essas políticas sejam revisadas e atualizadas continuamente para atender às demandas e mudanças da sociedade. A inclusão escolar oferece inúmeros benefícios, tanto para alunos com deficiência quanto para os demais. Promove empatia, respeito mútuo e cooperação, preparando todos os estudantes para a convivência em uma sociedade diversificada.

Além disso, a inclusão pode melhorar o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional desses alunos. Em suma, a educação especial inclusiva não é apenas um direito garantido por lei, mas uma necessidade para construir uma sociedade mais igualitária e humana. Como sociedade, devemos continuar a lutar pela inclusão e valorização da diversidade, garantindo que esses estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIO, A.; MENDES G. M. L.; & GONZÁLEZ, O. H. Políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Angola: contexto, avanços e necessidades emergentes (1979-2017). *Educar em Revista*, 37, e 77723. 2021.
- ARAUJO, D.A; LIMA, E.D.R.P. Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. *Educação em Revista*, v. 27, n. 3, p. 281-303, 2011.
- BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde,1994.
- BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial – MEC/ SEESP, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/sseesp. Acesso em 20 de Outubro de 2024.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal,1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 dez. 2024.
- CAPELLINI, Vera L. M. F. A Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico. 2001. 237 dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- DUTRA. C. et al. Políticas nacionais de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. MEC.SEESP, p1-19, jan 2008.
- ERCOLE, F. F. MELO, L. S., & ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. *Rev Min Enferm.* jan/mar;2014.
- FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; Atendimento Educacional Especializado-Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. São Paulo: MEC/ SEESP, 2007.
- FERNANDES, Sueli. Fundamentos para educação especial. Curitiba Ibpx, 2007.
- FERREIRA, Maria E. C.; GUIMARÃES, Marly. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2018. 158 p.
- GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista Inclusão*. Nº 01, MEC/ SEESP, 2005.
- GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: Direito de todos os Brasileiros. In: Salto para o Futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 2016.
- GURGEL, Thais. Inclusão, só com aprendizagem. *Nova Escola: A revista do professor*, Ministério da Educação, ano XXII, n. 206, p. 38 – 45, out. de 2007.
- MACEDO, L. Fundamentos para a educação inclusiva. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.com.br>>. 2018. Acesso em: 22/10/2024.
- MACENA, J. O. JUSTINO, L. R. P.; & CAPELLINI, V. L. M. F. O Plano Nacional de Educação 2014–2024 e os desafios para a Educação Especial na perspectiva de uma Cultura Inclusiva. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 26(101), 1283-1302. 2018.
- MANTOAN, M.T.E. Inclusão Escolar: O que é? Como fazer? São Paulo. Moderna, 2003. MORIÑA, A. Teoria e prática da educação inclusiva. Archidona: Cisterna, 2004.
- NASCIMENTO, Álisson Raul Melo; CHAVES, Valdiane da Glória Albuquerque; COSTA, Maria Adilza; TORRES, Vanessa Cavalcanti. Linha do Tempo Na Educação Inclusiva: Tecnologias Como Subsídio Para Aprendizagem. 2022. Disponível Acesso em: 30 de Out 2024.
- QUEIROZ, J. G. B. GUERREIRO, E. M. B. R. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(2), 233-248. 2019.
- RIBEIRO, L. L.; SILVA, R. M.; & MARTINEZ, S. A. Balanço da produção científica sobre a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2010-2020). *Educação em Revista*, 37, e 26361. 2021.
- SILVA, Adilson Florentino da. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física. 2007.
- SOUZA, A. S; OLIVEIRA, G. S.; & ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, 20(43), 64-83. 2021.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RECOMENDAÇÕES PARA CAPACITAÇÃO E PRÁTICAS EFETIVAS

TEACHER TRAINING FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: RECOMMENDATIONS FOR TRAINING AND EFFECTIVE PRACTICES

FORMACIÓN DOCENTE PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: RECOMENDACIONES DE FORMACIÓN Y PRÁCTICAS EFECTIVAS

Joelcio Soares Sales
joelciosales1@gmail.com

SALES, Joelcio Soares. **Formação docente para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Recomendações para a capacitação e práticas efetivas.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 130 – 136, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

RESUMO

Este artigo aborda a importância da formação docente para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras, enfatizando as necessidades específicas desses alunos e as práticas pedagógicas necessárias para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica sobre as estratégias de capacitação docente, considerando as diretrizes educacionais, as dificuldades enfrentadas pelos educadores e as práticas pedagógicas mais eficazes para a inclusão de alunos com TEA. Os resultados indicam que a formação inicial dos professores, em sua maioria, não contempla adequadamente as necessidades dos alunos com TEA, sendo necessário investir em uma formação continuada mais especializada. Além disso, destacam-se a importância da adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e a aplicação de metodologias ativas como ferramentas eficazes para promover a inclusão escolar. O estudo conclui que a capacitação docente, aliada ao suporte institucional adequado, é essencial para criar um ambiente escolar inclusivo, que atenda às necessidades dos alunos com TEA de maneira eficaz.

Palavras-chave: Formação Docente. Inclusão Escolar. Transtorno do Espectro Autista. Práticas Pedagógicas. Capacitação.

SUMMARY

This article addresses the importance of teacher training for the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Brazilian schools, emphasizing the specific needs of these students and the pedagogical practices necessary to ensure inclusive and high-quality education. The research was conducted through a literature review on teacher training strategies, considering educational guidelines, challenges faced by educators, and the most effective pedagogical practices for the inclusion of students with ASD. The results indicate that the initial training of teachers, for the most part, does not adequately address the needs of students with ASD, highlighting the need for more specialized continuing education. Furthermore, the importance of curricular adaptation, the use of assistive technologies, and the application of active methodologies are highlighted as effective tools for promoting school inclusion. The study concludes that teacher training, combined with adequate institutional support, is essential to create an inclusive school environment that effectively meets the needs of students with ASD.

Keywords: Teacher Training. School Inclusion. Autism Spectrum Disorder. Pedagogical Practices. Professional Development.

RESUMEN

Este artículo aborda la importancia de la formación docente para la inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en las escuelas brasileñas, enfatizando las necesidades específicas de estos estudiantes y las prácticas pedagógicas necesarias para garantizar una educación inclusiva y de calidad. La investigación se realizó mediante una revisión bibliográfica sobre las estrategias de capacitación docente, considerando las directrices educativas, las dificultades enfrentadas por los educadores y las prácticas pedagógicas más eficaces para la inclusión de estudiantes con TEA. Los resultados indican que la formación inicial de los docentes, en su mayoría, no contempla adecuadamente las necesidades de los estudiantes con TEA, siendo necesario invertir en una formación continua más especializada. Además, se destaca la importancia de la adaptación curricular, el uso

de tecnologías de apoyo y la aplicación de metodologías activas como herramientas eficaces para promover la inclusión escolar. El estudio concluye que la capacitación docente, junto con un soporte institucional adecuado, es esencial para crear un entorno escolar inclusivo que responda eficazmente a las necesidades de los estudiantes con TEA.

Palabras clave: Formación Docente. Inclusión Escolar. Trastorno del Espectro Autista. Prácticas Pedagógicas. Capacitación.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio significativo para os sistemas educacionais em todo o mundo, especialmente em contextos onde a formação docente não contempla, de maneira adequada, às especificidades dessa demanda. No Brasil, a obrigatoriedade da inclusão, estabelecida por leis como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil 13.146/2015), exige não apenas adaptações estruturais, mas também uma capacitação docente que prepare os professores para lidar com as singularidades do TEA no ambiente escolar. Nesse sentido, a formação continuada é crucial para equipar os educadores com conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam implementar estratégias pedagógicas inclusivas de maneira eficaz.

Diversos estudos destacam que a falta de formação adequada é uma das principais barreiras para a inclusão efetiva de alunos com TEA. Segundo Mantoan (2015), a inclusão requer uma ruptura com práticas tradicionais de ensino, demandando dos professores uma postura reflexiva e inovadora. No entanto, muitos educadores relatam dificuldades em lidar com as características específicas do TEA, como desafios na comunicação, interação social e comportamento, o que evidencia a necessidade de capacitação contínua e contextualizada (Sasaki, 2019).

Ademais, a formação docente não deve se limitar à aquisição de conhecimentos técnicos, mas também à sensibilização para a importância de práticas inclusivas e colaborativas. Conforme apontado por Garcia, Silva e Pereira (2020), a capacitação deve promover um entendimento integral do aluno com TEA, considerando suas potencialidades e respeitando suas diferenças. Isso implica em estratégias pedagógicas que incluem a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e o trabalho interdisciplinar com outros profissionais da educação.

O objetivo deste artigo é analisar a formação docente voltada para a inclusão de alunos com TEA, apresentando recomendações para a capacitação de educadores e destacando práticas pedagógicas efetivas que podem ser incorporadas no contexto escolar. Por meio de uma abordagem teórica e prática, busca-se contribuir para o debate sobre como transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, em que todos os alunos, independentemente de suas características, possam aprender e se desenvolver plenamente.

A reflexão sobre a formação docente é essencial para o avanço da inclusão escolar no Brasil, pois, como argumenta Mittler (2003), a qualidade do ensino inclusivo está intrinsecamente ligada à preparação e ao comprometimento dos professores. Assim, este estudo propõe uma análise crítica e propositiva das práticas de capacitação docente, com vistas a fomentar um ambiente educacional mais acolhedor e acessível para alunos com TEA.

CONCEITO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar exige uma abordagem pedagógica adaptada, que respeite as singularidades desses estudantes e promova seu pleno desenvolvimento. Nesse contexto, a formação docente desempenha um papel central para a implementação de práticas educacionais inclusivas, capazes de responder às necessidades específicas de cada aluno e fomentar uma educação equitativa.

Este artigo, de caráter teórico e baseado em revisão bibliográfica, visa compreender os aspectos fundamentais da formação docente para a inclusão de alunos com TEA, com foco nas recomendações para capacitação continuada e na adoção de práticas pedagógicas eficazes. Para tanto, utiliza como base estudos recentes que abordam a relação entre políticas educacionais, capacitação de professores e a efetividade das práticas inclusivas.

A literatura destaca que a capacitação docente deve ir além da mera transmissão de conteúdos técnicos. Segundo Mittler (2003), uma formação inclusiva de qualidade deve preparar os professores para reconhecerem e valorizarem as diferenças individuais, promovendo o engajamento de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, Mantoan (2015) salienta que a inclusão requer mudanças nas concepções educacionais tradicionais, demandando educadores capazes de implementar estratégias como adaptações curriculares, utilização de tecnologias assistivas e trabalho interdisciplinar.

No entanto, desafios significativos persistem. Estudos apontam que muitos professores enfrentam dificuldades relacionadas à falta de formação específica para lidar com o TEA, além da carência de apoio institucional e recursos adequados (Sasaki, 2019; Garcia; Silva; Pereira, 2020). Tais fatores não apenas limitam a efetividade das práticas pedagógicas, mas também contribuem para a resistência de alguns educadores em adotar uma postura inclusiva.

Este artigo explora essas questões a partir de uma análise das políticas públicas e programas de formação continuada, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais sistemática e abrangente para capacitar os docentes. A revisão da literatura evidencia que a formação docente deve incluir aspectos como o desenvolvimento de habilidades para lidar com os desafios comportamentais associados ao TEA, a aplicação de metodologias ativas e colaborativas, e a sensibilização sobre a importância de um ambiente inclusivo.

Assim, busca-se contribuir para o debate acadêmico e prático sobre como a formação docente pode ser transformada em um instrumento de inclusão efetiva. Ao propor recomendações baseadas em evidências, espera-se oferecer subsídios para a formulação de políticas educacionais mais robustas e para a criação de programas de formação continuada que respondam às demandas reais das escolas e dos educadores, promovendo uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa de revisão bibliográfica para investigar as práticas pedagógicas voltadas para a formação docente na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras. A revisão foi conduzida com base em estudos publicados nos últimos anos, focando em artigos científicos, livros, dissertações e teses que abordam a capacitação de professores, as práticas pedagógicas inclusivas e os desafios

enfrentados na educação de alunos com TEA.

A escolha da metodologia de revisão bibliográfica se justifica pela necessidade de consolidar o conhecimento existente sobre o tema, identificar lacunas na formação docente e analisar as recomendações para a melhoria das práticas inclusivas no contexto escolar brasileiro. Segundo Gil(2008), uma revisão bibliográfica permite a construção de uma visão geral do estado da arte sobre o assunto, reunindo as contribuições de diferentes autores e construindo um referencial teórico sólido para apoiar a pesquisa.

Para realizar a revisão, foram utilizadas fontes acadêmicas disponíveis em bases de dados científicas como Scopus, Google Scholar, CAPES e Scielo, além de artigos publicados em periódicos especializados em educação inclusiva e psicopedagogia. A busca foi realizada utilizando palavras-chave como ?formação docente, inclusão de alunos com TEA, práticas pedagógicas inclusivas, capacitação de professores para TEA e metodologias para alunos com TEA. A seleção dos artigos considerou sua relevância, qualidade metodológica e publicação recente, de modo a garantir que os achados estivessem alinhados com as práticas e políticas educacionais contemporâneas.

O processo de análise dos artigos seguiu uma abordagem sistemática. Inicialmente, foram lidos e resumidos os artigos selecionados, com ênfase nas metodologias utilizadas, nos resultados obtidos e nas conclusões sobre a formação docente para a inclusão de alunos com TEA. A análise se concentrou nas práticas pedagógicas descritas pelos autores, nas estratégias de adaptação curricular, nas tecnologias assistivas e nas metodologias ativas mencionadas, bem como nas recomendações para uma formação docente mais eficaz.

Além disso, foi realizada uma análise crítica das políticas públicas de formação docente para a inclusão de alunos com TEA, com base na legislação brasileira vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão(Brasil 13.146/2015), e em diretrizes educacionais de organismos internacionais, como a UNESCO. A análise também considerou o impacto das políticas públicas e das iniciativas de capacitação docente na efetividade das práticas inclusivas nas escolas, destacando tanto os avanços quanto os desafios presentes.

Por fim, a revisão permitiu identificar as melhores práticas e as lacunas existentes na formação docente para a inclusão de alunos com TEA, contribuindo para a formulação de recomendações que possam aprimorar a capacitação de professores e gestores escolares, com vistas à promoção de uma educação mais inclusiva e acessível para todos os alunos.

Esse processo metodológico reflete a busca por uma compreensão abrangente do cenário educacional brasileiro, considerando tanto os desafios práticos quanto as soluções teóricas e empíricas já discutidas na literatura sobre o tema. A metodologia de revisão bibliográfica é, portanto, um recurso eficaz para

construir uma base sólida de conhecimento que pode orientar futuras pesquisas e práticas pedagógicas no campo da educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos revisados permitiu identificar diversos aspectos relacionados à formação docente para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista(TEA) nas escolas brasileiras. Os resultados encontrados evidenciam avanços, mas também uma série de desafios que comprometem a efetividade da educação inclusiva no país. Neste contexto, a

discussão sobre a formação de professores, as práticas pedagógicas adotadas e as políticas públicas se tornou central para compreender o cenário atual e apontar possíveis caminhos para uma educação mais inclusiva e de qualidade.

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Um dos principais desafios encontrados nos estudos revisados é a carência de uma formação docente específica e contínua para a inclusão de alunos com TEA. De acordo com Mantoan(2015), a formação inicial dos professores frequentemente não contempla as necessidades específicas dos alunos com TEA, o que dificulta a aplicação de práticas pedagógicas adequadas. Além disso, a formação continuada, que deveria suprir essa lacuna, ainda é insuficiente e muitas vezes não oferece a profundidade necessária para que os educadores possam lidar com as demandas complexas desses alunos.

A falta de capacitação específica é frequentemente associada à ausência de programas de formação continuada voltados para as necessidades da inclusão. Segundo Sasaki(2019), a formação docente não deve ser um evento isolado, mas um processo contínuo que permita aos professores se atualizarem sobre novas metodologias, práticas pedagógicas e tecnologias assistivas. A escassez de capacitação contínua é um fator que contribui para a resistência de muitos professores em adotar práticas inclusivas, pois se sentem despreparados para atender às necessidades dos alunos com TEA(Garcia; Silva; Pereira, 2020).

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO

As práticas pedagógicas utilizadas nas escolas brasileiras para a inclusão de alunos com TEA variam amplamente, mas algumas estratégias se destacam como mais eficazes. A adaptação curricular é uma das abordagens mais comuns e consiste na modificação de conteúdos, métodos e avaliações para atender às necessidades dos alunos com TEA. Segundo Bezerra(2017), a adaptação curricular deve ser flexível e individualizada, considerando as particularidades de cada aluno, o que exige uma maior participação e criatividade por parte dos professores.

Além disso, o uso de tecnologias assistivas tem se mostrado uma ferramenta poderosa para melhorar a aprendizagem de alunos com TEA. A utilização de dispositivos tecnológicos, como softwares educativos e ferramentas de comunicação aumentativa, ajuda esses alunos a desenvolverem habilidades cognitivas e sociais de forma mais eficaz(Sasaki, 2019). A integração de metodologias ativas, como o ensino colaborativo e a aprendizagem baseada em projetos, também é uma estratégia recomendada, pois favorece o envolvimento dos alunos e promove a interação social, essencial para o desenvolvimento de competências socioemocionais(Freitas, 2021).

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUPORTE INSTITUCIONAL

As políticas públicas para a inclusão escolar de alunos com TEA, como a Lei Brasileira de Inclusão(Brasil 13.146/2015), são um marco importante para garantir o direito à educação desses alunos. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta obstáculos significativos.

A falta de recursos financeiros adequados, a escassez de profissionais especializados e a infraestrutura insuficiente nas escolas são limitações que comprometem a efetividade das políticas públicas de inclusão(Garcia; Silva; Pereira, 2020).

Apesar das dificuldades, a Lei Brasileira de Inclusão representa um avanço, pois estabelece a obrigatoriedade de adaptações curriculares e de suporte especializado para alunos com TEA. No entanto, como aponta Mantoan(2015), a aplicação prática dessa legislação depende de uma forte articulação entre as políticas educacionais, as escolas e as famílias, o que exige um esforço conjunto para superar as limitações estruturais e financeiras. Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que os professores recebam o suporte necessário, tanto em termos de formação quanto de apoio institucional, como a presença de profissionais especializados, que possam atuar de forma integrada nas escolas(Sasaki, 2019).

A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO CONTÍNUA E SUPORTE INSTITUCIONAL

Os dados revelam a necessidade urgente de fortalecer a formação continuada de professores e gestores escolares. A educação inclusiva exige que os educadores se atualizem constantemente sobre as melhores práticas pedagógicas e estratégias de ensino para alunos com TEA. Além disso, a implementação de políticas públicas mais robustas, que garantam a presença de profissionais especializados nas escolas e o acesso a recursos adequados, é essencial para promover uma inclusão educacional de qualidade.

Em consonância com essa visão, Silva(2018) defende que a formação docente deve ser integrada ao desenvolvimento de um ambiente escolar mais inclusivo, com o apoio de equipes multidisciplinares que possam atuar de maneira colaborativa no atendimento aos alunos com TEA. Essa abordagem permite a personalização do ensino e a adaptação das metodologias para atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo uma educação mais equitativa e acessível.

Os resultados indicam que, embora existam desafios significativos na formação docente e na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, também há avanços importantes, principalmente no que diz respeito ao uso de tecnologias assistivas e à adaptação curricular. Para que a inclusão de alunos com TEA seja verdadeiramente efetiva, é fundamental investir em uma formação docente contínua e especializada, além de fortalecer as políticas públicas de apoio institucional e de capacitação. A inclusão escolar de alunos com TEA depende não apenas da mudança de postura dos educadores, mas também de um esforço coletivo para garantir que as escolas possuam os recursos e o suporte necessário para atender às necessidades desses alunos de forma plena e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo demonstrou a relevância da formação docente para garantir uma inclusão efetiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras. Os resultados da pesquisa evidenciam que, embora o sistema educacional brasileiro possui algumas diretrizes inclusivas, a formação inicial dos professores muitas vezes não contempla as especificidades do TEA, sendo fundamental a implementação de programas de capacitação continuada. Além disso, práticas como a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas e

a aplicação de metodologias ativas são estratégias eficazes que contribuem significativamente para a inclusão escolar, promovendo um ambiente de aprendizagem mais acessível e acolhedor para os alunos com TEA.

A capacitação docente, associada ao suporte institucional adequado, torna-se, portanto, um pilar essencial para a criação de uma educação inclusiva de qualidade. Para tanto, é imperativo que as políticas públicas se fortaleçam, priorizando a formação continuada e o apoio profissional especializado nas escolas, o que permitirá aos educadores responder adequadamente às necessidades dos alunos com TEA. Assim, espera-se que este estudo contribua para a reflexão sobre a importância da capacitação docente e da adoção de práticas pedagógicas inclusivas, visando à construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, que respeite e atenda a diversidade presente nas salas de aula.

Este trabalho oferece uma base para futuras pesquisas sobre práticas pedagógicas inclusivas e sobre como a formação de educadores pode ser aprimorada para atender melhor às necessidades dos alunos com TEA, favorecendo a efetividade das políticas educacionais e garantindo a inclusão plena desses alunos no sistema educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. C. C.; PEREIRA, L. M. A formação de professores para a inclusão: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 2, p. 123-134, 2016.
- AMARAL, C. D. F.; SILVA, D. A. M. A importância da formação continuada para a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, v. 29, n. 3, p. 456-470, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, DF: MEC, 2001.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- FARIA, R. F.; OLIVEIRA, M. D. Inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista: práticas pedagógicas e desafios para a formação de professores. *Revista de Educação e Pesquisa em Ciências*, v. 35, n. 4, p. 98-111, 2017.
- GOMES, M. A. A.; SILVA, R. G. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no contexto escolar brasileiro: desafios e alternativas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, n. 1, p. 67-81, 2019.
- LOUREIRO, S. R.; FURTADO, M. V. Formação docente e a inclusão de alunos com TEA: desafios no cenário escolar. *Educação Especial em Revista*, v. 12, n. 1, p. 33-45, 2020.
- SILVA, T. P.; MARTINS, F. C. O uso de tecnologias assistivas na educação inclusiva: uma análise das práticas pedagógicas para alunos com TEA. *Revista de Tecnologia Educacional*, v. 22, n. 2, p. 200-215, 2018.
- VIEIRA, A. L.; SANTOS, P. R. As metodologias ativas no ensino de alunos com Transtorno do Espectro Autista. *Revista de Educação e Inclusão*, v. 11, n. 4, p. 142-156, 2020.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO COLABORATIVO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

COLLABORATIVE TEACHING STRATEGIES FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

ESTRATÉGIAS DE ENSINO COLABORATIVO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

Camila Lambardozi Barroso Nunes
ca_lambardozi@hotmail.com

NUNES, Camila Lambardozi Barroso. **Estratégias de Ensino Colaborativo para inclusão de alunos com Deficiência**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 137 – 147, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso aborda as estratégias de ensino colaborativo para a inclusão de alunos com deficiência, destacando a importância da cooperação entre professores do ensino regular e educadores especializados. O estudo enfatiza que a parceria entre esses profissionais é crucial para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor. Diversas práticas são analisadas, incluindo o planejamento conjunto, a adaptação curricular e a utilização de recursos tecnológicos, todos direcionados a facilitar a integração de alunos com necessidades especiais na sala de aula regular. A pesquisa também explora os desafios enfrentados durante a implementação do ensino colaborativo, como a resistência à mudança e a falta de recursos adequados, e propõe soluções para superá-los. Além disso, o estudo destaca a necessidade de formação contínua dos professores para que estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. A colaboração entre os profissionais permite que estratégias sejam desenvolvidas de forma personalizada, atendendo às necessidades específicas de cada aluno. O trabalho ainda ressalta a importância de envolver toda a comunidade escolar, incluindo gestores, pais e outros profissionais, para garantir uma abordagem integrada e eficaz. Os resultados da pesquisa indicam que o ensino colaborativo é fundamental para promover a inclusão e o sucesso escolar de alunos com deficiência, proporcionando uma educação de qualidade que respeita e valoriza as diferenças. O estudo conclui que, ao adotar práticas colaborativas, as escolas podem criar um ambiente mais justo e equitativo, onde todos os alunos têm a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente. Esta pesquisa fez uso do método de revisão de literatura, por julgar que essa abordagem permite identificar um resumo dos trabalhos publicados.

Palavras Chaves: Ensino Colaborativo. Inclusão. Docentes. Atendimento Especializado.

SUMMARY

This term paper looks at collaborative teaching strategies for the inclusion of students with disabilities, highlighting the importance of cooperation between mainstream teachers and specialized educators. The study emphasizes that partnership between these professionals is crucial to creating an inclusive and welcoming learning environment. Various practices are analyzed, including joint planning, curriculum adaptation and the use of technological resources, all aimed at facilitating the integration of students with special needs into the mainstream classroom. The research also explores the challenges faced during the implementation of collaborative teaching, such as resistance to change and the lack of adequate resources, and proposes solutions to overcome them. In addition, the study highlights the need for ongoing training for teachers so that they are prepared to deal with diversity in the classroom. Collaboration between professionals allows strategies to be developed in a personalized way, meeting the specific needs of each student. The work also highlights the importance of involving the entire school community, including managers, parents and other professionals, to ensure an integrated and effective approach. The results of the research indicate that collaborative teaching is fundamental to promoting the inclusion and academic success of students with disabilities, providing a quality education that respects and values differences. The study concludes that by adopting collaborative practices, schools can create a fairer and more equitable environment where all students have the opportunity to learn and develop fully. This research made use of the literature review method, as it believes that this approach allows a summary of published work to be identified.

Keywords: Collaborative Teaching. Inclusion. Teachers. Specialized Assistance.

RESUMEN

Este trabajo trimestral examina las estrategias de enseñanza colaborativa para la inclusión de alumnos con discapacidad, destacando la importancia de la cooperación entre los profesores ordinarios y los educadores especializados. El estudio subraya que la colaboración entre estos profesionales es crucial para crear un entorno de aprendizaje inclusivo y acogedor. Se analizan diversas prácticas, como la planificación conjunta, la adaptación del currículo y el uso de recursos tecnológicos, todas ellas encaminadas a facilitar la integración de los alumnos con necesidades especiales en el aula ordinaria. La investigación también explora los retos a los que se enfrenta la implantación de la enseñanza colaborativa, como la resistencia al cambio y la falta de recursos adecuados, y propone soluciones para superarlos. Además, el estudio subraya la necesidad de una formación continua de los profesores para que estén preparados para tratar la diversidad en el aula. La colaboración entre profesionales permite desarrollar estrategias de forma personalizada, atendiendo a las necesidades específicas de cada alumno. El trabajo también destaca la importancia de implicar a toda la comunidad escolar, incluidos directivos, padres y otros profesionales, para garantizar un enfoque integrado y eficaz. Los resultados de la investigación indican que la enseñanza colaborativa es fundamental para promover la inclusión y el éxito académico de los alumnos con discapacidad, proporcionando una educación de calidad que respete y valore las diferencias. El estudio concluye que, mediante la adopción de prácticas colaborativas, las escuelas pueden crear un entorno más justo y equitativo en el que todos los alumnos tengan la oportunidad de aprender y desarrollarse plenamente. Esta investigación hizo uso del método de revisión bibliográfica, por considerar que este enfoque permite identificar un resumen de los trabajos publicados.

Palabras clave: Enseñanza colaborativa. Inclusión. Profesores. Asistencia especializada.

INTRODUÇÃO

A educação para pessoas com deficiência tem uma história marcada pela segregação.(Rodrigues, 2020). Durante muitos anos, essas pessoas foram educadas em instituições separadas ou em turmas especiais dentro das escolas regulares. Esse modelo de educação contribuiu para o preconceito e a discriminação, criando barreiras que dificultavam a inclusão social e o respeito às diferenças(Mendes, 2020).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, começou a surgir um movimento que questionava essa forma de educar. Muitas pessoas começaram a perceber que a segregação não era a solução. Esse movimento buscava a igualdade e a inclusão, defendendo que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, deveriam ter o direito de frequentar escolas regulares(Orrú, 2017).

Com o crescimento desse movimento, tornou-se evidente a necessidade de um novo conceito educacional. Esse conceito deveria garantir que as escolas respeitassem as diferenças e a diversidade. A ideia era que a inclusão não fosse apenas uma obrigação, mas uma prática que enriquecesse o ambiente escolar. As escolas passaram a ser vistas como espaços onde todos poderiam aprender juntos, respeitando as particularidades de cada um(Sousa, 2019).

A introdução do paradigma de inclusão trouxe mudanças significativas. As escolas começaram a adotar práticas que favoreciam a participação de alunos com deficiência. Isso incluiu a formação de professores, a adaptação de currículos e a criação de ambientes acessíveis. O objetivo era garantir que todos os alunos pudessem aprender e se desenvolver em um ambiente que valorizasse suas individualidades(Mendes, 2020).

Nesse sentido, as abordagens pedagógicas vêm evoluindo para abraçar a diversidade e promover a inclusão. Uma dessas abordagens é o ensino colaborativo, que envolve a cooperação entre professores da sala regular e professores de educação especial. Esta estratégia visa harmonizar os conhecimentos e práticas de ambos os profissionais para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, sem comprometer a eficácia do ensino

para os demais estudantes. O ensino colaborativo, quando implementado de maneira eficaz, pode transformar a experiência educacional, promovendo um ambiente onde todos os alunos se sintam valorizados e capazes de alcançar seu pleno potencial(Orrú, 2017).

A justificativa e relevância da pesquisa busca destacar a importância de se investigar e desenvolver estratégias de ensino colaborativo para a inclusão de alunos com deficiência. Serão apresentados argumentos embasados em estudos e na legislação atual que reforçam a necessidade de práticas inclusivas no ambiente escolar. Além disso, serão destacados os possíveis impactos positivos que tais estratégias podem trazer para o desenvolvimento acadêmico e social desses alunos.

Pensando em estratégias inclusivas, tem-se como questão problema: de que modo as estratégias de ensino colaborativo podem ser implementadas de maneira eficaz para promover a inclusão e o sucesso acadêmico de alunos com deficiência? O objetivo geral consiste em investigar estratégias de ensino colaborativo que promovam a inclusão de alunos com deficiência. Já os objetivos específicos englobam a revisão bibliográfica, e a elaboração de recomendações práticas para profissionais da educação. Com isso, busca-se contribuir para a melhoria constante do processo de inclusão escolar.

REFERENCIAL

TEÓRICO

Nos últimos anos, o conceito de inclusão na educação ganhou destaque, mas, como aponta Bueno(2018), esse fenômeno não possui um único significado. Muitas vezes, a inclusão é apresentada superficialmente, sem um verdadeiro compromisso com o ensino para todos. Isso é evidente quando se observa que, em muitos casos, as políticas de inclusão são implementadas sem o devido suporte e recursos, resultando em um ambiente educacional que não atende plenamente às necessidades de todos os alunos(Bueno, 2018).

Portanto, é essencial que a discussão sobre inclusão na educação vá além do discurso e se transforme em uma prática comprometida com a qualidade e à transformação exige uma escolha política, ideológica e pedagógica que busque garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade. A luta pela inclusão escolar deve ser uma prioridade, demandando um esforço conjunto de educadores, gestores e da sociedade como um todo(Garcia, 2017).

Ressignificar o termo inclusão é crucial para avançarmos em direção a uma educação que realmente atenda a todos. Isso implica repensar as políticas educacionais e assegurar que elas sejam fundamentadas em princípios de equidade e justiça social. Somente dessa forma será possível construir um sistema educacional que não apenas inclua, mas também valorize e respeite a diversidade de todos os alunos. A busca pela inclusão deve ser uma prioridade, exigindo um esforço coletivo e comprometido de todos os envolvidos no processo educacional (Ferreira, 2016).

Capellini e Zerbato(2019) destacam que o ensino colaborativo é uma estratégia altamente eficaz para promover a inclusão, fundamentando-se na necessidade de desenvolver métodos que considerem a diversidade presente nas escolas. Essa abordagem envolve a responsabilidade compartilhada entre o professor da sala regular e o educador especializado, que trabalham juntos para favorecer a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais em um ambiente comum. Os profissionais envolvidos na implementação do ensino

colaborativo comprometem-se com todas as etapas do processo, desde o planejamento, execução e avaliação, até a revisão das ações realizadas.

Esse planejamento deve ser flexível, permitindo ajustes para atender às mudanças nas necessidades dos alunos. A adaptação de materiais didáticos é uma prática fundamental no ensino colaborativo. Os educadores devem modificar os recursos educacionais para torná-los acessíveis a todos os alunos. Isso pode incluir a utilização de materiais em braille, audiolivros, recursos visuais e tecnológicos, entre outros(Damiani, 2018).

O termo ensino colaborativo surgiu nos EUA, na segunda metade do século XX, e tem como base as discussões entre educadores de países desenvolvidos que questionavam a eficiência e a qualidade dos modelos tradicionais de educação. Paz e Victor(2020) defendem a inclusão escolar por meio do ensino colaborativo como uma prática essencial para garantir o direito à educação dos alunos com deficiência. Para tanto, os autores buscaram identificar suas origens e vínculos epistemológicos em termos de pesquisas internacionais e constataram que alguns modelos parecem coincidir com o modelo capitalista. É necessário aprofundar a investigação sobre o verdadeiro conceito de colaboração, separando-o das práticas educativas que perpetuam a lógica do mercado(Paz, 2020).

No Brasil, em particular, segundo Erben e Melo(2023), o Atendimento Educacional Especializado(AEE) é o único modelo de serviço de apoio à inclusão nas escolas, garantido pelas políticas públicas, e as salas de recursos multifuncionais foram instituídas como o local desse atendimento. No entanto, as autoras consideram válido ressaltar que o local onde as práticas, as trocas e as experiências são enriquecidas é a sala de aula regular, onde ocorre o ensino. Afinal, é nesse espaço que os alunos com deficiência passam a maior parte do tempo durante o processo de escolarização(Erben e Melo, 2023).

O ensino colaborativo promove o uso de múltiplas abordagens pedagógicas, como aulas expositivas, atividades práticas, trabalhos em grupo e uso de tecnologia assistiva. Essa diversidade metodológica permite que os alunos com deficiência se engajem de maneira significativa no processo de aprendizagem. Isso envolve adaptar o espaço físico da sala de aula, garantindo que seja acessível para alunos com mobilidade reduzida, bem como promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Um ambiente acolhedor e acessível contribui para a participação ativa de todos os estudantes(Pereira, 2017).

A formação contínua dos professores é essencial para a implementação eficaz do ensino colaborativo. Os educadores devem ser capacitados em estratégias de inclusão, adaptação curricular e uso de tecnologias assistivas. Investir em formação e desenvolvimento profissional garante que os docentes estejam preparados para enfrentar os desafios da inclusão(Damiani, 2018).

A avaliação inclusiva é um componente chave do ensino colaborativo. Os métodos de avaliação devem ser adaptados para refletir as capacidades e progressos dos alunos com deficiência. Isso pode incluir avaliações diferenciadas, uso de portfólios, observações contínuas e feedback individualizado(Rabelo, 2018).

A avaliação inclusiva reconhece e valoriza os diferentes ritmos e formas de aprendizagem dos alunos. O ensino colaborativo representa uma abordagem inovadora e eficaz para a inclusão de alunos. Através da cooperação entre profissionais, planejamento conjunto, adaptação de materiais didáticos, diversificação de métodos de ensino, criação de um ambiente

inclusivo, formação contínua e avaliação inclusiva, é possível proporcionar uma educação de qualidade (Rabelo, Santos, 2018).

Capelline e Zerbato (2019), apontam alguns critérios para construção de um trabalho colaborativo:

Dedicar tempo para planejamento coletivo, permitindo discussão e troca de ideias. Ser flexível na forma de ensino e na organização da sala de aula. Enfrentar os desafios com coragem, realizando adaptações para aprimorar o ensino, sendo este o aspecto mais crucial. Estabelecer papéis e responsabilidades com clareza, garantindo o compromisso com o progresso acadêmico. Considerar as particularidades de cada professor e seus estilos de ensino, organizando diferentes possibilidades através de diálogos assertivos. Desenvolver habilidades de comunicação, já que o trabalho colaborativo exige interação constante. Obter apoio da gestão escolar, sendo essencial a mediação da equipe gestora para a implementação do ensino colaborativo. Capacitar os profissionais, sendo fundamental para atender às necessidades dos alunos.

Para criar uma cultura colaborativa na escola, é importante compreender os passos necessários e envolver toda a equipe escolar, com a gestão atuando como mediadora desse processo. É fundamental criar oportunidades e fornecer condições para que os professores possam planejar juntos, sendo essa organização dependente do empenho da gestão. Os educadores que atuam em conjunto precisam planejar as estratégias a serem utilizadas, promovendo adaptações nas atividades. Um dos passos interessantes para a construção do ensino colaborativo é partir do princípio de que o trabalho em equipe gera melhores resultados na aprendizagem (Mendes, 2020).

METODOLOGIA

Com o intuito de reconhecer táticas usadas pelos docentes para promover o aprendizado em conjunto entre seus colegas, esta pesquisa fez uso do método de revisão de literatura, por julgar que essa abordagem permite identificar um resumo dos trabalhos publicados, com o objetivo de apontar possibilidades de pesquisa em campos que ainda não foram explorados (Mendes, Silveira, Galvão (2008).

Segundo Gil (2019), a revisão bibliográfica é uma técnica de pesquisa qualitativa que permite identificar e sintetizar o conhecimento já acumulado sobre um tema específico.

Podemos identificar o que está sendo produzido por meio de seis etapas. Primeiramente, ocorre a definição do tema e o levantamento das hipóteses correspondentes. Em seguida, são selecionados os critérios de inclusão e exclusão do material. A próxima fase envolve a seleção e a avaliação dos elementos que devem ser considerados. Finalmente, o estudo realizado é interpretado e apresentado (Mendes, Silveira, Galvão, 2008).

Primeiramente foi definido o objetivo da pesquisa, que é identificar práticas bem sucedidas em inclusão, realizadas no ensino colaborativo. Para tanto, foram realizadas pesquisas nas principais plataformas de artigos científicos. Os critérios de inclusão e exclusão foram essenciais para a seleção dos artigos. Foram selecionados como critérios de inclusão artigos produzidos entre 2014 e 2023, por se tratarem de publicações mais recentes. A seleção também foi utilizada através do título do artigo com as palavras “aprendizagem colaborativa” e “inclusão”. Como critérios de exclusão foram considerados artigos que não tratassem da

realidade brasileira, bem como artigos duplicados produzidos em anos anteriores a 2014.

RESULTADOS

E

DISCUSSÃO

De acordo com Damiani(2018), a educação colaborativa tem como objetivo o trabalho conjunto, propondo resultados para o coletivo, a partir de um propósito comum e com apoio mútuo. Portanto, esse modelo de educação baseia-se nas ideias de relações não hierárquicas, liderança compartilhada, corresponsabilidade pelos procedimentos e confiança. Erben e Melo(2023) afirmam que, para que a inclusão escolar seja bem-sucedida, os professores, tanto os de educação geral quanto os especializados, devem ser capacitados para a inclusão de alunos com deficiência.

Buss e Giacomazzo(2019), também destacam que para que a inclusão aconteça na prática, é necessário que todos os profissionais envolvidos no ambiente escolar se identifiquem como verdadeiros atores da educação inclusiva, garantindo assim o acolhimento e a equidade nas interações e aprendizagens cotidianas dos alunos Isso os capacitará para tal. Por isso, é fundamental conhecer os aspectos que sustentam o ensino colaborativo, como o ensino colaborativo pode ocorrer no ambiente escolar, o papel e a importância dos profissionais colaborativos para a efetivação dessa prática, bem como as estruturas que sustentam o ensino colaborativo e as relações que podem ocorrer nesse modelo de ensino.

De acordo com Little(2014), a cooperação entre os professores do ensino regular e os professores de educação especial pode assumir muitas formas, desde um simples contributo para a orientação e decisões até um nível de objetivos partilhados na prática. O autor considera que existem quatro níveis de relações na prática entre estes profissionais. Como tal, estas relações ocorrem com diferentes graus de intensidade e com diferentes formas de divergência. São eles: 1) contar histórias e procurar ideias; 2) ajudar e apoiar; 3) partilhar; 4) trabalhar em conjunto; 1) contar histórias e procurar ideias; 2) ajudar e apoiar; 3) partilhar; e 4) trabalhar em conjunto.

Como resultado, pode-se inferir que a cooperação entre os professores é um processo baseado no nível e no estágio de desenvolvimento no ambiente escolar; a noção de que os alunos especiais são responsabilidade dos professores de educação especial deve ser desenvolvida para um entendimento de que esses alunos são responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional, professores, direção e a comunidade escolar como um todo. Com o entendimento de que isso deve ser desenvolvido numa compreensão de responsabilidade coletiva.

A implementação de estratégias de ensino colaborativo para a inclusão de alunos com deficiência mostra resultados promissores em diversas instituições educacionais.

Ao promover a cooperação entre professores da sala regular e educadores especializados, essas práticas potencializam o processo de ensino-aprendizagem, criando um ambiente mais inclusivo e acessível para todos os alunos. A integração de práticas colaborativas contribui significativamente para o desempenho acadêmico dos alunos com deficiência.

A presença de dois professores em sala de aula oferece um atendimento mais personalizado, onde as necessidades específicas dos alunos são prontamente atendidas. Estudos mostram que os alunos envolvidos em programas de ensino colaborativo apresentam resultados melhores em avaliações e maior engajamento nas atividades escolares (Damiani, 2018).

De acordo com Capellini e Zerbato(2019), para que esse modelo de educação seja bem-sucedido, é necessário que o papel de cada profissional envolvido esteja claramente definido. Os gestores têm um papel importante para que essa colaboração aconteça, pois podem promover formações, disponibilizar recursos e organizar tempo e espaço para a colaboração, além de trabalhar com os AEEs. Os professores de educação especial, por outro lado, têm a tarefa, numa perspectiva profissional, de identificar as necessidades educativas especiais dos alunos e de pesquisa estratégias, flexibilidades e adaptações relevantes. Desta forma, contribuem para os professores do ensino regular e promovem a inclusão dos alunos com deficiência.

Sendo assim, com o envolvimento de todos no ensino colaborativo impacta positivamente no desenvolvimento das habilidades sociais desses alunos. A interação constante com colegas e professores facilita a construção de relações interpessoais saudáveis, promovendo a inclusão social dentro e fora da sala de aula. Isso se reflete em maior participação dos alunos em atividades coletivas e em uma melhora na autoconfiança. Outro resultado significativo é a adaptação curricular e a flexibilidade no planejamento das aulas. Professores ajustam conteúdos e métodos de ensino para atender às diversidades presentes na sala de aula. Esse ajuste beneficia não só os alunos com deficiência, mas também enriquece a experiência de aprendizagem de todos os estudantes(Capellini e Zerbato 2019).

Apesar dos resultados positivos, existem desafios para adoção do ensino conjunto. Um dos principais é a necessidade de tempo para o planejamento colaborativo. Os educadores precisam ajustar seus horários e dedicar mais tempo às discussões e ao desenvolvimento de estratégias de ensino eficazes. Além disso, é essencial que os professores recebam formação contínua e estejam mais bem preparados para trabalhar num ambiente de colaboração. A direção escolar tem um papel importante desempenhar para tornar o ensino colaborativo uma realidade, uma vez que cabe aos gestores criar as condições para que os professores trabalhem em colaboração. Isto inclui disponibilização de recursos, a organização de horários compatíveis e apoio contínuo aos educadores.

No seu estudo, os autores Gomes e Barby(2022) relatam casos positivos de ensino colaborativo. O primeiro caso é um exemplo de superação das dificuldades de interação entre um professor de educação especial e um professor do ensino regular. Neste caso, um aluno com perturbação do espectro do autismo, em fase de alfabetização, não distinguia letras e números. Além disso, o professor da sala de aula tinha dificuldades com o planejamento e os métodos de ensino e não tinha formação para trabalhar com alunos especiais.

Na sequência de uma intervenção pedagógica, da colaboração dos professores e do ensino colaborativo, o aluno começou a compreender o sistema de escrita. Com o tempo, o aluno conseguiu aprender a escrever seu próprio nome e começou a participar de várias atividades da turma, das quais anteriormente não fazia parte.

Ele também passou a reconhecer mais colegas de classe através de um álbum de fotografias, o que facilitou uma melhor interação e inclusão com seus colegas. Superar as dificuldades de interação entre o professor de educação especial e o professor de ensino regular é essencial para alcançar uma prática educativa eficaz e bem-sucedida(Gomes e Barby, 2022).

A segunda prática de sucesso descrita por Gomes e Barby(2022) ilustra uma parceria colaborativa que beneficiou a inclusão de um aluno autista na Educação Infantil, conforme desenvolvido por Rabelo e Santos(2011). Nesse contexto, o desafio consistia em promover o

trabalho conjunto entre o professor de educação infantil e o professor de educação especial com um aluno não-verbal e com dificuldades de interação social.

As práticas adotadas envolveram a participação de todos os alunos em atividades lúdicas, sessões de contação de histórias, hora da música, e a implementação de um projeto de intervenção focado na comunicação alternativa do aluno, no aprendizado de atividades rotineiras e na participação ativa da mãe do estudante nesse processo.

Ao final da intervenção, os autores observaram um aumento no repertório de comunicação não-verbal do aluno e tentativas de emitir palavras, além de uma melhora significativa na interação social com seus colegas, sem sinais de sofrimento ou choro. Portanto, os autores consideraram que houve progresso no desenvolvimento das competências sociais, motoras e afetivas do aluno.

O terceiro exemplo de prática bem-sucedida relatado por Gomes e Barby(2022) é o estudo conduzido por Pereira(2017), que envolve duas crianças com Transtorno do Espectro Autista(TEA) matriculadas em uma escola regular. Esses alunos apresentavam, em alguns momentos, inquietação e comportamentos agressivos na sala de aula. Como resultado, não conseguiam completar tarefas sozinhas ou em grupo, tinham dificuldades para permanecer sentados e frequentemente destruíram materiais, além de se agredirem ou agredirem outros. Segundo a autora, as estratégias utilizadas foram focadas na modificação de comportamento, baseadas nos princípios da Análise do Comportamento Aplicada(ABA).

As estratégias apresentadas às professoras regentes no estudo investigado incluíram técnicas para reduzir e eliminar comportamentos inadequados, como o Reforço Diferencial de Comportamento Alternativo(DRA) e o Reforço Diferencial de Comportamento Incompatível(DRI). Para manter ou aumentar os comportamentos positivos, foram usados reforços contínuos, onde cada comportamento adequado era imediatamente reforçado com elogios, e reforços intermitentes. Como resultado, os estudantes demonstraram avanços em habilidades sociais, linguísticas, desenvolvimento motor e repertório acadêmico.

O quarto e último exemplo de prática bem-sucedida destacado por Gomes e Barby(2022) é um estudo realizado com um aluno do ensino fundamental regular, que estava em processo de investigação para Transtorno do Espectro Autista(TEA). Este estudo foi desenvolvido por Teixeira, Paiva e Santos(2018).

Neste caso, o aluno demonstrava comportamentos inadequados para o ambiente escolar, sendo o primeiro caso de TEA(Transtorno do Espectro Autista) na instituição. Em resposta, foi implementada a Consultoria Colaborativa. Esta abordagem envolve todos os agentes educacionais da comunidade escolar, incluindo a equipe gestora, professores do AEE(Atendimento Educacional Especializado) e da sala comum, professor de Educação Física, funcionários, psicólogos, a representante da Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação e a família.

A partir da consultoria, foram definidas a rotina escolar e as adequações curriculares necessárias. Como resultado, esse processo se mostrou eficaz na promoção da inclusão escolar do aluno, bem como em seu desenvolvimento e aprendizagem.

No estado de Santa Catarina, uma prática bem-sucedida de ensino colaborativo envolve a atuação do segundo professor nas escolas regulares. De acordo com Buss e Giacomazzo(2019), a função deste profissional é regulamentada pela Resolução nº 100, de 13

de dezembro de 2016, com o objetivo de apoiar a inclusão. O segundo professor, especialista em educação especial, colabora com o professor titular.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, o papel desse profissional é de corregedor. Já nas turmas dos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, ele atua como colaborador do professor.

A presença do segundo professor é assegurada quando há alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista, deficiência múltipla ou que apresentem dificuldades significativas nas interações sociais e na funcionalidade acadêmica. Além disso, esse apoio é disponibilizado para casos de deficiência física que impliquem comprometimentos motores e dependência em atividades de vida diária.

O uso de tecnologias na educação de todos os alunos é destacado como uma prática eficaz de ensino colaborativo por Buss e Giacomazzo(2019).

As autoras ressaltam que ferramentas como jogos digitais, simuladores, editores de desenho e textos, tradutores, objetos em 3D, alfabetos e números digitais, juntamente com recursos de audiodescrição e vídeos, quando integrados ao ensino pelos professores especializados e regentes de turma, enriquecem significativamente a aprendizagem. Estas tecnologias possibilitam a execução de atividades que, muitas vezes, seriam difíceis ou menos eficazes para os estudantes se realizadas apenas com lápis e papel.

Em todos os casos dos estudos aqui destacados, essas práticas promoveram a inclusão dos alunos, além de aprimorarem a aprendizagem, a interação social, a comunicação, o desenvolvimento da linguagem e as habilidades motoras.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

O ensino colaborativo é uma abordagem que promove a inclusão, especialmente quando são utilizadas boas práticas, valorizando as potencialidades dos estudantes. Isso deve ser pensado e planejado coletivamente por profissionais, incluindo professores do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que reconhecem a realidade e as necessidades dos alunos.

A partir do estudo realizado, é possível destacar algumas considerações sobre o ensino colaborativo, suas boas práticas e a atuação dos profissionais. O ensino colaborativo beneficia todos os estudantes, pois as estratégias planejadas com foco nos alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem são aplicadas a toda a diversidade de alunos presentes, potencializando a aprendizagem e o desenvolvimento de todos.

Os resultados obtidos nesta pesquisa, ao analisar as produções relacionadas ao ensino colaborativo, reforçam a importância do trabalho colaborativo como um promotor efetivo da inclusão, algo historicamente almejado pela sociedade.

Em relação às boas práticas, constatou-se que existem muitas experiências bem-sucedidas de ensino colaborativo que promovem a inclusão escolar. A colaboração entre os profissionais facilita o acesso dos alunos à aprendizagem.

Quando as boas práticas incluem recursos que permitem a acessibilidade, como tecnologias educacionais, isso melhora a participação dos estudantes em todas as atividades escolares, além de aprimorar a comunicação e a interação social.

A atuação dos profissionais, tanto professores do ensino regular quanto do AEE, deve partir de uma compreensão clara do papel de cada um, em uma relação de reciprocidade. Isso envolve lideranças compartilhadas, confiança mútua e responsabilidade conjunta pelo processo de aprendizagem dos alunos.

A definição de objetivos comuns, a execução do planejamento e a avaliação da aprendizagem são funções que devem ser realizadas de maneira conjunta no ensino colaborativo pelos profissionais envolvidos. Os resultados deste estudo, a nível acadêmico, oferecem uma conexão entre a teoria do ensino colaborativo e a prática real, evidenciada em produções e relatos bem-sucedidos sobre o tema. Isso é algo significativo que auxiliará professores e pesquisadores da área.

Além disso, há uma contribuição social importante, já que os dois profissionais que atendem o aluno da educação especial pensam e articulam seu trabalho com foco nas potencialidades e necessidades do estudante, promovendo uma aprendizagem mais eficaz. O estudo também revelou que o ensino colaborativo não é um conceito novo e tem sido discutido por um tempo considerável, com diversas pesquisas abordando o tema. No entanto, ainda há muito a ser explorado e divulgado, especialmente em relação às estratégias de sucesso e boas práticas. Este pode ser visto como uma limitação da pesquisa realizada, devido ao número reduzido de produções específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPELLINI, V. L. M. F. ZERBATO, A. P. O que é o ensino colaborativo. 1º ed. São Paulo: Edicon, 2019.
- DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o ensino colaborativo em educação e revelando seus benefícios. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 213 - 230, 2018.
- ERBEN, E.; MELLO, K. B. DE. (2023). Um estudo sobre as políticas públicas que dão suporte ao Ensino Colaborativo em países como Estados Unidos, Itália e Brasil. *Revista Educação Especial*, 36(1), e10/1–20, 2023.
- GARCIA, R. M. C. Políticas inclusivas da educação global ao local. In: *Educação especial: diálogo e pluralidade*. BAPTISTA, C. CAIADO, K. R. M. JESUS, D. M. (Org.). Porto Alegre: Mediação, 2017, p. 11-23.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOMES, K. M. L. R., & BARBY, A. A. O. M. Co-ensino, ensino colaborativo e docência compartilhada na inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista: uma revisão integrativa. *Educação em Revista*, 23(1), 287-304, 2022.
- BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília: CAPES PROESP, v. 1, p. 43-63, 2018.
- ERBEN, E.; MELLO, K. B. DE. Um estudo sobre as políticas públicas que dão suporte ao Ensino Colaborativo em países como Estados Unidos, Itália e Brasil. *Revista Educação Especial*, 36(1), e10/1–20, 2023.
- FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, D. (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. 1 ed. São Paulo: Summus, 2016. v. 1, p. 85-113.
- LITTLE, J. The Persistence of privacy: autonomy and initiative in teachers' professional relations. *Teachers College Record*, v. 91, n. 4, p. 509 -536, 1990.
- LOPES RIBEIRO GOMES, K. M., & DE OLIVEIRA MACHADO BARBY, A. A. Coensino, ensino colaborativo e docência compartilhada na inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista: uma revisão integrativa. *Educação Em Revista*, 23(1), 287–304, 2022.
- MENDES, E. G. Estratégias inclusivas de escolarização: da teoria à sala de aula. Marília: ABPEE, 2020.
- MENDES, K.D.S., SILVEIRA, R.C.C.P. & GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Revista Texto e Contexto - Enfermagem*, 2008. 17(4), 758 - 764. Doi: 10.1590/S0104-07072008000400018.
- ORRÚ, S. E. O reinventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 46, 2017.
- RODRIGUEZ PAZ, A. C.; LOPES VICTOR, S. Reflexões iniciais sobre a prática colaborativa e a educação

especial. Revista Educação em Questão, 58(55), 2020.

PEREIRA, A. C. S. Ensino colaborativo para aumento de repertório adequado de crianças com autismo em sala de aula. Dissertação. (Mestrado em Educação Especial). Universidade de São Carlos. São Paulo. 2017. Disponível em: <[https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9726?show=full#:~:text=Considerando%20a%20import%C3%A2ncia%20do%20ensino,PAEE\)%20e%20o%20potencial%20do](https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9726?show=full#:~:text=Considerando%20a%20import%C3%A2ncia%20do%20ensino,PAEE)%20e%20o%20potencial%20do)>. Acesso em 01 de Dez. de 2024.

RABELO, L. C. C.; SANTOS, R. T. Ensino colaborativo e a inclusão do aluno com autismo na Educação infantil. VII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial. Anais eletrônicos, p. 1915-1924, 2018.

RODRIGUEZ PAZ, A. C.; LOPES VICTOR, S. Reflexões iniciais sobre a prática colaborativa e a educação especial. Revista Educação em Questão, 58(55), 2020.

SOUSA, I. V. Educação Inclusiva no Brasil: altas habilidades e autismo. Volume 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

**FORMAÇÃO ADEQUADA DOS PROFESSORES PARA LIDAR COM AS
DIFERENÇAS E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**
ADEQUATE TEACHER TRAINING TO DEAL WITH DIFFERENCES AND SPECIAL
EDUCATIONAL NEEDS
FORMACIÓN ADECUADA DEL PROFESORADO PARA ATENDER LAS
DIFERENCIAS Y NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES

Rose de Paula Bilhero
rpbgoncalves@gmail.com

BILHERO, Rose de Paula. **Formação adequada dos professores para lidar com as diferenças e necessidades educacionais especiais.** Revista internacional Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 148 – 156, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Alda Cristina Menezes da Silva - professora.doutoraaldacristina@outlook.com - <http://lattes.cnpq.br/5516227144575732> - <https://orcid.org/0000-0003-4433-9244>

RESUMO

Este artigo realiza um estudo de revisão de literatura sobre a educação inclusiva com ênfase na temática formação adequada dos professores para lidar com as diferenças e necessidades educacionais especiais, identificando estratégias pedagógicas eficazes para a alfabetização desses alunos. O objetivo geral tornou-se imperativo para esse estudo levantar o seguinte problema de pesquisa: como a preparação dos professores pode oportunizar a educação inclusiva objetivos específicos que são: (i) Analisar o que as principais leis trazem sobre a preparação do professor para prover o ensino inclusivo; (ii) investigar o papel do professor como elemento propulsor da inclusão para superação da segregação; (iii) investigar como a preparação dos professores pode contribuir para que a inclusão seja propiciada. Esta pesquisa e revisão de literatura são vistas como uma fonte secundária de coleta de dados, podendo ser caracterizadas como contribuições culturais ou científicas feitas anteriormente sobre um tema, assunto ou problema que possa ser analisado. Os resultados são a capacitação de docentes para a educação inclusiva não é somente um requisito legal, mas também uma obrigação ética e social. Professores adequadamente treinados têm um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades e na formação de uma sociedade mais inclusiva. Conclui-se que é evidente a necessidade de investir na formação de professores ainda nos cursos de licenciatura como estratégia inicial para formar professores capacitados para lidar com as necessidades dos estudantes com deficiências.

Palavras-chave: Formação contínua. Educação. Inclusão.

SUMMARY

This article conducts a literature review study on inclusive education with emphasis on the theme of adequate teacher training to deal with differences and special educational needs, identifying effective pedagogical strategies for teaching literacy to these students. The general objective became imperative for this study to raise the following research problem: how teacher preparation can provide inclusive education; specific objectives are: (i) To analyze what the main laws bring about teacher preparation to provide inclusive education; (ii) to investigate the role of the teacher as a driving element of inclusion to overcome segregation; (iii) to investigate how teacher preparation can contribute to enabling inclusion. This research and literature review are seen as a secondary source of data collection, and can be characterized as cultural or scientific contributions previously made on a theme, subject or problem that can be analyzed. The results are that teacher training for inclusive education is not only a legal requirement, but also an ethical and social obligation. Properly trained teachers play a crucial role in promoting equal opportunities and creating a more inclusive society. It is concluded that there is a clear need to invest in teacher training, even at undergraduate level, as an initial strategy to train teachers who are capable of dealing with the needs of students with disabilities.

Keywords: Continuous training. Education. Inclusion.

RESUMEN

Este artículo realiza un estudio de revisión de la literatura sobre educación inclusiva con énfasis en el tema de la adecuada formación docente para abordar las diferencias y necesidades educativas especiales, identificando estrategias pedagógicas efectivas para la alfabetización de estos estudiantes. El objetivo general se volvió imperativo para este estudio al plantear el siguiente problema de investigación: cómo la preparación docente puede brindar oportunidades para una educación inclusiva. Los objetivos específicos son: (i) Analizar qué son las principales leyes que propician la preparación docente para brindar una educación inclusiva; (ii) investigar el papel

del docente como impulsor de la inclusión para superar la segregación; (iii) investigar cómo la preparación docente puede contribuir a permitir la inclusión. Esta investigación y revisión de la literatura son vistas como una fuente secundaria de recolección de datos, y pueden caracterizarse como contribuciones culturales o científicas realizadas previamente sobre un tema, asunto o problema que puede ser analizado. Los resultados son que formar docentes para una educación inclusiva no es sólo un requisito legal, sino también una obligación ética y social. Los docentes adecuadamente capacitados desempeñan un papel crucial en la promoción de la igualdad de oportunidades y la configuración de una sociedad más inclusiva. Se concluye que existe una clara necesidad de invertir en la formación docente incluso en cursos de pregrado como estrategia inicial para formar docentes calificados para atender las necesidades de los estudiantes con discapacidad.

Palabras clave: Formación continua. Educación. Inclusión.

INTRODUÇÃO

A capacitação dos docentes para trabalhar com diferenças e necessidades especiais, promovendo uma educação inclusiva que vai além da simples integração de crianças com necessidades especiais no ambiente escolar, despertou no meio acadêmico a demanda por estudos sobre como a formação docente pode possibilitar práticas e ações que fomentem uma inclusão autêntica, indo além da simples integração.

O educador inclusivo não busca apagar as diferenças em prol de uma suposta igualdade dos estudantes, tão desejada por aqueles que pregam a uniformidade na escola. Ele observa os variados tons das vozes que formam a classe, incentivando a harmonia, o diálogo, contrapondo-as e complementando-as (Mantoan, 2015, p.79).

Compreende-se que a inclusão vai além da integração, pois além de inserir crianças com necessidades especiais nos espaços, ela garante seu desenvolvimento integral e leva em conta suas particularidades, promovendo o aprendizado coletivo. Este reconhecimento implica em um processo de reparação e reformulação de novas práticas pedagógicas, onde o papel do docente é crucial para reafirmar o ensino inclusivo. Isso é confirmado pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que afirma que o princípio básico da escola inclusiva é que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam apresentar. As instituições de ensino inclusivas precisam identificar e atender às várias necessidades dos seus estudantes, considerando tanto estilos quanto ritmos adequados, alterações organizacionais, táticas de ensino, utilização de recursos e colaborações com a comunidade. Nas escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter todo o suporte adicional que possam necessitar, a fim de garantir uma educação eficaz.

A problemática que norteia este trabalho são: (i) Quais conceitos sobre o processo de ensino na educação inclusiva? (ii) Qual a importância do professor na educação inclusiva? (iii) Como a preparação dos professores pode oportunizar a educação inclusiva?

Portanto, o objetivo geral tornou-se imperativo para esse estudo levantar o seguinte problema de pesquisa: como a preparação dos professores pode oportunizar a educação inclusiva objetivos específicos que são: (i) Analisar o que as principais leis trazem sobre a preparação do professor para prover o ensino inclusivo; (ii) investigar o papel do professor como elemento propulsor da inclusão para superação da segregação; (iii) investigar como a preparação dos professores pode contribuir para que a inclusão seja propiciada.

Assim, justifica-se que a importância do professor de educação infantil e séries iniciais possui um papel de destaque como mediador nesse processo, sendo fundamental a sua

qualificação profissional. A formação continuada do professor deve ser vista pelas escolas de educação básica, e por toda equipe gestora, como fator relevante para construção de práticas inclusivas, tendo em vista as fragilidades da formação inicial dos professores para o atendimento de alunos com deficiência.

A metodologia usada é a revisão de literatura. Não tem como objetivo enumerar e quantificar eventos, mas sim coletar informações descritivas que expressam os significados dos fenômenos. Esta pesquisa seguirá os princípios de uma pesquisa exploratória com abordagem descritiva, realizada através de uma revisão bibliográfica, elaborada a partir de materiais previamente preparados, incluindo livros, revistas, artigos científicos e a internet, relacionados à formação adequada dos professores para lidar com as diferenças e necessidade educacional especial.

A revisão de literatura ajudará na criação de análises, indicando as expectativas do estudo em questão, unindo as informações com o material recolhido e fornecendo diretrizes sobre as práticas implementadas de acordo com os padrões adequados a serem seguidos na educação especial.

REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo nos deteremos à análise de autores que discorrem sobre a perspectiva da educação inclusiva e a elaboração de políticas públicas no Brasil e a importância da formação docente para a educação inclusiva. A inclusão, que visa garantir o direito à educação para todos os alunos, independentemente de suas deficiências, condições socioeconômicas ou culturais, demanda que o docente esteja preparado para lidar com essa diversidade e proporcionar uma educação de qualidade para todos.

O OLHAR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.

Em 1990, em um encontro que contou com a presença de representantes de diversos países, foi elaborada uma declaração que estabelecia o compromisso de promover e assegurar o acesso completo e a permanência e aprendizado na educação a todas as pessoas com deficiência ou NEE, por meio de ações que garantam a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Essa declaração foi adotada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, conhecida como Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Entre as principais características mencionadas, estão: "Ampliar o acesso à educação e fomentar a igualdade; focar no aprendizado; expandir os recursos e a abrangência da educação básica; criar um ambiente propício para o aprendizado; consolidar parcerias(UNESCO, 1990, p. 2).

Portanto, a Educação Inclusiva se baseia na ideia de que a escola deve ser um local que acolha todos, de acordo com suas necessidades e possibilidades educacionais. A escola deve assumir a função de um local de inclusão que vai além da simples matrícula de crianças. A inclusão deve ser evidente nas ações pedagógicas, no processo de ensino-aprendizagem, na interação aluno-professor, no currículo e no Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições de ensino.

A Educação Primária precisa ser inclusiva, visando cumprir uma política de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes regulares dos sistemas educacionais. Isso requer que a capacitação dos docentes das diversas fases da Educação Básica inclua saberes relacionados à educação desses estudantes (Brasil, 2001, p. 25-26).

A Declaração de Salamanca de 1994, que abordou os princípios, políticas e práticas da educação especial, reforçou o compromisso e a necessidade de debater a Educação Para Todos no âmbito da educação regular. A Lei de Salamanca, também conhecida como Declaração de Salamanca, estabelece a urgência e a necessidade de ações no que diz respeito ao ensino e aprendizado de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais, no âmbito da educação básica. Este documento é fruto da "Conferência Mundial sobre Educação para Pessoas com Necessidades Especiais". "Acesso e Qualidade", realizado na Espanha em 1994, contou com a presença de 88 participantes de várias nações e 25 entidades internacionais em Salamanca. Com base nessa declaração, inicia-se um debate acerca das NEE e do processo de inclusão educacional, indo além das questões restritas às deficiências e debatendo a adequação do ambiente escolar para satisfazer essas necessidades.

Assim, as práticas de inclusão escolar são definidas como o planejamento, adaptação e reformulação das práticas pedagógicas, com o objetivo de proporcionar um processo de ensino e aprendizado que possa incluir todos/as com necessidades educacionais, sem qualquer distinção.

O artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no 9.394/1996 estabelece que "a educação engloba os processos formativos que ocorrem na vida familiar, na interação humana, no ambiente de trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, além das expressões culturais". No artigo 3º, inciso I, a constituição assegura o direito à "igualdade de condições para ingresso e permanência na escola".

A educação, como alicerce fundamental para a formação de uma sociedade inclusiva e de um estado democrático, deve garantir o processo de aprendizado para todos os estudantes, proporcionando ambientes e estruturas que satisfaçam as necessidades básicas e educacionais dos estudantes. Esse processo representa um grande desafio tanto pedagógico quanto docente. O artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394/1996, que trata da Educação Especial, trouxe à tona essas discussões. Segundo o artigo, "considera-se educação especial a forma de educação escolar, preferencialmente na rede regular de ensino, destinada a estudantes com necessidades especiais".

Os marcos históricos das legislações brasileiras, manifestos e movimentos políticos relacionados à educação inclusiva são vastos (como a Declaração de Salamanca, a LDB no 9.394/1996). Em cada fase dessas trajetórias, nota-se o afastamento do contexto educacional brasileiro. Sabemos que o processo de inclusão está enraizado no sistema educacional, começando pela reflexão sobre como essas necessidades e oportunidades educacionais são supridas através da formação, qualificação, profissionalização, estrutura e organização das escolas, passando pelo corpo docente até a implementação de ações pedagógicas que alcancem seus objetivos.

Compreendemos que as leis citadas asseguram o direito de todas as crianças à educação formal, sem qualquer tipo de discriminação. De acordo com a LDB, que estabelece a obrigatoriedade do ensino a partir da Educação Infantil aos quatro anos, as crianças devem estar

na primeira série do ensino fundamental aos seis anos de idade. Contudo, essa não é uma realidade no contexto educacional do Brasil, já que o sistema educacional, em muitas situações, ainda se apresenta como um local de exclusão. Portanto, a educação inclusiva precisa assegurar a esses indivíduos um ensino de alto padrão. Para isso, é imprescindível uma estrutura e organização escolar apropriadas, além de professores habilitados para satisfazer as demandas educacionais do público-alvo.

O PAPEL DA CAPACITAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação é vista como um valor essencial na estruturação e formação socioeducacional do indivíduo, favorecendo o crescimento da autonomia e independência dos indivíduos, atuando como base para o desenvolvimento humano ao longo dos anos.

Ao se envolver com a escrita e a leitura, aprendendo a entender os sistemas de escrita numérica e alfabética, a pessoa se torna mais participativa e integrada à cultura de sua comunidade.

A escola e seus professores precisam considerar e ponderar sobre certas atitudes no ambiente escolar. A escola, juntamente com seus profissionais de educação, não pode criar currículos e programas educacionais que favoreçam apenas uma parte da nossa sociedade, seja em termos econômicos ou em termos de capacidades físicas e cognitivas. Precisamos de currículos e programas que ofereçam uma educação de qualidade focada nas necessidades dos estudantes que estão no contexto escolar(Oliveira, 2017, p. 1).

Para a prática pedagógica no contexto da diversidade, é imprescindível estabelecer um trabalho com redes de interações. Reuniões de conhecimentos, habilidades, reflexões, metodologias, táticas de ensino, recursos e perspectivas avaliativas, pois, dessa maneira, formaremos sujeitos coletivos. Estamos na era da tradução, ou seja, o momento de estabelecer diálogos entre os diversos saberes e vivências disponíveis neste mundo tão diverso e complexo(Santos, 2007).

Neste contexto, a lei garante e fundamenta a obrigação do Estado de oferecer educação de alta qualidade e sem custo para todos, além de proporcionar mecanismos para que o sistema educacional seja um ambiente socialmente inclusivo. No entanto, a realidade nas escolas está muito longe do ideal. O ambiente educacional e seu sistema são excludentes, e todos aqueles que não se adequam ao perfil considerado "normal" passam ou experimentam o processo de exclusão.

A Educação Inclusiva representa um novo modelo educacional que possibilita o ingresso e a permanência de todos os estudantes, substituindo os métodos de seleção e discriminação anteriormente empregados por métodos de identificação e eliminação de obstáculos ao aprendizado. Para se tornar inclusiva, a escola deve capacitar seus docentes e a equipe de administração, além de revisar os métodos de interação em vigor entre todos os segmentos que a constituem e que nela atuam. É necessário reforçar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, metodologias e táticas de ensino, além de suas práticas de avaliação. Para receber todos os estudantes, é essencial que a escola modifique suas intenções e escolhas curriculares, proporcionando um ensino personalizado que promova o crescimento e a inclusão social(Glat,2019, p. 16).

Todo esse caminho histórico tornou-se um marco significativo na batalha pela obtenção de direitos relacionados à educação inclusiva. Além da aprovação de leis, elaboração de projetos e diretrizes curriculares, é crucial considerar a capacitação dos professores como uma ferramenta crucial nesse processo. A questão principal nas discussões sobre educação inclusiva é qual é a função do educador nesse processo de incluir e expandir suas práticas pedagógicas, visando auxiliar no processo de ensino e aprendizado do estudante com necessidades educacionais.

Assim, fica evidente a necessidade de uma transformação no sistema educacional vigente para viabilizar propostas e projetos de educação inclusiva, favorecendo e incentivando o compromisso de assegurar oportunidades educacionais aos grupos marginalizados. Esse compromisso é estabelecido por leis que asseguram que a educação inclusiva no sistema de ensino deve implementar ações, estratégias, ferramentas e práticas educacionais que promovam a inclusão de todos no processo de ensino e aprendizado em condições justas. Além disso, enfatiza-se a relevância da formação contínua, uma vez que ela permite aos educadores desenvolver habilidades qualitativas no processo de ensino e aprendizagem.

A capacitação contínua do educador no cenário especial e inclusivo tem como objetivo a habilidade de refletir sobre os eventos e a trajetória das pessoas com necessidades educacionais especiais. Analisa-se como era comum na Antiguidade a eliminação de indivíduos tidos como "deficientes", pois se acreditava que eram inúteis para a convivência social(Oliveira, 2017, p.4).

É crucial refletir sobre a formação do professor e os desafios pedagógicos para reconsiderar a formação e qualificação clássica e universal do método pronto para educar e ensinar. É necessário questionar e problematizar como o professor não está preparado para lidar com estudantes com necessidades e possibilidades educacionais especiais, além de desenvolver metodologias de ensino que incluam diversas formas de aprendizado. Para uma estrutura escolar baseada na inclusão, é imprescindível planejar e criar práticas educativas fundamentadas no trabalho do professor que desenvolva ações pedagógicas inclusivas. Nesse contexto, Correia(2008, p. 28) ressalta que os educadores, professores e auxiliares de ação educativa precisam de uma formação específica que lhes permita identificar minimamente as dificuldades apresentadas pelos seus estudantes, quais estratégias devem ser levadas em conta para resolvê-las e qual o papel que as novas tecnologias devem ter nesses cenários.

A capacitação dos professores deve oferecer um conhecimento amplo, para que possam desenvolver sua prática pedagógica de maneira a atender às necessidades de crianças que possuem características únicas em seu desenvolvimento educacional. Para que isso ocorra, também precisamos considerar a forma como os currículos de formação inicial nas universidades são estruturados, visando oferecer aos futuros professores experiências que vão além da teoria.

Os programas de formação de professores deveriam fornecer elementos pedagógicos e orientar os profissionais em formação para que, no exercício da docência, elaborem instrumentos educativos que atendam às diversas necessidades de aprendizado e incluam estudantes com deficiência no processo de ensino e aprendizado. É crucial refletir sobre a estrutura desses programas nos cursos de licenciaturas.

A inclusão deve ser incorporada nas rotinas diárias das escolas. Portanto, as atividades pedagógicas devem ser realizadas com o objetivo de estabelecer um ambiente educacional que

favoreça a inclusão mais ampla dos estudantes com necessidades educacionais. Portanto, cabe aos professores planejar e desenvolver ações, métodos e táticas pedagógicas com o objetivo de estabelecer valores éticos e morais que auxiliem no processo de inclusão.

Nessa visão, é inviável discutir um sistema educacional que inclua sem examinar e criticar construtivamente as propostas e táticas pedagógicas empregadas pelos educadores, para verificar se proporcionam aos indivíduos a verdadeira sensação de inclusão. Assim, é essencial considerar uma formação continuada para professores no processo de ensino e aprendizado.

Questionar e exigir projetos e programas de capacitação de professores que incluam o público com necessidades educativas de aprendizagem transcende a esfera educacional. É ver essas pessoas como coadjuvantes e protagonistas na sociedade, com o objetivo de torná-las sujeitos críticos, ativos e participativos em sua interação social. Contudo, para que tudo isso aconteça, é imprescindível um processo contínuo de formação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A lei brasileira determina que a educação inclusiva é um direito universal de todos os alunos, sem distinção. Isso implica que todas as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, devem assegurar que estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) ou outras necessidades especiais tenham uma educação inclusiva e de alto padrão.

O Decreto nº 7.611/11 estabelece as diretrizes para a educação especial, uma forma de educação inclusiva. O decreto estabelece que a educação especial deve ser disponibilizada, de preferência, no sistema de ensino regular, e que as instituições de ensino devem dispor de ferramentas pedagógicas e tecnológicas para assegurar a inclusão de alunos com deficiência ou outras necessidades especiais.

A educação inclusiva está ganhando cada vez mais relevância na sociedade contemporânea e a capacitação dos professores é essencial para a realização deste processo. Contudo, frequentemente a capacitação dos docentes não é apropriada para gerir a diversidade dos alunos e satisfazer as demandas de inclusão.

Nas instituições de ensino, diversos docentes afirmam que a formação inicial e contínua não abrange de maneira adequada a sua capacitação para as práticas pedagógicas requeridas para gerir a diversidade dos alunos da educação inclusiva. Ademais, a ausência de recursos pedagógicos e tecnológicos apropriados pode complicar a inclusão de todos os alunos nas classes convencionais. É crucial que os docentes tenham acesso a recursos e materiais que possam respaldar suas práticas de ensino inclusivas, tais como jogos didáticos, tecnologias de assistência, livros e outros recursos que possam ser ajustados conforme as demandas dos alunos.

É crucial destacar que essa diretriz estabelece que apenas a formação especializada é requerida para profissionais que atuarão em salas de atendimento especializado, isto é, para professores contratados para atuar em salas de recursos multifuncionais ou em salas de atendimento educacional especializado (AEE), além das denominadas professoras de suporte.

Por meio do treinamento contínuo, os docentes de salas de aula regulares podem se atualizar sobre as práticas pedagógicas, as novas metodologias, as teorias educacionais avançadas e o uso de recursos tecnológicos nos ambientes de ensino. Ademais, a capacitação contínua permite expandir o conhecimento dos docentes, habilitando-os a responder de forma mais eficaz às demandas dos alunos. As teorias educacionais, metodologias e tecnologias estão

em constante evolução, tornando crucial que os docentes se mantenham atualizados para assegurar a qualidade do ensino e a efetiva aprendizagem dos alunos que estão inscritos na sala de aula regular(Imbernón, 2022).

A capacitação de docentes para a educação inclusiva não é somente um requisito legal, mas também uma obrigação ética e social. Professores adequadamente treinados têm um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades e na formação de uma sociedade mais inclusiva. Assim, é crucial investir na capacitação constante dos professores, habilitando-os a estabelecer ambientes de ensino onde todos os estudantes possam se desenvolver, sem considerar suas diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos estabelecidos para este estudo, focados principalmente na capacitação de professores para a educação inclusiva, oferecer estratégias pedagógicas específicas e métodos adaptados de ensino, a disciplina capacita os professores a atender às necessidades variadas dos alunos. Isso é essencial para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais. O foco na inclusão não se limita apenas a alunos com necessidades educacionais especiais, mas abrange a promoção de ambientes de aprendizado que beneficiem a todos.

Esta não é uma situação remota no contexto educacional do Brasil. A ausência de formação adequada para a educação inclusiva é uma realidade para muitos professores que trabalham na área educacional há anos e que, durante sua formação acadêmica, não se aprofundaram no tema. Isso ocorre porque a formação inicial não é adequada para aprofundar essas discussões. Portanto, é crucial que as redes forneçam esses recursos formativos, através de cursos de capacitação, além de desenvolver e consolidar políticas públicas já existentes de educação continuada.

É evidente a necessidade de investir na formação de professores ainda nos cursos de licenciatura como estratégia inicial para formar professores capacitados para lidar com as necessidades dos estudantes com deficiências. Essas são medidas inclusivas, que buscam assegurar que o ambiente escolar seja um local de oportunidades de crescimento para todos, assegurando a permanência dos estudantes que pertencem a um grupo historicamente marginalizado. A formação contínua deve orientar os professores a ajustar suas metodologias e ações de acordo com as necessidades educacionais dos alunos, com o objetivo de assegurar a inclusão que vai além da estrutura e organização das escolas, assegurando um aprendizado efetivo e a satisfação das necessidades individuais para que esses alunos se sintam verdadeiramente incluídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em 16 de dezembro de 2024.

GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro:7Letras, 2019

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: o que é? por quê? e como fazer? Integração ou inclusão? Cap.1. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 522-545, março de 2017. ISSN:2448-0959

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, Therezinha Guimarães; Porto Alegre: Artmed, 2001. UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 1994.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INTERSEÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR COM DIVERSIDADE E TECNOLOGIA

INCLUSIVE EDUCATION: THE INTERSECTION OF SCHOOL MANAGEMENT WITH
DIVERSITY AND TECHNOLOGY

EDUCACIÓN INCLUSIVA: LA INTERSECCIÓN DE LA GESTIÓN ESCOLAR CON LA
DIVERSIDAD Y LA TECNOLOGÍA

Lourdes Fortuna Santos Brabec
fortunabrabec@hotmail.com

BRABEC, Lourdes Fortuna Santos. **Educação Inclusiva: A intersecção da gestão escolar com diversidade e tecnologia.** Revista internacional Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 157 – 163, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Santos de Farias

RESUMO

A gestão escolar desempenha um papel fundamental na criação de ambientes educacionais que promovem a inclusão e a eficácia pedagógica em um cenário cada vez mais diversificado e tecnológico. Este artigo explora como a gestão escolar pode integrar os princípios da diversidade e da tecnologia para promover uma educação de qualidade. A diversidade nas escolas, que abrange diferenças culturais, socioeconômicas e necessidades especiais, exige práticas inclusivas que garantam equidade e acessibilidade. A tecnologia, por sua vez, oferece ferramentas que permitem a personalização do ensino e a adaptação das metodologias pedagógicas. A gestão escolar deve implementar políticas e práticas que promovam a inclusão e a formação contínua dos professores, além de integrar tecnologias de forma eficaz. O artigo destaca a importância de uma abordagem estratégica e bem planejada para maximizar os benefícios da diversidade e da tecnologia na educação.

Palavras-chave: Gestão escolar. Diversidade. Tecnologia. Inclusão. Educação.

SUMMARY

School management plays a crucial role in creating educational environments that promote inclusion and pedagogical effectiveness in an increasingly diverse and technological landscape. This article explores how school management can integrate the principles of diversity and technology to enhance the quality of education. Diversity in schools, encompassing cultural, socioeconomic, and special needs differences, demands inclusive practices that ensure equity and accessibility. Technology, on the other hand, provides tools that allow for personalized teaching and adaptation of pedagogical methodologies. School management must implement policies and practices that foster inclusion and ongoing teacher training, as well as effectively integrate technology. The article emphasizes the importance of a strategic and well-planned approach to maximize the benefits of diversity and technology in education.

Keywords: School management. Diversity. Technology. Inclusion. Education.

RESUMEN

La gestión escolar juega un papel crucial en la creación de entornos educativos que promuevan la inclusión y la eficacia pedagógica en un contexto cada vez más diverso y tecnológico. Este artículo explora cómo la gestión escolar puede integrar los principios de la diversidad y la tecnología para mejorar la calidad educativa. La diversidad en las escuelas, que abarca diferencias culturales, socioeconómicas y necesidades especiales, requiere prácticas inclusivas que garanticen equidad y accesibilidad. La tecnología, por su parte, ofrece herramientas que permiten la personalización del aprendizaje y la adaptación de las metodologías pedagógicas. La gestión escolar debe implementar políticas y prácticas que fomenten la inclusión y la formación continua de los docentes, así como integrar la tecnología de manera eficaz. El artículo destaca la importancia de un enfoque estratégico y bien planificado para maximizar los beneficios de la diversidad y la tecnología en la educación.

Palabras clave: Gestión escolar. Diversidad. Tecnología. Inclusión. Educación.

INTRODUÇÃO

A gestão escolar é um fator determinante na criação de ambientes educacionais que promovem a inclusão e a eficácia pedagógica em um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico. A integração dos princípios da diversidade e da tecnologia na gestão escolar não é apenas uma necessidade moderna, mas um imperativo para garantir que todos os alunos recebam uma educação de qualidade. Esses princípios estão interligados e têm um impacto significativo no modo como o ensino é planejado, implementado e avaliado.

Para entender a proposta três questões norteiam este estudo: (i) como a gestão escolar pode promover a inclusão de alunos com diferentes necessidades e origens por meio do uso de tecnologias assistivas e recursos digitais? (ii) De que maneira a formação continuada de professores e gestores pode influenciar a eficácia da educação inclusiva em ambientes escolares diversos? (iii) quais são os desafios e oportunidades que a tecnologia apresenta para a promoção de uma cultura escolar inclusiva e respeitosa à diversidade? Essas questões surgem como ponto de partida para discussões sobre a educação inclusiva na interseção com a gestão escolar, diversidade e tecnologia.

Por sua vez, o objetivo geral é promover a educação inclusiva por meio da interseção da gestão escolar, diversidade e tecnologia, visando garantir um ambiente educacional acessível e equitativo para todos os alunos, respeitando suas singularidades e potencializando suas aprendizagens.

Seguido dos objetivos específicos: (i) implementar programas de formação contínua para professores e gestores escolares, focando em práticas pedagógicas inclusivas que integrem a diversidade e o uso de tecnologias assistivas; (ii) identificar e disponibilizar ferramentas tecnológicas que favoreçam a inclusão de alunos com diferentes necessidades, garantindo que todos tenham acesso, a conteúdos e atividades educacionais de forma igualitária e (iii) estimular a participação ativa de alunos, famílias e comunidade na construção de um ambiente inclusivo, promovendo a conscientização sobre a diversidade e a importância da inclusão no contexto escolar.

Nesse sentido, entende-se que a diversidade nas escolas refere-se à presença e ao reconhecimento de diferentes origens culturais, socioeconômicas, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais especiais dos alunos. A diversidade enriquece o ambiente educacional, mas também apresenta desafios que requerem uma abordagem cuidadosa e estratégica por parte da gestão escolar.

Segundo Silva e Santos (2022), uma abordagem inclusiva deve ir além da simples aceitação das diferenças e deve promover práticas que garantam a equidade e a acessibilidade para todos os alunos. Isso implica a adaptação do currículo, a criação de ambientes seguros e acolhedores e a promoção de uma cultura escolar que valorize e respeite as diferenças individuais.

A tecnologia, por sua vez, tem o potencial de transformar significativamente o ensino e a aprendizagem. Ferramentas tecnológicas, como plataformas de e-learning, aplicativos educacionais e recursos digitais, oferecem novas oportunidades para personalizar a aprendizagem e melhorar o engajamento dos alunos.

Bates(2021) argumenta que a integração da tecnologia pode facilitar a criação de experiências de aprendizagem mais dinâmicas e adaptativas, permitindo que os professores ajustem o conteúdo e as metodologias de ensino às necessidades específicas de cada aluno.

No entanto, a implementação eficaz dessas ferramentas requer uma gestão escolar que compreenda a importância da formação contínua dos professores e da adequação das tecnologias ao contexto educacional.

A interação entre diversidade e tecnologia apresenta um campo fértil para a inovação educacional. A utilização de tecnologias para atender a diferentes estilos de aprendizagem e necessidades pode promover uma educação mais personalizada e inclusiva. Costa e Almeida(2022) ressaltam que a personalização do ensino por meio de tecnologias digitais não apenas melhora a acessibilidade ao conteúdo, mas também apoia o desenvolvimento de competências digitais essenciais para o século XXI.

Neste contexto, justifica-se que a gestão escolar desempenha um papel crucial na criação de um ambiente que não apenas integra a diversidade e a tecnologia, mas que também busca alinhar essas práticas com os objetivos educacionais da instituição.

A metodologia usada é a inclusiva que requer um compromisso contínuo da equipe escolar e da comunidade. Para Gil(2021), a gestão escolar deve ser flexível e aberta a inovações, com o objetivo de garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando sua diversidade e utilizando a tecnologia como uma ferramenta de apoio ao aprendizado. Essa abordagem não apenas enriquece o ambiente escolar, mas também prepara os alunos para um mundo diverso e em constante transformação.

REVISÃO DA LITERATURA

AS DIVERSIDADES DO AMBIENTE ESCOLAR

A diversidade no ambiente escolar refere-se à variação entre alunos em termos de origens culturais, necessidades especiais, estilos de aprendizagem e contextos socioeconômicos. Segundo Silva e Santos(2022), uma abordagem inclusiva à diversidade é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação equitativa e de qualidade. A gestão escolar deve criar políticas e práticas que reconheçam e respeitem essas diferenças, promovendo um ambiente onde todos os alunos possam prosperar.

Para atender às diversas necessidades dos alunos, a gestão escolar deve implementar práticas inclusivas que envolvem a adaptação do currículo e a formação contínua dos professores. De acordo com Freire e Almeida(2023), a personalização do ensino é uma estratégia eficaz para lidar com a diversidade.

Isso pode incluir a modificação dos materiais didáticos, a criação de atividades que atendam a diferentes estilos de aprendizagem e a adaptação das avaliações para refletir as diversas formas de expressão dos alunos.

A adaptação curricular é uma prática essencial para atender a uma sala de aula diversificada. Imbernón(2020) destaca que o currículo deve ser flexível e capaz de responder às necessidades individuais dos alunos. Isso envolve o uso de diferentes métodos de ensino, materiais didáticos variados e avaliações adaptadas.

A gestão escolar deve garantir que o currículo seja ajustado para atender às necessidades de todos os alunos, proporcionando um ambiente educacional inclusivo e acessível.

A formação contínua dos professores é crucial para a implementação de práticas inclusivas. De acordo com Costa e Almeida(2022), os programas de desenvolvimento profissional devem abordar técnicas pedagógicas para o ensino de alunos diversos, bem como a consciência cultural e a gestão de sala de aula. A gestão escolar deve assegurar que os professores recebam treinamento adequado e contínuo para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz.

A criação de uma cultura escolar que valorize e respeite a diversidade é fundamental para a promoção da inclusão. Almeida e Lima(2020) afirmam que a gestão escolar deve implementar políticas e práticas que incentivem a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar. Isso pode incluir a criação de comitês de diversidade, a realização de eventos culturais e a promoção de iniciativas que celebrem as diferenças e promovam a inclusão.

As políticas de inclusão devem abordar questões de acessibilidade, discriminação e apoio a alunos com necessidades especiais. Segundo Silva e Santos(2022), essas políticas devem ser claras e bem comunicadas, com mecanismos de monitoramento para garantir sua efetividade.

A gestão escolar deve garantir que as políticas sejam implementadas de maneira consistente e que todos os membros da comunidade escolar estejam cientes e comprometidos com a promoção da inclusão.

A participação ativa da comunidade escolar é essencial para criar um ambiente inclusivo. De acordo com Freire e Almeida(2023), a gestão deve envolver pais, alunos e outros membros da comunidade no desenvolvimento e na implementação de práticas inclusivas. Isso pode incluir reuniões regulares para discutir questões de diversidade e a promoção de iniciativas que envolvam a colaboração entre diferentes partes interessadas.

A TECNOLOGIA E FERRAMENTAS QUE PROMOVEM O ENGAJAMENTO

A tecnologia oferece uma ampla gama de ferramentas que podem enriquecer a experiência educacional e facilitar a personalização do ensino. Bates(2021) destaca que plataformas de e-learning, aplicativos educacionais e recursos digitais permitem que os professores adaptem o ensino às necessidades individuais dos alunos. Essas ferramentas podem melhorar o engajamento dos alunos e fornecer suporte adicional para o aprendizado.

Plataformas de e-learning, como Moodle e Google Classroom, facilitam a gestão de cursos e a interação entre alunos e professores. Imbernón(2020) afirma que essas plataformas permitem que os professores compartilhem materiais, realizem avaliações e ofereçam feedback de forma eficiente. A gestão escolar deve garantir que os professores estejam capacitados para utilizar essas ferramentas e integrá-las ao planejamento pedagógico.

Recursos digitais e aplicativos educacionais oferecem suporte adicional ao ensino e podem incluir desde jogos educativos até vídeos interativos. Costa e Almeida(2022) destacam que a utilização desses recursos pode ajudar a atender diferentes estilos de aprendizagem e proporcionar uma experiência educacional mais envolvente. A gestão escolar deve promover o uso desses recursos de forma que complemente o currículo e atenda às necessidades dos alunos.

A tecnologia desempenha um papel importante na promoção da acessibilidade para alunos com necessidades especiais. Almeida e Lima(2020) afirmam que ferramentas como softwares de leitura e escrita e dispositivos de comunicação assistiva são fundamentais para garantir que todos os alunos possam participar plenamente das atividades escolares.

A gestão escolar deve integrar essas tecnologias no planejamento educacional para facilitar o acesso ao currículo. Softwares de leitura e escrita, como o JAWS e o Kurzweil, ajudam alunos com deficiência visual ou dificuldades de aprendizagem a acessar o conteúdo de forma mais eficiente. Pimenta e Lima(2021) afirmam que esses softwares podem converter texto em fala e oferecer suporte adicional para a escrita, permitindo que os alunos participem ativamente das atividades escolares.

Dispositivos de comunicação assistiva ajudam alunos com dificuldades de comunicação a interagir com os outros e expressar suas necessidades e ideias. De acordo com Freire e Almeida(2023), esses dispositivos devem ser integrados ao planejamento educacional para garantir que todos os alunos possam participar plenamente das atividades escolares.

Para utilizar a tecnologia de forma eficaz, é essencial que os educadores recebam formação adequada. Silva e Santos(2021) afirmam que a formação deve incluir treinamento em ferramentas tecnológicas, criação de recursos digitais e integração dessas ferramentas no planejamento pedagógico. A gestão escolar deve apoiar essa formação, garantindo que os professores estejam preparados para utilizar a tecnologia de maneira eficaz e adaptá-la às suas práticas pedagógicas.

A capacitação dos professores em ferramentas tecnológicas deve abranger o uso de plataformas de e-learning, aplicativos educacionais e outros recursos digitais. Bates(2021) destaca que a formação deve ser prática e focada em como as ferramentas podem ser utilizadas para melhorar o ensino e a aprendizagem. A gestão escolar deve proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional para ajudar os professores a integrar essas tecnologias de forma eficaz.

A integração da tecnologia no planejamento pedagógico envolve a utilização de ferramentas digitais para criar atividades de ensino e avaliação adaptadas às necessidades dos alunos. Costa e Almeida(2022) afirmam que os professores devem aprender a incorporar a tecnologia nas atividades de ensino e a avaliar seu impacto no aprendizado dos alunos.

A gestão escolar deve apoiar essa integração, oferecendo recursos e formação para garantir que a tecnologia seja utilizada de maneira eficaz. A tecnologia pode ser usada para personalizar o ensino e atender às necessidades diversificadas dos alunos. Softwares adaptativos e plataformas de aprendizagem baseadas em dados permitem que os professores ajustem o conteúdo e as instruções conforme o progresso dos alunos. Bates(2021) destaca que a personalização do ensino é um benefício significativo da tecnologia, ajudando a atender as diferentes necessidades e estilos de aprendizagem presentes em uma sala de aula diversificada.

Softwares adaptativos e plataformas de dados oferecem recursos para monitorar o progresso dos alunos e ajustar o ensino de acordo com suas necessidades individuais. Silva e Santos(2021) afirmam que essas ferramentas permitem que os professores ofereçam instruções diferenciadas e adaptadas, promovendo uma abordagem mais personalizada e eficaz para o ensino.

Tecnologias como jogos educacionais, vídeos interativos e simulações podem ser utilizadas para atender a diferentes estilos de aprendizagem e promover uma experiência

educacional mais envolvente. Imbernón(2020) destaca que a utilização dessas tecnologias pode ajudar a manter os alunos engajados e motivados, oferecendo oportunidades para a prática e a aplicação de conhecimentos em contextos variados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a gestão escolar seja uma peça-chave na construção de ambientes educacionais que promovem tanto a inclusão quanto a inovação. O entrelaçamento dos princípios da diversidade e da tecnologia é fundamental para a criação de um sistema educacional que não só reconhece, mas também valoriza as diferenças entre os alunos e utiliza ferramentas modernas para aprimorar a aprendizagem. Este artigo abordou a importância desses princípios e discutiu como a gestão escolar pode efetivamente implementá-los para melhorar a qualidade da educação.

A diversidade nas escolas representa uma riqueza cultural e intelectual que, quando bem gerida, pode enriquecer a experiência educacional de todos os alunos. Contudo, para que essa diversidade seja efetivamente integrada, a gestão escolar precisa adotar estratégias que promovam a inclusão e a equidade. A adaptação do currículo e das metodologias de ensino é essencial para atender às variadas necessidades dos alunos. Como discutido, a personalização do ensino e a implementação de práticas inclusivas, como a adaptação dos materiais didáticos e a formação contínua dos professores, são cruciais para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Além disso, é fundamental que as políticas de inclusão sejam claras e bem comunicadas, e que a comunidade escolar, incluindo pais e alunos, esteja envolvida no processo. A criação de um ambiente escolar que valoriza a diversidade e promove a participação ativa de todos os membros é um passo importante para garantir que as práticas inclusivas sejam bem-sucedidas e sustentáveis.

A tecnologia, por sua vez, oferece ferramentas poderosas que podem transformar a prática pedagógica e facilitar uma educação mais personalizada e envolvente. A integração de plataformas de e-learning, aplicativos educacionais e recursos digitais permite que os professores ajustem o conteúdo e as estratégias de ensino de acordo com as necessidades individuais dos alunos. No entanto, para que essas tecnologias sejam utilizadas de forma eficaz, é essencial que a gestão escolar assegure a formação adequada dos educadores e o suporte contínuo na implementação dessas ferramentas.

A formação dos professores deve incluir o treinamento em novas tecnologias e a integração dessas ferramentas no planejamento pedagógico. É necessário que os educadores estejam capacitados não apenas para usar as tecnologias, mas também para avaliá-las e adaptá-las de acordo com as necessidades dos alunos. Além disso, a gestão escolar deve promover uma cultura de inovação e adaptação, incentivando o uso criativo e eficaz da tecnologia para melhorar a aprendizagem.

A interseção entre diversidade e tecnologia oferece uma oportunidade única para desenvolver práticas educacionais que atendam às necessidades variadas dos alunos e promovam um ensino mais inclusivo. A utilização de tecnologias adaptativas e recursos digitais pode ajudar a personalizar o aprendizado e oferecer suporte adicional a alunos com diferentes estilos de aprendizagem e necessidades especiais. A gestão escolar deve buscar integrar essas

tecnologias de forma a complementar e reforçar as práticas inclusivas, garantindo que todos os alunos possam se beneficiar dos avanços tecnológicos.

Apesar dos benefícios potenciais, a implementação eficaz desses princípios apresenta desafios. A gestão escolar precisa enfrentar questões como a resistência à mudança, a falta de recursos e a necessidade de formação contínua. No entanto, superando esses desafios e adotando uma abordagem estratégica e bem planejada, as escolas podem criar ambientes educacionais que são verdadeiramente inclusivos e tecnologicamente avançados.

Olhar para o futuro, é importante que a gestão escolar continue a se adaptar e a evoluir, acompanhando as tendências emergentes e as melhores práticas na área da educação. A integração bem-sucedida da diversidade e da tecnologia não é um objetivo estático, mas um processo contínuo que exige reflexão constante e aprimoramento.

Em conclusão, a gestão escolar que incorpora os princípios da diversidade e da tecnologia está melhor equipada para oferecer uma educação de qualidade que atende às necessidades de todos os alunos. Ao promover um ambiente inclusivo e ao aproveitar as oportunidades oferecidas pela tecnologia, as escolas podem preparar melhor seus alunos para os desafios do século XXI e garantir que todos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. & Lima, J. (2020). Políticas de Inclusão na Educação: Desafios e Perspectivas. Editora Universitária.
- BATES, T. (2021). Teaching in a Digital Age: Guidelines for Designing Teaching and Learning. BCcampus.
- COSTA, A. & ALMEIDA, R. (2022). Tecnologia Educacional e Práticas Inclusivas: O Futuro da Educação. Editora Educacional.
- FREIRE, P. & ALMEIDA, D. (2023). Diversidade e Inclusão: Estratégias para uma Educação Equitativa. Editora Acadêmica.
- IMBERNÓN, F. (2020). Formação Docente e Inovação Pedagógica. Editora Educativa.
- PIMENTA, S. & LIMA, T. (2021). Tecnologias Assistivas e Acessibilidade: Avanços e Aplicações na Educação. Editora de Tecnologia Educacional.
- SILVA, A. & SANTOS, M. (2022). Inclusão e Diversidade no Contexto Escolar: Abordagens e Práticas. Editora Universitária.
- SMITH, J. (2019). Innovative Approaches to Educational Management: Leveraging Diversity and Technology. Springer.
- WILLIAMS, K. & BROWN, L. (2024). Educational Equity and Technology Integration: Best Practices and Future Directions. Routledge.
- REVISTA INTERNACIONAL DE PESQUISA APLICADA EM CIÊNCIAS SOCIAIS- COMPETÊNCIA CULTURAL NA EDUCAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A INCLUSÃO E A CONSCIÊNCIA DA DIVERSIDADE. Disponível em: www.fepbl.com/index.php/ijarss. Acesso em: 01/12/24.
- EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2024/03/15/educacao-inclusiva-estrategias-pedagogicas/> Acesso em 02/12/24.

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA APRENDIZAGEM
MATEMÁTICA: ESTUDO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS QUE
FAVORECEM A RECONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO POR
ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.**

INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN MATHEMATICS LEARNING: A STUDY ON INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES THAT FOSTER THE RECONSTRUCTION OF MATHEMATICAL KNOWLEDGE FOR STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS.

INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDADES EN EL APRENDIZAJE DE LAS MATEMÁTICAS: UN ESTUDIO SOBRE PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS QUE FAVORECEN LA RECONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO MATEMÁTICO EN ESTUDIANTES CON NECESIDADES ESPECIALES.

Marcos Antonio Freitas Nobre
marquinhosig@hotmail.com

NOBRE, Marcos Antonio Freitas. **Inclusão de alunos com deficiência na aprendizagem matemática: Estudo sobre práticas pedagógicas inclusivas que favorecem a reconstrução do conhecimento matemático por alunos com necessidades especiais.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 164 – 174, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Guimarães Junior - Profjrc65@hotmail.com

RESUMO

Este estudo investiga as práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Matemática voltadas para alunos com deficiência, com foco na reconstrução do conhecimento e na promoção da equidade educacional. O objetivo central é identificar estratégias eficazes que integrem metodologias ativas, tecnologias educacionais e adaptações curriculares, favorecendo o aprendizado e a inclusão desses estudantes no ambiente escolar. A pesquisa busca compreender como essas práticas podem superar barreiras de acesso e proporcionar um aprendizado significativo em contextos de diversidade. A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, fundamentada em uma revisão bibliográfica de autores como Mantoan (2021), Kishimoto (2019) e Moura (2023), além da análise de estudos recentes sobre inclusão educacional. A pesquisa também inclui entrevistas semiestruturadas com professores e gestores escolares, objetivando identificar os desafios e oportunidades na implementação de estratégias inclusivas. Os dados coletados serão analisados com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo a categorização de boas práticas e dificuldades enfrentadas. Os resultados esperados indicam que práticas pedagógicas inclusivas, como o uso de manipulativos concretos, jogos educativos e plataformas digitais adaptativas, podem melhorar significativamente o desempenho de alunos com deficiência em Matemática. Essas estratégias também promovem o engajamento e a autoestima dos estudantes, criando um ambiente mais acolhedor e equitativo. Além disso, a formação docente contínua e o suporte tecnológico são destacados como elementos indispensáveis para a implementação eficaz dessas práticas. Do ponto de vista social, a inclusão educacional vai além do desempenho acadêmico, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Políticas públicas que incentivem a formação de professores, a acessibilidade tecnológica e a criação de materiais adaptados são fundamentais para ampliar o alcance das estratégias inclusivas. Este estudo busca não apenas propor soluções práticas, mas também fomentar o debate sobre a necessidade de transformação estrutural no sistema educacional para garantir que nenhum aluno seja deixado para trás. Assim, as práticas pedagógicas inclusivas representam um caminho promissor para transformar a educação em um instrumento de equidade e desenvolvimento integral. Elas têm o potencial de impactar positivamente diferentes contextos educacionais, promovendo uma educação mais dinâmica, significativa e inclusiva.

Palavras-chave: Matemática. Inclusão. Práticas Pedagógicas. Equidade.

SUMMARY

This study investigates inclusive pedagogical practices in Mathematics teaching, focusing on students with disabilities and emphasizing the reconstruction of knowledge and the promotion of educational equity. The main objective is to identify effective strategies that integrate active methodologies, educational technologies, and curricular adaptations, fostering learning and inclusion within diverse school environments. The research aims to understand how these practices can overcome access barriers and provide meaningful learning experiences.

The methodology is qualitative and exploratory, grounded in a bibliographic review of authors such as Mantoan (2021), Kishimoto (2019), and Moura (2023), along with the analysis of recent studies on educational inclusion. Semi-structured interviews with teachers and school managers are conducted to identify challenges and opportunities in implementing inclusive strategies. Data will be analyzed using Bardin's (2016) content analysis

technique to categorize best practices and challenges faced. Expected results indicate that inclusive pedagogical practices, such as the use of concrete manipulatives, educational games, and adaptive digital platforms, can significantly improve the performance of students with disabilities in Mathematics. These strategies also enhance students' engagement and self-esteem, creating a more welcoming and equitable environment. Continuous teacher training and technological support are identified as essential for the effective implementation of these practices. From a social perspective, educational inclusion extends beyond academic performance, contributing to the construction of a fairer and more equitable society. Public policies encouraging teacher training, technological accessibility, and the creation of adapted materials are critical to expanding the reach of inclusive strategies. This study not only proposes practical solutions but also fosters debate on the structural transformation needed in the educational system to ensure no student is left behind. Thus, inclusive pedagogical practices represent a promising path to transform education into a tool for equity and holistic development. They have the potential to positively impact various educational contexts, fostering more dynamic, meaningful, and inclusive education.

Keywords: Mathematics. Inclusion. Pedagogical Practices. Equity.

RESUMEN

Este estudio investiga prácticas pedagógicas inclusivas en la enseñanza de las Matemáticas, centrándose en estudiantes con discapacidades y enfatizando la reconstrucción del conocimiento y la promoción de la equidad educativa. El objetivo principal es identificar estrategias efectivas que integren metodologías activas, tecnologías educativas y adaptaciones curriculares, fomentando el aprendizaje y la inclusión en entornos escolares diversos. La investigación busca comprender cómo estas prácticas pueden superar barreras de acceso y proporcionar experiencias de aprendizaje significativas. La metodología es cualitativa y exploratoria, basada en una revisión bibliográfica de autores como Mantoan (2021), Kishimoto (2019) y Moura (2023), junto con el análisis de estudios recientes sobre inclusión educativa. Se realizan entrevistas semiestructuradas con docentes y gestores escolares para identificar desafíos y oportunidades en la implementación de estrategias inclusivas. Los datos se analizarán utilizando la técnica de análisis de contenido de Bardin (2016) para categorizar las mejores prácticas y los desafíos enfrentados. Se espera que los resultados indiquen que las prácticas pedagógicas inclusivas, como el uso de manipulativos concretos, juegos educativos y plataformas digitales adaptativas, puedan mejorar significativamente el desempeño de estudiantes con discapacidades en Matemáticas. Estas estrategias también fomentan el compromiso y la autoestima de los estudiantes, creando un entorno más acogedor y equitativo. La formación docente continua y el apoyo tecnológico se identifican como esenciales para la implementación efectiva de estas prácticas. Desde una perspectiva social, la inclusión educativa trasciende el desempeño académico, contribuyendo a la construcción de una sociedad más justa e igualitaria. Las políticas públicas que promuevan la formación de docentes, la accesibilidad tecnológica y la creación de materiales adaptados son fundamentales para ampliar el alcance de las estrategias inclusivas. Este estudio no solo propone soluciones prácticas, sino que también fomenta el debate sobre la transformación estructural necesaria en el sistema educativo para garantizar que ningún estudiante quede atrás. Así, las prácticas pedagógicas inclusivas representan un camino prometedor para transformar la educación en una herramienta de equidad y desarrollo integral. Tienen el potencial de impactar positivamente diversos contextos educativos, promoviendo una educación más dinámica, significativa e inclusiva.

Palabras clave: Matemáticas. Inclusión. Prácticas Pedagógicas. Equidad.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência na educação básica é um dos pilares fundamentais das políticas educacionais contemporâneas. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), instituída em 2015, reforça o direito dos estudantes com deficiência a uma educação inclusiva, que respeite suas particularidades e promova o acesso equitativo ao conhecimento. No entanto, no ensino da Matemática, a inclusão ainda enfrenta desafios significativos, como a ausência de práticas pedagógicas adaptadas, a falta de formação docente específica e as barreiras atitudinais. Conforme Mantoan (2021), a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo requer uma transformação cultural nas escolas, que vá além das adaptações físicas e curriculares.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também destaca a importância de práticas pedagógicas inclusivas, enfatizando o desenvolvimento de competências que contemplem a diversidade. Moura (2023) aponta que a Matemática, por ser uma disciplina que exige abstração

e raciocínio lógico, demanda estratégias específicas para atender alunos com deficiência. Tecnologias educacionais, metodologias ativas e materiais manipulativos têm se mostrado ferramentas eficazes para promover a reconstrução do conhecimento matemático nesses contextos.

Entretanto, a inclusão de alunos com deficiência não se limita à aplicação de recursos pedagógicos. Borba e Araújo(2022) argumentam que a relação professor-aluno desempenha um papel central na criação de um ambiente de aprendizagem acessível e significativo. Professores capacitados conseguem identificar as necessidades específicas de seus alunos e promover uma educação que valorize suas potencialidades, reduzindo as desigualdades no aprendizado.

Outro ponto relevante é a formação docente. Kishimoto(2019) ressalta que a inclusão só será efetiva quando os educadores estiverem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, utilizando estratégias adaptativas e inclusivas. A formação continuada, alinhada às diretrizes da BNCC, deve ser um eixo prioritário para ampliar as práticas inclusivas no ensino de Matemática.

Neste contexto, surgem questionamentos fundamentais para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas: Quais estratégias podem favorecer a aprendizagem matemática de alunos com deficiência? Como as tecnologias educacionais podem ser integradas para ampliar o acesso ao conhecimento matemático? Quais desafios ainda precisam ser superados para consolidar a inclusão no ensino de Matemática?

Perguntas Norteadoras que podem ser feitas para entender melhor como esses alunos interagem com o conteúdo matemático? Quais práticas pedagógicas são mais eficazes e inovadoras para promover a inclusão de alunos com deficiência no ensino da Matemática, garantindo que todos tenham acesso equitativo ao conhecimento e à aprendizagem?

Além disso, como as tecnologias educacionais mais recentes e interativas podem ser utilizadas de forma criativa para adaptar o ensino de Matemática às diversas necessidades e estilos de aprendizagem específicos dos alunos com deficiência, favorecendo uma abordagem mais personalizada? Quais barreiras, desafios e preconceitos ainda dificultam a inclusão efetiva e a plena participação de alunos com deficiência na aprendizagem matemática nas salas de aula contemporâneas? O objetivo geral deste estudo é identificar e analisar as barreiras e desafios que impedem a inclusão efetiva de alunos com deficiência na aprendizagem matemática, bem como propor práticas pedagógicas que possam ser implementadas nas salas de aula para promover uma participação mais plena e significativa desses alunos no processo educativo.

Investigar de forma aprofundada práticas pedagógicas inclusivas que favorecem a reconstrução do conhecimento matemático de alunos com deficiência, considerando as metodologias ativas, o uso de recursos tecnológicos e todas as potencialidades que podem ser implementadas no ambiente educacional.

Objetivos Específicos Identificar e explorar estratégias pedagógicas inovadoras que promovam de forma efetiva a inclusão e o aprendizado significativo da Matemática entre alunos com diferentes tipos de deficiência. Analisar detalhadamente o papel fundamental das tecnologias educacionais na adequada adaptação e personalização de conteúdos matemáticos para esse grupo de estudantes, assegurando que suas necessidades específicas sejam devidamente atendidas. Propor diretrizes abrangentes que integrem práticas inclusivas eficazes e o uso otimizado de tecnologias educacionais no ensino de Matemática, visando a criação de um ambiente educativo mais justo e acessível. Metodologia deste estudo será conduzido com

uma abordagem qualitativa e exploratória, permitindo uma imersão profunda nas realidades enfrentadas.

A revisão bibliográfica será cuidadosamente fundamentada em autores reconhecidos na área, como Mantoan(2021) e Kishimoto(2019), além de incluir publicações recentes que abordam a inclusão e o ensino de Matemática de forma contextualizada e atualizada. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com professores de Matemática e especialistas em educação inclusiva, buscando identificar desafios significativos e as boas práticas existentes no campo. A análise dos dados seguirá a técnica de análise de conteúdo, conforme orientações de Bardin(2016), visando a construção de diretrizes práticas claras e aplicáveis para promover efetivamente a inclusão dos alunos com deficiência. Justificativa: A relevância deste estudo reside na urgência premente de garantir o direito à educação inclusiva, conforme preconizado pela LBI e pela BNCC, sendo um passo importante para a equidade educacional. Diante das desigualdades educacionais amplificadas pela pandemia de COVID-19, a inclusão de alunos com deficiência na aprendizagem da Matemática se torna uma necessidade ainda mais latente. Este trabalho tem como objetivo contribuir de maneira significativa para a construção de práticas pedagógicas que não apenas atendam às necessidades específicas dos alunos, mas também fortaleçam as políticas públicas e as estratégias escolares que promovam a equidade e a qualidade no ensino de Matemática.

A inclusão de alunos com deficiência na aprendizagem matemática é um tema que tem ganhado crescente destaque na pesquisa educacional contemporânea, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas que favorecem a efetiva reconstrução do conhecimento matemático. No artigo elaborado por Tan e Lambert, os autores conduzem uma revisão crítica e exploratória que analisa a fundo 15 artigos de pesquisa que foram publicados no período entre 2013 e 2015, com foco particular no papel essencial dos educadores na educação matemática de estudantes que apresentam deficiência. A pesquisa revela de forma clara que o apoio à compreensão matemática por parte dos educadores é absolutamente crucial para que esses profissionais possam traduzir esse entendimento em práticas pedagógicas eficazes que reconheçam os alunos com deficiência como agentes ativos e participativos no processo de aprendizagem. Desta forma, a formação e a capacitação contínua dos educadores se tornam fundamentais para promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e responsivo às necessidades de todos os alunos(Tan & Rachel Lambert, 2019).

Os autores argumentam que desenvolver uma compreensão profunda da matemática é um dos componentes mais importantes do ensino eficaz. Essa perspectiva desafia a visão deficitária que muitas vezes é aplicada aos alunos com deficiência, deslocando o foco para fatores mais amplos, como a formação e compreensão matemática dos educadores.

Além disso, Tan e Lambert(Tan & Rachel Lambert, 2019) destacam a dicotomia existente entre estereótipos pedagógicos e as possibilidades de práticas inclusivas, enfatizando que a concepção da matemática como um conjunto fixo de fatos e procedimentos pode limitar as oportunidades de engajamento dos alunos com deficiência. Essa análise crítica aponta para a necessidade de uma abordagem mais substantiva na pedagogia matemática, que considere a matemática como uma disciplina em constante evolução e que permita aos alunos com deficiência se posicionarem como pensadores e realizadores da matemática.

Dessa maneira, o abrangente e minucioso estudo realizado por Tan e Lambert não apenas ilumina de maneira clara as lacunas existentes atualmente na formação docente, mas

também propõe uma reavaliação crítica e profunda das práticas pedagógicas que podem enriquecer de maneira significativa a experiência de aprendizado em matemática para todos os alunos. Isso é especialmente pertinente para aqueles que apresentam necessidades especiais e que, por esse motivo, merecem uma atenção ainda mais dedicada e cuidadosa por parte dos educadores, para que possam alcançar seu máximo potencial(Tan & Rachel Lambert, 2019).

REVISÃO DA LITERATURA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS DIRETRIZES PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio central das políticas educacionais contemporâneas, buscando garantir o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou emocionais. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão(LBI), de 2015, reforça a necessidade de ambientes educacionais que atendam às especificidades dos estudantes com deficiência, enfatizando a importância de práticas pedagógicas que promovam equidade(Mantoan, 2021). No contexto do ensino de Matemática, esse desafio é ainda maior devido à complexidade dos conceitos matemáticos, que muitas vezes requerem estratégias de ensino diferenciadas.

A Base Nacional Comum Curricular(BNCC) estabelece que a Matemática deve ser ensinada de forma contextualizada, respeitando os diferentes níveis de desenvolvimento dos estudantes. Borba e Araújo(2022) apontam que o ensino de Matemática em uma perspectiva inclusiva requer não apenas adaptações nos materiais, mas também a formação de professores para atender às necessidades específicas dos alunos. A integração de recursos visuais, manipulativos concretos e tecnologias educacionais são algumas das práticas sugeridas para tornar os conceitos mais acessíveis.

Além disso, a inclusão no ensino de Matemática não deve ser vista apenas como um aspecto técnico, mas como uma questão cultural. Segundo Kishimoto(2019), a promoção da inclusão exige uma mudança na percepção dos educadores e da comunidade escolar, que devem reconhecer o potencial de cada aluno e criar um ambiente onde todos se sintam valorizados. Isso requer uma abordagem pedagógica que enfatiza o aprendizado colaborativo e a diversidade como elementos enriquecedores para o ensino.

Outro ponto relevante é a necessidade de adaptar as avaliações para alunos com deficiência. Moura(2023) destaca que, no ensino de Matemática, as avaliações inclusivas devem considerar os diferentes ritmos e formas de aprendizagem, valorizando não apenas o resultado final, mas também o processo. Essa prática permite identificar os avanços individuais e orientar os próximos passos no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, as diretrizes educacionais devem ser acompanhadas por ações concretas que garantam a acessibilidade nos ambientes escolares. A implementação de rampas, recursos táteis e materiais em braile são exemplos de adaptações físicas que complementam as estratégias pedagógicas, assegurando que os alunos com deficiência possam participar ativamente das aulas de Matemática(Mantoan, 2021).

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E SUA APLICAÇÃO NO ENSINO DE MATEMÁTICA INCLUSIVO

As tecnologias educacionais têm desempenhado um papel crucial na promoção da inclusão no ensino de Matemática, oferecendo ferramentas que ampliam as possibilidades de aprendizagem para alunos com deficiência. Segundo Rodrigues e Silva(2022), softwares educativos, plataformas de aprendizado adaptativo e aplicativos de gamificação são recursos que permitem personalizar o ensino, atendendo às necessidades específicas de cada estudante. Ferramentas como o GeoGebra e a Khan Academy são frequentemente mencionadas como exemplos de tecnologias eficazes para o ensino de conceitos matemáticos complexos de forma acessível e interativa.

No contexto da inclusão, as tecnologias também possibilitam a criação de materiais acessíveis, como vídeos com legendas, simuladores interativos e jogos adaptativos. Moura(2023) destaca que essas ferramentas não apenas tornam o aprendizado mais dinâmico, mas também ajudam a superar barreiras relacionadas à falta de recursos humanos especializados em algumas escolas. Por exemplo, aplicativos de leitura para deficientes visuais e softwares de comunicação aumentativa são recursos que ampliam o acesso de estudantes com deficiência ao currículo matemático.

Contudo, a implementação de tecnologias educacionais enfrenta desafios, como a desigualdade no acesso a dispositivos e à internet em escolas públicas. Borba e Araújo(2022) alertam que a exclusão digital é um dos maiores obstáculos para a inclusão educacional, especialmente em áreas rurais ou com baixa infraestrutura. Nesse sentido, é necessário que políticas públicas garantam investimentos em conectividade e equipamentos tecnológicos para assegurar que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades.

Além disso, o uso eficaz das tecnologias requer formação docente específica. Kishimoto(2019) argumenta que muitos professores não se sentem preparados para integrar tecnologias ao ensino de Matemática, especialmente em contextos inclusivos. Programas de capacitação devem enfatizar o uso pedagógico das ferramentas tecnológicas, garantindo que elas sejam aplicadas de forma significativa e alinhada aos objetivos educacionais.

Outro aspecto importante é a necessidade de avaliar o impacto das tecnologias na aprendizagem dos alunos com deficiência. Estudos longitudinais podem fornecer dados sobre a eficácia dessas ferramentas, ajudando a identificar quais práticas têm maior potencial para promover a inclusão. Moura(2023) ressalta que a avaliação deve ser contínua, permitindo ajustes nas estratégias conforme necessário.

FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA

A formação docente é um dos pilares para a implementação de práticas inclusivas no ensino de Matemática. Mantoan(2021) argumenta que professores capacitados são essenciais para criar um ambiente educacional acessível, onde os alunos com deficiência possam desenvolver seu potencial. No entanto, muitos educadores relatam sentir-se despreparados para

lidar com as demandas de uma sala de aula inclusiva, destacando a necessidade de formação continuada.

Borba e Araújo(2022) enfatizam que a formação docente deve incluir não apenas conhecimentos técnicos sobre as diferentes deficiências, mas também estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a equidade. Abordagens como o ensino colaborativo, o uso de manipulativos concretos e a integração de tecnologias educacionais são exemplos de práticas que devem ser incorporadas à formação inicial e continuada dos professores de Matemática.

Além disso, a formação docente deve promover a reflexão crítica sobre as barreiras atitudinais que muitas vezes dificultam a inclusão. Kishimoto(2019) ressalta que preconceitos e expectativas reduzidas em relação aos alunos com deficiência podem limitar suas oportunidades de aprendizado. Para superar essas barreiras, é necessário que os professores sejam sensibilizados sobre a importância de reconhecer e valorizar as potencialidades de todos os estudantes.

Outro ponto relevante é a necessidade de criar uma cultura de colaboração entre os professores. Moura(2023) destaca que práticas inclusivas exigem o trabalho conjunto de educadores, gestores escolares e especialistas em educação especial. Grupos de estudo e oficinas pedagógicas podem ser estratégias eficazes para promover a troca de experiências e o desenvolvimento de soluções coletivas.

Por fim, a formação docente deve estar alinhada às demandas contemporâneas do ensino de Matemática, que exige a aplicação de metodologias ativas e o uso de recursos diversificados. Kishimoto(2019) aponta que a adaptação curricular e a personalização do ensino são essenciais para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, tornando a formação docente um elemento central para o sucesso da inclusão.

O artigo "Disability and Educators in Mathematics Schooling Research: A Critical Exploratory Review", de Paulo Tan e Rachel Lambert(Tan & Rachel Lambert, 2019), apresenta uma análise crítica sobre o papel dos educadores na educação matemática de alunos com deficiência. A pesquisa revisou 15 artigos publicados entre 2013 e 2015, utilizando uma perspectiva dos estudos sobre deficiência para examinar as descobertas relacionadas à formação e práticas pedagógicas dos educadores.

Os autores argumentam que o desenvolvimento de uma compreensão profunda da matemática é fundamental para o ensino eficaz, especialmente no contexto da educação inclusiva. No entanto, eles destacam que essa compreensão, tanto para educadores especiais quanto gerais, tem recebido atenção limitada.

Essa lacuna é preocupante, pois a capacidade dos educadores de traduzir seu entendimento matemático em práticas pedagógicas inclusivas é essencial para que alunos com deficiência possam ser vistos como pensadores e realizadores da matemática, em vez de meros receptores de conhecimento(Tan & Rachel Lambert, 2019).

Uma das contribuições significativas do artigo é a sua crítica ao foco deficitário que muitas vezes permeia a pesquisa sobre alunos com deficiência. Os autores propõem uma mudança de paradigma, enfatizando a importância de investigar fatores mais amplos, como a compreensão matemática dos educadores. Essa mudança é crucial para a implementação de uma pedagogia matemática que não apenas reconheça, mas também valorize as capacidades dos alunos com deficiência(Tan & Rachel Lambert, 2019).

Além disso, o artigo discute a dicotomia entre estereótipos pedagógicos e as possibilidades de práticas inclusivas. Os autores criticam a concepção da matemática como uma disciplina estática, composta apenas por fatos e procedimentos que devem ser memorizados. Essa visão limitante não só restringe às práticas pedagógicas dos educadores, mas também inibe o potencial dos alunos com deficiência de se engajar ativamente no aprendizado matemático(Tan & Rachel Lambert, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da análise da literatura destacam a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas para a aprendizagem matemática de alunos com deficiência.

A integração de metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias adaptativas emergiu como essencial para atender às necessidades individuais desses estudantes. Segundo Moura(2023), práticas que utilizam jogos educativos, manipulativos concretos e atividades colaborativas contribuem significativamente para o engajamento e a reconstrução do conhecimento matemático. Essas abordagens facilitam a compreensão de conceitos abstratos e promovem a inclusão de forma prática e dinâmica.

As tecnologias educacionais também foram apontadas como ferramentas de grande potencial para o ensino inclusivo de Matemática. Rodrigues e Silva(2022) destacam que plataformas digitais, como o GeoGebra, oferecem possibilidades interativas e adaptativas que tornam o aprendizado mais acessível para alunos com deficiência. Além disso, aplicativos de leitura e comunicação aumentativa demonstraram impacto positivo na inclusão de estudantes com deficiência visual e dificuldades de comunicação, ampliando as formas de acesso ao conteúdo.

Contudo, a implementação dessas práticas enfrenta desafios, como a falta de formação docente adequada. Kishimoto(2019) enfatiza que muitos professores relatam sentir-se despreparados para lidar com as demandas de uma sala de aula inclusiva, especialmente no ensino de Matemática. A ausência de capacitação específica limita a aplicação de estratégias pedagógicas inclusivas, reduzindo seu potencial de impacto. Esse dado reforça a necessidade de programas de formação continuada que capacitem os educadores a utilizar metodologias ativas e tecnologias de maneira eficaz.

Outro ponto discutido é a importância das avaliações diagnósticas no processo de ensino inclusivo. Borba e Araújo(2022) argumentam que essas avaliações são fundamentais para identificar as dificuldades específicas de cada aluno, permitindo a personalização do ensino. Resultados de estudos mostram que alunos com deficiência apresentam avanços significativos quando o ensino é adaptado às suas necessidades individuais, com base em diagnósticos precisos e ações pedagógicas direcionadas.

A pesquisa também destaca o impacto positivo das práticas inclusivas na autoestima e no engajamento dos estudantes. Moura(2023) aponta que a inclusão não é apenas uma questão de aprendizado acadêmico, mas também de desenvolvimento socioemocional. Alunos que se sentem acolhidos e valorizados em sala de aula demonstram maior motivação e participação, o que reflete diretamente em seu desempenho escolar.

No entanto, as barreiras estruturais, como a desigualdade no acesso a tecnologias e a ausência de materiais adaptados, permanecem como desafios significativos. Mantoan(2021)

ressalta que a inclusão só será efetiva quando houver um esforço conjunto entre políticas públicas, escolas e comunidades para garantir recursos adequados e acessibilidade universal. Sem esses elementos, a implementação de práticas inclusivas em Matemática pode ser comprometida.

Por fim, os resultados reforçam a necessidade de fortalecer o diálogo entre gestores, professores e especialistas em educação especial para a criação de estratégias coletivas e integradas. As práticas pedagógicas inclusivas não apenas melhoram o desempenho acadêmico, mas também contribuem para a construção de uma cultura escolar mais equitativa e acolhedora, alinhada aos princípios da educação inclusiva e ao desenvolvimento integral de todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reforça a importância de práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Matemática para alunos com deficiência, destacando estratégias que promovem a reconstrução do conhecimento matemático e a equidade educacional. A integração de metodologias ativas, tecnologias educacionais e avaliações diagnósticas emergiu como um eixo central para atender às demandas específicas desses estudantes. Moura(2023) argumenta que essas abordagens não apenas favorecem o aprendizado acadêmico, mas também promovem o desenvolvimento socioemocional, elementos fundamentais para uma inclusão plena.

Os resultados esperados indicam que práticas como o uso de manipulativos concretos, jogos educativos e plataformas digitais adaptativas podem melhorar significativamente o desempenho de alunos com deficiência. Além disso, essas estratégias ajudam a criar um ambiente de aprendizado mais dinâmico e engajador, permitindo que os estudantes se sintam valorizados e motivados a participar ativamente do processo educativo. Rodrigues e Silva(2022) destacam que a personalização do ensino, viabilizada por tecnologias educacionais, é especialmente eficaz no ensino de Matemática, uma disciplina frequentemente considerada desafiadora.

A aplicabilidade prática dessas estratégias é ampla e pode ser adaptada a diferentes contextos escolares. Borba e Araújo(2022) enfatizam que as práticas inclusivas são particularmente relevantes em escolas públicas, onde as desigualdades educacionais tendem a ser mais acentuadas. Investir em formação docente, acessibilidade tecnológica e materiais adaptados são passos cruciais para garantir que essas estratégias sejam implementadas de forma eficaz.

Contudo, a inclusão educacional enfrenta desafios significativos, como a resistência a mudanças metodológicas e a falta de infraestrutura adequada. Kishimoto (2019) ressalta que a formação continuada dos professores deve ser uma prioridade para superar essas barreiras. Os educadores precisam ser capacitados para utilizar tecnologias, adaptar currículos e trabalhar de forma colaborativa em contextos diversos.

Do ponto de vista das políticas públicas, é essencial que os esforços para promover a inclusão educacional estejam alinhados a investimentos estruturais. Moura (2023) destaca que a inclusão plena requer não apenas práticas pedagógicas inovadoras, mas também condições materiais e organizacionais que garantam o acesso de todos os alunos ao ambiente escolar. Isso

inclui a disponibilização de equipamentos tecnológicos, recursos acessíveis e apoio especializado.

Pesquisas futuras podem explorar a eficácia das estratégias inclusivas em níveis específicos de ensino, como a Educação Infantil e o Ensino Médio, bem como em populações com múltiplas deficiências. Estudos longitudinais também são necessários para avaliar o impacto a longo prazo dessas práticas no desempenho acadêmico e na inclusão social dos alunos.

Além disso, investigações sobre a formação inicial dos professores podem contribuir para identificar lacunas e propor melhorias nos cursos de licenciatura.

Os impactos dessas estratégias transcendem o ambiente escolar. Ao garantir que todos os alunos tenham acesso ao aprendizado matemático, a inclusão educacional contribui para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade complexa e em constante transformação. A promoção de práticas inclusivas não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma oportunidade de enriquecer o processo educativo com a diversidade de experiências e perspectivas.

Em suma, as práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Matemática têm o potencial de transformar a educação em um instrumento de equidade e desenvolvimento integral. Embora os desafios persistam, os resultados esperados reforçam a relevância dessas estratégias para construir uma educação mais inclusiva, dinâmica e significativa. Ao alinhar esforços de professores, gestores e formuladores de políticas públicas, será possível ampliar os horizontes da inclusão educacional, garantindo que nenhum aluno seja deixado para trás.

A análise da literatura sobre a inclusão de alunos com deficiência na aprendizagem matemática revela insights significativos sobre a importância das práticas pedagógicas inclusivas.

Os autores argumentam que a formação docente deve ir além de uma visão deficitária dos alunos com deficiência, promovendo uma abordagem que reconheça suas capacidades e potencialidades. Essa mudança de paradigma é essencial para a criação de práticas pedagógicas que não apenas respeitem, mas também incentivem a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento matemático.

A crítica à concepção tradicional da matemática, vista como um conjunto fixo de regras, é um ponto central da argumentação, pois essa visão pode limitar as oportunidades de engajamento e aprendizado para esses alunos.

Além disso, a análise aponta para a necessidade de uma revisão crítica das práticas pedagógicas atuais, sugerindo que a formação contínua dos educadores deve incluir uma compreensão mais profunda da matemática como uma disciplina dinâmica. Essa abordagem não apenas melhora a experiência de aprendizagem dos alunos com deficiência, mas também enriquece o ambiente educacional como um todo, promovendo uma cultura de inclusão e valorização da diversidade.

Em conclusão, a inclusão de alunos com deficiência na aprendizagem matemática requer uma reavaliação significativa das práticas pedagógicas e da formação dos educadores (Tan & Rachel Lambert, 2019) fornecem uma base sólida para essa discussão, enfatizando a importância de uma pedagogia que valorize a compreensão matemática e promova a participação ativa dos alunos. Essa mudança é crucial para transformar a educação matemática

em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos possam se desenvolver como pensadores e realizadores da matemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BORBA, M. C.; ARAÚJO, H. C. 28-46, 2023. Disponível em: <https://cadernosdematematica.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- INCLUSÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: um estudo sobre estratégias de equidade educacional. *Revista Brasileira de Educação Matemática*, v. 38, n. 2, p. 45-62, 2022. Disponível em: <https://revista.sbem.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- KISHIMOTO, T. M. O brincar e as práticas pedagógicas na educação infantil e fundamental. São Paulo: Cortez, 2019.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?. 10. ed. São Paulo: Moderna, 2021.
- MOURA, M. O. Educação Matemática inclusiva: estratégias para a reconstrução do conhecimento de alunos com deficiência. *Cadernos de Educação Matemática*, v. 25, n. 3, p.
- RODRIGUES, F. T.; SILVA, R. P. Tecnologias digitais e inclusão educacional no ensino de Matemática: práticas e desafios. *Revista Brasileira de Tecnologias Educacionais*, v. 7, n. 3, p. 75-92, 2022. Disponível em: <https://revistatecnologiaeducacional.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- TAN & RACHEL LAMBERT, P. (2019). Disability and Educators in Mathematics Schooling Research: A Critical Exploratory Review. [PDF]
- UNESCO. Education in a post-COVID-19 world: Nine ideas for public action. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 19 jan. 2025.

CARTILHA DE INCLUSÃO: PREPARANDO ESTUDANTES AUTISTAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

INCLUSION HANDBOOK: PREPARING AUTISTIC STUDENTS FOR THE JOB MARKET

CARTILLA DE INCLUSIÓN: PREPARANDO A LOS ESTUDIANTES AUTISTAS PARA EL MERCADO LABORAL

Raiane Marques Nunes
raiane21.marques@gmail.com

NUNES, Raiane Marques. **Cartilha de inclusão: preparando estudantes autistas para o mercado de trabalho.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 175 – 188, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosario Serrão - tobias_175@hotmail.com

RESUMO

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no mercado de trabalho representa um desafio que envolve barreiras estruturais, atitudinais e culturais. Este estudo tem como objetivo discutir estratégias para preparar estudantes autistas para a transição profissional, enfatizando o papel da escola e dos professores nesse processo. A cartilha desenvolvida busca fornecer diretrizes para educadores, abordando desde o desenvolvimento de habilidades socioemocionais até a orientação para a elaboração de currículos e a inserção no ambiente de trabalho. Os resultados indicam que a preparação adequada, a capacitação contínua e a sensibilização de empresas e gestores são fundamentais para garantir a empregabilidade e a permanência de pessoas autistas no mercado. Conclui-se que a adoção de estratégias pedagógicas inclusivas e o fortalecimento de políticas públicas podem contribuir para uma inserção mais eficaz e sustentável de estudantes autistas no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão profissional; Educação inclusiva; Políticas públicas.

SUMMARY

The inclusion of individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the labor market represents a challenge involving structural, attitudinal, and cultural barriers. This study aims to discuss strategies for preparing autistic students for professional transition, emphasizing the role of schools and teachers in this process. The developed guide seeks to provide educators with guidelines, covering topics from the development of socio-emotional skills to guidance on resume writing and job market integration. The results indicate that proper preparation, continuous training, and the awareness of companies and managers are essential to ensuring the employability and retention of autistic individuals in the labor market. It is concluded that the adoption of inclusive pedagogical strategies and the strengthening of public policies can contribute to a more effective and sustainable integration of autistic students into the workforce.

Keywords: Autism; Professional inclusion; Inclusive education; Public policies.

RESUMEN

La inclusión de personas con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en el mercado laboral representa un desafío que implica barreras estructurales, actitudinales y culturales. Este estudio tiene como objetivo discutir estrategias para preparar a los estudiantes autistas para la transición profesional, enfatizando el papel de la escuela y los docentes en este proceso. La cartilla desarrollada busca proporcionar directrices para los educadores, abordando desde el desarrollo de habilidades socioemocionales hasta la orientación para la elaboración de currículos e inserción en el entorno laboral. Los resultados indican que una preparación adecuada, una capacitación continua y la concienciación de las empresas y los gestores son fundamentales para garantizar la empleabilidad y la permanencia de las personas autistas en el mercado laboral. Se concluye que la adopción de estrategias pedagógicas inclusivas y el fortalecimiento de las políticas públicas pueden contribuir a una inserción más efectiva y sostenible de los estudiantes autistas en el mundo del trabajo.

Palabras clave: Autismo; Inclusión profesional; Educación inclusiva; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no mercado de trabalho tem sido um desafio global é um tema amplamente debatido na literatura científica. O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação e interação social, além de comportamentos repetitivos e interesses restritos (American Psychiatric Association, 2014). Embora avanços nas terapias e na oferta de serviços de suporte tenham possibilitado maior inserção de pessoas autistas na sociedade, a transição para a vida adulta continua sendo marcada por dificuldades, incluindo isolamento social e baixa participação no ambiente laboral (Zanon *et al.*, 2017).

A entrada no mercado de trabalho é um fator essencial para a autonomia, independência financeira e qualidade de vida de qualquer indivíduo. Para pessoas autistas, a empregabilidade pode representar não apenas um meio de sustento, mas também uma oportunidade para desenvolver habilidades, fortalecer interações sociais e conquistar um espaço ativo na sociedade (Leopoldino & Coelho, 2017).

No entanto, diversos estudos apontam que a realidade do emprego para autistas é desafiadora, devido a barreiras estruturais, culturais e atitudinais que dificultam tanto o acesso quanto a permanência no ambiente profissional (Ohl *et al.*, 2017). Entre os obstáculos enfrentados, destacam-se a falta de compreensão por parte dos empregadores, a ausência de adaptações no ambiente de trabalho, a escassez de programas de capacitação e o preconceito, que muitas vezes limita as oportunidades de crescimento dentro das organizações (Scott *et al.*, 2018).

Diante desse cenário, políticas públicas têm buscado garantir a inclusão de pessoas autistas no mercado de trabalho, como previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Essas legislações asseguram o direito ao trabalho e incentivam medidas de suporte à inserção profissional, incluindo acessibilidade, adaptação das condições laborais e programas de qualificação voltados para pessoas com deficiência.

Diante desse contexto, a presente cartilha tem como objetivo oferecer orientações para educadores sobre como preparar estudantes autistas para o ingresso no mercado de trabalho. A escola desempenha um papel crucial no desenvolvimento das habilidades socioemocionais e profissionais desses estudantes, possibilitando maior autonomia e adaptação à realidade profissional. Por meio da disseminação de boas práticas pedagógicas, do incentivo à capacitação e da conscientização sobre os direitos trabalhistas, espera-se contribuir para a construção de um mercado de trabalho mais acessível e inclusivo para as pessoas autistas.

REFERENCIAL TEÓRICO

INCLUSÃO DE AUTISTAS NO MERCADO DE TRABALHO

A crescente demanda por políticas inclusivas que favoreçam a empregabilidade de pessoas com Transtorno do Espectro Autista reflete não apenas um direito fundamental, mas uma necessidade de adaptação do mercado de trabalho às particularidades desse grupo. Para promover uma discussão sólida, foram escolhidos 8 autores para tratar sobre o autismo no

ambiente de trabalho. A análise dos artigos revisados revelou que a produção acadêmica sobre a inclusão de autistas no mercado de trabalho tem se intensificado ao longo dos últimos anos, com um volume maior de publicações em 2018 e uma redução nos anos subsequentes.

Dentre os principais desafios enfrentados pelos autistas no mercado de trabalho, destacam-se as barreiras atitudinais e estruturais que dificultam sua contratação e permanência nas empresas (Leopoldino & Coelho, 2017). O desconhecimento por parte dos empregadores sobre as características do TEA e as adaptações necessárias no ambiente laboral são fatores que comprometem a inclusão (Nitzan & Schreuer, 2018). A literatura aponta que, apesar das políticas públicas existentes, a eficácia dessas medidas ainda é limitada pela falta de conscientização, infraestrutura e suporte especializado para trabalhadores autistas (Ohl *et al.*, 2017).

A ausência de incentivos financeiros e de programas de capacitação direcionados para pessoas autistas também figura como um dos entraves à empregabilidade (Vendrametto, 2021). Além disso, estudos indicam que autistas frequentemente são alocados em funções subremuneradas, sem perspectivas de crescimento profissional, o que reforça a necessidade de políticas que incentivem não apenas a contratação, mas a progressão de carreira (Carvalho *et al.*, 2023). A análise de dados revela que a divulgação do diagnóstico pode influenciar diretamente a empregabilidade de pessoas com TEA, uma vez que indivíduos que comunicam sua condição aos empregadores tendem a receber acomodações mais adequadas às suas necessidades e, conseqüentemente, apresentam maior estabilidade no emprego.

A implementação de políticas públicas voltadas à inclusão profissional de autistas deve abranger quatro eixos principais: preparação para a atuação profissional, incentivo à contratação, fomento à produção científica e aquisição de informações precisas (Leopoldino & Coelho, 2017). O primeiro eixo, relacionado à capacitação, enfatiza a importância da educação inclusiva e da preparação vocacional dos estudantes autistas, garantindo que esses indivíduos adquiram competências socioemocionais e técnicas antes da inserção no mercado de trabalho. O incentivo à contratação, por sua vez, pode ser potencializado por meio de programas que ofereçam suporte financeiro às empresas que contratem profissionais autistas, além da criação de mentorias para empregadores e gestores.

O fomento à produção científica e a aquisição de informações precisas sobre o número e o perfil de autistas no mercado são essenciais para embasar políticas públicas eficazes. Atualmente, a escassez de dados oficiais sobre a empregabilidade de autistas no Brasil dificulta a formulação de estratégias assertivas para a inclusão desse grupo no mercado de trabalho. A ausência de um cadastro nacional de autistas, bem como a falta de um censo específico sobre a inclusão de autistas no ambiente profissional, limita a capacidade do poder público e das empresas em implementar políticas baseadas em evidências concretas (Scott *et al.*, 2018).

Além disso, a carência de estudos longitudinais que acompanhem a trajetória profissional de pessoas autistas impede uma avaliação mais aprofundada sobre os impactos das políticas públicas já existentes, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) (Silva, Pereira & Goyos, 2019). Segundo Frank *et al.* (2018), a falta de monitoramento sistemático das condições de trabalho de autistas pode comprometer a qualidade das ações afirmativas, dificultando a implementação de programas que garantam não apenas a contratação, mas também a permanência desses profissionais no mercado.

A ausência de estatísticas detalhadas sobre a empregabilidade de autistas também reflete na dificuldade de sensibilização e capacitação das empresas, que muitas vezes desconhecem o potencial desses profissionais e as adaptações necessárias para sua inclusão. Estudos demonstram que, em países onde há um banco de dados nacional sobre trabalhadores autistas, como nos Estados Unidos e em alguns países da União Europeia, há um maior índice de empregabilidade e melhores práticas de inclusão nas empresas (Chen *et al.*, 2015).

Diante desse cenário, torna-se fundamental que futuras pesquisas explorem não apenas a presença de autistas no mercado de trabalho, mas também as condições em que esses profissionais estão inseridos, incluindo aspectos como salários, estabilidade no emprego, oportunidades de progressão de carreira e nível de satisfação no ambiente profissional (Vendrametto, 2021). A ampliação da produção científica nessa área pode servir como base para ajustes em políticas públicas existentes e para a criação de novas estratégias, garantindo uma inclusão mais eficaz e sustentável.

METODOLOGIA

A elaboração da cartilha "Inclusão de Autistas no Mercado de Trabalho" seguiu uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo foi desenvolvido em três etapas principais: levantamento do referencial teórico, estruturação do conteúdo e desenvolvimento do material gráfico. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no mercado de trabalho, com foco em políticas públicas, desafios enfrentados e estratégias para a capacitação e empregabilidade desse grupo.

Foram selecionados artigos científicos, legislações e relatórios institucionais que tratam da temática, garantindo embasamento sólido para a cartilha. Autores como Leopoldino & Coelho (2017), Ohl *et al.* (2017) e Scott *et al.* (2018) foram utilizados para sustentar as discussões sobre empregabilidade, políticas de inclusão e adaptação do ambiente de trabalho. Com base no referencial teórico levantado, a cartilha foi organizada em seções temáticas, abordando o papel da escola na preparação dos estudantes autistas para o mundo do trabalho, os principais desafios enfrentados por esse público no mercado de trabalho, boas práticas para professores, além de informações sobre legislações e programas de apoio.

O material foi elaborado com linguagem acessível e objetiva, visando garantir sua aplicabilidade no contexto educacional. A última etapa do processo consistiu no desenvolvimento gráfico da cartilha, utilizando elementos visuais para facilitar a compreensão do conteúdo e tornar a leitura mais dinâmica. O material foi diagramado digitalmente para possibilitar sua ampla distribuição, especialmente em formato online, garantindo maior alcance ao público-alvo.

CARTILHA DE INCLUSÃO: PREPARANDO ESTUDANTES AUTISTAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

A presente cartilha foi elaborada com o objetivo de auxiliar educadores na inclusão de estudantes autistas no mercado de trabalho, um desafio que exige a participação ativa da escola

e dos professores. Para sua estruturação, foi seguido o passo a passo recomendado pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação, garantindo uma abordagem clara e acessível. Além disso, o material conta com ilustrações para facilitar a compreensão do conteúdo e tornar a leitura mais inclusiva.

A cartilha aborda a temática “Como entrar no mercado de trabalho”, trazendo informações relevantes sobre os desafios enfrentados por estudantes autistas e a importância da preparação para esse processo. Seu principal objetivo é orientar professores sobre estratégias e boas práticas para apoiar alunos com Transtorno do Espectro Autista na transição para o mundo do trabalho, fornecendo recursos para que esses estudantes tenham mais autonomia e oportunidades. O público-alvo são alunos do ensino médio, com foco especial em estudantes autistas, considerando suas necessidades específicas no desenvolvimento profissional.

A relevância do tema se dá pelo fato de que o mercado de trabalho é o ambiente onde profissionais aplicam suas habilidades e conhecimentos, recebendo remuneração em troca de seu esforço e dedicação. No entanto, para pessoas autistas, a inserção profissional ainda enfrenta desafios como barreiras na comunicação, falta de oportunidades adaptadas e pouca capacitação das empresas para inclusão. Dessa forma, a cartilha busca capacitar educadores e estudantes para enfrentar essas dificuldades e ampliar as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho. A distribuição do material ocorre de forma online, garantindo acesso facilitado e democratizado a professores, alunos e demais interessados no tema.

A Figura 1 apresenta a capa da cartilha, trazendo um design informativo e acessível. O título reforça a importância da inclusão no mundo do trabalho, destacando o público-alvo e a necessidade de adaptação para garantir oportunidades justas para estudantes autistas. Já na Figura 2, encontra-se a apresentação da cartilha, introduzindo seu propósito e ressaltando a importância da participação dos educadores no processo de inclusão de estudantes autistas no mercado de trabalho. Também são destacados os desafios enfrentados por esses estudantes e o papel fundamental da escola nesse processo.

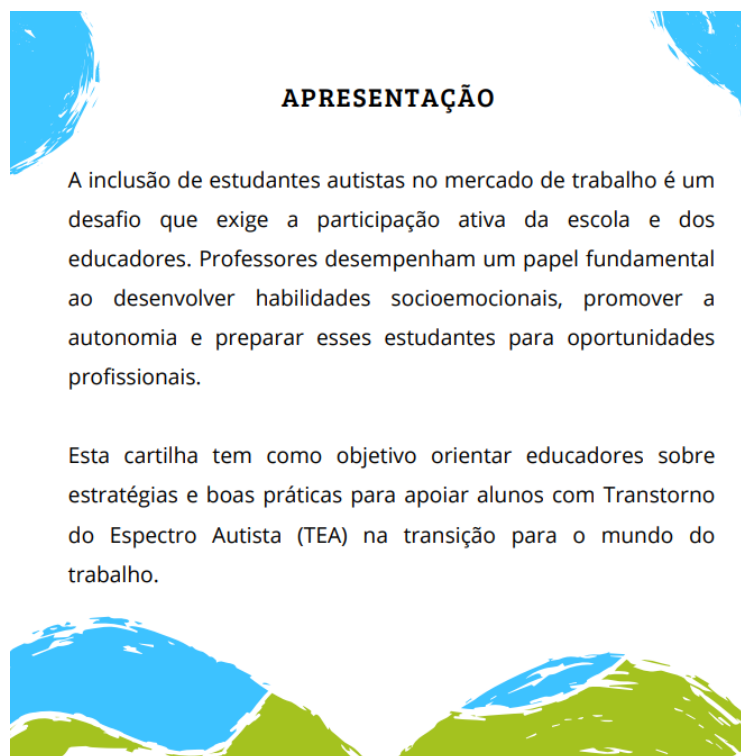
Ambas as figuras sobre a cartilha são apresentadas à seguir:

Figura 1. Cartilha de inclusão: preparando estudantes para o mercado de trabalho no espectro autista



Fonte: Elaboração do autor (2025).

Figura 2. Apresentação



Fonte: Elaboração do autor (2025).

A Figura 3 aborda os principais desafios enfrentados por pessoas autistas ao buscar emprego, como barreiras na comunicação, falta de compreensão sobre seus direitos e a escassez de oportunidades adaptadas. O objetivo dessa seção é conscientizar professores e gestores sobre essas dificuldades para que possam atuar de forma mais eficaz na preparação dos alunos.

Na Figura 4, é destacado o papel essencial da escola na preparação dos alunos para o mercado de trabalho. São apresentadas estratégias como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a criação de um ambiente inclusivo e o incentivo a visitas técnicas e projetos práticos para aproximar os estudantes do mundo do trabalho.

A Figura 5 traz sugestões de boas práticas para professores, destacando metodologias que podem ser aplicadas para facilitar o aprendizado e o desenvolvimento profissional dos alunos autistas. São mencionadas estratégias como o uso de recursos visuais, reforço positivo, estímulo ao trabalho em equipe e identificação de talentos e interesses dos estudantes.

Na Figura 6, são abordadas as principais leis e programas estaduais do Paraná que garantem a inclusão de pessoas autistas no mercado de trabalho. Destaca-se a Lei nº 21.964/2024, que criou o Selo Empresa Amiga do Autismo, incentivando as empresas a contratarem profissionais autistas.

A Figura 7 complementa a seção anterior, trazendo informações sobre iniciativas governamentais e acadêmicas que promovem a capacitação de estudantes autistas para o mercado de trabalho. São citadas ações da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do projeto TEAjudando, que oferecem suporte pedagógico e apoio na inserção profissional.

A Figura 8 apresenta dicas para incentivar a empregabilidade dos alunos autistas, fornecendo sugestões práticas como o estímulo à independência, a busca por estágios e experiências práticas, a criação de um portfólio de habilidades e a orientação da família sobre os direitos dos estudantes e oportunidades disponíveis.

A Figura 9 reúne materiais adicionais e recursos complementares para ampliar o acesso às oportunidades de trabalho para estudantes autistas. Entre os sites recomendados estão plataformas que oferecem vagas específicas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Por fim, a Figura 10 apresenta a conclusão da cartilha, ressaltando que a preparação para o mercado de trabalho deve começar na escola, com professores desempenhando um papel essencial nesse processo. São reforçadas as ideias de acolhimento, adaptação e estímulo ao desenvolvimento profissional dos estudantes autistas.

Figura 3. Desafio da inserção profissional para pessoas autistas

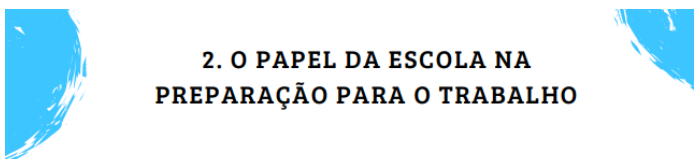


Estudantes autistas enfrentam barreiras no mercado de trabalho, como:

- ✓ Dificuldade na comunicação e interação social;
- ✓ Falta de compreensão sobre seus direitos trabalhistas;
- ✓ Poucas oportunidades de trabalho adaptadas às suas necessidades;
- ✓ Preconceito e falta de capacitação das empresas para inclusão.

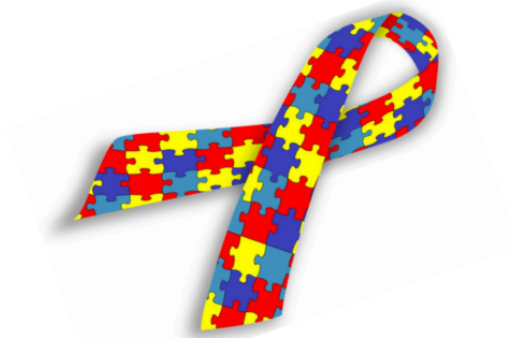
Fonte: Elaboração do autor (2025).

Figura 4. O papel da escola na preparação para o trabalho



A escola pode desempenhar um papel crucial ao:






- ✦ Desenvolver habilidades socioemocionais e profissionais;
- ✦ Criar um ambiente de aprendizado inclusivo;
- ✦ Incentivar o contato com o mundo do trabalho por meio de visitas técnicas e projetos práticos;
- ✦ Trabalhar a autoestima e autonomia dos estudantes autistas.




Fonte: Elaboração do autor (2025).

Figura 5. Boas práticas para professores

3. BOAS PRÁTICAS PARA PROFESSORES

-  **Adapte o ensino:** Utilize metodologias visuais, reforço positivo e rotinas estruturadas para facilitar o aprendizado.
-  **Promova a comunicação:** Incentive o uso de diferentes formas de expressão, como escrita, imagens e tecnologia assistiva.
-  **Estimule o trabalho em equipe:** Ensine habilidades de convivência e resolução de conflitos.
-  **Identifique talentos e interesses:** Ajude o estudante a descobrir áreas de afinidade para futuras oportunidades profissionais.
-  **Simule situações do ambiente de trabalho:** Realize atividades práticas que imitem desafios reais do mercado.



Fonte: Elaboração do autor (2025).

Figura 6. Legislação e programas de apoio no Paraná

4. LEGISLAÇÃO E PROGRAMAS DE APOIO NO PARANÁ

O estado do Paraná possui iniciativas que auxiliam na inclusão de pessoas autistas no mercado de trabalho:

-  **Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 21.964/2024)**
- ➔ Institui o Selo Empresa Amiga do Autismo, que reconhece empresas que promovem a inclusão de pessoas autistas.
- ➔ Incentiva a criação de programas de capacitação e empregabilidade.

 Saiba mais: www.aen.pr.gov.br




ILHA DO MEL É A PRIMEIRA INCLUSIVA PARA PESSOAS AUTISTAS DO BRASIL

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Figura 7. Legislação e programas de apoio no Paraná

4. LEGISLAÇÃO E PROGRAMAS DE APOIO NO PARANÁ

📍 Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Apoio a Estudantes com TEA

➡ Oferece suporte pedagógico e psicológico para estudantes autistas.

➡ Trabalha estratégias de permanência acadêmica e inserção profissional.

🔗 Saiba mais: www.ufpr.br

📍 Projeto "TEAjudando" (Matelândia - PR)

➡ Facilita a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (CIPTEA).

➡ Oferece atendimento especializado para pessoas autistas e suas famílias.

🔗 Saiba mais: www.pgp-pr.org.br

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Figura 8. Dicas para incentivar a empregabilidade dos alunos autistas

5. DICAS PARA INCENTIVAR A EMPREGABILIDADE DOS ALUNOS AUTISTAS

✅ Estimule a independência: Incentive pequenas responsabilidades diárias para fortalecer a autonomia.

✅ Apoie a busca por estágio e aprendizado prático: Incentive parcerias com empresas inclusivas.

✅ Crie um portfólio de habilidades: Ajude o aluno a registrar seus progressos, habilidades e conquistas.

✅ Dialogue com a família: Oriente sobre direitos trabalhistas e oportunidades de inclusão.




Fonte: Elaboração do autor (2025).


Figura 9. Recursos complementares

6. RECURSOS COMPLEMENTARES

Vídeo: Inclusão da Pessoa com Autismo no Estado do Paraná


 Assista em: [YouTube](#)

Guia sobre Autismo e Empregabilidade


 Disponível em: www.autismo.org.br

Plataformas e empresas para candidatura de vagas para pessoas com TEA:


◆ Emprega PCD – Portal com oportunidades exclusivas para pessoas com deficiência.

 Acesse: www.empregapcd.com.br


◆ Trabalho Inclusivo – Banco de talentos para profissionais com deficiência.

 Acesse: www.trabalhoinclusivo.com.br

◆ Gupy - Empresas Inclusivas – Vagas destinadas a PCDs em diversas empresas.

 Acesse: www.gupy.io

◆ 99jobs - Diversidade e Inclusão – Plataforma com vagas afirmativas para autistas e PCDs.

 Acesse: www.99jobs.com

◆ Catho Incluir – Vagas específicas para pessoas com deficiência.


 Acesse: www.catho.com.br/pcd

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Figura 10. Conclusão

CONCLUSÃO

O caminho para a inclusão de estudantes autistas no mercado de trabalho começa na escola. Professores têm o poder de transformar vidas ao preparar seus alunos para uma transição mais segura e positiva para o mundo profissional. Com acolhimento, adaptação e conhecimento, podemos construir um mercado de trabalho mais inclusivo e acessível para todos.

 **Junte-se à causa da inclusão!**

♥ Para mais informações, consulte os links oficiais e busque parcerias na sua região.



AUTORA: RAIANE MARQUES NUNES

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Assim, a cartilha "Preparando Estudantes Autistas para o Mercado de Trabalho", caracteriza-se como um material informativo, acessível e prático para professores e estudantes. Com uma abordagem clara e objetiva, ela busca facilitar a transição dos estudantes autistas para o mundo profissional, proporcionando informação, estratégias e recursos úteis para ampliar suas oportunidades.

O acesso ao mercado de trabalho ainda é um desafio para pessoas autistas, mas iniciativas como essa cartilha representam um passo importante para garantir maior inclusão e equidade nesse contexto. A educação inclusiva e a preparação adequada são ferramentas essenciais para transformar a realidade dos estudantes autistas, possibilitando que alcancem seus objetivos profissionais e participem ativamente da sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A crescente prevalência do Transtorno do Espectro Autista, estimada em aproximadamente 1% da população global, tem impulsionado debates e a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão desses indivíduos no mercado de trabalho (Leopoldino & Coelho, 2017). No Brasil, apesar da ausência de dados precisos sobre o número de pessoas autistas, a necessidade de adaptação e criação de oportunidades para sua inserção profissional tem sido amplamente discutida. A presente cartilha foi desenvolvida com esse propósito, fornecendo subsídios para educadores auxiliarem estudantes autistas no processo de transição para a vida profissional.

Dentre os principais desafios enfrentados na inclusão de pessoas autistas no mercado de trabalho, destaca-se a falta de conhecimento dos empregadores sobre as particularidades do TEA, o que frequentemente resulta em ambientes inadequados e na dificuldade de permanência no emprego (Silva, Pereira & Goyos, 2019). Além disso, a ausência de suporte contínuo e programas estruturados de acompanhamento prejudica a adaptação desses profissionais às demandas do mercado (Conceição, Escalante & Silva, 2021). A cartilha elaborada propõe estratégias que auxiliam professores a preparar estudantes autistas para enfrentar tais desafios, abordando desde o desenvolvimento de habilidades socioemocionais até a orientação para a construção de currículos adequados às suas aptidões e interesses.

Outro fator limitante identificado na literatura é o impacto das barreiras atitudinais, como preconceito e estigmatização, que dificultam a contratação e a progressão profissional de pessoas autistas (Vendrametto, 2021). No entanto, evidências indicam que a implementação de políticas públicas voltadas à capacitação profissional e à adaptação do ambiente de trabalho pode melhorar significativamente os índices de empregabilidade desse grupo (Carvalho *et al.*, 2023). Nesse contexto, a cartilha destaca a importância de iniciativas como programas de formação profissional inclusiva, incentivos fiscais para empresas que contratem profissionais autistas e mecanismos de acompanhamento contínuo para garantir a permanência e o bem-estar desses trabalhadores.

As políticas públicas para inclusão profissional de autistas podem ser organizadas em quatro grandes eixos: preparação para a atuação profissional, incentivo à contratação, fomento à produção científica e aquisição de informações precisas (Leopoldino & Coelho, 2017). A cartilha reforça a necessidade da implementação dessas políticas, com ênfase no papel da escola na formação inicial dos estudantes autistas. O ensino técnico profissionalizante inclusivo, o

incentivo ao primeiro emprego e o acompanhamento contínuo são estratégias que podem potencializar a inserção e permanência dessas pessoas no mercado de trabalho.

Apesar dos avanços obtidos na inclusão de pessoas autistas, ainda existem desafios significativos. A falta de adaptação dos ambientes laborais e a escassez de programas de capacitação específicos dificultam a integração desses indivíduos em carreiras profissionais diversas. Estudos sugerem que a adequação do ambiente de trabalho e o treinamento de gestores para lidar com profissionais neuro divergentes são estratégias fundamentais para aumentar a empregabilidade desse público (Silva, Pereira & Goyos, 2019). Diante disso, a cartilha propõe abordagens práticas para professores e gestores educacionais, visando não apenas a inserção, mas também a permanência dos autistas em suas funções profissionais.

Além disso, observa-se que programas de mentoria e suporte contínuo contribuem significativamente para a adaptação dos autistas no ambiente de trabalho (Carvalho *et al.*, 2023). A cartilha propõe a utilização de metodologias estruturadas e abordagens baseadas na identificação dos talentos individuais, promovendo um alinhamento entre as habilidades do estudante e as demandas do mercado de trabalho. Isso reforça a necessidade de ações intersetoriais entre a educação e o setor empresarial, garantindo que a inclusão vá além da contratação, proporcionando um ambiente que favoreça o desenvolvimento profissional e a estabilidade no emprego.

Portanto, a cartilha desenvolvida representa um importante instrumento para educadores, gestores e profissionais da educação, oferecendo diretrizes práticas para a inclusão efetiva de estudantes autistas no mercado de trabalho. Sua aplicabilidade está diretamente associada às políticas públicas existentes e à necessidade de aprimoramento de estratégias que favoreçam a empregabilidade desse grupo. A adoção de práticas pedagógicas adaptadas e a implementação de políticas inclusivas são essenciais para garantir que pessoas autistas tenham maiores oportunidades de crescimento profissional e social, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartilha "Como Entrar no Mercado de Trabalho" demonstrou ser uma ferramenta eficiente e inovadora para abordar o tema de forma acessível e dinâmica. A integração de recursos inclusivos, como o Hand Talk App, foi um ponto chave para atender às necessidades de alunos surdos e ouvintes, permitindo que o material fosse explorado de maneira bilíngue e interativa. Além disso, a abordagem lúdica e prática contribuiu para tornar o aprendizado mais significativo, promovendo o engajamento dos alunos por meio de atividades interativas e informações relevantes sobre qualificação, direitos trabalhistas e ferramentas de busca de emprego. A cartilha reforça a importância de integrar tecnologias e metodologias inclusivas na educação, demonstrando que é possível criar materiais didáticos que atendam às diversas necessidades dos estudantes, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5). 5. ed. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2014.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- CARVALHO, M. C. L., SOBRINHO, E. P. DA SILVA ARAÚJO, A. J., CAMINO, C. P., & COUTINHO, M. D. P. Inserção de Pessoas com Autismo no Mercado de Trabalho: Revisão Integrativa. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 23, n. 2, p. 2479-2486, 2023.
- CHEN, J. L.; SUNG, C.; PI, S. Vocational rehabilitation service patterns and outcomes for individuals with autism of different ages. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 45, n. 9, p. 3015-3029, 2015.
- CONCEIÇÃO, L. R.; ESCALANTE, N. R. F.; SILVA, F. M. Autistas no mercado de trabalho: análise sobre as ações e práticas inclusivas. *Gestão Contemporânea*, v. 11, n. 2, p. 203-221, 2021.
- FRANK, F.; JABLOTSCHKIN, M.; ARTHEN, T.; RIEDEL, A.; FANGMEIER, T.; HÖLZEL, L. P.; VAN ELST, L. T. Education and employment status of adults with autism spectrum disorders in Germany - a cross-sectional-survey. *BMC Psychiatry*, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2018.
- LEOPOLDINO, C. B., COELHO, P. F. C. O processo de inclusão de autistas no mercado de trabalho. *Revista Economia & Gestão*, v. 17, n. 48, p. 141-156, 2017.
- LEOPOLDINO, C. B.; COELHO, P. F. C. O processo de inclusão de autistas no mercado de trabalho. *Revista Economia & Gestão*, v. 17, n. 48, p. 141-156, 2017.
- NITZAN, M. W.; GAL, E.; SCHREUER, N. Employers' perspectives regarding reasonable accommodations for employees with autism spectrum disorder. *Journal of Management & Organization*, v. 25, n. 4, p. 481-498, 2019.
- OHL, A.; GRICE SHEFF, M.; SMALL, S.; NGUYEN, J.; PASKOR, K.; ZANJIRIAN, A. Predictors of employment status among adults with Autism Spectrum Disorder. *Work*, v. 56, n. 2, p. 345-355, 2017.
- SCOTT, M.; FALKMER, M.; FALKMER, T.; GIRDLER, S. Evaluating the effectiveness of an autism-specific workplace tool for employers: A randomised controlled trial. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 48, n. 10, p. 3377-3392, 2018.
- SILVA, M. V. T. T., PEREIRA, A. C., GOYOS, A. C. A inclusão no mercado de trabalho de adultos com Transtorno do Espectro do Autismo: uma revisão bibliográfica. *Revista Educação Especial*, v. 32, p. 1-19, 2019.
- VENDRAMETTO, O. Autista no mercado de trabalho. Editora Blucher, 2021.
- ZANON, R. B. BACKES, B.; BOSA, C. A. Diagnóstico do autismo: relação entre fatores contextuais, familiares e da criança. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 152-163, 2017.

COMPORTAMENTO INFANTIL E TEA: MUDANÇAS E DESAFIOS EM CADA FASE DE DESENVOLVIMENTO

CHILDHOOD BEHAVIOR AND ASD: CHANGES AND CHALLENGES AT EACH DEVELOPMENTAL STAGE

COMPORTAMIENTO INFANTIL Y TEA: CAMBIOS Y DESAFÍOS EN CADA ETAPA DEL DESARROLLO

Flávia de Oliveira dos Santos Santos

flaviaoliveirass33@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1614248323561400>

SANTOS, Flávia de Oliveira dos Santos. **Comportamento Infantil e TEA: Mudanças e Desafios em Cada Fase de Desenvolvimento**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 189 – 198, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

RESUMO

Este artigo aborda o comportamento infantil no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando as mudanças e desafios enfrentados em cada fase do desenvolvimento. Através de uma revisão bibliográfica, foram identificados padrões de comportamento e a importância das intervenções precoces para o desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas. A pesquisa revela que o ambiente educacional desempenha um papel crucial na inclusão de crianças com TEA, embora muitos desafios ainda persistam, como a falta de formação adequada para educadores. A dinâmica familiar também se mostrou fundamental, com famílias informadas contribuindo significativamente para o desenvolvimento das crianças. A tecnologia emergiu como uma ferramenta valiosa, oferecendo suporte para a comunicação e aprendizado. No entanto, é essencial que as intervenções sejam personalizadas, levando em consideração as particularidades de cada indivíduo. Além disso, a criação de políticas públicas eficazes é crucial para garantir direitos e suporte a essa população. O artigo conclui que uma abordagem multidimensional, que considere as diversas facetas do desenvolvimento e as interações sociais, é necessária para promover um ambiente inclusivo e acolhedor para crianças e adolescentes com TEA. Assim, a colaboração entre profissionais, famílias e a sociedade é fundamental para melhorar os resultados e a qualidade de vida dessas crianças.

Palavras-chave: Comportamento Infantil. Transtorno do Espectro Autista. Intervenções Precoces. Inclusão Escolar.

SUMMARY

This article addresses child behavior in the context of Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting the changes and challenges faced in each phase of development. Through a bibliographic review, behavioral patterns and the importance of early interventions for the development of social and communicative skills were identified. The research reveals that the educational environment plays a crucial role in the inclusion of children with ASD, although many challenges persist, such as the lack of adequate training for educators. Family dynamics also proved to be fundamental, with informed families significantly contributing to children's development. Technology emerged as a valuable tool, offering support for communication and learning. However, it is essential that interventions are personalized, considering the particularities of each individual. Additionally, the creation of effective public policies is crucial to guarantee rights and support for this population. The article concludes that a multidimensional approach, which considers the various facets of development and social interactions, is necessary to promote an inclusive and welcoming environment for children and adolescents with ASD. Thus, collaboration among professionals, families, and society is fundamental to improving outcomes and the quality of life for these children.

Keywords: Child Behavior. Autism Spectrum Disorder. Early Interventions. School Inclusion.

RESUMEN

Este artículo aborda el comportamiento infantil en el contexto del Trastorno del Espectro Autista (TEA), destacando los cambios y desafíos enfrentados en cada fase del desarrollo. A través de una revisión bibliográfica, se identificaron patrones de comportamiento y la importancia de las intervenciones tempranas para el desarrollo de habilidades sociales y comunicativas. La investigación revela que el entorno educativo desempeña un papel

crucial en la inclusión de niños con TEA, aunque persisten muchos desafíos, como la falta de formación adecuada para educadores. La dinámica familiar también demostró ser fundamental, con familias informadas contribuyendo significativamente al desarrollo de los niños. La tecnología emergió como una herramienta valiosa, ofreciendo apoyo para la comunicación y el aprendizaje. Sin embargo, es esencial que las intervenciones sean personalizadas, teniendo en cuenta las particularidades de cada individuo. Además, la creación de políticas públicas efectivas es crucial para garantizar derechos y apoyo a esta población. El artículo concluye que se necesita un enfoque multidimensional, que considere las diversas facetas del desarrollo y las interacciones sociales, para promover un entorno inclusivo y acogedor para niños y adolescentes con TEA. Así, la colaboración entre profesionales, familias y la sociedad es fundamental para mejorar los resultados y la calidad de vida de estos niños.

Palabras clave: Comportamiento Infantil. Trastorno del Espectro Autista. Intervenciones Tempranas. Inclusión Escolar.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa de desenvolvimento neurológico caracterizada por desafios significativos na comunicação social, na interação e por comportamentos restritos e repetitivos. Com uma prevalência crescente em diversas partes do mundo, o TEA tem chamado a atenção de pesquisadores, educadores, terapeutas e familiares, que buscam uma compreensão mais profunda das necessidades e particularidades de cada fase da vida das crianças que vivem com esse transtorno.

O desenvolvimento infantil de crianças com TEA difere do desenvolvimento típico em diversos aspectos, e essas diferenças podem variar em intensidade e manifestação conforme a criança cresce. A jornada de uma criança com TEA é marcada por diferentes desafios comportamentais em cada fase de desenvolvimento, desde a infância até a adolescência, incluindo aspectos como a regulação emocional, o desenvolvimento de habilidades sociais e a adaptação a novos ambientes e contextos sociais. Cada uma dessas etapas exige abordagens específicas e um olhar cuidadoso sobre as mudanças comportamentais que ocorrem à medida que a criança avança em seu desenvolvimento.

Este artigo busca explorar as mudanças comportamentais que ocorrem em crianças com TEA nas diversas fases da vida, destacando os desafios e as adaptações necessárias em cada uma dessas etapas. Através de uma revisão das características principais do TEA em cada estágio de desenvolvimento, e com foco nos desafios enfrentados por essas crianças e suas famílias, o estudo visa fornecer insights para profissionais de saúde, educadores e cuidadores. Entender essas mudanças comportamentais é essencial para a elaboração de estratégias de intervenção que respeitem o ritmo individual de cada criança, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento das habilidades sociais e adaptativas necessárias para a vida em sociedade.

No Brasil, a compreensão sobre o TEA tem avançado significativamente nos últimos anos, impulsionada por estudos que destacam a importância de intervenções precoces e de abordagens personalizadas, ajustadas às particularidades de cada fase do desenvolvimento. Segundo Mello e Rivitti (2017), crianças com TEA podem apresentar comportamentos distintos que requerem adaptações específicas nas abordagens educativas e terapêuticas, dependendo de seu estágio de desenvolvimento. Durante a infância, por exemplo, os desafios frequentemente se concentram nas dificuldades de comunicação verbal e não verbal, que podem impactar significativamente o estabelecimento de vínculos com seus pares e adultos. Além disso, as pesquisas apontam que os primeiros anos de vida são cruciais para a intervenção, pois é durante esse período que o cérebro infantil apresenta maior plasticidade, possibilitando maior adaptação às terapias comportamentais (Silva et al., 2019). Tais intervenções são fundamentais para

amenizar os efeitos do TEA sobre as habilidades sociais e cognitivas da criança, promovendo um desenvolvimento mais harmonioso e a redução de comportamentos restritivos e repetitivos.

No entanto, ao chegar à fase escolar, surgem novos desafios. A escolarização de crianças com TEA ainda é um tema complexo e frequentemente debatido entre especialistas. Oliveira e Souza (2020) argumentam que a inclusão no ambiente escolar depende de uma rede de apoio multidisciplinar, onde professores, psicólogos e terapeutas ocupacionais colaboram para facilitar a integração social e o aprendizado. A estrutura e a rotina, que são características da escola, podem beneficiar crianças com TEA ao fornecer previsibilidade, mas exigem adaptações que levem em conta as dificuldades comportamentais e sensoriais presentes. Conforme crianças com TEA avançam para a adolescência, as demandas sociais e emocionais se tornam ainda mais complexas, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da autonomia e à construção de uma identidade própria. Araújo et al. (2018) destacam que, durante essa fase, adolescentes com TEA frequentemente enfrentam desafios intensificados relacionados à regulação emocional e à interação social, o que pode resultar em sentimentos de isolamento ou frustração. Esses fatores ressaltam a importância de intervenções que promovam a autonomia, bem como o suporte familiar e psicológico, que podem ajudar a mitigar os desafios emocionais associados ao TEA nessa fase crítica do desenvolvimento.

A compreensão dessas fases de desenvolvimento e dos desafios comportamentais específicos associados ao TEA é essencial para que famílias e profissionais possam ajustar as estratégias de apoio e intervenção ao longo da vida da criança. Como ressalta Silva (2019), a adaptação contínua das abordagens permite que as intervenções evoluam conforme as necessidades da criança, fortalecendo seu desenvolvimento e contribuindo para sua integração e bem-estar social. Para entender plenamente o desenvolvimento e as necessidades comportamentais de crianças e adolescentes com TEA, é fundamental considerar o papel de intervenções focadas na individualidade e nas especificidades de cada fase de crescimento. Na primeira infância, que abrange o período de zero a cinco anos, as intervenções precoces são amplamente reconhecidas como essenciais para potencializar habilidades de comunicação, interação social e autonomia. Silva e Andrade (2019) destacam que crianças diagnosticadas precocemente, quando submetidas a intervenções terapêuticas como terapia comportamental e fonoaudiologia, apresentam maiores chances de adquirir habilidades básicas de comunicação e socialização, que são fundamentais para seu desenvolvimento futuro. As terapias de intervenção precoce, como o Análise Comportamental Aplicada (ABA, na sigla em inglês), têm sido recomendadas para o tratamento de crianças no espectro, pois promovem o aprendizado de comportamentos adaptativos e auxiliam na redução de comportamentos restritivos e repetitivos (Lima et al., 2020).

No entanto, os desafios não se limitam à primeira infância. Com a chegada à idade escolar, crianças com TEA enfrentam novas demandas, muitas vezes ligadas à adaptação ao ambiente escolar e às interações sociais. Nessa fase, a inclusão escolar torna-se um tópico de grande relevância. Pereira e Santos (2018) discutem que, embora as políticas de inclusão no Brasil busquem garantir o acesso de crianças com necessidades especiais ao sistema de ensino regular, as escolas frequentemente enfrentam limitações na capacitação de professores e na adequação do ambiente físico e pedagógico. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que os professores sejam preparados para lidar com as especificidades de crianças com TEA, e que o ambiente escolar conte com o suporte de profissionais como psicólogos e terapeutas

ocupacionais. Esse suporte, segundo Carvalho e Nogueira (2021), pode ser determinante para o sucesso da inclusão, oferecendo à criança o amparo necessário para lidar com os desafios comportamentais, a adaptação à rotina escolar e o estabelecimento de laços com seus colegas.

A adolescência representa uma etapa de desenvolvimento ainda mais complexa para indivíduos com TEA e suas famílias. Nessa fase, os jovens enfrentam desafios relacionados à socialização, ao desenvolvimento da autonomia e ao início de sua construção identitária. Freitas et al. (2020) destacam que a adolescência pode ser particularmente difícil para indivíduos com TEA devido à intensificação das demandas sociais e emocionais, além da maior percepção sobre sua condição. Muitos adolescentes com TEA experienciam sentimentos de isolamento e dificuldades em entender as expectativas sociais dos grupos aos quais pertencem, o que pode impactar sua autoestima e bem-estar psicológico. Souza e Almeida (2019) argumentam que é crucial que as famílias e os profissionais ofereçam apoio emocional e promovam estratégias de regulação emocional que ajudem o adolescente a lidar com os desafios dessa fase. Terapias focadas na autogestão emocional e programas de habilidades sociais podem ser eficazes para promover a autonomia e preparar o jovem para transições importantes, como a entrada no ensino médio ou no mercado de trabalho. Outro aspecto importante nessa fase é o suporte ao desenvolvimento da autonomia para que esses adolescentes possam, futuramente, alcançar maior independência. Em muitos casos, adolescentes com TEA que recebem suporte adequado são capazes de desenvolver habilidades para viver de forma mais autônoma, embora ainda necessitem de algum nível de apoio na vida adulta (Mendes e Costa, 2021). Esse processo, contudo, exige um planejamento familiar e, muitas vezes, a inclusão de programas sociais que auxiliem tanto os indivíduos quanto suas famílias no desenvolvimento dessas habilidades. No Brasil, iniciativas voltadas para a capacitação profissional de jovens com TEA começam a ganhar força, oferecendo a esses adolescentes a oportunidade de se integrarem ao mercado de trabalho, conforme suas capacidades e interesses (Silva e Rocha, 2020).

Finalmente, o papel da família e da rede de apoio é de extrema importância ao longo de todas as fases de desenvolvimento. Nascimento et al. (2018) destacam que o suporte familiar e social desempenha um papel central na promoção do bem-estar e na adaptação de crianças e adolescentes com TEA. A família não apenas contribui para o desenvolvimento emocional e social da criança, mas também atua como intermediadora entre o indivíduo e o mundo externo, buscando garantir que ele tenha acesso a oportunidades de crescimento e aprendizado. Além disso, Lopes e Barros (2019) enfatizam que o apoio emocional à família, especialmente aos cuidadores primários, é essencial para que esses possam lidar com o estresse e com os desafios impostos pelo TEA, garantindo, assim, um ambiente familiar mais acolhedor e seguro para a criança.

Portanto, compreender o comportamento infantil e adolescente no contexto do TEA e as mudanças e desafios específicos em cada fase do desenvolvimento é fundamental para a elaboração de intervenções que promovam não só o bem-estar e a adaptação social da criança e do adolescente, mas também o fortalecimento de suas famílias e de sua rede de apoio. Ao reconhecer que cada fase da vida traz demandas únicas, este estudo busca contribuir para a criação de políticas públicas e práticas clínicas que sejam sensíveis às necessidades de cada etapa do desenvolvimento e que considerem a importância da inclusão, da autonomia e do respeito à individualidade de cada indivíduo com TEA.

METODOLOGIA

Para um artigo bibliográfico sobre o tema do desenvolvimento comportamental em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em diferentes fases de vida, a metodologia será construída com base em uma análise cuidadosa da literatura existente sobre o tema. Este tipo de estudo busca integrar e sintetizar os achados de pesquisas e publicações científicas prévias, permitindo um entendimento aprofundado das abordagens, teorias e evidências já consolidadas acerca dos desafios comportamentais e das intervenções para indivíduos com TEA em diferentes estágios de desenvolvimento.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é um método eficaz para a construção de uma visão abrangente sobre determinado tema, pois permite reunir e interpretar um conjunto variado de fontes, oferecendo uma análise crítica que pode sustentar futuras investigações ou intervenções práticas. A metodologia deste artigo seguiu essa perspectiva, estruturando-se por meio da consulta e análise de artigos científicos, dissertações, teses, livros especializados e documentos de entidades relevantes no estudo do TEA e do desenvolvimento infantil, particularmente no contexto brasileiro.

Como primeiro passo, foram selecionadas bases de dados de destaque nas áreas de psicologia e educação, como Scielo, PubMed, Google Scholar e Periódicos CAPES, com o objetivo de assegurar o acesso a fontes acadêmicas confiáveis e atualizadas. Para orientar a seleção do material, foram utilizados descritores específicos, como "Transtorno do Espectro Autista," "desenvolvimento infantil e TEA," "comportamento e fases de vida," e "inclusão escolar e TEA," o que permitiu localizar publicações focadas nos aspectos comportamentais e nas transformações ao longo das diferentes fases de desenvolvimento de crianças e adolescentes com TEA. Lakatos e Marconi (2001) destacam que a escolha precisa das palavras-chave é essencial para delimitar o escopo da pesquisa, evitando dispersões e assegurando a pertinência do conteúdo analisado. A partir desse levantamento inicial, procedeu-se à análise criteriosa dos textos, com ênfase naqueles que abordavam especificamente as mudanças comportamentais e os desafios enfrentados em cada fase do desenvolvimento de crianças com TEA. Os critérios de inclusão envolveram, além da relevância temática, a atualidade das publicações (com preferência por artigos publicados nos últimos dez anos) e o rigor metodológico dos estudos revisados. Como Severino (2007) ressalta, a qualidade e atualidade das fontes bibliográficas são determinantes para a confiabilidade dos achados em pesquisas de revisão, uma vez que garantem que a análise reflete o estado atual do conhecimento científico.

O método de análise foi baseado na leitura reflexiva e crítica de cada material selecionado, visando identificar pontos de convergência e divergência entre os estudos. As leituras foram orientadas pela busca de respostas para as seguintes questões de pesquisa: (1) Quais são as características comportamentais mais comuns de crianças com TEA em cada fase do desenvolvimento? (2) Quais os desafios comportamentais específicos observados em cada uma dessas etapas? (3) Quais estratégias de intervenção e suporte têm sido descritas na literatura como eficazes para enfrentar esses desafios? A partir desses eixos, foram elaboradas categorias temáticas que organizaram a apresentação dos dados e dos argumentos discutidos ao longo do artigo. Para Yin (2015), a criação de categorias temáticas é uma técnica central na organização de análises bibliográficas, pois permite ao pesquisador estruturar o conhecimento existente de forma coerente, facilitando a interpretação crítica dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados da revisão bibliográfica demonstraram uma variedade de mudanças comportamentais em crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ao longo das diferentes fases do desenvolvimento. A análise das publicações revisadas revelou padrões comuns nas manifestações do comportamento, bem como desafios específicos que surgem em cada etapa. Esses resultados foram organizados em torno de três fases principais: a primeira infância, a infância escolar e a adolescência.

Na primeira infância, as intervenções precoces emergem como um fator crucial para o desenvolvimento saudável de crianças com TEA. Os estudos revisados indicam que as crianças que recebem diagnósticos e intervenções precoces tendem a apresentar melhores resultados em habilidades de comunicação e socialização. Conforme destacado por Mello e Rivitti (2017), a aplicação de terapias como a Análise Comportamental Aplicada (ABA) nesta fase ajuda a promover habilidades básicas que são fundamentais para o desenvolvimento social. Os resultados sugerem que, quando as intervenções são implementadas antes dos 3 anos, há uma significativa melhora nas competências sociais e comunicativas, contribuindo para a redução de comportamentos desafiadores, como explosões de raiva e comportamentos repetitivos.

Durante a fase escolar, os resultados revelaram que o ambiente educacional desempenha um papel vital na adaptação e no desenvolvimento de crianças com TEA. Pereira e Santos (2018) enfatizam que a inclusão escolar não é apenas um direito, mas uma necessidade para o desenvolvimento social dessas crianças. No entanto, os desafios são consideráveis. A pesquisa aponta que muitas escolas ainda carecem de formação adequada para professores e de recursos necessários para atender a essas crianças de maneira eficaz. Esse déficit de suporte pode resultar em experiências negativas para os alunos com TEA, levando a um aumento na ansiedade e no comportamento agressivo, como discutido por Oliveira e Souza (2020). Além disso, a interação social com colegas se torna um desafio, uma vez que as crianças podem ter dificuldades em interpretar sinais sociais, resultando em isolamento e frustração. A análise da literatura também revelou que, durante a adolescência, os desafios enfrentados por jovens com TEA se intensificam. Os estudos indicam que as demandas sociais aumentam consideravelmente nessa fase, o que pode levar a sentimentos de inadequação e solidão. Freitas et al. (2020) relatam que muitos adolescentes com TEA experimentam uma luta interna para se encaixar em grupos sociais, frequentemente resultando em comportamentos de evasão ou em crises emocionais. A regulação emocional, um aspecto crítico para o desenvolvimento social e pessoal, muitas vezes é um ponto fraco para esses indivíduos, conforme enfatizado por Araújo et al. (2018). As intervenções que promovem o autoconhecimento e o manejo das emoções são essenciais para ajudar esses adolescentes a navegar os desafios sociais e emocionais típicos da adolescência.

Além disso, a pesquisa identificou que a dinâmica familiar tem um impacto significativo no desenvolvimento de crianças e adolescentes com TEA. O apoio familiar é frequentemente um fator determinante para o sucesso das intervenções. Segundo Nascimento et al. (2018), as famílias que se sentem bem informadas e apoiadas são mais propensas a implementar as estratégias de intervenção em casa, contribuindo para a continuidade do aprendizado e para a adaptação do indivíduo ao ambiente social. No entanto, o estresse associado ao cuidado de uma criança com TEA pode afetar negativamente a saúde mental dos cuidadores, conforme discutido

por Lopes e Barros (2019). A necessidade de suporte emocional e recursos para os familiares é, portanto, um aspecto que não pode ser negligenciado.

Os resultados da revisão também destacam a importância da formação e capacitação de profissionais que trabalham com crianças e adolescentes com TEA. Os educadores e terapeutas que possuem formação específica em TEA estão mais bem equipados para oferecer o suporte necessário e adaptar as estratégias de ensino e intervenção. A literatura aponta que a colaboração multidisciplinar — envolvendo psicólogos, terapeutas ocupacionais e educadores — é crucial para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento. Silva e Rocha (2020) reforçam que, quando esses profissionais trabalham em conjunto, as intervenções se tornam mais integradas e eficazes, promovendo uma abordagem holística que considera as múltiplas dimensões do desenvolvimento da criança.

A revisão da literatura revelou que as mudanças comportamentais de crianças e adolescentes com TEA são influenciadas por diversos fatores, incluindo a fase do desenvolvimento, a qualidade das intervenções, o ambiente escolar e o suporte familiar. Os desafios são variados e complexos, exigindo uma abordagem abrangente que considere não apenas as necessidades individuais das crianças, mas também o contexto em que vivem. O desenvolvimento de políticas públicas que garantam formação adequada para profissionais, suporte para famílias e ambientes educacionais inclusivos é fundamental para melhorar os resultados para indivíduos com TEA. Futuras pesquisas devem continuar a explorar essas interações complexas, a fim de promover intervenções mais eficazes e integradas que respeitem a singularidade de cada criança e adolescente no espectro. A revisão realizada também destacou a necessidade urgente de adaptar as abordagens e intervenções para atender a diversidade dentro do espectro do autismo. É importante reconhecer que o TEA não se manifesta de maneira homogênea. Silva e Andrade (2019) mencionam que a variabilidade dos sintomas e comportamentos associados ao TEA exige uma personalização das intervenções, que considerem as particularidades de cada indivíduo. Assim, estratégias de intervenção que funcionam para uma criança podem não ser eficazes para outra, mesmo dentro do mesmo grupo etário. Essa personalização é especialmente crucial durante a adolescência, quando questões de identidade e autonomia se tornam mais proeminentes. Mendes e Costa (2021) afirmam que os jovens autistas frequentemente se deparam com a necessidade de afirmar sua identidade e integrar-se a grupos sociais, o que pode ser um desafio significativo devido às suas dificuldades sociais.

O papel da tecnologia também deve ser considerado nas intervenções para o TEA. Com o avanço das ferramentas digitais e aplicativos, houve um aumento no uso de tecnologias assistivas que podem facilitar a comunicação e o aprendizado de crianças com TEA. Estudos como o de Lima et al. (2020) demonstram que o uso de aplicativos de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) pode ajudar a melhorar as habilidades comunicativas, especialmente em crianças que apresentam dificuldades significativas nesse aspecto. O acesso a essas tecnologias pode proporcionar uma nova dimensão de interação social e aprendizagem, permitindo que as crianças expressem suas necessidades e emoções de maneiras que anteriormente poderiam ser desafiadoras. Outro ponto relevante discutido na literatura diz respeito ao impacto da inclusão social e educacional na autoestima e no bem-estar emocional de crianças e adolescentes com TEA. Carvalho e Nogueira (2021) ressaltam que a participação em ambientes inclusivos pode promover um senso de pertencimento e identidade, fundamentais para o desenvolvimento da

autoimagem. No entanto, a inclusão não deve ser apenas uma política educacional; deve ser acompanhada de práticas que realmente favoreçam a aceitação e a integração de alunos com TEA. Isso envolve a sensibilização de toda a comunidade escolar, incluindo colegas, pais e educadores, sobre o que significa ser autista e como cada um pode contribuir para um ambiente mais acolhedor.

O impacto das expectativas sociais também deve ser abordado. Freitas et al. (2020) destacam que, muitas vezes, as expectativas em relação ao comportamento e às habilidades das crianças com TEA podem ser irrealistas, levando a pressões adicionais sobre esses indivíduos e suas famílias. Essas expectativas podem gerar ansiedade e insegurança tanto nas crianças quanto nos adolescentes, o que pode se manifestar em comportamentos de recusa ou resistência à participação em atividades sociais. Por isso, é crucial que as intervenções não apenas enfoquem o desenvolvimento de habilidades, mas também promovam um ambiente que valorize a individualidade e a diversidade, permitindo que crianças e adolescentes se sintam seguros e apoiados em suas jornadas. As transições entre fases de desenvolvimento também são momentos críticos que requerem atenção especial. A mudança do ambiente familiar para o escolar pode ser estressante para uma criança com TEA, assim como a transição da infância para a adolescência, onde novas demandas sociais e emocionais surgem. Yin (2015) sugere que programas de apoio que ajudem na transição, como oficinas para crianças e adolescentes com TEA, podem ser benéficos. Esses programas podem incluir habilidades sociais, gerenciamento de tempo e organização, facilitando a adaptação a novos contextos.

A pesquisa também revelou lacunas na literatura que merecem atenção. Embora existam estudos que tratam de intervenções em diversas fases do desenvolvimento, menos atenção tem sido dada às experiências de adultos com TEA. Silva et al. (2019) destacam que o acompanhamento das necessidades e desafios de pessoas autistas na vida adulta é uma área que precisa ser mais explorada, especialmente considerando o aumento da expectativa de vida e a necessidade de suporte contínuo ao longo da vida. Isso implica um entendimento mais profundo sobre como as experiências na infância e na adolescência influenciam a vida adulta, incluindo questões de emprego, relações interpessoais e saúde mental.

Finalmente, a discussão sobre as políticas públicas é essencial. As descobertas deste artigo ressaltam a necessidade de políticas que não apenas assegurem os direitos das crianças e adolescentes com TEA, mas que também garantam a implementação de práticas educativas inclusivas e a disponibilização de recursos para famílias. O apoio governamental, que inclui financiamento para programas de capacitação e recursos tecnológicos, é fundamental para a criação de um ambiente mais inclusivo e propício ao desenvolvimento dessas crianças. Minayo (2004) enfatiza que políticas públicas efetivas devem ser baseadas em evidências científicas e práticas que considerem a realidade local e as necessidades das famílias e indivíduos.

Concluindo, a análise dos comportamentos infantis e das mudanças ao longo das fases de desenvolvimento em crianças e adolescentes com TEA evidencia a complexidade desse transtorno e a importância de uma abordagem multidimensional. A partir dos resultados apresentados, é possível perceber que as intervenções devem ser adaptativas, personalizadas e integradas, levando em consideração não apenas as características individuais de cada criança, mas também o contexto social, familiar e educacional em que estão inseridas. Somente através de uma compreensão holística e do trabalho colaborativo entre profissionais, famílias e a

comunidade será possível promover um desenvolvimento mais saudável e inclusivo para aqueles que vivem com o TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta desafios significativos em cada fase do desenvolvimento infantil e adolescente, exigindo uma abordagem multidimensional que considere as especificidades e necessidades de cada indivíduo. Ao longo da revisão bibliográfica, ficou evidente que as intervenções precoces desempenham um papel crucial na melhoria das habilidades sociais e de comunicação, impactando positivamente o desenvolvimento a longo prazo. À medida que as crianças avançam para a fase escolar e, subsequentemente, para a adolescência, a necessidade de um ambiente educacional inclusivo se torna cada vez mais premente. É fundamental que as instituições de ensino estejam preparadas para atender às necessidades dos alunos com TEA, promovendo uma cultura de aceitação e compreensão. Além disso, o apoio familiar se revelou um elemento vital no processo de desenvolvimento. Famílias bem informadas e apoiadas são mais capazes de aplicar estratégias eficazes em casa, contribuindo para o bem-estar e a adaptação de seus filhos. Portanto, o fortalecimento das redes de apoio e a disponibilização de recursos para os familiares são essenciais para promover uma convivência harmoniosa e produtiva.

A tecnologia, por sua vez, emerge como uma aliada importante, oferecendo novas ferramentas para a comunicação e o aprendizado, facilitando a inclusão social e educacional. Contudo, é imprescindível que essas tecnologias sejam utilizadas de forma planejada e adaptada às necessidades individuais de cada criança. O desenvolvimento de políticas públicas que assegurem os direitos e o suporte necessários para crianças e adolescentes com TEA é crucial. Isso envolve não apenas a promoção de práticas inclusivas nas escolas, mas também o investimento em formação para educadores e profissionais de saúde, além da criação de programas de apoio que abarquem todas as dimensões da vida dessas crianças e jovens.

Em suma, as estratégias para lidar com o TEA devem ser personalizadas e integradas, levando em consideração a diversidade das experiências e desafios enfrentados por essas crianças e adolescentes. O compromisso coletivo de profissionais, famílias e sociedade é fundamental para promover um futuro mais inclusivo e promissor para todos aqueles que estão no espectro do autismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, C.; SILVA, M. O impacto da intervenção precoce no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Brasileira de Terapias Comportamentais*, v. 14, n. 1, p. 23-34, 2018.
- CARVALHO, J.; NOGUEIRA, M. Inclusão escolar e desenvolvimento infantil: desafios para alunos com TEA. *Educação e Pesquisa*, v. 46, p. e 003182, 2021.
- FREITAS, C.; SANTOS, L.; ALMEIDA, R. A importância das habilidades sociais no desenvolvimento de crianças autistas. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 22, n. 1, p. 12-22, 2020.
- LIMA, F. S.; SILVA, L. T. COSTA, A. R. Tecnologia e autismo: novas perspectivas para o aprendizado. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 2, p. 241-258, 2020.
- MELO, A. M.; RIVITTI, C. Transtorno do Espectro Autista: uma revisão das práticas educativas. *Jornal de Pediatria*, v. 93, n. 6, p. 545-552, 2017.
- MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. São Paulo: Vozes, 2004.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.
- SILVA, T. M.; ROCHA, P. Intervenções educativas para crianças com TEA: um estudo de caso. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 2, p. 123-135, 2020.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e método*. Porto Alegre: Penso, 2015.

EDUCAÇÃO PARA TODOS: CRIANDO MATERIAIS INCLUSIVOS E FUNCIONAIS

EDUCATION FOR ALL: CREATING INCLUSIVE AND FUNCTIONAL MATERIALS

EDUCACIÓN PARA TODOS: CREACIÓN DE MATERIALES INCLUSIVOS Y FUNCIONALES

Raiane Marques Nunes
Raiane21.marques@gmail.com

NUNES, Raiane Marques. **Educação para todos: Criando materiais inclusivos e funcionais.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 199 – 210, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

RESUMO

A criação de materiais inclusivos visa garantir o acesso ao conhecimento e a participação de alunos com diferentes necessidades, promovendo a adaptação pedagógica e respeitando suas especificidades. O objetivo geral deste trabalho é discutir os processos e as práticas envolvidas na criação de materiais didáticos inclusivos, destacando as adaptações necessárias para que todos os alunos possam participar ativamente das atividades escolares. A metodologia deste estudo segue uma revisão bibliográfica. A análise dos resultados revela que a integração da educação ambiental nas escolas deve ser vista como uma oportunidade de transformação, e não apenas uma obrigação legal. A aplicação da Lei nº 9.795/99 pode gerar mudanças positivas, desde que haja articulação entre teoria, prática e formação contínua dos educadores. A educação ambiental precisa ser inclusiva, considerando as necessidades diversas dos alunos para garantir o acesso universal ao conhecimento e à prática ambiental. Os principais obstáculos incluem a formação inadequada dos professores, a falta de recursos materiais e a resistência dos educadores. Essas barreiras indicam a necessidade de políticas públicas eficazes e de capacitação contínua dos profissionais da educação. A contribuição deste estudo é a identificação dos desafios e oportunidades para melhorar a educação ambiental nas escolas, com a aplicação robusta da Lei nº 9.795/99 e maior articulação entre escolas, gestores públicos e comunidades. A pesquisa também sugere um aprofundamento nas práticas pedagógicas inclusivas. Para estudos futuros, recomenda-se a implementação de programas de formação contínua para educadores, a avaliação do impacto de tecnologias educacionais e a investigação da percepção dos alunos sobre a educação ambiental.

Palavras-chave: Educação ambiental. Inclusão escolar. Formação de professores. Lei nº 9.795/99. Práticas pedagógicas.

SUMMARY

The creation of inclusive materials aims to guarantee access to knowledge and participation for students with different needs, promoting pedagogical adaptation and respecting their specificities. The general objective of this paper is to discuss the processes and practices involved in the creation of inclusive teaching materials, highlighting the necessary adaptations so that all students can actively participate in school activities. The methodology of this study follows a literature review. The analysis of the results reveals that the integration of environmental education in schools should be seen as an opportunity for transformation, and not just a legal obligation. The application of Law No. 9.795/99 can generate positive changes, as long as there is coordination between theory, practice and ongoing training of educators. Environmental education needs to be inclusive, considering the diverse needs of students to guarantee universal access to environmental knowledge and practice. The main obstacles include inadequate teacher training, lack of material resources and resistance from educators. These barriers indicate the need for effective public policies and ongoing training of education professionals. The contribution of this study is the identification of challenges and opportunities to improve environmental education in schools, with the robust application of Law No. 9.795/99 and greater coordination between schools, public administrators and communities. The research also suggests a deeper understanding of inclusive pedagogical practices. For future studies, it is recommended that continuing education programs be implemented for educators, that the impact of educational technologies be assessed and that students' perceptions of environmental education be investigated.

Keywords: Environmental education. School inclusion. Teacher training. Law No. 9.795/99. Pedagogical practices.

RESUMEN

La creación de materiales inclusivos tiene como objetivo garantizar el acceso al conocimiento y la participación de estudiantes con necesidades diferentes, promoviendo la adaptación pedagógica y respetando sus especificidades. El objetivo general de este trabajo es discutir los procesos y prácticas involucradas en la creación de materiales didácticos inclusivos, destacando las adaptaciones necesarias para que todos los estudiantes puedan participar activamente en las actividades escolares. La metodología de este estudio sigue una revisión de la literatura. El análisis de los resultados revela que la integración de la educación ambiental en las escuelas debe verse como una oportunidad de transformación, y no sólo una obligación legal. La aplicación de la Ley nº 9.795/99 puede generar cambios positivos, siempre que exista coordinación entre la teoría, la práctica y la formación permanente de los educadores. La educación ambiental debe ser inclusiva y considerar las diversas necesidades de los estudiantes para garantizar el acceso universal al conocimiento y la práctica ambientales. Los principales obstáculos incluyen la formación inadecuada de los docentes, la falta de recursos materiales y la resistencia de los educadores. Estas barreras indican la necesidad de políticas públicas efectivas y de formación continua de los profesionales de la educación. La contribución de este estudio es la identificación de desafíos y oportunidades para mejorar la educación ambiental en las escuelas, con la aplicación robusta de la Ley nº 9.795/99 y una mayor coordinación entre escuelas, gestores públicos y comunidades. La investigación también sugiere una inmersión más profunda en las prácticas pedagógicas inclusivas. Para futuros estudios, se recomienda implementar programas de formación continua para educadores, evaluar el impacto de las tecnologías educativas e investigar la percepción de los estudiantes sobre la educación ambiental.

Palabras clave: Educación ambiental. Inclusión escolar. Formación docente. Ley nº 9.795/99. Prácticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A criação de materiais inclusivos e funcionais representa uma abordagem significativa na promoção de uma educação para todos, atendendo à diversidade de alunos com diferentes necessidades educacionais. Esse processo visa proporcionar a todos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais, o pleno acesso ao conhecimento e a participação efetiva no ambiente escolar. O desenvolvimento desses materiais é uma prática que busca não apenas a adaptação do conteúdo pedagógico, mas também a inclusão de alunos com deficiência, respeitando e valorizando suas especificidades (Almeida; Dos Santos, 2023; Custódio *et al.*, 2023).

No entanto, a criação desses materiais não se restringe à adaptação física, mas envolve a reflexão sobre o conteúdo, as metodologias e as práticas pedagógicas utilizadas nas escolas, que muitas vezes não são acessíveis para todos. Esse cenário revela a necessidade de revisitar e repensar as formas de ensinar, a fim de garantir que todas as crianças, especialmente aquelas com deficiências, possam participar de forma ativa e equitativa das atividades escolares. Dessa forma, surge o problema de pesquisa deste trabalho: quais são os processos e as práticas eficazes para a criação de materiais didáticos inclusivos que favoreçam a participação ativa de todos os alunos, independentemente de suas necessidades (De Góes; De Laplane, 2022; De Oliveira, 2023).

O problema de pesquisa será investigado a partir da análise de práticas pedagógicas e da caracterização de materiais didáticos adaptados às necessidades de alunos com deficiências, com ênfase em como essas adaptações contribuem para a inclusão efetiva no contexto educacional. As hipóteses a serem exploradas incluem: a adequação do material didático às necessidades dos alunos com deficiência motora ou cognitiva, a relação entre a acessibilidade dos materiais e o desempenho escolar desses alunos, e a percepção dos educadores sobre os impactos de materiais inclusivos nas práticas pedagógicas (De Souza, 2024; Marques *et al.*, 2023).

A relevância deste trabalho reside na sua contribuição para a construção de uma sociedade justa e inclusiva, além de proporcionar à comunidade acadêmica uma análise aprofundada das práticas e políticas que envolvem a criação de materiais didáticos para a educação inclusiva. A abordagem prática deste estudo pode subsidiar a formulação de políticas públicas e estratégias pedagógicas eficazes para promover uma educação que respeite a diversidade e garanta a equidade no ambiente escolar (Nogueira Et Al., 2022; Souto et al., 2024).

O objetivo geral deste trabalho é discutir os processos e as práticas envolvidas na criação de materiais didáticos inclusivos, destacando as adaptações necessárias para que todos os alunos possam participar ativamente das atividades escolares. Os objetivos específicos incluem: (1) caracterizar os materiais didáticos inclusivos, (2) classificar as principais adaptações necessárias para atender às necessidades de alunos com diferentes deficiências, e (3) exemplificar as boas práticas no desenvolvimento e implementação desses materiais nas escolas.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo segue uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, estruturada por meio de uma revisão bibliográfica. O objetivo principal é reunir e analisar informações sobre os processos e práticas envolvidas na criação de materiais didáticos inclusivos, com foco nas adaptações necessárias para garantir a participação ativa de alunos com diferentes deficiências nas atividades escolares. A análise busca caracterizar, classificar e exemplificar as boas práticas no desenvolvimento desses materiais.

A seleção das fontes foi orientada por critérios específicos, que priorizaram artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, com ênfase em periódicos de renome, livros acadêmicos e dissertações de programas de pós-graduação reconhecidos. Artigos duplicados, revisões narrativas e fontes que não correspondiam diretamente à questão de pesquisa foram excluídos. Os temas-chave utilizados para a busca de literatura incluíram "materiais didáticos inclusivos", "adaptações pedagógicas para alunos com deficiência", "acessibilidade educacional" e "práticas pedagógicas inclusivas". Esses termos permitiram a identificação de estudos que abordassem os diversos aspectos relacionados à criação de materiais adaptados e às práticas pedagógicas inclusivas.

As buscas foram realizadas em bases de dados acadêmicas como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar. Além disso, foram priorizadas fontes de acesso gratuito ou institucional, garantindo uma amostra representativa e atualizada dos principais estudos sobre o tema. As palavras-chave previamente definidas orientaram a identificação de publicações que abordassem tanto os aspectos teóricos quanto práticos da criação e implementação de materiais inclusivos nas escolas, assegurando a relevância e qualidade das informações analisadas. Por fim, para a análise dos dados, foi adotada uma abordagem qualitativa descritiva, onde os principais achados foram organizados e discutidos conforme os objetivos específicos do estudo, possibilitando uma visão ampla das práticas e desafios na criação de materiais didáticos inclusivos.

REVISÃO DE LITERATURA

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A NECESSIDADE DE MATERIAIS FUNCIONAIS

A educação inclusiva tem como premissa a promoção de igualdade de oportunidades no processo educacional, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades, tenham acesso aos mesmos conteúdos e formas de aprendizado. A inclusão escolar visa transformar a realidade educacional, eliminando barreiras que dificultam a participação de alunos com diferentes deficiências. A proposta da educação inclusiva é proporcionar um ensino que valorize a diversidade e ofereça condições adequadas para que cada estudante possa desenvolver seu potencial de maneira plena. Essa abordagem está fundamentada no reconhecimento de que todos possuem direito ao ensino de qualidade, independentemente das dificuldades que possam apresentar, como deficiências físicas, sensoriais ou cognitivas (De Souza, 2024).

No contexto da educação inclusiva, os materiais pedagógicos precisam ser adaptados de forma a garantir a acessibilidade e a participação ativa dos alunos com deficiências, favorecendo a equidade no processo de aprendizagem. A falta de materiais adequados pode ser um obstáculo para o avanço de alunos com necessidades especiais, prejudicando o acesso ao conteúdo e a interação com o ambiente escolar. Assim, a necessidade de criar materiais funcionais que atendam à diversidade de alunos torna-se uma prioridade. Tais materiais devem ser pensados não apenas para a adaptação física, mas também para garantir que todos os alunos possam se engajar com o conteúdo de forma eficaz, independentemente das limitações que apresentem (De Oliveira, 2023).

A definição de educação inclusiva envolve a promoção de um ambiente escolar acessível, em que todos os alunos possam participar plenamente das atividades propostas, desenvolvendo-se de acordo com suas capacidades. Para que isso seja possível, é necessário que os profissionais da educação estejam preparados para compreender e atender a essa diversidade. O educador tem um papel central nesse processo, sendo responsável por adaptar estratégias e criar soluções que garantam a efetiva inclusão de todos os alunos. Isso exige uma formação contínua e a compreensão de que a inclusão não é apenas uma responsabilidade da instituição escolar, mas um esforço coletivo que envolve toda a comunidade educativa (Custódio, 2023).

A construção de materiais pedagógicos inclusivos deve ser pensada em diferentes dimensões. Para alunos com deficiência visual, por exemplo, é fundamental a adaptação do conteúdo para formatos acessíveis, como braille ou áudio. Já para alunos com deficiência auditiva, o uso de recursos visuais e a adaptação de textos para Libras podem ser essenciais. Além disso, alunos com deficiências cognitivas podem se beneficiar de recursos didáticos que simplifiquem as informações e as apresentem de forma visual e interativa. O objetivo desses materiais é garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam acessar e compreender o conteúdo de maneira plena (De Goe & De Laplane, 2022).

A criação de materiais pedagógicos adaptados é um processo que envolve a consideração de diversas especificidades e necessidades dos alunos. Não se trata apenas de uma tradução do conteúdo para outras formas, mas de uma verdadeira reinterpretação do ensino,

buscando formas alternativas que assegurem a participação ativa de todos. Nesse sentido, a tecnologia tem se mostrado uma aliada importante, oferecendo ferramentas que facilitam a criação de materiais acessíveis, como softwares educativos adaptados, recursos multimodais e plataformas de aprendizagem digital. Tais tecnologias possibilitam que o conteúdo seja transmitido de maneira personalizada, atendendo às necessidades individuais de cada aluno (Almeida & Dos Santos, 2023).

A inclusão escolar não se limita à adaptação de materiais, mas envolve um compromisso com a mudança de atitudes e práticas pedagógicas. Os educadores devem ser preparados para identificar as necessidades de seus alunos e agir de maneira proativa para criar um ambiente inclusivo. Isso inclui o desenvolvimento de práticas que promovam a autonomia, a participação e a aprendizagem colaborativa entre os alunos, respeitando as diversidades de cada um. Ao integrar esses elementos no cotidiano escolar, é possível criar um ambiente inclusivo, onde todos os alunos possam aprender juntos, respeitando suas particularidades e potencializando suas capacidades (Souto et al., 2024).

A adaptação dos materiais pedagógicos deve ser baseada em uma análise detalhada das necessidades dos alunos. Isso implica a compreensão profunda das deficiências e das limitações que os estudantes enfrentam, além de um conhecimento sobre os recursos disponíveis para atendê-los. A criação de materiais inclusivos exige que os educadores busquem alternativas inovadoras, sempre com o objetivo de garantir que todos os alunos possam acessar o conteúdo de forma eficaz. A revisão constante desses materiais também é importante, pois as necessidades podem mudar ao longo do tempo, e as soluções devem ser ajustadas conforme a evolução dos alunos e da sociedade (De Souza, 2024).

A implementação de materiais pedagógicos inclusivos nas escolas exige um esforço conjunto de educadores, gestores e políticas públicas. A garantia de que todos os alunos tenham acesso a materiais adaptados está intimamente ligada à implementação de políticas educacionais que promovam a inclusão em todos os níveis de ensino. Tais políticas devem contemplar a formação continuada dos profissionais da educação, o investimento em recursos tecnológicos e a criação de materiais que atendam a uma diversidade de necessidades. Além disso, é essencial que as escolas promovam um ambiente onde as diferenças sejam respeitadas e celebradas, contribuindo para o desenvolvimento pleno de todos os estudantes (De Oliveira, 2023).

A análise das práticas educacionais inclusivas também revela que a presença de materiais adaptados não é suficiente por si só para garantir a inclusão efetiva. É necessário que os professores adotem metodologias que favoreçam a participação de todos os alunos, criando oportunidades para a colaboração, o intercâmbio de ideias e o desenvolvimento de habilidades. O uso de tecnologias, juntamente com materiais didáticos adequados, pode promover uma aprendizagem significativa e eficaz para todos os estudantes. Portanto, a criação de materiais pedagógicos inclusivos deve ser vista como uma parte de um processo maior, que envolve a transformação do ambiente escolar em um espaço de aprendizagem para todos (Marques et al., 2023).

O processo de inclusão escolar também se reflete na valorização da diversidade cultural e social. Os materiais pedagógicos devem refletir essa diversidade, permitindo que os alunos se vejam representados nas práticas educacionais. A inclusão deve ir além da adaptação de conteúdo, englobando uma abordagem que respeite e promova a diversidade cultural, racial e

social. O ensino das culturas afro-brasileira, africana e indígena, por exemplo, é fundamental para a construção de um ambiente inclusivo e plural, no qual todos os alunos possam se sentir pertencentes e valorizados (Pereira, 2024).

TIPOS DE MATERIAIS INCLUSIVOS E SUAS APLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO

A utilização de materiais inclusivos tem se mostrado fundamental no processo de ensino, principalmente para atender às diversas necessidades dos alunos. Dentre esses materiais, destacam-se os livros e textos em braille, que possibilitam o acesso ao conteúdo escrito para alunos com deficiência visual. Além disso, softwares de leitura, que convertem texto em áudio, têm sido aplicados de forma eficaz para auxiliar na compreensão de textos por estudantes com diferentes deficiências. Esses recursos contribuem para garantir o aprendizado e a participação ativa de todos os alunos nas atividades escolares, promovendo a inclusão educacional (Marques et al., 2023).

Recursos audiovisuais também são amplamente utilizados como materiais inclusivos. Eles oferecem uma abordagem multimodal ao aprendizado, permitindo que os alunos interajam com o conteúdo de forma dinâmica. Vídeos e apresentações, por exemplo, podem ser usados para complementar as explicações do professor e garantir que todos os alunos, independentemente de suas deficiências, compreendam o conteúdo de forma clara. A utilização de recursos audiovisuais, como legendas e vídeos com tradução em libras, favorece o acesso ao conhecimento, especialmente para alunos com deficiência auditiva e cognitiva (Custódio et al., 2023).

Outro exemplo importante são as tecnologias assistivas, que englobam dispositivos e softwares projetados para facilitar o acesso e a participação dos alunos com necessidades especiais. Essas tecnologias incluem desde aparelhos para aumentar a percepção auditiva até recursos que melhoram a mobilidade e a interação dos alunos com o ambiente escolar. O uso de tecnologias assistivas tem se mostrado eficaz em vários contextos educacionais, permitindo que os alunos se integrem de maneira plena ao processo de ensino-aprendizagem (De Goe & De Laplane, 2022).

Os materiais manipulativos, que envolvem objetos concretos que os alunos podem tocar e explorar, são especialmente úteis para alunos com deficiências cognitivas, pois permitem que eles visualizem e experimentem conceitos abstratos de maneira tangível. Materiais manipulativos, como blocos de construção, jogos pedagógicos e outros recursos interativos, facilitam a compreensão de conteúdos complexos e favorecem a participação ativa dos alunos nas atividades escolares (Souto et al., 2024).

Além disso, a adaptação dos conteúdos programáticos para incluir materiais inclusivos também é um passo essencial para garantir a equidade educacional. Ao revisar o currículo e torná-lo acessível a todos, os professores asseguram que nenhum aluno seja excluído do processo de aprendizagem devido a barreiras físicas, sensoriais ou cognitivas. Isso envolve a adaptação de textos, recursos audiovisuais e a introdução de novas tecnologias, a fim de atender às necessidades específicas de cada aluno (De Souza, 2024).

As estratégias de ensino, aliadas aos materiais inclusivos, têm um impacto direto na construção do conhecimento pelos alunos. No caso de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por exemplo, a combinação de materiais adaptados e práticas pedagógicas

específicas contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas, promovendo uma maior integração no ambiente escolar. O uso de materiais inclusivos facilita a participação ativa desses alunos, além de garantir que eles possam interagir com o conteúdo de maneira personalizada (De Oliveira, 2023).

Os livros didáticos adaptados para alunos com deficiência, como os disponibilizados no Programa Nacional do Livro Didático, são exemplos de como a educação inclusiva pode ser concretizada por meio de materiais específicos. A inclusão de recursos como livros em braille e com letras ampliadas, além de versões digitais com leitura em áudio, tem sido uma estratégia eficaz para garantir o acesso dos alunos com deficiência visual aos conteúdos escolares. A evolução do programa de livros didáticos no Brasil reflete a preocupação com a inclusão de alunos com diferentes necessidades educacionais (Marques et al., 2023).

Além disso, a formação continuada dos professores é imprescindível para a implementação efetiva do uso de materiais inclusivos em sala de aula. A capacitação dos educadores sobre como utilizar esses recursos de forma adequada contribui para a criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo, no qual todos os alunos, independentemente de suas limitações, possam desenvolver seu potencial. A formação permite que os professores se sintam preparados para adaptar o currículo e utilizar as tecnologias e materiais adequados para atender às necessidades de seus alunos (De Souza, 2024).

Por fim, os materiais inclusivos não se limitam a recursos físicos ou tecnológicos, mas também envolvem abordagens pedagógicas e metodológicas adaptadas. Isso inclui o uso de práticas de ensino diferenciadas, que respeitem os ritmos e as necessidades de cada aluno. A inclusão efetiva no processo de ensino requer que os materiais sejam apenas uma parte de um esforço maior para criar uma educação acessível e equitativa, que garanta a participação de todos os alunos, sem exceção (Nogueira et al., 2022).

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA CRIAR MATERIAIS FUNCIONAIS E INCLUSIVOS

A criação de materiais pedagógicos inclusivos é uma prática essencial no ambiente escolar, pois permite que todos os alunos, independentemente de suas limitações, tenham acesso ao conteúdo educacional. A adaptação dos conteúdos curriculares é uma das principais estratégias para garantir a inclusão de alunos com necessidades específicas. Isso envolve a modificação de textos, a ampliação de fontes ou a utilização de recursos digitais que possibilitem uma melhor compreensão das informações. A adaptação não se limita apenas à simplificação do conteúdo, mas também à reorganização de sua estrutura, para que alunos com diferentes dificuldades possam absorver e interagir com o material de maneira eficaz (De Souza, 2024).

O uso de recursos multimodais é outra estratégia importante na criação de materiais pedagógicos inclusivos. A multimodalidade, que combina texto, áudio, imagens e vídeos, proporciona uma abordagem abrangente para o aprendizado, permitindo que os alunos se envolvam com o conteúdo de maneiras diversas. Ao incorporar diferentes formas de comunicação, os professores tornam o ensino acessível e estimulante para alunos com necessidades especiais, como aqueles com deficiências auditivas ou visuais. A adaptação do

conteúdo através de múltiplos canais de comunicação é essencial para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e acessível a todos (Custódio et al., 2023).

As tecnologias assistivas são projetadas para facilitar o acesso ao conteúdo educacional, proporcionando suporte a alunos com diferentes tipos de deficiências. Softwares de leitura, como os que convertem texto em fala, ou dispositivos de ampliação de texto são exemplos de tecnologias que podem ser usadas para adaptar materiais pedagógicos. Essas ferramentas ajudam a garantir que os alunos com deficiências visuais ou auditivas possam acessar o conteúdo de forma eficiente, promovendo uma maior autonomia no aprendizado (De Goe & De Laplane, 2022).

Além disso, a utilização de recursos audiovisuais, como vídeos e apresentações multimídia, tem se mostrado eficaz na adaptação de materiais pedagógicos. Esses recursos oferecem uma alternativa dinâmica e envolvente ao conteúdo tradicional, facilitando a compreensão de conceitos abstratos. Para alunos com dificuldades de leitura ou deficiência cognitiva, a explicação visual dos conteúdos pode ser uma forma acessível de transmissão de conhecimento. A criação de materiais audiovisuais que incluam legendas ou traduções em libras também é uma importante estratégia para atender aos alunos surdos ou com dificuldades auditivas (Nogueira et al., 2022).

No contexto de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a criação de materiais pedagógicos adaptados deve levar em consideração as particularidades dessa condição. Estratégias como a utilização de imagens claras e diretas, a organização visual dos conteúdos e a apresentação de informações de forma sequencial ajudam a melhorar a compreensão de alunos com TEA. Materiais que incentivem a interação, como jogos pedagógicos e atividades manipulativas, também são eficazes no apoio ao desenvolvimento cognitivo e social desses alunos, promovendo uma aprendizagem significativa (De Oliveira, 2023).

A personalização dos materiais pedagógicos de acordo com as necessidades individuais dos alunos é uma das práticas eficazes para garantir a inclusão. Isso pode ser feito através da criação de planos de ensino diferenciados, que considerem as habilidades e limitações de cada estudante. Ao criar materiais personalizados, os professores podem ajudar a superar as barreiras que os alunos enfrentam em relação ao aprendizado, proporcionando uma educação equitativa e acessível. A personalização também pode envolver a adaptação de atividades e exercícios para que todos os alunos, independentemente de suas deficiências, possam participar de forma ativa e produtiva (Almeida & dos Santos, 2023).

A formação dos docentes é um componente crucial na criação de materiais pedagógicos inclusivos. Os professores precisam ser capacitados para identificar as necessidades dos alunos e adaptar o conteúdo de maneira adequada. A formação contínua sobre o uso de tecnologias assistivas, recursos audiovisuais e estratégias de ensino diferenciadas contribui para que os educadores possam desenvolver materiais inclusivos de forma eficaz. Além disso, a troca de experiências entre os profissionais da educação é uma forma importante de ampliar o repertório pedagógico e melhorar a prática inclusiva nas escolas (De Souza, 2024).

A colaboração entre a escola, a família e os profissionais de apoio também é fundamental na criação de materiais pedagógicos inclusivos. O envolvimento da família no processo educacional permite que as necessidades dos alunos sejam identificadas e atendidas de forma precisa. Além disso, os profissionais de apoio, como psicopedagogos e terapeutas,

podem contribuir com estratégias específicas para a adaptação dos materiais e atividades, promovendo uma abordagem integrada e eficaz no processo de ensino (Souto et al., 2024).

Outro aspecto importante na criação de materiais pedagógicos inclusivos é a utilização de materiais manipulativos, que permitem a exploração concreta de conceitos abstratos. Para alunos com deficiências cognitivas, os materiais manipulativos ajudam a tornar o aprendizado tangível, facilitando a compreensão e a retenção de informações. Além disso, os materiais manipulativos podem ser adaptados para atender às necessidades específicas de cada aluno, tornando o ensino acessível (De Souza, 2024).

Por fim, a avaliação do impacto dos materiais pedagógicos inclusivos também é essencial para garantir sua eficácia. A monitorização constante do progresso dos alunos e a adaptação dos materiais conforme necessário são práticas fundamentais para o sucesso da inclusão. Ao avaliar continuamente as estratégias utilizadas e o envolvimento dos alunos com os materiais, os professores podem identificar áreas de melhoria e garantir que todos os alunos, independentemente de suas limitações, tenham acesso a uma educação de qualidade (Oliveira, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo sobre a aplicação da Lei nº 9.795/99, com foco na educação ambiental nas escolas, trouxe à tona diferentes desafios e avanços nas práticas pedagógicas em diversas instituições educacionais. Os resultados observados nos artigos analisados confirmam que, embora a educação ambiental seja um tema crescente, sua implementação ainda enfrenta obstáculos. Almeida e dos Santos (2023) destacam que, nos Institutos Federais, a temática ambiental é abordada de maneira interdisciplinar, mas com a necessidade de maior integração e articulação entre os diversos departamentos. Essa falta de coordenação limita o impacto das iniciativas, mostrando que a implementação de políticas ambientais, mesmo com boa estrutura, ainda precisa ser sistematizada. O estudo reforça a hipótese de que a abordagem ambiental é pontual e não transversal, o que restringe sua efetividade.

Por outro lado, a pesquisa de Custódio et al. (2023), ao explorar os desafios e perspectivas da inclusão nas escolas de Cachoeira Dourada-GO, revela que o sucesso de iniciativas ambientais depende profundamente do contexto local e da capacitação dos educadores. Embora as escolas públicas tenham feito progressos na implementação de práticas sustentáveis, como coleta seletiva e hortas escolares, os resultados mostram que a resistência e a falta de compreensão dos professores sobre a relevância da educação ambiental comprometem o avanço das ações. Esses resultados indicam que a Lei nº 9.795/99 tem uma aplicação desigual, com algumas escolas avançando que outras devido à falta de uma formação contínua e especializada dos educadores. A percepção dos educadores sobre a eficácia das iniciativas revela que, apesar de muitas ações estarem sendo executadas, elas não geram impacto substancial, muitas vezes pela falta de continuidade e aprofundamento no tema.

A pesquisa de De Goe e De Laplane (2022) sobre políticas e práticas de educação inclusiva também fornece informações para o debate sobre a educação ambiental. Eles abordam a importância da formação docente no processo de inclusão e na aplicação de práticas pedagógicas adaptativas, o que se reflete no ensino da educação ambiental. Em escolas inclusivas, onde há uma diversidade maior de alunos com diferentes necessidades, a integração

da educação ambiental precisa ser ainda cuidadosa. De acordo com os autores, a eficácia das iniciativas ambientais nas escolas inclusivas está vinculada à capacidade de adaptar as práticas pedagógicas às especificidades dos alunos. Isso evidencia que a formação continuada dos educadores é essencial não só para a educação inclusiva, mas também para que as questões ambientais sejam adequadamente discutidas e implementadas no currículo escolar.

De Souza (2024) também aborda a importância da acessibilidade e da adaptação do conteúdo programático nas escolas, especialmente no ensino básico. Ao comparar os avanços na implementação de práticas inclusivas e ambientais, observamos que a educação ambiental nas escolas não pode ser tratada de forma isolada. A implementação de práticas ambientais eficazes exige que os materiais pedagógicos sejam acessíveis e adaptados às necessidades de todos os alunos, inclusive os com deficiência. A pesquisa sugere que, mesmo em escolas que apresentam ações ambientais, a falta de um programa estruturado e acessível para todos os alunos limita a eficácia desses projetos, especialmente quando não há materiais adequados para estudantes com dificuldades de aprendizagem ou deficiências. Assim, a adaptação dos conteúdos e a acessibilidade não podem ser vistas como práticas independentes, mas devem caminhar juntas para promover uma educação ambiental verdadeiramente inclusiva.

Em relação à Lei nº 9.795/99, que visa a implementação de práticas ambientais nas escolas, observa-se que a aplicação dessa legislação, conforme indicam os estudos de Oliveira (2023) e Nogueira et al. (2022), ainda está distante de ser universal. A pesquisa indica que muitas escolas públicas ainda não receberam capacitação adequada sobre como aplicar a legislação de forma eficaz. A falta de recursos e a resistência dos professores, especialmente em áreas periféricas ou rurais, contribuem para a implementação fragmentada e ineficaz da educação ambiental. No entanto, alguns avanços são perceptíveis em escolas que possuem projetos específicos, como hortas escolares e projetos de reciclagem, mas esses projetos são frequentemente realizados sem a devida articulação com o currículo formal.

A pesquisa de Marques et al. (2023) sobre a evolução da garantia de acessibilidade no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) também reflete a necessidade de uma abordagem inclusiva na educação ambiental. Embora os livros didáticos brasileiros estejam progressivamente acessíveis, ainda há uma grande lacuna quando se trata de incluir temas ambientais de forma adaptada. As escolas que adotam livros didáticos acessíveis para alunos com deficiência visual, por exemplo, enfrentam dificuldades em implementar atividades que integrem o conteúdo ambiental de forma prática e eficaz. A necessidade de revisão dos materiais pedagógicos para garantir que a educação ambiental seja parte integral da aprendizagem de todos os alunos é uma recomendação emergente desses estudos.

Além disso, a reflexão sobre os processos inclusivos na educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), como discute De Oliveira (2023), mostra a relevância de se considerar as especificidades dos alunos ao planejar práticas de educação ambiental. O estudo aponta que, quando adaptadas para a compreensão sensorial e cognitiva dos alunos com TEA, as práticas ambientais podem ser eficazes. Tais adaptações incluem o uso de materiais visuais, táteis e auditivos, que facilitam o engajamento dos alunos com as questões ambientais. Isso evidencia que a educação ambiental deve ser pensada de maneira individualizada, levando em consideração as características únicas de cada aluno para garantir a verdadeira inclusão.

Em relação à formação dos professores, os estudos revelam que a capacitação contínua é uma necessidade premente. Custódio et al. (2023) e De Souza (2024) destacam que, embora

existam avanços, a falta de uma formação robusta e específica sobre educação ambiental ainda impede uma implementação eficiente da Lei nº 9.795/99. Além disso, a falta de estratégias pedagógicas claras e a ausência de recursos adequados dificultam a execução de projetos ambientais nas escolas. A formação docente, portanto, não deve se restringir a conteúdos ambientais isolados, mas deve abranger metodologias ativas e práticas que conectem teoria e prática, utilizando tecnologias assistivas e multimodais para promover uma educação ambiental inclusiva.

Outro ponto crucial levantado pelos estudos é a importância da articulação entre as esferas do poder público e as escolas para garantir a efetividade da educação ambiental. O apoio das políticas públicas é fundamental para que as escolas recebam os recursos necessários para implementar projetos ambientais. No entanto, conforme observado nos artigos de Oliveira (2023) e Nogueira et al. (2022), a falta de uma coordenação eficaz entre as políticas locais e federais contribui para a fragmentação das ações ambientais nas escolas, prejudicando a continuidade e a expansão dos projetos.

A análise dos resultados aponta que a integração da educação ambiental nas escolas não pode ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade para promover uma transformação no modo como as futuras gerações interagem com o meio ambiente. A partir dos dados analisados, é possível afirmar que, embora os desafios sejam muitos, a aplicação da Lei nº 9.795/99 tem o potencial de gerar mudanças positivas, desde que haja uma articulação entre teoria, prática e formação contínua dos educadores. Além disso, é imprescindível que a educação ambiental seja tratada de maneira inclusiva, levando em conta a diversidade de alunos e suas necessidades específicas para garantir que todos, sem exceção, tenham acesso ao conhecimento e à prática ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo permitem refletir sobre os avanços e desafios da aplicação da Lei nº 9.795/99 no contexto escolar, com ênfase na educação ambiental. O objetivo geral foi investigar como a educação ambiental tem sido implementada nas escolas, identificando os obstáculos e avanços. O estudo revelou que, apesar das boas intenções e iniciativas pontuais, a implementação da educação ambiental ainda enfrenta dificuldades significativas. A principal limitação observada foi a falta de uma abordagem sistemática e integrada nas práticas pedagógicas, o que compromete o impacto das ações. Embora o estudo tenha mostrado que algumas escolas já realizam projetos ambientais como hortas escolares e reciclagem, essas ações nem sempre são sustentáveis ou efetivas devido à falta de continuidade e capacitação dos educadores.

A metodologia utilizada, que combinou pesquisa documental e análise qualitativa de práticas pedagógicas, permitiu uma compreensão ampla das dificuldades e das potencialidades da educação ambiental nas escolas. Através dessa abordagem, foi possível identificar que a maior parte das barreiras está relacionada à formação inadequada dos professores, à falta de recursos materiais e à resistência dos educadores em integrar temas ambientais ao currículo. Esses fatores destacam a necessidade de políticas públicas eficazes e de uma capacitação contínua dos profissionais da educação para garantir que a educação ambiental seja incorporada de forma transversal e eficaz nos processos de ensino-aprendizagem.

A principal contribuição deste estudo para o campo da educação é a identificação dos desafios e das oportunidades para a melhoria da educação ambiental nas escolas. A pesquisa sugere que a aplicação da Lei nº 9.795/99 precisa ser robusta, com maior articulação entre as escolas, os gestores públicos e as comunidades. Além disso, é necessário um aprofundamento nas práticas pedagógicas inclusivas, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam participar ativamente das atividades ambientais. Para futuros estudos, recomenda-se explorar a implementação de programas de formação contínua para os educadores, avaliar o impacto de tecnologias educacionais na educação ambiental e investigar a percepção dos alunos sobre a educação ambiental nas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rodrigo Emanuel de Souza; DOS SANTOS, Anderson Christopher. A Expansão da Educação Superior nos Institutos Federais (IFs): uma revisão sistemática. 2023.
- CUSTÓDIO, Aliny Silva Martins et al. Inclusão nas escolas municipais de Cachoeira Dourada-GO: desafios e perspectivas. 2023.
- DE GÓE, Maria Cecília Rafael; DE LA PLANE, Adriana Lia Frizzman. Políticas e práticas de educação inclusiva. Autores Associados, 2022.
- DE OLIVEIRA, José Fernando Lima. Processos inclusivos na educação: reflexões atuais sobre práticas pedagógicas e alunos com Transtorno do Espectro Autista-TEA. *Avances de investigação*, v. 10, n. 1, p. 11-37, 2023.
- DE SOUZA, Euclélia Cunha. A interface através da acessibilidade e do conteúdo programático inclusivo adaptado no Ensino Básico de Educação. *Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 8, p. 230-251, 2024.
- DE SOUZA, Euclélia Cunha. Ensino básico de educação na ótica do conteúdo programático inclusivo e a interface da acessibilidade. *Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 8, p. 282-300, 2024.
- MARQUES, L. et al. Evolução da garantia de acessibilidade no programa nacional do livro didático brasileiro. 2023.
- NOGUEIRA, Mara Rosana Barbosa et al. Ações Afirmativas para Inclusão. *Epitaya E-books*, v. 1, n. 5, p. 76-94, 2022.
- OLIVEIRA, Grazielle Rodrigues Vieira de. Educação especial e educação inclusiva: uma análise do atendimento educacional especializado. 2023.
- PEREIRA, Emanuel David Silva. Educação para a Diversidade: O Ensino das Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas Relações Étnico-Raciais. In: *Congresso Internacional de Direito Aplicado*. 2024. p. 229-238.
- SOUTO, Célia Marina Azarias et al. Os caminhos para a inclusão escolar na educação infantil: Desenvolvimento e avanços no Centro-Oeste do Brasil. 2024.

TEA E A SALA DE AULA: ESTRATÉGIAS PARA UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA EFICAZ

ASD AND THE CLASSROOM: STRATEGIES FOR AN EFFECTIVE PEDAGOGICAL APPROACH

TEA Y EL AULA: ESTRATEGIAS PARA UN ENFOQUE PEDAGÓGICO EFECTIVO

Andreia Cristina Farias Pereira
andreiafarias720@gmail

PEREIRA, Andreia Cristina Farias. **Tea e a sala de aula: estratégias para uma abordagem pedagógica eficaz.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 211 – 220, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

Este estudo investiga a importância do papel do professor de apoio no desenvolvimento escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com foco nas práticas pedagógicas inclusivas, os desafios enfrentados e as estratégias colaborativas utilizadas. A pesquisa, de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, analisa como o professor de apoio atua como facilitador entre as necessidades dos alunos com TEA e o currículo escolar, promovendo o desenvolvimento acadêmico, social e emocional. São discutidos aspectos como adaptação curricular, interação social e suporte emocional, além das dificuldades relacionadas à formação docente contínua, recursos pedagógicos e a comunicação com as famílias. A pesquisa conclui que uma inclusão escolar eficaz exige, além de adaptações pedagógicas, a construção de uma cultura escolar inclusiva que reconheça e valorize a diversidade. A formação dos educadores, a colaboração entre profissionais e a disponibilização de recursos adequados são fundamentais para garantir uma inclusão plena e transformadora.

Palavras-chave: Inclusão. Escola. Professor. TEA. Práticas Pedagógicas.

SUMMARY

This study investigates the importance of the role of the support teacher in the school development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), focusing on inclusive pedagogical practices, the challenges faced, and the collaborative strategies used. The research, which is qualitative, bibliographic, and documentary, analyzes how the support teacher acts as a facilitator between the needs of ASD students and the school curriculum, promoting academic, social, and emotional development. Aspects such as curriculum adaptation, social interaction, and emotional support are discussed, as well as challenges related to continuous teacher training, educational resources, and communication with families. The study concludes that effective school inclusion requires not only pedagogical adaptations but also the creation of an inclusive school culture that recognizes and values diversity. Teacher training, collaboration between professionals, and the provision of adequate resources are essential to ensure full and transformative inclusion.

Keywords: Inclusion. School. Teacher. ASD. Pedagogical Practices.

RESUMEN

Este estudio investiga la importancia del papel del profesor de apoyo en el desarrollo escolar de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA), con énfasis en las prácticas pedagógicas inclusivas, los desafíos enfrentados y las estrategias colaborativas utilizadas. La investigación, de carácter cualitativo, bibliográfico y documental, analiza cómo el profesor de apoyo actúa como facilitador entre las necesidades de los estudiantes con TEA y el currículo escolar, promoviendo el desarrollo académico, social y emocional. Se discuten aspectos como la adaptación curricular, la interacción social y el apoyo emocional, así como las dificultades relacionadas con la formación docente continua, los recursos pedagógicos y la comunicación con las familias. El estudio concluye que una inclusión escolar eficaz requiere, además de adaptaciones pedagógicas, la construcción de una cultura escolar inclusiva que reconozca y valore la diversidad. La formación de los educadores, la colaboración entre profesionales y la disponibilidad de recursos adecuados son fundamentales para garantizar una inclusión plena y transformadora.

Palabras clave: Inclusión. Escuela. Profesor. TEA. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista(TEA) no ambiente escolar exige uma abordagem pedagógica que promova a adaptação do ensino às necessidades individuais desses estudantes, garantindo um processo de aprendizagem eficaz. O TEA engloba uma gama de características comportamentais, sociais e comunicativas que variam em intensidade, exigindo intervenções diversificadas e personalizadas. Assim, estratégias pedagógicas bem estruturadas são essenciais para garantir que esses alunos possam se desenvolver de maneira plena no contexto escolar, tanto no que se refere à aprendizagem acadêmica quanto à convivência social(Duarte *et al.*, 2023).

A literatura científica aponta diversas abordagens que podem contribuir para uma inclusão bem-sucedida de crianças com TEA nas salas de aula. Silva, Arantes e Elias(2020) ressaltam o uso de histórias sociais como uma ferramenta valiosa para facilitar a comunicação e a interação social de crianças autistas, proporcionando um ambiente mais inclusivo e compreensível. Além disso, Nunes, Barbosa e Nunes(2021) destacam a importância da comunicação alternativa como um recurso eficaz para alunos com dificuldades de comunicação verbal, permitindo-lhes expressar suas necessidades e participar ativamente do ambiente escolar.

A aplicação de metodologias inclusivas deve ser adaptada constantemente, levando em consideração as características individuais de cada aluno, como sugerem Andrade, Sonntag e Duarte *et al.*,(2023), que defendem a criação de estratégias flexíveis para atender às diversidades encontradas na sala de aula.

Além disso, de acordo com Simplício(2024), a pesquisa exploratória revela que, ao implementar estratégias específicas para alunos com TEA, é possível perceber avanços significativos no processo de aprendizagem e na integração social desses estudantes. Tais estratégias podem incluir adaptações no currículo, uso de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas que promovam a interação e a autonomia.

Este estudo apresenta uma pesquisa exploratória sobre estratégias de inclusão para crianças com Transtorno do Espectro Autista(TEA) no ambiente escolar. O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por desafios nas áreas de comunicação, interação social e comportamento, impactando de forma significativa a experiência educacional das crianças diagnosticadas. Diante do aumento da prevalência do TEA e da crescente demanda por práticas pedagógicas inclusivas, a inclusão escolar de alunos com esse transtorno tornou-se uma questão de alta relevância.

Nesse contexto, é essencial que o ambiente educacional adote abordagens pedagógicas adaptadas e estratégias baseadas em evidências, capazes de atender às necessidades específicas desses estudantes, promovendo um aprendizado acessível e equitativo(Duarte *et al.*, 2023). Esta pesquisa teve como objetivo mapear, por meio de revisão bibliográfica, as principais estratégias para inclusão escolar de crianças com TEA, analisando abordagens teóricas e práticas que favorecem o desenvolvimento pleno e a participação ativa no ambiente educacional.

A análise das fontes acadêmicas – como livros, artigos científicos e teses – permitiu identificar práticas como modelos de ensino diferenciado, adaptações curriculares, intervenções precoces e abordagens centradas no aluno. Além disso, foi explorado como aspectos do

desenvolvimento social, da comunicação e da aprendizagem em crianças com TEA influenciam a inclusão escolar, destacando a necessidade de um trabalho colaborativo entre educadores, familiares e profissionais de apoio.

A relevância desta pesquisa reside na urgência de desenvolver práticas inclusivas fundamentadas teoricamente, capazes de oferecer uma educação de qualidade a alunos com TEA. Assim, os resultados obtidos visam contribuir para a formação de educadores e para o avanço das discussões sobre inclusão escolar, evidenciando os desafios e apontando caminhos para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário.

REFERENCIAL TEÓRICO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO CONTEXTO ESCOLAR

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental caracterizada por dificuldades significativas na comunicação social e comportamentos repetitivos e restritos. Essas características podem ser observadas desde os primeiros anos de vida e se manifestam de formas variadas, refletindo a heterogeneidade do espectro. O TEA é uma condição não degenerativa, o que significa que suas manifestações não se agravam ao longo do tempo, mas permanecem com o indivíduo, influenciando suas interações sociais e seu desenvolvimento cognitivo (APA, 2014).

No contexto escolar, o TEA traz desafios significativos, tanto para os alunos quanto para os educadores. O diagnóstico precoce e a intervenção adequada são cruciais para o desenvolvimento das crianças com TEA, pois a escola desempenha um papel central na promoção da inclusão e no desenvolvimento das habilidades sociais, cognitivas e acadêmicas desses estudantes (Dias, 2023).

Os alunos com TEA podem apresentar uma série de características que afetam diretamente sua adaptação ao ambiente escolar. Entre as dificuldades mais comuns estão o isolamento social, a dificuldade em compreender o estado mental de outras pessoas e as interações sociais complexas (Andrade, Sonntag e Nunes, 2021). Esses aspectos tornam a socialização com os colegas um desafio, o que pode prejudicar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Além disso, a comunicação pode ser prejudicada, com dificuldade para iniciar e manter diálogos, além de um uso de linguagem estereotipada ou descontextualizada.

O comportamento de alunos com TEA pode ser caracterizado por uma forte insistência em rotinas e padrões repetitivos. Mudanças no ambiente ou nas atividades podem desencadear reações desproporcionais de ansiedade e frustração. Esses comportamentos podem interferir no processo de aprendizagem, pois dificultam a adaptação a novas propostas pedagógicas ou atividades coletivas (Borba, 2020). É importante que os educadores estejam preparados para identificar essas dificuldades e adaptar as estratégias de ensino, implementando abordagens mais flexíveis e inclusivas. O uso de recursos visuais, a organização prévia das rotinas e a atenção às necessidades sensoriais dos alunos podem ser essenciais para minimizar o impacto desses desafios no ambiente escolar.

A presença de um suporte adequado é fundamental para a inclusão de alunos com TEA nas atividades escolares. Isso inclui o acompanhamento especializado, como o apoio de

profissionais de psicopedagogia e fonoaudiologia, além da capacitação contínua dos professores para reconhecer e intervir nas dificuldades específicas apresentadas por esses alunos. Segundo Simplício (2024), professores capacitados são essenciais para que a educação inclusiva seja eficaz, já que eles são capazes de adaptar os conteúdos e métodos de ensino às necessidades de cada aluno com TEA, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e eficiente.

A personalização do ensino é uma das principais estratégias para promover a inclusão de estudantes com TEA. Isso pode envolver a adaptação de atividades e a implementação de tecnologias assistivas, como softwares de comunicação alternativos e recursos visuais que auxiliem na compreensão dos conteúdos (Silva, Arantes e Elias, 2020). O ensino de habilidades sociais também deve ser parte integrante do processo educativo, proporcionando ao aluno com TEA a oportunidade de praticar interações sociais em um ambiente seguro e de apoio.

O diagnóstico de TEA muitas vezes exige que a família reestruture sua dinâmica, com cuidados especiais e dedicação constante. Nesse sentido, a parceria entre a escola e a família é fundamental para o sucesso das intervenções e para o desenvolvimento das habilidades do aluno (Simplício, 2024). A comunicação constante entre professores, familiares e outros profissionais envolvidos no cuidado do aluno com TEA é essencial para promover um ambiente de aprendizagem consistente e adequado às suas necessidades.

Desta forma, o Transtorno do Espectro do Autismo representa um conjunto complexo de desafios para o contexto escolar, mas também oferece oportunidades para o desenvolvimento de práticas educacionais inovadoras e inclusivas. Ao compreender as particularidades do TEA e aplicar estratégias pedagógicas adaptadas, é possível garantir que alunos com autismo tenham acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento social de forma equitativa. A capacitação dos educadores, o suporte especializado e a parceria com as famílias são elementos chave para o sucesso dessa inclusão.

IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE E INTERVENÇÃO EDUCACIONAL NO TEA

A importância do diagnóstico precoce e da intervenção educacional para crianças com TEA é amplamente reconhecida, tendo em vista os significativos benefícios no desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Estudos revisados conforme Pereira *et al.*, (2021) e Zhou *et al.*, (2019) apontam que 60% dos programas de intervenção escolar analisados promovem adaptações no ambiente educacional para incluir crianças com TEA, sendo 48% desses relatos de práticas inclusivas bem-sucedidas. A implementação de materiais adaptados, treinamento de educadores e planos educacionais individualizados (PEI) têm se mostrado estratégias eficazes para maximizar as oportunidades de aprendizado e integração social dessas crianças.

A intervenção precoce é essencial, pois o diagnóstico oportuno pode ocorrer já aos 18 meses, conforme destacado por Sousa, Almeida e Borba (2024), permitindo que as crianças recebam apoio adequado em uma fase crucial de desenvolvimento. Além disso, abordagens lúdicas e interativas foram eficazes em 55% dos estudos, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais, enquanto tecnologias assistivas foram mencionadas em 37% dos casos como ferramentas valiosas para a comunicação e autonomia.

Apesar desses avanços, persistem desafios, sobretudo em comunidades vulneráveis, onde 43% dos artigos identificaram barreiras no acesso a diagnósticos e intervenções. A escassez de profissionais capacitados e de centros especializados nessas áreas acentua as desigualdades. Iniciativas governamentais e políticas públicas voltadas ao diagnóstico precoce têm contribuído positivamente, mas sua aplicação desigual, mencionada em 30% dos estudos, reflete a necessidade de maior equidade nos serviços oferecidos (Alvarenga, 2017).

Adicionalmente, é relevante destacar a importância da padronização e validação das ferramentas de triagem em diferentes contextos culturais e linguísticos. Por exemplo, a tradução e adaptação de instrumentos como o M-CHAT e o Autism Spectrum Rating Scale (ASRS) para línguas locais permitem maior acessibilidade e confiabilidade no diagnóstico precoce de TEA. Nesse sentido, estudos como os de Zhou *et al.* (2019) e Pereira *et al.*, (2021) reforçam a necessidade de adequação cultural para garantir que os resultados sejam representativos e aplicáveis às populações específicas.

A partir da análise dos instrumentos mencionados, pode-se inferir que a integração entre ferramentas de triagem e tecnologias emergentes, como aprendizado de máquina e aplicativos digitais, como mencionado por Abbas *et al.* (2018), abre caminhos para diagnósticos mais rápidos e eficientes. Essa abordagem tecnológica também possibilita o uso de dados longitudinais para prever desfechos clínicos, personalizando intervenções de acordo com o perfil comportamental de cada criança.

Além disso, as práticas de diagnóstico e intervenção são influenciadas pela formação e capacitação dos profissionais envolvidos. Estudos como os de Crane *et al.* (2018) evidenciam que, em muitos casos, a detecção tardia do TEA está associada à falta de treinamento específico e de conscientização entre educadores e prestadores de cuidados primários. Esse ponto ressalta a importância de programas de capacitação contínua que incluam não apenas profissionais da saúde, mas também educadores e cuidadores.

Por fim, o papel das famílias no processo de diagnóstico e intervenção precoce não pode ser subestimado. Estudos como os de Riegel *et al.*, (2020) e Silva, Arantes e Elias (2020) destacam que o envolvimento ativo dos pais na observação e relato de sinais precoces de autismo pode acelerar significativamente o início do tratamento e melhorar o prognóstico. Ferramentas como o M-CHAT têm demonstrado eficácia em envolver cuidadores no processo de triagem inicial, fortalecendo a parceria entre famílias e profissionais.

Desta forma, o diagnóstico e a intervenção precoces não apenas favorecem o desenvolvimento da criança, mas também reduzem o impacto psicológico nas famílias, que frequentemente enfrentam desafios emocionais e sociais. Dessa forma, estratégias contínuas de pesquisa e políticas inclusivas são fundamentais para ampliar as oportunidades de desenvolvimento e integração das crianças com TEA na sociedade.

A IMPORTÂNCIA DA COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSOR DE APOIO, PROFESSOR REGULAR E EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A colaboração entre o professor de apoio, o professor regular e a equipe multidisciplinar no contexto escolar é fundamental para promover uma educação inclusiva eficaz, especialmente

para alunos com TEA. Cada um desses profissionais desempenha um papel único, mas que se complementam na construção de um ambiente de aprendizagem adequado às necessidades do aluno (Silva, Mendes, 2021).

O professor regular é o responsável pela turma e pela aplicação do conteúdo curricular. No entanto, quando há alunos com TEA na sala de aula, esse professor precisa adaptar suas estratégias pedagógicas, considerando as particularidades do aluno. Ele deve promover um ambiente inclusivo, que favoreça a participação de todos, mas a colaboração com outros profissionais, como o professor de apoio, é essencial para garantir que o aluno com TEA receba o suporte necessário (Delgado, 2023).

O professor de apoio, por sua vez, tem um papel específico de fornecer suporte individualizado ao aluno com TEA, auxiliando-o no acompanhamento das atividades, na interação social com os colegas e no desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais. Esse profissional pode atuar tanto dentro da sala de aula, ajudando o aluno nas tarefas, quanto fora dela, com atividades direcionadas ao desenvolvimento de habilidades específicas, como comunicação e socialização (Fagundes, Farias e Andrade, 2024). A principal função do professor de apoio é garantir que o aluno tenha as condições necessárias para participar ativamente das atividades escolares e desenvolver seu aprendizado de maneira significativa.

A equipe multidisciplinar é composta por diversos profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e outros especialistas, que trabalham em conjunto para proporcionar um atendimento integral ao aluno com TEA. Esses profissionais são responsáveis por avaliações contínuas, diagnóstico, planejamento de intervenções terapêuticas e orientação tanto para os professores quanto para a família do aluno (Delgado, 2023). A equipe multidisciplinar contribui diretamente para o desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e cognitivas do aluno, oferecendo estratégias e adaptações necessárias para que o aluno consiga progredir no ambiente escolar de forma adequada.

Desta forma, enquanto o professor regular foca na adaptação do currículo e na gestão da sala de aula, o professor de apoio oferece o suporte necessário ao aluno, e a equipe multidisciplinar contribui com sua expertise para o desenvolvimento de estratégias específicas. Juntos, esses profissionais criam um ambiente educacional inclusivo, garantindo que o aluno com TEA tenha a oportunidade de aprender e se desenvolver de acordo com suas necessidades e potencialidades.

DESAFIOS NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO REGULAR

A inclusão de crianças com TEA na educação regular é um processo desafiador que demanda mudanças significativas nas práticas pedagógicas, nas estruturas escolares e na formação dos educadores. Desde a Declaração de Salamanca, em 1994, que reconheceu a importância da educação inclusiva, a inclusão das crianças com deficiência tem sido um objetivo central das políticas educacionais. (Brasil, 1996; Brasil, 2008). No entanto, apesar dos avanços em termos de garantias legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial, ainda persistem desafios consideráveis para a efetivação dessa inclusão, especialmente para crianças com TEA.

O principal desafio é a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA. A escola regular, muitas vezes, não está

preparada para lidar com as especificidades desses alunos, como as dificuldades de comunicação, de socialização e as necessidades de apoio emocional e cognitivo (Zhou *et al.*, 2019). Embora a legislação determine que o aluno com TEA deve ser inserido na classe regular, o que falta muitas vezes é a estrutura necessária para garantir que essa inclusão seja realmente eficaz. A adaptação dos métodos de ensino, o uso de recursos pedagógicos adequados e a formação de professores são aspectos fundamentais, mas frequentemente negligenciados.

Outro desafio importante está relacionado ao preconceito e à falta de sensibilização sobre as diferenças. Muitos educadores e colegas de classe ainda possuem preconceitos em relação às crianças com TEA, o que pode levar a atitudes discriminatórias e dificultar a integração social do aluno. Como aponta Pereira *et al.*, (2021), o preconceito é uma reação irracional frente ao diferente, o que resulta em uma exclusão social, muitas vezes silenciosa, mas ainda muito presente nas escolas. A inclusão vai além da simples presença do aluno com TEA na sala de aula; ela requer um ambiente que respeite as diferenças e que promova a participação ativa desses alunos nas atividades escolares.

Além disso, a falta de apoio especializado é outro obstáculo significativo. A equipe pedagógica das escolas nem sempre conta com profissionais capacitados para lidar com as necessidades dos alunos com TEA, como psicólogos, terapeutas ocupacionais ou fonoaudiólogos, que são essenciais para o desenvolvimento dessas crianças (Fagundes, Farias e Andrade, 2024). A colaboração entre professores regulares, professores de apoio e equipe multidisciplinar é crucial para a implementação de estratégias pedagógicas eficazes. No entanto, essa colaboração nem sempre ocorre de forma integrada e coordenada, o que prejudica o sucesso da inclusão.

A escola, muitas vezes, acaba reproduzindo uma lógica de exclusão que, ao invés de acolher a diversidade, impõe padrões de comportamento e desempenho acadêmico que não são compatíveis com a realidade de todos os alunos. Como Delgado (2023) explica, a classificação dos alunos em categorias rígidas, como "inteligentes" ou "hiperativos", contribui para a perpetuação de injustiças na educação e impede que as crianças com TEA sejam vistas em sua individualidade. A inclusão deve ser entendida como um processo contínuo e dinâmico, que envolve a revisão constante das práticas pedagógicas e a busca por soluções que atendam às necessidades de todos os alunos, sem discriminação ou marginalização.

Finalmente, é importante ressaltar que a inclusão não se resume à inserção física do aluno com TEA na sala de aula, mas envolve um compromisso com a construção de um ambiente educativo verdadeiramente inclusivo. Isso implica repensar as relações sociais dentro da escola, trabalhar o respeito às diferenças e promover a participação plena de todos os alunos nas atividades escolares. Para que a inclusão seja eficaz, é necessário não apenas garantir o acesso, mas também assegurar que os alunos com TEA tenham as condições adequadas para aprender e se desenvolver de acordo com suas potencialidades.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica e documental, com uma abordagem descritiva. De acordo com Losch, Rambo e Ferreira (2023), a pesquisa qualitativa visa compreender fenômenos sociais e educativos a partir da análise das interações e contextos, sem a utilização de métodos quantitativos. Essa abordagem proporciona uma visão

aprofundada da dinâmica de inclusão escolar de alunos com TEA, considerando o papel fundamental do professor de apoio nesse processo.

O levantamento bibliográfico abrange materiais previamente publicados, como artigos científicos, livros e documentos oficiais, que fornecem a base teórica para a pesquisa (Losch, Rambo & Ferreira, 2023). Adicionalmente, a análise documental envolve a revisão de diretrizes legislativas, relatórios e instrumentos pedagógicos, como anamneses psicoeducacionais e planos de desenvolvimento individualizado (PDI), que permitem entender as práticas educacionais e os desafios enfrentados pelos professores de apoio.

A pesquisa descritiva tem o objetivo de detalhar as práticas pedagógicas, as estratégias de inclusão e as interações entre professores, famílias e equipes multidisciplinares. Este enfoque contribui para a identificação dos fatores que promovem o desenvolvimento acadêmico, social e emocional das crianças com TEA, além de destacar as lacunas e oportunidades para melhorar as ações voltadas para a inclusão escolar.

Essa metodologia busca integrar teorias e práticas, proporcionando subsídios para uma educação mais inclusiva, equitativa e eficaz para os alunos com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com TEA no contexto escolar exige um compromisso contínuo de adaptação e personalização do ensino, com foco na criação de um ambiente educacional acessível, inclusivo e respeitoso às necessidades específicas desses estudantes. A pesquisa realizada confirmou a relevância das estratégias pedagógicas adaptativas, como a utilização de histórias sociais, tecnologias assistivas e intervenções precoces, que têm mostrado eficácia no desenvolvimento acadêmico e social de crianças com TEA.

No entanto, os desafios para a efetivação da inclusão escolar de alunos com TEA ainda são muitos, como a falta de preparo das instituições e a escassez de profissionais capacitados. A parceria entre professores regulares, professores de apoio e equipes multidisciplinares se revelou essencial para criar um suporte integral e contínuo, no qual cada profissional contribui de maneira única para o desenvolvimento do aluno. A colaboração estreita entre escola, família e profissionais de saúde é crucial para a construção de estratégias eficazes e para garantir a plena participação do aluno nas atividades escolares.

Além disso, a pesquisa sublinhou a importância do diagnóstico precoce, que é um fator determinante no sucesso das intervenções educacionais. O acesso à informação e à formação de profissionais especializados, aliados a políticas públicas que promovam a equidade no diagnóstico e na oferta de serviços, são fundamentais para superar as barreiras ainda presentes, principalmente em contextos mais vulneráveis.

Portanto, a inclusão de alunos com TEA não se limita à presença desses estudantes nas salas de aula regulares, mas deve ser um processo dinâmico e holístico, que envolva a reconfiguração do ambiente educacional para promover não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento social e emocional desses alunos.

As práticas pedagógicas devem ser fundamentadas em uma compreensão profunda do TEA, com estratégias flexíveis e colaborativas, visando garantir que cada aluno tenha as condições necessárias para aprender e crescer em um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAS, H.; GARNERSOM, F.; GLOVER, E.; WALL, D. P. Machine learning approach for early detection of autism by combining questionnaire and home video screening. *Journal of the American Medical Informatics Association*, v. 25, n. 8, p.1000–1007, 2018.
- ALVARENGA, S. *Intervenções precoces no Transtorno do Espectro Autista: Impacto e eficácia*. São Paulo: Editora Saúde e Educação, 2017.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. *DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANDRADE, S. S.; SONNTAG, B. E.; NUNES, J. Cenas de sala de aula: alternativas para a inclusão escolar de alunos com TEA. Org. Clarice Saete Traversini, Kamila Lockmann, Renata Sperrhake - organizadoras. São Paulo: Pimenta Cultural, p. 237-252, 2021.
- BORBA, B. B. Os processos de aprendizagem e o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do segundo ao terceiro ano no ensino fundamental. *Cadernos do Aplicação*, v. 33, n. 2, p.1-6, 2020.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB*. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Ministério da Educação, 2008.
- CRANE, L.; BATTY, R.; ADEYINKA, H.; GODDARD, L; HENRY, L. A.; HILL, E. L. Autism Diagnosis in the United Kingdom: Perspectives of Autistic Adults, Parents and Professionals. *J Autism Dev Disord*. v. 48, n.1, p. 3761–3772. 2018.
- DELGADO, M. G. A colaboração entre professores e equipes multiprofissionais no processo de inclusão escolar. *Universidade Estadual Paulista*, v. 8, n. 9, p. 1-167, 2023.
- DIAS, D. K. Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) na escola. In: *Anais do VII Congresso Internacional e XXVII Congresso Nacional da ABENEPI (Associação brasileira de neurologia e psiquiatria infantil e profissões afins) – v. 3*, 2023.
- DUARTE, E. M.; SILVA, C. F. S.; SANTOS, P. F.; LOPES, S. C. B.; SANTOS, M. M. B. Inclusão da criança com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na escola. *Revista Internacional de Estudos Científicos*, v. 1, n. 1, p. 166-184, 2023.
- FAGUNDES, A. C. N.; FARIAS, C. C. V. S.; ANDRADE, L. O. M. A terapia ocupacional no desenvolvimento de crianças com tea: papel da família, escola e equipe multidisciplinar. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 12, p. 2031-2043, 2024.
- NUNES, D. R. P.; BARBOSA, J. P. S.; NUNES, L. R. P. Comunicação alternativa para alunos com autismo na Escola: uma Revisão da Literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, p. e0212, 2021.
- LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. e023141-e023141, 2023.
- PEIREIRA, P. L. S.; QUINTELA, E. H. S. X.; CHIAMULERA, T. M.; DAVID, A. K. F.; SOUZA, G. A.; MEDEIROS, P. K. F.; GALVÃO, A. B. O.; MARCOLINO, A. B. L. 2021 Importância da implantação de questionários para rastreamento e diagnóstico precoce do transtorno do espectro autista (TEA) na atenção primária. *Brazilian Journal of Health Review*, v.4, n.2, p. 8364-8377, 2021.
- RIEGEL, A. B.; MARQUES, L. N.; WUO, A. TEA, transtorno do espectro autista e autismo: qual o conhecimento que os estudantes da educação básica têm acerca dos termos? *Revista GepesVida*, v. 5, n. 13, p. 55-69, 2020.
- SILVA, M. A. B.; MENDES, E. G. A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à inclusão escolar. *Revista Inclusão & Sociedade*, n. 8, v. 33, p. 88-97, 2021.
- SILVA, M. C.; ARANTES, A.; ELIAS, N. C. Uso de histórias sociais em sala de aula para crianças com autismo. *Psicologia em Estudo*, v. 25, p. e43094, 2020.
- SIMPLÍCIO, P. R. G. Estratégia de inclusão para crianças com transtorno do espectro autista (TEA) no contexto escolar: uma pesquisa exploratória. *Revista CINTEDI, V Congresso Internacional de Educação Inclusiva*, v. 9, n. 8, p. 99-117, 2024.
- SOUZA, T. B.; ALMEIDA, F.; BORDA, M. G. S. Autismo: importância de um diagnóstico precoce. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 11, 2024.
- ZHOU, H.; LI, C. P.; HUANG, Y.; ZOU, X. B.; LUO, X. R.; WU, L. J.; WANG, Y. Reliability and validity of the translated Chinese version of Autism Spectrum Rating Scale (2–5 years). *World J Pediatr*, v. 15, n. 1, p. 49-56, 2019.

PARCERIA ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E TERAPEUTAS NO SUPORTE DE ALUNOS COM TEA: IMPACTO DA PARCERIA NA MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO E SOCIAL DE ALUNOS COM TEA
PARTNERSHIP BETWEEN SCHOOL, FAMILY AND THERAPISTS IN SUPPORTING STUDENTS WITH ASD: IMPACT OF THE PARTNERSHIP ON IMPROVING THE ACADEMIC AND SOCIAL PERFORMANCE OF STUDENTS WITH ASD
COOPERACIÓN ENTRE ESCUELA, FAMILIA Y TERAPEUTAS EN EL APOYO A ESTUDIANTES CON TEA: IMPACTO DE LA COOPERACIÓN EN LA MEJORA DEL DESEMPEÑO ACADÉMICO Y SOCIAL DE LOS ESTUDIANTES CON TEA

Sirlene Terezinha Keps Gomes
keps_sirlene998@escola.pr.gov.br

GOMES, Sirlene Terezinha Keps. **Parceria entre escola, família e terapeutas no suporte de alunos com TEA: impacto da parceria na melhoria do desempenho acadêmico e social de alunos com TEA.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 221 – 230, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

Este artigo explora a sinergia entre escolas, famílias e terapeutas no acolhimento a discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando o impacto dessa colaboração multidisciplinar no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Através de uma revisão bibliográfica minuciosa, o estudo aborda como a integração de esforços pode contribuir para um espaço mais acolhedor para o aprendizado e o acolhimento de discentes com TEA. A investigação se debruça sobre as dinâmicas de interação entre as partes envolvidas, identificando práticas eficazes e desafios persistentes nesse processo colaborativo. A análise revela que uma parceria bem estabelecida entre escola, família e terapeutas não apenas facilita a inclusão educacional de discentes com TEA, mas também promove seu bem-estar e desenvolvimento socioemocional. Este trabalho sublinha a necessidade de estratégias integradas que considerem as peculiaridades individuais dos alunos, enfatizando a relevância de um apoio completo que transcenda os limites convencionais da educação especial. Os resultados apontam para a eficácia de abordagens colaborativas na otimização do potencial de aprendizado e integração social de discentes com TEA, contribuindo significativamente para a literatura existente e práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. colaboração multidisciplinar. Inclusão.

SUMMARY

This article explores the synergy between schools, families and therapists in the care of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting the impact of this multidisciplinary collaboration on the academic and social development of students. Through an exhaustive review of the literature, the study addresses how the integration of efforts can contribute to a more welcoming space for learning and care for people with ASD. The research focuses on the dynamics of interaction between the parties involved, identifying effective practices and persistent challenges in this collaborative process. The analysis reveals that a well-established partnership between school, family and therapists not only facilitates the educational inclusion of people with ASD, but also promotes their well-being and socio-emotional development. This work highlights the need for integrated strategies that consider the individual peculiarities of students, emphasizing the relevance of comprehensive support that transcends the conventional limits of special education. The results point to the effectiveness of collaborative approaches to optimize the learning potential and social integration of people with ASD, contributing significantly to the existing literature and to inclusive pedagogical practices.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Multidisciplinary collaboration. Inclusion.

RESUMEN

Este artículo explora la sinergia entre escuelas, familias y terapeutas en la bienvenida a estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA), destacando el impacto de esta colaboración multidisciplinaria en el desarrollo académico y social de los estudiantes. A través de una exhaustiva revisión de la literatura, el estudio aborda cómo la integración de esfuerzos puede contribuir a un espacio más acogedor para el aprendizaje y la acogida de las

personas con TEA. La investigación se centra en la dinámica de interacción entre las partes involucradas, identificando prácticas efectivas y desafíos persistentes en este proceso colaborativo. El análisis revela que una asociación bien establecida entre la escuela, la familia y los terapeutas no sólo facilita la inclusión educativa de las personas con TEA, sino que también promueve su bienestar y desarrollo socioemocional. Este trabajo destaca la necesidad de estrategias integradas que consideren las peculiaridades individuales de los estudiantes, enfatizando la relevancia de un apoyo completo que trascienda los límites convencionales de la educación especial. Los resultados apuntan a la eficacia de los enfoques colaborativos para optimizar el potencial de aprendizaje e integración social de las personas con TEA, contribuyendo significativamente a la literatura existente y a las prácticas pedagógicas inclusivas.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista. Colaboración multidisciplinaria. Inclusión.

INTRODUÇÃO

A inclusão de educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional representa um desafio muito grande, que se estende além das adaptações físicas ou curriculares tradicionais para abordar complexidades inerentes à comunicação, ao comportamento e à interação social. Essa condição neurológica e de desenvolvimento, que manifesta um espectro variado de saberes e necessidades, demanda uma abordagem educacional que seja tanto inclusiva quanto personalizada. A literatura acadêmica e as diretrizes políticas, historicamente, têm evoluído para reconhecer a relevância de um aprendizado que promova a inclusão social, não apenas como um direito universal, mas como um elemento fundamental para o desenvolvimento completo do indivíduo com TEA.

No cenário brasileiro, a inclusão desses alunos é respaldada por um robusto arcabouço legal, exemplificado pela Constituição Federal de 1988 e pelas Leis nº 10.764 de 2012 e nº 13.146 de 2015, que estabelecem diretrizes para a proteção e a inserção social e educacional dos indivíduos com necessidades especiais. Estas legislações refletem um compromisso com a segurança de direitos e propiciando uma comunidade mais acolhedora e justa, destacando a necessidade de adaptar os ambientes educacionais para auxiliar nas dificuldades destes discentes.

Contudo, a aplicação prática dessas diretrizes enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à efetiva integração de discentes com TEA. A junção entre escolas, famílias e terapeutas é frequentemente apontada como um caminho viável para superar essas barreiras, oferecendo suporte personalizado que pode melhorar significativamente o desempenho acadêmico e as habilidades sociais desses alunos. Estudos como os de Carvalho e Shaw (2021) e Chida e Shaw (2022) destacam a eficácia dessa abordagem colaborativa, evidenciando sua influência positiva na experiência educacional de discentes com TEA.

A implementação efetiva de um aprendizado inclusivo para discentes com TEA exige uma revisão contínua de práticas, estratégias e políticas educacionais. A necessidade de uma formação contínua de educadores, o desenvolvimento de métodos de comunicação eficazes entre todas as partes envolvidas e a adaptação de recursos didáticos para atender às essencialidades únicas desses discentes são aspectos cruciais que justificam a investigação da dinâmica entre escolas, famílias e terapeutas. A análise dessa tríade se mostra fundamental para identificar estratégias que promovam uma inclusão eficaz e um desenvolvimento integral dos discentes com TEA.

Diante do contexto apresentado, a pergunta norteadora da pesquisa foi sabe como a colaboração com escola, família e terapeutas impacta o desempenho acadêmico e social de discentes com Transtorno do Espectro Autista no contexto educacional brasileiro.

O objetivo geral da pesquisa foi investigar o impacto da colaboração entre escola, família e terapeutas no desempenho acadêmico e social de indivíduos com TEA. Os objetivos específicos foram: Analisar as políticas públicas brasileiras relativas à inclusão de discentes com TEA e seu alinhamento com as práticas educacionais; Discorrer sobre estratégias eficazes de diálogo e intervenção utilizadas por escolas, famílias e terapeutas para suportar a inclusão desses alunos; compreender o efeito dessa colaboração tripartite no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com TEA.

Ao abordar esses objetivos, a pesquisa se propõe a contribuir para um melhor entendimento das dinâmicas que facilitam uma inclusão efetiva, oferecendo diretrizes para políticas educacionais, projetos pedagógicos e ações colaborativas que possam maximizar o potencial de discentes com TEA no sistema educacional brasileiro.

ENTENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma situação de desenvolvimento neurológico que se manifesta por através de uma ampla gama de características, impactando principalmente as habilidades de diálogo e sociabilização comportamental. Esta condição, definida por seus espectros de manifestações que variam desde habilidades sociais altamente limitadas até dificuldades sutis na comunicação, requer uma compreensão abrangente e humanizada, tanto em temática de diagnóstico quanto de intervenção (Aranha, 1989). A natureza complexa e multifacetada do TEA desafia os modelos educacionais tradicionais e exige uma reavaliação constante das estratégias pedagógicas implementadas nas escolas.

A literatura científica, incluindo estudos brasileiros e internacionais, reconhece o TEA não somente como um desafio clínico, mas também como uma questão social e educacional, que demanda respostas inclusivas e adaptadas aos déficits próprios de cada discente (Mazzotta, 2009). O reconhecimento no cerne do espectro autista é essencial para o aprimoramento de práticas educacionais eficazes e inclusivas, que valorizem as peculiaridades e potenciais de cada estudante, ao invés de focar exclusivamente nas limitações.

A evolução das políticas públicas no Brasil, especialmente a Lei nº 13.146 de 2015, reflete um movimento em direção à inclusão plena de indivíduos com necessidades especiais, incluindo aquelas com TEA, nos vários aspectos da vida social, especialmente na educação (Brasil, 2015). Esta legislação, junto com a Lei nº 10.764 de 2012, estabelece um marco legal que suporta a junção e garante direitos, reforçando a necessidade de um sistema educacional que se adapte para atender às necessidades de todos os alunos, reconhecendo e respeitando suas singularidades.

No entanto, para que a inclusão de discentes com TEA seja eficaz, é essencial que educadores, terapeutas e famílias tenham um entendimento sólido acerca do transtorno. Isso inclui reconhecer as variações individuais no cerne do espectro e entender como estas podem influenciar as experiências de compreensão e socialização dos alunos (Santos; Silva, 2019). A

colaboração entre escolas, famílias e terapeutas, conforme destacado por Carvalho e Shaw (2021), realiza uma função vital nesse processo, facilitando a formação de ambientes educacionais que respondam de maneira eficaz e que compreendam a realidade dos estudantes com TEA.

Assim, aprofundar o estudo acerca do TEA não apenas promove uma maior conscientização e compreensão da condição, mas também impulsiona o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitam a pluralidade e promovendo assim o sucesso acadêmico e social de todos os alunos.

A FAMÍLIA COMO PRIMEIRA ESFERA DE APOIO

No complexo cenário que envolve o suporte a indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a família se destaca como a primeira esfera de apoio, desempenhando um papel insubstituível no desenvolvimento emocional, social e educacional do indivíduo. A literatura especializada, embasada por estudos como os de Carvalho e Shaw (2021), evidencia a significativa influência que o ambiente familiar exerce sobre o bem-estar e progresso de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Este suporte vai além do cuidado e da proteção, abrangendo a participação ativa na vida educacional e social do indivíduo, uma abordagem corroborada pela legislação brasileira, especialmente pela Lei nº 13.146 de 2015, que reconhece e reforça a importância da família na garantia dos direitos e na inclusão plena de pessoas com deficiência (Brasil, 2015).

O conceito de família como primeira esfera de apoio não apenas ressalta o papel primordial dos familiares no acompanhamento e na defesa dos interesses da criança com TEA, mas também destaca a necessidade de um entendimento profundo e humanizado por parte desses familiares sobre o espectro autista. Este conhecimento é essencial para que se possa advogar eficazmente por adaptações educacionais apropriadas e por um cenário acolhedor que respeite as individualidades de seus filhos (Santos; Silva, 2019). Adicionalmente, a parceria entre os responsáveis e docentes e da saúde, como sugerido por Chida e Shaw (2022), é fundamental para a elaboração de estratégias integradas que promovam o máximo potencial de aprendizado e inclusão social do discente com o TEA.

Esta abordagem integrativa e colaborativa requer uma comunicação eficaz e contínua entre os familiares e os profissionais envolvidos, bem como uma postura aberta e flexível para adaptação das práticas educativas de cunho pedagógico e terapêuticas, visando solucionar as questões específicas de cada aluno. Tal colaboração é evidenciada em trabalhos como o Assis e Silva (2022), que destacam a relevância da coesão entre os diversos atores no processo educacional de alunos com TEA, enfatizando que a interação sinérgica entre família, escola e terapeutas é um pilar para o sucesso da inclusão.

Contudo, é imperativo reconhecer os obstáculos vivenciados pelas famílias nesta jornada, incluindo a necessidade de recursos adequados, acesso a informações confiáveis e suporte emocional. O estudo de Santos e Silva (2019), sublinha a complexidade das dinâmicas familiares ao navegar pelo sistema educacional e de saúde em busca de apoio para seus filhos com TEA, ressaltando a necessidade de programas sociais de suporte que endurece estas questões de maneira completa e humanizada.

O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM TEA

A escola, como um dos pilares fundamentais na estrutura de auxílio a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), exerce uma função crucial não apenas na educação formal, mas também no desenvolvimento da sociabilidade desses alunos. A constituição federal, particularmente a Lei nº 13.146 de 2015, determina o direito de incluir, assegurando às pessoas com necessidades especiais, enfatizando a necessidade de um cenário pedagógico que promova a equidade de oportunidades para todos (Brasil, 2015). Este marco legal reflete um compromisso com a formação de espaços educacionais inclusivos, adaptativos e respeitosos às prioridades de cada estudante, reforçando o papel da escola como um agente de transformação social.

No contexto da educação de discentes com TEA, a responsabilidade é assumida perante a escola de implementar práticas pedagógicas que sejam ao mesmo tempo inclusivas e individualizadas. Como destacado por Mazzotta (2009), o presente cenário educacional no Brasil está evoluído no âmbito de reconhecer a diversidade como um valor intrínseco ao processo educativo, o que implica na necessidade de adaptar métodos de ensino, incluindo materiais pedagógicos e estratégias de avaliação para suprir as necessidades dos estudantes com TEA. Esta abordagem não somente respeita as individualidades, mas também promove um campo de aprendizado onde todos os estudantes podem prosperar.

A colaboração entre a comunidade escolar e os responsáveis surge como um elemento essencial neste processo, reforçando a ideia de que a educação de alunos com TEA é uma responsabilidade compartilhada. Estudos como os de Carvalho e Shaw (2021), sublinham a importância dessa parceria, evidenciando que o envolvimento ativo da família na escolaridade do discente com Transtorno do Espectro Autista contribui significativamente para o sucesso da educação e da sociabilidade do mesmo. Essa sinergia entre escola e família facilita a formulação de um planejamento educacional personalizado, que considera as necessidades, interesses e potenciais individualizadas de cada aluno, promovendo assim, uma experiência educacional mais rica e inclusiva.

Desse modo, a sociabilidade efetiva de estudantes com TEA requer que as escolas promovam a formação contínua de seus educadores e profissionais de apoio, como ressaltado por Chida e Shaw (2022). A preparação adequada desses profissionais é essencial para garantir que possam responder às demandas adequadas desses estudantes com TEA, implantando métodos de ensino adaptados e promovendo um cenário escolar acolhedor e estimulante. A capacitação dos educadores também é fundamental para o crescimento e sociabilidade dos discentes com TEA, aspectos que são fundamentais quanto sua plena participação e inclusão na comunidade escolar.

Portanto, a escola representa uma função indispensável na educação de estudantes com TEA, não apenas como um local de aprendizado acadêmico, mas como um espaço de socialização e desenvolvimento pessoal. Para tanto, é imperativo que as práticas educacionais sejam continuamente revisadas e adaptadas, em estreita colaboração com familiares e profissionais de terapia, garantindo a totalidade dos estudantes com TEA propiciando uma educação esmerada respeitando suas essencialidades e valorize suas capacidades (DE ASSIS;

SILVA, 2022). Este compromisso com a educação inclusiva e personalizada é essencial para promover o bem-estar e o sucesso acadêmico e social de alunos com TEA, refletindo um modelo de educação que reconhece e celebra a diversidade humana.

A contribuição dos terapeutas na prática educacional e desenvolvimento de discentes com TEA é um componente vital que complementa as intervenções educacionais e familiares. Esses profissionais, incluindo terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, entre outros, desempenham uma função essencial ao fornecer suporte especializado que aborda as essencialidades próprias de cada discente com TEA, facilitando sua inclusão e sucesso tanto no ambiente acadêmico quanto social.

No âmbito da inclusão educacional, conforme estabelecido pela Lei nº 13.146 de 2015 (Brasil, 2015), a integração de serviços terapêuticos na estratégia educacional para discentes com TEA é essencial para garantir a participação educacional de excelência e ao completo entendimento de suas capacidades. A intervenção terapêutica foca não apenas nas limitações impostas pelo transtorno, mas também nas potencialidades únicas pertencentes a cada discente, promovendo uma abordagem completa que considera o bem-estar físico, emocional e social do aluno.

Os terapeutas contribuem de maneira significativa quanto à evolução da socialização, essenciais para a inclusão plena dos estudantes com TEA no cenário escolar e na sociedade. Como evidenciado por estudos recentes, incluindo Carvalho; Shaw (2021) e Chida; Shaw (2022), a implementação de estratégias terapêuticas individualizadas, em paralelo com práticas pedagógicas inclusivas, potencializa o crescimento intelectual e social dos estudantes com TEA. Esta abordagem colaborativa entre docentes e profissionais da saúde permite a formação de um cenário educativo que respeita as necessidades únicas de cada discente, promovendo uma inclusão efetiva e significativa.

Adicionalmente, a colaboração entre terapeutas e famílias é fundamental quanto ao crescimento integrado de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. A orientação e o suporte fornecidos aos familiares, conforme destacado por De Assis e Silva (2022), empoderam-nos a participar ativamente na evolução educacional e terapêutica de seus filhos, promovendo práticas consistentes em casa e na escola. Esta sinergia entre escola, família e terapeutas cria um círculo de apoio que envolve o estudante com Transtorno do Espectro Autista, assegurando uma abordagem coesa e integrada ao seu desenvolvimento.

A implementação de modelos de parceria entre escola, família e terapeutas é essencial quanto a promoção do conhecimento integral e a sociabilização de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional. Estas parcerias representam uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, essencial no que diz respeito ao atendimento das essencialidades complexas e variadas dos estudantes com TEA, conforme destacado na literatura científica e respaldado por legislações específicas, como a Lei nº 13.146 de 2015 (Brasil, 2015), que enfatiza a relevância da sociabilidade e educação dos indivíduos com necessidade especial.

Modelos de parceria eficazes são caracterizados pela comunicação constante, pelo respeito mútuo e pela colaboração entre os envolvidos, objetivando a criação de um cenário educativo adaptativo e inclusivo. Carvalho e Shaw (2021), ilustram a relevância dessas parcerias na melhoria do desempenho acadêmico e social de discentes com TEA, evidenciando

como a colaboração entre diferentes atores pode resultar em intervenções educacionais mais efetivas e personalizadas.

Um aspecto central desses modelos de parceria é a formação de equipes multidisciplinares, incluindo educadores, terapeutas e familiares, que trabalham juntos no planejamento e na implementação de estratégias pedagógicas e terapêuticas. A abordagem integrada, sugerida por Chida; Shaw (2022), enfatiza a relevância em compartilhar conhecimentos e experiências entre os profissionais, permitindo a elaboração de planos educacionais individualizados que considerem as essencialidades próprias de cada indivíduo com TEA.

Além disso, o auxílio efetivo das famílias na evolução educacional é reconhecido como um pilar fundamental para o sucesso das intervenções. Conforme indicado por De Assis e Silva (2022), o envolvimento familiar não apenas auxilia o suporte emocional e social ao discente com TEA, mas também promove uma maior consistência entre as práticas educacionais e terapêuticas aplicadas na escola e em casa. Este envolvimento ativo facilita a adaptação dos alunos ao cenário escolar e contribui para o crescimento de habilidades sociais e acadêmicas.

A parceria efetiva entre escola, família e terapeutas é fundamental no auxílio e crescimento intelectual de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), exercendo significativamente o impacto tanto no desempenho acadêmico quanto no desenvolvimento social destes alunos. A constituição federal, por meio da Lei nº 13.146 de 2015 (Brasil, 2015), estabelece um marco legal para a interação, à educação educacional, à sociabilidade de indivíduos com necessidades especiais, ressaltando a relevância da criação de estratégias integradas que promovam uma educação acessível e de excelência.

O envolvimento ativo e a colaboração com diferentes atores envolvidos no processo educacional contribuem para a formulação de estratégias pedagógicas adaptadas às essencialidades únicas de cada estudante com TEA, como destacado por Carvalho e Shaw (2021). Esta abordagem personalizada não apenas facilita a aprendizagem e a aquisição de conhecimento, mas também propicia a inclusão social, permitindo que os discentes com Transtorno do Espectro Autista participem de maneira mais plena e significativa nas práticas educacionais e sociais.

Desse modo, o auxílio da família é fundamental para o sucesso dessa parceria. Conforme indicado por Chida; Shaw (2022), o suporte familiar contínuo e a comunicação efetiva entre os responsáveis e os professores e terapeutas são essenciais para reforçar as intervenções realizadas na escola, proporcionando um cenário de auxílio consistente que favorece o desenvolvimento social e acadêmico do aluno. A integração das práticas educacionais e terapêuticas entre o ambiente escolar e o doméstico cria uma rede de suporte coesa que potencializa os progressos alcançados.

A contribuição dos terapeutas, entretanto, oferece um suporte especializado que aborda aspectos específicos do desenvolvimento dos discentes com Transtorno do Espectro Autista, como habilidades de diálogo, socialização e comportamentos. A intervenção terapêutica direcionada, em colaboração com as práticas educacionais implementadas pela escola, desenvolve uma função essencial na superação de barreiras à aprendizagem e na promoção da autonomia e inclusão social dos alunos (Assis; Silva, 2022).

Estudos como os de Santos e Silva (2019), destacam que a participação efetiva entre escola, família e terapeutas contribui significativamente para a melhoria do bem-estar e

qualidade de vida dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, além de facilitar o crescimento essencial para a vida cotidiana e acadêmica. Esta parceria integrada promove um cenário educativo de inclusão com valorização da diversidade e reconhecimento da relevância do atendimento às essencialidades únicas de cada estudante.

A trajetória da pesquisa quanto a inserção de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no ambiente educacional brasileiro, apesar dos progressos significativos observados, ainda revela lacunas importantes e direciona o campo para futuras investigações. A constituição federal, como a Lei nº 13.146 de 2015 (Brasil, 2015), estabelece um marco robusto no que diz respeito a promover a inclusão; contudo, a aplicação prática dessas diretrizes nas escolas ainda enfrenta desafios significativos, sublinhando a necessidade de pesquisas que abordem as barreiras à implementação efetiva de políticas inclusivas.

Um dos principais desafios identificados na literatura refere-se à formação e capacitação de docentes quanto ao atendimento às essencialidades únicas de estudantes com TEA. Estudos como os de Mazzotta (2009), enfatizam a evolução das políticas públicas e práticas escolares brasileiras, mas apontam para a necessidade de uma formação docente mais abrangente e específica que contemple as demandas complexas dos discentes com TEA. A lacuna existente na preparação de educadores sugere uma área crítica para futuras pesquisas, focadas em desenvolver e avaliar programas de formação continuada que equipam os professores com estratégias eficazes de ensino inclusivo.

Além disso, a colaboração entre escola, família e terapeutas, embora reconhecida como essencial para o sucesso da educação e da sociabilização de discentes com Transtorno do Espectro Autista (Carvalho; Shaw, 2021; Chida; Shaw, 2022), ainda carece de modelos de parceria claramente definidos e de estratégias de implementação baseadas em evidências. A necessidade de estudos que explorem formas eficazes de fortalecer essa parceria tridimensional indica uma direção importante para pesquisas futuras, objetivando a identificação de práticas colaborativas que promovam uma inclusão genuína e efetiva.

Outra lacuna significativa na pesquisa atual refere-se ao impacto de intervenções específicas no desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com TEA. Embora alguns estudos tenham examinado o papel das intervenções educacionais e terapêuticas (Assis; Silva, 2022), há uma escassez de pesquisas longitudinais que acompanhem os estudantes no decorrer do tempo para avaliar os efeitos a longo prazo dessas intervenções. Investigar a sustentabilidade e o impacto duradouro das práticas inclusivas oferece uma valiosa direção para futuros estudos, contribuindo para a formação de estratégias mais eficientes e duradouras.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para efetuar o presente estudo consistiu em uma revisão bibliográfica, qualitativa e descritiva, focada na análise de literatura científica disponível nas bases de dados SciELO e PePSIC. O período considerado para as publicações foi de 2009 a 2022, abrangendo assim um intervalo temporal significativo para captar as evoluções nas práticas e políticas relacionadas à inclusão de estudantes com TEA no contexto educacional brasileiro.

As palavras-chave utilizadas na busca por publicações foram "Transtorno do Espectro Autista", "Inclusão educacional", "parceria escola-família-terapeutas" e "desempenho acadêmico e social". Este procedimento metodológico permitiu a compilação e análise de estudos relevantes que discutem as dinâmicas de inclusão de discentes com TEA, desse modo o papel da colaboração entre escolas, famílias e terapeutas nesse processo (Carvalho; Shaw, 2021).

A escolha por uma abordagem qualitativa e descritiva foi motivada pela necessidade de compreender em profundidade as experiências, estratégias e obstáculos vivenciados pelos envolvidos na inclusão educacional de estudantes com TEA, contribuindo para uma análise crítica e abrangente dos dados coletados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo explorou as dinâmicas complexas e multifacetadas da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional brasileiro, com foco específico na importância das parcerias entre escola, família e terapeutas.

A constituição federal estabelece um marco sólido para a educação e sociabilização e principalmente a inclusão de indivíduos com necessidades especiais, enfatizando a necessidade de um sistema educacional e adaptativo. No entanto, a implementação efetiva dessas diretrizes enfrenta obstáculos práticos, incluindo a necessidade de formação específica para educadores, o desenvolvimento de modelos colaborativos entre escolas, famílias e terapeutas, e a avaliação do impacto das intervenções educacionais e terapêuticas.

A colaboração entre escola, família e terapeutas emergiu como um fator crítico para o sucesso da inclusão de discentes com TEA, sugerindo que a sinergia entre esses atores pode superar barreiras e promover um ambiente educacional mais acolhedor e eficaz. Essa parceria não apenas facilita a criação de estratégias pedagógicas adaptadas e intervenções terapêuticas direcionadas, mas também fortalece o apoio afetivo e social aos alunos, contribuindo significativamente para seu desenvolvimento acadêmico e social.

Diante das lacunas identificadas na pesquisa, como a essencialidade de formação contínua de professores, o crescimento de modelos de parceria eficazes e a avaliação de longo prazo das intervenções, fica claro que o caminho para uma inclusão plena de estudantes com TEA requer um esforço conjunto e contínuo. A voz dos próprios discentes, além disso, deve ser incorporada nas pesquisas futuras para assegurar que as estratégias de inclusão reflitam suas necessidades e perspectivas.

Conclui-se, portanto, que a inclusão efetiva de estudantes com TEA no sistema educacional brasileiro é um objetivo alcançável, que demanda a colaboração ativa entre escolas, famílias e terapeutas. A pesquisa futura deve continuar explorando estratégias inovadoras e baseadas em evidências para superar os desafios existentes, com o intuito de promover um ambiente educacional inclusivo que respeite as necessidades individuais e potencialize o crescimento de todos os alunos. Este compromisso com a inclusão social reflete não apenas um imperativo legal, mas um princípio ético de valorização da diversidade e promoção da equidade de futuro para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. L. de A. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 1989.
- ASSIS, S. L.; SILVA, D. P. C. A importância da escola e da família na inclusão da criança com transtorno do espectro autista (TEA). 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/items/50d19fcc-e6b6-418a-bc7e-6a9e7f4d0596>. Acesso em: 04 de dez. de 2024.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838-norma-pl.html>. Acesso em: 04 de dez. de 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 04 de dez. de 2024.
- CARVALHO, S. da S.; SHAW, G. S. L. Relação entre família, escola e especialistas no processo de inclusão escolar de crianças autistas no município de Campo Formoso/BA. Cenas Educacionais, Caetitê - Bahia - Brasil, v.4, n.11868, p.1-21, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18030/1/TCC%20J%20c3%20a9ssica%20%28ok%29.pdf>. Acesso em: 04 de dez. de 2024.
- CHIDA, T. H. L.; SHAW, G. S. L. Família, escola e especialistas: o tripé que contribui para o desenvolvimento da criança autista. Horizontes, [S. l.], v. 40, n. 1, p. e022057, 2022. DOI: 10.24933/horizontais.v40i1.1393. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1393>. Acesso em: 04 de dez. de 2024.
- MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MOREIRA, B. A. C. Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular. Goiânia, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32406/1/Disserta%20c3%20a7%20c3%20a3o%20de%20Mestrado_Hanna%20Moitinho%20Freire%20Queiroz%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 04 de dez. de 2024.
- PEDROSA, D. H. A.; SANTIAGO, D. M. G.; SILVA, L. M. da. O transtorno do espectro autista (TEA) e a inclusão escolar. Disponível em: http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_66.pdf. Acesso em: 04 de dez. de 2024.
- SANTOS, J. F. dos. Autismo e suas interfaces: uma reflexão sobre o cuidado da família e a proteção social destinada à pessoa com transtorno do espectro autista - TEA. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Serviço Social, João Pessoa - PB, 2020. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210906239.pdf>. Acesso em: 04 de dez. de 2024.
- SANTOS, S. J.; SILVA, M. S. da. Atuação do psicólogo escolar na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista. Fortaleza-ce, Edição 167, v.1, Ano 2019.
- SHAW, G. S. L. Contribuições de mães, escolas e especialistas no processo de desenvolvimento de três crianças autistas na região do semiárido baiano. Ensino, Saúde e Ambiente, v. 14, n. 2, p. 748-764, 27 fev. 2022.
- SILVA, A. L. G.; PEDRO, K. M. As contribuições da terapia ocupacional no processo de inclusão escolar: um olhar para as crianças com transtorno do espectro autista. UNI SAGRADO, 2020. DOI: 10.37885/210906239. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6099/1/ML%20Monografia%20Beatriz%20Alves%20Campos%20Moreira%20%281%29.pdf>. Acesso em: 04 de dez. de 2024.
- SILVA, H. M. F. Q. da. Inclusão de uma criança com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular: interlocução entre a escola e a clínica. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Salvador – BA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/items/50d19fcc-e6b6-418a-bc7e-6a9e7f4d0596>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- SOUZA, A. C. Gustavo Capanema: presença e onipresença na educação brasileira. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v. 5, p. 1-12, 2014.
- TARGINO, M. das G. Comunicação científica: uma revisão dos seus conceitos básicos. Disponível em: https://www.brapei.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_33e67453a4_0013710.pdf. Acesso em: 3 de dez. de 2024.
- VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. Rev. bras. Estud. pedagogo, v. 95, n. 239, p. 139-151, 2014.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E EDUCADOR JUNTOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS NA REDE REGULAR DE ENSINO

THE IMPORTANCE OF FAMILY AND EDUCATOR TOGETHER IN INCLUDING STUDENTS IN THE REGULAR EDUCATION NETWORK

LA IMPORTANCIA DE FAMILIA Y EDUCADOR JUNTOS EN LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES EN LA RED DE EDUCACIÓN REGULAR

Ana Cristina Duarte
anaguiegu@gmail.com

DUARTE, Ana Cristina. **Importância da família e educador juntos na inclusão de alunos na rede regular de ensino.** Revista Internacional Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 231 – 239, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Alcenir Seixas dos Santos - alcenirsei@gmail.com - <http://lattes.cnpq.br/6383611436232624>

RESUMO

A importância da colaboração entre família e educadores na inclusão de alunos na rede regular de ensino é um tema crucial. A inclusão educacional sustenta que todos os alunos devem aprender juntos, em escolas regulares, independentemente de suas diferenças. A parceria entre família e escola é fundamental para o êxito desse processo. Este estudo teve como objetivo examinar como está se dando a inclusão de alunos com deficiência intelectual, identificando os recursos disponíveis e as dificuldades enfrentadas, segundo a percepção de responsáveis e professores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de corte transversal, que envolveu entrevistas semiestruturadas com 42 responsáveis e 34 professoras de 44 alunos diagnosticados com deficiência intelectual, matriculados em escolas regulares da rede pública de uma cidade do interior de Minas Gerais. A análise dos dados foi realizada com o auxílio do software Iramuteq, utilizando a técnica de análise de conteúdo temática. Na análise das entrevistas dos responsáveis, emergiram cinco categorias principais: Contexto familiar, Recursos e dificuldades dos pais, Relações com a escola, Participação na escola, Dificuldades dos filhos, e Percurso do diagnóstico e acompanhamentos. As entrevistas das professoras revelaram cinco categorias correlatas: Compreensão do processo de inclusão, Relação escola-família, Dificuldades no processo de inclusão, Práticas pedagógicas em sala de aula, e Desenvolvimento do aluno. Essas categorias refletem as percepções dos participantes em relação ao processo de inclusão. Os responsáveis relataram dificuldades em apoiar seus filhos diante das adversidades escolares, mas destacaram o apoio na relação com a escola como um recurso valioso. As professoras, por sua vez, apontaram desafios cotidianos na implementação da inclusão e destacaram problemas na parceria entre família e escola. As entrevistas forneceram indicadores valiosos para compreender o processo de inclusão e sugerir intervenções para melhorar esse contexto.

Palavra – Chave: Inclusão educacional. Deficiência intelectual. Pais. Professores. Escola.

SUMMARY

The importance of collaboration between families and educators in the inclusion of students in the regular education network is a crucial topic. Educational inclusion maintains that all students should learn together, in regular schools, regardless of their differences. The partnership between family and school is fundamental to the success of this process. This study aimed to examine how the inclusion of students with intellectual disabilities is taking place, identifying the available resources and the difficulties faced, according to the perception of guardians and teachers. This is a cross-sectional qualitative research, which involved semi-structured interviews with 42 guardians and 34 teachers of 44 students diagnosed with intellectual disabilities, enrolled in regular public schools in a city in the interior of Minas Gerais. Data analysis was carried out with the aid of the Iramuteq software, using the thematic content analysis technique. In the analysis of the interviews with those responsible, five main categories emerged: Family context, Parents' resources and difficulties, Relationships with the school, Participation at school, Children's difficulties, and Diagnosis path and follow-ups. The teachers' interviews revealed five related categories: Understanding the inclusion process, School-family relationship, Difficulties in the inclusion process, Pedagogical practices in the classroom, and Student development. These categories reflect participants' perceptions regarding the inclusion process. Guardians reported difficulties in supporting their children in the face of school adversities, but highlighted support in the relationship with the school as a valuable resource. The teachers, in turn, pointed out daily challenges in implementing inclusion and highlighted problems

in the partnership between family and school. The interviews provided valuable indicators to understand the inclusion process and suggest interventions to improve this context.

Keywords: Educational inclusion. Intellectual disability. Parents. Teachers. School.

RESUMEN

La importancia de la colaboración entre familias y educadores en la inclusión del alumnado en la red de regulación docente es una cuestión crucial. La inclusión educativa sostiene que todos los estudiantes deben aprender juntos, en las escuelas regulares, independientemente de sus diferencias. La colaboración entre la familia y la escuela es fundamental para el éxito de este proceso. Este estudio tuvo como objetivo examinar cómo se está llevando a cabo la inclusión de estudiantes con discapacidad intelectual, identificando los recursos disponibles para ellos, dificultades enfrentadas, según la percepción de responsables y docentes. Se trata de una encuesta cualitativa transversal, en la que participaron entrevistadores semiestructurados con 42 y 34 personas a cargo. Profesores de 44 estudiantes diagnosticados con discapacidad intelectual, matriculados en escuelas públicas regulares de una ciudad del interior. Minas Gerais. El análisis de los datos se realizó con ayuda del software Irmuteq, utilizando la técnica de análisis de contenido temático. Del análisis de las entrevistas a los responsables surgieron cinco categorías principales: Contexto familiar, Recursos y dificultades parentales, Relaciones con la escuela, Participación en la escuela, Dificultades de los niños y el curso de diagnóstico y apoyo. Las entrevistas a los docentes revelaron cinco categorías relevantes: comprensión del proceso de inclusión, relación escuela-familia, Dificultades en el proceso de inclusión, prácticas educativas en el aula y desarrollo estudiantil. Estas categorías reflejan las opiniones de los participantes en relación al proceso de inclusión. A los responsables les resultó difícil apoyar a sus hijos ante las adversidades escolares, pero a nosotros nos brindaron apoyo. relación con la escuela como un recurso valioso. Los docentes, a su vez, resaltaron desafíos cotidianos en la implementación de la inclusión y crearon problemas en la crianza de los hijos en el seno de la familia. Es la escuela. Los entrevistadores proporcionaron indicadores valiosos para comprender el proceso de inclusión y sugerir intervenciones para mejorarlo. contexto.

Palabras – Claves: Inclusión educativa. Discapacidad intelectual. País. Docentes. Escuela.

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um princípio fundamental que defende que todos os indivíduos, independentemente de suas dificuldades e diferenças, devem aprender juntos em escolas regulares (Unesco, 1994). No Brasil, a Educação Especial é uma modalidade de ensino que atravessa todos os níveis, etapas e modalidades, assegurando a educação de alunos com deficiências, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação dentro do sistema regular de ensino (Brasil, 1996, 2008).

Assim, o termo "Inclusão Educacional" abrange um sentido amplo, político e social, enquanto "Educação Especial" refere-se especificamente a uma modalidade de educação. Este estudo foca-se na Educação Especial a partir da perspectiva da Educação Inclusiva e a participação ativa da família como parte integrante do processo.

A trajetória da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares no Brasil ganhou destaque no final da década de 1980 e início dos anos 1990, com a assinatura de declarações internacionais e a criação de diretrizes, políticas públicas e leis nacionais. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (Brasil, 1990) asseguraram a todos os cidadãos, especialmente às crianças e adolescentes, o direito à igualdade e à permanência na escola. A Declaração de Salamanca, em 1994, reforçou que os alunos com deficiência devem ser educados em um sistema inclusivo (Unesco, 1994). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil 9.394) dedicou um capítulo à Educação Especial na rede regular de ensino (Brasil, 1996):

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para

aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

No século XXI, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, instituída em 2008, visa assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiências em escolas regulares. Entre suas garantias estão o atendimento educacional especializado (AEE), a formação de profissionais da educação, a participação da família e da comunidade, e a acessibilidade em diversas esferas (Brasil, 2008). O AEE organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade para garantir a plena participação dos estudantes, complementando a formação regular (Brasil, 2008). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015 (Lei nº 13.146/2015) enfatiza a educação inclusiva para todos os níveis e etapas de ensino, buscando o máximo desenvolvimento possível (Brasil, 2015).

A Educação Especial, alinhada à perspectiva da educação inclusiva, defende que cada aluno deve ser atendido conforme suas necessidades e dificuldades, utilizando recursos e metodologias que promovam seu desenvolvimento e aprendizado (Miranda, 2001). Tendo suas necessidades atendidas através do desenvolvimento de um plano de ação para potencializar suas habilidades.

A inclusão educacional envolve a aceitação das diferenças, a transformação do sistema de ensino, a capacitação de professores, a cooperação entre alunos e, sobretudo, o respeito à dignidade (Moreira, 2006). E assim a participação da família neste contexto como apoio e parte importante no desenvolvimento do aluno por completo.

O PROBLEMA

As carências que cercam a educação inclusiva tem ligação direta com como a comunidade escolar e geral lida com as especificidades dos alunos especiais. A adoção de abordagens pedagógicas que atendam efetivamente às necessidades dos alunos atendidos pela educação especial fazem parte do papel da escola como meio de transformação, mas temos também a família como alicerce do funcionamento das dinâmicas fora da escola.

Para isso, é fundamental compreender não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também as concepções sobre a deficiência, de modo a delinear estratégias educacionais eficazes (Lopes & Marquezine, 2012). A Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD) apresenta uma visão multidimensional e bioecológica da deficiência intelectual, caracterizada por limitações significativas na função intelectual e no comportamento adaptativo, o que inclui habilidades sociais e práticas (AAIDD, 2010). Isso indica que, além do desenvolvimento cognitivo, é crucial estimular outras formas de saber, como o desenvolvimento afetivo e social, respeitando as particularidades de cada aluno no processo de aprendizagem (Santos, 2012; Batista & Enumo, 2004).

No entanto, a efetivação da educação inclusiva demanda uma transformação na perspectiva educacional, abrangendo todos os elementos da escola (Unesco, 1994; Brasil, 2008; Carvalho, 2019). Para que essa transformação ocorra, é essencial uma ação conjunta entre alunos, família, professores, gestores e outros profissionais envolvidos. A literatura aponta para a importância crucial da relação família-escola na inclusão educacional, destacando a necessidade de valorização e participação ativa dos pais e responsáveis, além de um trabalho colaborativo e comunicação eficaz entre as partes (Borges, Gualda & Cia, 2011; Christovam & Cia, 2013; Brandão & Ferreira, 2013; Benitez & Domeniconi, 2012; Vilaronga & Mendes, 2014). A colaboração entre família e escola é vista como fundamental, pois ambas desempenham papéis complementares e essenciais na transmissão de conhecimento e no apoio ao desenvolvimento dos alunos (Dessen & Polonia, 2007; Marturano & Elias, 2016).

Entretanto, a inserção dos alunos com deficiência intelectual na escola regular ainda enfrenta diversos desafios, tanto no âmbito familiar quanto escolar. No contexto familiar, fatores subjetivos e objetivos, como apoio social, habilidades de comunicação e recursos disponíveis, influenciam significativamente como as famílias lidam com a inclusão escolar de seus filhos (Luiz & Nascimento, 2012). As famílias muitas vezes enfrentam desafios como a falta de informação sobre diagnósticos e direitos, dificuldades em lidar com adaptações necessárias, visitas frequentes a médicos e a conciliação entre trabalho e suporte ao filho, o que impacta diretamente o processo de inclusão educacional (Cerqueira, Alves & Aguiar, 2016; Rosário & Silva, 2016).

Por outro lado, a formação e atuação dos professores são cruciais para a promoção da inclusão educacional. A formação inicial e continuada dos docentes é essencial para que possam promover transformações efetivas na sala de aula (Matos & Mendes, 2015; Silveira, Enumo & Rosa, 2012; Tavares, Santos & Freitas, 2016; Vilaronga & Mendes, 2014). No entanto, professores frequentemente enfrentam dificuldades como falta de apoio institucional, pouca interação com professores das salas de recursos e escassez de materiais e tecnologias assistivas (Silveira et al., 2012). Além disso, as deficiências na formação dos docentes impactam diretamente suas concepções e práticas relacionadas à educação inclusiva (Garcia, 2013; Kassar, 2014; Silva & Carvalho, 2017). O apoio de profissionais especializados, família e comunidade escolar é, portanto, vital para que os professores possam desempenhar seu papel de forma eficaz (Matos & Mendes, 2015; Sant'Ana, 2005).

Apesar de avanços significativos nas legislações e políticas de educação inclusiva, tanto nacionais quanto internacionais, ainda há uma grande lacuna entre o que é preconizado e o que de fato ocorre na prática. Embora o número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas tenha aumentado, há uma concentração dessas matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e uma queda acentuada no Ensino Médio, sugerindo uma problemática de evasão escolar (Meletti & Ribeiro, 2014; Borges & Campos, 2018; Gomes & Souza, 2012; Tavares et al., 2016). Este cenário levanta questões sobre o processo de inclusão em aspectos como aprendizagem, avaliação, estrutura curricular, suporte especializado, gestão escolar e acessibilidade (Rahme, Ferreira & Neves, 2019). A educação inclusiva enfrenta, portanto, desafios significativos relacionados às atitudes e crenças dos envolvidos, à capacitação profissional, à disponibilidade de recursos e às barreiras físicas e organizacionais nas escolas.

Diante deste contexto, torna-se necessário investigar de forma abrangente o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual, considerando as perspectivas dos diferentes

atores envolvidos e identificando tanto as dificuldades enfrentadas quanto os recursos disponíveis para superá-las. A influência do contexto, com suas dificuldades atuando como fatores de risco ou proteção para o desenvolvimento dos alunos, é um aspecto crucial a ser explorado (Rutter, 1999; Lisboa & Koller, 2011). Assim, este trabalho busca compreender como o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual tem ocorrido, identificando recursos e dificuldades segundo a percepção de responsáveis e professores..

JUSTIFICATIVA

As dificuldades relatadas pelas professoras no processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual em sala de aula são a base deste estudo. As experiências compartilhadas evidenciam desafios práticos que impactam diretamente a eficácia da inclusão, como a dificuldade em equilibrar a atenção entre os alunos com deficiência e os demais, a necessidade de conciliar atividades individualizadas com as demandas da turma, e a ausência de apoio especializado, como um professor assistente.

Esses relatos revelam a falta de suporte estrutural e institucional nas escolas, bem como a insuficiência de políticas públicas que garantam recursos adequados para a inclusão efetiva. A ausência de um profissional de apoio nas salas de aula, por exemplo, sobrecarrega os professores, que enfrentam a complexa tarefa de atender às necessidades específicas de cada aluno sem comprometer o aprendizado do restante da turma.

Além disso, as professoras relatam o desafio de adaptar atividades pedagógicas às habilidades dos alunos com deficiência, destacando a necessidade constante de buscar métodos e materiais diferenciados que atendam às suas necessidades individuais. As práticas pedagógicas mencionadas, como o trabalho em duplas ou grupos e a criação de atividades específicas, mostram-se eficazes, mas ainda insuficientes diante das limitações impostas pela falta de recursos. Portanto, este estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre as práticas pedagógicas adotadas por professores em contextos de inclusão, assim como pelas barreiras enfrentadas na implementação dessas práticas.

Compreender essas dificuldades é essencial para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e para a formulação de políticas públicas que realmente apoiem a inclusão educacional de alunos com deficiência intelectual, assegurando um ambiente de aprendizagem equitativo e de qualidade para todos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise das entrevistas realizadas com os responsáveis pelos alunos revelou cinco categorias principais: Contexto familiar, recursos e dificuldades dos pais; Relações com a escola; Participação na escola; Dificuldades dos filhos; e Percurso do diagnóstico e acompanhamentos. Essas categorias refletem as experiências e compreensões dos pais no que se refere aos recursos disponíveis e aos desafios enfrentados no processo de inclusão escolar.

A primeira categoria, "Contexto familiar, recursos e dificuldades dos pais", destaca como a questão da deficiência permeia o cotidiano familiar, influenciando as dinâmicas internas e a organização das famílias. Algumas famílias conseguem estabelecer uma rotina estruturada,

impor limites e buscar meios para apoiar seus filhos no desenvolvimento educacional (Dessen & Polonia, 2007; Marturano & Elias, 2016). No entanto, muitas famílias relatam dificuldades, como a falta de tempo devido à sobrecarga de trabalho, o que gera sentimentos de exaustão e estresse (Cerqueira et al., 2016; Rosário & Silva, 2016). Observa-se que 42,2% dos responsáveis trabalhavam fora, o que impacta diretamente na organização familiar e na capacidade de acompanhar o desenvolvimento escolar dos filhos.

Além disso, a dificuldade em ajudar nas tarefas escolares é um problema recorrente, especialmente entre os responsáveis com menor escolaridade, o que limita sua capacidade de oferecer suporte adequado aos filhos. Esses desafios apontam para a necessidade de um olhar empático e de não culpabilização das famílias, reconhecendo que essas dificuldades muitas vezes decorrem de fatores socioeconômicos fora de seu controle (Coelho, Campos & Benitez, 2017). Ainda, ressaltam a importância de um apoio efetivo, tanto da escola quanto de profissionais de saúde, para empoderar as famílias e ajudá-las a reconhecer a importância de suas ações no processo educacional.

As categorias "Relações com a escola" e "Participação na escola" enfatizam a importância da relação entre família e escola e o impacto que isso tem na inclusão escolar dos alunos. Os pais relatam que seus filhos se sentem bem no ambiente escolar e incluídos, embora exista uma lacuna no entendimento do conceito de inclusão (Rosário & Silva, 2016).

Já na "Participação na escola", os pais mencionam que conseguem dialogar com os filhos sobre situações escolares, demonstrando preocupação e acompanhamento das atividades cotidianas (Christovam & Cia, 2016). Contudo, destaca-se a necessidade de uma comunicação mais contínua entre família e escola, além dos momentos formais, para fortalecer essa parceria e promover uma inclusão mais efetiva.

Apesar de a escola ser percebida como um recurso protetivo e um ambiente positivo para os alunos, a literatura aponta que nem sempre o processo de inclusão é visto de forma positiva pelos pais. Maturana e Cia (2015) identificaram, em sua revisão de estudos sobre a parceria família-escola, que muitas famílias têm uma visão negativa do processo de inclusão, citando a falta de investimentos e o descrédito dado aos alunos como principais problemas.

Na categoria "Dificuldades dos filhos", os pais relatam as dificuldades cognitivas enfrentadas por seus filhos, como a leitura e a escrita, que são inerentes à deficiência intelectual (Rosário & Silva, 2016). Esse desconhecimento sobre as limitações dos filhos resalta a necessidade de fornecer informações adequadas aos pais para que possam entender melhor as dificuldades de seus filhos e oferecer o suporte necessário.

Além disso, é importante destacar a relevância do Atendimento Educacional Especializado(AEE) para o desenvolvimento desses alunos, embora nem todos tenham acesso a esse serviço, o que aponta para uma disparidade entre o que é estabelecido em lei e a prática cotidiana (Lopes & Marquezzine, 2012; Pasian, Mendes & Cia, 2017).

Por fim, a categoria "Percurso do diagnóstico e acompanhamentos" revela que os pais enfrentaram um longo processo até o diagnóstico de deficiência intelectual dos filhos, e que, de forma geral, buscam atendimentos que melhorem a qualidade de vida das crianças, como acompanhamento médico e suporte da APAE. A APAE é vista como um importante recurso de acolhimento e apoio ao processo de inclusão educacional, destacando-se a necessidade de colaboração entre instituições especializadas e escolas regulares para promover o desenvolvimento integral dos alunos (Luiz & Nascimento, 2012; Vilaronga & Mendes, 2014).

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada mediante levantamento de material bibliográfico. Além de consultas a informações na internet, tendo como enfoque artigos científicos e aplicações atuais que se tratava sobre a relação e as consequências da relação da escola com as famílias de alunos que se encaixavam na educação inclusiva. A definição metodológica do presente trabalho foi baseada no manual de Metodologia da Pesquisa Científica disponibilizado nas normas da ABNT.

A pesquisa científica é um processo fundamental em todo o trabalho científico, pois possibilita todo o embasamento teórico que se baseará o trabalho. De acordo com Gil (1996 p. 32), a bibliografia é o conjunto dos livros escritos sobre determinado assunto, por autores conhecidos, identificados ou anônimos. A pesquisa bibliográfica é o exame de uma bibliografia, para levantamento, análise do que já produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual, identificando tanto os recursos disponíveis quanto as dificuldades enfrentadas nesse contexto, bem como a relação entre escola e família.

A partir das perspectivas dos responsáveis e das professoras, foi possível compreender o processo de inclusão em suas múltiplas dimensões, abrangendo as relações familiares, as interações no ambiente escolar e a dinâmica entre escola e família. Os resultados indicaram que, para os responsáveis, as principais dificuldades residem no apoio e acompanhamento das questões escolares dos filhos.

Entretanto, eles destacaram como recursos a inserção dos filhos no ambiente escolar, onde se sentem acolhidos, e a boa relação estabelecida com a escola. Por outro lado, as professoras apontaram desafios diários no processo de inclusão, bem como dificuldades na parceria com as famílias, o que ressalta a necessidade de um fortalecimento dessa relação para uma inclusão mais efetiva. Contudo, uma limitação importante a ser considerada em futuras pesquisas é a ausência da perspectiva dos próprios alunos, que são atores centrais nesse processo.

As contribuições deste estudo são significativas, pois abordam a inclusão a partir das perspectivas de diferentes informantes – família e professores – que são fundamentais para a promoção da inclusão. A análise das dificuldades e recursos levantados aponta para a necessidade de intervenções específicas junto às famílias e aos professores, visando estabelecer práticas que promovam a verdadeira inclusão de alunos com deficiência.

Embora o tema seja amplamente estudado, o estudo evidencia que ainda há uma lacuna significativa entre o que é preconizado pelas diretrizes educacionais e o que é efetivamente implementado. Uma conclusão crucial é a urgência de um trabalho integrado nas escolas, envolvendo professores do ensino regular, especialistas, famílias e a gestão escolar.

Além disso, reforça-se a importância de articulação entre leis e políticas públicas para garantir a implementação eficaz do processo de inclusão, assegurando que ele seja realmente efetivo na prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APRIGIO, Bruna Tábata. Gerações no mercado de trabalho: geração Y. *Revista de Administração do UNISAL*, v. 3, n. 3, 2013. Disponível: <http://www.revista.unisal.br/sj/index.php/RevAdministracao/article/view/232>. Acesso: 16 setembro 2021
- BORGES, Maria de Lourdes; SILVA, Adelina G. da. Implicações de um cenário multigeracional no ambiente de trabalho: diferenças, desafios e aprendizagem. *IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho-Brasília DF*, 2013.
- CARMO, Patricia. Gerações de líderes e seus perfis de lideranças: um estudo sobre o relacionamento dos líderes de uma instituição de ensino superior. 2018. 58 f. (Monografia em Administração) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- CAVAZOTTE, Flávia de Souza Costa Neves; LEMOS, Ana Heloisa da Costa; VIANA, Mila Desouzart de Aquino. Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais?. *Cadernos Ebape. br*, v. 10, p. 162-180, 2012.
- CERETTA, S. B.; FROEMMING, L. M. Geração Z: compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente. *RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar*, v.3, n.2, art.2, p.15-24, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Admin/Downloads/70-Texto%20do%20artigo-325-1-10-20111226%20\(10\).pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/70-Texto%20do%20artigo-325-1-10-20111226%20(10).pdf). Acesso: 02 setembro 2021
- CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- _____. *Gestão de Pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CONFLITO DE GERAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO: a importância de uma gestão eficaz. PERRET, Querulin Malena e COSTA, Gisele Maria Tonin da, *Uruguai*, n.16, jan. 2018. Disponível em: https://www.caxias.ideau.com.br/wp-content/files_mf/7dd81009e310a0f81e97f6db67ff7fd9403_1.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.
- EMMANUEL, Simone Parente Cumberow. *Geração Z. Quem são e como se comportam os jovens nascidos na era digital*. Rio de Janeiro: Copyright 2020.
- FREITAS, Suelem de. *Desafio empresarial: como as empresas podem reter o talento da geração Z*. 2019.
- GRUBB, Valerie M. *Conflito de gerações: desafios e estratégias para gerenciar quatro gerações no ambiente de trabalho*. Autêntica Business, 2018.
- KÄMPF, Cristiane. A geração Z e o papel das tecnologias digitais na construção do pensamento. *Com Ciência*, n.131, p.0-0, 2011. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000700004&lng=en&nrm=iso. Acesso: 15 abril 2024
- KHOURY, K. *Liderança é uma questão de atitude*. 2 ed. São Paulo. Senac, 2009.
- LISTON, Jessica. *Diversidade geracional e a gestão de pessoas no ambiente de corporativo: estudo de caso*. 2020. 60 f. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapeco, 2020.
- LOPES, Mario Marcos; DE MECENAS, Domingos Sávio. Os desafios da gestão estratégica de pessoas no conflito de gerações nas organizações. *FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão*, v. 23, n. 2, 2020.
- MARTINI, Pricila. *Impacto da geração Z na gestão empresarial*. 2017. 55 f. Dissertação (Monografia em MBA em Gestão Empresarial) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR de Curitiba, Curitiba, 2017.
- MATTHEWMAN, J. *Os novos nômades globais*. São Paulo: Clio Editora, 2012.
- MAURER, A. L. *As gerações Y e Z e suas âncoras de carreira: Contribuições para a gestão estratégica de operações*. 2013
- O QUE É GERAÇÃO Z. *Significados*, Pedro Menezes, 2021. Disponível em: <https://www.significados.com.br/filosofia/>. Acesso: 15 abril 2024.
- PELIZARI, C, Fleury, S. *Gerações em Conflito nas Empresas*. In *Rev. Bras Guia Pessoal – Finanças, Carreira, Negócios*, 20-25, 2012.
- PREZIOSI, Giuliana Arruda. *A influência da sustentabilidade no engajamento da Geração Z no trabalho*. 2021. Tese de Doutorado.
- ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina; BITENCOURT, Betina Magalhães. *Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil?*. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/XpFk6WRKxs3TPTV4Lk3Pbcd/?lang=pt>. Acesso: 11 setembro 2021
- SANTOS, C. F. et al. *O Processo Evolutivo entre as Gerações X, Y, e Baby Boomers*. In: *XIV SemeAd Seminários em Administração*, 2011.

TAPSCOTT, Don. A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

TOLEDO, P. B. F. O Comportamento da geração Z e a influência nas atitudes dos professores. Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica. 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/38516548.pdf>. Acesso: 15 abril 2024

LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - 1996 Acesso: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf

USO DE ROBÓTICA NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
USE OF ROBOTICS IN THE EDUCATION OF STUDENTS WITH DISABILITIES
USO DE LA ROBÓTICA EN LA EDUCACIÓN DE ESTUDIANTES CON
DISCAPACIDAD

Deize Martins Farias Pires
piresdeize@gmail.com

PIRES, Deize Martins Farias. **Uso de Robótica na Educação de Alunos com Deficiência**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 240 – 248, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr Ricardo Militão de Lima

RESUMO

Este estudo explora a integração da robótica educacional no contexto de alunos com deficiência, uma abordagem inovadora que visa promover a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes. A contextualização enfatiza a importância crescente da robótica na educação, destacando seus benefícios cognitivos, sociais e emocionais. O objetivo principal é analisar como as estratégias de ensino baseadas em robótica podem ser eficazmente integradas no currículo educacional para melhorar o aprendizado dos alunos com deficiência. A justificativa baseia-se na necessidade de métodos pedagógicos inclusivos que atendam às necessidades específicas desses alunos. O problema investigado é como as estratégias de ensino baseadas em robótica podem ser adaptadas para promover o desenvolvimento acadêmico, social e emocional de alunos com deficiência. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, analisando estudos publicados nas últimas duas décadas sobre o uso da robótica na educação. A conclusão aponta que a robótica educacional, quando integrada de forma planejada e estruturada, pode criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo e engajador, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Palavras-chave: Robótica educacional. Inclusão. Alunos com deficiência. Desenvolvimento cognitivo. Metodologias pedagógicas.

SUMMARY

This study explores the integration of educational robotics in the context of students with disabilities, an innovative approach aimed at promoting inclusion and holistic development. The contextualization emphasizes the growing importance of robotics in education, highlighting its cognitive, social, and emotional benefits. The main objective is to analyze how robotics-based teaching strategies can be effectively integrated into the educational curriculum to enhance the learning of students with disabilities. The justification is based on the need for inclusive pedagogical methods that meet the specific needs of these students. The research problem investigates how robotics-based teaching strategies can be adapted to promote the academic, social, and emotional development of students with disabilities. The adopted methodology was a bibliographic review, analyzing studies published in the last two decades on the use of robotics in education. The conclusion indicates that educational robotics, when integrated in a planned and structured manner, can create a more inclusive and engaging learning environment, promoting equal opportunities for all students.

Keywords: Educational robotics. Inclusion. Students with disabilities. Cognitive development. Pedagogical methodologies.

RESUMEN

Este estudio explora la integración de la robótica educativa en el contexto de estudiantes con discapacidades, un enfoque innovador que busca promover la inclusión y el desarrollo integral de los estudiantes. La contextualización enfatiza la importancia creciente de la robótica en la educación, destacando sus beneficios cognitivos, sociales y emocionales. El objetivo principal es analizar cómo las estrategias de enseñanza basadas en robótica pueden integrarse eficazmente en el currículo educativo para mejorar el aprendizaje de los estudiantes con discapacidades. La justificación se basa en la necesidad de métodos pedagógicos inclusivos que atiendan las necesidades específicas de estos estudiantes. El problema investigado es cómo las estrategias de enseñanza basadas en robótica pueden adaptarse para promover el desarrollo académico, social y emocional de los estudiantes con discapacidades. La metodología adoptada fue la revisión bibliográfica, analizando estudios publicados en las últimas dos décadas sobre el uso de la robótica en la educación. La conclusión señala que la robótica educativa,

cuando se integra de manera planificada y estructurada, puede crear un entorno de aprendizaje más inclusivo y atractivo, promoviendo la igualdad de oportunidades para todos los estudiantes.

Palabras clave: Robótica educativa. Inclusión, estudiantes con discapacidades. Desarrollo cognitivo. Metodologías pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O uso de robótica na educação tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente no contexto da educação de alunos com deficiência. A integração de tecnologias inovadoras no ambiente educacional oferece novas oportunidades para o desenvolvimento cognitivo, social e motor desses estudantes. A robótica educacional, em particular, tem se mostrado uma ferramenta poderosa para facilitar o aprendizado, promover a inclusão e estimular habilidades que muitas vezes são negligenciadas pelos métodos tradicionais de ensino.

A justificativa para este estudo baseia-se na necessidade de identificar e promover métodos pedagógicos que sejam inclusivos e eficazes para alunos com deficiência. Segundo Papert (2016) pioneiro na pesquisa sobre robótica educativa, a interação com robôs pode proporcionar um aprendizado mais significativo e engajador para os estudantes. Além disso, a robótica oferece um ambiente de aprendizado prático, onde os alunos podem experimentar, errar e aprender de forma ativa.

No entanto, a implementação da robótica na educação especial enfrenta desafios significativos. A questão central que orienta este estudo é: Como as estratégias de ensino baseadas em robótica podem ser eficazmente integradas no currículo educacional para promover o desenvolvimento acadêmico, social e emocional de alunos com deficiência? Esta problemática é crucial para entender como a robótica pode ser adaptada para atender às diversas necessidades dos alunos e garantir uma abordagem verdadeiramente inclusiva.

A hipótese deste estudo é que a utilização de robótica na educação de alunos com deficiência promove um aprendizado mais inclusivo e eficaz, proporcionando benefícios significativos tanto no desenvolvimento acadêmico quanto nas habilidades sociais e emocionais. A interação com robôs pode ajudar os alunos a desenvolverem habilidades de resolução de problemas, pensamento crítico e colaboração, além de aumentar sua motivação e engajamento com o aprendizado.

O objetivo geral deste estudo é analisar as práticas de ensino que utilizam robótica e seus impactos no aprendizado e desenvolvimento dos alunos com deficiência. Para isso, será realizada uma revisão bibliográfica abrangente, buscando compreender as experiências e resultados de diferentes abordagens pedagógicas que incorporam a robótica no ambiente educacional. Estudos como os de Eguchi (2016) e Meredith (2017) indicam que a robótica pode ser uma ferramenta valiosa para promover a inclusão e o desenvolvimento de alunos com deficiência, mas ainda há muito a ser explorado sobre suas aplicações e eficácia.

Ao longo desta pesquisa, serão analisados diversos aspectos, como a adaptação de materiais e metodologias para diferentes tipos de deficiência, o papel dos professores e a formação necessária para o uso eficaz da robótica, e as tecnologias assistivas que podem complementar o uso de robôs em sala de aula. A revisão da literatura também buscará identificar boas práticas e desafios enfrentados na implementação da robótica educacional,

proporcionando uma visão crítica e abrangente do tema.

É importante destacar que a robótica não deve ser vista apenas como uma ferramenta tecnológica, mas como uma abordagem pedagógica que pode transformar a maneira como os alunos com deficiência interagem com o conteúdo educacional e desenvolvem suas habilidades. A interação com robôs pode proporcionar um senso de conquista e autonomia, aumentando a autoestima e a confiança dos alunos em suas capacidades.

Em conclusão, a integração da robótica na educação de alunos com deficiência representa uma oportunidade única para promover um aprendizado mais inclusivo e engajador. Este estudo pretende contribuir para o entendimento das melhores práticas e dos desafios associados a essa abordagem, oferecendo insights valiosos para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas educacionais. A contínua exploração e implementação de tecnologias inovadoras como a robótica é essencial para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de Tecnologia Assistiva (TA) tem se tornado cada vez mais relevante nos dias atuais, referindo-se a qualquer recurso tecnológico que visa aumentar a autonomia de indivíduos com necessidades específicas, como dificuldades motoras, auditivas, visuais, entre outras. De acordo com Hazard, Galvão Filho e Rezende (2018), TA pode ser definida como:

Qualquer ferramenta, recurso, estratégia ou processo desenvolvido e utilizado com a finalidade de proporcionar maior independência e autonomia à pessoa com deficiência. Isso inclui desde artefatos simples, como uma colher adaptada ou um lápis com empunhadura mais grossa para facilitar o manuseio, até programas de computador avançados que promovem acessibilidade (Hazard et al, 2018).

O conceito de TA vai além dos dispositivos que podem ser usados, englobando processos, serviços, estratégias e qualquer outro tipo de conhecimento gerado para facilitar ou melhorar a vida das pessoas com deficiência. O termo surgiu em 1988 nos Estados Unidos, como parte da legislação que regula os direitos das pessoas com deficiência, sendo entendido como sinônimo de recursos e serviços. No Brasil, o Decreto nº 3.298, de 1999, assegura o direito dos cidadãos às Ajudas Técnicas (um dos termos usados no Brasil para Tecnologia Assistiva), estabelecendo que é dever do Estado garantir não apenas uma melhor qualidade de vida para as pessoas com limitações, mas também sua inclusão na sociedade por meio da TA (Cook et al, 2020).

Esse decreto não apenas assegura o direito à Tecnologia Assistiva, mas também especifica uma lista de instrumentos; alguns desses ajudam na comunicação e na mobilidade das pessoas com deficiência. Assim, a tecnologia promove a autonomia dos indivíduos que a utilizam.

Paralelamente à TA, o crescimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem transformado a forma como interagimos e nos relacionamos. Essas tecnologias, cada vez mais presentes em nosso cotidiano, também são amplamente utilizadas para aumentar a

acessibilidade para pessoas com necessidades específicas. Pesquisas indicam que a aplicação estruturada das TIC no processo de ensino e aprendizagem escolar pode aprimorar as competências dos alunos, superando problemas de aprendizado decorrentes de condições sociais, neurológicas, intelectuais, sensoriais e motoras (D'Abreu, 2018).

Para facilitar a aprendizagem de alunos com deficiência, especialmente motoras e sensoriais, há aplicativos desenvolvidos especificamente para essa finalidade. Alguns desses aplicativos são softwares gratuitos que os professores podem utilizar em sala de aula. Esses recursos de Tecnologia Assistiva, facilmente acessíveis aos educadores, podem e devem ser aliados na garantia da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. O uso dessas ferramentas no laboratório escolar é uma excelente oportunidade para promover um aprendizado inclusivo (Galvão, 2017).

Com o significativo avanço tecnológico e os recursos disponíveis atualmente, a Tecnologia Assistiva (TA) tem se destacado cada vez mais no ambiente educacional. Ela se torna uma ponte para novas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiências, possibilitando formas de ensino que vão além de simples ferramentas de auxílio. A TA, por si só, se transforma em uma prática que caracteriza novos meios de construção do conhecimento (Galvão Filho, 2017).

As inovações tecnológicas estão transformando diariamente a interação social e a relação dos seres humanos com o avanço científico. Nesse contexto, a robótica surge como uma temática relevante no espaço científico deste século. Com a evolução contínua dos recursos tecnológicos e sua crescente adoção nas instituições de ensino, o interesse pela robótica tem expandido o contexto educacional nas universidades e a dinâmica de trabalho nas indústrias. Nesse cenário, surge a Robótica Educacional ou Pedagógica, definida por D'Abreu e Garcia (2017, p. 12) como “um processo de interação com um robô ou dispositivo robótico mecânico/eletromecânico para favorecer os processos cognitivos”.

No contexto da aprendizagem, a Robótica Educacional é vista como uma metodologia que envolve etapas como concepção, implantação, construção e controle de um mecanismo para solucionar problemas específicos, promovendo a elaboração do conhecimento em cada fase. Este campo é reconhecido como um projeto multidisciplinar e interdisciplinar, por englobar várias áreas de aprendizagem e integrar conceitos de diferentes disciplinas nas atividades propostas (Benitti, 2017; Nugent et al., 2019).

De acordo com Nascimento (2018), a Robótica Educacional utiliza conhecimentos de diversas ciências, como Engenharias, Inteligência Artificial, Matemática, Português e Programação, para a criação de robôs. Nas salas de aula, tem sido usada como uma ferramenta de apoio para aprimorar a maneira como os conceitos são apresentados e assimilados pelos alunos (Hussain et al., 2016).

O emprego dessa ferramenta traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, impactando positivamente o desempenho escolar nas disciplinas curriculares, o comportamento em sala de aula e a capacidade de adquirir conhecimentos tanto dentro quanto fora do ambiente escolar (Lindh; Holgersson, 2017).

A utilização da robótica pode ajudar os alunos a assimilar o conhecimento de maneira mais criativa e dinâmica, facilitando novas descobertas e promovendo o diálogo. Dessa forma, a robótica torna-se um instrumento adicional de apoio no processo de aprendizagem, incentivando os estudantes. As atividades de robótica educacional promovem a interação dos

alunos na criação e montagem de robôs, despertando a curiosidade e autoestima, já que eles atuam como cientistas ao desenvolver suas máquinas (Nugent et al., 2018). Além disso, a robótica estimula o raciocínio lógico, a criatividade e o senso crítico dos alunos diante de novas descobertas.

PERCURSO

METODOLÓGICO

Para analisar a utilização da robótica no contexto educacional, optou-se pela metodologia de revisão bibliográfica. Esse método permite reunir, avaliar e sintetizar pesquisas já existentes, oferecendo uma visão ampla e fundamentada sobre o tema. A revisão bibliográfica é especialmente relevante para identificar as principais teorias, práticas e resultados obtidos por pesquisadores que já exploraram a integração da robótica no ambiente educacional.

A primeira etapa do percurso metodológico envolveu a seleção das fontes bibliográficas. Foram consultadas bases de dados acadêmicas como Scielo, Google Scholar, utilizando palavras-chave específicas, tais como "robótica educacional", "robótica pedagógica", "tecnologias assistivas" e "educação inclusiva". A escolha dessas palavras-chave garantiu a obtenção de um conjunto representativo de artigos científicos, livros, teses e dissertações que abordam a robótica educacional de maneira abrangente e atualizada.

Para assegurar a qualidade e relevância das fontes, foram adotados critérios de inclusão rigorosos. Apenas estudos publicados nos últimos vinte anos foram considerados, com preferência por aqueles que apresentassem uma metodologia clara e resultados consistentes sobre a aplicação da robótica na educação. Foram priorizados trabalhos que discutem a robótica em diferentes níveis de ensino e que abordem suas implicações para alunos com e sem deficiência. Pesquisas que não se alinhavam diretamente com o foco deste estudo foram excluídas.

Com base na revisão bibliográfica, foi possível elaborar recomendações práticas para a implementação da robótica no contexto educacional. A literatura revelou que a robótica, quando integrada de maneira estruturada e planejada no currículo escolar, tem o potencial de promover um aprendizado mais engajador e inclusivo. As recomendações desenvolvidas a partir da revisão visam orientar educadores, gestores e formuladores de políticas educacionais na adoção de estratégias que aproveitem o potencial da robótica como ferramenta pedagógica, contribuindo para um sistema educacional mais justo e equitativo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O uso da robótica no contexto educacional tem se mostrado uma abordagem inovadora e eficaz para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos. A robótica educacional, também conhecida como robótica pedagógica, envolve a integração de dispositivos robóticos no ambiente de ensino, com o objetivo de facilitar a aprendizagem por meio da interação prática e do engajamento dos estudantes. Este tema tem sido amplamente discutido por diversos autores e pesquisadores, que destacam seus benefícios e desafios.

Papert (2016), um dos pioneiros no uso da robótica educacional, argumenta que a interação com robôs pode proporcionar um aprendizado mais significativo e engajador. Ele

destaca que, ao programar e construir robôs, os alunos desenvolvem habilidades de resolução de problemas, pensamento crítico e criatividade. Papert introduziu o conceito de "micromundo", ambientes de aprendizagem nos quais os alunos podem explorar e experimentar de forma segura e controlada, permitindo uma construção ativa do conhecimento.

Além disso, a robótica educacional promove a interdisciplinaridade, integrando diversas áreas do conhecimento, como matemática, física, programação e engenharia. Benitti (2017) ressalta que essa abordagem permite que os alunos vejam a aplicação prática dos conceitos aprendidos em sala de aula, tornando o aprendizado mais relevante e motivador. Ao trabalhar com robôs, os alunos são incentivados a aplicar teorias matemáticas e científicas para resolver problemas reais, o que reforça a compreensão dos conteúdos.

Outro aspecto importante da robótica educacional é a promoção do trabalho em equipe e da colaboração. Segundo Nugent et al. (2018), as atividades de robótica frequentemente envolvem projetos em grupo, onde os alunos precisam cooperar, compartilhar ideias e resolver conflitos. Essa dinâmica de grupo é fundamental para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, preparando os alunos para o trabalho colaborativo no futuro.

A inclusão de alunos com deficiência é um dos principais benefícios da robótica educacional. Hazard, Galvão Filho e Rezende (2018) destacam que a robótica pode ser uma ferramenta poderosa para alunos com necessidades especiais, proporcionando-lhes uma forma de aprendizagem mais acessível e adaptada. Tecnologias assistivas, como robôs interativos, podem ajudar alunos com deficiências motoras, auditivas ou visuais a participar ativamente das atividades escolares, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades.

No entanto, a implementação da robótica educacional enfrenta alguns desafios. Um dos principais obstáculos é a formação dos professores. Para que a robótica seja efetivamente integrada ao currículo escolar, é necessário que os educadores estejam devidamente capacitados para utilizar essa tecnologia. Segundo Roldão e Aguiar (2016), a falta de formação específica pode limitar a aplicação da robótica na sala de aula, restringindo seus benefícios.

Além disso, a disponibilidade de recursos tecnológicos é um fator crucial. Muitas escolas, especialmente em regiões menos favorecidas, podem não ter acesso a kits de robótica ou infraestrutura adequada para implementar essa abordagem. Meredith (2017) argumenta que políticas públicas devem ser desenvolvidas para garantir que todas as escolas tenham acesso a essas tecnologias, promovendo a equidade no sistema educacional.

A robótica educacional também pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento de habilidades do século XXI. Segundo Lindhe Holgersson (2017), habilidades como pensamento crítico, criatividade, resolução de problemas complexos e alfabetização digital são essenciais para o sucesso futuro dos alunos. A robótica oferece uma plataforma ideal para desenvolver essas competências, preparando os estudantes para os desafios da sociedade contemporânea.

Os benefícios da robótica educacional não se limitam ao contexto escolar. Zilli (2018), destaca que a robótica pode influenciar positivamente o comportamento dos alunos, aumentando sua motivação e engajamento com o aprendizado. Alunos que participam de atividades de robótica tendem a apresentar melhor desempenho acadêmico e maior interesse pelas disciplinas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática).

A interação com robôs também pode promover a autonomia e a autoestima dos alunos. Hussain et al. (2006) observam que, ao resolver problemas e superar desafios relacionados à

construção e programação de robôs, os alunos desenvolvem um senso de realização e confiança em suas capacidades. Essa autoestima reforçada é fundamental para o sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes.

No entanto, é importante destacar que a robótica educacional deve ser vista como uma ferramenta complementar, e não substitutiva, dos métodos tradicionais de ensino. A integração da robótica deve ser feita de maneira equilibrada, garantindo que os alunos desenvolvam tanto habilidades práticas quanto teóricas. A combinação de diferentes abordagens pedagógicas pode proporcionar um aprendizado mais completo e enriquecedor.

Em conclusão, a utilização da robótica no contexto educacional oferece inúmeras oportunidades para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos. A robótica educacional promove a interdisciplinaridade, o trabalho em equipe, a inclusão de alunos com deficiência e o desenvolvimento de habilidades do século XXI. No entanto, para que essa abordagem seja efetiva, é necessário investir na formação de professores e na disponibilização de recursos tecnológicos. A robótica educacional representa uma revolução no ensino, proporcionando um ambiente de aprendizado mais engajador e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração das estratégias de ensino baseadas em robótica no currículo educacional pode trazer uma série de benefícios para alunos com deficiência. Primeiramente, é fundamental garantir que os professores estejam devidamente capacitados para utilizar essas tecnologias. A formação continuada dos docentes é essencial para que possam compreender e aplicar metodologias que maximizem o potencial da robótica como ferramenta pedagógica. Investir em programas de formação que abordem tanto os aspectos técnicos quanto pedagógicos da robótica é um passo crucial.

Além da formação de professores, a disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas é imprescindível. Instituições de ensino devem contar com kits de robótica, softwares educativos e infraestrutura adequada para integrar a robótica ao seu currículo. Políticas públicas e programas de financiamento podem desempenhar um papel vital ao fornecer esses recursos, garantindo que todas as escolas, independentemente de sua localização ou condição financeira, tenham acesso às tecnologias necessárias.

A robótica educacional deve ser integrada de maneira planejada e estruturada no currículo escolar. Isso implica não apenas utilizar os robôs como ferramentas auxiliares em atividades isoladas, mas incorporá-los de forma transversal às diferentes disciplinas. Por exemplo, projetos de robótica podem ser utilizados para ensinar conceitos de matemática, ciências, linguagens e artes, proporcionando um aprendizado mais contextualizado e interdisciplinar.

Para promover o desenvolvimento acadêmico dos alunos com deficiência, a robótica deve ser utilizada de forma a complementar as metodologias tradicionais de ensino. Atividades práticas e experimentais com robôs podem reforçar o entendimento de conceitos teóricos, proporcionando uma abordagem mais concreta e significativa para o aprendizado. Além disso, o uso da robótica pode estimular a motivação dos alunos, tornando o processo educacional mais engajador e dinâmico.

No aspecto social, a robótica educacional promove a colaboração e o trabalho em equipe. Alunos são frequentemente envolvidos em projetos coletivos, onde precisam compartilhar ideias, resolver problemas em conjunto e trabalhar de forma cooperativa. Essas atividades colaborativas são essenciais para o desenvolvimento de habilidades sociais, como comunicação, empatia e liderança, que são fundamentais para a inclusão e integração social dos alunos com deficiência.

Em termos emocionais, a robótica oferece oportunidades para que os alunos desenvolvam autoestima e autoconfiança. Ao enfrentar desafios técnicos e superar dificuldades na construção e programação de robôs, os alunos experimentam um senso de realização e competência. Essas experiências são vitais para o fortalecimento da autoestima e da confiança em suas próprias habilidades, aspectos essenciais para o desenvolvimento emocional saudável.

A inclusão de alunos com deficiência é outro benefício significativo da robótica educacional. Tecnologias assistivas, como robôs adaptados, permitem que esses alunos participem ativamente das atividades escolares, superando barreiras físicas e sensoriais. A robótica pode ser adaptada para atender às necessidades individuais, proporcionando um ambiente educacional mais acessível e equitativo.

Para que a robótica educacional seja efetivamente integrada no currículo, é importante que haja um compromisso institucional com a inclusão e a inovação pedagógica. Escolas e gestores educacionais devem estar dispostos a investir tempo e recursos na implementação dessas tecnologias, promovendo uma cultura de inclusão e valorização das diferenças. Além disso, a colaboração com universidades e instituições de pesquisa pode enriquecer o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

Por fim, a integração das estratégias de ensino baseadas em robótica no currículo educacional deve ser vista como um componente de uma abordagem pedagógica mais ampla e diversificada. A combinação de diferentes metodologias de ensino, incluindo a robótica, pode proporcionar um aprendizado mais completo e enriquecedor, atendendo às diversas necessidades dos alunos. A robótica educacional representa uma revolução no ensino, oferecendo novas possibilidades para um aprendizado mais inclusivo, engajador e eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Tecnologia Assistiva. Brasília-DF: CORDE, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília-DF: MEC/ SEESP, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial. Inclusão - Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 5, 2008.
- BENETTI, F. B.V. Exploring the educational potential of robotics in schools: A systematic review. *Computers & Educations*, v. 58, p. 978-988, 2017.
- COOK, A.; ADAMS, K.; VOLDEN, J.; HARBOTTLE, N.; HARBOTTLE, C. Using Lego robots to estimate cognitive ability in children who have severe physical disabilities. *Disability and Rehabilitation: Assistive Technology*, p.1-9, 2020.
- D'ABREU, J. V. V.; GARCIA, M. de F. Robótica Pedagógica e Currículo. In: WORKSHOP DE ROBÓTICA EDUCACIONAL – WRE. Proceedings of the Joint Conference 2010. Anais... SBIA-SBRN-JRI, Workshops, São Bernardo do Campo, 2018.
- EGUCHI, A. Robotics as a Learning Tool for Educational Transformation. *International Journal of Social Robotics*, 6(1), 5-20. 2016.
- GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- HAZARD, D.; GALVÃO FILHO, T. A.; REZENDE, A. L. A. Inclusão digital e social de pessoas com deficiência : textos de referência para monitores de telecentros. Brasília: UNESCO, 2018.
- LINDH, J.; HOLGERSSON, T. Does lego training stimulate pupils' ability to solve logical problems? *Computers & Education*, v. 49, p. 1097-1111, 2017.
- MEREDITH, R. Inclusive Robotics: Exploring the Benefits of Robotics in Special Education. *Journal of Educational Technology & Society*, 20(3), 129-143. 2017.
- NUGENT, G.; BARKER, B.; GRANDGENETT, N.; ADAMCHUK, V. The use of digital manipulatives in k-12: robotics, GPS/GIS and programming. In: FRONTIERS IN EDUCATION CONFERENCE, 2009. Anais... FIE '09. 39th IEEE, p. 1-6; 18-21, 2019.
- PAPERT, S. *Mindstorms: Children, Computers, and Powerful Ideas*. Basic Books. 2016.
- ZILLI, Silvana do Rocio. A Robótica Educacional no Ensino Fundamental: Perspectivas e Práticas. 2004. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

VOZES DO ESPECTRO: HISTÓRIAS E CONQUISTAS NO AUTISMO
VOICES OF THE SPECTRUM: STORIES AND ACHIEVEMENTS IN AUTISM
VOCES DEL ESPECTRO: HISTORIAS Y LOGROS EN EL AUTISMO

Erica Ferreira Andrade Vidal
ericafeandrade@gmail.com

VIDAL, Erica Ferreira Andrade. **Vozes do Espectro: Histórias e conquistas no autismo.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 249 – 258, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

RESUMO

O artigo "Vozes do Espectro: Histórias e Conquistas no Autismo" discute os desafios e avanços na inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em diferentes contextos sociais, com ênfase na educação, no mercado de trabalho e na saúde mental. A pesquisa explora como a sociedade tem se ajustado para integrar indivíduos autistas e como as políticas públicas, a conscientização e a adaptação de ambientes desempenham um papel crucial nesse processo. Apesar dos avanços legislativos, como a garantia de acesso à educação, ainda existem barreiras significativas, como a falta de capacitação de profissionais e a resistência em ambientes sociais e profissionais. O artigo também aborda a importância de se considerar a saúde emocional das pessoas autistas, que frequentemente enfrentam comorbidades como ansiedade e depressão. A inclusão no mercado de trabalho é outro ponto crítico, com a análise de práticas de empresas que adotam políticas inclusivas. O artigo conclui que a verdadeira inclusão só será alcançada por meio de uma mudança cultural e estrutural que valorize a diversidade, reconhecendo as diferenças como enriquecedoras e não como obstáculos. A construção de uma sociedade inclusiva exige esforços contínuos em diversas frentes, desde a educação até as políticas públicas, para garantir que pessoas com TEA possam viver de maneira plena e contribuir ativamente para a sociedade.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Educação. Saúde Mental.

SUMMARY

The article "Voices of the Spectrum: Stories and Achievements in Autism" discusses the challenges and advancements in the inclusion of individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD) in various social contexts, with a focus on education, the job market, and mental health. The research explores how society has adapted to integrate autistic individuals and how public policies, awareness, and environmental adaptations play a crucial role in this process. Despite legislative advances, such as ensuring access to education, significant barriers remain, such as the lack of professional training and resistance in social and professional environments. The article also addresses the importance of considering the emotional health of autistic people, who often face comorbidities such as anxiety and depression. Inclusion in the job market is another critical issue, with an analysis of inclusive company practices. The article concludes that true inclusion can only be achieved through cultural and structural change that values diversity, recognizing differences as enriching rather than as obstacles. Building an inclusive society requires ongoing efforts across multiple fronts, from education to public policies, to ensure that people with ASD can live fully and contribute actively to society.

Keywords: Autism. Inclusion. Education. Mental Health.

RESUMEN

El artículo "Voces del Espectro: Historias y Logros en el Autismo" discute los desafíos y avances en la inclusión de personas con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en diversos contextos sociales, con un enfoque en la educación, el mercado laboral y la salud mental. La investigación explora cómo la sociedad se ha adaptado para integrar a las personas autistas y cómo las políticas públicas, la concienciación y las adaptaciones ambientales desempeñan un papel crucial en este proceso. A pesar de los avances legislativos, como garantizar el acceso a la educación, siguen existiendo barreras significativas, como la falta de formación profesional y la resistencia en los entornos sociales y profesionales. El artículo también aborda la importancia de considerar la salud emocional de las personas autistas, que a menudo enfrentan comorbilidades como ansiedad y depresión. La inclusión en el mercado laboral es otro tema crítico, con un análisis de las prácticas inclusivas de las empresas. El artículo concluye que la verdadera inclusión solo se logrará mediante un cambio cultural y estructural que valore la diversidad, reconociendo las diferencias como enriquecedoras y no como obstáculos. La construcción de una sociedad inclusiva requiere esfuerzos continuos en diversos frentes, desde la educación hasta las políticas públicas, para garantizar que las personas con TEA puedan vivir plenamente y contribuir activamente a la sociedad.

Palabras clave: Autismo. Inclusión. Educación. Salud Mental.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que desafia paradigmas tradicionais de desenvolvimento humano, trazendo questões cruciais sobre inclusão, diversidade e o papel da sociedade na valorização das diferenças. Estimativas recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que cerca de 1 em cada 100 pessoas está no espectro autista, o que ressalta a importância de compreender não apenas os desafios associados ao autismo, mas também suas contribuições únicas. De acordo com Amaral (2017, p. 12), “o autismo não é uma limitação absoluta, mas uma forma singular de perceber e interagir com o mundo, que enriquece a diversidade humana”. Esta perspectiva convida a sociedade a reavaliar seus conceitos sobre normalidade e inclusão.

Historicamente, o desconhecimento acerca do autismo contribuiu para a criação de estigmas e a perpetuação de preconceitos que ainda hoje dificultam a aceitação plena das pessoas autistas. Como destaca Silva e Ribeiro (2016, p. 34), “a falta de informação sobre o TEA leva ao isolamento social e à exclusão de indivíduos que possuem capacidades e potencialidades, muitas vezes negligenciadas pelo olhar limitado da sociedade”. O impacto dessa exclusão vai além do indivíduo, afetando famílias e comunidades inteiras, que enfrentam barreiras sistêmicas em áreas como educação, saúde e trabalho.

No entanto, nas últimas décadas, um movimento crescente de pessoas autistas, familiares e especialistas vem promovendo uma maior visibilidade ao tema. Uma das figuras mais reconhecidas neste contexto é Temple Grandin, que em sua autobiografia afirma: “a diferença não é um defeito; é um elemento essencial para a inovação e a criatividade” (Grandin, 1995, p. 76). As experiências narradas por Grandin e por tantas outras vozes do espectro desafiam a ideia de que o autismo deve ser visto apenas sob o prisma das dificuldades, trazendo à tona histórias de superação e sucesso que inspiram e informam.

Essas narrativas são fundamentais para combater a visão restritiva do autismo e para promover um debate mais amplo sobre inclusão. Como ressalta Oliveira (2020, p. 89), “a valorização das histórias de vida das pessoas autistas é um ato político, pois quebra o silêncio que historicamente marginalizou essas vivências.” Nesse sentido, é imprescindível destacar as conquistas alcançadas em contextos de superação, ao mesmo tempo em que se reconhece o papel das políticas públicas, da educação e do suporte comunitário na garantia de direitos fundamentais.

Além disso, a educação inclusiva é apontada como um dos pilares para a transformação da sociedade. Segundo Gomes (2019, p. 65), “a escola é o espaço onde se constroi a base da convivência e do respeito às diferenças; quando o sistema educacional falha em incluir, perpetua desigualdades que se estendem pela vida adulta.” Isso reforça a importância de se investir em estratégias pedagógicas e sociais que garantam o pleno desenvolvimento das pessoas no espectro autista, respeitando suas individualidades.

Este artigo, portanto, busca destacar as vozes das pessoas autistas, suas histórias e conquistas, como uma forma de ampliar a compreensão sobre o TEA e combater os preconceitos ainda existentes. Ao mergulhar nas experiências daqueles que vivem no espectro, espera-se fomentar reflexões sobre o papel da sociedade na criação de um ambiente mais inclusivo, que celebre as diferenças como parte essencial da condição humana. Afinal, como

conclui Amaral (2017, p. 45), “a inclusão não é um favor, mas uma responsabilidade coletiva, cuja essência está na empatia e no reconhecimento da dignidade de todos.”

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração deste artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar contribuições teóricas e empíricas já consolidadas na literatura sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conforme destaca Gil (2008, p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, sendo uma estratégia apropriada para estudos que buscam aprofundar o conhecimento sobre determinado tema a partir de perspectivas diversificadas.

A escolha por essa abordagem se justifica pela ampla produção científica existente sobre o autismo, que oferece subsídios teóricos para compreender tanto os desafios enfrentados pelas pessoas no espectro quanto suas conquistas e contribuições para a sociedade. Para tanto, foram analisadas obras de autores reconhecidos na área, bem como estudos recentes publicados em periódicos indexados, priorizando materiais que tratam das questões de inclusão, superação e valorização das histórias de vida de pessoas autistas.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de bases de dados acadêmicas, como Scielo, PubMed e Google Scholar, utilizando palavras-chave como “autismo”, “inclusão social”, “desafios no TEA” e “histórias de superação no autismo”. Também foram consultadas obras de referência, como a autobiografia de Temple Grandin (1995), que oferece uma visão singular sobre o autismo a partir da perspectiva de uma pessoa no espectro.

Os critérios de seleção dos materiais incluíram a relevância para o tema proposto, a contemporaneidade das publicações e a adequação metodológica dos estudos. Conforme Lakatos e Marconi (2017, p. 83), “uma boa pesquisa bibliográfica deve garantir a seleção crítica das fontes, de modo a evitar abordagens tendenciosas e assegurar o rigor científico.” Assim, buscou-se diversificar as fontes consultadas, incluindo perspectivas de especialistas, profissionais da área de saúde e educação, além de relatos de pessoas autistas.

A análise dos dados seguiu um enfoque qualitativo, permitindo identificar padrões, categorias e reflexões que contribuíssem para o desenvolvimento do tema. Esse processo envolveu a leitura detalhada das obras selecionadas, a categorização das informações relevantes e a organização de ideias que fundamentam a discussão proposta no artigo. Dessa forma, a metodologia utilizada permite alcançar os objetivos do estudo, fornecendo uma base sólida e crítica para abordar o tema “Vozes do Espectro: Histórias e Conquistas no Autismo”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo investigou as experiências e conquistas de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), analisando os desafios enfrentados no processo de inclusão social e a valorização da diversidade. A análise de fontes acadêmicas e relatos pessoais revelou avanços significativos na compreensão do autismo, embora persistam barreiras que dificultam a plena inclusão de pessoas autistas na sociedade.

Um aspecto central identificado é a singularidade de cada indivíduo no espectro autista. Temple Grandin, uma das vozes mais proeminentes no campo, descreve sua experiência de pensar em imagens: "Eu penso em imagens. Palavras são como uma segunda linguagem para mim. Eu traduzo palavras faladas e escritas em filmes coloridos completos, com som, que rodam como uma fita de vídeo na minha cabeça". Essa perspectiva destaca a diversidade cognitiva presente no TEA e a importância de reconhecê-la para promover uma inclusão efetiva.

No entanto, a sociedade ainda enfrenta desafios significativos na aceitação e inclusão de pessoas autistas. De acordo com um estudo publicado na *Revista Brasileira de Educação Especial*, "o autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. Estas características podem levar a um isolamento contínuo da criança e sua família". Essa realidade evidencia a necessidade de estratégias eficazes para promover a inclusão social e educacional de indivíduos com TEA.

A inclusão escolar é um dos principais desafios enfrentados por crianças autistas. Conforme aponta um artigo na *Revista Educação Pública*, "a escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite". Essa percepção equivocada pode resultar em práticas excludentes, reforçando a importância da capacitação de educadores para reconhecer e apoiar adequadamente alunos com TEA.

Estratégias como as Histórias Sociais™ têm se mostrado eficazes na promoção da inclusão. Segundo uma revisão de literatura, "Histórias Sociais™ são histórias curtas e individualizadas que podem ser usadas para ajudar pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na interpretação e na compreensão de situações sociais difíceis, confusas ou novas". A implementação dessas estratégias no ambiente escolar pode facilitar a adaptação e participação ativa de alunos autistas.

Além disso, o envolvimento da família e a colaboração entre pais e professores são fundamentais para o sucesso da inclusão escolar. Pesquisas indicam que "a capacitação dos professores, envolvimento dos pais e relação entre professor-aluno e professor-família" são estratégias essenciais para a inclusão de alunos com TEA. Essa abordagem colaborativa contribui para a criação de um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo.

No contexto social mais amplo, a conscientização pública sobre o autismo tem aumentado, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Iniciativas como campanhas de conscientização e eventos de sensibilização têm desempenhado um papel importante na redução do estigma associado ao TEA. No entanto, é crucial que essas ações sejam contínuas e acompanhadas de políticas públicas que garantam os direitos e a inclusão plena de pessoas autistas na sociedade.

As histórias de sucesso de indivíduos autistas que superaram desafios e alcançaram realizações significativas servem como inspiração e evidenciam o potencial presente em cada pessoa. Relatos de crianças autistas que, com o apoio adequado, desenvolveram habilidades e competências destacam a importância de um ambiente de suporte e compreensão. Essas narrativas reforçam a necessidade de uma abordagem inclusiva que valorize as capacidades únicas de cada indivíduo. Os resultados deste estudo apontam para a importância de reconhecer a diversidade presente no espectro autista e implementar estratégias eficazes de inclusão social e educacional. A capacitação de profissionais, o envolvimento da família e a conscientização

pública são elementos-chave para promover uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para pessoas com TEA. Como afirma Temple Grandin, "eu sou diferente, não menos", lembrando-nos da importância de valorizar as diferenças e promover a inclusão em todos os aspectos da vida.

A conscientização pública sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem crescido significativamente nos últimos anos, mas a superação de preconceitos ainda é um desafio. Campanhas de sensibilização, como o movimento Abril Azul, têm desempenhado um papel importante, mas ainda há barreiras a serem rompidas. Como aponta Bosa (2002, p. 89), "a percepção social acerca do autismo ainda carrega muitos estigmas, dificultando a aceitação plena das diferenças". Essa realidade exige esforços contínuos não apenas para informar a população, mas para construir uma sociedade que celebre a neurodiversidade como parte da condição humana.

A inclusão profissional é outro aspecto essencial para garantir a participação plena das pessoas autistas na sociedade. Estudos demonstram que muitas delas enfrentam dificuldades no mercado de trabalho devido a preconceitos e falta de adaptações. Como destaca Silva (2021, p. 45), "os indivíduos no espectro autista possuem habilidades únicas que podem agregar valor às organizações, desde que tenham acesso a ambientes de trabalho inclusivos e preparados para recebê-los". A criação de programas específicos de inclusão nas empresas, bem como políticas públicas que incentivem a empregabilidade de pessoas autistas, é essencial para promover a equidade.

A experiência de sucesso de grandes empresas que adotaram práticas inclusivas demonstra que a diversidade é uma força para a inovação e a produtividade. Oliveira (2020, p. 133) ressalta que "empresas que investem na inclusão de pessoas autistas têm se beneficiado não apenas em termos de responsabilidade social, mas também em criatividade e desempenho". Esses exemplos devem servir de modelo para ampliar as oportunidades de inclusão no mercado de trabalho.

No entanto, para que essas iniciativas sejam eficazes, é necessário investir na formação de profissionais de diversas áreas, como recursos humanos, saúde e educação, para lidar com as especificidades do TEA. A ausência de conhecimento sobre as necessidades das pessoas autistas muitas vezes resulta em práticas excludentes, mesmo quando há boas intenções. Segundo Amaral (2017, p. 54), "a formação continuada é uma ferramenta indispensável para que profissionais de diferentes setores possam oferecer suporte adequado às pessoas no espectro autista".

Além disso, a inclusão deve ir além do ambiente escolar e do mercado de trabalho, alcançando também áreas como cultura, lazer e esporte. Projetos que promovam a participação ativa de pessoas autistas nesses espaços são fundamentais para ampliar sua visibilidade e integração social. Como sugere Gomes (2019, p. 112), "a inclusão plena só será alcançada quando as barreiras culturais forem rompidas, permitindo que pessoas autistas participem de todos os aspectos da vida comunitária".

A valorização das conquistas individuais das pessoas autistas é uma ferramenta poderosa para combater o preconceito e promover a inclusão. Histórias de superação, como a de Temple Grandin, mostram que o apoio adequado pode transformar vidas e desafiar estereótipos. Grandin (1995, p. 156) conclui que "cada avanço de uma pessoa autista é um testemunho do potencial humano e da importância de abraçar a diversidade".

Os resultados e discussões apresentados neste artigo reforçam a necessidade de uma abordagem ampla e integrada para promover a inclusão das pessoas no espectro autista. A combinação de políticas públicas eficazes, capacitação de profissionais, apoio familiar e conscientização social é essencial para superar as barreiras que ainda existem. Apenas assim será possível construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, que reconheça e valorize as contribuições únicas de cada indivíduo, independente de suas diferenças.

A busca por um entendimento mais profundo sobre as vivências e necessidades das pessoas no espectro autista está em constante evolução. O campo do autismo, particularmente no que diz respeito à inclusão social, tem sido amplamente discutido em diferentes áreas, como educação, psicologia e saúde. Contudo, mesmo com os avanços nas pesquisas e nas políticas públicas, a integração de indivíduos com TEA na sociedade ainda enfrenta desafios substanciais.

Um dos principais pontos que emergem da literatura revisada é a resistência social à plena inclusão. A sociedade, de maneira geral, tem dificuldade em lidar com a diferença, e isso se reflete tanto na escola quanto no ambiente de trabalho. Silva (2021, p. 112) argumenta que "a inclusão social não se resume apenas à presença do indivíduo no ambiente, mas à sua participação ativa e ao reconhecimento de suas potencialidades". Esse reconhecimento, no entanto, é frequentemente negado devido à falta de informação e compreensão sobre o espectro autista.

O que se observa é que muitos indivíduos com TEA, especialmente aqueles que apresentam características mais visíveis, como dificuldades de comunicação ou comportamentos repetitivos, são frequentemente excluídos de oportunidades educacionais e profissionais. Essa exclusão é particularmente prejudicial durante a infância, uma fase crucial para o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas. De acordo com o estudo de Gomes (2019, p. 87), "os educadores muitas vezes não têm formação suficiente para adaptar suas práticas pedagógicas de modo a integrar alunos autistas, o que resulta em uma forma de exclusão velada". A falta de capacitação específica para trabalhar com alunos no espectro é uma das principais barreiras à inclusão educacional.

Entretanto, a inclusão de crianças autistas nas escolas regulares tem mostrado resultados positivos quando implementada de maneira estruturada. Pesquisas apontam que, quando oferecido o suporte adequado, esses alunos não apenas se beneficiam do ensino em ambientes inclusivos, mas também enriquecem o processo educativo para seus colegas. Silva e Ribeiro (2016, p. 72) enfatizam que "a convivência com a diversidade deve ser vista como uma oportunidade de aprendizagem para todos os envolvidos, e não como um obstáculo". A educação inclusiva, portanto, não deve ser entendida como um favor a ser concedido, mas como um direito fundamental de toda criança.

Além do contexto educacional, a inclusão no mercado de trabalho é outro campo no qual as pessoas com TEA enfrentam dificuldades. Como destaca Oliveira (2020, p. 132), "apesar do crescente movimento por uma sociedade mais inclusiva, as pessoas autistas ainda encontram resistência em ambientes corporativos, que muitas vezes falham em criar estratégias de adaptação para que esses indivíduos possam expressar seu potencial de forma plena". A inclusão no trabalho vai além da contratação de uma pessoa autista, implicando a necessidade de políticas de adaptação e acessibilidade que permitam sua integração e sucesso nas tarefas atribuídas.

Nesse sentido, empresas que adotam práticas de inclusão bem-sucedidas apontam que a diversidade no ambiente de trabalho pode resultar em inovação e criatividade. Um estudo de caso realizado por Oliveira (2020, p. 156) revela que "empresas que promovem a inclusão de pessoas com TEA observam um aumento significativo em produtividade e criatividade, pois esses profissionais frequentemente pensam de maneira única e têm uma abordagem diferente para resolver problemas". Esses exemplos ilustram que a neurodiversidade, quando bem gerida, pode ser um ativo valioso para as organizações.

Outro fator importante a ser considerado é a saúde mental das pessoas autistas. Embora muitas vezes o autismo seja associado principalmente a dificuldades no aprendizado e na interação social, a saúde mental dessas pessoas também merece atenção. Estudos têm mostrado que indivíduos autistas têm uma maior predisposição a desenvolver comorbidades, como ansiedade e depressão. Segundo Grandin (1995, p. 121), "os desafios emocionais enfrentados pelas pessoas autistas são muitas vezes ignorados, mas são uma realidade que precisa ser abordada para garantir seu bem-estar". A abordagem terapêutica que visa a saúde mental e emocional dessas pessoas deve ser integrada ao tratamento, oferecendo suporte contínuo que contemple não só as dificuldades cognitivas, mas também as emocionais.

A formação de professores e profissionais de saúde, portanto, deve ser ampliada para incluir não apenas métodos pedagógicos, mas também estratégias de apoio emocional. Para isso, cursos de capacitação contínua, com foco na neurodiversidade, são essenciais. Como aponta Amaral (2017, p. 63), "os profissionais da saúde e da educação precisam ser treinados para entender as diversas manifestações do autismo e responder de forma mais eficaz às necessidades emocionais e sociais dos indivíduos autistas". Essa capacitação permite não só uma adaptação mais eficaz das práticas educacionais, mas também a criação de ambientes mais acolhedores e seguros para as pessoas com TEA.

Por fim, as políticas públicas e os direitos das pessoas com TEA continuam sendo um ponto crítico de discussão. A legislação brasileira, por exemplo, tem avançado com a criação de normas que garantem o acesso à educação e à saúde para pessoas com deficiência, incluindo o TEA. No entanto, a implementação efetiva dessas leis ainda é desigual, especialmente em regiões mais afastadas ou em contextos de menor investimento público. A falta de recursos financeiros e humanos, assim como a resistência cultural em algumas regiões, fazem com que a inclusão plena ainda seja um objetivo distante para muitas pessoas autistas.

Como destaca Bosa (2002, p. 45), "a verdadeira inclusão só será alcançada quando o Estado garantir, de forma efetiva, a universalização do acesso e a permanência das pessoas com TEA em todas as esferas sociais". Isso implica, portanto, não apenas o cumprimento de leis, mas a criação de uma infraestrutura inclusiva e adaptada, além de uma mudança cultural que valorize a diversidade e reconheça as contribuições das pessoas autistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste artigo, intitulado "Vozes do Espectro: Histórias e Conquistas no Autismo", visa refletir sobre as várias dimensões da inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e destacar as conquistas, desafios e a importância de garantir direitos a

essa população. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi possível observar que a inclusão de pessoas com TEA é um processo multifacetado, que vai além da simples presença desses indivíduos em ambientes educacionais, sociais e de trabalho. Ela envolve, sobretudo, o reconhecimento das diferenças e a promoção de adaptações que permitam a plena participação desses indivíduos na sociedade, sem que suas singularidades sejam vistas como barreiras ou limitações.

O autismo, como foi abordado neste estudo, é um espectro vasto e diversificado, e, portanto, não pode ser reduzido a um conjunto de características homogêneas. As pessoas com TEA possuem formas de pensar, de se comunicar e de se relacionar que são únicas, o que exige uma mudança de paradigma na forma como a sociedade vê essas diferenças. O primeiro passo em direção à inclusão é, portanto, um olhar mais atento e compreensivo sobre a diversidade humana. Ao invés de buscar moldar as pessoas ao que é considerado "normal", devemos aprender a adaptar os espaços e as interações para que todos possam coexistir e contribuir de maneira significativa, independentemente das suas características.

A inclusão educacional, um dos pontos centrais do artigo, continua sendo um dos maiores desafios para a sociedade. Apesar de muitas conquistas no campo da legislação, como a garantia de matrícula para alunos com deficiência nas escolas regulares, a prática educacional ainda está longe de ser inclusiva de fato. A falta de formação específica de educadores e a escassez de recursos adequados tornam o ambiente escolar muitas vezes excludente, o que impacta diretamente no desenvolvimento e nas oportunidades dos alunos com TEA. As escolas devem ser transformadas em espaços de aprendizado que promovam a diversidade como um valor, permitindo que todas as crianças, inclusive as autistas, possam desenvolver seu potencial máximo. Isso exige investimentos em formação continuada para professores, apoio especializado para os alunos e a criação de um ambiente físico e pedagógico que seja acessível a todos.

No entanto, a inclusão não se limita apenas ao ambiente escolar. O mercado de trabalho também é um campo onde as pessoas com TEA enfrentam dificuldades significativas. Mesmo com a crescente conscientização sobre a importância da diversidade e inclusão nas empresas, muitos indivíduos com autismo ainda encontram barreiras invisíveis que dificultam sua entrada e permanência no mercado de trabalho. A exclusão de pessoas com TEA do mercado de trabalho não é apenas um reflexo de preconceito, mas também da falta de adaptação dos ambientes corporativos às necessidades desses profissionais. Políticas públicas mais robustas e ações afirmativas que incentivem a inclusão de pessoas com TEA nas empresas são fundamentais para garantir que esses indivíduos possam ter acesso às mesmas oportunidades que os demais trabalhadores. Além disso, a sociedade precisa reavaliar o que significa "competência" no mercado de trabalho. Muitas vezes, as habilidades únicas de pessoas autistas, como atenção ao detalhe, pensamento analítico e capacidade de resolver problemas complexos, são desvalorizadas, quando, na realidade, essas são qualidades que poderiam ser um grande trunfo para as organizações. Ao adotar práticas de inclusão efetivas, as empresas não só garantem os direitos dessas pessoas, mas também se beneficiam da diversidade de pensamento, o que pode trazer inovação e criatividade.

Outro aspecto relevante que foi discutido neste artigo é a importância de se considerar a saúde mental das pessoas com TEA. Embora muitas vezes o foco esteja nas dificuldades cognitivas e comportamentais, o impacto emocional do autismo não pode ser ignorado.

Indivíduos com TEA, especialmente aqueles que enfrentam desafios de comunicação e interação social, frequentemente experimentam sentimentos de frustração, ansiedade e depressão. O apoio psicológico, terapêutico e emocional é essencial para que essas pessoas possam lidar com os desafios do cotidiano de maneira mais saudável e equilibrada. A abordagem terapêutica deve ser holística, atendendo não apenas às necessidades cognitivas e comportamentais, mas também ao bem-estar emocional. A conscientização sobre os aspectos emocionais do autismo é crucial, pois muitas vezes o sofrimento psicológico dos autistas é minimizado ou mesmo ignorado.

É igualmente importante destacar que, para garantir a inclusão plena das pessoas com TEA, as políticas públicas precisam ser mais eficazes e acessíveis. Embora o Brasil tenha avançado no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o TEA, a implementação dessas políticas ainda é desigual. Em muitas regiões, as pessoas com TEA enfrentam dificuldades em acessar serviços de saúde, educação e trabalho. A falta de infraestrutura, de recursos e de profissionais qualificados para atender a essa população ainda é uma realidade em muitos lugares. As políticas públicas devem ser ajustadas para garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica ou condição social, tenham acesso a serviços de qualidade que promovam sua inclusão.

A construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva passa também pela transformação cultural. A sociedade precisa entender que a diversidade é uma característica intrínseca da condição humana e que as diferenças não devem ser tratadas como obstáculos a serem superados, mas como uma parte essencial da nossa convivência. A inclusão não é um processo simples, mas é um objetivo que deve ser buscado de forma contínua e consistente. Para isso, é fundamental que a educação sobre o autismo se inicie cedo, não apenas para as pessoas com TEA, mas para a sociedade como um todo. É necessário educar as futuras gerações para que cresçam com uma compreensão mais ampla sobre o que significa ser autista e como as diferenças podem ser uma fonte de riqueza e aprendizado.

As histórias de vida de pessoas autistas que superaram barreiras e conquistaram vitórias significativas são fonte de inspiração e devem ser celebradas. Elas demonstram que, com o apoio certo, o reconhecimento das suas capacidades e a adaptação dos ambientes, pessoas com TEA podem alcançar grandes feitos. Essas histórias reforçam a ideia de que todos têm o direito de ser quem são, de perseguir seus sonhos e de contribuir com suas habilidades para o bem coletivo.

Em resumo, a inclusão das pessoas com TEA na sociedade exige esforços contínuos e multifacetados. A sociedade precisa transformar seus paradigmas, reconhecer as diferenças como parte da diversidade humana e criar um ambiente que acolha e respeite essas diferenças. Para alcançar uma verdadeira inclusão, é necessário que os diferentes setores da sociedade – desde a educação até o mercado de trabalho, passando pelas políticas públicas e pela cultura – se unam para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições, possam viver de maneira digna e plena. A construção dessa sociedade inclusiva é um processo complexo, mas é também uma das maiores responsabilidades da humanidade. O futuro depende da capacidade que temos de abraçar a diversidade e de construir um mundo mais justo, acolhedor e igualitário para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, R. A. Autismo: uma abordagem inclusiva. São Paulo: Editora Ciência e Educação, 2017.
- BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, M. F. Educação inclusiva e desafios no TEA: um olhar pedagógico. Rio de Janeiro: Editora Educação e Sociedade, 2019.
- GRANDIN, T. Thinking in Pictures: and Other Reports from My Life with Autism. New York: Vintage Books, 1995.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- OLIVEIRA, P. L. Superação no espectro autista: histórias que inspiram inclusão. Porto Alegre: Editora Sul, 2020.
- SILVA, J. R.; RIBEIRO, L. C. Autismo e sociedade: desafios da inclusão social. Brasília: Editora Universidade, 2016.
- SILVA, T. L. Inclusão no mercado de trabalho: o desafio das pessoas com deficiência e TEA. São Paulo: Atlas, 2021.

CARTILHA – INCLUSÃO E OPORTUNIDADES PARA PCDS NO MERCADO DE TRABALHO

GUIDEBOOK – INCLUSION AND OPPORTUNITIES FOR PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE LABOR MARKET

MANUAL – INCLUSIÓN Y OPORTUNIDADES PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN EL MERCADO LABORAL

Maria Nilta da Silva
marianilta@hotmail.com

SILVA, Maria Nilta. **Cartilha – inclusão e oportunidades para PCDS no mercado de trabalho**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 259 – 269, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosario Serrão - tobias_175@hotmail.com

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho é um tema fundamental para a promoção da equidade e justiça social. A Lei nº 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas, estabelece avanços significativos ao exigir que empresas reservem vagas para PcDs. Entretanto, o cumprimento da legislação ainda enfrenta desafios, como preconceitos, barreiras arquitetônicas e a ausência de políticas inclusivas eficazes. Este artigo apresenta a cartilha "Caminhos para o Futuro: Inclusão e Oportunidades para PcDs no Mercado de Trabalho", elaborada como uma ferramenta prática para orientar famílias, sobre estratégias de inclusão. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, foram identificadas práticas bem-sucedidas que contribuem para a promoção de um ambiente laboral mais inclusivo, ressaltando a importância de superar a mera inserção e alcançar a verdadeira inclusão no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoas com Deficiência. Mercado de Trabalho. Diversidade.

SUMMARY

The inclusion of people with disabilities (PwDs) in the labor market is a fundamental topic for promoting equity and social justice. Law No. 8,213/91, known as the Quota Law, established significant progress by requiring companies to reserve positions for PwDs. However, compliance with the legislation still faces challenges, such as prejudice, architectural barriers, and the lack of effective inclusive policies. This article presents the guidebook "Paths to the Future: Inclusion and Opportunities for PwDs in the Labor Market", developed as a practical tool to guide families on inclusion strategies. Through bibliographic and documentary research, successful practices were identified that contribute to fostering a more inclusive work environment, emphasizing the importance of going beyond mere insertion to achieve true inclusion in the labor market.

Keywords: Inclusion. People with Disabilities. Labor Market. Diversity.

RESUMEN

La inclusión de personas con discapacidad (PcD) en el mercado laboral es un tema fundamental para promover la equidad y la justicia social. La Ley Nº 8.213/91, conocida como Ley de Cuotas, estableció avances significativos al exigir que las empresas reserven plazas para las PcD. Sin embargo, el cumplimiento de la legislación todavía enfrenta desafíos, como prejuicios, barreras arquitectónicas y la ausencia de políticas inclusivas eficaces. Este artículo presenta el manual "Caminos para el Futuro: Inclusión y Oportunidades para las PcD en el Mercado Laboral", desarrollado como una herramienta práctica para orientar a las familias sobre estrategias de inclusión. A través de una investigación bibliográfica y documental, se identificaron prácticas exitosas que contribuyen a promover un entorno laboral más inclusivo, destacando la importancia de superar la mera inserción y alcanzar una verdadera inclusión en el mercado laboral.

Palabras clave: Inclusión. Personas con Discapacidad. Mercado Laboral. Diversidad.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho é um tema que reflete a evolução social e legal da busca por equidade e respeito às diferenças. A Lei nº 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas, é um marco nesse processo ao exigir que empresas com 100 ou mais empregados reservem de 2% a 5% das vagas para PcDs e reabilitados. Embora a legislação represente um avanço significativo, os desafios para transformar a inserção em verdadeira inclusão ainda são evidentes, demandando ações estruturadas e práticas organizacionais inclusivas (Oliveira *et al.*, 2021).

Historicamente, as PcDs enfrentaram barreiras significativas para acessar o mercado de trabalho, decorrentes de preconceitos, limitações arquitetônicas e a ausência de políticas eficazes. Apesar de a legislação trazer avanços, a inclusão requer a criação de ambientes laborais acessíveis e a sensibilização de empregadores e colegas para a valorização da diversidade. Essas ações não apenas cumprem uma função legal, mas também fomentam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Aydos, 2021).

O presente trabalho propõe a criação de uma cartilha intitulada "Caminhos para o Futuro: Inclusão e Oportunidades para PcDs no Mercado de Trabalho", com o objetivo de informar e orientar famílias, educadores e empregadores sobre estratégias práticas para promover a inclusão. A cartilha apresenta conceitos e práticas que vão desde a adequação dos ambientes físicos e tecnológicos até a valorização das competências individuais das PcDs. Essa abordagem busca transformar a perspectiva de integração, que exige adaptação apenas do indivíduo, em uma visão inclusiva, que adapta o ambiente para garantir a igualdade de condições (Rodrigues e Pereira, 2021).

Nesse contexto, destaca-se que a inclusão no mercado de trabalho é um componente essencial para a promoção da dignidade e do desenvolvimento pessoal das PcDs. Além disso, a implementação de práticas inclusivas é um passo crucial para alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 8, que preconiza o trabalho decente e o crescimento econômico com equidade (Schneider *et al.*, 2021). Portanto, este estudo busca contribuir para o avanço das discussões e ações sobre inclusão, oferecendo uma ferramenta prática para fomentar ambientes laborais mais justos e acessíveis.

REFERENCIAL TEÓRICO INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho é uma temática que vem ganhando destaque nas últimas décadas, especialmente com a consolidação de legislações específicas, como a Lei nº 8.213/91, também conhecida como a Lei de Cotas. Essa lei exige que empresas com 100 ou mais empregados reservem de 2% a 5% das vagas para PcDs, dependendo do porte da organização. Contudo, a inclusão vai além do cumprimento de cotas, envolvendo aspectos culturais, organizacionais e sociais que desafiam empresas e gestores a construir um ambiente de trabalho realmente inclusivo e equitativo.

Apesar dos avanços normativos, diversos desafios ainda persistem para a efetivação da inclusão no mercado de trabalho. Estudos recentes, como o de Malheiros et al. (2020), apontam que barreiras como a falta de acessibilidade arquitetônica e atitudinal, preconceitos enraizados

e ausência de políticas efetivas de diversidade dificultam a plena integração de PcDs nas organizações. Além disso, gestores frequentemente têm percepções distorcidas sobre as capacidades dos colaboradores com deficiência, o que limita o potencial dessas pessoas no ambiente laboral (Souza et al., 2019).

Outra questão importante é a cultura organizacional. Empresas que não possuem valores bem definidos sobre inclusão tendem a tratar a contratação de PcDs apenas como uma obrigatoriedade legal, o que pode gerar insatisfação tanto para o colaborador quanto para a equipe. Como evidenciado por Malheiros et al. (2020), uma cultura organizacional inclusiva é essencial para promover um ambiente onde a diversidade seja compreendida e valorizada.

A inclusão de PcDs no mercado de trabalho não beneficia apenas os próprios colaboradores, mas também as organizações e a sociedade como um todo. De acordo com Labbé et al. (2020), empresas que investem na diversidade e inclusão criam ambientes mais inovadores e socialmente responsáveis, além de fortalecerem sua imagem corporativa. Além disso, proporcionar oportunidades de trabalho a PcDs contribui para sua independência financeira, autoestima e desenvolvimento pessoal, aspectos que são fundamentais para sua plena participação na sociedade.

Os relatos de empresas que adotaram práticas inclusivas mostram que a presença de PcDs nos quadros funcionais promove um aprendizado contínuo para todos os colaboradores, aumentando a empatia, a cooperação e a capacidade de lidar com as diferenças. Lo, He e Liu (2019) destacam que ambientes inclusivos geram maior engajamento entre os funcionários e fortalecem os laços comunitários dentro da organização.

Para que a inclusão seja efetiva, é necessário adotar ações práticas, como a implementação de programas de integração, a realização de treinamentos voltados à acessibilidade atitudinal e arquitetônica e o acompanhamento contínuo dos colaboradores com deficiência. Exemplos como o programa "Juntos Somos MAIS", desenvolvido pela Cotripal, demonstram que ações estruturadas podem favorecer não apenas a adaptação das PcDs, mas também sensibilizar todos os colaboradores para a importância de um ambiente diverso e acolhedor (Sinergia, 2021).

Além disso, iniciativas como a presença de padrinhos que acompanham o desenvolvimento de PcDs, mencionada em diversos estudos, ajudam a criar um ambiente mais colaborativo e adaptado às necessidades desses profissionais. Essas práticas demonstram que, com um esforço coletivo, é possível superar desafios e criar um mercado de trabalho mais inclusivo.

A inclusão no mercado de trabalho é um processo contínuo que exige o comprometimento de todos os envolvidos, desde gestores e colegas de trabalho até as próprias PcDs. O cumprimento da Lei de Cotas é apenas o ponto de partida; a verdadeira inclusão só será alcançada quando houver mudanças significativas na cultura organizacional e nas percepções sociais sobre as capacidades das pessoas com deficiência.

Assim, estes estudos recentes reforçam que a inclusão é mais do que uma obrigação legal: é uma oportunidade de promover equidade, inovação e crescimento para todos. Assim, empresas que adotam práticas inclusivas não apenas cumprem um papel social, mas também ganham em competitividade e engajamento no cenário atual, cada vez mais pautado pela diversidade e pela sustentabilidade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste artigo e da cartilha intitulada "Caminhos para o Futuro: Inclusão e Oportunidades para PcDs no Mercado de Trabalho" foi estruturada com base em uma abordagem qualitativa e descritiva. Esta abordagem permitiu compreender e descrever os principais desafios, avanços e oportunidades relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho, além de orientar a criação de um material didático acessível e informativo.

A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, conforme descrito por Tako e Kameo (2023) uma vez que buscou explorar as lacunas existentes no tema da inclusão de PcDs no mercado de trabalho e descrever estratégias eficazes para promover a inclusão. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma análise aprofundada das informações coletadas, permitindo compreender os aspectos subjetivos e sociais relacionados à temática.

A coleta de dados foi realizada a partir de duas fontes principais. A pesquisa bibliográfica consistiu na análise de obras acadêmicas, artigos científicos, legislações e relatórios publicados a partir de 2018, com foco na inclusão de PcDs no mercado de trabalho. Nesse contexto, destacaram-se estudos sobre o impacto da Lei nº 8.213/91 (Lei de Cotas), barreiras à inclusão e boas práticas implementadas por organizações que promovem a diversidade.

A segunda fonte foi a pesquisa documental, que abrangeu dados provenientes de materiais institucionais, como cartilhas, programas de inclusão e relatórios corporativos. Esses documentos foram consultados para compreender como diferentes organizações abordam o tema da inclusão de PcDs, permitindo a identificação de estratégias e práticas relevantes.

A elaboração da cartilha seguiu etapas bem planejadas para assegurar sua qualidade e acessibilidade. Primeiramente, houve a definição do público-alvo, com o material sendo direcionado para atender famílias, educadores, empregadores e PcDs. A linguagem foi cuidadosamente pensada para ser acessível, com conteúdo claro e de fácil compreensão.

Em seguida, ocorreu a estruturação do conteúdo, organizada em tópicos que abordam desde conceitos básicos de inclusão até exemplos práticos de como promover a empregabilidade de PcDs. Todo o conteúdo foi fundamentado nos dados coletados por meio da revisão bibliográfica e documental, garantindo a consistência das informações apresentadas.

CARTILHA APRESENTAÇÃO

Esta cartilha foi desenvolvida para informar e conscientizar famílias, educadores, empregadores e a sociedade em geral sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho. Garantir que PcDs tenham acesso a oportunidades justas e inclusivas é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa. Por meio do apoio adequado e da implementação de políticas inclusivas, podemos transformar barreiras em oportunidades e fomentar o crescimento pessoal e profissional desses indivíduos.

POR QUE PREPARAR OS JOVENS PARA O FUTURO?

A inclusão de PcDs no mercado de trabalho vai além do cumprimento de leis, como a **Lei nº 8.213/91**, que estabelece cotas para empresas. Trata-se de promover equidade, valorizando talentos e habilidades únicas que muitas vezes são negligenciados devido a preconceitos ou falta de acessibilidade. Entre os benefícios de uma abordagem inclusiva estão:

- **Diversidade e inovação:** Ambientes inclusivos estimulam criatividade e diferentes perspectivas.
- **Autonomia e dignidade:** O trabalho proporciona independência financeira e maior autoestima para PcDs.
- **Impacto social positivo:** A inclusão reduz desigualdades e melhora a percepção da empresa perante a sociedade.

COMO IDENTIFICAR E APROVEITAR TALENTOS?

Vivemos em um mundo em constante transformação, onde a adaptação às novas demandas do mercado de trabalho é essencial. Preparar nossos filhos significa não apenas ensiná-los a desempenhar funções técnicas, mas também ajudar a desenvolver habilidades como:

- Trabalho em equipe;
- Capacidade de resolver problemas;
- Pensamento crítico;
- Resiliência;
- Empatia e responsabilidade social.

O desenvolvimento dessas competências pode ocorrer através da realização de projetos colaborativos em grupos, tanto em feiras escolares, quanto em oficinas comunitárias, uma iniciativa bastante realizada nas faculdades são os testes de orientação vocacional. Descobrir o perfil profissional é um passo essencial no processo de autoconhecimento e desenvolvimento de carreira. Testes vocacionais, como os disponibilizados pela Santander Open Academy, são ferramentas valiosas que auxiliam estudantes e profissionais a compreenderem melhor suas habilidades, interesses e valores. Com base em abordagens psicológicas e teóricas, esses testes fornecem uma visão personalizada sobre os caminhos profissionais que mais se alinham a cada perfil.

Segue o teste aplicado pela Santander Open Academy:

Figura 1. Teste vocacional perguntas 1 ao 11

1 Se você tivesse que escolher entre uma das seguintes tarefas, qual escolheria?

A Analisar dados para extrair informações.
 B Ajudar ou orientar clientes ou pacientes.
 C Criar um produto sem que haja uma demanda específica.
 D Delegar tarefas e monitorar o avanço de um projeto.

2 Quais das seguintes habilidades alguém que lhe conhece bem destacaria sobre você?

A Lógica, objetividade, organização.
 B Empatia, extroversão, desejo de colaborar.
 C Criatividade, capacidade de inovar, sensibilidade.
 D Liderança, capacidade de comunicação, eficácia.

3 Escolha qual das seguintes atividades você valoriza mais:

A As atividades que têm uma aplicação prática em um ambiente de trabalho.
 B Todas aquelas que têm a ver com relacionamentos pessoais.
 C Atividades criativas, sobretudo relacionadas com a arte.
 D Aquelas relacionadas com supervisão e a gestão de atividades.

4 Se lhe oferecessem um dos seguintes empregos, qual você escolheria?

A Contador ou analista.
 B Professor ou educador.
 C Designer de moda ou de interiores.
 D CEO de uma startup.

5 Se você tivesse que participar de uma das seguintes palestras ou eventos, qual despertaria o seu interesse?

A A situação econômica e financeira do país.
 B A importância da comunicação entre as pessoas.
 C Novas contribuições metodológicas no setor das artes cênicas.
 D Financiamento de projetos para jovens.

6 Você prefere se inscrever em um curso de:

A Novas metodologias de trabalho.
 B Inteligência emocional.
 C Oficina manual.
 D Criação de empresas.

7 Você gostaria de ter conhecido:

A Albert Einstein.
 B Sigmund Freud.
 C Mozart.
 D Bill Gates.

8 Que matérias você gostava mais na escola?

A Ciências.
 B Línguas.
 C Artes plásticas e música.
 D As disciplinas eletivas.

9 Qual seção de notícias você lê primeiro?

A Economia e negócios.
 B Saúde.
 C Cultura.
 D Eventos.

10 Que atitude ou comportamento mais lhe incomoda?

A A falta de ordem.
 B A falta de sensibilidade ou de humanidade.
 C A falta de cultura.
 D A falta de iniciativa.

11 O que mais lhe motiva num trabalho é:

A Que as tarefas e responsabilidades estejam bem definidas.
 B Dar-se bem com colegas e clientes.
 C Um ambiente flexível e uma mentalidade aberta a mudanças.
 D Autonomia e a possibilidade de aprender.

Fonte: Santander (2022).

Figura 2. Teste vocacional perguntas 12 ao 20.

12 Como você responderia em uma discussão de trabalho?

A Observaria e analisaria as opções para avaliar os possíveis resultados.
 B Teria empatia com o outro e daria meu ponto de vista de maneira assertiva.
 C Traria ideias diferentes e novas.
 D Negociaria um acordo entre as partes.

13 Se você colecionasse algo, seria:

A Moedas ou selos de diferentes países.
 B Fotografias para guardar recordações.
 C Materiais para criar algo novo: pedaços de pano, minerais, etc.
 D Tickets dos fóruns, eventos e seminários em que participou.

14 Qual descrição combina mais com você?

A Sou uma pessoa essencialmente prática. Se não visualizo os resultados, não me interessa.
 B Ouço com atenção os problemas que me colocam. Sou uma pessoa perceptiva e tento sempre trazer uma solução.
 C Gosto de explorar, descobrir e praticar para aprender e experimentar coisas novas.
 D Preciso de desafios e estímulos de forma constante.

15 Que tipo de estudos mais lhe animam?

A Engenharia.
 B Trabalho social, recursos humanos, direito, enfermagem.
 C Design, artes cênicas, comunicação audiovisual, arquitetura.
 D Administração, marketing, finanças.

16 Qual das seguintes características você acha que deveria melhorar?

A O perfeccionismo.
 B A gestão das emoções.
 C Ser pouco realista.
 D A impaciência.

17 O que você recomendaria a alguém que tem problemas financeiros?

A Pedir um empréstimo no banco.
 B Pedir ajuda para parentes ou amigos.
 C Criar algum produto ou serviço que gosta e tentar comercializá-lo.
 D Realizar trabalhos pontuais para várias empresas.

18 Você considera que tem uma personalidade:

A Analítica.
 B Social.
 C Criativa.
 D Aventureira.

19 Você e seus colegas devem realizar um trabalho em equipe e você é o responsável que propõe o trabalho para organizá-los?

A Divido as tarefas de forma equilibrada e juntamos as partes.
 B Pergunto aos meus colegas as suas preferências e lhes ajudo em caso de dúvidas.
 C Proponho fazer reuniões, compartilhar ideias e fazer as coisas à medida que elas vão acontecendo.
 D Analiso as competências dos meus colegas e atribuo as tarefas mais adequadas às suas capacidades.

20 Você decidiu começar a estudar uma carreira que gosta, mas está com muita dificuldade em passar em uma matéria: o que vem à sua mente?

A Não estava nos meus planos, mas devo me esforçar e passar para atingir o meu objetivo.
 B Talvez precise do apoio dos meus colegas para me ajudar a esclarecer as dúvidas.
 C Se passo no resto, talvez me aproveie.
 D Tenho certeza que esta matéria tem uma utilidade mais à frente. Em que posso aplicá-la?

Fonte: Santander (2022).

Os resultados do teste da Santander Open Academy dividem os participantes em quatro perfis principais: analítico-técnico, social, artístico e empreendedor. Cada perfil apresenta características distintas que ajudam na identificação de áreas de atuação e atividades profissionais onde o indivíduo pode se destacar:

Perfil Analítico-Técnico: Ideal para pessoas metódicas, objetivas e organizadas, que preferem lidar com dados e processos estruturados. Este perfil é comumente associado a áreas como engenharia, tecnologia e ciências.

Perfil Social: Perfeito para aqueles que têm empatia, habilidades comunicativas e gostam de interações humanas. Carreiras como medicina, educação e marketing são ideais para esse tipo de profissional.

Perfil Artístico: Indicado para indivíduos criativos, sensíveis e reflexivos, que buscam liberdade para inovar e criar. Áreas como design, arquitetura e artes em geral são as mais indicadas.

Perfil Empreendedor: Caracterizado pela ambição, liderança e inovação, esse perfil se destaca na gestão de projetos e negócios. Pessoas com esse perfil têm facilidade para atuar em posições estratégicas e dinâmicas.

Para jovens em fase de escolha profissional, o apoio dos pais é um componente indispensável. É fundamental que os responsáveis incentivem seus filhos a realizar testes vocacionais e a explorar suas aptidões. Esse tipo de iniciativa não apenas orienta os jovens sobre possíveis caminhos profissionais, mas também os ajuda a desenvolver uma visão mais clara sobre seus interesses e competências.

Os pais podem desempenhar um papel ativo ao dialogar com os filhos sobre os resultados do teste, encorajando-os a buscar experiências que alinhem teoria e prática, como cursos, estágios e atividades extracurriculares. Ao motivar os jovens a descobrir seu propósito profissional, eles estão promovendo um desenvolvimento mais saudável e confiante em relação às escolhas de carreira.

A jornada do autoconhecimento é uma etapa que abre portas para realizações pessoais e profissionais. Com o suporte familiar e ferramentas adequadas, como os testes vocacionais, os jovens terão mais clareza para trilhar um caminho que combine paixão, habilidade e propósito.

COMO OS PAIS E EDUCADORES PODEM CONTRIBUIR?

O suporte familiar e educacional é essencial para que PcDs superem barreiras e desenvolvam seu potencial. Algumas ações que podem fazer a diferença incluem:

1. **Promover a confiança:** Encorajar a independência, reforçando que limitações podem ser superadas com adaptações.
2. **Investir em educação inclusiva:** Estimular o aprendizado contínuo e a participação em cursos e treinamentos.
3. **Dialogar sobre futuro:** Conversar sobre sonhos e objetivos profissionais, ajudando na escolha de caminhos.
4. **Desenvolver competências socioemocionais:** Incentivar habilidades como resiliência, empatia e comunicação.

RECURSOS DISPONÍVEIS

Existem diversos recursos que podem apoiar PcDs e suas famílias no processo de inclusão no mercado de trabalho:

- Programas governamentais: O Programa Jovem Aprendiz oferece oportunidades para PcDs ingressarem no mercado de trabalho com apoio educacional.
- ONGs e projetos sociais: Instituições como a APAE e programas de capacitação profissional voltados para PcDs são aliados importantes.
- Empresas inclusivas: Procure organizações que implementem políticas de acessibilidade arquitetônica e atitudinal.
- Plataformas digitais: Cursos online gratuitos e redes profissionais, como o LinkedIn, ajudam a conectar PcDs a vagas e programas.

INCLUSÃO: UM VALOR FUNDAMENTAL

Promover a inclusão no mercado de trabalho é essencial para uma sociedade justa. Isso implica:

- Criar oportunidades para jovens com deficiência, com acessibilidade e adaptações necessárias;
- Garantir um ambiente diverso, valorizando habilidades e perspectivas únicas;
- Combater preconceitos e remover barreiras que excluem populações vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um compromisso que beneficia todos os envolvidos. Para as PcDs, significa autonomia, crescimento e dignidade. Para empresas e sociedade, é uma oportunidade de construir ambientes mais justos, inovadores e acolhedores. Juntos, podemos quebrar barreiras, promover a igualdade e garantir que todos tenham a chance de realizar seu potencial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa realizada identificou que a inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho continua a enfrentar desafios significativos, apesar dos avanços proporcionados pela Lei nº 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas. Embora essa legislação tenha estabelecido uma base importante para a inserção de PcDs no ambiente laboral, estudos como os de Oliveira *et al.*, (2021) indicam que o cumprimento das cotas, muitas vezes, não resulta em uma inclusão efetiva, sendo necessário ir além da mera obrigatoriedade legal.

Foi possível identificar, a partir da análise bibliográfica, que barreiras como preconceitos, falta de acessibilidade arquitetônica e ausência de políticas organizacionais voltadas para a diversidade continuam a limitar a plena integração de PcDs nas empresas (Rodrigues e Pereira, 2021). Por outro lado, Schneider *et al.*, (2021) apontam que práticas inclusivas, como treinamentos de sensibilização, programas de integração e ambientes de

trabalho adaptados, podem transformar positivamente a experiência de PcDs no mercado de trabalho.

A cartilha intitulada "Caminhos para o Futuro: Inclusão e Oportunidades para PcDs no Mercado de Trabalho", elaborada neste estudo, ainda não foi aplicada em um contexto prático. Seu objetivo principal é oferecer diretrizes e informações claras para orientar famílias, educadores e empregadores na promoção de ambientes laborais mais acessíveis e inclusivos. A proposta é que a cartilha funcione como um guia prático, destacando a importância de iniciativas que envolvam desde adaptações físicas até a conscientização para reduzir barreiras atitudinais.

Um ponto importante observado nos estudos de Aydos (2021) é que ambientes que investem na diversidade promovem não apenas a inclusão, mas também inovação e maior engajamento organizacional. No entanto, para alcançar esses resultados, é essencial que as organizações adotem uma abordagem estratégica que alinhe práticas inclusivas com suas políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas.

A cartilha busca ir além da inserção, propondo práticas que incentivem a inclusão efetiva e equitativa. Por meio de exemplos de boas práticas organizacionais e orientações claras, pretende-se fomentar uma mudança cultural no mercado de trabalho, garantindo que as PcDs sejam vistas e valorizadas por suas competências e habilidades, e não apenas pela necessidade de cumprir uma exigência legal.

Assim, a cartilha apresenta-se como um instrumento relevante para apoiar a construção de uma sociedade mais inclusiva, mas sua eficácia dependerá de sua futura aplicação e avaliação em diferentes contextos organizacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartilha "Caminhos para o Futuro: Inclusão e Oportunidades para PcDs no Mercado de Trabalho" tem por objetivo de promover a reflexão sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiência no ambiente laboral, destacando tanto os desafios enfrentados quanto às oportunidades proporcionadas por práticas inclusivas. A partir da análise realizada, conclui-se que, embora a Lei nº 8.213/91 (Lei de Cotas) tenha sido um marco relevante para ampliar a participação das PcDs no mercado de trabalho, sua implementação muitas vezes ainda se limita à obrigatoriedade legal, sem alcançar plenamente o objetivo de inclusão social e laboral.

Práticas que vão além da simples inserção, como o desenvolvimento de ambientes acessíveis, adaptações arquitetônicas e ações de sensibilização, são fundamentais para garantir o desenvolvimento pessoal e profissional das PcDs. Nesse sentido, destaca-se a importância de políticas organizacionais que não apenas cumpram a legislação, mas que promovam uma cultura inclusiva, valorizando a diversidade como um ativo organizacional e social.

A inclusão de PcDs é mais do que um dever legal; é um compromisso ético e social que enriquece o ambiente de trabalho e fortalece a cidadania. A promoção de oportunidades justas para pessoas com deficiência requer um esforço coletivo que envolva gestores, educadores, famílias e a sociedade em geral. Isso inclui o desenvolvimento de estratégias que incentivem a progressão de carreira, a equidade salarial e a valorização das habilidades individuais, combatendo preconceitos e estigmas que ainda persistem.

Por fim, a cartilha desenvolvida, ao propor práticas e diretrizes para a inclusão, busca ser um instrumento de transformação, auxiliando na quebra de barreiras e no fortalecimento de uma cultura que valorize a diversidade e respeite as diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARPROM. Teste vocacional. 2023. Disponível em: <https://arprom.org/dia-a-dia/teste-vocacional/>. Acesso em 17 de janeiro. 2025.
- AYDOS, V. Construindo o “bom trabalhador”: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *Etnográfica*. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 25, n. 2, p. 289-314, 2021.
- LABBÉ, D. et al. Using photovoice to increase social inclusion of people with disabilities: Reflections on the benefits and challenges. *Journal of Community Psychology*, edição especial, p. 1-14, 2020.
- LO, P.; HE, M.; LIU, Y. Social inclusion and social capital of Shanghai Library as a community place for self-improvement. *Library Hi Tech*, v. 37, n. 2, p. 197-218, 2019.
- MALHEIROS, M. B. et al. O papel da cultura organizacional na compreensão da diversidade organizacional: estudo em uma indústria de cosméticos. *Gestión Joven*, v. 21, n. 2, p. 47-65, 2020.
- OLIVEIRA, J. B.; MALHEIROS, M. B.; DEIFELD, C. C.; BUENO, B. R.; BRANDÃO, N. R. F. Inclusão no mercado de trabalho: um olhar sobre a diversidade de pessoas com deficiência na COTRIPAL de Panambi- RS. *Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC)*, v. 25, n. 2, p. 139-152, 2021.
- PORTAL ARAXÁ. As dificuldades da inserção de jovens no mercado de trabalho. 2023. Disponível em: <https://portalaraxa.com.br/as-dificuldades-da-insercao-de-jovens-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 17 de jan. 2025.
- RODRIGUES, P. S.; PEREIRA, É. L. A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, p. e 310114, 2021.
- SCHNEIDER, P. V.; SUGAHARA, C. R.; BRANCHI, B. A.; MIRANDA KUBO, E. K. Trabalho decente para pessoas com deficiência e inclusão no mercado de trabalho. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 8, n. 18, p. 396-410, 2021.
- SINERGIA. Inclusão de PcDs em cooperativas: Estudo de caso na Cotripal. *Sinergia*, Rio Grande, v. 25, n. 2, p. 139-152, jul./dez. 2021.
- SOUZA, A. A. A. et al. Empresa inclusiva? Uma análise comparativa entre os discursos de trabalhadores com deficiência e os de gestores de uma empresa cooperativa. *Revista Gestão e Planejamento*, v. 20, p. 218-238, 2019.
- TAKO, K. V.; KAMEO, S. Y. Metodologia da pesquisa científica: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa. *Ampla Editora*, 2023.

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO VOLTADO PARA
PESSOAS COM TDAH**
SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE FOR PEOPLE WITH ADHD
LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA PARA PERSONAS CON TDAH

Francisca Erika Leal Linhares
erikaleallinhares@gmail.com

LINHARES, Francisca Erika Leal. **O atendimento educacional especializado voltado para pessoas com TDAH.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 269 – 275, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientadora: Prof. Dra. Simone Aparecida Marendaz.

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o desenvolvimento de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Objetiva-se com esse estudo discutir sobre a relevância do AEE no desenvolvimento de discentes que são diagnosticados com TDAH. A metodologia usada para alcançar esse intento, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, fazendo uso de periódicos, livros e afins para que houvesse a devida fundamentação teórica. Entre os autores que auxiliaram a desenvolver a pesquisa estão: Mantoan (2010), Andrade (2015) e as Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica (2008). A pesquisa revelou que os profissionais que atuam com a AEE são cruciais para ajudar pais e professores a desenvolverem crianças com TDAH, uma vez que estudam estratégias e recursos didáticos e transferem para esses sujeitos que estão diretamente envolvidos com as crianças. Conclui-se que essa pesquisa precisa ser mais aprofundada, podendo acontecer por meio da aplicação de questionário com profissionais que trabalham no AEE, uma vez que eles podem descrever a relevância de sua atuação para que uma escola consiga se apresentar como inclusiva. Assim como também aos profissionais de sala de aula comum, considerando que podem enfatizar como seu trabalho é facilitado por meio da atuação dos profissionais do AEE.

Palavras-chave: Aluno. Ensino-aprendizagem. Professor. TDAH.

SUMMARY

This article discusses the importance of Specialized Educational Assistance (AEE) for the development of students with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). The objective of this study is to discuss the relevance of AEE in the development of students diagnosed with ADHD. The methodology used to achieve this goal involved conducting bibliographic research, utilizing journals, books, and related materials to ensure a solid theoretical foundation. Among the authors who contributed to the development of this research are Mantoan (2010), Andrade (2015), and the Operational Guidelines for Special Education for Specialized Educational Assistance in Basic Education (2008). The research revealed that professionals working in AEE play a crucial role in helping parents and teachers support the development of children with ADHD, as they study strategies and educational resources and pass them on to those directly involved with the children. It is concluded that this research needs further exploration, which could be carried out through the application of questionnaires to professionals working in AEE, as they can describe the relevance of their role in making a school inclusive. Similarly, teachers in regular classrooms could highlight how their work is facilitated through the support of AEE professionals.

Keywords: Student. Teaching-learning. Teacher. ADHD.

RESUMEN

El presente artículo trata sobre la importancia de la Atención Educativa Especializada (AEE) para el desarrollo de estudiantes con Trastorno por Déficit de Atención con Hiperactividad (TDAH). Este estudio tiene como objetivo discutir la relevancia de la AEE en el desarrollo de los alumnos diagnosticados con TDAH. La metodología utilizada para alcanzar este propósito se basó en una investigación bibliográfica, utilizando revistas científicas, libros y otros materiales afines para proporcionar la debida fundamentación teórica. Entre los autores que contribuyeron al desarrollo de la investigación se encuentran: Mantoan (2010), Andrade (2015) y las Directrices operacionales de la educación especial para la atención educativa especializada en la educación básica (2008). La investigación reveló que los profesionales que trabajan con la AEE son fundamentales para ayudar a padres y

docentes en el desarrollo de niños con TDAH, ya que estudian estrategias y recursos didácticos y los transfieren a quienes están directamente involucrados con los niños. Se concluye que esta investigación necesita profundizar, lo que puede lograrse mediante la aplicación de cuestionarios a profesionales que trabajan en la AEE, ya que pueden describir la relevancia de su actuación para que una escuela pueda considerarse inclusiva. Del mismo modo, también se sugiere incluir a los docentes de aulas comunes, considerando que pueden destacar cómo su trabajo se ve facilitado por la actuación de los profesionales de la AEE.

Palabras clave: Estudiante. Enseñanza-aprendizaje. Docente. TDAH.

INTRODUÇÃO

As salas de aula comum recebem constantemente, na escola moderna, diversas crianças com deficiências, sendo fundamental que estas sejam acompanhadas pelos profissionais psicopedagogos, psicólogos e afins, uma vez que auxilia no desenvolvimento escolar e social dos sujeitos (Silva, 2021).

Relevante esclarecer que entre as deficiências que surgem constantemente no espaço escolar estão: o transtorno do espectro autista (TEA), as pessoas com deficiência intelectual, a síndrome de Down e também o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Em relação ao TDAH, tende a ter comportamentos que se relacionam com a inquietação, a agressão, a hiperatividade, a ansiedade, os problemas com concentração, a falta de atenção e também as dificuldades de aprendizado (Pereira, 2021).

A partir desse cenário, fica evidenciado a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma vez que é a partir do mesmo que os sujeitos com TDAH começam a ser investigados acerca de que tipo de metodologia pode ser usada em sala de aula para auxiliar em seu desenvolvimento escolar. É a partir desse atendimento que os professores conseguem auxiliar os sujeitos a desenvolver-se, sobretudo, em relação a sua construção de identidade e autonomia (Luckesi, 2005).

Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo geral discutir sobre a relevância do AEE no desenvolvimento de discentes que são diagnosticados com TDAH. Já os objetivos específicos, buscam: conceituar o AEE; Enfatizar a importância do AEE no desenvolvimento de alunos diagnosticados com TDAH e Apresentar alguns recursos pedagógicos fundamentais para mediação pedagógica com sujeitos com TDAH.

A metodologia usada para o pleno desenvolvimento do estudo, se trata da pesquisa bibliográfica, uma vez que usou livros, artigos, monografias e afins que tratam sobre o título dessa pesquisa. “A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo” (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p.02).

TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE

Conforme o Ministério da Saúde, cerca de 60% das crianças e adolescentes apresentam TDAH. Importante esclarecer que nem todas as pessoas são devidamente diagnosticadas, apresentando já na fase adulta sintomas leves de desatenção e hiperatividade (Brasil, 2024).

Esclarece-se que o TDAH se trata de um transtorno neurobiológico, que pode ser desenvolvido por causas genéticas. E, para aqueles sujeitos que são diagnosticados ainda na

infância, cabe o acompanhamento, que pode durar toda uma vida, sendo crucial em seu processo de evolução intelectual e social.

De acordo com o Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-5), o TDAH tem classificações: leve, moderado e grave, sendo apresentado entre os anos de 07 e 12 anos. A partir do Quadro 1 é possível identificar as características de cada classificação.

Quadro 1 - Classificação de TDAH

	CARACTERÍSTICAS
Leve	Poucos sintomas, prejuízos leves (tanto sociais quanto profissionais e acadêmicos).
Moderado	Prejuízos leves e graves.
Grave	Prejuízos funcionais, sociais, acadêmicos e profissionais visíveis

Fonte: Brasil (2014)

Diante das informações apresentadas, percebe-se que a classificação de TDAH é crucial para o devido cuidado com os sujeitos, sobretudo, quando se pensa no contexto educacional. Dessa forma, é fundamental que os pais procurem pelo diagnóstico, uma vez que cada caso requer um tratamento diverso. Cabe destacar que uma das principais mudanças no comportamento de uma pessoa com TDAH, se trata da hiperatividade.

A pessoa hiperativa é inquieta e está quase constantemente em movimento. Quando se trata de criança, os professores descrevem que ela se levanta da carteira a todo instante, mexe com um ou com outro, fala muito. Parece que é elétrica, ou que está com um motorzinho ligado o tempo todo. Raramente consegue ficar sentada, mas se é obrigada a permanecer sentada, se revira, bate com os pés, mexe com as mãos, ou então acaba adormecendo. Dificilmente consegue se interessar por uma brincadeira em que tenha que ficar quieta, mas está sempre correndo, subindo em móveis, árvores, e frequentemente em locais perigosos. Uma criança mais hiperativa nem mesmo para comer consegue sentar, quanto mais para assistir a um programa de televisão, ler um livro ou uma revista (Abda, 2017, p. 4- 5).

Em outras palavras, os professores só conseguem desenvolver os alunos com TDAH e hiperatividade, a partir do momento em que se conectam com as crianças levando a eles metodologias ativas responsáveis por ajudar em seu processo de evolução. É entendendo esse cenário que posteriormente, enfatiza-se sobre o AEE e sua relevância diante desse contexto.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O AEE se trata de uma educação especial, onde os profissionais fazem uso de recursos específicos para o devido processo de ensino e aprendizagem de alunos com algum tipo de deficiência que se inserem em turmas comuns de ensino regular. Cabe saber que “o AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (Brasil, 2008, p.01).

Para que esse tipo de atendimento ocorra nas escolas, se faz necessário que a oferta se apresente no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular. Entre os requisitos para que esse

atendimento aconteça é devido que exista uma sala de recursos multifuncional, com espaço adequado, “mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos” (Brasil, 2008, p.01). Também é relevante que existam professores capacitados para o atendimento às necessidades educacionais e sociais de cada indivíduo. Por meio da Figura 1 é possível identificar as atribuições que são cabidas a cada profissional.

Como é possível perceber, aos docentes que atuam na sala de AEE cabem diversas atribuições, visando que os alunos sejam devidamente acompanhados e direcionados a seu desenvolvimento social, psicológico e educacional. Mantoan (2010) aponta que o AEE é executado de duas formas distintas.

A primeira conhecida como especiais ou especializadas são destinadas às pessoas com deficiência, ou seja, salas especiais organizadas dentro da escola comum, essa forma de organização substitui totalmente o acesso à escola regular;

A segunda maneira de executar o ensino especializado é a que vem sendo bastante propagada pelos movimentos que defendem a inclusão escolar, ou seja, é a que trata o atendimento educacional especializado como apoio e complemento, destinado a oferecer aquilo que é específico na formação de um aluno com deficiência, sem impedi-lo de frequentar, quando na idade cronológica própria, ambientes comuns de ensino em ambientes oficiais (Mantoan, 2010, p.19-20).

O que se evidencia é que o atendimento especializado é crucial para que as pessoas com deficiência consigam ser incluídas no ambiente social, uma vez que esse processo consegue fazer com que a autonomia dos sujeitos aconteça com maior qualidade. O atendimento especializado é crucial para que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência seja concretizada, uma vez que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, p.3).

Neste sentido, o AEE é crucial para a educação brasileira se tornar cada dia mais inclusiva e responsável pelo desenvolvimento social. Mas, como já mencionado, para atuar com esse tipo de atendimento os profissionais da educação precisam ser capacitados, sendo papel municipal garantir que essa capacitação venha a acontecer.

Ressalta-se que essa capacitação é fundamental para que os docentes consigam desenvolver recursos pedagógicos que atendam as necessidades dos alunos com deficiência que se inserem em sala de aula comum.

RECURSOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

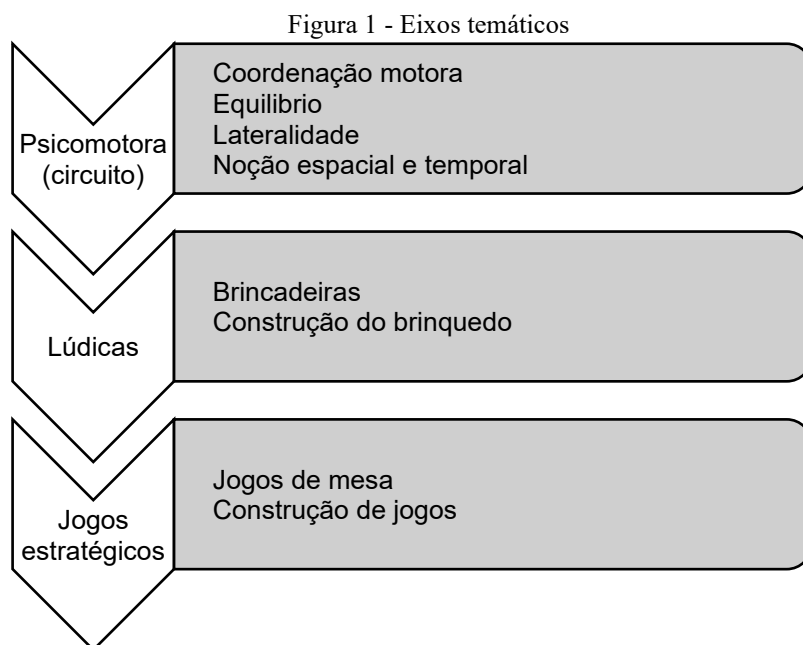
Compreende-se que os recursos pedagógicos necessários em sala de aula estão relacionados a como os profissionais da educação especializada identificam os alunos com TDAH (Oliveira; Pereira, 2020). Isso porque os recursos não atendem às necessidades dos

sujeitos de maneira global, sendo fundamental a identificação de recursos distintos para cada urgência/aluno.

É relevante entender que:

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.10)

Dessa forma, é necessário pensar em atividades diversas para usar no desenvolvimento dos alunos. Costa, Moreira e Seabra Júnior (2015) abordam os recursos pedagógicos que surgem a partir de eixos específicos, estando entre eles a ludicidade, os jogos estratégicos e os circuitos de Psicomotricidade, conforme apresentado na Figura 1.



Fonte: Costa, Moreira e Seabra Júnior (2015)

De acordo com o que é observado, é importante avaliar as necessidades de cada indivíduo, uma vez que a depender de sua urgência, é que se identifica os recursos que precisam ser usados.

Ou seja, não é apenas aprender sobre recursos inclusivos, mas sim, estabelecer como esses serão utilizados com as crianças, uma vez que cada sujeito precisa aprender algo específico, de forma diversa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo central da pesquisa buscava discutir sobre a relevância do AEE no desenvolvimento de discentes que são diagnosticados com TDAH, percebeu-se que é a partir desse atendimento que se torna possível identificar quais são as atividades e recursos cruciais para garantir autonomia e qualidade de vida dos alunos, uma vez que se tornam mais sociáveis e responsáveis pelo seu processo de construção de identidade.

A pesquisa esclareceu que é a partir desse atendimento que os professores conseguem melhor entender como atuar com os alunos, uma vez que os docentes que se inserem no AEE apoiam e tiram dúvidas dos profissionais que estão em sala de aula comum. Também se evidenciou que os próprios pais dos alunos também são direcionados quanto ao cuidado com os discentes com TDAH.

O estudo esclareceu que uma escola moderna apenas se torna inclusiva com a atuação dos profissionais de AEE, visto que os mesmos auxiliam na preparação do Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar, visando sempre atender aos alunos nas suas mais diversas necessidades.

Conclui-se que essa pesquisa precisa ser aprofundada, a fim de que as escolas, por meio da atuação dos profissionais, consigam garantir o devido desenvolvimento das crianças com deficiências, de forma inclusiva. Acredita-se que um questionário aplicado com professores seja fundamental para apresentar dados relevantes sobre a literatura sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Nathalia Pereira; FREITAS, Maria Cecília Martinez Amaro. Estratégias pedagógicas para crianças com TDAH dos anos iniciais do ensino fundamental. *Rev. Brasil. Ed. Esp.*, Marília, v. 21, n. 1, p. 111-126, Jan.-Mar., 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rbee/a/bv9tRkHHtGWrHqp9KXhS7Bw/?format=pdf & lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbee/a/bv9tRkHHtGWrHqp9KXhS7Bw/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 10 mar. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO – ABDA. Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade. Cartilha da Associação Brasileira de Déficit de Atenção, 2017. Disponível em: <https://tdah.org.br/wp-content/uploads/site/pdf/cartilha%20ABDA.final%2032pg%20otm.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União; 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BRASIL. Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH. Ministério da saúde, 2024. Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/transtorno-do-deficit-de-atencao-com-hiperatividade-tdah/>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BRASIL. Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman & view=download&alias=428-diretrizes-publicação & Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicação&Itemid=30192). Acesso em: 11 mar. 2024.
- BRASIL. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.
- COSTA, Camila Rodrigues.; MOREIRA, Jaqueline Costa Castilho.; SEABRA JÚNIOR, Manoel Osmar. Estratégias de ensino e recursos pedagógicos para o ensino de alunos com TDAH em aulas de educação física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 21, p. 111-126, 2015.
- LUCKESI, C. C. Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir das experiências internas. *Nativa - Revista de Ciências Sociais*, nº 2, 2005.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O desafio das diferenças nas escolas. Editora Vozes Limitadas, 2010.
- OLIVEIRA, Caroline.; PEREIRA, Ana Amélia de Souza. O uso de recursos pedagógicos no processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais no ensino superior do UNIFAGOC. *Revista Científica UNIFAGOC*, 2020. Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/multidisciplinar/article/view/602>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PEREIRA, Alessandra Moreira. Os direitos das pessoas com deficiência, os meios de inclusão, as atividades dos deficientes. Artigo Científico (Curso de Direito), 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2728/1/TCC%20Alessandra%20Moreira%20Pereira.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Maria Iviane Graça da et al. Formação de professores e educação inclusiva: vivências na residência pedagógica do curso de Pedagogia da UFAL. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8016>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SOUSA, Angélica Silva.; OLIVEIRA, Guilherme Saramago.; ALVES, Lais Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

PUBLIC POLICIES FOR SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE: ADVANCES, CHALLENGES, AND PERSPECTIVES IN THE BRAZILIAN CONTEXT

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA: AVANCES, DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS EN EL CONTEXTO BRASILEÑO

Francisca Erika Leal Linhares
erikaleallinares@gmail.com

LINHARES, Francisca Erika Leal. **Políticas públicas para o Atendimento Educacional Especializado: avanços, desafios e perspectivas no contexto brasileiro.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 276 – 282, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.
Orientadora: Prof. Dra. Simone Aparecida Marendaz.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil, destacando seus avanços, desafios e perspectivas. O AEE é um serviço essencial para promover a inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais específicas, oferecendo suporte pedagógico complementar à educação regular. Apesar de progressos significativos, como a implementação de salas de recursos multifuncionais e a ampliação de formações docentes, persistem desafios relacionados à infraestrutura inadequada, à formação insuficiente de profissionais e à dificuldade de acesso em áreas rurais e periféricas. Este estudo sugere estratégias para superar essas barreiras, incluindo maior investimento em tecnologias assistivas, ampliação de parcerias institucionais e fortalecimento das políticas inclusivas, contribuindo para a garantia de uma educação mais equitativa e acessível.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Políticas Públicas. Educação Inclusiva. Educação Especial. Inclusão Escolar.

SUMMARY

This article aims to analyze public policies related to Specialized Educational Assistance (AEE) in Brazil, highlighting its advances, challenges, and perspectives. AEE is an essential service for promoting the school inclusion of students with specific educational needs, providing complementary pedagogical support to regular education. Despite significant progress, such as the implementation of multifunctional resource rooms and the expansion of teacher training programs, challenges persist regarding inadequate infrastructure, insufficient professional training, and limited access in rural and peripheral areas. This study suggests strategies to overcome these barriers, including greater investment in assistive technologies, expansion of institutional partnerships, and strengthening of inclusive policies, contributing to the guarantee of a more equitable and accessible education.

Keywords: Specialized Educational Assistance. Public Policies. Inclusive Education. Special Education. School Inclusion.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las políticas públicas dirigidas a la Atención Educativa Especializada (AEE) en Brasil, destacando sus avances, desafíos y perspectivas. La AEE es un servicio esencial para promover la inclusión escolar de estudiantes con necesidades educativas específicas, proporcionando apoyo pedagógico complementario a la educación regular. A pesar de avances significativos, como la implementación de salas de recursos multifuncionales y la expansión de la formación docente, persisten desafíos relacionados con la infraestructura inadecuada, la formación insuficiente de profesionales y la dificultad de acceso en áreas rurales y periféricas. Este estudio sugiere estrategias para superar estas barreras, incluyendo una mayor inversión en tecnologías asistivas, la ampliación de asociaciones institucionales y el fortalecimiento de políticas inclusivas, contribuyendo así a garantizar una educación más equitativa y accesible.

Palabras clave: Atención Educativa Especializada. Políticas Públicas. Educación Inclusiva. Educación Especial. Inclusión Escolar.

INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma política essencial para a educação inclusiva no Brasil, garantindo o direito à educação de estudantes com necessidades específicas. Sustentado por marcos legais, como a Constituição de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e compromissos internacionais, o AEE visa eliminar barreiras históricas enfrentadas por pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Entre suas contribuições estão práticas pedagógicas especializadas, uso de recursos multifuncionais e tecnologias assistivas, que promovem a participação ativa dos estudantes e respeitam suas singularidades. Apesar de avanços como a criação de salas de recursos multifuncionais e a formação de docentes, desafios significativos permanecem, sobretudo em áreas rurais e comunidades periféricas, marcadas por desigualdades regionais e limitações estruturais.

A implementação do AEE enfrenta obstáculos como falta de investimentos consistentes, descontinuidade de políticas públicas e barreiras atitudinais no ambiente escolar. Essas questões comprometem o acesso e a qualidade do serviço, destacando a necessidade de estratégias para fortalecer o sistema educacional inclusivo.

O artigo busca analisar as políticas públicas voltadas ao AEE no Brasil, avaliando progressos, identificando desafios e propondo reflexões para aprimorar a inclusão educacional. Com isso, pretende contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa, onde a diversidade seja valorizada e o direito universal à educação de qualidade seja efetivamente garantido.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AEE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço complementar ou suplementar à escolarização regular, que visa atender às necessidades educacionais específicas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Sua finalidade é garantir o acesso, permanência e sucesso desses alunos no ensino regular, respeitando suas singularidades e promovendo a equidade.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o AEE deve ser oferecido no contraturno, em salas de recursos multifuncionais, com recursos pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e estratégias personalizadas. Ele atua na eliminação de barreiras de aprendizagem e na promoção da autonomia dos estudantes.

O AEE fortalece o paradigma da educação inclusiva, que valoriza a diversidade e defende o direito de todos os estudantes a aprenderem juntos. Ele integra as demandas dos alunos com as práticas pedagógicas regulares, promovendo uma aprendizagem significativa e equitativa. Além disso, o AEE capacita professores e sensibiliza a comunidade escolar, favorecendo a construção de um ambiente mais acessível, democrático e acolhedor.

Como serviço complementar, o AEE utiliza estratégias adaptadas e recursos de acessibilidade para apoiar o desenvolvimento de habilidades necessárias à integração do aluno

no ensino regular. Como serviço suplementar, amplia o acesso a conhecimentos específicos, essenciais para o desenvolvimento global do estudante, como o ensino de Libras ou estratégias para alunos com TEA.

Autores como Mantoan (2003) e Glat e Blanco (2007) destacam que o AEE é uma extensão articulada da educação regular, promovendo a integração e a transformação da escola inclusiva. Sob a perspectiva de Vygotsky (1993), o AEE é mediador no desenvolvimento de habilidades e na superação de limitações, garantindo que os alunos possam lidar com desafios acadêmicos e sociais.

Assim, o AEE reafirma seu papel na construção de uma educação inclusiva e equitativa, assegurando que todos os estudantes tenham oportunidades para aprender e se desenvolver plenamente em um ambiente escolar acessível e inclusivo.

MARCOS LEGAIS E NORMATIVOS DO AEE NO BRASIL

O AEE no Brasil é sustentado por um arcabouço legal que promove a educação inclusiva, garantindo o direito de acesso e permanência de estudantes com necessidades educacionais específicas no ensino regular. Os principais marcos incluem:

Constituição Federal de 1988: Garante a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e assegura o direito à educação inclusiva, com atendimento especializado para alunos com deficiência.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996: Estabelece o AEE como prática complementar ou suplementar no ensino regular, reforçando a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): Define o AEE como serviço ofertado em contraturno, com salas de recursos multifuncionais, recursos pedagógicos especializados e apoio profissional qualificado.

Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015: Consolida o direito à plena participação de pessoas com deficiência na sociedade, incluindo a educação, e prevê a oferta contínua do AEE articulado ao ensino regular, com adaptação curricular e tecnologias assistivas.

Decretos e Portarias Relevantes:

Decreto nº 3.298/1999: Normas gerais sobre a integração da pessoa com deficiência.

Decreto nº 6.571/2008: Criação de salas de recursos multifuncionais e regulamentação do AEE nas escolas públicas.

Portaria MEC nº 2.253/2011: Orientações para o atendimento de alunos com deficiência na educação básica.

Decreto nº 10.502/2020: Define novas diretrizes para a Política Nacional de Educação Especial, embora polêmico em alguns aspectos.

Esses instrumentos são essenciais para o fortalecimento da educação inclusiva no Brasil. Contudo, sua implementação enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, formação docente e resistências culturais, demandando monitoramento e aprimoramento contínuos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

AVANÇOS NAS POLÍTICAS DE AEE

O Brasil tem avançado significativamente na implementação do AEE, impulsionado por políticas públicas que promovem a educação inclusiva. Entre os principais avanços destacam-se:

Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais

Cobertura ampliada: A criação e expansão dessas salas em escolas públicas aumentou o acesso de alunos com deficiências a espaços pedagógicos especializados.

Equipamentos especializados: Disponibilização de materiais pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas para atender às necessidades específicas dos alunos.

Articulação com o ensino regular: Atuação complementar ao ensino tradicional, promovendo atendimentos individualizados ou em pequenos grupos.

Impacto: Melhoria na inclusão e aprendizado de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Formação de Professores em Práticas Inclusivas

Capacitação continuada: Programas nacionais e parcerias com universidades têm oferecido formação inicial e continuada focada em práticas pedagógicas inclusivas.

Especialização em educação inclusiva: Cursos de pós-graduação e especialização têm ampliado o conhecimento dos professores sobre diversidade e metodologias inclusivas.

Apoio pedagógico: Orientação de especialistas em educação especial nas escolas para auxiliar os professores.

Impacto: Mudança de atitude docente e aprimoramento das práticas pedagógicas, garantindo educação de qualidade para alunos com deficiências.

Expansão da Oferta de Tecnologias Assistivas

Distribuição de equipamentos: Disponibilização de recursos como softwares, dispositivos de amplificação sonora e teclados adaptados.

Acessibilidade digital: Promoção de plataformas inclusivas e recursos digitais acessíveis, como textos em braille e ferramentas adaptadas.

Formação para o uso de tecnologias: Capacitação de professores para integrar tecnologias assistivas no ensino.

Impacto: Ampliação do acesso às ferramentas de aprendizagem, facilitando a inclusão e o desempenho escolar de estudantes com necessidades específicas.

Apesar dos avanços, desafios permanecem, como a ampliação de investimentos em infraestrutura, formação docente contínua e acesso a recursos tecnológicos em áreas rurais e regiões remotas. Contudo, essas iniciativas são passos importantes para consolidar um modelo educacional inclusivo no Brasil.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO

Apesar dos avanços registrados, a implementação plena do AEE enfrenta desafios significativos, que comprometem a qualidade e equidade da educação inclusiva:

Infraestrutura Insuficiente nas Escolas Públicas

Problemas principais:

Salas de recursos multifuncionais inadequadas ou inexistentes.

Falta de acessibilidade física, como rampas e banheiros adaptados.

Escassez de materiais pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas.

Impacto: Compromete a criação de um ambiente acessível e adequado ao aprendizado de alunos com deficiência.

Falta de Formação Continuada para Professores

Problemas principais:

Capacitações pontuais e superficiais.

Sobrecarga de trabalho docente, dificultando a participação em formações.

Falta de suporte pedagógico especializado nas escolas.

Impacto: Limita a capacidade dos professores em implementar práticas pedagógicas inclusivas, prejudicando o atendimento aos alunos com necessidades específicas.

Dificuldades em Áreas Rurais e periféricas

Problemas principais:

Dificuldade de transporte e distância para escolas com AEE.

Escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados.

Ausência de profissionais especializados em educação especial.

Impacto: Gera desigualdade no acesso ao AEE, acentuando disparidades regionais no atendimento educacional.

Resistências Culturais e Institucionais

Problemas principais:

Preconceitos sobre a capacidade de alunos com deficiência.

Resistência à adaptação curricular e metodológica.

Falta de compromisso de algumas instituições com políticas inclusivas.

Impacto: Impede a inclusão plena, perpetuando a exclusão e limitando o alcance das políticas públicas de AEE.

Para superar esses desafios, é necessário um esforço conjunto que inclua:

Investimentos em infraestrutura acessível e bem equipada.

Formação docente contínua, com suporte pedagógico e valorização profissional.

Expansão do acesso a recursos e tecnologias assistivas em regiões vulneráveis.

Mudança cultural e institucional, promovendo práticas inclusivas e o engajamento de todos os agentes educacionais.

Essas ações são fundamentais para a consolidação de um sistema educacional inclusivo e equitativo no Brasil.

PERSPECTIVAS E PROPOSTAS

Apesar dos progressos, ainda existem desafios significativos na implementação do AEE no Brasil. Para superar esses obstáculos e garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos os alunos com deficiência, especialmente nas regiões carentes, algumas propostas podem ser destacadas:

Políticas para Maior Equidade no Acesso ao AEE

Propostas:

Distribuição equitativa de recursos: Garantir que escolas em regiões carentes tenham acesso a recursos financeiros, materiais adaptados e tecnologias assistivas.

Ampliação do transporte escolar: Organizar o transporte adaptado para estudantes em áreas remotas.

Apoio a escolas de pequeno porte: Estimular parcerias interinstitucionais e serviços compartilhados entre escolas para ampliar o AEE em áreas rurais e periféricas.

Impacto esperado: Redução das desigualdades regionais e garantia de acesso ao AEE para todos os estudantes com deficiência.

Ampliação de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

Propostas:

Parcerias entre governo e OSCs: Expandir a colaboração com organizações não governamentais e associações para fortalecer as políticas de AEE.

Apoio a iniciativas comunitárias: Incentivar OSCs a oferecer programas de capacitação para professores e ações de sensibilização nas comunidades.

Desenvolvimento de materiais pedagógicos: Apoiar OSCs no desenvolvimento de tecnologias assistivas e materiais adaptados para escolas públicas.

Impacto esperado: Melhoria na implementação do AEE, com maior suporte especializado e engajamento das comunidades na inclusão educacional.

Investimento em Tecnologias Educacionais Inovadoras

Propostas:

Promoção de educação digital inclusiva: Incentivar o uso de plataformas de ensino digital acessíveis, com recursos como audiodescrição e legendas.

Desenvolvimento de softwares e aplicativos adaptados: Criar tecnologias assistivas que atendam às necessidades de alunos com deficiência, como comunicação alternativa e apoio à mobilidade.

Capacitação de professores: Oferecer treinamento para que docentes integrem tecnologias assistivas e educacionais ao currículo escolar.

Impacto esperado: Maior autonomia e participação dos alunos no processo educacional, especialmente em regiões com dificuldade de acesso a recursos tradicionais.

Essas propostas visam superar os desafios do AEE, garantindo uma educação inclusiva e acessível para todos os alunos com deficiência, com foco na equidade, parcerias eficazes e inovações tecnológicas. A implementação depende do comprometimento dos gestores públicos, parcerias com a sociedade civil e o aprimoramento das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil representa um avanço significativo na inclusão educacional de pessoas com deficiência, mas ainda enfrenta desafios substanciais. Apesar dos avanços, como a implantação de salas de recursos e o uso de tecnologias assistivas, a infraestrutura inadequada, a falta de formação continuada de professores, as dificuldades nas áreas rurais e as resistências culturais impedem a plena implementação do AEE.

Recomendações incluem:

Melhoria da infraestrutura escolar, especialmente em regiões carentes.

Capacitação contínua de professores com foco em práticas inclusivas e uso de tecnologias assistivas.

Expansão do uso de tecnologias assistivas nas escolas.

Políticas de equidade no acesso ao AEE, com apoio especializado itinerante e transporte escolar adaptado.

Sensibilização cultural para combater preconceitos e resistências à inclusão.

Sugestões para pesquisas futuras incluem a avaliação do impacto das tecnologias assistivas, análise de modelos de inclusão em áreas rurais, estudos sobre formação contínua de educadores e investigações sobre a inclusão cultural e institucional nas escolas.

Superar esses desafios exigirá esforços conjuntos em políticas públicas, infraestrutura, capacitação de educadores e engajamento da sociedade, contribuindo para uma educação inclusiva e acessível para todos os alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Brasília, DF: Planalto, 2015.
- BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Institui as normas e diretrizes para a educação especial na educação básica. Brasília, DF: Planalto, 2008.
- BRASIL. Portaria nº 1.203, de 22 de dezembro de 2008. Define as diretrizes para a implementação do AEE nas escolas públicas de educação básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.
- CUNHA, Maria Teresa Eglér. *A Inclusão Escolar: Contextos, Desafios e Possibilidades*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FIRME, Gisele. *O Atendimento Educacional Especializado e a Educação Inclusiva: Desafios para a Prática Pedagógica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2016.
- MARTINS, José Antônio. *Educação Inclusiva: Práticas e Perspectivas*. São Paulo: Editora Universitária, 2014.
- SOUZA, Maria Aparecida Lima de. *A Inclusão no Ensino Fundamental: Desafios da Formação Docente*. São Paulo: Loyola, 2013.
- SOUZA, Edson Júnior. *Tecnologias Assistivas e Educação Inclusiva: A Contribuição das Ferramentas Tecnológicas no AEE*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.
- TEIXEIRA, Luciana A. F. *A Educação Inclusiva no Brasil: Avanços e Desafios na Prática Escolar*. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.
- VYGOTSKY, Lev. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES**
INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN PHYSICAL
EDUCATION CLASSES IN THE MUNICIPALITY OF VITÓRIA-ES
INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES EN
LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA DEL MUNICIPIO DE VITORIA-ES

Mayla Silva Pertel
maylapertel@hotmail.com

PERTEL, Mayla Silva. **Inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas aulas de educação física, no município de Vitória - ES.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 283 – 301, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

RESUMO

A Educação Inclusiva no contexto escolar é um tema de preocupação constante entre educadores, e assunto de debates na sociedade, tornando-se uma questão cada vez mais polêmica, pois a preocupação do Estado no Brasil foi colocar os alunos com deficiência nas escolas regulares, sem no entanto criar as condições físicas e de pessoal essenciais para um trabalho eficaz e produtivo com tantas crianças e adolescentes que precisam de assistência especial para serem incluídos em todos os âmbitos: social, no mercado de trabalho, na escola. Nessa conjuntura, a pergunta que norteou esse estudo foi: Como as concepções e as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física, no Ensino Fundamental, podem contribuir para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular? Sendo assim, o objetivo foi analisar a prática pedagógica dos docentes e diagnosticar se ocorre a inclusão das pessoas com NEEs nas aulas de Educação Física em escolas do Ensino Fundamental do município de Vitória-ES-Brasil, na atualidade, enfatizando-se as concepções e práticas pedagógicas dos professores e seus desafios em propiciar de fato, a inclusão. Em termos metodológicos, a opção foi por uma pesquisa bibliográfica seguida da pesquisa de campo, a partir das quais se conclui que, em se tratando da Educação especial, percebeu-se que a questão da inclusão é um dever de todos - sociedade, Estado, Família e Escola, criando um sistema de ensino que reexamine valores e objetivos da Educação, proporcionando assim sucesso escolar a uma quantidade maior de crianças especiais na convivência com os discentes normais, sem demagogias, mas enfrentando as dificuldades de inserção escolar e social de alunos com NEEs sem procurar culpados, mas oferecendo as condições necessárias para uma escola incluyente, como especialistas oferecendo o acompanhamento cabível a cada caso e pessoas capacitadas para ajudarem os docentes no desenvolvimento possível de cada um que adentra os muros das escolas públicas.

Palavras-chave: Educação Física. Especial. Aluno. Inclusão.

SUMMARY

Inclusive Education in the school context is a topic of constant concern among educators, and a subject of debate in society, becoming an increasingly controversial issue, as the concern of the State in Brazil was to place students with disabilities in regular schools, without however creating the physical and personnel conditions essential for effective and productive work with so many children and adolescents who need special assistance to be included in all areas: social, in the job market, at school. At this juncture, the question that guided this study was: How can the conceptions and pedagogical practices of Physical Education teachers in Elementary School contribute to the inclusion of students with special educational needs in regular education? Therefore, the objective was to analyze the pedagogical practice of teachers and diagnose whether the inclusion of people with SEN occurs in Physical Education classes in elementary schools in the city of Vitória-ES-Brazil, currently, emphasizing the conceptions and pedagogical practices of teachers and their challenges in actually providing inclusion. In methodological terms, the option was for a bibliographical research followed by field research, from which it was concluded that, when it comes to Special Education, it was realized that the issue of inclusion is a duty of everyone - society, State, Family and School, creating an education system that re-examines values and objectives of Education, thus providing academic success to a greater number of special children in coexistence with normal students, without demagoguery, but facing the difficulties of school and social insertion of students with SEN. without looking for culprits, but offering the necessary conditions for an inclusive school, such as specialists offering the appropriate monitoring for each case and people qualified to help teachers in the possible development of each one who enters the walls of public schools.

Keywords: Physical Education. Special. Student. Inclusion.

RESUMEN

La Educación Inclusiva en el contexto escolar es un tema de constante preocupación entre los educadores, y un tema de debate en la sociedad, convirtiéndose en un tema cada vez más controvertido, ya que la preocupación del Estado en Brasil era colocar a los estudiantes con discapacidad en las escuelas regulares, sin embargo, sin crear las condiciones físicas y personales indispensables para un trabajo eficaz y productivo con tantos niños y adolescentes que necesitan asistencia especial para ser incluidos en todos los ámbitos: social, en el mercado laboral, en la escuela. En esta coyuntura, la pregunta que guió este estudio fue: ¿Cómo pueden las concepciones y prácticas pedagógicas de los docentes de Educación Física de la Escuela Primaria contribuir a la inclusión de estudiantes con necesidades educativas especiales en la educación regular? Por lo tanto, el objetivo fue analizar la práctica pedagógica de los docentes y diagnosticar si la inclusión de personas con NEE ocurre en las clases de Educación Física en las escuelas primarias de la ciudad de Vitória-ES-Brasil, en la actualidad, enfatizando las concepciones y prácticas pedagógicas de los docentes y sus desafíos para efectivamente brindar inclusión. En términos metodológicos, se optó por una investigación bibliográfica seguida de una investigación de campo, de la cual se concluyó que, cuando se trata de Educación Especial, se comprendió que el tema de la inclusión es un deber de todos - sociedad, Estado, Familia y Escuela, creando un sistema educativo que reexamine los valores y objetivos de la Educación, brindando así éxito académico a un mayor número de niños especiales en convivencia con los estudiantes normales, sin demagogia, pero enfrentando las dificultades de inserción escolar y social de los estudiantes con NEE. sin buscar culpables, pero sí ofreciendo las condiciones necesarias para una escuela inclusiva, como especialistas que ofrezcan el seguimiento adecuado a cada caso y personas capacitadas para ayudar a los docentes en el posible desarrollo de cada uno que traspase los muros de las escuelas públicas.

Palabras clave: Educación Física. Especial. Alumno. Inclusión.

INTRODUÇÃO

Durante o processo escolar, a disciplina Educação Física (EF), na abrangência de sua complexidade, procura trabalhar o desenvolvimento das capacidades motoras e o convívio social das pessoas, principalmente através das expressões corporais, que são empregadas nas brincadeiras e nos jogos esportivos ou não, que são elementos também pertencentes à cultura pedagógica educacional dessa disciplina, servindo-os como ferramentas utilizada pelo profissional para facilitar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, a fim de alcançar os objetivos de desenvolvimento dos mesmos, de acordo com o grau de maturação da própria criança, ou seja, partindo do simples para o mais complexo.

Tendo em vista o tema inclusão escolar ser um assunto relevante abordado pelos profissionais da área da Educação e o número de alunos matriculados no país ter aumentado significativamente nos últimos anos, o mesmo acontecendo no município de Vitória, Estado do Espírito Santo (ES), sentimos a necessidade de pesquisar como vem se desenvolvendo o processo de inclusão nas aulas de Educação Física Escolar (EFE).

A inclusão escolar é uma inovação educacional que propõe a abertura das escolas à diversidade humana. O ensino que a maioria das escolas ministra, atualmente, aos seus alunos, nas escolas de ensino regular, não dá conta do que é necessário para que esta abertura se concretize, pois as escolas adotam medidas excludentes quando se defrontam com as diferenças. Nessa conjuntura, a pergunta que norteou esse estudo foi: *Como as concepções e as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física, no Ensino Fundamental, podem contribuir para a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), nas respectivas aulas?*

Sendo assim, o objetivo foi analisar a prática pedagógica dos docentes e diagnosticar se ocorre a inclusão das pessoas com NEEs nas aulas de Educação Física em escolas do Ensino Fundamental (EF) do município de Vitória-ES, Brasil, na atualidade.

A justificativa deste estudo está no fato de demonstrar que, enquanto aluna de Graduação, atuei junto a alunos especiais durante as aulas ministradas de Educação Física. A partir desta vivência observatória, foi despertado o interesse ainda maior pela área de Educação Inclusiva, em especial nas aulas de Educação Física. No entanto, é importante frisar que, no decorrer da vida acadêmica, houve a participação em alguns cursos voltados para a Educação Física relacionada com a Educação Especial. Foi justamente através dessas atividades e vivências curriculares e extracurriculares que cresceu o interesse em pesquisar e atuar na área de Educação Física Inclusiva. Nesse sentido, pretendeu-se com este trabalho elucidar alguns pontos importantes, como: analisar a prática pedagógica dos professores de Educação Física sobre a inclusão escolar; se os alunos estão realmente incluídos e integrados às aulas de Educação Física.

Diante do exposto, embasados, principalmente, no fato de que a inclusão atua de forma igual sobre seus indivíduos, determinando assim a inclusão social, considerou-se ser de fundamental importância desenvolver essa pesquisa junto a algumas escolas de Ensino Fundamental do município de Vitória, o qual visa demonstrar, a partir das observações e levantamentos de dados, até que ponto o processo de inclusão das pessoas com NEEs nas aulas de Educação Física está realmente acontecendo. Visando maior organização das ideias, a dissertação foi dividida em partes distintas, compreendendo o primeiro capítulo o resgate histórico da Educação Especial, tendo como ponto de destaque a trajetória histórica enquanto exclusão social; a Educação especial no Brasil e a Declaração de Salamanca.

O segundo capítulo traz como objeto de estudo uma contextualização da Educação especial e os fundamentos inclusivos, abordando: o conceito da pessoa com necessidades especiais; as crianças com deficiência; a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular e os obstáculos da Educação Inclusiva. Já no terceiro capítulo o foco se dá sobre a identificação do contexto teórico da Educação Física, apresentando a história dessa disciplina; a Educação Física no Ensino Fundamental; o ensino da Educação Física; e a Educação Física em relação à Educação Especial.

O capítulo quatro trata do enquadramento da pesquisa e do *design* de investigação, explicitando o tipo da pesquisa; definição da amostra; a elaboração dos instrumentos para coleta de dados, a coleta de dados e o tratamento dos dados obtidos na pesquisa junto aos docentes. No quinto capítulo são apresentados os resultados e a discussão da pesquisa, tendo como referência a revisão bibliográfica apresentada durante todo o estudo. Por fim, apresenta-se as considerações finais das análises e reflexões com a realização da pesquisa sem, no entanto, pretender esgotar o assunto, frente a complexidade da temática e a evolução da ciência frente aos melhores procedimentos diante de Pessoas com Necessidades Especiais na perspectiva de inclusão.

A SITUAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS AO LONGO DA HISTÓRIA

Apesar da preocupação com as questões relativas à pessoa com deficiência, poucas são as medidas que contribuam para diminuir os estigmas e preconceitos que se contrapõem ao debate dos direitos e do atendimento às necessidades da pessoa com deficiência. Neste sentido, a construção deste trabalho liga-se à temática da deficiência e da inclusão social. Nota-se que a

referida temática vem ganhando visibilidade devido a um movimento, mais abrangente, de luta em favor dos segmentos excluídos socialmente. Esta parte do estudo trata do resgate histórico da Educação Especial e, entre outros pontos, enfatiza a trajetória histórica enquanto exclusão social; a Educação Especial no Brasil e a Declaração de Salamanca.

De acordo com as Diretrizes do Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre a Educação Inclusiva, toda a criança tem direito à Educação sem distinção de cor, raça, deficiência e etnia.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA ENQUANTO EXCLUSÃO SOCIAL

Para melhor compreensão da Educação Inclusiva no contexto atual, se faz necessário um resgate de sua trajetória histórica enquanto exclusão social. Verifica-se que a pessoa com Necessidades Especiais é marginalizada desde o início da civilização, por ser diferente, ou por ter algumas limitações que, associados ao pouco conhecimento da sociedade e às discussões no senso comum, se arrastam até os dias atuais. A história mostra que as pessoas com deficiências sempre foram consideradas um peso para os que as acompanham. O relato a seguir revela essa evidência:

[...]Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectam o rebanho, asfixiam os recém-nascidos mal constituídos, mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós a afogamos não se trata de ódio, mas de razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las [...] (Sêneca *apud* Carvalho, 1998, p.14)

Em uma sociedade de perfeitos ou de homem ideal, a pessoa com necessidades especiais era ignorada e excluída do convívio social, confinada na própria família ou em lugares secretos. A história da humanidade revela, desde os tempos mais remotos, a existência de pessoas deficientes, com relatos sobre suas dificuldades na vida cotidiana. Na Antiguidade, o tratamento destinado aos deficientes assumiu dois aspectos básicos: alguns os exterminaram, por considerá-los grave empecilho à sobrevivência do grupo, e outros os protegiam e sustentava-os para buscarem a simpatia dos deuses, ou como gratidão pelos esforços dos que se mutilavam na guerra.

Nas comunidades primitivas constituídas por nômades, esses indivíduos eram extremamente discriminados pela sociedade, visto que suas relações eram feitas baseadas na produção individual. Uma vez que o resultado da produção era demasiadamente exíguo, os mais fracos e as pessoas com necessidades especiais eram considerados um estorvo, não podiam contribuir em quase nada, nem mesmo conseguiam atacar ou se defender, eram assim sacrificados e chegavam, às vezes, a serem usados em ato de antropofagia - atitude tal que a sociedade justificava como uma questão de necessidade para a sobrevivência. Os hebreus, por exemplo, viam na deficiência física ou sensorial uma espécie de punição de Deus, e impediam qualquer pessoa com necessidades especiais de ter acesso à direção dos serviços religiosos.

Outro ponto de vista era o dos romanos, os quais eram regidos pela Lei das XII Tábuas, que autorizava os patriarcas a matarem seus filhos defeituosos, o mesmo ocorrendo em Esparta, onde os recém-nascidos frágeis ou deficientes eram lançados do alto do Taigeto (um abismo de mais de 2.400 metros de altitude, próximo de Esparta). Além disso, os Gregos faziam culto ao corpo e, por isso, o aspecto físico era extremamente valorizado, de maneira que se padronizou

um modelo de corpo a ser aceito na sociedade, o que excluía os deficientes. Na Idade Média, a exclusão já se caracterizava de uma outra forma: a sociedade passa a se sentir culpada, a ter piedade e a tentar reparar o problema. Pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetadas (provavelmente deficientes físicos, sensoriais e mentais), em função da assunção das ideias cristãs, não mais podiam ser exterminadas, já que também eram criaturas de Deus. Assim, eram aparentemente ignoradas à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humanas (Sasaki, 2000). Da mesma forma que, na Antiguidade, alguns continuavam a ser *aproveitados* como fonte de diversão, como bobos da corte, como material de exposição etc.

No século XIII começaram a surgir instituições para abrigar deficientes e as primeiras legislações sobre os cuidados a tomar com a sobrevivência e, sobretudo, com os bens dos deficientes mentais. A sociedade começava a admitir que os deficientes poderiam ser produtivos, desde que recebessem tratamento adequado. Aos poucos, a questão do deficiente saía dos limites do âmbito da Saúde para o âmbito da Educação Especial, garantida e regulamentada em leis.

As escolas passaram a oferecer aprendizagem de ofícios diversos, preparando, assim, o deficiente para o mercado de trabalho. Ressalta-se, porém, que a Educação profissional dada ao deficiente sempre visava alcançar vagas nas áreas operacionais, nunca em cargos superiores, dando a entender que a pessoa com deficiência era incapaz de assumir postos de mando. Como todo processo social, entretanto, este também é complexo e acontece de forma gradual. Afinal, para que a inclusão aconteça, é preciso modificar séculos de história, de preconceitos muito arraigados, de ambos os lados - e isso não acontece de um dia para o outro. Em conformidade com Carmo (1991),

[...] a evolução, nas diferentes culturas, de forma de tratamento atribuído às Pessoas Portadoras de Deficiência, por exemplo, na Antiguidade, podem-se observar basicamente dois tipos de atitudes. Uma atitude de aceitação, de tolerância, apoio e assimilação e uma outra de eliminação, menosprezo ou destruição (Carmo, 1991, p. 1).

Nas culturas primitivas, que sobreviviam basicamente da caça e da pesca, os idosos, os doentes e os deficientes físicos eram geralmente abandonados por um considerável número de tribos, em ambientes agrestes e perigosos e a morte se dava por inanição ou por ataques de animais ferozes. O estilo de vida nômade não somente dificultava a aceitação e a manutenção destas pessoas, consideradas dependentes, como também colocava em risco todo grupo, face aos perigos da época.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A experiência adquirida com a integração escolar e toda a reflexão que a mesma gerou sobre a escola que exclui uma parte considerável dos seus alunos, não somente os que se encontram em situação de deficiência, ajudou a desencadear o movimento da inclusão que pretende promover o sucesso pessoal e acadêmico de todos os alunos numa escola inclusiva (Sanches e Teodoro, 2007).

A inclusão escolar teve as suas origens no centro das pessoas em situação de deficiência

e insere-se nos grandes movimentos contra a exclusão social, como é o caso da emancipação feminina, tendo como princípio a defesa da justiça social, celebrando a diversidade humana (Ainscow e Ferreira, 2003). Por isso, muitos pensam que a inclusão escolar é para os jovens em situação de deficiência, mas não, ela deve contemplar todas as crianças e jovens a quem são atribuídas necessidades educativas.

Com a escola inclusiva, os alunos, *todos* os alunos, estão na escola para *aprender, participando*. Não é apenas a presença física, é a pertença à escola e ao grupo, de tal maneira que a criança/o jovem sente que pertence à escola e a escola sente responsabilidade pelo seu aluno (Rodrigues 2003), não é uma parte do todo, faz parte do todo (Correa, 2001).

Educação Inclusiva não significa Educação com representações e baixas expectativas em relação aos alunos, mas sim a compreensão do papel importante das situações estimulantes, com graus de dificuldade e de complexidade que confrontam os professores e os alunos com aprendizagens significativas, autênticos desafios à criatividade e à ruptura das ideias feitas, como foi o caso dos grandes pioneiros da Educação que acreditaram no grande papel que a Educação representava no acesso à cidadania dos mais desfavorecidos, sendo, então (como agora), chamados de loucos (Sanches e Teodoro, 2007).

A partir dos anos 1930, a sociedade civil começa a se organizar em associações de pessoas preocupadas com os problemas do portador de deficiência, e a esfera governamental prossegue desencadeando algumas ações visando a peculiaridade desse aluno. Um outro marco importante veio em seguida, que foi a criação da Pestalozzi do Brasil, no ano de 1945.

No ano de 1954 verificamos a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no Rio de Janeiro (RJ), e ressaltamos que tanto as APAEs quanto as Pestalozzi são instituições privadas, sem fins lucrativos e destinadas não só à Educação, mas ao atendimento, de uma forma geral, das pessoas portadoras de deficiência mental e múltiplas, acompanhada de outras deficiências.

Especificamente na área educacional pública, registramos ações por parte da Educação e Cultura, desde 1958, quando realizou a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Visuais”, posteriormente denominados “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Mentais” (CADEME) (Carmo, 1991).

Porém, observa-se que os princípios que nortearam a Educação de excepcionais foram, na verdade, determinados a partir da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que determinou o atendimento daquele segmento social, no que fosse possível, incorporado ao Sistema Regular de Ensino (SER), como oportuna integração à sociedade reconhecendo, ainda, a necessidade de manutenção das escolas especializadas para os casos impossíveis de atendimento na rede educacional (Carmo, 1991).

Essa situação foi enfatizada a partir de 1971, quando da elaboração da Lei nº 5.692, que veio fixar novas diretrizes para o ensino de 1ª e 2º grau cujos princípios preconizavam condições favoráveis para o atendimento individualizado, isto é, criava condições para atendimento das diferenças individuais do educando, principalmente por meio do artigo que determinava tratamento especial aos alunos excepcionais.

Relembrando as diversas declarações da Organização das Nações Unidas (ONU) que culminaram, em 1993, nas “Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência”, as quais exortam os Estados a assegurar que a Educação das Pessoas com Deficiência faça parte integrante do sistema educativo.

A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

Este é um ponto importante e de elevada significância para o cuidado com os portadores de necessidades especiais. Os delegados à Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais (CMSNEE), representando noventa e dois países e vinte cinco organizações internacionais, reunidos em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Julho de 1994, reafirmam, por este meio, o compromisso em prol da Educação *para Todos*, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a Educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de Educação, e sanciona, também por este meio, o “Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais”, de modo que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações. A intenção é assegurar que a Educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo.

Entre seus princípios fundamentais, acredita-se que esta iniciativa proclama que cada criança tem o direito fundamental à Educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; os sistemas de Educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades; as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através uma Pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades; as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a Educação para todos; além disso, proporcionam uma Educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

Através desta declaração, espera-se que todos os governos concedem a maior prioridade, através das medidas de política e através das medidas orçamentárias, ao desenvolvimento dos respectivos sistemas educativos, de modo que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais.

Assim, espera-se que os governos desenvolvam projetos demonstrativos e encorajem o intercâmbio com países que têm experiência de escolas inclusivas; estabeleçam mecanismos de planeamento, supervisão e avaliação educacional para crianças e adultos com necessidades educativas especiais, de modo descentralizado e participativo; encorajem e facilitem a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência no planeamento e na tomada de decisões sobre os serviços na área das necessidades educativas especiais.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

As *deficiências* não podem ser confundidas como doenças incuráveis e sim de limitações restritas que requerem um cuidado mais eficaz, que irá ajudar no processo de desenvolvimento. Diante disso, podemos verificar que a falta de informação e de incentivos de políticas públicas mais fortes e organizadas acaba excluindo os Portadores de Necessidades Educativas Especiais

a ter o acesso livre nas escolas regulares.

Reconhece-se no contexto escolar da Europa que, apesar de tantas línguas e alfabetos, a Escola é um patrimônio que pertence a todos os povos, ela não é privada de alguns inclusive para aquela criança nascida com algum tipo de deficiência que não deve ser impedida de conhecimentos. Está comprovado que quando a escola discrimina os mais frágeis, cresce a violência social (Sanches e Teodoro, 2009).

As políticas públicas adotadas no Brasil para a Educação Especial não foram pensadas somente em termos de território nacional. Elas sofreram influências implementadas a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos e a Conferência de Salamanca (1994). Através desta declaração e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB, 1996), os portadores de NEEs passam a ter o mesmo direito que os das crianças ditas normais à Educação, tendo a escola que se adaptar às necessidades do aluno, ou seja, incluí-la no processo educacional.

Segundo os fundamentos preconizados na declaração, são considerados não inclusos tanto aqueles intitulados deficientes físicos/mentais como grupos minoritários que não são abrangidos pela Educação. O acesso de todos à Educação viabiliza o desenvolvimento dos povos, porque há uma melhor distribuição de recursos, tanto na área privada quanto na pública. Há que se atentar para que a segregação imposta aos grupos seja eliminada com oportunidades igualitárias, com maior tolerância ao considerado diferente, quer física ou mentalmente.

Segundo a UNESCO (1994), as escolas regulares são os meios mais capazes para combater atitudes discriminatórias, criando e construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a Educação para todos. Entretanto, uma escola inclusiva deve estar preparada para dar condições e oportunidades às pessoas com NEEs para que desenvolvam seu lado social e intelectual junto com as outras crianças *ditas normais*, criando ambientes adequados e respeitando as dificuldades de cada um.

Para que a inclusão aconteça de forma concreta, a pessoa com NEEs deve se integrar no processo educacional, pois a escola inclusiva deve estar toda preparada para recebê-los. Assim, a partir de 1992, os Cursos de graduação em Educação Física, segundo Ribeiro *et al* (2004), passaram a ter como disciplina a Educação Física Adaptada, permitindo uma melhor preparação de Recursos Humanos (RH).

O Ministério de Estado da Educação e do Desporto, na Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994, em seu art. 2º recomenda:

[...] a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos-Ético-Políticos-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciência da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades. (Brasil, Port. 1.793/94).

Rodrigues *et al* (2004), alertam que:

É necessário, portanto, reconhecer as diferenças, identificar que o tempo não é igual para todos e que todos têm direitos iguais e, ainda, compreender que devemos

abandonar rótulos, classificações, conceitos e pré-conceitos que acabam sendo instalados e/ou formulados no coletivo social. Isso nos leva a refletir sobre o alicerce desse novo advento paradigmático, o sistema inclusivo na escola, no qual o professor de Educação física está inserido (Rodrigues *et al*, 2004, p.44).

Com isso, a Educação Física passa a rever seus conceitos buscando atender as pessoas com NEEs, dando condições à participação, respeitando suas limitações e potencialidades, além de uma melhoria da qualidade de vida.

DEFINIÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O termo deficiência vem sofrendo interpretações ao longo da história da sociedade, o que leva a mudanças na conceituação da pessoa com necessidades especiais. Tais mudanças são percebidas desde a concepção utilizada na época bíblica, quando as pessoas portadoras de deficiência eram identificadas como aleijadas, coxas e mancas. Este fato fazia com que fossem marginalizadas, excluídas do convívio social e, em alguns casos, eliminadas, pois, além de carregarem o estigma da deficiência, carregavam também a representação de algum mal praticado por seus genitores.

Essas terminologias avançam no tempo, porém, mantendo um caráter excludente, a exemplo da Reforma Protestante, em que os portadores de deficiência mental eram tidos por Calvino e Lutero como “*indivíduos possuídos por Satanás*” (Regen, *et al*, 1994, p.121).

Além do que, também, em outra fase da história da humanidade, esses mesmos indivíduos muitas vezes foram acusados de heresia pelos segmentos religiosos. No entanto, com o desenrolar dos séculos, com a evolução da Medicina e da Filosofia, a deficiência mental passa a ser encarada como uma questão para ser enfrentada pela área médica, constituindo-se em *fatalidade hereditária ou congênita*, sendo rotulados de *idiotas e cretinos*.

Partindo para os aspectos legais da conceituação da pessoa com necessidades especiais, tem-se como referência o Decreto nº 914 de 06/09/93 revogado pelo Decreto 3298/1999 que institui a Política Nacional para Integração da Pessoa com Necessidades Especiais (PNIPNE). No capítulo 1, artigo 3º encontra-se a seguinte definição:

Considera-se pessoa portadora deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas; anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gerem incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano (Brasil, 1999, p. 1).

Ao analisar a referida conceituação, destacam-se os termos “normal” e “anormal”. Segundo Ferreira (1986, p. 544), o primeiro diz do “que é segundo a norma, habitual, natural...” e o segundo refere-se ao que: “não é normal; que está fora da norma ou padrão; (...) diz-se do indivíduo cujo desenvolvimento físico, intelectual ou mental é defeituoso; (...) excepcional.”

AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Em relação às crianças portadoras de deficiência, nota-se que é visto como *igual*, portanto, na medida em que suas *diferenças* cada vez mais são situadas e se assemelham com

as diferenças intrínsecas existentes entre todos os seres humanos. Esse indivíduo poderá, então, dar passos maiores em direção à eliminação das discriminações, como consequência do respeito conquistado com a convivência, aumentando sua autoestima, porque passa a poder explicitar melhor seu potencial e pensamentos. Conforme Valente (1991),

[...] as crianças com deficiência (física, auditiva, visual ou mental) têm dificuldades que limitam sua capacidade de interagir com o mundo. Estas dificuldades podem impedir que estas crianças desenvolvam habilidades que formam a base do seu processo de aprendizagem (Valente, 1991, p. 1).

Se as crianças são construtoras do próprio conhecimento, quando com necessidades especiais essa construção, portanto, pode ser limitada pela restrita interação das mesmas com o seu ambiente. E é nesta interação que, segundo Papert (1994), através da ação física ou mental do indivíduo, se dão as condições para a construção do conhecimento.

E quando estas crianças com necessidades educacionais especiais ingressam em um sistema educativo tradicional, em uma escola tradicional, seja especial ou regular, frequentemente vivenciam interações que reforçam uma postura de passividade diante de sua realidade, de seu meio. Frequentemente são submetidas a um paradigma educacional no qual elas continuam a ser o objeto, e não o sujeito, de seus próprios processos. Paradigma esse que, ao contrário de educar para a independência, para a autonomia, para a liberdade no pensar e no agir, reforça esquemas de dependência e submissão. São vistas e tratadas como receptoras de informações e não como construtoras de seus próprios conhecimentos.

Um ambiente onde sejam valorizadas e estimuladas as suas criatividade e iniciativa, possibilitando uma maior interação com as pessoas e com o meio em que vivem, partindo não de suas limitações e dificuldades, mas da ênfase no potencial de desenvolvimento que cada um traz em si, confiando e apostando nas suas capacidades, aspirações mais profundas e desejos de crescimento e integração na comunidade.

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Em se tratando da questão da inclusão, é importante primeiramente compreender o papel da Educação no novo cenário atual. Nesse sentido, Nóvoa (2003, p. 39) afirma que não basta dizer, como se ouve por todo o lado, que é preciso fomentar a “aprendizagem permanente”. É preciso compreender o significado desta expressão e as suas consequências para a Educação. São muitos os desafios da escola no mundo contemporâneo. Assinalo apenas três.

Em primeiro lugar, a necessidade de construir um outro *modelo de escola*. Continuamos fechados num modelo de escola inventado no final do século XIX, e que já não serve para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo: escolas voltadas para dentro dos quatro muros, grades curriculares rígidas, professores fechados no interior das salas de aula, horários escolares desajustados, organização tradicional das turmas e dos ciclos de ensino etc. (Nóvoa, 2003).

Defendo, por isso, que é necessário repensar os modos de organização do trabalho escolar, desde a estrutura física das escolas até a estrutura curricular das disciplinas e dos programas, desde as formas de agrupamento e de acompanhamento dos alunos até as modalidades de recrutamento e de contratação dos professores. Temos de reinventar a escola se queremos que ela cumpra um papel relevante nas sociedades do século XXI (Nóvoa, 2003, p. 2).

Em segundo lugar, a importância de nunca renunciar ao conhecimento e à cultura. Quando se fala de *aprendizagem permanente*, há, por vezes, uma tendência para valorizar certas competências técnicas ou instrumentais em detrimento do conhecimento e da cultura. Fala-se do *aprender a aprender*, das capacidades de atualização e de procura autónoma do saber, das competências informáticas e outras. Tudo isto é verdade e deve ser levado em conta. Mas estas capacidades e competências não existem no *vazio*. Por isso, não nos devemos vergar às modas instrumentais e temos de manter uma grande atenção aos conhecimentos e às culturas que formam as nossas crianças (Nóvoa, 2003).

Em terceiro lugar, a tentativa de construir outro *modelo pedagógico*. A Pedagogia moderna, tal como se consolidou na transição do século XIX para o século XX, se assentava em um conjunto de convicções que, hoje em dia, necessitam ser revistas (Nóvoa, 2003).

OBSTÁCULOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola inclusiva, a escola de qualidade para todos os alunos (AINSCOW, 1991) faz-se por aqueles que se encontram em situações problemáticas e por todos os que no momento não vivenciam essas situações. Os primeiros têm de desejar e querer ultrapassar, até quanto for possível, a situação em que se encontram, e os segundos obrigam-se a ter a abertura e a disponibilidade necessárias para os deixar ir, até onde for possível, e a ajudar a criar as condições necessárias a essa realização. Uns e outros têm a ganhar e a perder na trajetória a percorrer, mas o resultado final será, decerto, positivo para ambas as partes (Sanches e Teodoro, 2007).

A construção da escola inclusiva é, também, uma tarefa dos professores, dos pais e dos governantes, na sua qualidade de agentes geradores e gestores de condições e de recursos e, ainda, protagonistas de mentalidades abertas à mudança e ao respeito e celebração da diversidade humana (Ainscow, 1999; Mittler, 2000).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa em fontes primárias, como a pesquisa de campo, conforme Andrade (2010, p. 104), “(...) baseia-se em documentos originais, que não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa, ou seja, foram coletados pela primeira vez pelo pesquisador para a solução do problema.” Primeiramente, a direção das escolas estaduais e a Secretaria Municipal de Educação foram procuradas, visando obter a permissão para a aplicação do questionário em seus estabelecimentos de ensino onde se encontram alunos portadores de NEEs.

De posse dessas autorizações verbais, o segundo passo foi procurar os docentes apontados pela chefia imediata, explicar o objetivo da pesquisa e combinar dia e horários convenientes a eles, para participarem da entrevista. O questionário (Apêndice A), conforme entendimento anterior junto aos participantes, foi aplicado na própria escola na qual trabalham em horário de Educação física onde os docentes estavam mais disponíveis pela atividade trabalhada naquela ocasião com os discentes, por solicitação da direção, o que acabou servindo como molde para as outras escolas. Durante a entrevista, alguns professores relataram casos envolvendo alunos da escola portadores de NEEs, como se verá oportunamente neste capítulo

que revela as entrevistas e dados recolhidos durante todo o processo de observação por parte da pesquisadora, frente ao escopo do estudo.

ENTREVISTAS COM OS DOCENTES

Para uma contextualização do perfil dos participantes da pesquisa, o quadro abaixo demonstra a distribuição dos professores por habilidades acadêmicas:

Quadro 1 - Distribuição dos professores por habilidades acadêmicas

HABILIDADES ACADÊMICAS	QUANTIDADE
Graduação	10
Pós-graduação <i>lato sensu</i>	09
Mestrado	01
Outros	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Os dados apontam que, conforme exige a Lei de Diretrizes e Bases do Brasil (LDB, 1996), todos os professores são graduados, sendo que dentre eles nove possuem também alguma pós-graduação *lato sensu* e apenas um docente possui pós-graduação *stricto sensu* (mestrado). Esse professor que possui titulação de mestre é o responsável pelos professores da rede municipal que possuem alunos com NEEs, além de também trabalhar diretamente com esses alunos especiais.

Quadro 2 - Caracterização dos participantes da amostra

TEMPO DE SERVIÇO	IDADE	SEXO (MASC./FEM.)	
1 a 5 anos	23 a 33 anos	3	7
6 a 10 anos	34 a 44 anos		
11 a 20 anos	45 a 55 anos		

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Compondo o perfil da amostragem, o quadro acima demonstra que entre os docentes 5% possuem entre 1 a 5 anos de tempo de serviço e idade compreendida entre 23 a 33 anos. O segundo grupo possui de 06 a 10 anos de tempo de serviço e faixa etária entre 34 a 44 anos; por fim, o terceiro grupo é formado por professores com onze a vinte anos de serviço e idade compreendida entre 45 e 55 anos.

Em se tratando do gênero, três dos professores são do sexo masculino e sete são do sexo feminino. De posse do perfil dos participantes da amostra, o segundo passo adotado foi apresentar as entrevistas realizadas com os docentes, identificados aleatoriamente por numeração, respeitando apenas a ordem de serem da mesma escola, antes de revelar a entrevista com os outros, e assim sucessivamente, evidenciando o que dizem (teoria) e a prática do processo de inclusão ou não dos discentes com necessidades educacionais especiais, nas escolas municipais de Vitória - ES, na atualidade.

Faz-se necessário ressaltar que as entrevistas evidenciam a fala dos professores e as observações feitas por essa pesquisadora durante as aulas de Educação física.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme apresentado no tópico anterior, as entrevistas, devidamente embasadas no referencial teórico utilizado no trabalho, evidenciaram o cotidiano dos professores de Educação física que atendem alunos com NEEs na rede municipal de ensino de Vitória-ES, na atualidade, assim como a concepção teórica de cada um sobre o processo de inclusão desses alunos especiais, sendo observado ainda é comparada, a teoria com a prática pedagógica de cada um dos entrevistados.

É importante salientar que o escopo desse estudo não é procurar culpados, mas analisar se realmente a prática encontrada nas escolas pesquisadas condiz com uma concepção inclusiva de Educação, não apenas escolar, mas também social. De posse das entrevistas, buscou-se caracterizar os alunos com NEEs atendidos nas escolas regulares municipais de Vitória-ES e a visão dos docentes sobre os desafios no trabalho com esses alunos em classes de ensino regular, sem especialistas para auxiliar nem formação adequada para tanto, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 3 - Caracterização dos alunos com NEEs atendidos nas escolas regulares municipais pesquisadas.

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	SEXO	
		(MAS./FEM.)	
06 A 10	08	03	05
11 A 15	06	05	01
16 A 17	02	01	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Todas as escolas nas quais os participantes da pesquisa trabalham possuem alunos com NEEs atendidos também nas aulas de Educação Física. Sendo assim, conforme o quadro acima ilustra a faixa etária dos discentes com NEEs está compreendida entre oito alunos entre 6 a 10 anos de idade; seis discentes entre 11 a 15 anos e dois alunos com idade entre 16 a 17 anos. Em relação ao gênero, 9 são do sexo masculino e 7 do sexo feminino. Entre as NEEs, a mais frequente é a Síndrome de Down, seguida por aqueles não diagnosticados clinicamente, mas que apresentam NEEs. É preciso ressaltar que dentre os alunos atendidos, 11 são frequentes e 5 por razões de tratamento costumam se ausentar da escola com assiduidade, num total de três meninos e duas meninas. Devido ao fato do projeto ser fundamentado nas aulas de Educação Física, no turno matutino e vespertino foi feito um levantamento do número e tipo de alunos com NEEs incluídos nesses horários escolares. De acordo com esse levantamento foram obtidos os seguintes dados:

Quadro 4 - Tipos de deficiências mais comuns nas escolas pesquisadas

TIPOS DE DEFICIÊNCIAS	MATUTIN	VESPERTIN
	O	O
Deficiência Visual	3	0
Deficiência Auditiva	5	0
Deficiência Mental	10	4
Deficiência Física	1	1
Deficiências Múltiplas	0	1
Condutas Típicas	11	2
Não diagnosticado clinicamente	13	12

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Como demonstrado acima, as escolas possuem uma diversidade de alunos com NEEs, o que exige um trabalho diferenciado para que a inclusão de fato ocorra, pois trabalhar com um aluno com deficiência mental exige metodologia diferente do que trabalhar com um deficiente físico.

Outra questão relevante a ser destacada é que os alunos considerados normais, demonstraram em todas as escolas onde a pesquisa foi realizada, uma solidariedade, paciência, para com os colegas com NEEs, exceto com um aluno que tem deficiência mental e se torna agressivo de uma hora para outra, deixando os discentes assustados, e, talvez por isso, mantêmham distância.

No que se refere às dificuldades descritas pelos docentes no trabalho regular com os portadores de NEEs, o quadro a seguir aponta na ordem de ocorrência, os comportamentos mais citados pelos participantes da amostra e a porcentagem de ocorrência de cada um.

Quadro 5 - Principais dificuldades no comportamento das crianças com NEEs

DIFICULDADES/ATITUDES	%
Memorizar	70%
Concentrar na atividade	70%
Dificuldades de comunicação	70%
Entender a atividade proposta	60%
Participar das atividades	40%
Interagir com os outros alunos	30%
Resistência às mudanças	30%
Ficar tocando na genitália e masturbar*	20%

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

* Essa é uma atitude presente apenas em alguns alunos portadores da Síndrome de Down.

Quando questionados sobre as principais dificuldades no comportamento dos alunos com NEEs, o primeiro fator citado por 70% dos pesquisados foi a dificuldade em memorizar o que é ensinado; em segundo lugar foi concentrar nas atividades (70%); em terceiro lugar foi citada a dificuldade de comunicação. Já em quarto lugar ficou a dificuldade em entender as atividades propostas (60%); em quinto lugar foi mencionado o fato de não participarem das atividades (40%); em sexto e sétimo lugar, respectivamente, foram mencionados a dificuldade em interagir com os outros alunos (30%) e resistência às mudanças, encontrada entre os alunos autistas; em sétimo lugar o hábito compulsivo de ficarem tocando a genitália e se masturbando, especialmente os garotos com Necessidades Educativas Especiais (20%).

Diante do questionamento do que pensam sobre a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) no ensino regular, 50% dos professores afirmaram discordarem, nas condições em que isso ocorre nas escolas públicas municipais de Vitória - ES; 30% concordam parcialmente com o processo de inclusão e 20% dos entrevistados disseram que concordam com a política de inclusão em escolas regulares. O número de professores que trabalham diretamente com alunos com NEEs, e mesmo assim são contrários à inclusão desse público em escolas regulares é significativo e reflete a ausência na prática, de um suporte interdisciplinar de apoio ao trabalho dos docentes, como fonoaudiólogos, família e psicólogos, como discrimina a própria LDB: “haverá quando necessário serviços de apoio especializado,

na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de Educação especial.” (LDB, 1996, art. 5º, §1º). Mas a realidade é outra e os docentes entrevistados trabalham sozinhos nesse aspecto.

Os 30 % dos docentes entrevistados disseram que concordam parcialmente com a política de inclusão em escolas regulares, com ressalvas, ou seja, não da forma como é feito, tratando todos os discentes com NEEs como se tivessem a mesma deficiência. Citam, por exemplo, que há uma diferença enorme entre incluir nas aulas de Educação física um deficiente físico, um deficiente visual ou um aluno com Necessidades Educativas Especiais.

Já os 20% dos entrevistados que disseram concordar com a política de inclusão em escolas regulares, justificam sua posição, pelo entendimento de que, todos os alunos, independente da diferença que apresentam no processo de ensino aprendizagem, precisam conviver rotineiramente com alunos sem necessidades educacionais especiais, como forma de motivação e inclusão social e não ficam segregados. Considerando a investigação feita, observou-se que a Inclusão da pessoa com deficiência na escola regular é um processo que exige respeito, dedicação e compreensão ao próximo, tanto das instituições de ensino, das pessoas que recebem este aluno, aceitando as diferenças de cada um, como das famílias em facilitarem o processo de inclusão do filho com NEEs, já que conhece melhor do que ninguém o que facilita a aproximação e comunicação com a criança ou adolescente.

A nova Política de Educação Inclusiva enquanto política pública, tem sustentado novas propostas no campo da Educação Especial, no que diz respeito à formação dos profissionais para atuarem na área, organização dos serviços e as características dos alunos que compõem este universo. É possível observar ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação com o objetivo de consolidar a Educação Inclusiva nas políticas nacionais.

Faz-se necessário rever os conceitos da Educação Inclusiva, pois ela é o principal alicerce para o desenvolvimento social das pessoas com deficiência. Entretanto se deve ressaltar que deixar um aluno com necessidades educacionais especiais em uma sala regular e não atender às suas necessidades, não é inclusão, pois as dificuldades existem e quando passamos a observá-las de forma crítica o trabalho, pode ser mais bem planejado. Portanto, é essencial que o poder público, federal, estadual e municipal encare os problemas referentes à Educação para todos de frente, não como um favor à população e sim como um direito, embasado na dignidade da pessoa humana, base da Constituição de 1988, considerada a Constituição cidadã.

Sabe-se que tratar de inclusão escolar de fato ainda é algo relativamente novo, não se tem um único método ou fórmula para ter êxito no que tange à prática inclusiva. Propor medidas, conceitos e avaliações educacionais sobre como ensinar e como aperfeiçoar os docentes para esse tipo de Educação torna-se a ferramenta imprescindível ao alcance dos objetivos que a escola inclusiva propõe ao aluno com NEE's. Priorizar a qualidade do ensino é um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores. É um compromisso inadiável das escolas, pois a Educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, mas impossível de se efetivar por meio dos modelos tradicionais de organização do sistema escolar.

A lei diz que é direito de todos à Educação, portanto cabe à escola aprender a conviver com as diferenças e traçar caminhos que levem de fato à inclusão. A LDB fala de igualdade, respeito, qualidade dos direitos, cabe a todos nós cumpri-las ou cobrar o seu cumprimento para que os alunos com deficiência sejam realmente atendidos na sociedade e na escola, pois tratar da Educação para todos é uma tarefa inacabada, como vimos a todo o momento leis, decretos e declarações são aperfeiçoados para o cumprimento da inclusão. Cabe a nós como cidadãos com

direitos e deveres fazer jus ao que se referem às constituições inclusivas encarando todo esse paradigma de frente com o compromisso de respeitar as diferenças na igualdade do ensino.

Outro fator que merece ser ressaltado é que são muitos alunos dentro das salas de aula e apenas um professor para lidar com o pedagógico de todos, além dos aspectos comportamentais e atitudinais, uma vez que a Educação é um direito de todos, inclusive dos que não possuem NEEs. Assim, foi possível perceber que os estagiários - não profissionais especializados como prevê a LDB – ficam apenas com os alunos especiais, sem saber muito o que fazer com eles. Funcionam mais como babá do que como articuladores de um processo de ensino aprendizagem, o que sobrecarrega o docente responsável pela turma.

Em contrapartida, pudemos perceber que um fator importante para o ótimo desenvolvimento desses alunos é a motivação e o estímulo dado por alguns professores. Esta questão da motivação, fez com que ocorresse o processo de integração de alunos com NEE's nas aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso frisar que esse estudo tem como paradigma a necessidade de se promover a inclusão de pessoas com NEEs em escolas regulares, mas defendendo que isso aconteça com seriedade e responsabilidade, com as ferramentas e recursos humanos essenciais para que essa inserção seja acompanhada de desenvolvimento pleno das potencialidades de cada aluno, pois a Educação, direito de todos, é um dever não só do professor, mas do Estado, da família e da sociedade, como apregoa a Constituição Federal brasileira.

Com todos os percalços culturais, estruturais e materiais que foram apontados no decorrer da pesquisa, não se pode anular os resultados que a proposta de inclusão escolar exerce na vida dos educandos com necessidades educacionais especiais e suas famílias. A descoberta de possibilidades de aprendizagem, de autonomia, e construção de vida, não pode ser ofuscada pelas dificuldades estruturais que a prática da inclusão escolar ainda enfrenta.

O preconceito e a falta de informação praticamente generalizada também é um fator dificultador para a implementação eficiente de políticas públicas e sociais includentes. Segundo Beyer (2006) é importante que haja esta discussão entre pais e os professores. A participação dos pais é bem-vinda e deve ser encorajada, já que auxilia na transferência das aprendizagens realizadas na escola e no lar.

A formação continuada dos educadores em especialização para identificar, compreender, traçar planos de acordo com as Diretrizes Curriculares específicas e, finalmente, abordarem e ministrarem os conteúdos comuns de forma profissional e observando as características de cada dificuldade, de acordo com a síndrome também faz parte deste esforço no sentido de privilegiar o pleno e satisfatório atendimento a esta clientela diferenciada do alunado. A participação de todos os atores, sociedade, educadores, Governo e organizações não governamentais revela-se como definitiva para o alcance do sucesso na inclusão destes alunos especiais, cumprindo os comandos constitucionais do princípio da isonomia, em que todos são iguais perante a lei e da obrigatoriedade da Educação pelo Estado, pela escola e pela família.

Algumas pessoas acreditam que a escola deve apenas ensinar a leitura, a escrita e a matemática, contudo há a necessidade dos conteúdos acadêmicos básicos para os alunos com

Necessidades Educativas Especiais e somente através de um bom programa educacional esses alunos serão preparados para todas as áreas da vida.

É importante que sejam propostas situações possíveis de serem realizadas por esses alunos e que dependam de um bom desempenho escolar. Cada aluno tem seu próprio potencial que deve ser explorado, avaliado e depois desafiado. O bom desempenho eleva a auto-estima e motiva para novas aprendizagens.

Por isso é mister que os alunos com Necessidades Educativas Especiais tenham na escola uma parceria positiva que as estimule, que fortaleça sua motivação e interfira no seu processo ensino-aprendizagem de forma proeminente. O maior objetivo do currículo, no contexto da escola regular, voltado para o aluno com Necessidades Educativas Especiais, deve ser a promoção da autonomia. O aluno deve aprender a interagir com todas as pessoas e atuar no mundo ciente de seus deveres e direitos.

Segundo Beyer (2006) algumas ações concentradas no reconhecimento visual e habilidade visual facilitam o aprendizado dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, como por exemplo, atividades que propiciem o uso de sinais, gestos e apoio visual, que desenvolvam a escrita, que demonstrem atitudes e comportamentos positivos dos colegas e adultos, para tanto se faz necessário a utilização de material prático e de manipulação. Essas ações são imprescindíveis para o desenvolvimento cognitivo dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, assim como a estimulação das habilidades motoras. Testes de visão e de audição também são indispensáveis, a fim de identificar o mais cedo possível qualquer diminuição ou perda, para que seja ofertada a esse aluno a adequação necessária para o seu desenvolvimento. Atividades que estimulem a oralidade, memória, capacidade de concentração, consolidação e retenção do conteúdo, generalização, pensamento abstrato, raciocínio, organização sequencial, constituem atitudes positivas indispensáveis para o processo ensino-aprendizagem dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Alguns têm perda sensorial-neural, causada por no desenvolvimento do ouvido e nervos auditivos, outros por infecções respiratórias que costumam acometê-los em razão do estreitamento dos canais auditivos. É, sobretudo, importante checar audição, porque isso afetará diretamente a fala e a linguagem. Respostas inconsistentes podem informar diminuição auditiva ao invés de falta de entendimento ou atitude indesejada, por isso se faz necessária a estimulação.

A flacidez muscular, hipotonia é comum entre as pessoas com Necessidades Educativas Especiais, o que pode afetar a habilidade motora fina e grossa, atrasar as fases do desenvolvimento motor, em consequência restringir as experiências nos primeiros anos de vida e tornar a aquisição cognitiva mais lenta. O processo de escrita pode ser afetado. A fala e a linguagem também são aspectos que são comprometidos, por esta razão esses alunos devem ser frequentemente atendidos por fonoaudiólogos, para promoverem através de atividades específicas, essas capacidades. Esse comprometimento se dá devido a uma combinação de fatores, alguns físicos e outros cognitivos e de percepção. A dificuldade no aprendizado e entendimento do uso da linguagem pode ocasionar problemas na aquisição do conhecimento. Portanto, o nível de domínio da linguagem influenciará diretamente no acesso ao currículo escolar. A combinação da boca menor com músculos desta e da língua mais fracos torna a expressão das palavras mais difícil, além disso, quanto maior a frase, as dificuldades de articulação das palavras aumentam.

Esses problemas, por diversas vezes, significam a negação de oportunidades de manter uma conversação. As pessoas costumam fazer perguntas fechadas, ou interromper a fala das pessoas com Necessidades Educativas Especiais, a fim de terminarem a frase, sem lhes darem tempo para elaboração da fala.

As pessoas com Necessidades Educativas Especiais possuem habilidades receptivas mais aguçadas do que de expressão. Isto é, elas entendem melhor do que são capazes de demonstrarem. Por isso, muitas vezes as aptidões destes alunos são subestimadas. O déficit de memória auditiva recente e na habilidade de processamento é outra característica da Síndrome, o que acarreta problemas também na linguagem. Porque a memória auditiva recente é a memória armazenada utilizada para manter, processar, entender e assimilar a língua falada naquele espaço de tempo satisfatório para se sustentar a conversação.

Por este motivo, apresentam dificuldade em seguir e lembrar-se de instruções orais. Desta forma essa habilidade deve ser treinada, através de materiais visuais práticos e concretos, para reforçarem as informações auditivas, pois possuem boa habilidade visual, mas não são bons aprendizes auditivos. A capacidade de concentração do mesmo modo é breve e facilmente eles se distraem, decorre daí a necessidade de um apoio individual especializado para garantir o aprendizado desses alunos. A generalização, o pensamento abstrato e o raciocínio são habilidades que em consequência da dificuldade na fala também sofrem prejuízos. Apresentam dificuldade em transferir suas capacidades de uma situação para outra. Os conceitos e assuntos abstratos, assim como o raciocínio lógico também podem ser afetados.

Por isso, a consolidação da retenção em geral demanda mais tempo para ocorrer, assim é importante a rotina, conservar a estrutura do ambiente e aprendizado, atividades claras, concisas são de grande valia para o aprendiz. As ocorrências informais e desestruturadas são desafios necessários.

Estas situações foram apresentadas para justificar a importância da adaptação curricular tanto de pequeno, quanto de grande porte quando ocorrer o caso, da metodologia apropriada a esse público-alvo, isto é, aprendizagem do concreto ao abstrato, ritmo apropriado no processo ensino-aprendizagem e repetição de conteúdos, currículo que contemple temas acadêmicos e funcionais necessários à vida cotidiana e finalmente a terminalidade específica nos ditames da lei, quando for o caso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSCOW, Mel; FERREIRA, Windyz. Compreendendo a Educação Inclusiva. Algumas reflexões sobre experiências internacionais. In: RODRIGUES, D. (Org.), *Perspectivas sobre a inclusão. Da Educação à sociedade*. Porto: Porto Editora, 2003.
- ANDRADE, Maria Margarida. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BEYER, Hugo Otto. *Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006
- BRASIL. *A Educação Especial no Contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações – Câmaras dos Deputados, 1999.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: D.O.U. de 21 dez. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.
- CARMO, Apolônio Abadio do. *Deficiência Física: A Sociedade Brasileira Cria, Recupera e Discrimina*. Brasília: Secretaria do Desporto, PR, 1991.
- CARVALHO, Rosita E. *Temas em Educação Especial*. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1998/1997.
- CORREIA, Luís. *Educação Inclusiva ou Educação apropriada?* In: Rodrigues, D. (Org.). *Educação e Diferença. Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva*. Porto: Porto Editora, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- MITTLER, Peter. *Working Towards Inclusive Schools: Social Contexts*. London: David Fulton Publishers Ltd. 2000. (Trad. livre).
- NÓVOA, António. *Entrevista a António Nóvoa*. Centro de Referência em Educação. São Paulo para o 25º ISCHE (*International Standing Conference for the History of Education*). São Paulo, 2003.
- PAPERT, S. *Logo: computadores e Educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- REGEN, M. *et al.* *Mães e filhos especiais: Relatos de experiências com grupos de mães de crianças com deficiência*. Brasília: CORDE, 1994.
- SANCHES, Isabel; TEODORO António. *Procurando indicadores de Educação Inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 2007, 20(2), pp. 105-14.
- SASSAKI, R.K. *Inclusão. Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997/2000.
- RODRIGUES, G.M. *et al.* *Demarcações sociais e as relações didáticas na escola: considerações acerca da inclusão*. *Revista brasileira de ciências do esporte*. Campinas, v. 25, n. 3, p. 43-56, maio 2004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). *Declaração De Salamanca E Enquadramento Da Ação Na Área Das Necessidades Educativas Especiais*. Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, 1994. Disponível em <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>. Acesso em: 19 out. 2014.
- VALENTE, R.S. *Um estudo descritivo de uma instituição educacional para pessoas portadoras de distúrbios emocionais*. São Carlos: UFSCar/PPGEEs, 1991.

DIREITOS HUMANOS EM FOCO: ACESSO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

HUMAN RIGHTS IN FOCUS: ACCESS AND INCLUSION OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN BRAZILIAN SCHOOLS

LOS DERECHOS HUMANOS EN EL FOCO: ACCESO E INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON DISCAPACIDAD INTELLECTUAL EN LAS ESCUELAS BRASILEÑAS

Fátima Alessandra da Cruz Cerveira

xanda2108@gmail.com

<https://lattes.cnpq.br/1739949601122679>

CERVEIRA, Fátima Alessandra da Cruz. **Direitos Humanos em foco: Acesso e inclusão de estudantes com deficiência intelectual nas escolas brasileiras.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 302 – 308, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Machado - <http://lattes.cnpq.br/0276964364879461>

RESUMO

Os direitos humanos são essenciais para a vivência com dignidade de todos os indivíduos, reconhecidos oficialmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, que estabelece garantias essenciais à vida. Esses direitos devem ser garantidos a todos, sem discriminação. Desta forma, a inclusão no ambiente escolar se constitui como um direito que deve ser garantido aos estudantes com necessidades especiais, e da mesma forma aos estudantes com Deficiência Intelectual (DI). No Brasil, a inclusão na educação é promovida por leis que visam amparar os alunos com necessidades especiais. Apesar das legislações em vigor, a exclusão destes estudantes persiste nas escolas. O artigo a seguir, destaca a importância da educação especial e a inclusão de estudantes com Deficiência Intelectual, detalhando características e classificações da mesma, além dos níveis de apoio necessários. A importância de um diagnóstico cuidadoso que leve em conta as limitações relevantes no funcionamento intelectual e adaptativo, dentro de uma abordagem contextualizada. O papel da escola como um espaço crucial para o desenvolvimento de estudantes com deficiência intelectual, sendo necessário aprimorar as práticas pedagógicas inclusivas. Para tanto, a educação é vista como prioridade na inclusão de todos, em especial dos estudantes com Deficiência Intelectual, reforçando ações que garantam seus direitos humanos e incentivem um ambiente educacional justo e igualitário.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Inclusão. Deficiência Intelectual.

SUMMARY

Human rights are essential for all individuals to live with dignity, officially recognized by the UN Universal Declaration of Human Rights, which establishes essential guarantees for life. These rights must be guaranteed to everyone, without discrimination. In this way, inclusion in the school environment constitutes a right that must be guaranteed to students with special needs, and likewise to students with Intellectual Disabilities (ID). In Brazil, inclusion in education is promoted by laws that aim to support students with special needs. Despite current legislation, the exclusion of these students persists in schools. The following article highlights the importance of special education and the inclusion of students with Intellectual Disabilities, detailing its characteristics and classifications, in addition to the necessary levels of support. The importance of a careful diagnosis is that it takes into account relevant limitations in intellectual and adaptive functioning, within a contextualized approach. The role of the school as a crucial space for the development of students with intellectual disabilities makes it necessary to improve inclusive pedagogical practices. To this end, education is seen as a priority in the inclusion of everyone, especially students with Intellectual Disabilities, reinforcing actions that guarantee their human rights and encourage a fair and egalitarian educational environment.

Keywords: Human Rights. Inclusion. Intellectual Disability.

RESUMEN

Los derechos humanos son esenciales para vivir con dignidad para todas las personas, reconocidos oficialmente por la Declaración Universal de Derechos Humanos de la ONU, que establece garantías esenciales para la vida. Estos derechos deben garantizarse a todos, sin discriminación. De esta manera, incluso el ambiente escolar constituye un derecho que debe ser garantizado a los estudiantes con necesidades especiales, y también a los estudiantes con Discapacidad Intelectual (DI). En Brasil, no, incluso la educación es promovida por leyes que

apuntan a proteger a los estudiantes con necesidades especiales. A pesar de la legislación actual, sólo estos estudiantes permanecen en las escuelas. El siguiente artículo destaca la importancia de la educación especial e incluso de los estudiantes con discapacidad intelectual, detallando sus características y clasificaciones, así como dos niveles de apoyo necesarios. La importancia de un diagnóstico cuidadoso es que toma en cuenta limitaciones relevantes en el funcionamiento intelectual y adaptativo, dentro de un enfoque contextualizado. El papel de la escuela como espacio crucial para el desarrollo de los estudiantes con discapacidad intelectual hace necesario promover prácticas pedagógicas inclusivas. Por lo tanto, la educación es vista como una prioridad, incluyendo a todos, especialmente a dos estudiantes con Discapacidad Intelectual, reforzando acciones que garanticen sus derechos humanos y fomenten un ambiente educativo justo e igualitario.

Palabras clave: Derechos humanos. Inclusión. Discapacidad intelectual.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os direitos humanos são frequentemente reconhecidos como intrínsecos à experiência humana, em virtude do status de oficialidade conferido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta, por sua vez, constitui um documento ratificado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, estabelecendo as garantias que devem ser inerentes à vida de um ser humano. Em teoria, o mero fato de pertencer à espécie humana deveria assegurar a todos esses direitos.

Todos os indivíduos devem ser contemplados por esses direitos, sem qualquer forma de discriminação, visto que, os direitos humanos abarcam o direito à vida e à liberdade, a liberdade de opinião e expressão, assim como o direito ao trabalho e à educação, dentre outros.

É imprescindível enfatizar que os direitos humanos são o reconhecimento de que, independentemente das pluralidades presentes entre os seres humanos, há fundamentos básicos da vida humana que devem ser respeitados e assegurados. Dentre esses fundamentos está o direito à inclusão escolar.

Segundo Jucá; Monteschio; Knoerr, (2018,) a inclusão na sociedade é um direito fundamental do indivíduo, direta e imediatamente, existindo em si, mas, além disto, é pressuposto material para o exercício e fruição de todos os outros direitos. Através da inclusão se constroi o valor e a ideia de pertencimento, porque só se sentindo integrante da sociedade, o indivíduo pode assumir seus deveres e exercer seus direitos. (p.479)

Dentro do ambiente escolar, a inclusão é garantida pela Constituição Federal de 1988, onde a educação é considerada direito de todos, dever do Estado e família, sendo promovida e incentivada juntamente com a sociedade, propiciando o desenvolvimento pessoal, o preparo para exercer a cidadania e qualificação para o trabalho.

No Brasil, a implementação da inclusão é pontuada por um conjunto de leis e documentos subsidiários oficiais, que possibilitam a criação e a execução de políticas públicas tanto de uma educação inclusiva quanto de formação de professores, na tentativa de amenizar os efeitos da exclusão e atender à nova ordem vigente de educar a todos, principalmente, para o trabalho. (Almeida, 2007, p.329).

O capítulo V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), aborda a temática da educação especial, como uma modalidade de educação escolar, sendo oferecida preferencialmente pelo ensino regular, para alunos com necessidades especiais, oferecendo quando necessário serviço de apoio especializado, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial, sendo dever constitucional do Estado, oferecer educação especial.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.03), as instituições de ensino devem receber todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais,

emocionais, linguísticas ou outras. Contudo, ainda na contemporaneidade, observamos em nossas escolas a exclusão de estudantes com necessidades especiais do processo educativo.

A proposição deste trabalho é demonstrar a pertinência da educação especial no elenco dos direitos humanos, buscando identificar a preeminência da inclusão frente às necessidades especiais dos estudantes. Com esse intuito, o foco principal será a deficiência intelectual, visto que esta perpassa diversas síndromes que causam as dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Será identificadas suas características, além da apresentação de propostas de estratégias destinadas a fomentar respostas educacionais às demandas dos estudantes.

ADENTRANDO AS ESPECIFICIDADES DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A conceituação de deficiência intelectual sofreu alterações ao longo do tempo, incluindo, por exemplo, a alteração da terminologia utilizada. De acordo com Shogren (2010, p.6, apud Leonardo; Silva; Leal, 2021, p.326) a Associação Americana em Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento, incluiu a alteração da expressão “retardo/deficiência mental” para deficiência intelectual com a seguinte formulação: Deficiência intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizado, resolução de problemas) quanto no comportamento adaptativo que cobre uma gama de habilidades sociais e práticas do dia a dia, esta deficiência se origina antes da idade de 18 anos.

Infere-se da definição que a deficiência intelectual não constitui um traço da pessoa, mas sim uma condição específica de funcionamento. Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, publicado pela APA-Associação Americana de Psiquiatria (2014, p.75), as principais características da deficiência intelectual abarcam comprometimentos nas funções cognitivas que envolvem raciocínio, resolução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, formação de juízos, aprendizado por meio da educação formal e compreensão prática derivada da experiência.

Segundo APA(2014, p.81) uma outra característica diz respeito a déficits no funcionamento adaptativo, que abrange três áreas: conceitual, social e prático. A área conceitual refere-se à memória, ao raciocínio matemático, à leitura e à escrita, assim como à linguagem e à resolução de problemas; a área social envolve empatia, habilidades comunicativas, julgamento social e a percepção dos pensamentos, sentimentos e experiências alheias. Por sua vez, a área prática compreende aprendizado e autogestão, cuidados pessoais, manejo financeiro, organização de tarefas, entre outros aspectos. Por fim, a deficiência intelectual é também caracterizada por seu surgimento durante o período de desenvolvimento.

Ainda segundo APA(2014, p.77). A deficiência intelectual pode ser classificada em leve, moderada, grave e profunda; com base no funcionamento intelectual do indivíduo. No entanto, é o funcionamento adaptativo que determina o nível de apoio necessário que esse indivíduo precisa para realizar diversas atividades

Baseado nessa classificação, Almeida(2012, p.58) estabelece quatro categorias de suporte/apoio para indivíduos com deficiência intelectual: apoio intermitente, apoio limitado, apoio amplo e apoio permanente.

O apoio intermitente é disponibilizado de acordo com as necessidades do sujeito. Apresenta-se como de natureza episódica, uma vez que o indivíduo não requer este suporte continuamente. Comumente, sua necessidade surge por intervalos breves em momentos de transição na vida, tais como a demissão ou uma emergência médica súbita. O auxílio intermitente pode variar em intensidade, sendo classificado como alto ou baixo.

A intensidade de apoio limitado possui uma característica de permanência ao longo do tempo. Um exemplo disso é a capacitação para o ingresso no mercado de trabalho por um período determinado ou o suporte na transição da vida escolar para a vida adulta.

O apoio amplo é definido pelo fornecimento contínuo de assistência (como, por exemplo, apoio diário) em diversos contextos (tais como no ambiente laboral ou escolar) e não restrito a um período específico (por exemplo, assistência duradoura nas atividades cotidianas).

Já o apoio permanente, possui como características a constância e a elevada intensidade. Está presente nos contextos em que o indivíduo habita e é essencial para a manutenção da vida pessoal. Embora tenham ocorrido progressos em relação aos níveis de suporte destinados ao desenvolvimento nas áreas de condutas adaptativas, ainda há uma ausência em relação aos instrumentos padronizados ou outras metodologias para a avaliação dessas condutas.

ENTRE SINAIS E SINTOMAS: COMO REALIZAR UM DIAGNÓSTICO PRECISO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Para que o diagnóstico seja válido, é imprescindível que as limitações intelectuais e adaptativas, determinadas pelos instrumentos de avaliação, possuam significados culturais e sejam qualificadas como deficitárias. Vários parâmetros influenciam essa qualificação: os padrões de referência do ambiente ao redor, em relação ao que é considerado desempenho normal ou comportamento desviante; a intensidade e a natureza das exigências sociais; as características do grupo de referência com o qual a pessoa está sendo avaliada; a definição etária do período de desenvolvimento considerado, convencionalmente estabelecida aos dezoito anos. Assim, os indicadores de atraso devem se manifestar, portanto, na infância ou adolescência.

Destaca-se a importância de ressaltar que não existem instrumentos padronizados destinados à mensuração das condutas adaptativas dos indivíduos e dos níveis de apoio por eles requeridos. Dessa forma, um indivíduo não pode ser diagnosticado com deficiência intelectual apenas com base em testes de quociente de inteligência (QI); é necessário recorrer a outros testes que identifiquem limitações no comportamento adaptativo, os quais abrangem habilidades conceituais, sociais e práticas. É imprescindível levar em conta o contexto cultural e comunitário do indivíduo, bem como a diversidade linguística e as distinções culturais presentes.

A determinação do fator etiológico da Deficiência Mental possibilita a implementação de estratégias para sua prevenção e controle. Contudo, frequentemente, a identificação das causas apresenta dificuldades, transformando-as em fatores suspeitos ou hipóteses basais que ainda não foram confirmadas. Na área da medicina, existem diversos livros que abordam as causas da deficiência intelectual, resultado de anos de investigação.

Em determinadas situações, diversos fatores podem estar envolvidos simultaneamente. Segundo Gonçalves e Machado (2008, p.69) os fatores etiológicos da Deficiência Mental podem ter origem genética, ambiental, ser multifatoriais ou possuir causas desconhecidas.

Apesar da grande variabilidade desses fatores etiológicos, é possível ainda categorizá-los em pré-natais (que incluem origem genética, ambiental e multifatorial), perinatais (de natureza ambiental) e pós-natais (também de caráter ambiental). Em contrapartida, aproximadamente dois terços dos casos leves e um terço dos casos severos permanecem sem causas identificáveis, o que ressalta a importância de investigações adicionais.

ABORDAGENS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS VOLTADAS À GARANTIA DOS DIREITOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A escola desempenha um papel crucial no desenvolvimento de estudantes com deficiência intelectual. Enfrentar o desafio de estabelecer contextos colaborativos de aprendizagem que valorizem os processos de mediação e permitam uma intervenção direta nas condições pedagógicas voltadas para esses estudantes. Pesquisadores do campo têm destacado abordagens destinadas a proporcionar respostas educativas às demandas dos estudantes, o que implica na necessidade de adaptações de diferentes escalas, tanto em ambientes regulares quanto em classes especiais e no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Dados e vivências consolidadas apontam que a formulação de determinadas estratégias pode ser fundamental para estabelecer um ambiente inclusivo, tendo em vista que cada docente possui seu próprio método de ensino. Dessa forma, ao incluir um estudante com deficiência intelectual, o professor é impulsionado a reconsiderar sua prática pedagógica e a explorar novas formas de instrução.

O ambiente de uma classe inclusiva precisa ser rico para todos os alunos, dando-lhes a oportunidade de experienciar diferentes tipos de métodos de aprendizagem, de forma que a interação entre os alunos aconteça formal ou informalmente. Para evitar uma atitude passiva e a falta de iniciativa de alguns alunos, os professores necessitam intervir na construção de estratégias que melhorem o crescimento social positivo de cada aluno. (São Paulo, 2012, p.108)

Seguindo as orientações de Paniagua e Palacios (2007, p. 107-127), é possível elencar abordagens e métodos direcionados ao progresso de ensino-aprendizagem do estudante com deficiência intelectual, entre elas, a centralização das atividades deve se dar nas aprendizagens funcionais, priorizando o trabalho individual ou em pequenos grupos. É recomendável a utilização de pistas gestuais e chaves visuais para facilitar a compreensão de mensagens e situações. Além disso, é importante proporcionar assistência adulta de maneira sistemática, ajustando gradualmente o nível de ajuda ou intensificando os desafios propostos. As atividades devem ser desmembradas em etapas menores, evitando a superproteção por parte de adultos e colegas. O reforço do esforço é essencial, assim como a promoção de atividades que minimizem erros.

Deve-se trabalhar de forma sistemática as tarefas do cotidiano, realizando práticas motivadoras e prazerosas que incluem uma variedade de materiais e recursos. O feedback imediato é fundamental, assim como o uso de comandos verbais claros. É necessário desenvolver a memória associativa contextualizada e utilizar elementos concretos sem limitar-se apenas às dimensões físicas.

Ademais, é imprescindível estimular a curiosidade dos alunos e apresentar-lhes novos desafios, reconhecendo também seus interesses individuais. Instruções diretas sobre comportamentos adequados em diferentes ambientes são necessárias, assim como a implementação de atividades em blocos. Durante a execução dessas atividades, recomenda-se fazer direcionamentos específicos para fomentar a interação social e empregar tecnologias assistivas quando apropriado.

É importante estabelecer demandas claras para o cumprimento das tarefas propostas, fazendo comparações entre as potencialidades e dificuldades dos alunos com seus próprios parâmetros pessoais.

Conforme Nunes (2024, p.190) a educação especial exige uma abordagem pedagógica diferenciada, onde o docente atua como facilitador do processo de aprendizagem, criando condições para que os estudantes se sintam respeitados e incentivados a participar ativamente do seu próprio desenvolvimento. O sucesso dessa missão depende, em grande medida, da dedicação e do preparo dos docentes, que precisam estar sempre em busca de novas práticas e conhecimentos que contribuam para a inclusão e o sucesso escolar de todos os alunos.

Reforços como elogios, durante a execução da atividade podem servir como instrumentos facilitadores para o aumento dos comportamentos de interesse na realização das tarefas. No decorrer de atividades com esses estudantes, é fundamental proporcionar apoio, empregando estratégias de pequenos grupos ou colaborando com alunos tutores, o que favorece a interação social entre os estudantes e seus colegas. O suporte a esse aluno pode também ser oferecido por um adulto; no entanto, enfatiza-se que esse auxílio deve ser gradualmente reduzido, visando promover uma maior autonomia do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma escola inclusiva, que valoriza a efetivação dos direitos humanos, tem como objetivo acolher todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, promovendo uma sociedade mais justa, menos segregadora e, conseqüentemente, mais democrática. Dessa forma, estes direitos referem-se também às necessidades fundamentais dos estudantes com Deficiência Intelectual, permitindo que este tenha acesso à uma educação de qualidade, uma vez que o direito à educação é considerado um direito amparado em lei.

Para tanto, a escola deve lançar mão de práticas pedagógicas que visem a inclusão dos estudantes com Deficiência Intelectual, garantindo a valorização e o engajamento dos mesmos, de forma a propiciar um avanço em seu desenvolvimento.

Conforme Nunes (2024, p.190) a educação especial exige uma abordagem pedagógica diferenciada, onde o docente atua como facilitador do processo de aprendizagem, criando condições para que os estudantes se sintam respeitados e incentivados a participar ativamente do seu próprio desenvolvimento. O sucesso dessa missão depende, em grande medida, da dedicação e do preparo dos docentes, que precisam estar sempre em busca de novas práticas e conhecimentos que contribuam para a inclusão e o sucesso escolar de todos os alunos.

Conforme abordado neste estudo, a educação especial requer estratégias de ensino-aprendizagem distintas, nas quais o professor além de buscar novas práticas e saberes que auxiliem a inclusão e êxito escolar de todos os estudantes, estabelece condições para que estes sejam estimulados a participar de forma ativa do seu crescimento.

Diante do exposto, para que a escola seja capaz de garantir o foco nos direitos humanos fundamentais, como acesso e inclusão de estudantes com deficiência intelectual é imprescindível adotar estratégias que respeitem as particularidades dos estudantes, visando entender suas dificuldades e reconhecendo seus progressos, continuamente à procura de novas maneiras de aprimorar suas competências.

Nesse sentido, este trabalho acrescenta à reflexão acerca da relevância de desenvolver uma educação que valorize a diversidade e proporcione igualdade de oportunidades a todos os estudantes, em especial àqueles com Deficiência Intelectual. Dessa forma, almeja-se que este estudo fundamenta a adoção de práticas pedagógicas mais eficientes e contribuam para o fortalecimento das políticas educacionais direcionadas à inclusão e aos direitos humanos, promovendo um ambiente educacional mais justo e equitativo para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, D. B. et al. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. Educação (UFSM), Santa Maria, v.32, n.1, p.327-342, 2007.
- ALMEIDA, M.A. O Caminhar da Deficiência Intelectual e Classificação pelo Sistema de Suporte/Apoio. In: ALMEIDA, M. A. (ORG.) Deficiência intelectual: realidade e ação. Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. São Paulo: SE, 2012. Disponível em: http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/Publicacoes_Cape/P_4_Deficiencia_Intelectual.pdf Acesso em: 01/02/25.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 33- 41.
- BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 5 out. 1988. Tit. VIII, Cap. III, Sec. I. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2025..
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 17 jan. 2025.
- GONÇALVES, A.; MACHADO, A. C. A importância das causas na deficiência intelectual para entendimento das dificuldades escolares. In: ALMEIDA, M. A. (Orgs). Deficiência intelectual: realidade e ação. Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. São Paulo: SE, 2012. p. 65-83.
- JUCA, F. P; MONTESCHIO, H.; KNOERR, F. Direitos Humanos e a Inclusão, Revista Jurídica, Curitiba, n.52, p.478-507, 2018.
- LEONARDO, N.S.T.; SILVA, S.M.C.; LEAL, Z.F.R.(Orgs.) a (Des) patologização do processo de escolarização. Maringá: Eduem, 2021.
- NUNES, C. L. B. O Docente e a Educação Especial. Revista Internacional Integralize Scientific, Florianópolis, n.42, p. 182-191, 2024.
- PANIAGUA, G.; PALACIOS, J. Em que medidas são especiais as necessidades educacionais especiais? Educação infantil: resposta educativa à diversidade. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- SÃO PAULO. Deficiência intelectual: realidade e ação Caminhos para a construção de Um Ensino-Aprendizagem Colaborativo. http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/Publicacoes_Cape/P_4_Deficiencia_Intelectual.pdf. Acesso em: 05/02/2025

**ESTRATÉGIAS DE DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO PARA A INCLUSÃO
EFICAZ DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**
**DIAGNOSTIC AND INTERVENTION STRATEGIES FOR EFFECTIVE INCLUSION OF
STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS**
**ESTRATEGIAS DE DIAGNÓSTICO E INTERVENCIÓN PARA LA INCLUSIÓN
EFICAZ DE ALUMNOS CON NECESIDADES ESPECIALES**

Sandra da Conceição Rodrigues
sandraro1362@gmail.com

RODRIGUES, Sandra da Conceição. **Estratégias de diagnóstico e intervenção para a inclusão eficaz de alunos com necessidades especiais.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 309 – 315, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

RESUMO

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais é um direito fundamental e um desafio contínuo para o sistema educacional. Este artigo discute as estratégias de diagnóstico e intervenção necessárias para garantir uma inclusão eficaz de alunos com deficiências e dificuldades de aprendizagem, destacando a importância de um processo de avaliação multidisciplinar e de práticas pedagógicas adaptadas. Através de uma revisão da literatura, são abordadas as principais estratégias, como a adaptação curricular, o ensino colaborativo e o uso de tecnologias assistivas, que auxiliam no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com necessidades especiais. Adicionalmente, é apresentado um estudo de caso sobre a inclusão de João, um aluno diagnosticado com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), no qual são detalhadas as práticas interventivas e os resultados obtidos. O estudo evidencia que a colaboração entre escola, família e profissionais da saúde, bem como a personalização do ensino, são essenciais para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. Por fim, discute-se a necessidade de políticas públicas que garantam recursos e formação contínua para os educadores, com o objetivo de enfrentar os desafios da inclusão e proporcionar uma educação justa e acessível.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Diagnóstico multidisciplinar. Intervenção pedagógica. TDAH. Estratégias de ensino.

SUMMARY

The inclusion of students with special needs in schools is a fundamental right and an ongoing challenge for the educational system. This article discusses the diagnostic and intervention strategies needed to ensure effective inclusion of students with disabilities and learning difficulties, highlighting the importance of a multidisciplinary assessment process and adapted pedagogical practices. Through a literature review, the main strategies, such as curricular adaptation, collaborative teaching and the use of assistive technologies, which aid in the academic and social development of students with special needs, are addressed. Additionally, a case study on the inclusion of João, a student diagnosed with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD), is presented, detailing the intervention practices and the results obtained. The study shows that collaboration between school, family and health professionals, as well as personalized teaching, are essential to promote inclusive and quality education for all students. Finally, the need for public policies that guarantee resources and ongoing training for educators is discussed, with the aim of facing the challenges of inclusion and providing fair and accessible education.

Keywords: School inclusion. Multidisciplinary diagnosis. Pedagogical intervention. ADHD. Teaching strategies.

RESUMEN

La inclusión escolar del alumnado con necesidades especiales es un derecho fundamental y un reto permanente para el sistema educativo. Este artículo analiza las estrategias de diagnóstico e intervención necesarias para garantizar la inclusión efectiva de estudiantes con discapacidad y dificultades de aprendizaje, destacando la importancia de un proceso de evaluación multidisciplinario y prácticas pedagógicas adaptadas. A través de una revisión de la literatura, se abordan las principales estrategias, como la adaptación curricular, la enseñanza colaborativa y el uso de tecnologías de asistencia, que ayudan en el desarrollo académico y social de los estudiantes con necesidades especiales. Además, se presenta un estudio de caso sobre la inclusión de João, un estudiante diagnosticado con Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDAH), en el que se detallan las prácticas de intervención y los resultados obtenidos. El estudio demuestra que la colaboración entre escuelas, familias y profesionales de la salud, así como la enseñanza personalizada, son esenciales para promover una educación inclusiva y de calidad para todo el alumnado. Finalmente, se discute la necesidad de políticas públicas que

garanticen recursos y formación permanente a los educadores, con el objetivo de enfrentar los desafíos de la inclusión y brindar una educación justa y accesible.

Palabras clave: Inclusión escolar. Diagnóstico multidisciplinario. Intervención pedagógica. TDAH. Estrategias de enseñanza.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais tem sido um dos principais desafios da educação contemporânea. Para que a inclusão seja eficaz, é necessário mais do que simplesmente permitir que alunos com deficiência acessem os ambientes educacionais regulares. É fundamental criar práticas pedagógicas adaptadas, que atendam às necessidades de aprendizagem de cada aluno, garantindo sua participação ativa no processo educacional. A inclusão deve ser pensada como um direito e um processo contínuo, que exige estratégias de diagnóstico precisas e intervenções eficazes, baseadas em abordagens multidisciplinares.

Este artigo explora as estratégias de diagnóstico e intervenção necessárias para promover a inclusão eficaz de alunos com necessidades especiais, com ênfase em práticas pedagógicas que sejam acessíveis e inclusivas, baseadas em evidências científicas e na colaboração de profissionais da educação e da saúde.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR

Para entender as estratégias de diagnóstico e intervenção, é essencial compreender os fundamentos teóricos sobre a inclusão escolar. A ideia de incluir alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular é um conceito relativamente recente, que ganhou força nas últimas décadas com a promulgação de documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2008), que reconhece a educação como um direito fundamental de todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas.

Além disso, o modelo social da deficiência, que foi intensamente promovido desde os anos 1980, propõe que as deficiências não devem ser vistas como um problema do indivíduo, mas como um reflexo de uma sociedade que não está preparada para as necessidades de todos os seus cidadãos. Dessa forma, a educação deve ser adaptada para responder à diversidade dos alunos e promover uma aprendizagem verdadeiramente inclusiva (Goggin & Newell, 2005).

A partir dessas bases, a inclusão escolar é vista como um processo de transformação do sistema educacional, que exige a adaptação de práticas pedagógicas, currículos e métodos de avaliação, além da capacitação de professores e profissionais da área da saúde.

O DIAGNÓSTICO MULTIDISCIPLINAR E SUAS IMPLICAÇÕES

O diagnóstico de alunos com necessidades especiais é uma das etapas iniciais e mais importantes para garantir a inclusão eficaz. O diagnóstico não se refere apenas à identificação de uma deficiência ou condição, mas sim a uma avaliação completa do aluno, levando em consideração suas dificuldades, habilidades e características individuais. Esse diagnóstico deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar composta por professores, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e outros profissionais especializados.

TIPOS DE AVALIAÇÃO

Existem diversas formas de avaliação que podem ser empregadas para realizar um diagnóstico preciso. A avaliação psicopedagógica é uma das mais comuns, onde se investigam as capacidades cognitivas, sociais e emocionais do aluno. A partir dessa avaliação, é possível desenvolver um plano de intervenção que leve em consideração não apenas a deficiência, mas também o contexto familiar e social do aluno.

Outro tipo importante de avaliação é a avaliação funcional do comportamento (AFB), que permite identificar os comportamentos que podem estar interferindo no aprendizado, como a falta de atenção ou os comportamentos disruptivos. De acordo com Almeida (2015), essa avaliação é fundamental para a formulação de estratégias que ajudem a modificar ou contornar esses comportamentos.

DIAGNÓSTICO CONTÍNUO E DINÂMICO

É importante destacar que o diagnóstico deve ser contínuo e dinâmico, ou seja, não deve ser visto como algo fixo ou definitivo. As necessidades dos alunos com deficiência podem mudar ao longo do tempo, o que exige uma avaliação constante do seu desenvolvimento. As avaliações de progresso, como as avaliações informais realizadas pelos professores, são fundamentais para ajustar as práticas pedagógicas e as intervenções.

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A INTERVENÇÃO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Após o diagnóstico, o próximo passo é desenvolver estratégias de intervenção que garantam a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ambiente educacional. Essas estratégias devem ser adaptadas às especificidades de cada aluno, e podem incluir a modificação do currículo, a utilização de tecnologias assistivas, o ensino colaborativo e outras abordagens pedagógicas.

ADAPTAÇÃO CURRICULAR

A adaptação curricular é uma das estratégias mais eficazes para garantir que alunos com necessidades especiais possam aprender no mesmo ambiente que seus colegas. Essa adaptação pode envolver mudanças no conteúdo, nas metodologias de ensino, no ritmo de aprendizagem e na avaliação. De acordo com Tavares (2016), a personalização do ensino, com base nas necessidades individuais, facilita o processo de aprendizagem e favorece a inclusão dos alunos.

ENSINO COLABORATIVO

O ensino colaborativo envolve a parceria entre professores especializados e professores regulares, com o objetivo de garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, recebam a atenção necessária. Esse modelo de ensino permite que os alunos com deficiência participem de atividades regulares de sala de aula, enquanto recebem apoio especializado. A literatura acadêmica tem mostrado que o ensino colaborativo é altamente eficaz para alunos com necessidades especiais, especialmente no que diz respeito à sua inclusão social (Leal, 2012).

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

As tecnologias assistivas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão escolar. Ferramentas como softwares de leitura para deficientes visuais, dispositivos de comunicação alternativa e aumentativa, e aplicativos de apoio à escrita, oferecem aos alunos com deficiência as ferramentas necessárias para participar ativamente das aulas e realizar atividades escolares de maneira independente. Monteiro (2019) aponta que o uso de tecnologias assistivas pode reduzir barreiras e facilitar o aprendizado, além de melhorar a autoestima dos alunos.

POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE EDUCADORES

A implementação de práticas inclusivas efetivas depende também de políticas públicas que incentivem a formação e o suporte adequado para educadores. A legislação educacional brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), tem sido um avanço importante nesse sentido, promovendo a acessibilidade e a igualdade de oportunidades para alunos com deficiência.

Entretanto, é necessário que os profissionais da educação recebam formação continuada, capacitando-os a lidar com a diversidade em sala de aula. Costa e Lima (2020) destacam que a falta de formação especializada é um dos maiores obstáculos para a efetivação da inclusão escolar.

DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Embora a inclusão de alunos com necessidades especiais seja um direito garantido por lei, sua implementação ainda enfrenta diversos desafios. A falta de recursos materiais e humanos adequados é uma das principais dificuldades enfrentadas pelas escolas. Muitos professores não têm formação específica para lidar com alunos com deficiência, e as escolas muitas vezes não dispõem de profissionais especializados, como psicólogos e terapeutas ocupacionais, que podem ajudar a adaptar o currículo e as práticas pedagógicas.

Outro desafio é a resistência de parte dos educadores e da sociedade em geral. A inclusão escolar exige mudanças culturais significativas, tanto dentro das instituições de ensino quanto fora delas. O estigma relacionado às deficiências ainda está muito presente, e isso pode dificultar a aceitação e o acolhimento dos alunos com necessidades especiais.

Estudo de Caso: A Inclusão de João – Diagnóstico e Intervenção Pedagógica

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO

João é um aluno de 9 anos, diagnosticado com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dificuldades no desenvolvimento da linguagem expressiva. Ele

frequenta uma escola pública em uma grande cidade do Brasil, onde está inserido no ensino regular com alunos sem deficiência. Desde o início do ano letivo, a professora observou que João apresentava dificuldades de concentração durante as aulas, dificuldade em organizar seus pensamentos para se expressar verbalmente, e, por vezes, apresentava comportamentos disruptivos, como levantar-se frequentemente da cadeira, interromper colegas e a professora, e não concluir tarefas em sala de aula.

A professora, ao perceber esses comportamentos, decidiu iniciar um processo de identificação das necessidades educacionais do aluno. Ela solicitou uma avaliação mais aprofundada, com o auxílio de uma equipe multidisciplinar, para entender melhor as causas dessas dificuldades e buscar formas de intervenção que favorecessem a inclusão de João de maneira eficaz.

PROCESSO DIAGNÓSTICO

Para entender as necessidades de João, a escola formou uma equipe multidisciplinar composta por um psicólogo escolar, um pedagogo, uma fonoaudióloga e a professora da turma. A primeira etapa foi a avaliação psicopedagógica, conduzida pelo psicólogo, que envolveu entrevistas com os pais, observações diretas nas aulas, e a aplicação de instrumentos de avaliação psicológica, como testes de atenção e memória. A avaliação revelou que João apresentava características de TDAH, uma condição que se caracteriza pela dificuldade de manter atenção por longos períodos, impulsividade e hiperatividade.

Além disso, a avaliação fonoaudiológica revelou que João também tinha dificuldades em expressar suas ideias de forma clara e organizada, o que prejudicava sua comunicação tanto em contextos acadêmicos quanto sociais. Essas dificuldades estavam afetando seu desempenho em tarefas que exigiam oralidade, como apresentações de trabalhos e a participação em discussões em sala de aula.

Diante disso, a equipe de avaliação formulou um relatório multidisciplinar, que foi enviado aos pais de João, para que pudessem entender melhor as necessidades do filho e as possíveis formas de intervenção. A avaliação também recomendou que fossem implementadas adaptações no ambiente escolar e no processo de ensino-aprendizagem.

INTERVENÇÕES IMPLEMENTADA

Com base no diagnóstico, uma série de estratégias de intervenção foi desenvolvida para ajudar João a superar suas dificuldades e alcançar seu pleno potencial dentro do ambiente escolar.

ADAPTAÇÃO CURRICULAR

O currículo foi ajustado de maneira a atender as necessidades específicas de João. A professora, com o apoio da equipe pedagógica, reduziu o volume de conteúdo para que João pudesse se concentrar em um número menor de atividades ao longo do dia. Além disso, as atividades que exigiam a expressão oral de ideias foram adaptadas, com a professora oferecendo mais tempo para que ele pudesse organizar seus pensamentos antes de falar.

Em tarefas de leitura, João teve o apoio de recursos audiovisuais, como vídeos que explicam o conteúdo da matéria. Esse apoio ajudou João a acessar o conteúdo de maneira mais

acessível, minimizando a sobrecarga cognitiva que ele experimentava ao tentar processar grandes quantidades de informação visual e auditiva ao mesmo tempo.

USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

João também passou a utilizar tecnologias assistivas, como aplicativos de gravação de voz, que lhe permitam organizar suas ideias de forma oral e depois transcrever as gravações para o formato escrito. Esses aplicativos foram utilizados para ajudá-lo a organizar sua redação e seus pensamentos antes de redigir os textos. Além disso, ele passou a usar softwares de leitura em voz alta, que liam para ele o conteúdo de livros e atividades que eram difíceis de acompanhar apenas pela leitura visual.

A utilização de ferramentas digitais e de voz ajudou João a diminuir a ansiedade associada à leitura e escrita, permitindo que ele se concentrasse melhor no conteúdo.

ENSINO COLABORATIVO E APOIO PSICOPEDAGÓGICO

A professora trabalhou em colaboração com a equipe pedagógica para implementar o ensino colaborativo, em que a participação de João nas atividades de sala de aula foi gradualmente ajustada. A equipe também passou a realizar encontros semanais para planejar estratégias específicas para o aluno e avaliar seu progresso.

João começou a receber sessões semanais de apoio psicopedagógico para trabalhar aspectos relacionados à organização de tarefas, controle de impulsos e melhora da comunicação. O psicólogo escolar ajudou João a desenvolver técnicas de auto regulação emocional, como o uso de pausas durante as aulas e a prática de relaxamento para controlar momentos de ansiedade e agitação.

APOIO SOCIAL E FAMILIAR

A inclusão de João também contou com o apoio da sua família. Os pais foram orientados a criar um ambiente de apoio em casa, com regras claras e rotina estruturada, que ajudassem João a gerenciar suas atividades cotidianas. A comunicação entre a escola e a família foi essencial para garantir a continuidade das estratégias de intervenção no ambiente doméstico e escolar.

RESULTADOS DAS INTERVENÇÕES

Após a implementação dessas estratégias, João demonstrou um progresso significativo no ambiente escolar. Sua participação nas atividades de sala de aula aumentou, com ele conseguindo completar tarefas dentro do prazo estabelecido, embora com alguns ajustes, como tempo adicional para atividades que exigiam maior concentração.

A comunicação de João também melhorou consideravelmente, pois ele foi capaz de organizar suas ideias de forma mais clara durante as apresentações orais, utilizando as ferramentas de gravação de voz como suporte. Além disso, ele se tornou mais confiante em suas habilidades, o que contribuiu para a melhoria da sua autoestima e motivação para o aprendizado.

Embora ainda apresente desafios em algumas áreas, João passou a interagir de forma mais positiva com seus colegas, com menos episódios de comportamento disruptivo. Seu envolvimento nas atividades sociais da escola aumentou, refletindo uma melhoria nas suas habilidades de comunicação e no seu bem-estar emocional.

LIÇÕES APRENDIDAS E POSSIBILIDADES PARA O FUTURO

O estudo de caso de João evidencia a importância de um diagnóstico preciso e de intervenções personalizadas para garantir a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. O trabalho colaborativo entre professores, profissionais de saúde e a família de João foi essencial para o sucesso da intervenção. Além disso, a flexibilidade do currículo e a utilização de tecnologias assistivas desempenharam um papel crucial na adaptação do processo de aprendizagem às necessidades de João.

Embora o caso de João tenha mostrado avanços consideráveis, ele também revelou que a inclusão escolar é um processo contínuo. João continua a receber apoio psicopedagógico e a utilizar as tecnologias assistivas em seu aprendizado, mas é importante que a escola continue adaptando suas práticas para atender às necessidades de todos os alunos com deficiência de maneira eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso de João reforça a importância de um diagnóstico e intervenção adequados para promover a inclusão escolar. Através de práticas pedagógicas adaptadas, o uso de tecnologias assistivas e o apoio psicopedagógico, foi possível criar um ambiente de aprendizagem mais acessível e inclusivo para João. As lições aprendidas com este caso podem ser aplicadas a outros alunos com necessidades especiais, demonstrando que a inclusão escolar é um processo possível, desde que seja apoiado por um conjunto de estratégias adequadas e colaborativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. (2015). Avaliação psicopedagógica: técnicas e práticas para uma educação inclusiva. São Paulo: Editora Vozes.
- COSTA, R. P., & LIMA, S. S. (2020). Desafios da inclusão escolar: políticas públicas e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação*, 25(2), 45-62.
- LEAL, L. C. (2012). Inclusão escolar: desafios e perspectivas. Porto Alegre: Artmed.
- MONTEIRO, D. G. (2019). Tecnologias assistivas na educação: promovendo a inclusão de alunos com deficiência. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- RIBEIRO, M. R., & SILVA, T. G. (2018). A aprendizagem baseada em projetos na educação inclusiva. São Paulo: Editora Contexto.
- SANTOS, A. F. (2017). A convivência escolar entre alunos com e sem deficiência: contribuições para a inclusão. *Educação Especial*, 11(1), 74-89.
- TAVARES, S. M. (2016). Ensino colaborativo: práticas para a educação inclusiva. Belo Horizonte: Editora UFMG.

A EMPATIA COM A FAMÍLIA DO ALUNO ESPECIAL
EMPATHY WITH THE FAMILY OF THE SPECIAL STUDENT
EMPATÍA CON LA FAMILIA DEL ESTUDIANTE ESPECIAL

Grazielle Melo da Silva
graziellemsr@icloud.com

SILVA, Grazielle Melo da. **A empatia com a família do aluno especial.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 316 – 322, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Martins Machado

RESUMO

O principal foco deste trabalho é mostrar a importância da parceria entre escola e família no desenvolvimento do aluno, principalmente daqueles que são portadores de necessidades especiais, pois a troca de informações e o apoio recíproco fortalecem a relação, reforçam a confiança, melhoram o desempenho e conseqüentemente, o aluno avança. Diante da importância desse vínculo, serão apontadas estratégias para a criação e fortalecimento desse elo. Ressalto que essas estratégias foram aplicadas em uma Unidade Escolar da rede pública municipal.

Palavras-chave: Família. Escola. Aluno. Inclusão. Empatia.

SUMMARY

The main focus of this work is on learning and teaching in a school that is open to differences and to all students. What has happened is that the school has democratized itself, opening up to new social groups, but not to new knowledge, excluding those who ignore the knowledge it values. To achieve inclusion, it is not enough to allow everyone access to schools. The beginning of everything lies in the democratic principle of education for all, only evident in educational systems that specialize in all students, not just some of them, students with disabilities. We need to change the school and, more precisely, the teaching it provides so that we can include all students, without segregating or discriminating. It is worth pointing out that there is a big difference between inclusion and integration, which is what we are seeing these days. Integration refers to the inclusion of students with disabilities in the ordinary classroom, while inclusion implies a change in educational perspective, as it is not limited to students, but aims to improve the quality of teaching in schools, reaching everyone.

Keywords: School. Inclusion. Teaching. Integration.

RESUMEN

El enfoque principal de este trabajo es mostrar la importancia de la asociación entre la escuela y la familia en el desarrollo del estudiante, especialmente de aquellos que tienen necesidades especiales, ya que el intercambio de información y el apoyo recíproco fortalecen la relación, refuerzan la confianza, mejoran el rendimiento y, en consecuencia, el estudiante avanza. Dada la importancia de este vínculo, se señalan estrategias para la creación y fortalecimiento de este vínculo. Destacó que estas estrategias se aplicaron en una Unidad Escolar de la red pública municipal.

Palabras clave: Familia. Escuela. Alumno. Inclusión. Empatía.

INTRODUÇÃO

A família é o ambiente em que a criança cria seus primeiros vínculos afetivos e aprende as primeiras normas e cultura. Já a escola, é o segundo ambiente em que o aluno tem contato com outras pessoas, regras e culturas diferentes com as quais está acostumada.

Dessa forma, ambas instituições são consideradas bases fundamentais para o desenvolvimento da criança e para a construção de outras relações. Apesar dessa relação ser de extrema importância, construir essa relação de forma efetiva está cada vez mais difícil, visto que as famílias são diferentes e que nos dias atuais a configuração da mesma está se

diversificando cada vez mais. O livro “Diálogo Escola-Família”, descreve essa relação fundamental como:

A relação entre escola e família é de enorme complexidade. Isso ficou mais do que demonstrado por pesquisas das áreas pedagógica e psicológica sobre as mudanças na Educação, o maior conhecimento das formas de ensino e aprendizagem e a importância da vida familiar para o desenvolvimento da criança. O que antes era claro - a escola “ensinava” e a família “educava” - agora é muito intrincado. A vida familiar contemporânea, transformada pelo modelo econômico vigente e pelas tecnologias, caracteriza-se por novos usos de tempo para o cuidado com os filhos e também por variadas configurações, como abordamos anteriormente e reforçamos aqui: famílias monoparentais, famílias com filhos nascidos de inseminação artificial ou de doação de esperma ou óvulos anônimos, de pais ou mães homossexuais, de pais separados que compartilham guarda etc. (Diálogo Escola-Família, 2019, p. 34)

Toda essa complexidade exige da equipe escolar um olhar renovado para as famílias das crianças, dos adolescentes e dos jovens que estão hoje nas escolas. Ao pensar no acompanhamento das famílias em sua singularidade, sem julgamento de valor ou preconceito, a escola contribui muitíssimo para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes. Como veremos nos próximos capítulos, que sua opinião seja discordante; o cuidar para comunicar e para compartilhar o sentido das ações, como nos orientam José Toro e Nísia Werneck. (Diálogo Escola-Família, 2019, p. 34)

Mesmo com toda a variação existente na estrutura familiar nos dias atuais, ainda se faz necessário construir um vínculo com esses responsáveis para que a escola possa cumprir com um processo educativo que visa o desenvolvimento integral desse aluno, não apenas transmissão de conteúdos. O processo educativo deve partir dos conhecimentos prévios dos alunos e da comunidade escolar em que está inserida, mas é necessário ter metas e evolução, para ser efetivo. Assim, é necessário encurtar laços entre família e escola para que o processo seja significativo para todos os envolvidos, havendo quebra de preconceitos, orientação, troca de conhecimentos e valorização cultural. O livro Diálogo Escola-Família descreve um pouco sobre a importância dessa relação e como pode ser desenvolvida nas escolas, em seus trechos:

A escola, ao privilegiar a aproximação com as famílias como parte de seu trabalho, fortalece o pilar do cuidado. Essa ação se dá quando acolhe os alunos sem conceitos construídos antes mesmo de conhecê-los e considerando os conhecimentos que eles trazem ao chegar, bem como o apoio que podem (ou não) ter em seus lares. Ela cuida para que as desigualdades sociais não se transformem em desigualdades escolares, por meio do apoio à compreensão do papel do estudante que os alunos necessitam incorporar para se desenvolver. Aliás, ao contrário e de maneira utópica - mas por que não sonhar? - , é o espaço ideal para transformar as desigualdades sociais em igualdade de oportunidades. (Diálogo Escola-Família, 2019, p. 36)

Ao matricular-se na escola, cada estudante leva consigo as circunstâncias sociais e econômicas de seu contexto familiar e social. Assim, aqueles cujas famílias têm experiências e valores próximos aos da escola, além de recursos para investir no apoio a sua carreira acadêmica, vivem uma experiência mais significativa. Tais famílias comunicam-se com a escola com mais regularidade, conversam com seus filhos sobre as atividades escolares, participam dos eventos, das reuniões e da vida escolar, e valorizam os sonhos dos alunos/filhos. (Diálogo Escola-Família, 2019, p. 36)

A escola é um direito da comunidade. Colocar-se a serviço das famílias que a compõem; não é um privilégio ou um favor prestado à comunidade. (Diálogo Escola-Família, 2019, p. 37)

FAMÍLIAS ESPECIAIS

As famílias de crianças que recebem um laudo ou que são portadoras de necessidades especiais, enfrentam situações traumáticas, desde o momento em que começam a perceber características na criança até o fechamento do laudo e outras são surpreendidas logo no nascimento ou durante a gestação, necessitando de apoio para lidarem com seus medos, dúvidas e angústias. Diante das dificuldades apresentadas por essas famílias, no ano de 2004, o Ministério da Educação elaborou um Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, trazendo orientações aos Municípios, Escola e Família. No que se refere a família, podemos destacar:

As famílias de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais associadas ou não a deficiência vivenciam uma situação bastante peculiar: a maioria se percebe sozinha para administrar as dificuldades que se apresentam em tal situação. Os sentimentos de desamparo são muito frequentes e não podem ser ignorados. (Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 2004, p. 13)

Também neste aspecto o município, enquanto poder público, tem a responsabilidade de oferecer o suporte necessário. Profissionais capacitados devem ser disponibilizados, como suporte às famílias, para informar acerca dos recursos disponíveis na comunidade. (Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 2004, p. 14)

O referente trabalho não visa uma vitimização ou um tratamento privilegiado para os responsáveis de alunos com necessidades especiais, mas reforça que esses pais necessitam de mais atenção e apoio, por se depararem com uma nova realidade, que é totalmente desafiadora. Esses pais necessitam de auxílio constante para conhecerem melhor seus filhos, para receberem orientações, para compartilhar informações sobre a rotina dessa criança e para ajudá-los a enfrentar o medo, o preconceito e a angústia que faz parte desse processo, mas que ao receber um olhar diferenciado, faz toda a diferença.

Todos os alunos são diferentes, mas é muito normal que os alunos que possuem alguma característica ou comportamento fora de um padrão determinado pela sociedade, logo é visto como diferente ou deficiente e até mesmo sua família é vista como diferenciada. Por isso é necessário a escola desenvolver a inclusão, para que todos os pais tenham acesso às informações sobre as necessidades especiais dos alunos, para que possam respeitar esse aluno e sua família e serem desenvolvidas práticas inclusivas acolhedoras, para que o ambiente se torne inclusivo e que todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem possam ter a oportunidade de praticar a empatia.

O livro, Formação de Professores e Práticas Educativas, destaca em um trecho a realidade enfrentada pela família, considerada aqui, família especial, que diz:

Os pais dos alunos com N.E.E., deparam-se com dificuldades que os outros pais não chegam a ter. As patologias das crianças podem ter um forte impacto no seio familiar, principalmente se esta é severa, e conseqüentemente nas interações que dela se estabelecem. Por vezes gera até mesmo questões de ansiedade e frustração (NIELSEN,2000). (Formação de Professores e Práticas Educativas, 2023, p.162)

Trindade (2004) questiona da seguinte forma, quem são essas pessoas consideradas deficientes? São pessoas como nós, nascidas do mesmo impulso criador, integrais em sua condição de seres humanos, mas limitadas em seu desempenho. São cegos, surdos, mudos, paraplégicos, deficientes mentais, autistas, Down, paralisados cerebrais, etc. E por possuírem uma constituição biológica distinta da comum são, geralmente,

estigmatizados e segregados por uma sociedade não acostumada com as diferenças e que lhe nega o respeito à sua dignidade de pessoa humana e aos seus direitos de cidadão (educação, saúde, trabalho, lazer e convívio social). (Formação de Professores e Práticas Educativas, 2023, p.162)

A família de uma criança com NEE tende a ser marginalizada pela sociedade e pelas suas atitudes e crenças preconceituosas. A família tem que se adaptar à realidade das NEE tanto internamente, pelo reposicionamento das suas prioridades enquanto família, como externamente, pela convivência com preconceito e com a falta de oportunidades, de compreensão e de apoios. Para a família, a presença de um filho com NEE requer um trabalho de fortalecimento e flexibilização da dinâmica familiar para a promoção do desenvolvimento global e inclusão desse filho (GLAT, 2004).(Formação de Professores e Práticas Educativas, 2023, p.162)

A escola de forma inclusiva quando reconhece e as diferenças dos alunos durante o processo educativo, possibilitando dessa forma, a participação e desenvolvimento de todos. Para que essa prática se dê de forma responsável é necessário que novas práticas sejam desenvolvidas e ajustadas à realidade dos alunos com necessidades educacionais específicas.(Formação de Professores e Práticas Educativas, 2023, p.163)

Nesse processo de adaptação e construção de um novo saber, a família tem participação fundamental, pois não há como se pensar na inclusão e desenvolvimento do aluno com deficiência sem a parceria efetiva da família junto à escola. A ligação da família com a escola potencializa o processo de ensino e aprendizagem do educando na etapa educacional. A escola complementa as ações da família e vice-versa. (Formação de Professores e Práticas Educativas, 2023, p.163)

Para entrelaçar estas instituições primordiais na vida humana, é importante abordar como ocorre essa parceria na vivência de educandos com necessidades especiais inseridos na rede regular de ensino, considerando as contribuições desta relação família-escola, vinculando-a com o processo educacional destas crianças inclusivas.(Formação de Professores e Práticas no Educativas, 2023, p.163)

Dessa maneira, segundo Facion (2009), pode-se afirmar que o processo de inclusão possui caráter sócio interacionista, o qual aborda a essência do estudante sob mediação que é feita juntamente com a interação no meio e com os outros.(Formação de Professores e Práticas Educativas, 2023, p.163)

INSTITUIÇÃO ESCOLA

É a segunda base das relações e aprendizagem para as crianças, onde começam a perceber diferenças culturais, comportamentais, de aprendizagem e normas. Também, é o ambiente em que há padrões e normas onde ser diferente gera anseios em todos os envolvidos com a criança/aluno, anseios estes que podem fazer crescer ou traumatizar. Dessa forma, a escola exerce um papel importantíssimo desde a observação de comportamentos, perpassando pela troca de informações, orientação à família e planejamento de ações para a evolução desse aluno que pode ser público de Necessidades Educacionais Especiais ou não.

Quem são esses alunos? De acordo com o Censo Escolar 2004, é considerado público da Educação Especial:

A educação especial é uma modalidade de educação escolar que integra a proposta pedagógica da escola regular, promovendo, entre outras ações, o atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação. No Censo Escolar são coletados dados de alunos matriculados na educação regular (classes comuns) e na educação

especial (classes ou escolas especiais). Neste documento, serão apresentados os conceitos da educação especial coletados nos cinco formulários que compõem o Sistema Educacenso: Escola, Turma, Aluno, Gestor e Profissional Escolar em Sala de Aula. (Glossário da Educação Especial Censo Escolar, 2024, p.04)

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei no 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil em forma de Emenda Constitucional, por meio do Decreto Legislativo no 186/2008 e do Decreto no 6.949/2009, da Presidência da República: Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2009). (Glossário da Educação Especial Censo Escolar, 2024, p.04)

São intervenções que podem ser desenvolvidas pela escola:

- Orientar os responsáveis, tirar dúvidas e até mesmo acalmar ansiosos;
- Promover momentos de troca de experiências entre pais e profissionais da Unidade Escolar;
- Relatar informações sobre o desenvolvimento do aluno, de forma clara e de fácil entendimento;
- Desenvolver uma proposta curricular inclusiva, garantindo os direitos dos alunos;
- Acionar órgão competentes em caso de negligência com o menor;
- Manter contato com Instituições de Educação Especial e profissionais que prestam atendimentos aos alunos;
- Promover a inclusão na Unidade Escolar, envolvendo toda a Comunidade Escolar;
- Ter empatia com a situação do próximo.

UM POUCO DE PRÁTICA

Em uma Escola da Rede Pública, foi desenvolvido um trabalho com alguns pais dos alunos que frequentavam a Sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado). A clientela era composta por alunos com laudos concluídos, por alunos que estavam em processo de Avaliação Multidisciplinar e por alunos que estavam realizando sondagens na Unidade Escolar para saber da necessidade de serem encaminhados para a realização de Avaliação Multidisciplinar. Primeiramente realizei uma pesquisa interna na documentação dos alunos para conhecer um pouco mais a situação de cada um antes do primeiro contato. Os contatos com os familiares aconteceram da seguinte forma:

1º Contato: Preenchimento de ficha de Anamnese, de forma individual, com a realização de dinâmicas e conversa informal;

2º Contato: Reunião informativa com os responsáveis dos alunos, para a divulgação de informes sobre os atendimentos. Com a participação de um grupo de mães de crianças especiais, fundadoras de uma ONG, para compartilharem suas experiências de vida e informações;

3º Contato: Roda de conversa com a participação dos pais de todos os alunos atendidos, juntamente com a equipe escolar, composta por monitores de inclusão, professora da sala de AEE e pedagogo. Foi desenvolvida a dinâmica do rolo de barbante, em que na medida em que o rolo iria passando pelas mãos dos presentes, cada um relatava um pouquinho de sua experiência de vida ou desabafo. Esse momento foi enriquecedor e emocionante com trocas e aconselhamentos.

4º Contato: Momentos marcados de forma individual de acordo com a necessidade da Escola e da família;

5º Contato: Encerramento com pais e filhos, para o compartilhamento de atividades realizadas no decorrer do ano.

Vale destacar, que além desses momentos, a Educação Especial se fez presente em datas comemorativas, eventos e na Semana da Educação Especial, momentos utilizados para reforçar a inclusão e fortalecer o laço família e escola.

Nesses momentos de trocas entre as famílias e escola, foram enriquecedores, tanto para os familiares como para a escola, o que contribuiu para o avanço dos alunos, cumprindo com o objetivo de incluir.

Ao promover momentos de trocas de vivências e informações, os familiares envolvidos demonstraram se sentir seguros e não julgados, ao ponto de expor suas dificuldades, anseios e dúvidas, pois estavam se sentindo acolhidos pela Comunidade Escolar. Foram momentos em que puderam praticar a empatia entre as famílias, em que foram se orientando e se apoiando.

A Comunidade Escolar, além de conhecer a realidade do aluno, não mediu esforços para manter a família informada e acolhida, fazendo a inclusão acontecer verdadeiramente. Vale ressaltar a importância de todos os cooperadores da escola participarem desses momentos, pois acabam entendendo as particularidades dos alunos e começam a enxergar a inclusão com um novo olhar.

Os alunos em que os pais participaram e se propuseram a se unir com a escola para ajudar no processo de inclusão de seu filho, tiveram evolução em seu desenvolvimento, não apenas na aprendizagem, mas um desenvolvimento global, o que despertou em outros responsáveis o interesse para buscar informações e outros de participarem no processo de construção da inclusão na Unidade Escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parceria escola e família se faz necessária em todas as modalidades de ensino, pois quanto maior esse vínculo, melhor será o desenvolvimento do aluno, da comunidade escolar e da sociedade em geral. Tratando-se da Educação Especial, esse vínculo é fundamental para que haja avanços e conquistas. Vale destacar, que a empatia faz toda diferença nessa relação, para que o amor cresça e a inclusão aconteça, envolvendo não apenas a família do aluno especial, mas toda a comunidade escolar, para que haja entendimentos, compreensão e respeito.

Quando nos propomos a conhecer a realidade do outro, deixando de lado os preconceitos ou conhecimentos prévios de outras fontes, oferecemos ao outro a oportunidade de defesa para expressar e mostrar aquilo que de verdade enfrenta, pois é impossível se envolver no desconhecido ou com julgamentos preestabelecidos. À medida em que conhecemos, os pensamentos modificam, as ações vão criando forma e a inclusão acontece. E incluir é conhecer, é fazer parte, é trazer para dentro, é fazer crescer e é amar. A inclusão não é uma tarefa fácil, mas é possível, quando se há o desejo de fazer acontecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação Inclusiva v. 4: a família - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- BARRETO, Denise Aparecida; SANTOS, Igor Tayrone Ramos dos; GUSMÃO, Rogério (org). Formação de Professores e Práticas Educativas - Vitória da Conquista, 2023.
- INEP; MEC. Glossário da Educação Especial Censo Escolar 2024 - Brasília- DF, 2024.
- PEREZ, Tereza. Diálogo escola-família: parceria para aprendizagem e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes - São Paulo: Moderna, 2019.

O DESAFIO DA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS ATRAVÉS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

THE CHALLENGE OF INCLUDING DEAF STUDENTS THROUGH BRAZILIAN SIGN LANGUAGE

EL DESAFÍO DE LA INCLUSIÓN DE LOS ESTUDIANTES SORDOS A TRAVÉS DE LA LENGUA BRASILEÑA DE SEÑAS

Maristela de Oliveira da Silva
maristelaparanagua@gmail.com

SILVA, Maristela de Oliveira. **O desafio da inclusão dos alunos surdos através da língua brasileira de sinais.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 323 – 331, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão - tobias_175@hotmail.com

RESUMO

Este estudo aborda os desafios e avanços na inclusão de alunos surdos nas escolas brasileiras, com ênfase na utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como ferramenta pedagógica essencial para a comunicação e aprendizagem. A pesquisa, baseada em uma revisão qualitativa documental, analisa publicações acadêmicas e documentos relevantes sobre a inclusão de surdos no ambiente escolar, com foco nas práticas pedagógicas bilíngues e na formação docente. O estudo discute as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos, especialmente a aquisição tardia da LIBRAS, e a importância de políticas públicas e de capacitação contínua para os educadores. A análise de quatro estudos de caso revela a necessidade de uma abordagem pedagógica mais inclusiva, que leve em consideração as especificidades linguísticas e culturais dos alunos surdos. O objetivo deste trabalho é identificar as estratégias de inclusão mais eficazes, promovendo uma educação de qualidade e respeitosa à diversidade linguística e cultural dos surdos.

Palavras-chave: Inclusão. Surdez. Educação. Formação Docente.

SUMMARY

This study addresses the challenges and advances in the inclusion of deaf students in Brazilian schools, with an emphasis on the use of Brazilian Sign Language (LIBRAS) as an essential pedagogical tool for communication and learning. The research, based on a qualitative documentary review, analyzes academic publications and relevant documents on the inclusion of deaf students in the school environment, focusing on bilingual pedagogical practices and teacher training. The study discusses the difficulties faced by deaf students, particularly the late acquisition of LIBRAS, and the importance of public policies and continuous teacher development. The analysis of four case studies reveals the need for a more inclusive pedagogical approach that takes into account the linguistic and cultural specificities of deaf students. The objective of this work is to identify the most effective inclusion strategies, promoting quality education that respects the linguistic and cultural diversity of deaf individuals.

Keywords: Inclusion. Deafness. Education. Teacher Training.

RESUMEN

Este estudio aborda los desafíos y avances en la inclusión de estudiantes sordos en las escuelas brasileñas, con énfasis en la utilización de la Lengua Brasileña de Señas (LIBRAS) como herramienta pedagógica esencial para la comunicación y el aprendizaje. La investigación, basada en una revisión cualitativa documental, analiza publicaciones académicas y documentos relevantes sobre la inclusión de estudiantes sordos en el entorno escolar, con un enfoque en las prácticas pedagógicas bilingües y la formación docente. El estudio discute las dificultades enfrentadas por los estudiantes sordos, especialmente la adquisición tardía de LIBRAS, y la importancia de las políticas públicas y la capacitación continua para los educadores. El análisis de cuatro estudios de caso revela la necesidad de un enfoque pedagógico más inclusivo que tenga en cuenta las especificidades lingüísticas y culturales de los estudiantes sordos. El objetivo de este trabajo es identificar las estrategias de inclusión más efectivas, promoviendo una educación de calidad y respetuosa de la diversidad lingüística y cultural de las personas sordas.

Palabras clave: Inclusión, Sordera. Educación. Formación Docente.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos surdos no sistema educacional representa um desafio significativo no contexto da educação brasileira. A utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação e aprendizagem se configura como uma ferramenta crucial para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade, que respeite as especificidades linguísticas e culturais dos surdos. No entanto, a implementação efetiva dessa prática pedagógica enfrenta obstáculos relacionados à formação inadequada dos docentes, à falta de infraestrutura escolar e à escassez de políticas públicas que garantam uma educação bilíngue para surdos.

A literatura acadêmica, como abordada por Costa e Andrade (2024) e Silva et al. (2023), aponta que a LIBRAS não deve ser vista apenas como um recurso de comunicação, mas como um elemento central no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos. A educação inclusiva para surdos exige, portanto, que os professores não apenas transmitam o conteúdo curricular, mas que integrem a cultura surda e as práticas pedagógicas baseadas em LIBRAS no cotidiano escolar. Segundo Lukesi (2005) apud Carvalho *et al.* (2024), a educação inclusiva é um fenômeno relacional, que requer a interação constante entre o sujeito e o ambiente, e a LIBRAS desempenha um papel fundamental nesse processo, permitindo que o aluno surdo se expresse de forma plena e participe ativamente da construção do conhecimento.

No entanto, desafios como a aquisição tardia da LIBRAS, observados por Aragão, Costa e Guarany (2022), tornam a inclusão escolar mais complexa. A falta de acesso à LIBRAS desde os primeiros anos de vida pode prejudicar o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos surdos, dificultando sua plena participação na sociedade e no ambiente educacional. A teoria histórico-cultural de Vigotski (2019) destaca que a linguagem é essencial para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, o que reforça a importância de uma educação bilíngue desde cedo para garantir que o aluno surdo tenha as mesmas oportunidades de aprendizado que os alunos ouvintes.

Além disso, o uso da LIBRAS nas salas de aula e a presença de intérpretes são temas recorrentes nas pesquisas de Leite *et al.* (2023) e Vieira, Souza e Silva (2023), que destacam a importância da adaptação das metodologias pedagógicas para promover a inclusão efetiva dos alunos surdos. No entanto, a resistência de alguns educadores e a falta de recursos adequados para a formação continuada de professores ainda são desafios a serem superados. Para garantir uma educação de qualidade, é essencial que as políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), sejam efetivamente implementadas, promovendo a formação de professores qualificados e a adaptação dos currículos às necessidades dos alunos surdos.

Este estudo, portanto, buscou analisar as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão de alunos surdos por meio da LIBRAS, com base em uma revisão qualitativa documental de estudos acadêmicos recentes sobre o tema.

METODOLOGIA

Este estudo baseia-se em uma revisão qualitativa documental, que visa analisar documentos e publicações acadêmicas já existentes sobre o tema da inclusão de alunos surdos por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Segundo Lima Júnior *et al.*, (2021), a

pesquisa qualitativa documental envolve a análise e interpretação de textos já produzidos, buscando identificar temas e padrões relevantes dentro do contexto investigado.

A metodologia aplicada seguiu critérios rigorosos de seleção para garantir a qualidade e a relevância das informações. Inicialmente, foram definidas palavras-chave relacionadas ao tema, como "Educação Inclusiva", "Língua Brasileira de Sinais", "Surdez" e "Práticas Pedagógicas", utilizadas para buscas em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Periódicos CAPES, SciELO e Google Scholar. Priorizaram-se artigos acadêmicos, dissertações, teses e livros científicos publicados nos últimos cinco anos, que abordassem diretamente as práticas pedagógicas voltadas à inclusão de alunos surdos utilizando a LIBRAS.

O processo inicial de busca resultou em 102 documentos, que passaram por uma triagem a partir de critérios de inclusão e exclusão. Foram selecionados apenas aqueles que tratavam diretamente da inclusão de alunos surdos em sala de aula e da utilização da LIBRAS como ferramenta de ensino. Após a remoção de duplicidades, publicações irrelevantes e documentos que não atendiam à pergunta central da pesquisa, restaram 10 estudos que formaram a base para a construção dos tópicos do artigo. Esses estudos foram analisados e discutidos com o objetivo de identificar como as práticas pedagógicas envolvendo a LIBRAS contribuem para a inclusão efetiva dos alunos surdos no ensino regular.

Essa abordagem qualitativa documental permite uma reflexão crítica sobre as práticas atuais e aponta direções para futuras estratégias de inclusão, com base em uma análise profunda da literatura existente.

INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Os estudos sobre a inclusão de alunos surdos no ambiente educacional demonstram que a inclusão não é apenas um processo de adaptação dos alunos às práticas pedagógicas tradicionais, mas uma construção contínua que envolve tanto os educadores quanto os alunos. A utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como ferramenta pedagógica central nessa inclusão é um exemplo claro de como as práticas educacionais podem ser transformadas por meio da adaptação às necessidades específicas dos alunos surdos, sem comprometer o conteúdo curricular, mas promovendo uma vivência rica de significados para todos os envolvidos (Costa e Andrade, 2024).

Segundo Lukesi (2005) apud Carvalho *et al.*, (2024), a educação inclusiva pode ser compreendida como um fenômeno relacional, que envolve a interação constante entre o sujeito e o ambiente. O ato de ensinar, nesse contexto, deixa de ser uma simples transmissão de conhecimento e passa a ser uma prática de interação significativa entre o educador, o aluno e a cultura de sinais. O conceito de "ludicidade" apresentado por Lukesi também pode ser associado ao ensino de LIBRAS, pois a aquisição de uma nova língua – especialmente quando essa língua é tão rica em expressão gestual e cultural – gera um estado de bem-estar e envolvimento para o aluno, promovendo a aprendizagem através do prazer e da experiência.

A inclusão de alunos surdos por meio da LIBRAS, portanto, não se limita ao ensino da língua em si, mas à criação de um ambiente educacional que reconheça e respeite a identidade cultural dos surdos. Esse processo é interativo e envolve a colaboração entre os professores, os alunos e suas famílias. Silva *et al.*, (2023) aponta que a prática educativa, ao integrar a LIBRAS no cotidiano escolar, cria um ambiente inclusivo e plural, onde os alunos surdos são

reconhecidos como sujeitos plenos de direitos e capazes de participar ativamente da construção do conhecimento.

Na reflexão sobre as práticas pedagógicas, é possível observar que a educação inclusiva para surdos não deve ser tratada como uma prática isolada, mas como uma estratégia integradora dentro da proposta educativa geral (Carvalho *et al.*, 2024). A integração da LIBRAS no ensino, como demonstrado nas fontes analisadas, permite que os alunos surdos possam não apenas compreender os conteúdos curriculares, mas também expressar suas próprias ideias, experiências e vivências de maneira plena. Isso quebra a barreira da comunicação e cria um espaço educacional onde a diversidade não é apenas aceita, mas celebrada.

A conexão entre as práticas pedagógicas de inclusão e o conceito de "inteireza" descrito por Lukesi (2005) apud Carvalho *et al.*, (2024), também se faz presente neste contexto. Ao aprender LIBRAS, os alunos surdos atingem um estado de inteireza, onde suas capacidades de comunicação e interação são ampliadas, permitindo uma participação mais ativa e significativa nas atividades escolares. A ludicidade, portanto, é uma ferramenta importante, pois oferece um espaço onde o aprendizado ocorre de forma prazerosa, respeitando o tempo e as necessidades emocionais de cada aluno.

Conforme apontado por Freire (2022), a educação deve ser um ato de intervenção no mundo, que não se limita à reprodução do conhecimento dominante, mas que busca transformar a realidade, romper com estigmas e promover a liberdade e a igualdade. A inclusão de alunos surdos através da LIBRAS é, portanto, uma forma de intervenção educativa que visa transformar a sociedade ao quebrar as barreiras comunicativas e promover um ambiente de respeito à diversidade.

Em suma, a análise qualitativa documental realizada neste estudo destaca que a inclusão de alunos surdos não é apenas uma necessidade de adaptação, mas uma oportunidade para transformar o ambiente escolar em um espaço de vivência plural, onde a LIBRAS não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um elemento central na construção de um ambiente educativo inclusivo, justo e respeitoso.

DESAFIO DE ADQUIRIR TARDIAMENTE A LIBRAS NA INCLUSÃO ESCOLAR

A aquisição tardia da Língua Brasileira de Sinais é um dos principais desafios enfrentados pelos alunos surdos no contexto da educação inclusiva no Brasil. Quando a aquisição de uma língua de sinais ocorre após a infância, especialmente em crianças surdas de pais ouvintes, o processo de inclusão escolar torna-se significativamente mais complexo e prejudica o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social dos estudantes (Aragão, Costa e Guarany, 2022).

A LIBRAS é uma língua natural e fundamental para os surdos, funcionando como o meio primário de comunicação, expressão e acesso à cultura. No entanto, a demora no aprendizado da língua de sinais impede que esses alunos se integrem plenamente no ambiente escolar, dificultando não apenas a compreensão dos conteúdos curriculares, mas também a construção da identidade surda e a participação ativa na comunidade escolar (Freitas *et al.*, 2024).

A literatura especializada, como os estudos de Martins (2018) e Freitas *et al.*, (2024), revela que muitas crianças surdas são diagnosticadas com surdez tardiamente, e a aquisição da

LIBRAS é retardada devido a fatores como a falta de conhecimento dos pais sobre a importância da língua de sinais ou o diagnóstico tardio da deficiência. Além disso, muitos alunos surdos que têm pais ouvintes não têm acesso à LIBRAS em casa, o que resulta na utilização de gestos caseiros limitados, adequados apenas para a comunicação básica, sem possibilitar o desenvolvimento linguístico adequado. Isso cria uma lacuna significativa na educação desses alunos, que precisam do aprendizado de uma língua para adquirir conceitos abstratos e desenvolver suas habilidades cognitivas e acadêmicas.

A teoria histórico-cultural de Vigotski (2019) afirma que a aquisição de uma língua é essencial para o desenvolvimento cognitivo de qualquer criança, independentemente de ser surda ou ouvinte. A língua é o meio pelo qual as funções psicológicas superiores se desenvolvem e se estruturam, e a LIBRAS desempenha esse papel crucial no processo de desenvolvimento de surdos. Quando esse aprendizado ocorre de maneira tardia, a criança surda perde a oportunidade de se desenvolver plenamente no contexto social e cultural, limitando sua capacidade de compreender o mundo ao seu redor e de interagir de maneira significativa com os outros.

Outro fator que contribui para a aquisição tardia da LIBRAS é a falta de políticas públicas eficazes, como a escassez de escolas bilíngues e de professores qualificados para ensinar LIBRAS. Embora a Lei nº 14.141/2021 tenha garantido a educação bilíngue para surdos, com a LIBRAS como primeira língua e o português escrito como segunda língua, a implementação dessa política ainda enfrenta desafios significativos (Brasil, 2021). O financiamento inadequado, a falta de formação especializada para os professores e a escassez de recursos nas escolas tornam a inserção da LIBRAS no currículo escolar um processo lento e desigual, especialmente em áreas mais periféricas e rurais.

A exclusão da LIBRAS na educação formal também resulta na marginalização dos surdos da sociedade. Como observado por Steffen (2023), a falta de uma língua oficial de sinais leva os alunos surdos a ficarem isolados, sem comunicação efetiva com seus colegas e professores, e sem acesso aos conteúdos educativos. Isso pode gerar sentimentos de inferioridade, frustração e baixa autoestima, comprometendo a socialização e a construção de uma identidade positiva como surdo. Além disso, a privação da LIBRAS dificulta o acesso à cultura surda e à comunidade, o que é crucial para o fortalecimento do pertencimento e da inclusão.

A solução para esses desafios passa pela implementação de um sistema educacional que ofereça suporte contínuo para os alunos surdos, desde o diagnóstico precoce da surdez até a introdução de programas de ensino bilíngues (Strobel, 2018). Isso inclui a formação de professores surdos e ouvintes para trabalhar com LIBRAS e garantir que a língua de sinais seja oferecida como uma opção legítima e acessível em todas as etapas da educação escolar. Além disso, é fundamental que o Estado promova políticas públicas eficazes que garantam o acesso à LIBRAS desde os primeiros anos de vida e que assegurem recursos adequados para a educação dos surdos, como intérpretes e materiais didáticos adaptados.

Portanto, o desafio de adquirir tardia a LIBRAS é um reflexo das desigualdades estruturais que ainda persistem no sistema educacional brasileiro. Superá-las requer um esforço conjunto entre governo, escolas e comunidade para garantir que todos os alunos surdos tenham a oportunidade de aprender sua língua natural o mais cedo possível e de participar plenamente no processo educacional e na sociedade.

PRÁTICAS APLICADAS EM SALAS DE AULA PARA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS

Os quatro estudos de caso analisados – Leite *et al.* (2023), Bernardes, Kelman e Redig (2022), Vieira, Souza e Silva (2023) e Sousa (2021) – abordam, de formas distintas, os desafios e estratégias voltadas para a inclusão de alunos surdos na educação formal, com especial atenção para o uso da Libras, a presença de intérpretes e às metodologias de ensino adaptadas. A convergência entre os estudos mostra que, apesar dos avanços legislativos e da crescente conscientização sobre a importância da inclusão, ainda há uma grande lacuna em relação à implementação efetiva de práticas educacionais inclusivas para alunos surdos, especialmente no que se refere à formação de professores, ao uso de tecnologias e à adaptação dos currículos.

Uma constante observada nos quatro estudos é a relevância da Língua Brasileira de Sinais como ferramenta essencial para garantir a inclusão dos alunos surdos, bem como a presença de intérpretes de Libras. O estudo de Leite *et al.* (2023) revela a importância da utilização de intérpretes nas aulas para facilitar a comunicação entre alunos surdos e professores. A pesquisa destaca que, sem a presença de um intérprete qualificado, a comunicação entre o docente e o aluno surdo pode ser comprometida, afetando diretamente o processo de ensino-aprendizagem.

Embora o uso da Libras seja amplamente reconhecido na legislação brasileira, muitos professores ainda não se sentem preparados para usar essa língua nas suas práticas pedagógicas, o que cria uma barreira significativa para a inclusão efetiva. Vieira, Souza e Silva (2023) também ressaltam a importância da presença de intérpretes de Libras em aulas remotas, destacando que, apesar do uso das tecnologias de comunicação, os desafios na adaptação de conteúdos e na interação com alunos surdos permanecem. A escassez de intérpretes e a dificuldade dos professores em dominar a Libras são obstáculos significativos para a inclusão.

Além disso, Bernardes, Kelman e Redig (2022) destacam que, no caso de alunos oralizados como Laura, a presença de um intérprete de Libras pode melhorar a interação, mesmo que esses alunos também usem a língua portuguesa oralizada. A pesquisa de Sousa (2021), por outro lado, revela como, na Educação Infantil, o ensino de Libras deve ser não apenas uma necessidade para os alunos surdos, mas também uma ferramenta para os alunos ouvintes, de modo que todos possam se comunicar de forma efetiva e inclusiva. A presença de intérpretes e o ensino de Libras em toda a comunidade escolar (professores, alunos e pais) são essenciais para garantir a comunicação eficaz e a integração dos alunos surdos no ambiente escolar.

Outro ponto em comum nos estudos é a formação docente e os desafios que os professores enfrentam ao trabalhar com alunos surdos. Em Leite *et al.* (2023), a pesquisa mostrou que muitos professores ainda não se sentem preparados para lidar com a diversidade linguística e cultural dos alunos surdos. A falta de capacitação em Libras e em metodologias inclusivas é um desafio contínuo que impede que os professores atendam de forma adequada às necessidades dos alunos surdos. Bernardes, Kelman e Redig (2022) complementam esse ponto, ao destacar a falta de formação específica para os professores, que enfrentam dificuldades em criar um ambiente de aprendizagem que respeite as diferenças linguísticas e culturais dos alunos surdos.

A pesquisa de Sousa (2021), ao explorar a experiência de professores que atuam com crianças surdas na Educação Infantil, também revela a carência de formação específica para trabalhar com alunos com deficiência auditiva. A formação dos professores deve incluir não apenas o ensino de Libras, mas também a compreensão das práticas pedagógicas que respeitam a diversidade cultural e linguística dos alunos surdos. Isso é corroborado por Vieira, Souza e Silva (2023), que, ao analisar a inclusão em tempos de ensino remoto, observa que a falta de formação contínua para os professores tem gerado dificuldades na adaptação das aulas, especialmente no uso de recursos visuais adequados e na comunicação com alunos surdos.

A questão das estratégias de ensino também se destaca como um ponto importante em todos os estudos. Leite *et al.* (2023) e Bernardes, Kelman e Redig (2022) discutem como as estratégias de ensino precisam ser adaptadas para alunos surdos. Leite *et al.* (2023) enfatizam que o uso de recursos visuais, como imagens e vídeos, é crucial para garantir que os alunos surdos compreendam os conteúdos. Bernardes, Kelman e Redig (2022), ao discutir a experiência de Laura, a aluna oralizada, relatam que as estratégias pedagógicas precisam ser mais inclusivas e que a comunicação visual deve ser priorizada, especialmente em disciplinas como Física e Matemática, que exigem uma abordagem mais prática e visual para que o aluno surdo possa compreender os conceitos.

No estudo de Vieira, Souza e Silva (2023), as dificuldades no ensino remoto para alunos surdos são ampliadas pela falta de recursos visuais e interatividade. A pesquisa destaca que, para garantir a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar remoto, os professores devem usar recursos multimodais que integrem o verbal e o visual de forma harmônica. Esse ponto é reforçado por Sousa (2021), que discute como as metodologias pedagógicas para alunos surdos devem ser projetadas de forma a levar em consideração as características visuais dos alunos e a utilização de diferentes formas de comunicação, como a Libras, os gestos e os desenhos.

Bernardes, Kelman e Redig (2022) e Vieira, Souza e Silva (2023) também discutem o impacto do bullying e da exclusão social sobre os alunos surdos. Laura, a aluna entrevistada por Bernardes, Kelman e Redig (2022), relata situações de bullying tanto na escola quanto no trabalho, devido à sua condição de surdez. A exclusão social e a discriminação são fatores que comprometem o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos surdos. Vieira, Souza e Silva (2023), ao abordar o ensino remoto, aponta que a ausência de uma cultura inclusiva e a falta de preparo dos professores para lidar com as especificidades dos alunos surdos contribuem para a marginalização desses alunos.

No que diz respeito às tecnologias e ao impacto das políticas públicas, todos os estudos ressaltam que, embora existam avanços, ainda há uma grande lacuna na implementação de estratégias de inclusão eficazes. O uso das tecnologias no ensino remoto, abordado por Vieira, Souza e Silva (2023), mostrou-se como uma ferramenta importante para a inclusão, mas sua eficácia foi comprometida pela falta de recursos visuais adequados e pela resistência dos professores em adaptar suas metodologias. As políticas públicas que visam garantir a inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), ainda não têm sido plenamente implementadas, especialmente em termos de capacitação dos docentes e de adaptação dos currículos.

Em Sousa (2021), a pesquisa aponta que a escola investigada, embora tenha tentado implementar práticas pedagógicas inclusivas, ainda enfrenta dificuldades devido à falta de infraestrutura e de políticas educacionais municipais específicas para a inclusão de alunos

surdos. A falta de uma sala de recursos multifuncionais e de apoio especializado evidencia as falhas na implementação das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva.

Por fim, a partir da análise dos quatro estudos de caso, pode-se concluir que, embora tenha ocorrido uma evolução no campo da educação inclusiva para alunos surdos, ainda há uma série de desafios a serem enfrentados. O papel central da Libras e dos intérpretes, a formação inadequada dos docentes, a falta de recursos didáticos e tecnológicos adequados, o bullying, e a marginalização dos alunos surdos ainda são obstáculos significativos.

Para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, é essencial que as escolas adotem estratégias pedagógicas bilíngues, ofereçam formação contínua aos professores e adaptem seus ambientes e currículos às necessidades dos alunos surdos. As políticas públicas precisam ser mais eficazes e amplamente implementadas para garantir que os direitos dos alunos surdos sejam plenamente atendidos. Somente assim, será possível proporcionar uma educação de qualidade, equitativa e respeitosa à diversidade linguística e cultural dos alunos surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia que a inclusão de alunos surdos nas escolas brasileiras, por meio da Língua Brasileira de Sinais, ainda enfrenta desafios significativos, mas também apresenta avanços importantes. A análise das práticas pedagógicas bilíngues e a formação docente demonstram que a utilização de LIBRAS é fundamental para garantir a comunicação efetiva e a aprendizagem dos alunos surdos, mas sua implementação de forma plena depende de esforços contínuos em diversos níveis. A aquisição tardia da LIBRAS e a escassez de recursos pedagógicos e de formação específica para professores são obstáculos que comprometem a inclusão de surdos no ambiente escolar, exigindo políticas públicas mais eficazes e a capacitação constante dos educadores.

Os estudos de caso analisados apontam para a necessidade urgente de uma abordagem pedagógica mais inclusiva, que respeite as especificidades culturais e linguísticas dos alunos surdos, promovendo um ambiente de aprendizado no qual a diversidade seja não apenas aceita, mas celebrada. Além disso, a inclusão de LIBRAS nas escolas deve ser vista como uma ferramenta de transformação social, que contribui para o fortalecimento da identidade surda e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, para que a inclusão dos alunos surdos seja realmente eficaz, é necessário um compromisso coletivo que envolva escolas, professores, alunos e o poder público, garantindo a implementação de estratégias pedagógicas adequadas e recursos necessários. Somente com políticas inclusivas robustas e com a valorização da cultura surda será possível proporcionar uma educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade linguística e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, K. C.; COSTA, E. S.; GUARANY, A. L. A. Análise e intervenção da aquisição tardia da Libras no processo de alfabetização bilíngue de surdos. *IPÊ ROXO*, v. 4, n. 1, 2022.
- BERNARDES, A. O.; KELMAN, C. A.; REDIGI, A. G. Os desafios para inclusão de uma surda oralizada: um estudo de caso. *Abordagens sobre ensino-aprendizagem e formação de professores - ISBN 978-65-5360-361-5*, v. 1, n. 2, p. 98-115, 2023.
- BRASIL. Lei nº 14.141, de 10 de julho de 2021. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/document-detail/337160742>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- CARVALHO, E. P. N.; CARVALHO, P. L.; DIAS, M. A. N.; MELO, F. C. S.; MELO, L. S. O Acesso À Libras Como L2 No Âmbito Escolar: Inclusão, Mediação e Cidadania. *Revista Acadêmica Online*, v. 10, n. 53, p. e338-e338, 2024.
- COSTA, G. M. N.; ANDRADE, D. M. M. Ludicidade desperta: trajetória da prática educativa da educação para as relações étnico raciais. *Revista Cocar*, v. 21, n. 39, p. 1-17, 2024.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2022.
- FREITAS, V.; FORMIGA, M. M.; MOÇO, F. S.; ABREU, J. R. G. Influências do intérprete de libras nas aulas de educação física. In: *Anais do congresso nacional de pesquisas e práticas em educação*, v. 7, n. 8, p. 1-6, 2024.
- LEITE, G. G.; BRILHANTE, R. R. T.; SOUZA, M. J. M.; SOUZA, F. E. G. Estratégias de ensino para surdos (as): estudo de caso em um curso técnico federal em relação à inclusão. *Conedu – Congresso Nacional de Educação*, v. 2, n. 6, p. 1-9, 2023.
- LIMA JÚNIOR, E. B.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O.; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 44, p. 69-79, 2021.
- MARTINS, L. M. B. Constituição identitária da aquisição tardia da língua de sinais. *Dossiê –Relatos de Experiência. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal (Cadernos RCC#12)*, Brasília-DF, v. 5, n. 1, p. 250-254, 2018.
- SILVA, A. T. G.; RÊGO, A. R. M.; VIANA, A. R. S.; LIMA, F. N.; NASCIMENTO, M. D. G. L.; NASCIMENTO, C. L. Formação docente em LIBRAS como trajetória para inclusão escolar. *Editora Licuri*, p. 58-68, 2023.
- SOUSA, L. T. S. M. *Ensino de Libras para crianças surdas na Educação Infantil: estudo de caso em uma escola municipal no interior do estado de Goiás – Município de Pires do Rio*. 2021. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021.
- STEFFEN, L. L. Aquisição tardia da Libras e teoria histórico-cultural: a educação e a inclusão de surdos. *Revista Cocar, Edição Especial*, n. 19, p. 1-17, 2023.
- STROBEL, Karin Lilian. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 4. ed. 1. reimp. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2018.
- VIEIRA, A. A.; SOUZA, C. J.; SILVA, A. A. As potencialidades e os desafios do TILSP para a inclusão dos alunos surdos no ensino remoto. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 9, n. 27, p. 216-229, 2022.
- VIGOTSKI, L. S. *Obras Completas –Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia./ Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2019.

PROGRAMAS DE TUTORIA ENTRE ALUNOS PARA PROMOVER À INCLUSÃO
ESTUDENT MENTORING PROGRAMS TO PROMOTE INCLUSION
PROGRAMAS DE TUTORÍA DE ESTUDIANTES PARA FOMENTAR LA INCLUSIÓN

Sirlene Terezinha Keps Gomes
 keps_sirlene998@escola.pr.gov.br

GOMES, Sirlene Terezinha Keps. **Programas de tutoria entre alunos para promover à inclusão.** Revista International Integrate Scientific, Ed. n.44, p. 332 – 340, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/3085-654X

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima

RESUMO

A diversidade nas salas de aula no Brasil, com diferentes níveis de aprendizado, interesses e comportamentos, exige estratégias pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos, inclusive aqueles da Educação Especial. A inclusão escolar, fundamentada em leis e políticas públicas, assegura o direito a uma educação de qualidade para todos. Nesse contexto, a escola tem a responsabilidade de promover o acesso, a participação, a permanência e o sucesso dos alunos em todas as atividades, garantindo um aprendizado adequado às suas necessidades. A inclusão tem sido recentemente debatida com o objetivo de proporcionar a inserção integral da pessoa com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nos ambientes sociais e educacionais. Os avanços atuais são resultado de diversos movimentos de luta e tentativas de mudanças e melhorias. Nesse sentido, a escola exerce um papel fundamental na reflexão da realidade, e o professor deve ser um agente capaz de educar para a promoção de indivíduos inclusivos, reflexivos e críticos. A escolha deste tema se justifica pela necessidade de explorar práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para a formação integral dos alunos. O estudo foi conduzido através de uma revisão bibliográfica cujo propósito foi analisar a literatura disponível sobre tutoria por pares no contexto da Educação Especial, com ênfase nas produções científicas brasileiras. Revisões desse tipo são essenciais para pesquisadores novatos em uma área específica do conhecimento, pois permitem a comparação de estudos sobre temas relacionados, a identificação da evolução de teorias e métodos, a compreensão das práticas em diferentes contextos e a indicação das tendências metodológicas na área. Em síntese, os programas de tutoria entre alunos são uma poderosa ferramenta para promover a inclusão escolar, proporcionando suporte acadêmico e emocional aos estudantes com NEE. A implementação cuidadosa e estratégica desses programas pode transformar a dinâmica escolar, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e inclusivo. A formação contínua de educadores, o acompanhamento constante e o envolvimento da comunidade escolar são elementos chave para o sucesso desses programas.

Palavras Chaves: Inclusão. Educação Especial. Tutoria por Pares. Estratégias Pedagógicas.

SUMMARY

The diversity of classrooms in Brazil, with different levels of learning, interests and behaviors, requires pedagogical strategies that meet the needs of all students, including those with special education. School inclusion, based on laws and public policies, ensures the right to a quality education for all. In this context, schools have the responsibility to promote access, participation, retention and success of students in all activities, ensuring learning appropriate to their needs. Inclusion has recently been debated with the aim of providing full integration of people with special educational needs (SEN) into social and educational environments. Current advances are the result of several movements of struggle and attempts at change and improvement. In this sense, schools play a fundamental role in reflecting reality, and teachers must be agents capable of educating to promote inclusive, reflective and critical individuals. The choice of this theme is justified by the need to explore innovative pedagogical practices that contribute to the comprehensive education of students. The study was conducted through a bibliographic review whose purpose was to analyze the available literature on peer tutoring in the context of Special Education, with an emphasis on Brazilian scientific productions. Reviews of this type are essential for novice researchers in a specific area of knowledge, as they allow the comparison of studies on related topics, the identification of the evolution of theories and methods, the understanding of practices in different contexts and the indication of methodological trends in the area. In summary, peer tutoring programs are a powerful tool to promote school inclusion, providing academic and emotional support to students with SEN. The careful and strategic implementation of these programs can transform school dynamics, promoting a collaborative and inclusive learning environment. Continuous training of educators, constant monitoring and the involvement of the school community are key elements for the success of these programs.

Keywords: Inclusion. Special Education. Peer Tutoring. Pedagogical Strategies.

RESUMEN

La diversidad de las aulas en Brasil, con diferentes niveles de aprendizaje, intereses y comportamientos, requiere estrategias pedagógicas que atiendan las necesidades de todos los estudiantes, incluidos los de Educación Especial. La inclusión escolar, basada en leyes y políticas públicas, garantiza el derecho a una educación de calidad para todos. En este contexto, el colegio tiene la responsabilidad de promover el acceso, la participación, la retención y el éxito de los estudiantes en todas las actividades, garantizando un aprendizaje adecuado a sus necesidades. Recientemente se ha debatido sobre la inclusión con el objetivo de proporcionar la plena integración de las personas con Necesidades Educativas Especiales (NEE) en los entornos sociales y educativos. Los avances actuales son el resultado de varios movimientos de lucha e intentos de cambio y mejora. En este sentido, la escuela juega un papel fundamental como reflejo de la realidad, y el docente debe ser un agente capaz de educar para promover personas inclusivas, reflexivas y críticas. La elección de este tema se justifica por la necesidad de explorar prácticas pedagógicas innovadoras que contribuyan a la formación integral de los estudiantes. El estudio se realizó a través de una revisión bibliográfica cuyo objetivo fue analizar la literatura disponible sobre tutoría entre pares en el contexto de la Educación Especial, con énfasis en las producciones científicas brasileñas. Las revisiones de este tipo son fundamentales para los investigadores noveles en un área específica del conocimiento, pues permiten comparar estudios sobre temas relacionados, identificar la evolución de teorías y métodos, comprender prácticas en diferentes contextos y señalar tendencias metodológicas en el área. En resumen, los programas de tutoría entre estudiantes son una poderosa herramienta para promover la inclusión escolar, brindando apoyo académico y emocional a los estudiantes con NEE. La implementación cuidadosa y estratégica de estos programas puede transformar la dinámica escolar, promoviendo un entorno de aprendizaje colaborativo e inclusivo. La formación continua de los educadores, el seguimiento constante y la implicación de la comunidad escolar son elementos clave para el éxito de estos programas.

Palabras Clave: Inclusión. Educación Especial. Tutoría por Pares. Estrategias Pedagógicas

INTRODUÇÃO

A relevância dos programas de tutoria entre alunos na promoção da inclusão tem despertado crescente interesse e investigação no ambiente acadêmico. A tutoria entre alunos se revela uma ferramenta importante para apoiar a inclusão, oferecendo benefícios significativos tanto para os tutorados quanto para os tutores. Neste trabalho, discutiremos a importância desses programas, os desafios na sua implementação, modelos e estratégias eficazes, o impacto na experiência acadêmica, práticas bem-sucedidas, avaliação da eficácia, entre outros aspectos essenciais para compreender e promover a inclusão através da tutoria entre alunos (Oliveira, 2022).

A inclusão no ambiente acadêmico é crucial para garantir igualdade de oportunidades e valorizar a diversidade. No contexto educacional, a inclusão visa assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, tenham pleno acesso e participação ativa no processo de aprendizagem. Isso requer a criação de ambientes que acolham e respeitem a singularidade de cada aluno, promovendo a convivência e colaboração entre estudantes com diferentes perfis. A contextualização da inclusão no ambiente acadêmico também deve abordar os desafios e barreiras existentes, como a falta de acessibilidade física e digital, discriminação e preconceito, que impactam diretamente a experiência de inclusão dos alunos. Assim, entender o ambiente acadêmico em sua totalidade é fundamental para a efetiva promoção da inclusão (Mendes, 2016).

Neste contexto, a Tutoria por Pares (TP) se apresenta como uma tática pedagógica eficaz para promover a inclusão escolar e o progresso dos estudantes. No âmbito nacional, a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) garante o direito à educação, incentivando a implementação de ações personalizadas e coletivas em ambientes que favoreçam o progresso acadêmico e social dos alunos com deficiência. Tais ações promovem o ingresso, a

continuidade, a participação e o aprendizado nas instituições educacionais. A variedade de pessoas neste contexto é evidente, com características distintas, e o educador deve procurar métodos que auxiliem no aprendizado dos estudantes (Brasil, 2015). Portanto, no contexto das estratégias de inclusão, é necessário criar um ambiente participativo onde os alunos possam colaborar para a aprendizagem e o desenvolvimento mútuo através da tutoria de pares.

A escolha deste tema se justifica pela necessidade de explorar práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para a formação integral dos alunos. A tutoria entre pares se alinha com os princípios da educação inclusiva ao proporcionar suporte direto e imediato aos estudantes que mais necessitam, facilitando sua participação ativa no ambiente escolar. Além disso, ao envolver diretamente os alunos no processo de ensino-aprendizagem, esses programas incentivam uma postura mais proativa e engajada por parte dos estudantes (Echer, 2018).

Do ponto de vista das políticas educacionais, a implementação de programas de tutoria entre alunos está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão e outras normativas que promovem a equidade na educação (Brasil, 2015). Pesquisar e documentar a eficácia dessas práticas oferece subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas e para a adoção de novas estratégias educacionais que possam ser replicadas em diferentes contextos escolares. Sendo assim, o objetivo do presente estudo consiste em realizar uma revisão de literatura sobre a aplicação da Tutoria por Pares e suas contribuições para a Educação Especial.

REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em vista que a inclusão tem evoluído de forma gradual, torna-se primordial fomentar medidas que aceleram esse processo. Primeiramente, é essencial compreender a trajetória histórica das pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE), que, em tempos passados, enfrentam realidades em que a educação era limitada e, quando disponível, possuía um caráter meramente assistencialista. Mendes (2016) destaca que a Educação Especial começou a ser considerada no século XVI, quando alguns médicos e pedagogos, contrariando os ideais da época, acreditaram nas possibilidades de mudança para aqueles classificados como "anormais". Entretanto, como a educação era restrita a poucos, esses profissionais assumiam a responsabilidade de desenvolver seus trabalhos para esses indivíduos.

No século XIX, com a introdução da escolarização obrigatória, surgem as classes especiais nas escolas regulares. Nesse cenário, os alunos com alguma NEE eram direcionados para essas classes, em um processo denominado integração. Mendes (2016) observa que a integração escolar não era vista como uma questão absoluta, mas como um processo com vários níveis, no qual o sistema educacional fornecia os meios mais adequados para atender às necessidades dos alunos (Mendes, p. 391). Dessa forma, os indivíduos frequentavam as escolas, mas não participavam de forma plena. Essa visão foi reforçada por mudanças sociais, como a adoção de políticas neoliberais, que, segundo Mendes (2016), visavam reduzir custos para os cofres públicos (Mendes, 2016).

Ao longo dos anos, inúmeros movimentos e legislações foram criados para promover a inclusão. A partir de 1990, com a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca em 1994, a preocupação com esse tema ganhou destaque internacional. Documentos importantes incluem a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, que afirmam a Educação como um direito de todos. Da mesma forma, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) estabelece condições de igualdade, direitos e liberdades fundamentais. Além desses, outros marcos legais também são essenciais para sustentar a ideia de inclusão no contexto social e educacional (Brasil, 2015).

Contudo, apesar do apoio legislativo, a educação inclusiva ainda enfrenta muitos desafios. Diversas áreas apontam dificuldades e problemas relacionados à inclusão escolar. No entanto, é crucial superar essas barreiras para garantir uma educação de qualidade para todos. Nesse contexto, a tutoria por pares se destaca pela importância das relações interpessoais, servindo como uma prática que facilita o trabalho do professor e incentiva a participação e aprendizagem dos alunos Lourenço (2017).

Além disso, Lourenço (2017) ressalta que o modelo de tutoria teve origem nos países da América Latina com o intuito de solucionar problemas como desinserção, abandono escolar, repetência, atrasos na aprendizagem e baixa conclusão dos estudos. No Brasil, essa "aprendizagem" ocorre na efetiva participação dos estudantes; o tutor aprende ao interagir com o tutorado, que também aprende em um trabalho coletivo, promovendo sucesso nas aprendizagens acadêmicas" (Frison, 2015, p. 3). No entanto, é perceptível que essa ação ainda apresenta pouca efetividade no país (Fernandes e Costa, 2015).

Dessa forma, entende-se que as leis que regem o desenvolvimento infantil são universais, independentemente das particularidades de cada criança, e o que varia são os métodos e modelos de interação. Vygotsky, sem dúvida, compreendia que crianças com problemas mais sérios possuem especificidades que exigem abordagens metodológicas diferenciadas, visando a superação dessas dificuldades por meio da compensação (Costa, 2018).

A proposta de pesquisa, portanto, se direciona para uma revisão bibliográfica sobre a inclusão e a tutoria por pares, partindo da reflexão sobre práticas pedagógicas na sala de aula. A inclusão, apesar de assegurada por lei, ainda não é totalmente efetivada. A tutoria surge como uma estratégia necessária para minimizar os obstáculos no ambiente educacional, promovendo a interação e o convívio por meio da aceitação e da colaboração, independentemente das particularidades dos alunos. Evidencia-se, ainda, a importância de os professores aprofundarem seus conhecimentos e buscarem formação contínua, favorecendo assim a interação e o desenvolvimento das crianças na sala de aula (Sousa et al, 2017).

Encontrar estratégias de ensino que assegurem a participação de todos os alunos, considerando suas diferentes necessidades educativas, representa um desafio significativo para os sistemas educacionais. Nesse contexto, Duran e Vidal (2017) destacam que a aprendizagem cooperativa, fundamentada na heterogeneidade, é uma abordagem que: a) reconhece a diversidade; b) utiliza essa diversidade para enriquecer o ensino; c) transforma as diferenças entre os estudantes em elementos positivos que facilitam a aprendizagem; d) converte a variação nos níveis de conhecimento em uma ferramenta que auxilia o professor, ao promover a aprendizagem entre pares e incentivar a responsabilidade dos alunos por seu próprio aprendizado e o de seus colegas (Duran e Vidal, 2017).

No estudo de metanálise realizado por Bowman-Perrott et al. (2015), concluiu-se que a Tutoria por Pares é uma intervenção eficaz, independentemente do grau, nível escolar ou condição de deficiência. Estudantes com deficiências, especialmente aqueles com transtornos emocionais e comportamentais, se beneficiam significativamente, o que faz da Tutoria por

Pares uma importante aliada na promoção de ganhos acadêmicos em diversas áreas de conhecimento, desde o ensino básico até o médio (Bowman-Perrott et al, 2015).

Firmiano (2017) observa que a aprendizagem cooperativa em sala de aula estimula os alunos a trabalharem juntos e se ajudarem mutuamente, utilizando a discussão de conteúdos como uma forma de facilitar a compreensão. Esta estratégia promove a interação entre colegas, além de aumentar a autonomia e a responsabilidade nas tomadas de decisão. O autor salienta várias vantagens dessa metodologia, tais como: a) desenvolvimento de habilidades sociais; b) fortalecimento do suporte social; c) incentivo à responsabilidade mútua; d) aumento da autoestima; e) melhoria das relações entre alunos e professores; f) estimulação do pensamento crítico; g) clarificação de ideias através do diálogo; h) desenvolvimento da competência de comunicação oral; i) aprimoramento da retenção de conteúdos; e j) criação de um ambiente de aprendizado ativo e investigativo (Firmiano, 2017);

Hoot et al. (2018) identificam cinco modelos comumente utilizados na ação tutorial: 1) Tutoria por Pares da classe inteira; 2) Tutoria por Pares entre diferentes idades; 3) Estratégias de Aprendizagem Assistida por Pares; 4) Tutoria Recíproca por Pares; e 5) Tutoria por Pares da mesma idade. Para que a dupla tutor-tutorado seja eficaz, é essencial que os tutores recebam treinamento adequado para desempenhar a função de apoiar a aprendizagem do tutorado. Os estudantes necessitam de um guia de interação que os ajude a entender suas tarefas em qualquer circunstância, conforme o papel que desempenham. O treinamento prévio, especialmente para os tutores, é um requisito crucial para transformar a colaboração em uma relação de tutoria efetiva, na qual cada membro da dupla assume sua responsabilidade.

A implementação de programas de tutoria entre alunos traz inúmeros benefícios. Estudos indicam que esses programas contribuem para a melhoria do desempenho dos tutorados, aumento da autoestima e desenvolvimento de habilidades socioemocionais nos tutores, além de promover um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor. Alunos envolvidos nesses programas tendem a desenvolver uma maior empatia e compreensão das dificuldades alheias, o que fortalece o sentido de comunidade e pertencimento dentro da escola (Frison, 2015,).

Embora os programas de tutoria apresentem muitas vantagens, existem desafios a serem superados. Dificuldades na seleção adequada de tutores, resistência por parte de alguns alunos ou mesmo falta de recursos podem impactar a eficácia do programa. Para mitigar esses desafios, é essencial a formação contínua dos tutores, a flexibilidade na abordagem pedagógica e o engajamento ativo de toda a comunidade escolar (Costa, 2018).

Em suma, os programas de tutoria entre alunos são uma ferramenta poderosa para promover a inclusão escolar, proporcionando suporte emocional aos estudantes com necessidades educacionais especiais. A implementação cuidadosa e estratégica desses programas pode transformar a dinâmica escolar, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e inclusivo. A formação contínua de educadores, o acompanhamento constante e o envolvimento da comunidade escolar são elementos chave para o sucesso desses programas (Oliveira, 2022).

PROCEDIMENTOS

METODOLÓGICOS

O estudo foi conduzido através de uma revisão bibliográfica cujo propósito foi analisar a literatura disponível sobre tutoria por pares no contexto da Educação Especial, com ênfase

nas produções científicas brasileiras. Revisões desse tipo são essenciais para pesquisadores novatos em uma área específica do conhecimento, pois permitem a comparação de estudos sobre temas relacionados, a identificação da evolução de teorias e métodos, a compreensão das práticas em diferentes contextos e a indicação das tendências metodológicas na área (Koller, De Paula, 2014).

O procedimento metodológico seguiu alguns estágios. Inicialmente, foi definida a estratégia para a coleta de material informativo, realizada através da busca em bancos de dados confiáveis por bibliografias relacionadas ao tema. Em seguida, foram feitas leituras das obras selecionadas. Posteriormente, foi realizada a seleção das fontes consideradas mais relevantes, separando-se aquelas que apresentavam características pertinentes à pesquisa. Por fim, foram analisadas as produções selecionadas, com a realização de fichamentos e a subsequente redação do artigo, considerando os procedimentos e os resultados encontrados (Marconi, Lakatos, 2003).

Os critérios de busca e seleção do material foram cuidadosamente estabelecidos. As publicações selecionadas incluíram artigos sobre tutoria por pares como uma forma de intervenção pedagógica no âmbito da Educação Especial, abrangendo desde o Ensino Fundamental até a universidade. Este rigor metodológico assegura a fundamentação e a relevância do estudo, proporcionando uma análise aprofundada e abrangente das práticas e tendências na área de tutoria por pares.

O período de análise foi definido entre 2015 e 2022, em razão de a tutoria por pares ser um tema relativamente novo e pouco explorado nos meios escolares. Após a década de 1990, com a implementação de políticas públicas de inclusão para a integração de estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no ensino regular, iniciou-se um processo, embora gradual, que incentivou a definição de estratégias pedagógicas. Somente a partir de 2015, surgiram, no Brasil, os primeiros estudos propondo a tutoria por pares como abordagem educativa, apesar de traços dessa prática serem observados desde a antiguidade.

A seleção e exclusão de material foram realizadas minuciosamente, refinando a pesquisa com base nos anos escolhidos, idiomas e relevância das publicações. Inicialmente, todos os resumos das publicações encontradas foram lidos para identificar aqueles que estavam alinhados com o foco da pesquisa. Posteriormente, os trabalhos completos foram analisados de forma criteriosa e objetiva, escolhendo aqueles que apresentavam contribuições significativas sobre o tema.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

A tutoria entre alunos emerge como uma dessas estratégias, com diversos estudiosos oferecendo contribuições significativas sobre o tema. Nesta discussão, analisar-se-á as perspectivas apresentadas por autores como Mendes (2016), Lourenço (2017), Frison (2015), Fernandes e Costa (2015), Costa (2018), Duran e Vidal (2017), Bowman-Perrott et al. (2015), Firmiano (2017), Hoot et al. (2018), Sousa et al. (2017) e Oliveira (2022).

Lourenço (2017) destaca que o modelo de tutoria teve como finalidade solucionar problemas como desinserção, abandono escolar, repetência e atrasos na aprendizagem. Entre os modelos comumente utilizados, encontramos a Tutoria por Pares da classe inteira, onde todos os alunos da turma participam do processo, atuando como tutores e tutorados, promovendo um

ambiente de aprendizado colaborativo. Outro modelo é a Tutoria por Pares entre diferentes idades, que emparelha alunos de faixas etárias distintas, com os mais velhos auxiliando os mais novos, oferecendo conhecimento e experiências avançadas (Frison, 2015).

As Estratégias de Aprendizagem Assistida por Pares incluem técnicas estruturadas como estudo em grupo e resolução de problemas em pares, promovendo a cooperação no aprendizado de novos conceitos (Frison, 2015). A Tutoria Recíproca por Pares é um arranjo em que os alunos alternam os papéis de tutor e tutorado, permitindo que todos experimentem os benefícios de ensinar e aprender com seus colegas. Por fim, temos a Tutoria por Pares da mesma idade, onde alunos do mesmo ano escolar se ajudam mutuamente, compartilhando conhecimentos e técnicas de estudo relevantes para seu nível de ensino (Frison, 2015).

Esses modelos podem ser adaptados conforme as necessidades específicas dos alunos e do ambiente escolar, proporcionando diversas maneiras de apoiar o aprendizado e promover a inclusão. A escolha do modelo adequado depende dos objetivos educacionais, das características dos alunos e dos recursos disponíveis na escola (Frison, 2015). Contudo, Fernandes e Costa (2015) observam que essa ação ainda apresenta pouca efetividade no país.

Vygotsky compreende que crianças com problemas mais sérios possuem especificidades que exigem abordagens metodológicas diferenciadas, visando a superação dessas dificuldades por meio da compensação (Costa, 2018). A tutoria por pares se alinha a essa perspectiva, promovendo a interação e o convívio por meio da aceitação e colaboração, independentemente das particularidades dos alunos (Sousa et al., 2017).

Duran e Vidal (2017) argumentam que a aprendizagem cooperativa, fundamentada na heterogeneidade, reconhece a diversidade, utiliza-a para enriquecer o ensino e transforma as diferenças entre os estudantes em elementos positivos que facilitam a aprendizagem. Essa abordagem incentiva a responsabilidade dos alunos por seu próprio aprendizado e o de seus colegas, promovendo a aprendizagem entre pares.

Bowman-Perrott et al. (2015) as metanálises destacam as limitações dos estudos revisados, como a variabilidade nos métodos de implementação da tutoria por pares e a necessidade de mais pesquisas para confirmar os resultados. Firmiano (2017) observa que a aprendizagem cooperativa em sala de aula estimula os alunos a trabalharem juntos e a se ajudarem mutuamente, utilizando a discussão de conteúdos para facilitar a compreensão. Esta estratégia promove a interação entre colegas, além de aumentar a autonomia e a responsabilidade nas tomadas de decisão. O autor salienta várias vantagens dessa metodologia, incluindo o desenvolvimento de habilidades sociais, fortalecimento do suporte social, aumento da autoestima, melhoria das relações entre alunos e professores e estímulo ao pensamento crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva tem como objetivo proporcionar uma escola de qualidade para todos os alunos, garantindo igualdade de oportunidades para a aquisição de diversos conhecimentos e o desenvolvimento de suas potencialidades. Nesse contexto, a tutoria de pares destaca-se como uma estratégia fundamental, promovendo a colaboração entre alunos, onde um estudante mais experiente auxilia um colega com Necessidades Educativas Especiais (NEE) sob a supervisão de um professor mediador. Esta técnica tem se mostrado eficaz ao incentivar

a interdependência e a responsabilidade, além de estabelecer relações de parceria e amizade que beneficiam todos os envolvidos.

Pesquisas indicam que a tutoria por pares (TP) contribui significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico dos tutorados e tutores. Além disso, essa prática fomenta habilidades sociais essenciais, como comunicação, colaboração e empatia. Ao atuar como tutores, os alunos desenvolvem autonomia e liderança, consolidando seus conhecimentos ao explicar conceitos. Os tutorados, por sua vez, recebem apoio personalizado e esclarecimento de dúvidas, o que potencializa sua participação em sala de aula e a interação com os pares.

Em resumo, os programas de tutoria entre alunos são uma ferramenta poderosa para promover a inclusão escolar, oferecendo suporte acadêmico e emocional aos estudantes com NEE. A implementação cuidadosa e estratégica desses programas pode transformar a dinâmica escolar, criando um ambiente de aprendizado colaborativo e inclusivo. A formação contínua dos educadores, o acompanhamento constante e o envolvimento da comunidade escolar são elementos chave para o sucesso desses programas.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- BOWMANN-PERRPTT, L., DAVIS, H., V, K., Williams, L., GREENWOOD, C. R., & Parker, R. Academic benefits of peer tutoring: A meta-analytic review of single-case research. *School Psychology Review*, 42(1), 39-55. <https://eric.ed.gov/?id=EJ1007216> 2016.
- BRASIL. Lei N° 13.146 de 6 de julho de 2015. Instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 Nov. 2024.
- COSTA, Dóris Anita Freire. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. *Rev. Psicopedag.*, São Paulo, v. 23, n.72, p. ??, 2018.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.
- DURAN, David; VIDAL, Vinyet. Tutoria: aprendizagem entre iguais. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. *R. Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 5-20, jul. 2018.
- FERNANDES, Woquilon Lima; COSTA, Carolina Severino L. Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior. *Rev. Bras. Ed. Esp., Marília*, v. 21, n. 1, p. 39-56, jan.-mar., 2015.
- FIRMIANO, E. P. Aprendizagem cooperativa na sala de aula. Programa de Educação em Células Cooperativas – Prece, 47 p. 2017.
- HOOT, B., WALKER, J., & SAHNI, J. Peer tutoring. Council for Learning Disabilities. <https://council-for-learning-disabilities.org/wp-content/uploads/2013/11/Peer-Tutoring.pdf>. 2018.
- KELMAN, C. A.; SOUZA, M. A. Sociedade, educação e cultura. In: MACIEL, D. A. BARBATO, S. (orgs.). *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília: Editora UnB, 2016. P. 15-56.
- KOLLER, S. H.; DE PAULA COUTO, M. C. P.; HOHENDORFF, J. V. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LOURENÇO, Lucinda Fernandes. Tutoria. Um caminho possível para o sucesso escolar. 2012. Disponível em: Acesso em: 01 de Nov. 2024.
- MARCONI M. A., LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas 2003.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. v.11, n. 33, p. ?? set/dez, 2016.
- OLIVEIRA, Jáima P. de. Formação de Professores para a Inclusão Escolar. São Paulo: Contexto, 2022.
- SOUZA, Joslei Viana de; MUNSTER, Mey de Abreu van; LIEBERMAN, Lauren; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Programa de formação de colegas tutores: a tutoria no processo de inclusão escolar nas aulas de Educação Física. *Práxis Educativa, Ponta Grossa, Ahead of Print*, v. 12, n. 2, maio/ago, 2017.

CARTILHA EDUCAÇÃO: INSERÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MERCADO DE TRABALHO

**EDUCATIONAL BOOKLET: INCLUSION OF STUDENTS WITH PHYSICAL
DISABILITIES IN THE JOB MARKET**

**CARTILLA EDUCATIVA: INSERCIÓN DEL ESTUDIANTE CON DISCAPACIDAD
FÍSICA EN EL MERCADO LABORAL**

Maristela Pinto Fabiano
maristelaal@yahoo.com.br

FABIANO, Maristela Pinto. **Cartilha educação: inserção do aluno com deficiência física no mercado de trabalho.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 341 – 347, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. tobias Rosário Serrão

RESUMO

Este estudo apresenta um recurso pedagógico inclusivo voltado para a inserção de alunos com deficiência física no mercado de trabalho. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise de práticas pedagógicas, a cartilha aborda legislações relevantes, desafios enfrentados e caminhos para promover a inclusão social e profissional desses indivíduos. O material inclui orientações práticas, como elaboração de currículos e uso de tecnologias assistivas, além de destacar a importância de programas de qualificação e parcerias institucionais. As propostas visam sensibilizar a sociedade, reduzir barreiras atitudinais e fomentar a igualdade de oportunidades, alinhando-se aos princípios da Lei Brasileira de Inclusão e da Política Nacional de Educação Especial. Embora teórico, o material oferece grande potencial como ferramenta de conscientização e transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência física. Mercado de trabalho. Educação especial. Tecnologias assistivas.

SUMMARY

This study presents an inclusive educational resource aimed at integrating students with physical disabilities into the job market. Through bibliographic research and analysis of pedagogical practices, the booklet addresses relevant legislation, challenges faced, and pathways to promote the social and professional inclusion of these individuals. The material includes practical guidance, such as resume writing and the use of assistive technologies, as well as highlighting the importance of qualification programs and institutional partnerships. The proposals aim to sensitize society, reduce attitudinal barriers, and foster equal opportunities, aligning with the principles of the Brazilian Inclusion Law and the National Policy on Special Education. Although theoretical, the material offers great potential as a tool for awareness and social transformation, contributing to building a more just and inclusive society.

Keywords: Inclusion; Physical disability. Job market. Special education. Assistive technologies.

RESUMEN

Este estudio presenta un recurso educativo inclusivo orientado a la inserción de estudiantes con discapacidad física en el mercado laboral. A través de una investigación bibliográfica y el análisis de prácticas pedagógicas, la cartilla aborda la legislación relevante, los desafíos enfrentados y los caminos para promover la inclusión social y profesional de estas personas. El material incluye orientaciones prácticas, como la elaboración de currículos y el uso de tecnologías asistivas, además de destacar la importancia de los programas de capacitación y las asociaciones institucionales. Las propuestas buscan sensibilizar a la sociedad, reducir las barreras actitudinales y fomentar la igualdad de oportunidades, alineándose con los principios de la Ley Brasileña de Inclusión y la Política Nacional de Educación Especial. Aunque teórico, el material ofrece un gran potencial como herramienta de concienciación y transformación social, contribuyendo a construir una sociedad más justa e inclusiva.

Palabras clave: Inclusión. Discapacidad física. Mercado laboral. Educación especial. Tecnologías asistivas.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem importante repercussão na vida de todos os indivíduos e é apontado como atividade fundamental para a realização pessoal, desenvolvimento da autoestima, interação social, sentimento de pertinência e capacidade, bem como construção de identidade e

autonomia (Souza, Silva e Fossatti, 2022). Considerando esses aspectos, as políticas públicas têm dado especial atenção às propostas que buscam promover a participação e inclusão dos indivíduos com deficiência no mercado de trabalho.

Apesar da relevância social do trabalho e da previsão constitucional que, no artigo 6º da Constituição Federal (1988), define o trabalho como um direito social, pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras significativas para sua inserção no mercado. Dados mais recentes indicam um aumento no número de vínculos empregatícios formais de pessoas com deficiência (PcD) no Brasil. Em 2021, esse número atingiu 521.434, representando 1,08% do total de vínculos formais no país (Dieese, 2023).

Em 2022, houve um crescimento para aproximadamente 590 mil vínculos, mantendo a participação em cerca de 1% do total de empregos formais (Atividade inclusiva, 2022). Em 2023, o eSocial registrou 545.940 trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho brasileiro (Brasil, 2023). Embora esses números demonstrem um progresso na inclusão de PcDs no mercado de trabalho, a participação percentual permanece baixa, indicando a necessidade de políticas mais eficazes para ampliar a inclusão dessa parcela da população.

Augusto (2017) afirma que essa exclusão resulta de uma ordem social legitimada por valores e ideologias enraizadas na sociedade. Historicamente, indivíduos que não se adequarem a padrões estabelecidos foram segregados. Embora essa situação persista de forma mascarada, ela ainda afeta grupos marginalizados, incluindo pessoas com deficiência. Souza, Silva e Fossatti (2022) ressaltam que o estigma de que pessoas com deficiência são doentes e incapazes de exercer sua cidadania é um reflexo do senso comum sobre a deficiência, que as define como dependentes e inválidas, necessitando de tutela. Esse modelo contribui para a resistência à inclusão não apenas no mercado de trabalho, mas em todas as esferas sociais.

É essencial distinguir integração de inclusão. Na integração, a pessoa com deficiência precisa superar barreiras físicas, programáticas e atitudinais para se adaptar à sociedade. Por outro lado, a inclusão, conforme Lorenzo e Silva (2017), ocorre quando pessoas com deficiência e a sociedade trabalham em parceria para equacionar problemas e garantir a igualdade de oportunidades. A Lei 8.213/91, que estabelece a obrigatoriedade de reserva de vagas para pessoas com deficiência em empresas com mais de 100 funcionários, é um exemplo de iniciativa que pode ser inclusivista ou apenas integracionista, dependendo de sua implementação (Brasil, 1991).

Além disso, as tecnologias digitais assistivas (TDA) têm ampliado as possibilidades de inclusão, permitindo que pessoas com deficiência desempenhem tarefas antes inacessíveis. Essas tecnologias facilitam a superação de barreiras, desencadeando transformações sociais e promovendo a autonomia desses indivíduos (Santos e Ferreira, 2023). No âmbito educacional, é essencial que as instituições de ensino superior ofereçam ambientes acessíveis, acolhedores e tecnologicamente equipados, contribuindo para a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo apresentar uma cartilha destinada a orientar e promover a inclusão de pessoas com deficiência física no mercado de trabalho, com base em referencial teórico e práticas pedagógicas inclusivas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para criar essa cartilha baseou-se em um levantamento bibliográfico sobre a legislação vigente, dados demográficos e iniciativas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O conteúdo foi estruturado de forma temática, com foco em acessibilidade e clareza, incluindo informações práticas e contatos de instituições relevantes para facilitar o acesso às oportunidades de inclusão produtiva. Além disso, a cartilha utilizou uma abordagem informativa e educativa, buscando sensibilizar leitores sobre a importância da inclusão.

IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A inclusão de pessoas com deficiência (PCD) no mercado de trabalho é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, indo além do cumprimento das legislações, como a Lei de Cotas. Segundo Souza, Silva e Fossati (2022), a diversidade nas organizações é um elemento estratégico que impulsiona a inovação e melhora o desempenho corporativo. A presença de PCD nas empresas promove diferentes perspectivas e talentos, enriquecendo o ambiente de trabalho e fortalecendo a criatividade.

Santos e Ferreira (2023) destacam que a inclusão também é um reflexo do respeito aos direitos humanos e contribui para a redução das desigualdades sociais. Contudo, mesmo com avanços legais, muitas empresas ainda não atingem os percentuais de contratação exigidos pela legislação, preferindo pagar multas a adaptar suas estruturas físicas e culturais.

Augusto (2017) ressalta que a verdadeira inclusão não se limita à integração de PCD em cargos subvalorizados, mas à oferta de oportunidades que respeitem suas qualificações e competências. As barreiras atitudinais, como preconceitos e estigmas sociais, continuam sendo os maiores obstáculos para a inclusão efetiva, conforme apontam Gaudenzi e Ortega (2016).

Por fim, Lorenzo e Silva (2017) evidenciam que a inclusão no mercado de trabalho gera benefícios não apenas para as empresas, que se tornam mais diversas e inovadoras, mas também para a sociedade, ao criar um ambiente mais equitativo e inclusivo. Promover a inclusão de PCD é investir na diversidade, fortalecer os direitos humanos e fomentar uma economia mais justa e competitiva.

ESTRUTURA DA CARTILHA

Quadro 1. Cartilha Educação: inserção do aluno com deficiência física no mercado de trabalho

<p>Apresentação</p> <p>No Paraná, cerca de 2,5% da população têm algum tipo de deficiência física, segundo dados do IBGE (2010). Apesar dos avanços em legislações e iniciativas de inclusão, desafios ainda persistem na preparação e inserção dessa parcela da população no mercado de trabalho. Esta cartilha tem como objetivo apresentar os principais caminhos para a inclusão de alunos com deficiência física no mercado de trabalho, abordando legislações, iniciativas educacionais e programas específicos do estado do Paraná.</p>
<p>A quem se destina esta cartilha?</p> <p>Esta cartilha é destinada a:</p>

- Alunos com deficiência física e seus familiares, que buscam informações sobre como se preparar para o mercado de trabalho.
- Educadores e gestores escolares, para apoiar a criação de ambientes mais inclusivos.
- Empresas e empregadores interessados em promover a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente laboral.

Panorama da Pessoa com Deficiência Física no Paraná

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), pessoas com deficiência têm direito à educação e ao trabalho em condições de igualdade (Brasil, 2015). Contudo, no Paraná, a integração efetiva de alunos com deficiência física às atividades laborais enfrenta barreiras estruturais e atitudinais. Dados do Censo Escolar de 2020 indicam que o estado possui cerca de 18 mil alunos com deficiência física matriculados, dos quais muitos carecem de apoio educacional especializado para transição ao mercado de trabalho.

O que é uma pessoa PCD?

PCD significa Pessoa com Deficiência. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), considera-se PCD aquela que possui impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Como fazer um currículo?

Um bom currículo é essencial para ingressar no mercado de trabalho. Aqui está um passo a passo:

1. **Identificação Pessoal:** Nome, endereço, telefone e e-mail.
2. **Objetivo:** Descrever de forma clara o tipo de vaga ou área de interesse.
3. **Formação Acadêmica:** Liste os cursos concluídos, do mais recente ao mais antigo.
4. **Experiência Profissional:** Inclua os últimos empregos, destacando suas realizações.
5. **Habilidades:** Liste habilidades específicas como informática, idiomas ou outras competências relevantes.
6. **Destaque sua Inclusão:** Caso tenha experiência em programas de inclusão ou utilize tecnologias assistivas, mencione.

Dica: Utilize modelos de currículo simples e objetivos. Se necessário, conte com o apoio de organizações como o SINE Paraná.

As limitações físicas me permitem trabalhar?

Sim. As limitações físicas não impedem que uma pessoa trabalhe, desde que sejam oferecidas condições adequadas, como acessibilidade e adaptações necessárias. Muitos cargos e funções podem ser desempenhados com o suporte de tecnologias assistivas, organização do ambiente laboral e capacitação profissional.

Legislação Relevante

1. **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015):** Garante direitos fundamentais, como educação e trabalho, para pessoas com deficiência.
2. **Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91):** Exige que empresas com mais de 100 funcionários reservem de 2% a 5% das vagas para pessoas com deficiência.
3. **Decreto nº 3.298/99:** Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa com deficiência.

Desafios e Oportunidades

Desafios:

- Baixa acessibilidade em escolas e locais de trabalho.
- Preconceitos e estigmas sociais.
- Déficit de qualificação profissional adaptada.

Oportunidades:

<ul style="list-style-type: none"> ● Programas estaduais: O Paraná conta com iniciativas como o Programa de Educação Inclusiva da Secretaria Estadual de Educação, que promove adaptações curriculares e acessibilidade. ● Parcerias: Instituições como o SENAI Paraná oferecem cursos técnicos e de qualificação para pessoas com deficiência.
<p>Qual a importância de se preencher as vagas PCD? O preenchimento de vagas destinadas a PCD é fundamental para:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Promover a inclusão e a igualdade de oportunidades. ● Reduzir barreiras sociais e atitudinais. ● Cumprir as legislações trabalhistas, como a Lei de Cotas. ● Enriquecer o ambiente corporativo com diversidade e diferentes perspectivas.
<p>Caminhos para a Inserção no Mercado de Trabalho</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Educação e Qualificação: <ul style="list-style-type: none"> o Cursos profissionalizantes adaptados. o Uso de tecnologias assistivas no aprendizado. 2. Parcerias Institucionais: <ul style="list-style-type: none"> o Colaboração com instituições como o SINE Paraná, que auxilia na colocação de pessoas com deficiência no mercado. 3. Apoio Psicossocial: <ul style="list-style-type: none"> o Atuação de equipes multidisciplinares para fortalecer a confiança e autonomia dos alunos.
<p>Iniciativas Locais no Paraná</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Rede Estadual de Apoio: Centros de Atendimento Especializado (CAE) auxiliam alunos com deficiência em todas as regiões do estado. 2. Parcerias com Empresas: Empresas paranaenses, como a COPEL e a SANEPAR, têm implementado programas de inclusão. 3. Tecnologias Assistivas: O uso de softwares de leitura, adaptações físicas em equipamentos e práticas pedagógicas inovadoras tem promovido maior autonomia.
<p>Contato e Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Secretaria de Estado da Educação do Paraná: www.educacao.pr.gov.br ● SINE Paraná/Agência do Trabalhador: Informações sobre vagas e programas de inclusão. Telefone: 0800 643 1388. ● APAE Paraná: Cursos e oficinas de capacitação. www.apaepr.org.br

Fonte: Elaboração da autora (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção da cartilha "Educação: Inserção do Aluno com Deficiência Física no Mercado de Trabalho" gerou resultados que destacam a relevância de materiais educativos acessíveis como ferramentas de conscientização e inclusão. Este trabalho aponta que, para promover a inclusão de alunos com deficiência física no mercado de trabalho, é indispensável articular políticas públicas, práticas pedagógicas inclusivas e a conscientização social.

De acordo com Souza, Silva e Fossati (2022), a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho requer um esforço conjunto entre escolas, famílias e empresas. A cartilha reflete essa perspectiva ao fornecer informações práticas para diferentes públicos, promovendo o empoderamento dos indivíduos e o engajamento da sociedade. Além disso, o trabalho destaca

que materiais como este são essenciais para superar barreiras informacionais que muitas vezes impedem o acesso a direitos básicos.

Os dados apresentados por Santos e Ferreira (2023) reforçam que, mesmo com o avanço de legislações como a Lei Brasileira de Inclusão, a concretização da inclusão ainda depende de mudanças culturais e estruturais. A cartilha, ao abordar temas como a importância do preenchimento de vagas PCD e os desafios enfrentados por pessoas com deficiência, contribui para fomentar essa mudança ao educar e sensibilizar os diversos atores envolvidos.

Para Augusto (2017), a acessibilidade educacional e profissional está diretamente ligada ao uso de ferramentas de orientação e capacitação que promovam a autonomia. Neste sentido, a seção que ensina como elaborar um currículo se mostra alinhada com essa proposta, auxiliando os indivíduos a se posicionarem de forma competitiva no mercado de trabalho, mesmo diante de limitações físicas.

Já Gaudenzi e Ortega (2016) destacam que iniciativas inclusivas bem-sucedidas necessitam de uma abordagem interdisciplinar, envolvendo educadores, gestores e empresas. A cartilha reflete essa abordagem ao conectar as necessidades dos alunos com deficiência física às oportunidades oferecidas por programas estaduais e nacionais. Dessa forma, promove uma ponte entre a educação e o mercado de trabalho.

Por fim, Lorenzo e Silva (2017) apontam que as barreiras atitudinais, mais do que as físicas, representam os maiores desafios para a inclusão de pessoas com deficiência. Nesse contexto, a cartilha desempenha um papel estratégico ao esclarecer conceitos como o que é ser uma pessoa PCD e ao demonstrar que limitações físicas não impedem o desempenho profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta cartilha destaca a importância de materiais educativos como instrumentos de conscientização e transformação social, especialmente no contexto da inclusão de pessoas com deficiência física no mercado de trabalho. Ao abordar temas como legislações relevantes, a elaboração de currículos, desafios enfrentados e a importância do preenchimento das vagas destinadas a PCD, o material contribui para reduzir barreiras informacionais e promover a igualdade de oportunidades.

Fundamentada em uma abordagem prática e teórica, a cartilha reflete a necessidade de uma atuação conjunta entre escolas, famílias, empresas e o poder público para garantir a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Além disso, ao informar e orientar diferentes públicos, ela se apresenta como uma ferramenta essencial para estimular a inclusão social e profissional.

Por fim, reafirma-se que a inserção de pessoas com deficiência física no mercado de trabalho não é apenas um cumprimento de legislações, mas um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa, capaz de valorizar as diferenças e promover a diversidade como elemento enriquecedor em todos os âmbitos sociais.

REFERÊNCIAS

- APAE PARANÁ. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Paraná. Disponível em: <http://www.apaepr.org.br>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- AUGUSTO, T. PCD no mercado de trabalho: A inclusão de profissionais com deficiência. Telavita, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 9 jan. 2025.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 jan. 2025.
- BRASIL. Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 9 jan. 2025.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.
- Censo Escolar 2020. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3061-3070, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- LORENZO, S. M.; SILVA, N. R. Contratação de Pessoas com Deficiência nas Empresas na Perspectiva dos Profissionais de Recursos Humanos. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.23, n.3, p.345-360, 2017.
- SANTOS, C. A.; FERREIRA, H. L. Os desafios dos alunos portadores de deficiências para permanecerem no mercado de trabalho. *Revista de Carreiras Pessoas – RECAPE*, v. 13, n. 2, p. 277-295, 2023.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Educação inclusiva. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- SINE PARANÁ. Serviços para Pessoas com Deficiência. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Servicos-Sine>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- SOUZA, M. P.; SILVA, L. Q.; FOSSATI, P. Capacitação tecnológica de estudantes com deficiência: preparação para o mercado de trabalho. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society*, v. 15, n. 1, p. 18-27, 2022.

**ATIVIDADE LÚDICA EXPLORANDO AS CORES:
CÍRCULO CROMÁTICO E TÉCNICAS DE PINTURA PARA ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL**

**PLAYFUL ACTIVITY EXPLORING COLORS: COLOR WHEEL AND PAINTING
TECHNIQUES FOR STUDENTS WITH VISUAL IMPAIRMENT**

**ACTIVIDAD LÚDICA EXPLORANDO LOS COLORES: CÍRCULO CROMÁTICO Y
TÉCNICAS DE PINTURA PARA ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD VISUAL**

Maristela Pinto Fabiano
maristela1@yahoo.com.br

FABIANO, Maristela Pinto. **Atividade lúdica explorando as cores: círculo cromático e técnicas de pintura para alunos com deficiência visual.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 348 – 355, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão

RESUMO

Este estudo apresenta um recurso pedagógico lúdico voltado para a inclusão de alunos com deficiência visual, com enfoque na construção do círculo cromático e na aplicação de técnicas de pintura, como a aquarela. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise pedagógica, propôs-se atividades que aliam estímulos visuais e táteis, utilizando materiais adaptados, como tintas naturais e papéis texturizados. As práticas sugeridas buscam promover a percepção estética, a criatividade e o desenvolvimento motor, enquanto integram os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Embora não aplicadas diretamente, as atividades demonstram grande potencial como ferramentas inclusas no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação integral de alunos com baixa visão.

Palavras-chave: Arte inclusiva. Deficiência visual. Círculo cromático. Pintura. Educação lúdica.

SUMMARY

This study presents a playful pedagogical resource aimed at the inclusion of students with visual impairments, focusing on the construction of the color wheel and the application of painting techniques, such as watercolor. Through bibliographic research and pedagogical analysis, activities were proposed that combine visual and tactile stimuli, using adapted materials such as natural paints and textured papers. The suggested practices aim to promote aesthetic perception, creativity, and motor development while integrating the principles of the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education. Although not directly applied, the activities demonstrate great potential as inclusive tools in the teaching-learning process, contributing to the holistic development of students with low vision.

Keywords: Inclusive art. Visual impairment. Color wheel. Painting. Playful education.

RESUMEN

Este estudio presenta un recurso pedagógico lúdico enfocado en la inclusión de estudiantes con discapacidad visual, con énfasis en la construcción del círculo cromático y la aplicación de técnicas de pintura, como la acuarela. A través de una investigación bibliográfica y un análisis pedagógico, se propusieron actividades que combinan estímulos visuales y táctiles, utilizando materiales adaptados como pinturas naturales y papeles texturizados. Las prácticas sugeridas buscan promover la percepción estética, la creatividad y el desarrollo motor, integrando los principios de la Política Nacional de Educación Especial en la Perspectiva de la Educación Inclusiva. Aunque no se aplicaron directamente, las actividades demuestran un gran potencial como herramientas inclusivas en el proceso de enseñanza-aprendizaje, contribuyendo al desarrollo integral de estudiantes con baja visión.

Palabras clave: Arte inclusivo. Discapacidad visual. Círculo cromático. Pintura. Educación lúdica.

INTRODUÇÃO

A arte desempenha um papel essencial no desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social das crianças, especialmente na Educação Infantil. O campo de experiências "Traços, Sons, Cores e Formas" orienta atividades que estimulam a exploração criativa e a compreensão do mundo por meio de materiais e técnicas variadas (França, 2020). Dentro deste contexto, atividades lúdicas como a pintura e a construção do círculo cromático tornam-se ferramentas pedagógicas valiosas, promovendo percepção estética, pensamento crítico e sensibilidade artística.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 3,4% da população brasileira com 2 anos ou mais de idade, o que equivale a aproximadamente 6,978 milhões de pessoas, possuem deficiência visual. Dessas, uma parcela é considerada cega, enquanto a maioria apresenta baixa visão (IBGE, 2023).

Indivíduos com baixa visão possuem comprometimento da função visual, mas ainda contam com uma visão útil que pode ser estimulada e potencializada por meio de atividades educacionais e programas específicos (Bueno, Lima & Antonioli, 2021). Nesse sentido, atividades pedagógicas que aliam elementos visuais e táteis podem ser fundamentais para promover aprendizado e inclusão, respeitando as necessidades específicas desses alunos.

A proposta deste estudo centra-se em atividades artísticas adaptadas para alunos com deficiência visual, com foco na exploração de cores, texturas e técnicas de pintura. Por meio da manipulação de tintas guache, aquarela e pigmentos naturais, como folhas e cascas de vegetais, busca-se oferecer uma experiência sensorial enriquecedora que estimule a criatividade e a interação. Estas práticas não apenas ampliam a percepção visual e tátil dos estudantes, mas também integram os princípios de inclusão previstos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Amaral, Guedes & Gama, 2015).

O aspecto lúdico, intrínseco às atividades propostas, é um mecanismo essencial para engajar os alunos, permitindo que aprendam de forma descontraída e significativa. As adaptações pedagógicas desenvolvidas visam promover tanto a aprendizagem quanto a inclusão, proporcionando aos estudantes com baixa visão a oportunidade de explorar suas capacidades e interagir de maneira ativa no ambiente escolar (Posca & Agreli, 2019).

Este artigo apresenta uma análise sobre a relevância das atividades artísticas no contexto educacional inclusivo, com ênfase na pintura e no círculo cromático como ferramentas pedagógicas. Divide-se em três momentos principais: a fundamentação teórica sobre a importância da pintura e da inclusão educacional, o relato das práticas realizadas com crianças utilizando materiais e técnicas adaptadas, e uma reflexão sobre os resultados obtidos e sua contribuição para a educação inclusiva. O objetivo é evidenciar como as atividades lúdicas podem promover o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência visual, integrando arte, aprendizado e inclusão de maneira efetiva.

METODOLOGIA

Para fundamentar a proposta lúdica apresentada neste estudo, utilizou-se uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica e prática experimental. A pesquisa bibliográfica serviu como base para identificar os princípios pedagógicos, os fundamentos da inclusão educacional e os métodos artísticos voltados para alunos com deficiência visual, garantindo uma compreensão aprofundada do tema.

A atividade lúdica proposta, envolvendo a exploração do círculo cromático e técnicas de pintura, foi adaptada para atender às necessidades específicas de alunos com baixa visão. A aplicação prática incluiu a utilização de materiais que promovem estímulos visuais e táteis, como tintas naturais, texturas variadas e contrastes marcantes, respeitando as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008).

É importante destacar que a abordagem lúdica na educação pertence a todos e pode ser ajustada conforme as experiências de ensino dos educadores e as demandas específicas de cada turma. No contexto deste estudo, a atividade foi elaborada para incentivar a interação, a criatividade e o aprendizado significativo, promovendo um ambiente inclusivo e colaborativo.

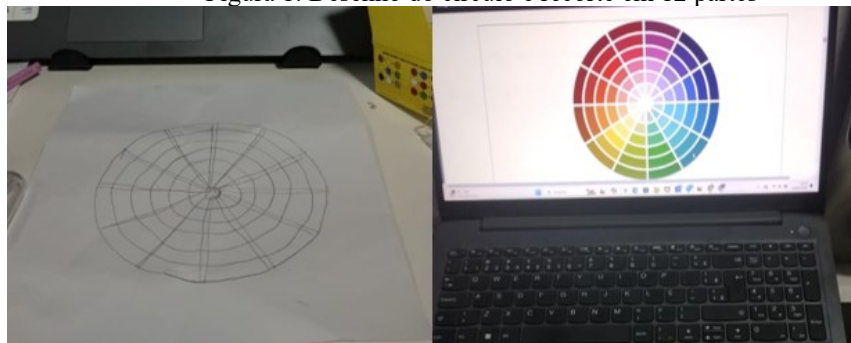
A metodologia adotada não se limita a uma única perspectiva, mas busca integrar teoria e prática, valorizando o potencial transformador da arte e da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem. Por meio dessa abordagem, espera-se proporcionar aos alunos uma experiência pedagógica enriquecedora que contribua para seu desenvolvimento integral e sua inclusão efetiva no ambiente escolar.

CONSTRUÇÃO DO CÍRCULO CROMÁTICO

O círculo das cores é uma forma de organizar o espectro cromático luminoso. É parte da sistematização da teoria das cores e existe há mais de 200 anos. Para um pintor, um círculo das cores também é muito útil, por permitir rápida visualização e compreensão das relações cromáticas, que podem ser aplicadas em seu trabalho, construir seu próprio círculo de cores, suas próprias misturas, também cria parâmetros para os materiais que você utiliza e como as utiliza. Por isso, nesta atividade, propomos que você produza seu próprio círculo de cores.

Segue abaixo as etapas do trabalho:

Figura 1. Desenho do círculo e recorte em 12 partes



Fonte: Elaboração da autora(2025).

A seguir destaca-se o processo de construção e pintura com a tinta guache no papel adequado.

Figura 2. Círculo cromático finalizado após a pintura com tinta guache



Fonte: Elaboração da autora(2025).

Após a finalização do círculo cromático, os alunos são incentivados a observar as relações entre as cores e a compreender como elas se conectam no espectro luminoso. Essa atividade promove o aprendizado prático de conceitos como cores primárias, secundárias e terciárias, bem como a percepção de tonalidades e nuances resultantes das misturas.

O círculo cromático finalizado é apresentado como uma ferramenta visual que os alunos podem utilizar para explorar combinações de cores e compreender sua aplicação em diversos contextos artísticos. Além disso, o exercício fortalece a coordenação motora fina, a criatividade e a sensibilidade estética, elementos fundamentais no desenvolvimento artístico e cognitivo.

A atividade também estimula discussões em grupo sobre a importância das cores no cotidiano, sua presença em elementos naturais e seu impacto na arte e no design. Por fim, os círculos cromáticos produzidos são expostos como parte de uma dinâmica colaborativa, valorizando o esforço individual e promovendo o aprendizado coletivo.

Esses resultados reforçam o caráter lúdico e educativo da atividade, contribuindo para a formação integral dos alunos e demonstrando o potencial da arte como ferramenta inclusiva e significativa no processo de ensino-aprendizagem.

PINTURA EM AQUARELA

A técnica de aquarela é amplamente reconhecida por sua delicadeza e pelo efeito translúcido das cores. Baseada no uso de água como solvente, essa técnica permite criar efeitos únicos que variam de acordo com a maneira como a tinta é aplicada no papel (Reilly, 2010). Para esta atividade, os alunos exploraram os contrastes entre a aplicação de aquarela em papel seco e em papel previamente umedecido, observando as diferenças nos resultados finais.

Na Figura 3, apresenta-se uma paisagem composta por um sol, uma montanha e outros elementos naturais. O lado esquerdo da figura foi pintado com a técnica de aquarela em papel seco. Esse método destaca traços mais definidos e cores menos dispersas, permitindo um controle maior sobre os detalhes. Já o lado direito foi pintado sobre papel molhado, criando um efeito de maior fluidez, com as cores se espalhando suavemente e se mesclando de maneira orgânica, o que confere uma aparência etérea à composição.

Figura 3. Comparação entre aplicação de aquarela em papel seco (à esquerda) e papel molhado (à direita), com uma paisagem ilustrando sol e montanha.



Fonte: Elaboração da autora(2025).

Já na Figura 4 ilustra uma aplicação da técnica, utilizando as cores preta, verde e rosa. No papel seco, as cores mantêm sua intensidade original, com bordas bem definidas, enquanto no papel molhado, as tonalidades apresentam transições suaves, formando degradês e sobreposições harmoniosas. Este contraste exemplifica como a quantidade de água utilizada influencia diretamente o resultado final, oferecendo múltiplas possibilidades criativas.

Figura 4. Efeito da aquarela utilizando cores preta, verde e rosa, com contraste entre papel seco (à esquerda) e papel molhado (à direita).



Fonte: Elaboração da autora(2025).

Essas experimentações permitem que os alunos compreendam os fundamentos da técnica de aquarela e aprendam a manipular diferentes quantidades de água para alcançar os efeitos desejados. Além de estimular a criatividade, a atividade promove o desenvolvimento da coordenação motora fina e o senso estético, enquanto os alunos exploram como o meio artístico pode ser utilizado para expressar ideias e sentimentos. Por fim, essa prática reforça a importância da observação e do planejamento, características essenciais no processo de criação artística.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo destacam a relevância de atividades artísticas como mecanismos pedagógicos voltados para a inclusão de alunos com deficiência visual. A construção do círculo cromático é uma prática eficaz para o ensino de conceitos relacionados à teoria das cores.

Ressalta-se, que essa abordagem facilita a compreensão de cores primárias, secundárias e terciárias, ao mesmo tempo em que estimula a exploração tátil e visual por meio de materiais contrastantes e adaptados, como tintas guache e papéis texturizados. Essas atividades, quando aplicadas, têm o potencial de desenvolver a coordenação motora fina e a criatividade dos alunos,

aspectos apontados como cruciais no processo educacional inclusivo (Silva, Teixeira & Justi, 2019).

Embora as atividades não tenham sido diretamente aplicadas com os alunos neste estudo, a análise pedagógica sugeriu que o círculo cromático pode promover um aprendizado prático e significativo, permitindo que os estudantes internalizem conceitos de forma acessível e interativa. De acordo com Oliveira Neto (2015), estratégias pedagógicas que envolvem a ludicidade e a experimentação prática criam um ambiente acolhedor e colaborativo, facilitando a comunicação e a interação social.

A técnica de pintura em aquarela foi analisada como uma ferramenta artística que promove a compreensão de contrastes e texturas, explorando as diferenças entre a aplicação em papel seco e molhado. Os professores identificaram que o papel seco permite traços definidos, enquanto o papel molhado favorece transições fluidas e misturas de cores, ampliando as possibilidades criativas. Matias (2017) reforça que essas experimentações são fundamentais para desenvolver habilidades de observação e planejamento, importantes para o processo criativo e para a autonomia dos estudantes.

A adaptação das atividades para atender às necessidades de alunos com baixa visão também foi amplamente discutida. A inclusão de materiais com contrastes marcantes, texturas diferenciadas e organização didática clara atende às diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, proporcionando uma experiência pedagógica acessível. Segundo Silva (2020), práticas adaptadas são essenciais para promover o engajamento sensorial e a autonomia dos alunos, garantindo que as atividades sejam significativas e inclusivas.

De modo geral, este estudo reforça que atividades artísticas adaptadas, como o círculo cromático e a pintura em aquarela, possuem um grande potencial pedagógico para a inclusão educacional. Embora ainda dependam de implementação em sala de aula, os mecanismos propostos mostram-se promissores para estimular a criatividade, a percepção estética e o desenvolvimento sensorial e cognitivo dos alunos. Esses achados corroboram a literatura existente, que aponta a arte como um elemento central no ensino inclusivo, promovendo o aprendizado integral e o respeito à diversidade nas práticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou como as atividades artísticas adaptadas podem desempenhar um papel essencial no desenvolvimento e inclusão de alunos com deficiência visual no contexto educacional. A construção do círculo cromático e a exploração da técnica de aquarela demonstraram que práticas lúdicas e criativas não apenas estimulam habilidades sensoriais, motoras e cognitivas, mas também promovem a interação social, a autonomia e o senso estético dos alunos.

A integração de elementos táteis, visuais e colaborativos nas atividades permitiu que os alunos se envolvessem de maneira ativa no processo de ensino-aprendizagem. Esses resultados reforçam a ideia de que a arte, quando aliada a metodologias inclusivas, pode transformar o ambiente escolar em um espaço mais acolhedor e significativo para todos os estudantes.

Além disso, a pesquisa destacou a importância da mediação do educador como facilitador das atividades, permitindo que os alunos explorassem materiais, técnicas e conceitos

artísticos de forma segura e enriquecedora. Essa abordagem está alinhada com os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que enfatiza a necessidade de criar práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade dos estudantes.

Portanto, conclui-se que a inclusão de atividades artísticas adaptadas no currículo escolar é uma estratégia eficaz para potencializar o aprendizado e a integração de alunos com deficiência visual. Futuras investigações podem explorar outros métodos e técnicas artísticas que ampliem as possibilidades pedagógicas e atendam às necessidades específicas desses alunos, reforçando a arte como um pilar central da educação inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, I.; GUEDES, M. G.; GAMA, M. G. O espaço do lazer infantil e suas cores, formas e texturas. VIII World Congress on Communication and Arts, v. 19, n. 22, 2015.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.
- BUENO, J.; LIMA, C. R.; ANTONIOLLI, K. A. Público com baixa visão: recomendações para o desenvolvimento de materiais didáticos. Anais do 10º Congresso Internacional de Design da Informação, v. 9, n. 2, p. 1-14, 2021.
- FRANÇA, M. C. C. BNCC e Educação Musical: muito barulho por nada?. Música na Educação Básica, v. 10, n. 12, 2020.
- IBGE. IBGE aponta que mais de 6 milhões de pessoas têm deficiência visual no Brasil. Dispositivo desenvolvido na Univali auxilia na locomoção de pessoas cegas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023. Disponível em: <https://www.univali.br/noticias/Paginas/ibge-aponta-que-mais-de-6-milhoes-de-pessoas-tem-deficiencia-visual-no-brasil.aspx>. Acesso em: 06 jan. 2025.
- MATIAS, J. F. A arte como elemento facilitador no contexto da educação inclusiva. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- OLIVEIRA NETO, R. B. Desenho e deficiência visual: uma experiência no ensino de artes visuais na perspectiva da educação inclusiva. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- POSCA, L. M.; AGRELI, J. H. L. Lodi. Sinestesia, arte e deficiência visual: aplicação de um método didático-pedagógico para apreciação de pinturas por alunos não visuais na Educação Básica. Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 15, n. 3, p. 08-33, 2019.
- REILY, L. O ensino de artes visuais na escola no contexto da inclusão. Cadernos CEDES, v. 30, n. 81, p. 213-229, 2010.
- SILVA, E. N.; TEIXEIRA, D.; JUSTI, J. O ensino de artes visuais para alunos com deficiência visual. Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS), n. 2, p. 46, 2019.
- SILVA, K. P. O papel do ensino da arte na educação inclusiva. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário Internacional, Curitiba, 2020.

INCLUSÃO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO EM SALA DE AULA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

ASSISTIVE TECHNOLOGY IN THE CONTEXT OF INCLUSIVE EDUCATION
TECNOLOGÍA DE ASISTENCIA EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Maristela Pinto Fabiano
maristelaal@yahoo.com.br

FABIANO, Maristela Pinto. **Inclusão de alunos com baixa visão em sala de aula: uma revisão de literatura.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 356 – 364, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão.

RESUMO

A inclusão de alunos com baixa visão no ambiente educacional tem ganhado destaque nas discussões sobre práticas pedagógicas inclusivas, à medida que cresce a valorização do direito à educação de qualidade para todos. Este trabalho apresenta uma revisão da literatura sobre a inclusão de alunos com baixa visão em salas de aula regulares, analisando estratégias pedagógicas, adaptações de materiais e o uso de tecnologias assistivas. A pesquisa identificou que a falta de recursos adaptados ainda constitui barreiras significativas para a inclusão efetiva. Os resultados destacam a importância de práticas pedagógicas inovadoras, aliadas a políticas educacionais robustas, para promover a participação ativa desses alunos. Conclui-se que a inclusão de alunos com baixa visão requer um esforço contínuo de escolas, educadores e gestores para garantir a equidade e a acessibilidade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Baixa visão. Acessibilidade. Práticas pedagógicas.

SUMMARY

The inclusion of students with low vision in educational settings has gained prominence in discussions about inclusive pedagogical practices, as the value of the right to quality education for all continues to grow. This paper presents a literature review on the inclusion of students with low vision in regular classrooms, analyzing pedagogical strategies, material adaptations, and the use of assistive technologies. The research identified that the lack of adapted resources still constitutes significant barriers to effective inclusion. The findings highlight the importance of innovative pedagogical practices, combined with robust educational policies, to promote the active participation of these students. It is concluded that the inclusion of students with low vision requires continuous efforts from schools, educators, and administrators to ensure equity and accessibility in the educational environment.

Keywords: Inclusion. Low vision. Accessibility. Pedagogical practices.

RESUMEN

La inclusión de estudiantes con baja visión en el entorno educativo ha ganado protagonismo en las discusiones sobre prácticas pedagógicas inclusivas, a medida que crece la valoración del derecho a una educación de calidad para todos. Este trabajo presenta una revisión de la literatura sobre la inclusión de estudiantes con baja visión en aulas regulares, analizando estrategias pedagógicas, adaptaciones de materiales y el uso de tecnologías de apoyo. La investigación identificó que la falta de recursos adaptados sigue constituyendo barreras significativas para una inclusión efectiva. Los resultados destacan la importancia de prácticas pedagógicas innovadoras, combinadas con políticas educativas sólidas, para promover la participación activa de estos estudiantes. Se concluye que la inclusión de estudiantes con baja visión requiere un esfuerzo continuo de las escuelas, educadores y gestores para garantizar la equidad y la accesibilidad en el entorno escolar.

Palabras clave: Inclusión. Baja visión. Accesibilidad. Prácticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um conceito central para assegurar o direito de todos à educação, contemplando a diversidade racial, social, cultural e física. Esse princípio encontra-se previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que define a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida com vistas ao pleno

desenvolvimento da pessoa e sua participação na sociedade (Brasil, 1988; Bruno e Nascimento, 2019). Dentro desse contexto, a educação inclusiva busca garantir a inserção de alunos com deficiência, incluindo aqueles com baixa visão, nas salas de aula regulares, promovendo práticas que respeitem suas necessidades específicas.

A inclusão de alunos com baixa visão no ambiente escolar apresenta desafios significativos. Esses estudantes frequentemente enfrentam barreiras físicas, sociais e pedagógicas, que dificultam sua plena integração no processo de ensino e aprendizagem (Atayde, 2019). Por outro lado, os educadores enfrentam dificuldades na adaptação de práticas pedagógicas que considerem as limitações visuais dos alunos, ao mesmo tempo que atendem às demandas de uma sala de aula diversificada. Assim, surge a seguinte problemática: como a literatura científica discute e orienta as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão de alunos com baixa visão em sala de aula, considerando os desafios enfrentados tanto por professores quanto por estudantes?

Para responder a essa questão, realizou-se uma revisão de literatura, analisando publicações científicas, legislações e documentos oficiais que abordam a inclusão de alunos com baixa visão no ambiente escolar (Luneta e Guerra, 2023). Essa análise possibilitou identificar estratégias pedagógicas eficazes, os principais obstáculos enfrentados e as contribuições teóricas para a criação de práticas inclusivas.

Neste aspecto, a inclusão de alunos com baixa visão vai além da adaptação de materiais e recursos didáticos. É essencial que as escolas promovam ações que contemplem a formação continuada dos professores, a sensibilização da comunidade escolar e a criação de ambientes acessíveis (Almeida, 2020). Além disso, observou-se que a participação ativa do aluno com baixa visão no planejamento de atividades é um elemento-chave para o sucesso do processo inclusivo.

Conclui-se que a inclusão de alunos com baixa visão em sala de aula ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos, mas pode ser potencializada por meio de práticas colaborativas e de políticas educacionais robustas. A revisão destaca a importância de avançar no debate e nas ações que garantam uma educação equitativa, conforme preconizado pela legislação brasileira e pelos princípios da educação inclusiva.

METODOLOGIA

Este estudo baseia-se em uma revisão de literatura que segundo Gonçalves (2019) consiste na síntese dos resultados de outros artigos, correlacionados ao tema inclusão de alunos com baixa visão no ensino regular. A metodologia aplicada seguiu critérios de seleção para garantir a qualidade e relevância das informações. Primeiramente, foram definidas palavras-chave, como “Educação Inclusiva”, “Deficiência Visual”, “Baixa visão” e “Práticas Pedagógicas”, utilizadas para buscas em bases de dados reconhecidas, como Periódicos CAPES, SciELO e Google Scholar. Foram priorizados artigos acadêmicos publicados nos últimos cinco anos, dissertações e livros científicos, que abordassem diretamente as práticas pedagógicas voltadas à inclusão de alunos com baixa visão.

O processo inicial identificou 86 artigos, que passaram por uma triagem com base nos critérios de inclusão, como foco em publicações recentes, acessíveis e de fontes acadêmicas confiáveis. Após a exclusão de artigos duplicados, revisões narrativas e aqueles que não

atendiam à pergunta da pesquisa, restaram 10 estudos que construísssem os tópicos do presente artigo. Esses estudos foram brevemente discutidos de modo a destacar como ocorre a inclusão dos alunos com baixa visão em sala de aula.

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva desempenha um papel essencial no espaço educacional, sendo uma preocupação compartilhada por professores, alunos e toda a comunidade escolar. Promover uma educação de qualidade para alunos com e sem dificuldades de aprendizagem ou deficiência é fundamental para garantir que todos se integrem à sociedade, à cultura e ao ambiente escolar, usufruindo das mesmas oportunidades de participação e aprendizado (Silva, Oliveira e Patella, 2023). Assim, é imprescindível abordar a educação inclusiva de forma a fomentar o senso de responsabilidade e a consciência sobre a integração social no contexto escolar.

Segundo Barreto e Rocha (2020), incluir socialmente significa reconhecer o direito de cada indivíduo ser diferente e ter suas necessidades atendidas pela sociedade. Essa atenção é indispensável para proporcionar o acesso à educação básica, especialmente para estudantes com deficiência, já que essa etapa inicial possibilita o contato com pessoas de diferentes realidades.

Nesse cenário, destacam-se as políticas públicas estabelecidas pelo poder legislativo para assegurar os direitos das pessoas com deficiência. Um exemplo é a Lei nº 13.146 de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que consolida e valida os direitos dessa população (Brasil, 2015). Essa norma evidencia que a educação inclusiva é um pilar essencial para garantir a proteção e o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência

Para a construção de uma educação inclusiva de qualidade, é necessário que a sociedade como um todo se envolva no processo. Conforme enfatizado, uma aprendizagem inclusiva depende do engajamento da comunidade na criação de escolas que acolham as diferenças e promovam a tolerância. Isso implica em compreender que a deficiência não define a totalidade do ser humano, mas é apenas uma característica que deve ser acolhida (Silva *et al.*, 2021).

Ademais, é imprescindível transformar desafios como a rejeição familiar e as dificuldades de adaptação social em oportunidades de ação educacional inclusiva. O professor, no ambiente escolar, desempenha um papel crucial ao identificar essas barreiras e implementar práticas que respeitem e valorizem as potencialidades de cada aluno. A capacidade de um estudante não deve ser limitada por sua deficiência, pois ele possui habilidades sociais e culturais que podem ser desenvolvidas e ampliadas (Mendes, Gomes e Caporale, 2021).

Por fim, a compreensão da educação inclusiva desafia a visão de que as limitações dos alunos determinam seu nível de aprendizagem. Este estudo busca aprofundar o entendimento sobre a inclusão de alunos com baixa visão ou deficiência visual, destacando a necessidade de criar métodos e estratégias que favoreçam seu processo de aprendizagem. Assim, reforça-se o compromisso com a construção de um ensino acessível e equitativo, aplicável não apenas à matemática, mas também a outras disciplinas.

DEFICIÊNCIA VISUAL

A Classificação Internacional de Doenças (CID-11) define a deficiência visual em dois grupos principais: visão para longe e visão para perto. No caso da visão para longe, a deficiência é classificada como leve quando a acuidade visual é inferior a 6/12; moderada, quando inferior a 6/18; grave, quando inferior a 6/60; e cegueira, quando inferior a 3/60. Já a deficiência visual para perto é caracterizada por uma acuidade inferior a N6 ou N8 a uma distância de 40 cm, mesmo com correção (Opas, 2023).

A visão subnormal, também chamada de baixa visão, é uma condição intermediária que envolve dificuldade funcional significativa, como redução da acuidade visual, do campo visual e da sensibilidade a contrastes, dificultando atividades cotidianas, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato (Leal, 2020). Fatores como acesso a tratamentos preventivos, reabilitação visual (incluindo produtos assistivos, como bengalas ou óculos), e a acessibilidade de ambientes e meios de comunicação influenciam diretamente a experiência dessas pessoas.

Dados globais estimam que 1,3 bilhão de pessoas vivam com alguma forma de deficiência visual, sendo as principais causas os erros de refração não corrigidos e a catarata. A maioria dos casos de baixa visão afeta indivíduos com mais de 50 anos. No entanto, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) aponta que 80% das condições de cegueira e deficiência visual são preveníveis ou tratáveis (Opas, 2018).

A OPAS (2023) enfatiza a importância de políticas públicas que fortaleçam os serviços oftalmológicos, especialmente em áreas rurais e periféricas, onde o acesso a cuidados ainda é limitado. Esse esforço inclui a melhoria da acessibilidade nos sistemas de saúde e a disseminação de informações que promovam intervenções eficazes, ajudando a reduzir as desigualdades e a melhorar a qualidade de vida dessas populações.

Neste aspecto, a deficiência visual destaca-se como a perda da sua capacidade de enxergar de forma total ou parcial, neste caso mesmo com a melhor correção, ou qualquer utilização de dispositivo óptico, como óculos ou lentes de contato, a permanência da dificuldade de enxergar permanece.

Além das dificuldades práticas que dificultam a qualidade de vida do aluno, destacam-se os sentimentos de rejeição, preconceito e intolerância, como por exemplo conotações pejorativas como “quatro olhos”, “ceguinho”, que reforçam o psicológico de forma negativa. Existem vários tipos de cegueira: cegueira parcial significa que a visão de uma pessoa é muito limitada e cegueira total significa que uma pessoa não pode ver nada, nem mesmo a luz (Bruno; Nascimento, 2019).

Existem vários métodos para avaliar a perda de visão ou o aumento da cegueira. Uma das principais causas da cegueira irreversível é o glaucoma avançado, que é uma doença ocular caracterizada por alterações no nervo óptico que causa danos irreversíveis às fibras nervosas. Portanto, perda de visão. Esse dano pode ser causado por aumento da pressão intraocular ou alterações no fluxo sanguíneo da cabeça do nervo óptico. Outro motivo é a degeneração macular relacionada à idade, que pode levar à perda do centro do campo visual (Ribeiro; Oliveira, 2018).

No entanto, as pessoas cegas ou com baixa visão podem ser denominadas de deficientes visuais, ou seja, caracterizam-se pela restrição ou perda das funções básicas dos olhos e do sistema visual. Porém, as pessoas completamente cegas não têm percepção visual devido a diversos fatores fisiológicos ou neurológicos, ou seja, são caracterizadas por uma visão

completa sem luz e forma, que podem ser congênitas ou adquiridas. Devido às limitações físicas causadas pela cegueira, a educação para essas pessoas é oferecida de diferentes maneiras (Bruno; Nascimento, 2019).

Destaca-se aqueles que possuem a cegueira total precisam de sistemas de escrita e leitura em relevo chamados sistema Braille e outro sistema que complementa essa leitura e comunicação voltando-se às tecnologias assistivas. Essas tecnologias hoje representam grandes avanços para os cegos, como software, leitores de tela, livros digitais etc. A visão subnormal se refere a pessoas que ainda têm uma certa porcentagem de visão, mas às vezes não podem ser totalmente corrigidas com óculos ou cirurgia, o que afeta as atividades diárias como ler e andar (Silva, Oliveira e Patella, 2023).

Assim, torna-se muito importante que as escolas ofereçam educação formal de forma indiscriminada, levando em consideração as carências de todos, pois a educação inclusiva é uma questão de direitos humanos que precisa ser revista e implementada pelo sistema de ensino, mesmo que este entenda o público. A limitação de poder e recursos financeiros é uma questão relacionada. Com o surgimento de políticas públicas de educação inclusiva, a educação deve ser entendida e priorizada como um direito básico.

INCLUSÃO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO EM SALA DE AULA

A inclusão de alunos com baixa visão no ambiente educacional é um desafio significativo, como destacado por Bidinoto e Bonzanini (2023), Rufino *et al.*, (2021) e Ozório (2022). Apesar de avanços nas políticas públicas e no desenvolvimento de tecnologias assistivas, ainda há lacunas importantes na formação docente, na adaptação de materiais didáticos e no uso de estratégias pedagógicas que promovam a verdadeira inclusão.

A criação de materiais adaptados é um elemento fundamental para proporcionar uma experiência educacional significativa para alunos com baixa visão. Bidinoto e Bonzanini (2023) exemplificam essa abordagem com a produção de uma célula em 3D, criada por licenciandos para permitir que uma estudante cega interagisse com o conteúdo por meio do tato. Essa prática demonstra o impacto positivo de materiais acessíveis e inclusivos, embora Ozório (2022) destaque que ainda há uma escassez de materiais em Braille e outras tecnologias em muitas instituições educacionais brasileiras.

Rufino *et al.*, (2021) reforçam essa análise ao observar que, mesmo em aulas práticas como Educação Física, os recursos pedagógicos raramente são adaptados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência visual. Essa falta de planejamento limita as oportunidades de aprendizado e inclusão. Segundo Ozório (2022), a inclusão exige mais do que políticas públicas; ela depende de professores bem preparados para lidar com a diversidade.

Bidinoto e Bonzanini (2023) também apontam que a criação de materiais inclusivos requer não apenas sensibilidade, mas também conhecimentos técnicos e tempo de planejamento. A ausência de formação adequada resulta em práticas pedagógicas que nem sempre promovem a inclusão efetiva. Outro aspecto a se destacar é o uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela e softwares de acessibilidade, para Ozório (2022) a utilização da tecnologia é uma solução viável para promover o aprendizado e a autonomia de alunos com deficiência visual. Contudo, o uso limitado dessas ferramentas, especialmente em contextos escolares, reflete desafios no acesso e na capacitação docente para utilizá-las de forma eficaz.

Rufino *et al.*, (2021) e Bidinoto e Bonzanini (2023) demonstram que as adaptações não precisam ser exclusivamente tecnológicas. Estratégias como o uso de materiais reaproveitáveis e a adaptação de regras em atividades práticas podem ser eficazes quando bem planejadas, promovendo a interação e a inclusão dos alunos com baixa visão.

Apesar das iniciativas relatadas, a inclusão educacional ainda enfrenta barreiras significativas. Bidinoto e Bonzanini (2023) destacam que a pandemia agravou essas dificuldades, especialmente para alunos cegos, devido à ausência de audiodescrição e à dependência de recursos visuais em aulas remotas. Rufino *et al.*, (2021) apontam que, mesmo em ambientes presenciais, a falta de adaptações prévias coloca os alunos com baixa visão em desvantagem.

Ozório (2022) resume esses desafios ao afirmar que a inclusão exige não apenas materiais e tecnologias acessíveis, mas também um planejamento curricular que valorize a diversidade. Além disso, reforça que a inclusão não se restringe ao ambiente educacional, mas abrange aspectos sociais e afetivos que impactam diretamente a qualidade de vida dos estudantes.

Assim, a inclusão de alunos com baixa visão em sala de aula é um processo que exige esforços contínuos e integrados. É essencial que as práticas pedagógicas contemplem adaptações de materiais, uso de tecnologias assistivas e estratégias inclusivas que promovam a participação ativa desses alunos.

ESTUDOS DE CASO NA LITERATURA

A inclusão de alunos com baixa visão em salas de aula regulares é uma questão central na construção de práticas pedagógicas mais equitativas e acessíveis. Diversos estudos têm abordado estratégias, desafios e perspectivas relacionados à inclusão desses alunos, destacando a importância do suporte pedagógico e da adaptação de recursos. Neste aspecto, é importante discutir as contribuições de Albuquerque e Silveira (2024), Bastos, Dias e Souza (2024), e Silva, Oliveira e Patella (2023), que apresentam abordagens complementares para a efetivação da inclusão.

Albuquerque e Silveira (2024) conduziram uma investigação qualitativa na EEMTI Maria Conceição de Araújo, localizada em Acaraú, Ceará, analisando o percurso escolar de um aluno com baixa visão. O estudo evidenciou a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que complementava o ensino regular com atividades específicas, como o estudo de braille e a utilização de recursos adaptados, tais como reglete, máquina Perkins e sorobã. A mediação pedagógica destacada pelos autores é apoiada na teoria de Vigotski (2007), que enfatiza a aprendizagem mediada como estímulo para o desenvolvimento potencial dos alunos.

O aluno estudado relatou experiências positivas de inclusão, incluindo o suporte oferecido pela escola e a participação em projetos científicos e eventos inclusivos. A utilização de recursos tecnológicos e estratégias personalizadas contribuiu para seu desempenho acadêmico e culminou em conquistas como a aprovação no curso de Música da Universidade Federal do Ceará (UFC). Este estudo destacou como adaptações metodológicas e tecnológicas podem transformar barreiras em oportunidades educacionais.

Bastos, Dias e Souza (2024) apresentaram uma proposta prática para inclusão de alunos com baixa visão no Ensino Médio, utilizando a metodologia ativa de rotação por estações. A abordagem envolveu a criação de um jogo de tabuleiro acessível, com letras ampliadas, cores contrastantes e recursos táteis, integrado em uma sequência didática interdisciplinar sobre "Ética nas Relações".

Esse modelo destacou a importância da interação entre alunos videntes e com baixa visão, promovendo autonomia, socialização e cooperação. A proposta reflete a necessidade de atividades dinâmicas e acessíveis que incentivem a participação ativa de todos os estudantes, alinhando-se às competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Bastos, Dias e Souza ressaltam que a inclusão exige a combinação de recursos acessíveis e metodologias que incentivem a colaboração entre todos os participantes da turma.

Silva, Oliveira e Patella (2023) discutiram a lacuna na formação docente relacionada ao ensino do braille e ao uso de tecnologias assistivas para deficientes visuais. Os autores apontaram que, apesar da relevância do braille como ferramenta essencial para a inclusão, muitas instituições de ensino no Brasil ainda não oferecem disciplinas específicas sobre o tema na formação inicial dos professores.

A pesquisa destaca que a ausência de capacitação e recursos adequados gera desafios significativos na inclusão de alunos com deficiência visual, comprometendo sua aprendizagem. Segundo os autores, a formação continuada e a sensibilização dos educadores para a diversidade são pilares fundamentais para a inclusão efetiva, sendo necessário promover uma cultura educacional que respeite e valorize as diferenças.

Tanto Albuquerque e Silveira (2024) quanto Bastos, Dias e Souza (2024) destacam a relevância de estratégias pedagógicas específicas para atender às necessidades de alunos com baixa visão. Enquanto Albuquerque e Silveira (2024) analisam a experiência de um estudante em uma escola que oferecia Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) com ferramentas específicas, como braille e lupa de aumento, Bastos, Dias e Souza (2024) ampliam essa perspectiva ao apresentar uma metodologia ativa que promove a interação e a inclusão no contexto da sala de aula regular.

Albuquerque e Silveira (2024) e Silva, Oliveira e Patella (2023) enfatizam a importância das tecnologias assistivas no processo de inclusão. No estudo de Albuquerque e Silveira (2024), recursos como máquina Perkins, sorobã e lupa são destacados como essenciais para o aprendizado de conteúdos específicos. Já Silva, Oliveira e Patella (2023) ressaltam que muitos educadores ainda desconhecem as tecnologias disponíveis, como leitores de tela e aplicativos de acessibilidade, o que compromete a experiência educacional do aluno com deficiência visual.

Silva, Oliveira e Patella (2023) enfatizam que a formação docente é um fator crucial para a inclusão. A ausência de disciplinas como braille em muitos cursos de formação inicial reflete uma lacuna significativa, que limita a capacidade dos professores de adaptar suas práticas pedagógicas. Esse ponto é reforçado por Albuquerque e Silveira (2024), que mostram como os professores se esforçaram para adaptar conteúdos e atividades, mas enfrentam desafios que poderiam ser minimizados com uma formação mais robusta em inclusão e acessibilidade.

Bastos, Dias e Souza (2024) contribuem para essa discussão ao apresentar uma metodologia ativa de ensino, que estimula o professor a trabalhar de forma interdisciplinar e colaborativa. Essa proposta evidencia que a inclusão não depende apenas de recursos materiais, mas também de práticas pedagógicas inovadoras que considerem a diversidade da sala de aula.

Assim, ambos os estudos mostram que a inclusão bem-sucedida vai além da adaptação individualizada e precisa ser integrada ao ambiente de aprendizado coletivo, permitindo que o aluno participe de projetos e atividades em pé de igualdade com seus colegas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com baixa visão em salas de aula regulares é um processo desafiador, mas essencial para a construção de um sistema educacional mais equitativo e acessível. Este estudo permitiu identificar que, apesar dos avanços em políticas públicas e tecnologias assistivas, a inclusão efetiva ainda esbarra em barreiras estruturais, como a falta de formação docente adequada, a escassez de materiais adaptados e a ausência de estratégias pedagógicas que considerem as particularidades desses estudantes.

Além disso, as práticas educacionais inclusivas exigem não apenas a adaptação de materiais e o uso de tecnologias, mas também a sensibilização e o engajamento de toda a comunidade escolar. Os resultados desta revisão evidenciam que a educação inclusiva vai além do simples cumprimento de leis e normas; ela requer um esforço coletivo que inclua professores, gestores, famílias e alunos.

A implementação de práticas pedagógicas inovadoras, associadas a recursos tecnológicos e métodos colaborativos, pode transformar o ambiente educacional em um espaço onde todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial. Contudo, é imprescindível que sejam realizados investimentos contínuos em formação docente e na criação de políticas educacionais que priorizem a inclusão, garantindo que nenhum aluno seja excluído do processo de ensino e aprendizagem.

Assim, conclui-se que a inclusão de alunos com baixa visão em sala de aula não é apenas um dever legal, mas uma responsabilidade social que promove o respeito à diversidade e a equidade no acesso à educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, R. M.; SILVEIRA, F. J. A inclusão escolar de um estudante com baixa visão: um relato de experiência. In: Anais do V Congresso Internacional de Educação Inclusiva (CINTEDI). Realize Editora, 2024.
- ALMEIDA, A. C. B. Ensino de Fatoração para alunos com baixa visão. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, Instituto de Ciências Exatas, Curso de Matemática, Trabalho de Conclusão de Curso, p. 1-55. 2020.
- ATAYDE, S. T. S. O uso das libras na matemática do ensino fundamental: [manuscrito]: uma proposta de glossário. Revista Atlas, v. 5, n. 4, p. 11-45. 2019.
- BARRETO, A. C.; ROCHA, D. S. Covid 19 e Educação: Resistências, Desafios e (Im) Possibilidades. Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade, v. 2, p. 01-11, 2020.
- BASTOS, M. L.; DIAS, V. C. S. C.; SOUZA, M. A. B. Sequência didática interdisciplinar para alunos videntes e com baixa visão-uma proposta inclusiva. Benjamin Constant, v. 30, n. 68, p. 1-15 e 306805, 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 jan. 2025.
- BRUNO, M. M. G.; NASCIMENTO, R. A. L. Política de acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual. Seção temática: Educação Especial, Psicanálise e experiência democrática, v. 44, n. 1, p. 45-78. 2019.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 2, n. 5, p. 29-55, 2019.
- GUEDES, D. M.; BARBOSA, D. A. L. Políticas públicas no Brasil para as pessoas com deficiência: trajetória, possibilidades e inclusão social. Revista Intr@ciência, v. 3, n. 2, p. 25-39, 2020.

- LEAL, D. N. B. Sociedade brasileira de visão subnormal. Conceito de visão subnormal. 2020. Disponível em: <https://www.cbo.com.br/subnorma/conceito.htm>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- LUNETTA, A.; GUERRA, R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. Revista OWL (OWL Journal) Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023.
- MENDES, R. M.; GOMES, A. A. CAPORALES, S. M. M. A Deficiência Visual e a Baixa Visão: estado da arte das pesquisas acadêmicas em Educação Matemática. Bolema: Boletim de Educação Matemática, v. 35, n. 69, p. 413-431, 2021.
- OLIVEIRA, J. J. A. B.; MELO, J. C. Sistema Braille no processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência visual: da Educação Infantil ao Ensino Superior. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 4, n. 10, p. 63-73, 2019.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Saúde ocular. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-ocular>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Saúde ocular. Resultados de pesquisas realizadas em 9 países da região revelam que as maiores prevalências de cegueira e deficiência visual ocorrem nas áreas rurais e periféricas. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- OZÓRIO, D. G. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: o processo de ensino e aprendizagem de alunos com baixa visão e cegueira. Instituto Federal Goiano, Campus Hidrolândia, Dissertação de Mestrado, p.1-29, 2022.
- RIBEIRO, L. O. M; OLIVEIRA, W. R. Espaço vivido e aprendizagem significativa: o educando com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental. Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 14, n. 4, p. 56-78. 2018.
- RUFINO, M. B.; OLIVEIRA, R. A. R. LOBATO, L. D. V. R.; PEREIRA, E. T.; DINIZ, E. F. F. S. Estratégias de ensino e inclusão de alunos com baixa visão nas aulas de educação física: um estudo de caso. Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, v. 22, n. 1, p. 39-56, 2022.
- SILVA, A. C.; CID, T. P.; ROCHA, A. C. S.; PENCO, V. D. S. N.; ESTEVÃO, A. P. S. S. Recurso didático acessível sobre processos de separação de misturas para alunos com deficiência visual. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 1, 2021.
- SILVA, É.; OLIVEIRA, P. M.; PATELLA, M. B. A importância do sistema braille no processo de ensino aprendizagem e inclusão das pessoas com deficiência visual e baixa visão. In Litteras, v. 8, n. 1, p. 29-46, 2023.

JOGO A MEMÓRIA ENQUANTO RECURSO PEDAGÓGICO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TDAH

MEMORY GAME AS A PEDAGOGICAL RESOURCE FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ADHD

JUEGO DE MEMORIA COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TDAH

Maria Nilta da Silva
marianilta@hotmail.com

SILVA, Maria Nilta. **Jogo da memória enquanto recurso pedagógico para a inclusão de alunos com TDAH.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 365 – 372, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosario Serrão - tobias_175@hotmail.com

RESUMO

Este estudo apresenta uma proposta de recurso pedagógico inclusivo voltado para o desenvolvimento de habilidades de memória visual e associação de palavras e imagens em alunos com TDAH e alunos sem deficiência. A partir do conceito de aprendizagem lúdica, foi desenvolvido o Jogo da Memória, uma atividade que combina estímulos visuais e interativos para promover o aprendizado. O recurso utiliza imagens das bandeiras das cidades do Paraná e outros materiais acessíveis, garantindo a inclusão e o engajamento dos alunos. Por meio da adaptação de textos e estratégias de colaboração entre os pares, busca-se desenvolver competências cognitivas e sociais, enquanto se integra aos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Os resultados indicam que a prática promove a concentração, a interação social e a autonomia no aprendizado, sendo uma ferramenta eficaz para a educação inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. TDAH. Jogo da Memória. Aprendizado Visual. Ludicidade.

SUMMARY

This study presents a proposal for an inclusive pedagogical resource aimed at developing visual memory skills and the association of words and images in students with ADHD and students without disabilities. Based on the concept of playful learning, the Memory Game was developed as an activity that combines visual and interactive stimuli to promote learning. The resource uses images of flags from cities in Paraná and other accessible materials, ensuring inclusion and student engagement. Through the adaptation of texts and collaboration strategies among peers, the goal is to develop cognitive and social skills while aligning with the principles of the National Policy for Special Education in the Perspective of Inclusive Education. The results indicate that the practice promotes focus, social interaction, and autonomy in learning, making it an effective tool for inclusive education.

Keywords: Inclusion. ADHD. Memory Game. Visual Learning. Playfulness.

RESUMEN

Este estudio presenta una propuesta de recurso pedagógico inclusivo orientado al desarrollo de habilidades de memoria visual y la asociación de palabras e imágenes en estudiantes con TDAH y estudiantes sin discapacidad. Basado en el concepto de aprendizaje lúdico, se desarrolló el Juego de Memoria, una actividad que combina estímulos visuales e interactivos para promover el aprendizaje. El recurso utiliza imágenes de las banderas de las ciudades de Paraná y otros materiales accesibles, garantizando la inclusión y el compromiso de los estudiantes. A través de la adaptación de textos y estrategias de colaboración entre compañeros, se busca desarrollar habilidades cognitivas y sociales, mientras se integra a los principios de la Política Nacional de Educación Especial en la Perspectiva de la Educación Inclusiva. Los resultados indican que la práctica promueve la concentración, la interacción social y la autonomía en el aprendizaje, siendo una herramienta eficaz para la educación inclusiva.

Palabras clave: Inclusión. TDAH. Juego de Memoria. Aprendizaje Visual. Ludicidad.

INTRODUÇÃO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neuropsiquiátrica caracterizada por sintomas de desatenção, agitação motora e impulsividade. Estudantes diagnosticados com TDAH frequentemente enfrentam dificuldades no ambiente escolar, como a dificuldade em manter o foco nas tarefas, a tendência a agir impulsivamente e a frustração por não corresponder às expectativas acadêmicas.

No Brasil, o TDAH afeta aproximadamente 5,29% da população infantil, conforme o Relatório de recomendação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, elaborado pelo Ministério da Saúde em 2022. Estima-se que cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes apresentem os sintomas característicos do transtorno, que incluem desatenção, impulsividade e hiperatividade, impactando significativamente o desempenho escolar e as relações sociais (Brasil, 2022).

Além disso, os estudos de Weibel *et al.*, (2019), Cortese *et al.*, (2018) e Vibert (2018) indicam que, devido às dificuldades relacionadas ao TDAH, esses alunos têm uma probabilidade maior de enfrentarem desafios acadêmicos, como baixo rendimento em leitura, escrita e matemática, o que pode resultar em altos índices de reprovação e fracasso escolar.

Esses comportamentos podem afetar o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos, resultando em uma autoestima prejudicada e dificuldades na interação social. A pesquisa apresentada neste artigo visa explorar a utilização de jogos de memória como recurso pedagógico para ajudar na inclusão de alunos com TDAH, focando no estímulo da memória voluntária, uma função cognitiva essencial para a aprendizagem e a resolução de problemas (Cortese *et al.*, 2018).

A utilização de jogos de mesa/tabuleiro, especialmente adaptados para as necessidades de alunos com TDAH, surge como uma alternativa pedagógica eficaz, ao proporcionar uma maneira lúdica e envolvente de promover a memória voluntária. Com base em teorias como as de Luria (1991) e Vygotski (2001), que destacam a importância da mediação no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, este estudo propõe que atividades de memória possam ser mediadas de maneira interativa e estimulante, favorecendo a concentração e o controle da impulsividade em alunos com TDAH. Ao incorporar a ludicidade e a interação social, o jogo da memória pode, assim, ser uma ferramenta poderosa para melhorar o desempenho acadêmico desses alunos, ao mesmo tempo em que fortalece a socialização e promove uma aprendizagem mais inclusiva.

Além disso, a atividade proposta se alinha com a necessidade de um olhar mais atento do educador, que deve ser capaz de adaptar sua prática pedagógica para atender às particularidades dos alunos com TDAH. Para que isso seja eficaz, é crucial que o professor compreenda o transtorno e utilize metodologias que favoreçam o desenvolvimento cognitivo desses alunos, respeitando suas limitações e potencializando suas habilidades.

O jogo da memória com bandeiras das cidades do Paraná, objeto desta pesquisa, visa fornecer uma experiência educativa inclusiva, onde o aprendizado é mais significativo e acessível, permitindo que alunos com TDAH se sintam mais confiantes e engajados na atividade escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um marco essencial na construção de um sistema educacional que respeite as diferenças e promova a equidade no acesso ao ensino (Brasil, 2008). Ela estabelece diretrizes claras para que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação tenham garantidos não apenas o direito à matrícula na escola regular, mas também o acesso a práticas pedagógicas que promovam a participação ativa e a aprendizagem significativa. Essa política reflete um avanço na forma como a educação especial é compreendida, propondo um modelo de inclusão que supera práticas históricas de segregação e reforça o papel da escola como um espaço para todos.

Para que essa política seja efetivamente implementada, o professor da educação especial desempenha um papel fundamental. Ele é responsável por identificar as barreiras que dificultam a participação dos alunos, planejar intervenções pedagógicas adequadas e articular estratégias que complementam o ensino regular (Brasil, 2008). A formação contínua e o domínio das diretrizes da Política Nacional são, portanto, indispensáveis para que o professor possa atuar de forma intencional e eficiente, garantindo que cada aluno tenha suas especificidades atendidas e suas potencialidades desenvolvidas (Santos, 2021). A atuação desse profissional não se limita à sala de aula; ela se expande para o diálogo com a família, a comunidade escolar e os profissionais de outras áreas, como saúde e assistência social, fortalecendo uma rede de apoio que beneficia diretamente o estudante.

Um aspecto central da Política é a transversalidade da educação especial, que a torna parte integrante de todos os níveis e modalidades de ensino. Isso demanda dos professores não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade para entender as diferentes realidades de seus alunos e flexibilidade para adaptar suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008). Além disso, o estímulo ao trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da educação especial é essencial para criar um ambiente escolar que valorize a inclusão e o aprendizado coletivo.

Nesse contexto, a proposta do Jogo da Memória com Bandeiras das Cidades do Paraná exemplifica como práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da Política Nacional de Educação Especial podem promover a inclusão de alunos com TDAH. Ao estimular a memória visual e promover a interação social, essa atividade contribui para o desenvolvimento cognitivo e a colaboração entre os alunos. Ela respeita as diferenças individuais e favorece a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e participativo, demonstrando que a inclusão de alunos com TDAH beneficia toda a comunidade escolar, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.

IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NA APRENDIZAGEM

As atividades pedagógicas, especialmente os jogos de mesa/tabuleiro, são ferramentas fundamentais no desenvolvimento cognitivo e na aprendizagem de alunos com TDAH. Estes jogos oferecem um ambiente estruturado e envolvente, o que é crucial para estimular habilidades cognitivas essenciais, como a memória voluntária (Pereira, 2023). A memória voluntária é a capacidade do indivíduo de recuperar informações de forma intencional, um

processo particularmente desafiador para alunos com TDAH devido às dificuldades de concentração e impulsividade (Pereira, 2023). No entanto, ao utilizar jogos adaptados, é possível proporcionar um estímulo eficaz a essa habilidade, promovendo a organização mental necessária para que o aluno recupere e aplique informações de maneira mais eficiente.

Estudos como os de Cortez e Pinheiro (2018) destacam que eventos mais específicos, como as jogadas em jogos de memória, são mais difíceis de serem lembrados do que eventos genéricos, mas esse tipo de exercício ajuda a melhorar a memória voluntária, proporcionando aos alunos com TDAH a chance de desenvolver suas habilidades de forma gradual. Além disso, Segundo Seabra Júnior e Costa (2019) a aprendizagem baseada em jogos proporciona uma forma dinâmica e prazerosa de aprendizado, o que ajuda a reduzir a ansiedade frequentemente associada ao processo de aprendizagem tradicional. Isso é particularmente importante para estudantes com TDAH, que podem sentir-se frustrados por não corresponderem às expectativas acadêmicas, e para quem a gamificação oferece uma forma de aprender sem a pressão das avaliações convencionais.

Os jogos de memória, por exemplo, quando adaptados com imagens atraentes, cores vibrantes e temas que se conectam com a realidade do aluno, são mais eficazes na captura de sua atenção. Ao integrar esses elementos visuais e sensoriais, as atividades se tornam mais envolventes, permitindo que o aluno se identifique com o conteúdo e, conseqüentemente, aumente o seu interesse pela aprendizagem (Cortez e Pinheiro, 2018). O uso de jogos tradicionais, como o Jogo da Memória, com peças que possuem figuras ou temas que os alunos consideram interessantes, proporciona um espaço para que a memória voluntária seja estimulada de maneira mais interativa e divertida.

Além de melhorar a memória, essas atividades promovem a interação social entre os alunos, o que é um aspecto vital no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. Trabalhar em grupo ou em duplas durante o jogo ajuda os alunos a aprender a compartilhar, esperar a vez, colaborar e, especialmente, se engajar de forma construtiva com seus colegas (Pereira, 2023). Para alunos com TDAH, esses momentos de interação social são essenciais, pois permitem que desenvolvam suas competências sociais em um contexto mais relaxado e acolhedor. Além disso, a dinâmica do jogo contribui para o aumento da autoestima dos alunos, pois, ao serem bem-sucedidos em uma atividade lúdica, sentem-se mais confiantes em suas habilidades cognitivas e sociais.

O fato de os jogos exigirem uma atenção constante e exigirem que os alunos se concentrem em tarefas específicas também contribui para o controle da impulsividade e da hiperatividade. O foco exigido para acompanhar as jogadas, associar imagens e encontrar pares nas atividades de memória, por exemplo, é um exercício de autocontrole que pode ser altamente benéfico para alunos com TDAH (Weibel *et al.*, 2019). Com o tempo, essas atividades ajudam os alunos a melhorar sua capacidade de manter a atenção em tarefas mais complexas e a controlar os impulsos em situações de aprendizagem mais desafiadoras.

Ao integrar a ludicidade à educação, esses jogos não apenas ajudam os alunos com TDAH a superar as barreiras cognitivas, mas também promovem um ambiente escolar mais inclusivo. Seabra Júnior e Costa (2019), ressalta ser fundamental para a criação de uma educação mais equitativa, na qual todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, têm a oportunidade de aprender de maneira eficaz e significativa.

Portanto, as atividades pedagógicas adaptadas, como os jogos de memória, desempenham um papel crucial não apenas no desenvolvimento acadêmico, mas também no crescimento social e emocional dos alunos com TDAH.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada neste estudo é baseada em pesquisa bibliográfica e análise de práticas pedagógicas inclusivas. A metodologia inclui: A) Jogo da Memória com Bandeiras das Cidades do Paraná: Para estimular a memória visual e o conhecimento sobre o estado, os alunos participarão de um jogo da memória com bandeiras de 12 cidades do Paraná. Esta atividade visa promover a interação entre os alunos, permitindo que eles associem as imagens das bandeiras aos nomes das cidades. O jogo é projetado para ser uma atividade inclusiva, facilitando o aprendizado de todos os alunos, com foco na diversão, colaboração e desenvolvimento cognitivo. A atividade também oferece a oportunidade de promover o aprendizado de forma acessível, permitindo que os alunos com dislexia se beneficiem de uma abordagem visual e interativa, enquanto os alunos sem deficiência reforçam seu conhecimento geográfico de maneira colaborativa.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Atividade Lúdica: Jogo da Memória com Bandeiras das Cidades do Paraná

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento da memória visual, da associação de imagens e palavras, além de estimular a interação social e a aprendizagem inclusiva por meio de uma atividade lúdica adaptada para alunos com dislexia e seus colegas.

Introdução ao Jogo da Memória: A atividade começa com a explicação sobre o Jogo da Memória, uma atividade que visa fortalecer a memória visual dos alunos. O jogo consiste em pares de cartas com bandeiras de 12 cidades do Paraná: Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Cidade símbolo do Paraná, Campo Largo, Campo do Tenente, Campina Grande do Sul, Bocaiuva do Sul, Dr. Ulysses, Fazenda Rio Grande, Mandirituba e Cidade da Lapa. O professor introduz as bandeiras das cidades, explicando brevemente sobre cada uma delas para contextualizar a atividade.

Figura 1. Jogo da memória com bandeiras de cidades do Paraná



Fonte: Elaboração do autor (2025).

Objetivos do Jogo: O jogo visa ajudar os alunos a desenvolverem habilidades de memorização, reconhecimento visual e associação de palavras com imagens. Para alunos com dislexia, a atividade oferece uma oportunidade de aprendizado que envolve a combinação de imagens (bandeiras) com o nome das cidades, o que pode ajudar na redução da ansiedade associada ao aprendizado tradicional.

Material Necessário:

- Cartões de papel durinho (mais espesso que o tamanho A4) com as imagens das bandeiras de cada uma das 12 cidades.
- Cada cidade possui dois cartões (um com a bandeira e outro com o nome da cidade).
- Um espaço para os alunos se acomodarem de maneira confortável, como uma mesa ou área no chão.

Preparação do Jogo: Antes de iniciar, o professor organiza os cartões e os espalha com a face virada para baixo em uma mesa ou no chão, em uma formação aleatória. Cada aluno terá a chance de virar dois cartões por vez, tentando encontrar os pares correspondentes (bandeira e nome da cidade).

Execução do Jogo:

- **Início:** Cada aluno, ou duplas de alunos, reviram duas cartas por vez, tentando encontrar os pares corretos.
- **Objetivo:** Os alunos devem associar corretamente as bandeiras com os nomes das cidades. Caso o par esteja correto, o aluno mantém os dois cartões. Se os cartões não coincidirem, ele os vira de volta e o próximo aluno tenta.
- **Duração:** O jogo continua até que todos os pares sejam encontrados. O vencedor é aquele que encontrar mais pares.

Discussão Pós-Jogo: Após o término do jogo, o professor pode promover uma discussão com os alunos, estimulando-os a falar sobre as cidades representadas pelas bandeiras, suas características e curiosidades. Essa parte é importante para reforçar o conhecimento geográfico e estimular a participação de todos, incluindo os alunos com dislexia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo evidenciam o potencial da atividade lúdica do Jogo da Memória com Bandeiras das Cidades do Paraná como recurso pedagógico inclusivo voltado para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita em alunos com dislexia e sem deficiência. A prática demonstrou-se eficaz ao fortalecer a memória visual dos alunos por meio da associação de imagens das bandeiras às cidades, facilitando o aprendizado e reduzindo a ansiedade associada ao processo de leitura tradicional. Alunos com dislexia se beneficiaram do formato visual do jogo, permitindo-lhes associar palavras com imagens de forma dinâmica e acessível. Além disso, essa abordagem lúdica promoveu o engajamento de todos os alunos, inclusive aqueles sem deficiência, fomentando um ambiente de aprendizagem inclusivo e colaborativo.

A adaptação de textos e a utilização de estratégias diferenciadas permitiram que todos os alunos, independentemente das suas dificuldades, contribuíssem para o processo de aprendizado, tanto oral quanto escrito. A interação entre os alunos, promovida pela colaboração

na execução do jogo, possibilitou a troca de conhecimentos, estimulando a autonomia e a criatividade de todos os envolvidos (Barros, 2024).

A atividade do jogo da memória com bandeiras se mostrou eficaz para trabalhar aspectos visuais e memoriais, permitindo que os alunos com dislexia se expressassem de maneira criativa e colaborativa. Ao interagir com os colegas, os alunos tiveram a oportunidade de trabalhar juntos, aumentando sua confiança e desenvolvendo competências cognitivas e sociais. O jogo não apenas ajudou a aprender sobre as cidades do Paraná, mas também promoveu o fortalecimento das habilidades de memorização e associação entre palavras e imagens, criando um ambiente educacional acolhedor e estimulante para todos os alunos.

Os resultados sugerem que o Jogo da Memória com Bandeiras das Cidades do Paraná é uma ferramenta promissora para a inclusão de alunos com dislexia, pois alia ludicidade, adaptação pedagógica e interação social em um único recurso. Essa abordagem está alinhada com os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, demonstrando sua relevância para a construção de práticas educacionais mais equitativas e inovadoras. Futuros estudos poderão explorar a aplicação prática dessa proposta em diferentes contextos educacionais, avaliando sua efetividade em larga escala e investigando possíveis adaptações adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade lúdica de memória, por meio do Jogo da Memória com Bandeiras das Cidades do Paraná, pode ser uma ferramenta pedagógica inclusiva eficaz para atender às necessidades de alunos com TDAH, ao mesmo tempo em que beneficia toda a turma. A proposta integra elementos visuais e interativos, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como a memória voluntária, e favorecendo a interação social. Ao estruturar atividades que valorizam a colaboração entre os alunos, a prática reforça a importância de metodologias que respeitam as especificidades de cada estudante.

Destaca-se que a ludicidade e a personalização das estratégias pedagógicas são fundamentais para superar as barreiras enfrentadas por alunos com TDAH, criando um ambiente escolar mais acolhedor e estimulante. Além disso, a proposta enfatiza o papel crucial do professor como mediador e adaptador de práticas inclusivas, evidenciando que a inclusão é possível quando há intencionalidade pedagógica e preparo para atender às necessidades diversas da sala de aula.

Portanto, conclui-se que o Jogo da Memória com Bandeiras das Cidades do Paraná contribui não apenas para o aprendizado acadêmico, mas também para o fortalecimento da autoestima, da interação social e da valorização das diferenças entre os alunos. Futuras investigações poderão explorar a aplicação prática desta proposta em contextos variados, avaliando seu impacto em diferentes grupos e faixas etárias, além de ampliar as possibilidades de adaptação do recurso. Assim, reafirma-se o compromisso com a construção de uma educação mais equitativa, criativa e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Y. Lançado, livro colaborativo de poesias “Asas para o Futuro” enaltece protagonismo dos alunos da rede municipal de Lauro de Freitas. 2024. Disponível em: <https://tvsempre.com.br/lancado-livro-colaborativo-de-poesias-asas-para-o-futuro-enaltece-protagonismo-dos-alunos-da-rede-municipal-de-lauro-de-freitas/>. Acesso em: 08 jan. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CORTESE, S.; ADAMO N.; DEL GIOVANE, C.; MOHR-JENSEN, C.; HAYES, A. J.; CARUCCI, S. Comparative efficacy and tolerability of medications for attention-deficit hyperactivity disorder in children, adolescents, and adults: a systematic review and network meta-analysis. *The Lancet Psychiatry*, v. 5, n. 9, p. 727-738, 2018.

CORTEZ, M. T.; PINHEIRO, A. M. V. TDAH e escola: incompatibilidade? *Paideia Revista do Curso de Pedagogia da Universidade FUMEC*, v. 13, n. 19, p. 51-68, 2018.

LURIA, A. R. Curso de Psicologia Geral: atenção e memória. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. v. 3.

PEREIRA, H. G. N. Criação de um jogo educativo para crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade – TDAH. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, p. 1-84, 2023.

SEABRA JÚNIOR, M. O.; COSTA, C. R. Jogos de mesa/tabuleiros como recursos para estimulação da memória voluntária em estudantes com transtornos de déficit de atenção e hiperatividade. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 16, n. 42, 2019.

VIBERT, S. *Your attention please: the social and economical impact of ADHD*. London: Demos, 2018. 78 p

VYGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEIBEL, S.; MENARD, O.; IONITA, A.; BOUMENDJEL, M.; CABELGUEN, C.; KRAEMER, C. Practical considerations for the evaluation and management of Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) in adults. *Encephale*, v. 46, n. 1, p. 30-40, 2019.

O LÚDICO COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

THE PLAYFUL AS A TOOL IN THE LITERACY PROCESS OF SPECIAL EDUCATION STUDENTS

LO LÚDICO COMO HERRAMIENTA EN EL PROCESO DE ALFABETIZACIÓN DE LOS ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN ESPECIAL

Maria Nilta da Silva
marianilta@hotmail.com

SILVA, Maria Nilta. **O lúdico como ferramenta no processo de alfabetização dos alunos da Educação Especial.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 373 – 385, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Tobias do Rosario Serrão - tobias_175@hotmail.com

RESUMO

A Educação Especial é um direito assegurado pela legislação brasileira, buscando garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência em escolas regulares, promovendo a equidade e a valorização das diferenças. Este estudo analisou o uso do lúdico como ferramenta pedagógica no processo de alfabetização de alunos da Educação Especial, enfatizando sua importância no engajamento e no desenvolvimento integral dos educandos. Com base em uma revisão qualitativa documental, foram investigados estudos que abordam práticas pedagógicas inclusivas e os desafios enfrentados na implementação do lúdico no contexto educacional. Os resultados destacam que, apesar das barreiras estruturais e pedagógicas, o lúdico se apresenta como uma estratégia eficaz para a inclusão e a alfabetização, contribuindo para a construção de uma escola mais inclusiva e democrática. Conclui-se que o uso de atividades lúdicas é indispensável para criar um ambiente acolhedor e significativo, promovendo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Ludicidade. Alfabetização. Práticas Pedagógicas.

SUMMARY

Special Education is a right guaranteed by Brazilian legislation, aiming to ensure access and permanence for students with disabilities in regular schools, promoting equity and valuing differences. This study analyzed the use of playfulness as a pedagogical tool in the literacy process of Special Education students, emphasizing its importance in engaging and fostering the holistic development of learners. Based on a qualitative documentary review, studies addressing inclusive pedagogical practices and the challenges of implementing playfulness in the educational context were investigated. The results highlight that, despite structural and pedagogical barriers, playfulness emerges as an effective strategy for inclusion and literacy, contributing to building a more inclusive and democratic school. It is concluded that the use of playful activities is indispensable for creating a welcoming and meaningful environment, promoting cognitive, social, and emotional development of Special Education students.

Keywords: Special Education. Inclusion. Playfulness. Literacy. Pedagogical Practices.

RESUMEN

La Educación Especial es un derecho garantizado por la legislación brasileña, que busca garantizar el acceso y la permanencia de los estudiantes con discapacidades en las escuelas regulares, promoviendo la equidad y valorando las diferencias. Este estudio analizó el uso de lo lúdico como herramienta pedagógica en el proceso de alfabetización de los estudiantes de Educación Especial, enfatizando su importancia para el compromiso y el desarrollo integral de los educandos. Basado en una revisión documental cualitativa, se investigaron estudios que abordan prácticas pedagógicas inclusivas y los desafíos de implementar lo lúdico en el contexto educativo. Los resultados destacan que, a pesar de las barreras estructurales y pedagógicas, lo lúdico se presenta como una estrategia eficaz para la inclusión y la alfabetización, contribuyendo a la construcción de una escuela más inclusiva y democrática. Se concluye que el uso de actividades lúdicas es indispensable para crear un ambiente acogedor y significativo, promoviendo el desarrollo cognitivo, social y emocional de los estudiantes de Educación Especial.

Palabras clave: Educación Especial. Inclusión. Ludicidad. Alfabetización. Prácticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é um direito garantido pela legislação brasileira, fundamentado na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e reforçado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Esse modelo educacional busca assegurar o acesso, a permanência e o desenvolvimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas regulares, promovendo o respeito às diferenças e a valorização da diversidade (Bezerra, 2021).

Historicamente, a Educação Especial passou por diferentes fases, desde a segregação até a integração parcial e, posteriormente, a inclusão, estabelecida como um marco pela Declaração de Salamanca (1994) e pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). Essas transformações trouxeram à tona a necessidade de adaptar o ambiente escolar às demandas de cada aluno, deslocando o foco do indivíduo para a escola e promovendo práticas pedagógicas que contemplem a equidade e a diversidade (Faria, Vieira e Martins, 2021).

Entretanto, a implementação prática das políticas inclusivas ainda enfrenta desafios, como a insuficiência de recursos e a formação inadequada dos profissionais da educação (Uchôa e Chacon, 2022). Nesse contexto, a utilização de estratégias pedagógicas inovadoras, como o lúdico, ganha destaque por sua capacidade de tornar o aprendizado mais prazeroso e significativo, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos. Loureiro e Silva (2021) enfatizam que práticas pedagógicas baseadas no lúdico são fundamentais para engajar os alunos e proporcionar avanços cognitivos, sociais e emocionais.

Com base nesse panorama, o presente artigo tem como objetivo geral analisar o uso do lúdico como ferramenta pedagógica no processo de alfabetização de alunos da Educação Especial, destacando suas potencialidades e desafios no contexto educacional inclusivo.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo está fundamentada em uma abordagem qualitativa documental, que tem como objetivo analisar e interpretar documentos e publicações acadêmicas existentes acerca do uso do lúdico no processo de alfabetização de alunos da Educação Especial. Segundo Lima Júnior *et al.* (2021), a pesquisa qualitativa documental permite a análise de textos previamente produzidos, possibilitando a identificação de padrões e temas relevantes ao contexto investigado.

Inicialmente, foram definidos critérios rigorosos de seleção para garantir a relevância e a qualidade das informações. Utilizaram-se palavras-chave como "Educação Especial", "Alfabetização", "Ludicidade" e "Práticas Pedagógicas", que foram aplicadas em buscas realizadas em bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, como Periódicos CAPES, SciELO e Google Scholar. Foram priorizados artigos científicos, dissertações, teses e livros acadêmicos publicados nos últimos cinco anos, que abordassem a aplicação de práticas lúdicas no ensino de alunos com necessidades educacionais especiais.

O processo inicial de busca resultou em 85 documentos, que passaram por uma triagem com base em critérios de inclusão e exclusão. Selecionaram-se apenas materiais que tratavam

diretamente da utilização do lúdico como ferramenta pedagógica no contexto da Educação Especial. Após a exclusão de duplicidades, publicações irrelevantes e documentos que não atendiam à questão central da pesquisa, restaram 12 estudos que formaram a base teórica para a construção do presente artigo.

A abordagem qualitativa documental também permitiu a construção de reflexões críticas sobre a aplicabilidade do lúdico no contexto educacional inclusivo, oferecendo subsídios para futuras estratégias pedagógicas. A partir da análise da literatura, foram identificadas práticas bem-sucedidas e desafios recorrentes, como a falta de formação continuada de professores, a escassez de recursos pedagógicos e a necessidade de maior apoio institucional.

Por fim, ressalta-se que o método qualitativo documental adotado neste estudo contribuiu para uma breve discussão sobre o tema.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é um direito assegurado pela legislação brasileira, fundamentada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e reforçada pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Este modelo educacional visa atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo o acesso, a permanência e o desenvolvimento em escolas regulares, com base no respeito às diferenças individuais e na valorização da diversidade.

De acordo com Bezerra (2021), a Educação Especial é essencial para romper com práticas excludentes que, historicamente, marginalizaram pessoas com deficiência. Este modelo propõe um ambiente educacional que reconheça a singularidade de cada estudante, criando condições que favoreçam a equidade e o aprendizado.

A trajetória da Educação Especial passou por diferentes fases, desde a segregação em instituições especializadas até a integração parcial em classes regulares. O marco histórico mais significativo foi a inclusão, promovida pela Declaração de Salamanca (1994) e pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), que estabeleceram o direito de todos os alunos a uma educação inclusiva e de qualidade.

Faria, Vieira e Martins (2021) destacam que a inclusão trouxe novos paradigmas, deslocando o foco do indivíduo para a escola. Nesse contexto, é fundamental que as instituições educativas se adaptem às necessidades de seus alunos, garantindo que todos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva é sustentada por um arcabouço legal robusto. A Constituição Federal de 1988 e a LDBEN (Lei nº 9.394/96) garantem atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão reforça a necessidade de eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, promovendo uma educação que respeite as singularidades dos alunos.

Uchôa e Chacon (2022) apontam que, apesar das garantias legais, a implementação prática dessas políticas enfrenta desafios, como a insuficiência de recursos e a formação inadequada dos profissionais da educação. Para que a Educação Especial seja efetiva, é necessário que as escolas desenvolvam práticas pedagógicas inclusivas. Loureiro e Silva (2021) ressaltam a importância de adaptar currículos, utilizar tecnologias assistivas e promover a

formação continuada de professores. Essas ações não apenas facilitam o aprendizado dos alunos com deficiência, mas também criam um ambiente mais acolhedor e colaborativo para todos.

Assim, a Educação Especial é mais do que uma modalidade de ensino; é uma ferramenta transformadora que contribui para a construção de uma sociedade inclusiva e democrática. Para alcançar seus objetivos, é necessário um compromisso coletivo que envolva escolas, famílias, gestores e toda a comunidade. A valorização das diferenças e a promoção de práticas inclusivas são fundamentais para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver seu pleno potencial.

IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA LÚDICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Ao estudar sobre a história da Ludicidade encontrou-se a brincadeira e os jogos em cada período da história, o brincar é visto como uma forma antiga de diversão ou trabalho exercido pelas crianças, o fazer lúdico da criança acontecia de acordo com a cultura familiar, pois a criança via nos afazeres domésticos e sociais uma forma de aprender através da imitação. De acordo com Alvarenga e Pains (2021), a palavra “lúdico” é originária do Latim “ludus” e significa “jogar” e “brincar”. Mas, brincar não significa apenas diversão e sim uma ligação com o desenvolvimento integral da criança.

Cabe destacar que:

Os jogos são como os concebemos, práticas culturais e, portanto, dotadas de historicidade e múltiplas significações, concorda-se com a ideia de que cada brinquedo só pode ser entendido no contexto da sociedade onde ele emergiu, por revestir-se de elementos culturais e tecnológicos desse contexto (Graças *et al.*, 2019, p. 22140).

Logo, na antiguidade, as crianças representavam os papéis dos adultos enquanto brincavam; uns aprendiam a caçar, a cozinhar, a plantar, a correr, se esconder, fazer tapeçarias, costurar, atirar flechas. Isto é, o modo de brincar, a brincadeira e os brinquedos podem passar por mudanças, mas a criança se adapta ao novo estilo de vida dos adultos e continua o seu processo de brincar livremente, em um mundo de faz de conta. Enquanto Vygotsky fala do faz-de-conta, Piaget fala do jogo simbólico e pode-se dizer, segundo Sobral e Ribeiro (2022), que são correspondentes.

Dessa forma, a criança pode se desenvolver através da brincadeira, seja em áreas motoras, de personalidade, afetividade, criatividade ou outras. Fomentando a ideia disposta, pode-se afirmar que a brincadeira é um momento importante para a criança, tendo em vista que as atividades que se desenvolvem através dessa prática compactuam muito com a compreensão do mundo em que está inserida.

Ademais, a criança, através das brincadeiras e dos jogos, é instigada a formular hipóteses, construir relações, entender e elaborar regras, possuir organização, desenvolver a imaginação e solucionar os problemas propostos pela interação (Martins, Guimarães e Gonçalves, 2021).

Sabendo que o brincar é algo natural da criança, o que professores alfabetizadores precisam compreender para tornar a sala de aula mais atraente e o ensino do processo de alfabetização mais prazeroso e criativo para os alunos. O fato é que o processo de aprendizagem

e o desenvolvimento humano se iniciam à medida que o indivíduo se insere na sociedade e no meio cultural, com isso, acontecem as interações e as relações sociais.

Conforme Vygotsky (1995 e 1996), acredita que o desenvolvimento humano não depende apenas de condições maturacionistas, mas também das relações sociais que se constroem. Nesse mesmo sentido, Leontiev (2001) afirma que o que define o desenvolvimento da criança não é a sua idade em si, mas as condições históricas e sociais nas quais está inserida. Elkonin (1987), por sua vez, afirma que, na investigação do desenvolvimento de uma criança, é necessário observar o seu vínculo com a sociedade e suas relações, de forma que tal situação possui influência direta.

Partindo, portanto, para o conceito de alfabetização na perspectiva de Freire (1983), alfabetizar:

É construir um conhecimento. Alfabetizar-se é adquirir uma língua escrita através de um processo de construção do conhecimento com uma visão da realidade. A criança é o sujeito do processo educativo, não havendo dicotomia entre o aspecto cognitivo e afetivo, mas uma relação dinâmica, prazerosa, dirigida para o ato de conhecer o mundo (Freire, 1983, p. 49).

Em primeiro lugar, entender que o processo para alfabetizar é longo, complexo e sofrível para a criança, pois ela terá que refletir várias vezes a cada nova etapa de aprendizagem, ou seja, é um processo frustrante, desgastante e de repetição. No mesmo sentido:

Alfabetizar é levar ao aluno, possibilidades de entrar e estar em contato com um mundo letrado... para tanto, o professor deve ter consciência das mudanças que ocorrem com o passar do tempo e de suas consequências, tanto no nível de conhecimentos teóricos quanto no que se refere à aplicação prática de novas teorias (Barbosa, 2017, p. 6-7).

Portanto quando um professor alfabetizador compreende que a criança precisa passar por todas as etapas aquisitivas e léxicas de leitura e língua escrita, percebe-se que o lúdico não é apenas uma ferramenta, mas a continuação das estruturas que devem estar atreladas às práticas educativas, portanto não deve ser uma escolha, sabendo que o brincar faz parte do desenvolvimento humano. Deste modo faz todo um sentido em ser utilizada, tornando-se indispensável para vivência do aluno.

Pois a aprendizagem ocorrerá de forma prazerosa, com práticas do seu dia a dia, com rotinas do seu convívio familiar, relacionado a sua cultura, a sua prática social trazendo todo um significado para a formação cognitiva, emocional, motora, cultural e social. Assim, Alvarenga e Paini (2021), apontam que a inteligência e o desenvolvimento global da criança, são desenvolvidos por ela através da vivência lúdica.

A partir das brincadeiras e jogos a criança desenvolve a sua autonomia, sendo atuante em suas práticas, os jogos permitem que as crianças aprendam a se relacionar em grupo. Como forma de intensificar a aquisição dos conhecimentos que serão aprendidos pelos educandos. Pois de acordo com Graças *et al.*, (2019), os jogos e brincadeiras devem ser um aliado nas práticas de alfabetização, incentivando a leitura e o sistema alfabético em uma perspectiva de representação do mundo.

O lúdico é uma excelente estratégia pedagógica, para engajar os estudantes de forma divertida com os conteúdos vistos dentro da sala de aula. O professor pode usar e abusar da

criatividade dentro e fora da sala de aula, com: brincadeiras, jogos, gincanas, campeonato, música e teatro.

Os professores também podem vivenciar todas as atividades citadas anteriormente voltadas à alfabetização incorporando as brincadeiras aos conteúdos programáticos, que podem envolver a ludicidade nas atividades pedagógicas. Mas para isto terá que compreender que muitas das vezes o que é lúdico para ele não o é para o seu aluno. Neste aspecto, cabe destacar:

Experiências que podem gerar o estado lúdico para um não é o que pode gerar o estado lúdico para outro, à medida que ludicidade não pode ser medida de fora, mas só pode ser vivenciada e expressa por cada sujeito, a partir daquilo que lhe toca internamente, em determinada circunstância (Sobral e Ribeiro, 2022, p. 18).

Ou seja, de acordo com o referido autor, o professor pode até explorar todo o espaço da escola, organizar uma aula propriamente lúdica, mas a resposta se foi lúdica ou não está com o aluno. Por este motivo, o diálogo, a interação, a vivência, o depoimento da família, a escuta ao aluno, a observação do professor com o aluno enquanto brincam livremente, darão subsídios de que forma este fazer lúdico pode impactar a sua aula (Alvarenga e Pains, 2021).

A compreensão de que há subjetividade nas crianças acerca da concepção lúdica não deve inibir a busca da vivência lúdica no seu planejamento. Mas permite clareza em suas intervenções; os professores podem e devem fazer a aprendizagem acontecer fora das paredes da sala de aula, sendo prazerosa e eficaz. Aquele que alfabetiza seus alunos através do lúdico precisa compreender que a vivência lúdica não deve ser algo imposta, mas vivida, compartilhada (Graças *et al.*, 2019).

A BNCC e sua nova versão, publicada em 2017, a qual definirá nos anos subsequentes todos os direitos e objetivos de aprendizagem da Educação Básica, dispõe das dez competências gerais da Educação Básica, reguladas através dos termos da LDB 1996 e direcionada para os três níveis de educação. O objetivo central da disposição dessas competências refere-se à articulação da construção de conhecimentos, focando no desenvolvimento integral e pleno do aluno e no alcance das habilidades propostas no currículo.

Para isto, os jogos devem responder à proposta inicial do professor, que será a aprendizagem do aluno através daquela atividade pedagógica, pois é neste momento em que os recursos lúdicos precisam estar inseridos no conteúdo a ser aprendido e não isolado. O professor, como mediador, observará quais habilidades precisam ser desenvolvidas pelo aluno, sempre respeitando o nível, a idade e o ritmo do educando para que consiga autonomia no saber fazer (Sobral e Ribeiro, 2022).

Diante desta clareza, o professor propõe que o ingresso do aluno que migra da Educação Infantil para o Ensino Fundamental seja em um ambiente acolhedor, em que ao mesmo tempo a ludicidade e a alfabetização estejam presentes no mesmo ambiente. Conforme Piaget, ao brincar, as crianças constroem o mundo da forma que sonham e desejam, onde os brinquedos auxiliam para esta construção, pois oferecem à criança criar fantasias de suas experiências adquiridas (Martins, Guimarães e Gonçalves, 2021).

Compreende-se que o brincar é algo natural da criança e que adultos que tiveram uma infância à base da ludicidade tendem a estabelecer boas relações sociais e habilidades em resolução de problemas.

O PAPEL DO PROFESSOR E A LUDICIDADE NA ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Quando o professor, deslumbra o futuro e tem em seu currículo a preocupação não de apenas exercer uma profissão e ser pago por ela, mas de ser um professor facilitador. Para Drouet 1995, esta forma de pensar do educador o motiva na busca de uma didática que favoreça a mediação dos conhecimentos pedagógicos que permeiam esta relação entre o ensino e aprendizagem (Oliveira Neto, Machado e Souza, 2021).

Sabendo que tais conhecimentos permitem que a criança desenvolva habilidades de interação e boa comunicação, a qual conseqüentemente muda-se a sua forma de resolver diversas questões sociais que já existem em seu cotidiano. Logo de acordo Lima e Reis (2025), compreende-se que:

Os jogos podem ser utilizados em um trabalho mais dirigido por parte dos professores em que situações de aula, ou podem ser disponibilizados para que as crianças possam usar para brincar no horário do recreio ou em horários em que elas já tenham realizado propostas através da professora. Através dos jogos ajudamos os alunos não apenas a entender a lógica da nossa escrita e a consolidar o que eles já têm aprendido, como também a aprender a lidar com regras e participar em que atividades grupais. Enfim, conduzimos bons momentos para que os alunos aprendam brincando (ou, se quisermos pensar desse modo, brinque aprendendo). (Albuquerque; Leal e Morais, 2005, p.130 apud Lima e Reis, 2025).

Tão logo, o professor ao receber uma criança no 1º ciclo dos anos iniciais de alfabetização, onde ela não vem de um ambiente em que tenha sido apresentada ao sistema alfabético ou não tenha sido atendida de forma intencional, seja porque não esteve inserida na idade certa, por questões familiares ou até mesmo porque só lhe foi permitida a brincadeira e a utilização dos jogos de forma recreativa e não intencional.

Com isso, não desenvolvendo os aspectos psicomotores, afetivos, sociais e de linguagem que precisam ser trabalhados, monitorados e em constante desenvolvimento desde a Educação Infantil. Vale ressaltar as adaptações das atividades pedagógicas para crianças com necessidades educativas especiais (Souza *et al.*, 2019).

A realidade atual se direciona a um processo alfabetizador onde os professores, por muitas vezes, o definem como uma técnica, e com isso, acabam linearizando os alunos e tratando-os como iguais, tratando as crianças como robôs. Em alguns casos acontece a imposição do certo e do errado, limitando o aluno e elevando a posição do professor como detentor do conhecimento. Essas práticas fazem com que o estudante seja excluído da construção do ensino e, com isso, é criado um déficit na aprendizagem.

Corroborando com o que foi posto, Lima e Reis (2025) o processo de alfabetização não pode ser visto através de um ponto de vista mecânico. Assim, a criança não aprende. Devem ser construídos sistemas interativos, onde o estudante é incluído e livre para pensar, raciocinar e compreender a escrita um sistema notacional.

Deste modo, o papel do professor alfabetizador, independentemente das situações em que a criança chegue, será a priori fazer um diagnóstico com toda a turma através de uma aula

com o brincar livre e registrando as habilidades e comportamentos. Em outro momento, uma aula lúdico-pedagógica será utilizada para aferir em que fase alfabética cada aluno se encontra.

Através desta sondagem inicial, o educador se apropriará da sua prática para intervir nessas situações individuais e, neste sentido, o lúdico no primeiro momento terá a sua inserção como uma ferramenta aliada ao processo de alfabetização. Assim, tendo como a segunda estratégia do professor alfabetizador a produção de fichas individuais do aluno, onde ficarão registrados materiais de sondagens que poderão acompanhar o processo aquisitivo de cada criança, sua evolução de acordo com o nível em que se encontram no início da avaliação (Lima e Reis, 2025).

Neste fichário, serão traçadas as metodologias adotadas e os recursos utilizados, podendo a cada semestre ou bimestre o professor fazer uma nova sondagem, analisando o desenvolvimento integral do aluno, avaliando assim a sua própria prática.

Ao longo do processo, o professor deve contar com a ajuda da família do educando para compartilhar e colher informações pertinentes ao processo de desenvolvimento, tanto laboral quanto acadêmico, do educando para que possam perceber os avanços e regressos que já foram trabalhados nos pequenos. Pois a escola não só deve incluir, mas garantir equidade de condições, qualidades e igualdade para todos os alunos (Souza e Molina, 2023).

Para tanto, faz-se necessário o uso de diversas estratégias pedagógicas para a elaboração das novas metodologias que atendam aos alunos neste primeiro processo de alfabetização que utilizará o brincar como recurso de atividades pedagógicas.

Logo, o ambiente para esta criança precisa ser convidativo, a partir deste momento a sala de aula se transformará em um ambiente letrado, pois o letramento acontece simultaneamente com o caminho da alfabetização. Mas, o que seria então o conceito de alfabetizar, já que a criança faz parte deste processo, visto que a alfabetização constrói na criança uma nova forma de enxergar o mundo (Alvarenga e Pains, 2021).

Para Piaget, a aprendizagem acontece em forma de um espiral, onde um conhecimento sofre um desequilíbrio pela chegada de um outro conhecimento mais complexo. Neste sentido, o professor alfabetizador precisa conhecer em que fase a criança se encontra para intervir com uma proposta didática mais elaborada (Graças *et al.*, 2019).

A avaliação diagnóstica tem dois objetivos básicos: identificar as competências do aluno e adequar o aluno a um grupo ou nível de aprendizagem. No entanto, os dados fornecidos pela avaliação diagnóstica não devem ser tomados como um "rótulo" que se cola sempre ao aluno, mas sim como um conjunto de indicações a partir do qual o aluno possa conseguir um processo de aprendizagem.' (Sobral e Ribeiro, 2022).

Contudo, para alfabetizar uma criança, não basta apenas o amadurecimento biológico. Emília Ferreiro, ao elaborar um estudo seguindo as fases descritas por Piaget, foi possível também identificar fases da escrita que permitem que o professor possa intervir através da sondagem da escrita do aluno, diagnosticando a fase em que se encontram (Oliveira Neto, Machado e Souza, 2021).

Para Barbosa (2017) para que seja completa e efetiva a alfabetização de uma criança necessita passar por quatro fases: pré-silábica, silábica, silábico alfabética e alfabética. Assim, é um processo lento e cauteloso, que só após a concretização de todas as fases, a criança pode ser considerada alfabetizada.

A evidência das referidas autoras não é um método, mas sim um estudo que norteia o nível de leitura e escrita dos alunos. Mas que não devem ser encarados de forma rígida e sim como um elemento a mais a ser considerado dentro do processo da aquisição do sistema alfabético.

Para Lima e Reis (2025), alfabetizar letrando ou letrar e alfabetizar é absolutamente necessário para que, ao ensinar o sistema alfabético, não o faça de forma isolada, mas introduza a leitura de diversos gêneros textuais nesse processo de alfabetização, produzindo texto a partir da escuta do aluno ou montando e desmontando palavras dentro do texto trabalhado.

Alfabetizar letrando é, portanto, o ato de ensinar o estudante a ler, levando em consideração a realidade em que ele está inserido, além de envolvê-lo no meio social através da convivência prática da leitura, sabendo disso, o professor deve intervir neste processo com a linguagem oral e escrita, não apenas de uma forma tradicional com cartilhas e repetições de palavras, mas de uma maneira inovadora através de recursos que fazem parte do cotidiano das crianças para que a leitura se aproxima da escrita.

De acordo com Guimarães et al., (2024), o ambiente alfabetizador onde a criança será alfabetizada precisa estar voltado totalmente para esta prática, cabendo ao professor tornar esse ambiente alfa letrado. Pois, é através do ambiente que a criança se apropria dos objetos a sua volta que lhe proporcionarão bagagens para atuar em sociedade; a criança terá contato com livros, revistas, rótulos, mas não para ficar enfeitando a sala ou empoeirado, mas cheios de dinâmicas e vida com roleta mágica, chá de palavras, textos fatiados, música, dicionários, receitas, cartas, bulas, leitura de documentos, alfabeto móvel etc.

Nesta perspectiva, é importante que a sensibilidade junto aos conhecimentos pedagógicos do professor estejam presentes neste processo de ensino e aprendizagem.

DESAFIOS DO LÚDICO NA ALFABETIZAÇÃO

A introdução de atividade lúdica tem se tornado cada dia mais comum nas instituições escolares. e com isto o professor se ver obrigado(a), a rever o método sintético de ensino da escrita, mas isso não significa que devemos extinguir os métodos tradicionais, mas sim que se deve adaptá-los às novas metodologias inovadoras que buscam contemplar o indivíduo de forma integral, buscando aliar a ludicidade na construção ativa e integral da criança.

Nessa perspectiva, é possível perceber que as atividades lúdicas têm um forte impacto nas habilidades da criança; introduzir o lúdico na prática do dia a dia torna-se um excelente método. No entanto, apesar de termos o conhecimento de que é possível alfabetizar através do lúdico dentro do plano de aula, ainda há professores que sentem dificuldades em utilizá-lo como uma ferramenta metodológica (Alvarenga e Paini, 2021).

Isso ocorre porque eles se sentem frustrados e aflitos, devido a alguns desafios e angústias, tais como salas de aula lotadas, falta de interesse por parte dos alunos, falta de materiais adequados, estruturas físicas das escolas, desvalorização do professor, falta de formação continuada adquirida ou ativa do professor, falta de redes de apoio ao professor na escola e apoio das famílias dos educandos.

Além desses desafios, há outros questionamentos percebidos por alguns professores ao introduzir jogos ou brincadeiras, causando dúvidas, como: como usar? Como adaptar? Qual

jogo ou brincadeira desenvolve isso ou aquilo? Todas essas perguntas que circundam a mente do professor o fazem sentir-se disperso e sozinho (Graças *et al.*, 2019).

De acordo com Souza *et al.*, (2019), o professor precisa estar atento ao currículo formal e adaptá-lo para a aprendizagem do aluno. No entanto, alguns docentes veem o lúdico como uma forma de brincar por brincar, com uma abordagem mais competitiva do que um momento para construção social, cultural ou da linguagem.

A utilização de atividades lúdicas permite respostas individuais aos estímulos recebidos, seja da oralidade ou dos caminhos criados por eles para desenvolver a leitura e a escrita. Tudo isso é percebido quando se utiliza a ludicidade como uma ferramenta. Portanto, o lúdico não deve ser apenas um 'momento de distração ou divertimento' (Sobral e Ribeiro, 2022).

Ainda há professores com resistência ao uso do lúdico, achando que é apenas uma brincadeira para colorir. No entanto, o lúdico vai além disso, já que o brincar faz parte da vivência da criança, sendo necessário que o docente, com um olhar pedagógico, se aproxima, passando a inserir esta metodologia em suas aulas com intencionalidade e objetivando de acordo com o conteúdo e as habilidades propostas pela BNCC.

Ainda há professores inseguros ao fazer o uso do lúdico, pois acham que a sala vai ficar desorganizada. Mesmo em salas pequenas e apertadas, há diversas formas de trabalhar com a ludicidade. É importante deixar de lado o medo e suas inseguranças, dispor de coragem para encarar o novo. Os professores facilitadores devem buscar conhecer e inserir métodos que auxiliem a aprendizagem do aluno, pois ser professor é também ser pesquisador (Oliveira Neto, Machado e Souza, 2021).

Mas para que isso ocorra, é necessário que haja uma rede de apoio. Sem um movimento formativo que acolha esses profissionais, eles se sentem isolados e frustrados. De acordo com Gatti (2009), quando o professor não tem liberdade para trazer novas metodologias ou a escola não investe em sua formação continuada, ficando à mercê de uma formação que não atende às suas especificidades e necessidades, esses desafios aumentam e dificilmente trarão resultados positivos. Isso ocorre porque, além das formações não responderem diretamente ao professor em sua prática, alguns alunos também não demonstram interesse pela aula. Hoje, nas escolas, o professor passa a maioria do tempo regulando o comportamento de seus alunos, o que não permite a aplicação da aula proposta (Souza *et al.*, 2019).

Nesse contexto, o professor passa por diversas inquietações sobre como aplicar a sua aula. Nessas horas, as brincadeiras com regras funcionam como um componente orientador e formador de seus alunos. Portanto, é irrelevante levar atividades lúdicas sem intencionalidade.

Para que o lúdico seja uma ferramenta facilitadora de aprendizagem, é necessário fazer uma análise mais profunda da turma, conhecer seus alunos e selecionar que tipo de atividade lúdica é possível trabalhar com sua turma, buscando estratégias e materiais que contemplem as habilidades a serem trabalhadas de acordo com a BNCC. Através dessas metodologias, é possível observar as zonas de desenvolvimento proximal (ZDP) da criança, ou seja, o nível em que a criança se encontra e onde pode chegar.

a brincadeira cria para as crianças uma zona de desenvolvimento proximal que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema, sob a orientação de um adulto, ou de um companheiro mais capaz (Vygotsky, 1984, p.35).

Para que esta metodologia venha a ser alcançada com bons resultados, é preciso que esteja bem planejada. As brincadeiras oferecidas à criança devem estar de acordo com a zona de desenvolvimento em que ela se encontra. Desta forma, percebe-se a importância de o professor ter conhecimentos acerca dessa teoria no processo da aquisição dos conteúdos que serão aprendidos pelos educandos.

Ainda dentro do contexto da formação continuada do professor e a inserção do lúdico no processo de alfabetização, é importante enfatizar que um dos desafios enfrentados pelos professores é a valorização do profissional da educação. Entende-se que existem diversas ideias de atividades pedagógicas a serem trabalhadas com as crianças; no entanto, os profissionais defendem a não inserção do lúdico devido ao alto custo dos possíveis recursos (Lima e Reis, 2025).

Deste modo, torna-se importante que os materiais confeccionados pelos professores possam ser reutilizados, sendo planejados para mais de uma aula. Cuidando desses recursos, confeccionando ou compartilhando trocas desses materiais. No entanto, a maior objeção desses profissionais é que a própria instituição não dispõe dos materiais básicos para se trabalhar brincadeiras e jogos com seus pequenos (Souza e Molina, 2023).

Compreende-se que o professor é o profissional da ponta e se constitui como mediador dos conhecimentos pedagógicos, para tanto a escola precisa ser parceira e atribuir uma gestão democrática atrelando seu ofício ouvindo e intervindo nos recursos que atribuem a prática e atenda as necessidades do professor alfabetizador.

A escola inclusiva, democrática e formadora tem em seu sigma, formar o aluno aprendiz em todas as esferas de sua vida, ora ofertando e promovendo em seu interior caminhos para equiparar esses educandos com a sociedade dos dias atuais que o espera.

Pois a escola não deve ser neutra aos avanços tecnológicos e sociais que as perseguem, pois precisa acompanhar as mudanças, para atender a um público infantil, que tem fora dos muros da escola um competitivo universo de entretenimento que os arrebatam. Portanto, a escola do século XXI precisa atuar com o que há de mais lúdico em seu sistema de ensino, para que o aluno possa sentir-se cada vez mais atraído por ela. (Lima e Reis, 2025).

Assim, destaca-se que é direito da criança se desenvolver integralmente nos aspectos social, emocional, cognitivo e motor. Logo é dever de todos proporcionar isto, as políticas públicas e educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial desempenha um papel fundamental na promoção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, sendo um direito garantido pela legislação brasileira. Neste contexto, o uso do lúdico como ferramenta pedagógica no processo de alfabetização de alunos da Educação Especial se destaca como uma estratégia indispensável para garantir o acesso ao conhecimento e promover o desenvolvimento integral dos estudantes. Por meio de atividades lúdicas, é possível criar um ambiente de aprendizado mais acolhedor, interativo e significativo, respeitando as singularidades e necessidades de cada aluno.

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam que a aplicação do lúdico no contexto educacional não apenas facilita a alfabetização, mas também contribui para o fortalecimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas, essenciais para a formação integral dos alunos. Além disso, o lúdico atua como um catalisador para superar barreiras pedagógicas e atitudinais, promovendo uma cultura escolar mais inclusiva e democrática.

Entretanto, para que essas práticas se tornem efetivas, é necessário superar desafios estruturais, como a falta de recursos materiais e a formação continuada de professores. A criação de políticas públicas que incentivem a inclusão e a capacitação docente é indispensável para consolidar a Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Por fim, este artigo reafirma a importância do uso do lúdico como uma estratégia pedagógica central no processo de alfabetização, destacando a necessidade de um compromisso coletivo entre escolas, famílias e gestores. Somente por meio de esforços conjuntos será possível garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, construindo uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, M. E.; PAINI, L. D. A Contribuição da ludicidade na educação infantil. Cadernos de Pós-graduação, v. 20, n. 1, p. 253-267, 2021.
- BARBOSA, C. M. S. Alfabetização, ensino e aprendizagem na educação infantil. IV CONEDU, 2017.
- BEZERRA, G. F. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto)crítica propositiva. Roteiro, v. 46, e 24342, 2021.
- ELKONIN, D. Problemas psicológicos dos jogos na idade pré-escolar. In: DAVIDOV, V.; SHUARE, M. La psicología evolutiva e pedagógica en la URSS. Moscú: Editorial Progreso, 1987.
- FALCÃO, M.I. Problema de aprendizagem e intervenção escolar. São Paulo: Cortez, 2010.
- FARIA, A. V.; VIEIRA, E. A. O.; MARTINS, R. X. Educação Especial Inclusiva: uso de Recursos Educacionais Digitais nas Salas Multifuncionais. Revista Educação Especial, v. 34, n. 14, p. 1-19, 2021.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 13. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983.
- GRAÇAS, M. S.; NEGROMONTE, M. A. O.; CORDEIRO, A. G. D. S. L.; COUTINHO M D. J. G. A importância da ludicidade: ensino fundamental anos iniciais. Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 10, p. 22136-22145, 2019.
- GUIMARÃES, L.; SANTARÉM, C. U.; SANTOS, L. A. R.; FREITAS BOAVENTURA, A. B. C.; VIANA, J. A.; MONEGO, E. A. O papel dos jogos e brincadeiras como ferramenta pedagógica no processo de alfabetização dos alunos da primeira etapa do Ensino Fundamental 1. Research, Society and Development, v. 13, n. 11, p. e66131147340-e66131147340, 2024.
- LEONTIEV, A. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 9.ed. São Paulo: Ícone, 2001a.
- LIMA, A. P. C. T.; REIS, H. C. A ludicidade no processo de educação inclusiva: relato de experiência de uma professora de atendimento educacional especializado (AEE). Observatório de La Economía Latinoamericana, v. 23, n. 1, p. e8508-e8508, 2025.
- LOUREIRO, C. R. M. J.; SILVA, R. L. Políticas Públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial. Revista de Estudos em Educação e Diversidade, v. 2, n. 3, p. 196-210, 2021.

- MARTINS, I. M.; GUIMARÃES, S. O.; GONÇALVES, C. H. Borboleteando: jogo didático como alternativa no processo de ensino-aprendizagem em ciências. *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, v. 14, n. 2, p. 759-775, 2021.
- OLIVEIRA NETO, A.; MACHADO, T. T.; SOUZA, L. M. V. A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem do aluno na educação especial. *Educação e sociedade*, 2021.
- SOBRAL, S. S.; RIBEIRO, S. I. S. A importância do brincar na educação infantil—a perspectiva de Piaget, Vygotsky e Kishimoto [em linha]. Editora Realize, 2022.
- SOUZA, A. F. R.; VILELA, D. F. S.; ALMEIDA, E. L. M.; SANTOS, I. M. P.; SILVEIRA, I. M. S.; MOURA, R. R. A ludicidade como ferramenta de alfabetização. *Educação: Reflexões e Experiências*, v. 3, n. 3, p. 47, 2019.
- SOUZA, S. A. L.; MOLINA, G. A ludicidade e a educação especial e o processo de inclusão em escolas regulares: da obrigatoriedade aos desafios. *Ivy Ember Scientific Journal*, v. 3, n. 1, p. 20-60, 2023.
- UCHÔA, M. M. R.; CHACON, J. A. V. R. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação. *Revista Educação Especial*, v. 35, n. 2, p. 1-18, 2022.
- VYGOTSKY, L. *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1987.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1984.

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: INCLUSÃO DE ALUNOS COM
TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA REDE REGULAR DE ENSINO**
SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION: THE INCLUSION OF STUDENTS WITH
AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN REGULAR EDUCATION
EDUCACIÓN ESPECIAL E INCLUSIVA: LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON
TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN LA EDUCACIÓN

Jucilene Cristina de Oliveira Madaleno Sieg
jucilenesieg@gmail.com

SIEG, Jucilene Cristina de Oliveira Madaleno. **Educação Especial e Inclusiva: Inclusão de alunos com transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 386 – 391, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Xavier Martins Bessa

RESUMO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino representa um desafio significativo para a educação especial e inclusiva. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, muitas escolas enfrentam dificuldades para implementar práticas eficazes, devido à falta de formação docente, escassez de materiais adaptados e ausência de suporte especializado. Este estudo teve como objetivo analisar as estratégias utilizadas na inclusão de alunos com TEA, identificando os desafios enfrentados e as possibilidades de aprimoramento. A metodologia adotada foi uma revisão da literatura, baseada na análise de artigos científicos, livros e documentos normativos. Os resultados indicam que a inclusão efetiva exige investimentos em formação docente, adaptação curricular e apoio multidisciplinar. Conclui-se que, apesar dos avanços, ainda há a necessidade de políticas públicas mais estruturadas para garantir um ensino equitativo e acessível a todos os alunos com TEA.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Ensino regular. Adaptação curricular. Formação docente.

SUMMARY

The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in regular education represents a significant challenge for special and inclusive education. Although Brazilian legislation ensures the right to inclusive education, many schools struggle to implement effective practices due to a lack of teacher training, scarcity of adapted materials, and insufficient specialized support. This study aimed to analyze the strategies used for the inclusion of students with ASD, identifying the challenges faced and potential improvements. The methodology adopted was a literature review based on the analysis of scientific articles, books, and regulatory documents. The results indicate that effective inclusion requires investments in teacher training, curriculum adaptation, and multidisciplinary support. It is concluded that, despite progress, there is still a need for more structured public policies to ensure equitable and accessible education for all students with ASD.

Keywords: Inclusive educación. Autism Spectrum Disorder. Regular educación. Curriculum adaptation. Teacher training.

RESUMEN

La inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la educación regular representa un desafío significativo para la educación especial e inclusiva. Aunque la legislación brasileña garantiza el derecho a la educación inclusiva, muchas escuelas enfrentan dificultades para implementar prácticas eficaces debido a la falta de formación docente, la escasez de materiales adaptados y la insuficiencia de apoyo especializado. Este estudio tuvo como objetivo analizar las estrategias utilizadas en la inclusión de estudiantes con TEA, identificando los desafíos enfrentados y las posibilidades de mejora. La metodología adoptada fue una revisión de la literatura, basada en el análisis de artículos científicos, libros y documentos normativos. Los resultados indican que la inclusión efectiva requiere inversiones en formación docente, adaptación curricular y apoyo multidisciplinario. Se concluye que, a pesar de los avances, todavía es necesario desarrollar políticas públicas más estructuradas para garantizar una educación equitativa y accesible para todos los estudiantes con TEA.

Palabras clave: Educación inclusiva. Trastorno del Espectro Autista. Educación regular. Adaptación curricular. Formación docente.

INTRODUÇÃO

A educação especial e inclusiva tem sido um dos grandes desafios no contexto escolar, principalmente no que se refere à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino. O processo de escolarização desses estudantes requer adaptações curriculares, estratégias pedagógicas diferenciadas e uma formação específica dos professores para atender às necessidades individuais de cada aluno. Nesse contexto, a inclusão escolar de crianças e adolescentes com TEA vai além da simples matrícula, exigindo a efetiva participação desses alunos no ambiente educacional de forma a garantir sua aprendizagem e desenvolvimento integral.

O problema central deste estudo está na dificuldade que muitas instituições de ensino ainda enfrentam para promover uma inclusão eficaz de alunos com TEA. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, na prática, há inúmeros desafios, como a falta de formação docente adequada, a escassez de materiais adaptados e a insuficiência de suporte especializado dentro das escolas. Diante disso, questiona-se: as estratégias e recursos adotados na rede regular de ensino são suficientes para garantir a inclusão efetiva dos alunos com TEA?

A justificativa para a realização deste estudo baseia-se na necessidade de aprofundar a compreensão sobre os desafios e possibilidades da inclusão de alunos com TEA, visto que esse tema tem sido amplamente debatido nas políticas educacionais e na literatura acadêmica. A importância desse estudo reside na contribuição para o aprimoramento das práticas pedagógicas e na conscientização sobre a necessidade de investimentos em capacitação docente e recursos educacionais, possibilitando que a escola cumpra seu papel inclusivo de maneira efetiva.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as estratégias e práticas adotadas na inclusão de alunos com TEA na rede regular de ensino, identificando os principais desafios enfrentados por educadores e gestores no processo de implementação da educação inclusiva. Para alcançar esse objetivo, buscou-se compreender quais medidas têm sido eficazes e quais aspectos ainda demandam aprimoramento para garantir um ensino de qualidade para esses alunos.

A metodologia adotada consistiu em uma revisão da literatura, com base na análise de artigos científicos, livros e documentos normativos sobre a inclusão de alunos com TEA na educação regular. Foram selecionadas publicações que discutem os princípios da educação inclusiva, os desafios enfrentados pelos professores e as políticas educacionais voltadas a esse público. A revisão permitiu identificar diferentes perspectivas sobre o tema, contribuindo para uma reflexão crítica sobre a efetividade das práticas adotadas e as lacunas existentes na formação docente e na estrutura escolar. Dessa forma, este estudo buscou fornecer um panorama atualizado sobre a inclusão de alunos com TEA e contribuir para a construção de um ensino mais equitativo e acessível.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica e de desenvolvimento que afeta significativamente a comunicação, o comportamento e a interação social dos indivíduos. De acordo com a American Psychiatric Association (2013), o TEA é caracterizado por desafios persistentes na comunicação e interação social em múltiplos contextos, além de padrões de comportamento restritos e repetitivos. Essas características

variam em intensidade e apresentação, refletindo a ampla diversidade dentro do espectro autista.

A compreensão do TEA evoluiu consideravelmente ao longo das últimas décadas, especialmente em termos de diagnóstico e intervenção precoce. A adaptação brasileira do M-CHAT (Modified Checklist for Autism in Toddlers) por Castro-Souza (2011) exemplifica os esforços para aprimorar a identificação precoce dos sinais de autismo, facilitando intervenções que possam mitigar os impactos do transtorno no desenvolvimento infantil.

Estudos de caso, como o realizado por Aporta e Lacerda (2018), ilustram a diversidade das manifestações do TEA e a necessidade de abordagens educacionais individualizadas. Nesse estudo específico, as autoras destacaram a importância de atividades adaptadas para promover a inclusão de um aluno com autismo no ensino fundamental, ressaltando a complexidade e a necessidade de uma abordagem personalizada no ambiente escolar.

Além dos desafios comportamentais e de comunicação, crianças com TEA frequentemente apresentam anomalias sensoriais, conforme descrito por Posar e Visconti (2018). Essas anomalias podem incluir hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos sensoriais, que afetam significativamente a forma como essas crianças interagem com o ambiente ao seu redor.

A neuropsicopedagogia tem emergido como uma área crucial para apoiar a inclusão de alunos com TEA. Menezes et al. (2019) enfatizaram a eficácia das intervenções neuropsicopedagógicas, que combinam conhecimentos das neurociências e da pedagogia para desenvolver estratégias de ensino que atendam às necessidades específicas desses alunos. Monteiro (2015) complementou essa perspectiva ao discutir como o TEA pode ser utilizado como uma estratégia para envolver os alunos na regulação de seu próprio processo de aprendizagem, promovendo uma maior autonomia e autoeficácia.

A análise da produção científica sobre a escolarização de pessoas com TEA, como realizada por Nascimento, Cruz e Braun (2017), evidencia a crescente atenção dada ao tema no Brasil. Entre 2005 e 2015, houve um aumento significativo no número de estudos publicados, refletindo um esforço contínuo para compreender melhor as necessidades educacionais desses alunos e desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas.

Vasconcelos (2019) destacou a importância da inclusão de crianças com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) na escola regular, abordando os desafios e as conquistas associadas a essa prática. A inclusão escolar não é apenas uma questão de acesso, mas também de adaptação curricular e de sensibilização da comunidade escolar para as especificidades dos alunos com TEA.

Finalmente, a literatura aponta para a importância de mediadores escolares, como discutido por Vargas e Rodrigues (2018), que atuam como facilitadores no processo de inclusão, ajudando a criar um ambiente de aprendizado mais acessível e equitativo para todos os alunos.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

A implementação de práticas inclusivas nas escolas, especialmente para alunos com

Transtorno do Espectro Autista (TEA), enfrenta diversos desafios e oportunidades. Compreender esses elementos é crucial para promover um ambiente educativo que atenda às necessidades de todos os estudantes, garantindo sua participação plena e equitativa no processo de aprendizagem.

Um dos principais desafios na implementação de práticas inclusivas é a falta de formação e capacitação adequada dos professores. Segundo Monteiro (2015), muitos educadores não se sentem preparados para lidar com as necessidades específicas dos alunos com TEA devido à falta de conhecimento e treinamento especializado. Essa lacuna na formação pode levar a práticas inadequadas ou ineficazes, que não promovem a inclusão de maneira significativa. Para superar esse desafio, é fundamental investir em programas de formação contínua que capacitem os professores em estratégias pedagógicas inclusivas e em uma compreensão profunda do TEA.

Outro desafio significativo é a resistência às mudanças dentro do ambiente escolar. Vasconcelos (2019) destaca que a inclusão de alunos com necessidades especiais frequentemente encontra resistência por parte de alguns membros da comunidade escolar, incluindo professores, administradores e até mesmo pais de outros alunos. Essa resistência pode ser baseada em preconceitos, desinformação ou medo das mudanças necessárias para acomodar todos os alunos. Superar essa resistência exige uma abordagem colaborativa e sensível, promovendo a sensibilização e a conscientização sobre os benefícios da inclusão para toda a comunidade escolar.

Além disso, a falta de recursos materiais e financeiros adequados representa um grande obstáculo. Menezes et al. (2019) observam que muitas escolas carecem de recursos suficientes para implementar práticas inclusivas eficazes, como tecnologias assistivas, materiais adaptados e suporte especializado. A alocação de recursos é essencial para garantir que todas as necessidades dos alunos com TEA sejam atendidas. Isso inclui investimentos em infraestrutura escolar, aquisição de materiais específicos e contratação de profissionais especializados, como psicopedagogos e terapeutas.

Por outro lado, a implementação de práticas inclusivas também apresenta diversas oportunidades. Uma das principais é a promoção de um ambiente escolar mais acolhedor e diversificado. Vargas e Rodrigues (2018) argumentam que a inclusão de alunos com TEA pode enriquecer a experiência educativa de todos os alunos, promovendo valores de empatia, respeito e cooperação. A convivência com a diversidade prepara os estudantes para a vida em sociedade, onde a aceitação das diferenças é fundamental.

A utilização de tecnologias assistivas é outra oportunidade significativa. De acordo com Metring e Sampaio (2020), ferramentas tecnológicas podem facilitar a comunicação, a aprendizagem e a participação de alunos com TEA. Tecnologias como aplicativos educativos, dispositivos de comunicação alternativa e softwares especializados permitem que esses alunos superem barreiras e se integrem de maneira mais eficaz ao ambiente escolar. A incorporação dessas tecnologias na sala de aula pode revolucionar a maneira como a educação inclusiva é praticada.

Além disso, a colaboração entre profissionais da educação e da saúde é uma oportunidade vital para a inclusão de alunos com TEA. Aporta e Lacerda (2018) enfatizam que a formação de equipes multidisciplinares, que incluem professores, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, pode proporcionar um suporte mais abrangente e eficaz aos

alunos. Essa abordagem integrada garante que todas as dimensões do desenvolvimento do aluno sejam consideradas, promovendo um ambiente educativo mais completo e inclusivo.

Outra oportunidade é a adaptação curricular, que permite que os conteúdos e métodos de ensino sejam ajustados para atender às necessidades individuais dos alunos. Nascimento, Cruz e Braun (2017) destacam que a flexibilidade curricular é fundamental para a inclusão, pois reconhece as diferenças nas formas de aprendizagem e proporciona um ensino mais personalizado. Essa personalização não apenas beneficia os alunos com TEA, mas também melhora a qualidade do ensino para todos os alunos, promovendo um aprendizado mais significativo e engajador.

Por fim, a criação de políticas públicas de inclusão robustas e bem implementadas pode servir como um alicerce para a prática inclusiva. Castro-Souza (2011) aponta que legislações e diretrizes claras, que promovam a inclusão e garantam os direitos dos alunos com necessidades especiais, são essenciais para a efetivação de uma educação inclusiva. Essas políticas devem ser acompanhadas de monitoramento e avaliação contínua para assegurar sua eficácia e fazer os ajustes necessários ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino representa um avanço significativo nas políticas educacionais voltadas para a educação especial e inclusiva, mas ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos que comprometem sua efetividade. Embora a legislação garanta o direito à educação inclusiva, a realidade nas escolas mostra que a implementação desse princípio exige investimentos em formação docente, adaptação curricular e suporte especializado. A efetivação da inclusão vai além da simples inserção desses alunos no ambiente escolar, demandando um compromisso coletivo para garantir sua participação ativa no processo de aprendizagem.

Os desafios identificados ao longo deste estudo reforçam a necessidade de mudanças que assegurem um ensino de qualidade para os alunos com TEA, considerando suas particularidades e promovendo um ambiente que respeite suas necessidades. A ausência de capacitação específica para professores, a carência de materiais pedagógicos adaptados e a insuficiência de profissionais de apoio são fatores que dificultam a inclusão plena. Além disso, a conscientização da comunidade escolar e o fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores, gestores, famílias e profissionais da saúde são fundamentais para o sucesso desse processo.

Diante das reflexões realizadas, torna-se evidente que a inclusão de alunos com TEA deve ser um compromisso contínuo, fundamentado em políticas públicas eficazes e em práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem desses estudantes. É imprescindível que as escolas promovam espaços acessíveis, desenvolvam estratégias pedagógicas inclusivas e ofereçam suporte adequado aos docentes para que possam atuar de maneira eficiente e acolhedora. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva requer uma transformação estrutural e cultural, na qual a diversidade seja reconhecida como um elemento enriquecedor do processo educativo e onde todos os alunos tenham oportunidades equitativas de aprendizado e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5). 5th ed. Washington, DC: American Psychiatric Association. 2013.
- APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Estudo de Caso sobre Atividades Desenvolvidas para um Aluno com Autismo no Ensino Fundamental I. *Rev. bras. educ. espec.* vol.24, n.1 Bauru Jan./Mar. 2018.
- CASTRO-SOUZA, Rodrigo Monteiro de. Adaptação brasileira do M-CHAT (Modified Checklist for autism in toddlers). 2011.
- MENEZES, Maria Carolina Cavalcanti de Almeida; *et al.* Intervenções neuropsicopedagógicas em casos de autismo. *VI Congresso Nacional de Educação*, 2019.
- MONTEIRO, Pilar Rocha Lucena Libano. O TEA como estratégia de implicação dos alunos na regulação do seu próprio processo de aprendizagem. 2015. Tese de Doutorado.
- METRING, Robert; SAMPAIO, Simaia. Neuropsicopedagogia e aprendizagem. Wak, 2020.
- NASCIMENTO, Fabiana Ferreira do; CRUZ, Mara Monteiro da; BRAUN, Patrícia. Escolarização de pessoas com transtorno do espectro do autismo a partir da análise da produção científica disponível na Scielo-Brasil (2005-2015). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Vol. 25, n. 125. 2017.
- POSAR, Antonio; VISCONTI, Paola. Sensory abnormalities in children with autism spectrum disorder. *Jornal de Pediatria (Versão em português)*, v. 94, n. 4, p. 342-350, 2018.
- WILLIAMS, L.C.DE A.; AAIELLO, A.L.R. Manual do Inventário Portage Operacionalizado. Curitiba: Editora Juruá, 2018.
- VARGAS, Thamyres Bandoli Tavares; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. Mediação escolar: sobre habitar o entre. *Revista Brasileira de Educação*. vol.23, 2018.
- VASCONCELOS, Erivalda Cavalcante Mendes de. Inclusão de crianças com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) na escola regular. 2019.
- ZAQUEU, Livia da Conceição Costa et al. Associações entre sinais precoces de autismo, atenção compartilhada e atrasos no desenvolvimento infantil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 293-302, 2015.

A INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS E SEUS DESAFIOS
THE INCLUSION OF SPECIAL STUDENTS AND THEIR CHALLENGES
LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES ESPECIALES Y SUS RETOS

Jhon Wesley Fernando de Souza
jhwesley7@gmail.com

DE SOUZA, Jhon Wesley Fernando. **A inclusão dos alunos especiais e seus desafios**. Revista Internacional Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 392 – 400, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/3085-654X.

Orientadora: Prof. Dra. Simone Aparecida Marendaz

RESUMO

O presente artigo demonstra como é o jeito especial que as escolas inclusivas possuem de inserir pessoas com deficiência na sociedade. O objetivo é destacar as estratégias usadas por esses profissionais, para que haja um processo de socialização mais eficaz. A metodologia usada para a realização do presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica. A fundamentação foi dividida em duas partes: sendo que a primeira cita como a escola especial se preocupa com a inclusão social e pedagógica, enquanto que a segunda parte aborda como é a postura dos professores em relação ao processo de socialização das pessoas com algum tipo de deficiência. O artigo visa contribuir para que um número mais elevado de pessoas tenha uma mentalidade mais específica em relação ao processo de inclusão e socialização. Nas considerações finais, os leitores podem visualizar como é fundamental o trabalho que as escolas especiais realizam em prol de um processo de inclusão qualificado.

Palavras-chave: Educação. Socialização. Inclusão. Deficiência.

SUMMARY

This article demonstrates the special way that inclusive schools have inserted people with disabilities into society. The objective is to highlight the strategies used by these professionals, so that there is a more effective socialization process. The methodology used to carry out this work was bibliographical research. The rationale was divided into two parts: the first mentions how the special school is concerned with social and pedagogical inclusion, while the second part addresses how the teachers' attitude is in relation to the socialization process of people with some type of disability deficiency. The article aims to contribute to a higher number of people having a more specific mindset in relation to the process of inclusion and socialization. In the final considerations, readers can visualize how fundamental the work that special schools carry out in favor of a qualified inclusion process is.

Keywords: Education. Socialization. Inclusion. Deficiency.

RESUMEN

Este artículo demuestra la forma especial que tienen las escuelas inclusivas de integrar a las personas con discapacidad en la sociedad. El objetivo es resaltar las estrategias que utilizan estos profesionales, para que haya un proceso de socialización más efectivo. La metodología utilizada para realizar este trabajo fue la investigación bibliográfica. La fundamentación se dividió en dos partes: la primera menciona cómo la escuela especial se preocupa por la inclusión social y pedagógica, mientras que la segunda parte aborda la postura de los docentes en relación al proceso de socialización de las personas con algún tipo de discapacidad. El artículo pretende contribuir a que un mayor número de personas tengan una mentalidad más específica respecto al proceso de inclusión y socialización. En las consideraciones finales, los lectores podrán comprobar lo fundamental que es el trabajo que realizan las escuelas especiales en favor de un proceso de inclusión cualificado.

Palabras clave: Educación. Socialización. Inclusión. Deficiencia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo demonstra como é o jeito especial que as escolas inclusivas possuem de inserir pessoas com deficiência na sociedade, a forma como essa modalidade de ensino atua em prol da humanização do atendimento a esse alunado, como se trata de uma estratégia de ensino que se alinha a grande parte das limitações e vulnerabilidades desses estudantes.

O objetivo é destacar as estratégias usadas por esses profissionais que se encontram inseridos nas escolas especiais, para que haja um processo de socialização mais eficaz, isso a partir do momento em que esses educandos ingressarem na sociedade.

A justificativa para a escolha do tema, é a necessidade de se valorizar, como a atuação dos profissionais que atuam nas escolas especiais, é decisiva para que o processo de inclusão e socialização das pessoas deficientes seja mais adequado, que se alinhem as suas necessidades mais latentes.

A fundamentação foi dividida em duas partes: sendo que a primeira cita como a escola especial se preocupa com a inclusão social e pedagógica dos seus educandos, enquanto que a segunda parte aborda como é a postura dos professores em seu cotidiano, em relação ao processo de socialização das pessoas com algum tipo de deficiência e que necessitam de um suporte maior.

O artigo visa contribuir para que um número mais elevado de pessoas saiba como se relacionar com aqueles que possuem algum tipo de deficiência, e assim, que tenha uma mentalidade mais específica em relação ao processo de inclusão e socialização, que é uma das principais necessidades que esse público alvo possui.

Nas considerações finais, os leitores podem visualizar como é fundamental pensar em enriquecer a qualidade do processo de socialização daqueles que possuem algum tipo de deficiência, além de exaltar o excelente trabalho que as escolas especiais realizam em prol de um processo de inclusão qualificado, e que promova diversas diferenças em relação ao futuro desse público alvo.

METODOLOGIA

A metodologia usada para a realização do presente trabalho foi à pesquisa bibliográfica, sendo que diversas pesquisas foram realizadas em publicações e obras de autores renomados, e que muito contribuíram com o referido tema.

Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador busca informações e conhecimentos em livros, artigos, teses e dissertações já publicadas. A pesquisa bibliográfica é importante para embasar teoricamente um estudo e para situar o pesquisador em relação ao estado da arte de determinado tema, o que representa um componente de extrema importância a ser levado em consideração.

Essa ferramenta educacional se mostra como extremamente importante, o que justifica o locus de seu uso de maneira cada vez mais intensa, haja vista que, a mesma possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola especial se destaca pelas mais diversas frentes de trabalho, pela formação profissional que é extremamente qualificada, e claro, pelo seu abrangente processo de inclusão social e pedagógica que é ofertada por essa classe profissional.

Segundo Mazzotta (1996), o atendimento às necessidades educacionais especiais na classe e ou a utilização de todo conhecimento acumulado pela área de educação especial,

proporciona a melhoria da qualidade de ensino segundo as características de cada aluno, visando a um atendimento individualizado, organiza os currículos, visando diversificar a metodologia e as estratégias de ensino entre tantas modificações e com certeza benéfica para todos os educandos.

Sendo assim, é fundamental detalhar alguns aspectos interessantes, como é o caso da inclusão pedagógica, que não é muito debatida, sendo que as pessoas realmente optam muito mais vista pela socialização desse público alvo, entretanto, é fundamental que haja uma articulação maior com quem se encontra inserido na escola especial.

Inicialmente, as pessoas com algum tipo de necessidades especiais, tendem a apresentar algumas dificuldades em relação ao processo de socialização, ou seja, de se adaptarem há um ambiente que realmente de início é considerado muito desafiador.

Isso pelo fato de que uma pessoa com deficiência realmente tem pouco interesse de início, de socializar-se, pelo fato de ser diferente, e do medo que a reação das demais pessoas podem ter, o que é sempre uma questão muito importante a ser debatida (Mazzotta, 1996).

Sendo assim, existe todo um trabalho de acolhimento por parte dos profissionais que atuam nas escolas especiais, para que esse início de formação ofertada por essa estratégia de ensino, seja mais qualificada para esses alunos considerados especiais.

O desafio que as escolas especiais possuem, é realmente de trabalharem com a socialização de quem possui algum tipo de deficiência, que os mesmos passem a se sentirem mais à vontade, e respeitados em todos os ambientes em que os mesmos estiverem inseridos.

Nesse sentido, a inclusão pedagógica, relaciona-se a fazer com que os alunos que possuem algum tipo de deficiência, e que estão inseridos nas escolas especiais, possam trabalhar de uma maneira mais articulada com os demais que se encontram à sua volta.

A estratégia que é adotada pelos profissionais que atuam nas escolas especiais, é estreitar os laços entre as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, essa é uma questão fundamental, mostrando como é importante que haja uma interação maior entre essas pessoas.

Para Staimback e Staimback (1999), as amizades conquistadas pelos alunos em um ambiente inclusivo podem auxiliá-los a se sentirem realmente membros de suas comunidades e a terem oportunidade de aprender o respeito, o interesse e o apoio mútuo em uma sociedade inclusiva, ao mesmo tempo em que aprendem habilidades acadêmicas.

Por conta dessa estratégia, a pessoa com deficiência, habitua-se a relacionar com públicos completamente diferentes, que é uma verdadeira prévia daquilo que a mesma irá encontrar na sociedade, ou seja, trata-se de uma antecipação.

Com efeito, o aluno considerado especial, mesmo sem perceber, começa a ser trabalhado de uma maneira intensa, em relação ao processo de socialização, essa é uma ferramenta de extrema eficácia, o que ganha tanta força nas escolas especiais (Gomes, 1994).

Antes, pensava-se que o mais importante para uma possibilidade real de desenvolvimento das pessoas que possuem algum tipo de deficiência, pudesse ser trabalhado com pessoas que possuem as mesmas limitações, essa é uma questão realmente muito importante, que necessita ser considerada como uma estratégia ultrapassada.

Atualmente, a miscigenação de estudantes é sempre muito trabalhada por parte dos estudantes que estão inseridos nas escolas especiais, mesmo que seja indivíduos que apresentam deficiências completamente diferentes, é possível que esse tipo de

articulação aconteça, e o que é mais importante, de uma maneira qualificada (Gomes, 1994, p. 29).

Durante as atividades recreativas, que representam uma estratégia de ensino muito comum nas escolas especiais, e que também denotam a importância das escolas especiais, é muito comum que alunos que apresentam limitações diferentes compartilhem de um mesmo espaço, esse é um viés de socialização muito interessante.

Sendo que o trabalho relacionado ao processo de inclusão é sempre muito importante, porém, para que possa haver uma articulação maior entre as pessoas, é fundamental que haja uma interação maior, principalmente o acúmulo de experiências.

Esse acúmulo de experiências, ocorre principalmente em relação à observação que os educandos que possuem necessidades especiais, e isso ocorre principalmente nas brincadeiras, essa é uma questão que necessita ser conhecida pelos educadores especiais, algo que está relacionada à pedagogia do trabalho

Essa interação pedagógica é fundamental, por essa razão, os profissionais que atuam nessa modalidade educacional, sempre estão preocupados em relação ao viés de promoção de novas atividades, em outras palavras, as estratégias de ensino são muito bem planejadas antes de serem colocadas em prática (Almeida, 2007).

O modo de pensar que os profissionais que atuam nas escolas especiais adotam, é a de estarem sempre preocupados em conhecerem a realidade na sociedade, todas as transformações, para que possa haver uma preparação mais adequada em relação ao processo de socialização.

Com efeito, a socialização de pessoas com necessidades especiais não é uma estratégia simples, pelo contrário, é fundamental que haja uma preparação, sendo assim, as brincadeiras também representam uma possibilidade de articulação e socialização amplamente interessantes (Almeida, 2007).

Quando a pessoa, ou melhor, a criança está brincando, abre-se uma série de possibilidades para que o trabalho dos profissionais venha a ser mais beneficiado, isso pelo fato de que as oportunidades de observação passam a ser muito maiores.

É preciso avaliar as pessoas quando as mesmas não estão em um momento de pressão, ou seja, encontram-se em um estado natural, o que para o alunado é muito importante, sendo que existem momentos em que até se esquecem de que possuem uma deficiência.

Existem passos em relação ao processo de socialização e articulação das pessoas com deficiência seja eficaz, como a formação de pequenos grupos, entre pessoas que realmente tenham uma oportunidade de se socializarem, principalmente pessoas que moram próximas, o que facilita muito nesse sentido (Almeida, 2007).

O mundo social é “filtrado” para o indivíduo por meio dessa dupla seletividade. Assim, a criança das classes inferiores absorve uma perspectiva própria sobre a sua classe sobre o mundo social, mas segundo uma coloração idiossincrática dada por seus pais (ou por qualquer indivíduo que se ocupe de sua socialização primária). A mesma perspectiva própria às classes inferiores pode provocar uma atitude de aceitação de seu destino, de resignação, de ressentimento amargo ou de revolta febril. Consequentemente, a criança das classes inferiores acabará não somente por habitar em um mundo muito diferente daquele das classes superiores, mas também por se diferenciar de seu vizinho que pertence, no entanto, a mesma classe que ele (Haecht, 2008, p.101).

As escolas especiais, transformam os estudantes com deficiência, em uma grande família, essa é uma questão muito interessante, uma vez que, a fraternização é algo fundamental, para que esse alunado se sinta bem nesse ambiente educacional.

Existem sim momentos, em que os educandos necessitam ser trabalhados de uma maneira particular, isolada, até porque o trabalho dessa modalidade educacional é muito mais amplo, porém, a prioridade para as atividades coletivas existe.

Apesar de as escolas especiais se dedicarem muito a realização dos mais diversos tipos de brincadeiras, para que haja uma maior interação entre os alunos, algo que os mesmos não possuem a oportunidade de terem em suas casas, em alguns momentos, as crianças são separadas de seus pequenos grupos, e introduzidos em outros (Haecht, 2008).

Essa diversidade é fundamental e necessita ser valorizada, uma vez que, acaba agregando os mais diversos tipos de valores aos alunos que possuem algum tipo de deficiência, essa é uma questão fundamental, para que as crianças aprendam a se relacionar melhor com as demais que se encontram a sua volta.

Essa é mais uma estratégia voltada para a formação dos educandos especiais, para que os mesmos, dentro de suas possibilidades, possam ter uma real oportunidade de socialização, uma maneira de aclimatar esse público alvo em relação às necessidades que os mesmos apresentam para o seu futuro.

Isso pelo fato de que o trabalho que as escolas especiais realizam, em prol do processo de socialização, possui grande relevância, porém, representa um campo muito amplo para ser trabalhado, por essa razão, em alguns momentos, pode até parecer que as atividades ofertadas pelos profissionais possam ser repetitivas, contudo, é uma maneira desse alunado afixar o conteúdo de uma maneira mais qualificada (Carvalho, 2004).

É sempre muito importante pensar na postura dos profissionais que se encontram atuando nas escolas especiais, principalmente por parte dos educadores, que são aqueles que permanecem mais próximos aos educandos.

Por essa razão, o que necessita ser denotado, é justamente a possibilidade de trocar a maior comunicação possível com esse alunado, o que é sempre algo muito enriquecedor.

Em outras palavras, é fundamental que o trabalho seja o mais interativo possível, que é o que o processo de inclusão realmente necessita, de maneira que os alunos especiais realmente esperam que essa interatividade aconteça e de maneira intensa.

É preciso pensar, que as pessoas que apresentam necessidades especiais, de alguma forma, acabam sofrendo com o isolamento social, e que necessita ser amplamente trabalhado pelos profissionais que se encontram nessa modalidade educacional (Dessen, 2007).

Com efeito, a criança especial como um todo, espera que as escolas especiais realizem um trabalho completamente diferente de tudo o que já viram na vida, independentemente de seu grau de experiência, e isso realmente acontece.

O professor necessita ser um desafiador constante e ao mesmo tempo um grande motivador, para que as crianças que possuem necessidades especiais, possam realmente desenvolver um suporte que as ajudem a ir além das barreiras existentes.

O professor desse modo, representa um pilar fundamental, uma pedra angular, para que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, possam superar as suas adversidades, o que

é um trabalho muito extensivo, mas, que podem promover resultados muito satisfatórios (Dessen, 2007).

Em muitos casos, as crianças que possuem necessidades especiais, se aproximam de uma maneira muito mais intensa dos educadores, do que com os próprios pais, tamanho é o vínculo afetivo que se cria, o que é algo extremamente positivo.

Se o resto da sociedade, inclusive até os pais, já não acreditam nas possibilidades que as pessoas com necessidades especiais possuem, o professor vai completamente na contramão dessa mentalidade tacanha e simplista, afirmando a todo o momento que acredita na chance de reabilitação desses indivíduos.

Essa crença que os educadores especiais creditam as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, é o que realmente tem o poder de transformar esse alunado, de fazer com que os mesmos passem a desempenhar suas atividades de reabilitação de uma maneira muito mais intensa (Sanchez, 2005).

Por essa razão, sempre é muito importante destacar como os professores que atuam nas escolas especiais, acabam atuando diretamente no processo de desenvolvimento dos educandos que apresentam algum tipo de deficiência.

E o mais importante, é que esses profissionais não demonstram medo de aceitarem os mais diversos tipos de desafios que existem, essa é uma questão de extrema importância, isso porque muitas vezes, as escolas especiais recebem pessoas com algum tipo de deficiência muito complexa, que esses docentes nem sabem como trabalhar (Mazzotta, 2003).

Essa também é uma questão muito pertinente, e que deve ser levada em consideração, a forma como as escolas especiais são amplamente democráticas, tentando oferecer um grande suporte para todas as pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Mesmo que isso signifique que essa modalidade educacional vá além de sua capacidade, com efeito, o trabalho dos profissionais que estão nessas escolas especiais, geralmente passam por algumas transformações, isso no sentido de haver uma necessidade de se obter um maior conhecimento (Mazzotta, 2003).

Isso pelo fato de que, se as pessoas aceitam o desafio de ingressarem em uma escola especial, elas buscam uma transformação, e isso independe da maneira como essas ingressam, a busca é sempre pela evolução desse público alvo.

Os professores realmente se adequam a essas necessidades, pelo fato de que é uma questão social extremamente importante, oferecer um auxílio de qualidade a todas as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, encontrando modos de se ajudar esse indivíduo no longo processo de reabilitação (Pacheco, 2006).

Muitas vezes, é possível perceber como os professores que atuam em uma escola especial, sofrem muito junto com os seus educandos, essa já é uma questão mais voltada para a afetividade, isso, no entanto, não quer dizer que não seja algo importante também para o desenvolvimento desses educandos especiais.

O contexto escolar está presente cada vez mais cedo na vida dos pequenos, portanto se faz necessário firmar parceria de comprometimento entre a família e a escola do aluno, sendo assim, haverá uma partilha democrática referente à responsabilidade da educação da criança, sendo importante uma reflexão sobre o papel da família e da escola para que ambas tenham papéis definidos para melhor preparar o aluno.

É importante também que se estabeleça uma análise sobre a capacidade do professor, considerando sua experiência didática e seus conhecimentos e avaliar seu próprio desempenho, enquanto isso, os pais, aprendem somente com a prática, no dia a dia, antes disso, somente conseguem estabelecer ideais.

Com efeito, é preciso pensar que, para os educadores especiais, existem muitas cenas que representam grande sofrimento ao serem vistas, como a tristeza ou mesmo melancolia dos alunos, quando os mesmos passam a pensar em relação a quais são as suas possibilidades de vida com a deficiência que possuem (Pacheco, 2006, p. 34).

De fato, a forma como a sociedade visualiza as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, é fundamental que se denote como existirão informações que os profissionais dessa modalidade educacional, jamais negam ao seu alunado.

A escola, enquanto um dos organismos da sociedade é o local por excelência para o desenvolvimento do processo de transmissão – assimilação do conhecimento elaborado. Isto é: a escola é o local onde o indivíduo estaria se instrumentalizando para atuar no meio social ao qual pertence (Prieto, 2008).

Principalmente quando se trata de alunos que se encontram inseridos na educação básica e que na grande maioria das vezes apresentam um grande potencial, basta que haja estímulo e condições para que o mesmo possa se mostrar isso na prática o que é sempre um viés muito importante e que vem sendo debatido de maneira mais fragmentada (Bacelar, 2003).

Diante desse cenário de dificuldades exiguas, existem alguns fatores positivos que convém serem destacados, como, por exemplo, o elevado número de professores especialistas em educação especial, que vem se formando todos os anos no país.

O ambiente escolar se caracteriza como um espaço multicultural, capaz de acolher todos os indivíduos dos mais variados grupos e classes sociais, além de professores, pedagogos e gestores da educação, considerando a complexidade da dinâmica escolar, podemos considerar que o desafio de estabelecer um ambiente saudável e democrático está sempre presente, pois todos os dias surgem novas situações que exigem de novas posturas por parte de toda a comunidade escolar.

A escola inclusiva pressupõe que todas as crianças possam aprender e fazer parte da vida escolar e social. Há a valorização à diversidade, a crença de que as diferenças fortalecem a todos os envolvidos.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação, e os pais necessitam conhecer esse processo de maneira mais próxima, até para auxiliar a disseminar esses conceitos (Belisário Filho, 2010).

Desta forma, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, ajudados pelos pais, que promovem uma troca de valores com os docentes.

No entanto, existem algumas adversidades que existem com relação ao trabalho que vem sendo desenvolvidas nas escolas especiais e regulares, que aceitam o desafio de

trabalharem com esse alunado, que é o aumento, ou melhor, a densidade populacional de pessoas que nascem com algum tipo de deficiência, e que por essa razão, necessitam de um trabalho de qualidade para que sua inserção social aconteça corretamente.

Contar com mais educandos que apresentam necessidades especiais, faz com que constantemente, as escolas especiais e regulares, necessitam de uma vertente de adaptação, a uma realidade que denota em uma grande transformação e de qualidade (Belisário Filho, 2010).

Até mesmo pela falta de profissionais na educação, que contem com esse tipo de conhecimento, e por essa razão, trata-se de uma questão basilar, pensar em como a educação necessita se planejar melhor, a fim de promover uma oferta de qualidade às pessoas com deficiência.

Promover cultura é uma forma de inclusão, em um processo que envolve um conjunto de fatores, no entanto, é preciso que o estudante considerado especial possa compreender o contexto em que o mesmo se encontra inserido, esta é uma questão basilar e que necessita ser trabalhada de uma maneira mais latente enriquecedora, e que motivo esses alunos a permanecerem nas escolas regulares vivendo um processo de socialização muito mais enriquecedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como enfoque, demonstrar as escolas especiais, possuem um modelo próprio, quando se diz respeito ao processo de inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência.

Sendo que essa modalidade de ensino, preza pelas possibilidades de socialização que as pessoas com deficiência possuem, desde que, sejam trabalhadas de uma maneira adequada para essa finalidade tão importante para a qualidade de vida desse alunado.

De uma maneira geral, poucas são as pessoas que realmente se preocupam com uma possível reabilitação de quem possui algum tipo de deficiência, inclusive, nas possibilidades que esse alunado apresenta para levarem uma qualidade de vida melhor.

Entretanto, é preciso destacar como as escolas especiais prezam pela primazia nesse sentido, como contam com a participação de profissionais que realmente tem a capacidade principal de serem humanistas, ou seja, de acreditarem nos seres humanos, esse é um fator fundamental, e que inclusive, deveria ser aprendido pela sociedade como um todo.

Na fundamentação, também foi nítida a importância que os educadores da modalidade de educação especial possuem, como se trata de um trabalho amplamente qualificado, que inclui afetividade, estímulo, crença e motivação nas pessoas com deficiência.

As pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, necessitam desse tipo de apoio que é oferecido pelas escolas da modalidade especial inclusiva, isso é fundamental para que possa haver um processo de socialização e inclusão, que seja capaz de ofertar uma transformação na vida desse público alvo.

Com efeito, através do trabalho que é realizado pelas escolas especiais, é possível sonhar com um futuro melhor em relação ao processo de inclusão e socialização por parte das pessoas que apresentam algum tipo de necessidade especial, e que por essa razão, não precisam mais se preocupar em levar uma vida mais resolvida e limitada.

Em outras palavras, os profissionais que atuam nas escolas especiais, são muito incentivadores desses educandos que apresentam algum tipo de deficiência a permanecerem mais voltados para a inclusão social e não para levarem uma vida de ostracismo.

Também deve ser destacado de maneira clara, o trabalho de qualidade que vem sendo colocado em prática, por parte das escolas especiais, que contam com uma gama de profissionais, para a realização de um trabalho mais qualificado, principalmente, com os educandos que apresentam estado de saúde considerado como mais complexos.

No entanto, existem ainda algumas ressalvas que necessitam ser consideradas, como a necessidade de se ofertar uma formação mais qualificada aos educadores que se encontram inseridos nas escolas regulares, para que esses estejam preparados, a partir do momento em que a escola receber um aluno considerado como especial.

Do mesmo modo, que apresentar propostas de inclusão, que sejam mais efetivas, e contando com a participação da comunidade escolar, faria grande diferença a favor dos estudantes que apresentam algum tipo de deficiência, e que desejam estar inseridos em um contexto social mais favorável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, D. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. Educação. CE/USFM. Santa Maria (RS), v. 32, n.2, 2007.
- BACELAR, T. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. São Paulo. 2003.
- BELISÁRIO FILHO, J. F. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- CARVALHO, R. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DESSEN, M. A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Brasília.2007.
- GOMES, J. V. Socialização Primária: Tarefa Familiar? n. 91, p.54-61. São Paulo, nov. 1994.
- HAECHT, A. Sociologia da Educação: a escola posta à prova. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- MAZZOTTA, M. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.
- MAZZOTTA, M. Deficiência, Educação Escolar e Necessidades Especiais: reflexões sobre inclusão sócio-educacional, 2003.
- PACHECO, José et al. (org.). Caminhos para a inclusão: um guia para aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- PRIETO, R. G. Política de educação especial no Brasil: evolução das garantias legais. In: Anais do XI Seminário Capixaba de Educação Inclusiva. Vitória: PPGE/UFES, 2008.
- SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 718.
- STAIMBACK S.; STAINBACK W. Inclusão: Um guia para Educadores. Porto Alegre, Artmed, 1999.

INCLUIR NÃO É DEIXAR NO MESMO LUGAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES INCLUSIVAS EM CONTEXTOS ESCOLARES

INCLUSION IS NOT ABOUT LEAVING EVERYONE IN THE SAME PLACE:

CHALLENGES AND INCLUSIVE POSSIBILITIES IN SCHOOL CONTEXTS

INCLUSIÓN NO ES DEJAR A TODOS EN EL MISMO LUGAR: DESAFÍOS Y

POSIBILIDADES INCLUSIVAS EN CONTEXTOS ESCOLARES

Cleonice Ines Schmitt

Cleoniceschmitt19@gmail.com

SCHMITT, Cleonice Ines. **Incluir não é deixar no mesmo lugar: Desafios e possibilidades inclusivas em contextos escolares.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 401 – 420, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Sousa Teixeira - lucianoteixeira_2@hotmail.com

RESUMO

No presente artigo, investiga-se como os processos colaborativos, a partir de uma ênfase educacional inclusiva, que são normatizados e orientados pelas políticas e programas educacionais brasileiros, e consequentemente compreender que a inclusão não se concretiza ao deixar os alunos com dificuldades ou deficiências apenas no mesmo lugar em espaços escolares, recebendo acompanhamento de um professor. Ela vai muito além disso. Dessa forma, adotou-se a abordagem qualitativa, de base documental e bibliográfica, objetivando compreender o o processo inclusivo, o conceito de práticas colaborativas e integrativas com participação em busca da verdadeira inclusão, articulada entre os profissionais das escolas da classe comum com os professores de apoio, equipe pedagógica e gestão escolar e amparados pelos documentos legais que orientam a educação inclusiva nas escolas, como também compreender os serviços oferecidos de AEE, por professores especializados além do trabalho realizado na sala de SRM. Dessa forma, busca aporte na legislação que assegura, orienta e ampara a Educação Especial Inclusiva, além da busca em bibliografias que tratam da temática e contribuem para compreender melhor a inclusão e sua importância na vida das pessoas que necessitam deste suporte.

Palavras-chave: Inclusão. Escola. Alunos.

SUMMARY

This article investigates how collaborative processes, from an inclusive educational emphasis, are normalized and guided by Brazilian educational policies and programs. Consequently, it seeks to understand that inclusion is not achieved by simply placing students with difficulties or disabilities in the same space in schools, receiving support from a teacher. It goes far beyond that. Therefore, a qualitative approach, based on documentary and bibliographic research, was adopted, aiming to understand the inclusive process, the concept of collaborative and integrative practices with participation in search of true inclusion, articulated between common classroom teachers, support teachers, pedagogical team and school management and supported by legal documents that guide inclusive education in schools, as well as understanding the services offered by Specialized Educational Assistance (AEE), provided by specialized teachers in addition to the work carried out in the resource room (SRM). Thus, the research seeks support in legislation that ensures, guides and supports Inclusive Special Education, as well as in bibliographies that deal with the theme and contribute to a better understanding of inclusion and its importance in the lives of people who need this support.

Keywords: Inclusion. School. Students.

RESUMEN

En este artículo se investiga cómo los procesos colaborativos, desde una perspectiva educativa inclusiva, son normativizados y orientados por las políticas y programas educativos brasileños. En consecuencia, se busca comprender que la inclusión no se concreta al dejar a los estudiantes con dificultades o deficiencias simplemente en el mismo espacio escolar, recibiendo acompañamiento de un profesor. Va mucho más allá. De esta manera, se adoptó un enfoque cualitativo, basado en la investigación documental y bibliográfica, con el objetivo de comprender el proceso inclusivo, el concepto de prácticas colaborativas e integrativas con participación en busca de la verdadera inclusión, articulada entre los profesionales de las aulas comunes, los profesores de apoyo, el equipo pedagógico y la gestión escolar, y respaldada por los documentos legales que orientan la educación inclusiva en las escuelas, así como comprender los servicios ofrecidos por la Atención Educativa Especializada (AEE), proporcionados por profesores especializados además del trabajo realizado en la sala de recursos (SRM). De esta manera, se busca apoyo en la legislación que garantiza, orienta y respalda la Educación Especial Inclusiva,

así como en bibliografías que abordan el tema y contribuyen a una mejor comprensión de la inclusión y su importancia en la vida de las personas que necesitan este apoyo.

Keywords: Inclusion. School. Students.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em educação inclusiva, é notório a longa trajetória de lutas e debates que perpassam o cenário da Educação Especial (EE). Para acontecer de fato, ela precisa ter apoio e participação social, e dessa forma obter as mudanças necessárias em contextos escolares. Precisa ser aceita, compreendida e respeitada por todos, e ter o envolvimento dos profissionais das escolas, para concretizá-la. (Anjos; Vasconcelos; Caliman, 2021).

Para organizar uma escola inclusiva que atenda a todos, independente de suas características, ritmos de aprendizagem e potencialidades, ainda é um desafio dos sistemas educacionais e das escolas, pois esta proposta pressupõe que todos aprendam juntos, e se ajudam mutuamente, respeitando-se, ajudando-se além de se prepararem para a vida em sociedade, o que muitas vezes é impedido por falta de estrutura, formação e informação. (Vilaronga; Mendes, 2017). Diante disso, Vilaronga e Mendes (2017), discorrem aspectos relacionados também em relação a formação dos professores, a qual é essencialmente importante, pensar nessa formação e na capacitação das equipes educacionais para agir e trabalhar coletivamente, pois ela implica na realização de um trabalho que esteja de acordo com as necessidades inclusivas.

Na mesma lógica, Graff (2021), para tornar o ambiente escolar inclusivo, busca a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), como orientação, destacando que esta política instituída como uma necessidade os apoios escolares, os quais em articulação através de práticas colaborativas com demais professores organizem o trabalho, pelo qual os alunos com necessidades especiais também tenham condições de aprenderem. (Graff, 2021). Da mesma forma, Machado (2019), referência a LDB, com apontamentos significativos que esta lei traz em relação a educação especial inclusiva.

Em relação a atuação docente, e ao trabalho do professor de apoio, Lopes (2018), Christo (2019) e Xavier (2019), discorrem sobre a importância deste profissional e a articulação do trabalho que é necessário desenvolver entre o trabalho dos professores da classe comum com o de AEE, para obter resultados. Ainda, lembram que muitas vezes este trabalho é dificultado, por falta de compatibilidade de horários entre os professores para planejar no coletivo.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa parte para uma abordagem relacionada à verdadeira inclusão, na busca de compreender mais sobre ela, sua funcionalidade e importância que desencadeia na vida das pessoas que necessitam deste aporte. Também faz-se referência aos profissionais envolvidos neste processo.

INCLUIR NÃO É DEIXAR NO MESMO LUGAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES INCLUSIVAS EM CONTEXTOS ESCOLARES

O percurso educacional em busca da inclusão passou por uma longa trajetória para enfim ser compreendida e ser construída, e os espaços escolares se tornarem escolas inclusivas que garantam o atendimento à diversidade humana. Este patamar exige mudanças estruturais e culturais para assim superar as práticas excludentes de ensino. Nesta esfera, se torna essencial que todos os envolvidos no processo educacional inclusivo busquem ações colaborativas que vão em busca desta finalidade. (Anjos; Vasconcelos; Caliman, 2021).

Mas para que isso aconteça nas escolas, a modalidade de Educação Especial precisa estar amparada e sustentada por escolas capazes de atender as necessidades de seus alunos que tenham ou não alguma deficiência. A Educação inclusiva compreende a educação especial dentro do ensino regular e transforma a escola em um espaço para todos, favorecendo a diversidade na medida em que considera que qualquer aluno possa ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. (Pagliarini, 2016).

À vista disso, na busca da verdadeira inclusão, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI) foi elaborada com a finalidade de orientar e estabelecer objetivos educacionais que para garantir o acesso, permanência, aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais. (Graff, 2021). Assim, na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996 foi firmado o dever em ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino à estes educandos. (Machado, 2019).

A LDB, garante acesso de forma gratuita das pessoas de 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos na educação básica, com garantia de educação especializada a quem necessitar. (Silveira; Graff; Nierotka, 2020).

E complementando o exposto na LDB, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015, p. 1-2) traz em seu art. 58 que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Complementando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Brasil, (2023, p. 9) acrescenta que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II – os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III – a limitação no desempenho de atividades; e IV – a restrição de participação. § 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

No encaixe de uma educação inclusiva, aberta para a diversidade educacional, Machado, (2019), contribui que:

[...] na expectativa de uma educação que atenda às diversas demandas e características de aprendizagem em sala de aula, se faz necessário repensar o papel, os objetivos e a própria dinâmica de realização/oferta do ensino na perspectiva inclusiva e refletir sobre novas práticas que possam dar condições de permanência com aprendizagem a todos os alunos, incluindo os alunos com deficiências. Dentro desse novo pensamento em educação, surge a necessidade de novos saberes e propostas metodológicas que atendam a diversidade, como por exemplo, a proposta de um modelo de trabalho docente colaborativo. (Machado, 2019, p. 22).

Com a sanção da Lei n. 17.143, de 15 de maio de 2017, houve mais clareza em relação ao contrato do segundo professor. Nela encontra-se descrito motivo da necessidade, de um segundo professor de turma para as classes em que estiverem matriculados alunos com: I - deficiência múltipla associada à deficiência mental; II - deficiência mental que apresente dependência em atividades de vida prática; III - deficiência associada a transtorno psiquiátrico; IV - deficiência motora ou física com sérios comprometimentos motores e dependência de vida prática; V - Transtorno do Espectro do Autismo com sintomatologia exacerbada; e VI - Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade/impulsividade com sintomatologia exacerbada (Santa Catarina, 2017, apud. Silveira; Graff; Nierotka, 2020 p. 6)

Não basta conhecer a legislação, os direitos das pessoas com deficiências, se na prática cotidiana não houverem as adaptações e adequações necessárias. De acordo com Lopes (2018, p. 24),

Não é suficiente ter legislações, políticas públicas e documentos que legitimem a inclusão escolar. É necessário buscar, avaliar e modificar a realidade baseada nas necessidades de melhorias encontradas nas escolas para garantir a escolarização dos alunos PAEE. Contrário a isso, existe um falso cumprimento da legislação que garante apenas o acesso dos alunos, ou apenas a matrícula, sem realizar um trabalho responsável.

Nesta mesma visão, Christo (2019), contribui afirmando que para funcionar o trabalho inclusivo nas escolas, ele precisa estar articulado entre o profissional de apoio e o professor de sala comum, onde possam ser desenvolvidas ações pedagógicas centradas no aluno, com organização de planos adequados para todos os que fazem parte do processo educativo, e desenvolver, implementar planejamentos, recursos e métodos que possam contemplar a aprendizagem.

Já para Xavier (2019), o profissional de apoio entra com propósitos abrangentes, onde realiza a função de mediar as aprendizagens entre a escola e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), articula vínculos entre a escola, família e o professor da turma, além de auxiliar o aluno em suas necessidades específicas.

Ainda de acordo com Xavier, (2019, p. 66),

Esses aspectos revelam as possibilidades das práticas dos P.A. contribuírem na constituição de uma escola inclusiva, bem como os limites que a ausência de diálogo entre os pares pode representar no processo de inclusão, afinal todos ganham quando se eliminam as barreiras presentes no cotidiano escolar.

Diante disso, existe a preocupação em relação a atuação dos professores de apoio, que muitas vezes não possuem o amparo necessário para desenvolver seu trabalho. Ainda Lopes, (2018), reafirma os apontamentos já trazidos por Rabelo (2012) no que se refere a prática do profissional de apoio, como uma ação profissional com atuação de forma solitária no contexto da sala de aula, que muitas vezes fica a entender como se fosse um problema quando necessitam deste apoio para alunos com necessidades específicas, que precisam de atenção mais direcionada. Nesta situação, o professor “não encontra o suporte, o apoio, segurança, e condições de trabalho para escolarizar com qualidade seus alunos”. (Lopes, 2018, p. 28.).

Dessa forma, o trabalho não produz resultados satisfatórios, prejudicando o desenvolvimento do educando, e a atuação do profissional. (Xavier, 2019).

No decorrer do tempo, diversas nomenclaturas já foram usadas ao se referir ao professor de apoio da inclusão escolar. Com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão em 2015, o termo Profissional de Apoio é retomado, referindo-se a um serviço que apoia e dá suporte a educação especial, auxiliando aqueles alunos nas escolas comuns que necessitam desse amparo. (Lopes, 2018).

E tratando-se do profissional de apoio, o mesmo assume diversas funções, e é de responsabilidade do trabalho dele auxiliar os alunos, “ajudando nas atividades de cuidados pessoais básicos, assim como escolares, nas quais os alunos possuem dependência para realizá-las ou necessitem de ajuda para participar efetivamente de uma delas”. (Lopes, 2018, p. 30).

Para fortalecer a educação inclusiva, tem-se a proposta de uma educação baseada no ‘coensino’. Nesta proposta trazida por Vilaronga e Mendes (2017), propõe-se que os professores especializados e os professores de área comum organizem o trabalho de forma onde possam dividir as responsabilidades de planejar, instruir, avaliar para todos os estudantes, conforme seu desenvolvimento individual. E assim organizar o trabalho de forma colaborativa, para fortalecer a proposta inclusiva, trazida na legislação da educação especial inclusiva, onde se defende a ideia de acompanhamento e adaptação no espaço da sala de aula para que este aluno, público alvo da educação especial, também possa socializar e aprender no mesmo cotidiano.

Em relação ao direito de acompanhamento do estudante público alvo da educação especial, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva traz apontamentos relacionados para uma indicação de um profissional que auxilie os alunos com necessidades educacionais especiais, durante a sua escolarização, mesmo que não seja para as atividades pedagógicas. Este profissional estaria à disposição para ajudar os alunos com necessidades específicas em suas funções diárias, dando suporte, e auxiliando-os nas suas necessidades individuais. (Brasil, 2008, apud. Silveira; Graff; Nierotka, 2020, p. 6).

Ainda, as autoras destacam que, “ legalmente, ambos os profissionais - cuidador/monitor e Segundo Professor - têm atribuições distintas. No entanto, na prática, esses profissionais acabam por assumir funções muito semelhantes.” (Silveira; Graff; Nierotka, 2020, p. 05).

Além dos profissionais atuantes nas salas de aula, também o professor de educação especial, que atua na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), assume diferentes funções. Este professor, promove a “articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação

e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares.” (Zerbatto; Vilaronga; Santos, 2021, p. 04).

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), é um espaço onde funciona a modalidade de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A partir da Resolução 4/2009 do CNE/CEB, se organizou e implementou o AEE na educação básica, como segmento desta modalidade, que entra com o objetivo de complementar ou suplementar a formação do aluno através dos serviços oferecidos, mediante as estratégias e os recursos de acessibilidade. (Brasil, 2009).

O atendimento educacional especializado é um recurso que contribui para que todos os alunos tenham acesso a aprendizagem. Dessa forma Moraes, (2023, p. 14, diz que,

É de grande importância que o AEE esteja presente em todas as escolas, buscando um olhar específico para alunos que apresentem necessidades educacionais específicas, e com isso tentar eliminar as barreiras da aprendizagem, dando uma plena participação desses alunos na escola.

Para implementar o AEE, é necessário ter a demanda para esta finalidade, a escola buscar junto com a secretaria de educação sua implantação, como também buscar apoio e parcerias com profissionais, além de “um professor que seja apto para exercer o ofício da docência e ter uma formação específica para educação especial”. (Morais, 2023, p. 14).

Para compreender melhor sobre o Atendimento Educacional Especializado, Anjos, Vasconcelos e Caliman (2021), buscam o decreto nº 7611 de 2011, que trata do AEE, apontando que ele é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola, e quando esta não dispõe do atendimento, o mesmo será oferecida em outra escola de ensino regular mais próxima.

Este atendimento sempre será no turno inverso em que o aluno está matriculado no ensino regular. Assim, “o AEE é instituído nas escolas como o apoio, tanto para alunos, pais, professores e demais membros escolares, apontando para uma atuação de caráter interativo, o que se confirma também na Resolução nº 4/2009”. (Anjos; Vasconcelos; Caliman, 2021, p. 05).

O trabalho realizado na SRM difere-se daquele realizado nas salas de aula comum. Neste espaço contém adaptações através de diferentes materiais pedagógicos, mobílias para o trabalho de AEE, além do professor especializado que articula, orienta e organiza os recursos pedagógicos necessários para complementar as atividades. (Anjos; Vasconcelos; Caliman, 2021).

Nesse sentido, ainda Anjos, Vasconcelos e Caliman (2021, p. 283) lembram que,

É preciso considerar que as ações desenvolvidas pelos profissionais do AEE devem ser articuladas para além de uma prática normativa, uma vez que a inclusão de qualquer aluno no espaço escolar deve resultar de relações dialógicas, envolvendo família, escola e comunidade. Assim, a escola revela continuamente o significado das diferenças individuais e reexamina a sua prática pedagógica.

No encaixe de uma prática educativa que atenda a todos os alunos, pensa-se em uma prática mais colaborativa, onde um professor auxilia o outro, porém, esta forma de trabalhar torna-se uma tarefa desafiadora. Assim sendo, Christo (2019, p. 47), lembra que,

O ensino colaborativo é uma prática desafiadora que surge como um novo suporte ao público-alvo da educação especial com foco na sala de aula comum, implicando na redefinição dos papéis do professor da sala comum e do professor de educação especial. O ensino proporciona aos professores ambientes ricos de aprendizagem e trocas de conhecimentos favorecendo, igualmente, todos os estudantes.

Por conseguinte, Christo (2019, p. 47), acrescenta que trabalhar nesta proposta não é uma tarefa fácil, pois ela exige a mudança, sendo ela “uma ferramenta que tira os professores, muitas vezes, de suas zonas de conforto para trabalhar em conjunto e cumprir objetivos comuns. E isso não é fácil ou confortável, e eles nem sempre gostam da experiência”.

Reafirmando a importância do trabalho colaborativo, Carvalho, Costa e Dias (2018), trazem apontamentos do quanto esta proposta se torna promissora, por trabalhar em benefício da inclusão escolar, realizando os ajustes curriculares necessários, preparar os professores, e agregar demais profissionais para discutir sobre aspectos significativos e realizar um trabalho coletivo.

Diante disso, Carvalho, Costa e Dias (2018, p. 128), lembram que:

Para que ocorra o trabalho colaborativo, os professores do ensino regular, juntamente com os da educação especial, precisam, a partir de um planejamento contínuo, sistematizar um plano de trabalho, com metas que possam atender às necessidades dos alunos público-alvo da educação especial.

Para concretizar a prática eficaz, em atendimentos de AEE, encontram-se diversos desafios, além dos estruturais, existem as barreiras ‘atitudinais e conceituais’. Quando se trata de um trabalho do professor que esteja voltado para atender a promover a inclusão, e tornar a escola um espaço inclusivo se faz necessário que este trabalho docente esteja aberto para “reflexões sobre o planejamento e a aplicação de instrumentos mediadores que possam se adequar às necessidades educacionais dos alunos e que tenham sido construídos em colaboração com os outros docentes que atuam nas salas comuns e com a comunidade”. (Anjos; Vasconcelos; Caliman, 2021, p. 06).

Se torna essencial que todos busquem práticas coerentes e adequadas que valorizem as potencialidades dos educandos, bem como suas aprendizagens para promover a escola inclusiva. Assim, “uma escola será inclusiva quando estiver organizada para favorecer cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação”. (Brasil, 2004, apud. Anjos; Vasconcelos; Caliman, 2021, p. 7).

A mesma inclusão, também necessita pensar nos atendimentos nas escolas e como os oferece, além dos atendimentos especiais. Em relação ao atendimento das crianças em classes especiais, Ramos (2023) esclarece, que o mesmo é preciso acontecer, mas fora das salas de aula comum, onde a criança com necessidade especial receberá atendimento específico que complementa o trabalho da escola, em horários específicos no contra-turno escolar, pois na escola é o lugar onde todos precisam estar e aprender juntos, independente se possuem alguma limitação ou não. A mesma autora, traz em seu estudo ainda outro aspecto importante relacionado às crianças, que apesar delas terem deficiência e possuir limitações, que elas são pessoas e possuem sentimentos, desejos, necessidades, que precisam ser respeitados, além das habilidades a serem desenvolvidas.

Nesse caso, para garantir um atendimento adequado, é necessário capacitação dos profissionais que atuam com estas crianças, para que tenham um olhar diferenciado ao atender,

pois, “esse processo exige a preparação de professores para lidar com as diferenças em sala de aula, o desenvolvimento de um olhar mais sensível a respeito dos alunos com deficiência.” (Anjos; Vasconcelos; Coleman, 2021, p. 09).

Na abordagem de Ramos (2023), encontra-se a reflexão, relacionada a um olhar mais voltado sobre as diferenças, onde somente no momento em que existir esta compreensão da existência das diferenças entre as crianças, que cada uma possui seu ritmo de desenvolvimento, que ninguém é igual a ninguém, e a aprendizagem acontece a partir destas diferenças, a escola é inclusiva. Mas para isso acontecer, é preciso que haja um olhar coletivo de todos os integrantes do contexto, para organizarem as propostas que atendam a todas as crianças, conforme suas necessidades.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho bibliográfica, visando a busca de informações, de orientações e de dados coletados em materiais já publicados, através da pesquisa em livros, artigos científicos, dissertações, leis e documentos relevantes que contribuíram para a sua organização.

Ela tem como objetivo realizar uma revisão aprofundada da literatura sobre a inclusão e como ela acontece nos espaços escolares, sua funcionalidade e finalidade. Isto, através de leituras em teóricos, legislação e autores que discorrem sobre esta questão.

O procedimento metodológico para elaborar este artigo iniciou através de leituras na LDB, Estatuto da Pessoa com Deficiência, dentre outras leis que amparam e orientam a educação especial inclusiva. Em seguida foi-se na busca de fontes que tratam da inclusão, sua finalidade e funcionalidade, como também, leituras sobre a importância do trabalho dos professores, e o envolvimento de todos para alcançar a inclusão de verdade. Ainda, para completar a pesquisa, recorreu-se a leituras que tratavam sobre o público alvo da educação especial.

Por fim, após obter todas as informações necessárias, iniciou-se a organização e elaboração do artigo discorrendo brevemente sobre a inclusão no decorrer do tempo e sobre os processos inclusivos, na sequência sobre a legislação que ampara, orienta e assegura a educação especial e os aspectos relacionados aos alunos que têm direito a esta modalidade de ensino, a funcionalidade do AEE, e da SRM, além do trabalho dos docentes, trazendo apontamentos, desafios e possibilidades deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Frente ao estudo desenvolvido acerca da inclusão, a qual não se caracteriza em deixar os alunos no mesmo lugar apenas, e sim pensar em seu desenvolvimento integral e trabalhar suas especificidades, investigando e descobrindo as habilidades de cada um, em especial aquelas crianças com deficiências, percebe-se que ela obteve avanços na legislação, que busca discutir mais sobre os aspectos inclusivos, norteados e orientados sobre este trabalho a desenvolver.

Conforme a pesquisa, muito já evoluiu, nas escolas, no trabalho, nas formações que abordam a temática com frequência, para assim melhorar cada vez mais. Aponta-se para um trabalho articulado entre professores, com complementação e suplementação das propostas de

atividades coerentes, que atendam as necessidades de cada criança. E esta mediação, somente acontece quando o trabalho dos profissionais de apoio, segundo professores, articulam esta proposta, confirma Christo (2019), Xavier (2019), em seus estudos pesquisados.

Portanto, um dos principais resultados deste estudo revela que a educação inclusiva ainda enfrenta desafios consideráveis, onde o principal impasse é o planejar na coletividade, para articular e organizar as adaptações necessárias, pelo fato de ter tempo para parar e organizar em conjunto. Assim, também encontram-se outros desafios que precisam ser superados, em especial incluir o aluno com necessidade educativa como um sujeito de direitos iguais, ofertando as possibilidades de aprender conforme suas limitações, atendendo ao que estabelece a legislação que trata da obrigatoriedade dos atendimentos.

Contudo, sabe-se que nem sempre está em pauta, a qualidade do atendimento ao educando, muitas vezes, os alunos estão sendo colocados nas salas de aulas, sem terem atendidas as reais necessidades de acolhimento e atendimento, deixando este trabalho fragilizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo relacionado a inclusão escolar, possibilitou uma reflexão sobre a realidade para com esta modalidade de ensino. Através da pesquisa conseguiu-se ampliar os conhecimentos relacionados a verdadeira inclusão que precisa acontecer dentro das escolas, nas salas de aula, e para tornar esta ação uma realidade, se faz necessário que todos os profissionais se envolvam e busquem no coletivo promover/ planejar ações que atendam aos alunos, de acordo com suas necessidades.

Nas leituras, descobriu-se o quanto o professor de apoio, ou segundo professor é importante para promover a mediação do trabalho, articulando entre o ensino comum e o especial, adaptando, ou complementando com mais recurso e materiais, para que as crianças com necessidades educativas especiais possam participar, interagir compreender e aprender com mais facilidade.

Assim, ao abordar a inclusão, é fundamental considerar que a educação inclusiva visa promover o desenvolvimento humano de todos os seus integrantes, valorizando a participação ativa de cada um na construção de sua própria aprendizagem e identidade, favorecendo a vivência e convivência de todos no mesmo espaço, oportunizando através das experiências um aprender e crescer juntos, onde um ajuda o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, R. de C. A. A. dos; VASCONCELOS, I. C. O. de; CALIMAN, G. A colaboração entre o atendimento educacional especializado e a comunidade escolar. *Revista Intersaberes*. [S. l.], v. 16, n. 37, p. 280–305, 2021. DOI: 10.22169/revint.v16i37.1930. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1930>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho. Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, 2018/2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015. Acesso em: 10 nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 de julho de 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

CARVALHO, Tereza Cristina; COSTA, Camila Rodrigues; DIAS, Sabrina Alves. Três etapas necessárias para a realização do trabalho colaborativo na escola. *Educação on-line*, v. 13, n. 28, p. 126-144, 2018.

CHRISTO, Sandy Varela de. *Coensino/Ensino Colaborativo/Bidocência na Educação Inclusiva: Concepções, Potencialidades e Entraves no Contexto da Prática*. 108 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2019.

GRAFF, Patrícia. As práticas colaborativas na constituição de uma educação inclusiva. In: LOUREIRO, Carine Bueira; LOPES, Maura Corcini (Org.). *Inclusão, Aprendizagem e Tecnologias em Educação: pensa a educação no século XXI*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 122-129. doi: 10.31560/pimentacultural/2021.434.122-129.

LOPES, Mariana Moraes. Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9899>.

MACHADO, M. A. M. Perspetivas de famílias sobre as práticas de Intervenção Precoce na Infância: o que nos diz a literatura. *Revista Educação Especial*, 32, e26/ 1–19. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X29789>. Acesso em nov.2024.

MORAIS, Jilmar Santos de. A efetividade da sala de recursos multifuncionais no atendimento educacional especializado. 2023. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2023.

PAGLIARINI, C. D. *Educação inclusiva na educação básica: revisão bibliográfica no Brasil*. 2016. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Biológicas) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, 2016. Disponível em: [\[http://hdl.handle.net/11449/149290\]](http://hdl.handle.net/11449/149290) ([URL inválido removido] em nov. de 2024.

RAMOS, Rossana. *Inclusão na prática: Estratégias eficazes para a educação inclusiva*. 4ª ed. Revisada. Summus Editorial, 2023.

SANTA CATARINA. Lei n. 17.143, de 15 de maio de 2017. Dispõe sobre a presença do segundo professor de turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina. Florianópolis, ALESC, 2017. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17143_2017_Lei.html. Acesso em 24 nov.2024.

SILVEIRA, L. M. da; GRAFF, P.; NIEROTKA, R. L. O ‘Segundo Professor’ na Educação Básica: um olhar sobre a legislação e as pesquisas acadêmicas. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 42, p. 122-129, 2020. Acessos em 20 nov. 2024.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Eniceia Gonçalves. Formação de professores como estratégia para realização do ensino. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, Marília, SP, v. 4, n. 1, 2017. DOI: 10.36311/2358-8845.2018.v4n1.03.p19. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/7327>.. Acesso em: 22 nov. 2024.

XAVIER, Sheyla Alves. Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio à alunos com deficiência da rede municipal de ensino do Recife. / Sheyla Alves Xavier. – Recife, 2019. 156 f.

ZERBATO, AP. VILARONGA, CAR. SANTOS, JR. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Scielo, 2021.

AUTISMO E COMUNICAÇÃO
AUTISM AND COMMUNICATION
AUTISMO Y COMUNICACIÓN

Camila Lambardozi Barroso Nunes
ca_lambardozi@hotmail.com

NUNES, Camila Lambardozi Barroso. **Autismo e Comunicação**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 411 – 418, Fevereiro/2025. ISSN - 2675-5203/ 3085-654X.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Militão de Lima.

RESUMO

O presente estudo aborda a comunicação no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando sua relevância diante da crescente prevalência do transtorno e da importância de criar ambientes inclusivos que atendam às demandas comunicativas desses indivíduos. A comunicação é essencial para promover autonomia, socialização e o acesso a direitos básicos, como educação e trabalho. Este trabalho tem como objetivo principal analisar as dificuldades de comunicação enfrentadas por indivíduos com TEA, investigando estratégias e tecnologias assistivas que potencializam o desenvolvimento comunicativo e estimulem práticas inclusivas. Busca-se também promover a conscientização sobre a importância de abordagens personalizadas e interdisciplinares, valorizando a diversidade comunicativa e considerando as especificidades de cada indivíduo. A pesquisa fundamenta-se na necessidade de identificar recursos e estratégias que não apenas beneficiem os indivíduos autistas, mas também contribuam para o trabalho de familiares, educadores e profissionais de saúde, reforçando a integração e o apoio mútuo entre diferentes contextos. Além disso, a análise propõe caminhos para uma educação inclusiva e para a ampliação das oportunidades de inserção social, destacando a relevância de um suporte adequado para garantir a qualidade de vida e o pleno desenvolvimento das pessoas no espectro.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Comunicação; Inclusão.

SUMMARY

This study addresses communication in the context of Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting its relevance in light of the growing prevalence of the disorder and the importance of creating inclusive environments that meet the communicative needs of these individuals. Communication is essential to promote autonomy, socialization, and access to basic rights such as education and employment. The main objective of this work is to analyze the communication difficulties faced by individuals with ASD, investigating strategies and assistive technologies that can enhance communicative development and promote inclusive practices. It also aims to raise awareness about the importance of personalized and interdisciplinary approaches, valuing communicative diversity and considering the specificities of each individual. The research is grounded in the need to identify resources and strategies that not only benefit autistic individuals but also contribute to the work of families, educators, and healthcare professionals, strengthening integration and mutual support across different contexts. Furthermore, the analysis proposes pathways for inclusive education and the expansion of social inclusion opportunities, emphasizing the relevance of adequate support to ensure the quality of life and full development of individuals on the spectrum.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Communication; Inclusion.

RESUMEN

El presente estudio aborda la comunicación en el contexto del Trastorno del Espectro Autista (TEA), destacando su relevancia ante la creciente prevalencia del trastorno y la importancia de crear ambientes inclusivos que atiendan las necesidades comunicativas de estas personas. La comunicación es esencial para promover la autonomía, la socialización y el acceso a derechos básicos, como la educación y el trabajo. Este trabajo tiene como objetivo principal analizar las dificultades de comunicación que enfrentan las personas con TEA, investigando estrategias y tecnologías asistivas que potencien el desarrollo comunicativo y fomenten prácticas inclusivas. Además, se busca promover la concienciación sobre la importancia de enfoques personalizados e interdisciplinarios, valorando la diversidad comunicativa y considerando las especificidades de cada individuo. La investigación se basa en la necesidad de identificar recursos y estrategias que no solo beneficien a los individuos autistas, sino que también contribuyan al trabajo de familiares, educadores y profesionales de la salud, reforzando la integración y el apoyo mutuo entre diferentes contextos. Además, el análisis propone caminos para una educación inclusiva y para ampliar las oportunidades de inserción social, destacando la importancia de un apoyo adecuado para garantizar la calidad de vida y el pleno desarrollo de las personas en el espectro.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista; Comunicación; Inclusión.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por desafios em diversas áreas do desenvolvimento, especialmente na comunicação. Muitas pessoas com TEA enfrentam dificuldades em compreender e utilizar a linguagem verbal e não verbal, o que pode limitar suas interações sociais e afetar sua qualidade de vida. A relevância do tema surgiu devido a necessidade de promover práticas e estratégias que favoreçam o desenvolvimento das habilidades comunicativas e a inclusão desses indivíduos em diferentes contextos sociais e educacionais.

Justifica-se o estudo sobre a comunicação no contexto do TEA pela crescente prevalência do transtorno e pela importância de criar ambientes mais inclusivos que atendam às necessidades comunicativas dessas pessoas. A comunicação é essencial para a autonomia, a socialização e o acesso a direitos básicos, como a educação e o trabalho. Além disso, identificar recursos e estratégias pode beneficiar os indivíduos autistas, suas famílias, educadores e profissionais de saúde.

Este trabalho tem como objetivos analisar as principais dificuldades de comunicação enfrentadas por indivíduos com TEA, investigar estratégias e tecnologias assistivas que possam potencializar o desenvolvimento comunicativo e estimular práticas inclusivas. Busca-se, ainda, promover a conscientização sobre a importância de uma abordagem personalizada e interdisciplinar, que considere as particularidades de cada indivíduo no espectro e valorize sua diversidade comunicativa.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição neurodesenvolvimental que afeta as habilidades de comunicação, interação social e padrões de comportamento, apresentando variações em intensidade e manifestação. Sua origem é multifatorial, envolvendo interações complexas entre predisposições genéticas e fatores ambientais. O diagnóstico é realizado com base em critérios estabelecidos no DSM-5 ou CID-11, considerando aspectos clínicos, desenvolvimento histórico e instrumentos padronizados, sendo o diagnóstico precoce um fator determinante para intervenções eficazes (Freitas, 2022).

Entre as abordagens terapêuticas mais utilizadas, destacam-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que visa desenvolver habilidades adaptativas e reduzir comportamentos desafiadores, e a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), essencial para indivíduos com déficits severos na linguagem verbal. A integração escolar também é importante para o desenvolvimento da criança, demandando adaptações pedagógicas, apoio profissional especializado e a participação da equipe docente para assegurar o acesso à educação inclusiva (Togashi, 2014).

Souza (2017) diz que há ainda muito o que se fazer, um dos maiores desafios a serem enfrentados está relacionado ao estigma social e à desigualdade no acesso a serviços especializados. Políticas públicas que garantam diagnóstico precoce, suporte terapêutico e

formação de profissionais são essenciais para proporcionar maior qualidade de vida e inclusão social das pessoas com TEA, assegurando sua participação em diferentes contextos da sociedade.

COMPREENDENDO A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DO AUTISMO

O TEA engloba uma variedade de manifestações, que podem incluir desde atrasos no desenvolvimento da fala até dificuldades na compreensão de aspectos sociais da comunicação, como o tom de voz, expressões faciais e gestos. Essas barreiras comunicativas afetam a capacidade de interação social e, conseqüentemente, a participação dos indivíduos em diferentes contextos educacionais e sociais (Almeida, 2020).

A comunicação não verbal, composta por expressões faciais, gestos, contato visual e postura corporal, possui grande relevância nas interações humanas, mas tende a ser desafiadora para muitas pessoas com TEA. A falta de habilidades nesse domínio pode resultar em mal-entendidos, dificuldades para compreender ou iniciar interações sociais e, em alguns casos, comportamentos desafiadores que surgem como uma forma de expressar frustração ou ansiedade. Isso ressalta a importância de se considerar a comunicação como um espectro, envolvendo múltiplos elementos que vão além da fala e exigem uma abordagem integrada para o desenvolvimento de estratégias comunicativas (Rodrigues, 2020).

Freitas (2022) explica que a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) tem sido uma ferramenta essencial para indivíduos com TEA, especialmente aqueles com dificuldades severas na linguagem verbal. A CAA utiliza métodos como pranchas de comunicação, dispositivos eletrônicos e sistemas de símbolos para facilitar a expressão. A implementação de dispositivos tecnológicos assistivos tem mostrado eficácia na promoção da autonomia comunicativa, permitindo que os indivíduos compartilhem suas necessidades e participem de interações sociais. A personalização dessas ferramentas é crucial, pois a escolha do recurso deve ser adaptada às necessidades específicas de cada pessoa, levando em consideração seu nível de habilidade e preferências individuais.

Em termos de intervenções terapêuticas, abordagens como a Análise Comportamental Aplicada (ABA) e a Terapia de Integração Sensorial têm demonstrado eficácia no desenvolvimento de habilidades comunicativas. Essas terapias ajudam a melhorar tanto a receptividade quanto a expressão dos indivíduos com TEA, com foco em habilidades sociais e comportamentais. Em ambientes educacionais, essas abordagens devem ser integradas a práticas pedagógicas que promovam a inclusão e a adaptação das atividades à diversidade comunicativa, garantindo que os alunos com TEA tenham acesso a uma educação que atenda suas necessidades específicas (Souza, 2017).

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO

O ambiente familiar é o primeiro espaço de socialização e interação, e é dentro desse ambiente que a criança começa a aprender as bases da comunicação. Pais e cuidadores são os principais responsáveis por observar as primeiras manifestações comunicativas da criança, identificar possíveis dificuldades e, a partir disso, buscar intervenções precoces que possam

promover o desenvolvimento da linguagem e das habilidades sociais. A comunicação é um processo contínuo, e a família, por ser o ambiente mais próximo, oferece a base ideal para a prática e o aperfeiçoamento dessas habilidades (Togashi, 2014).

Almeida (2020) comenta que a interação constante com os pais, cuidadores e familiares mais próximos é essencial para o aprendizado da comunicação, seja verbal ou não verbal. Crianças com TEA muitas vezes enfrentam dificuldades na interação social e na expressão verbal, e o apoio da família é essencial para estimular a criança a se expressar de maneira funcional. Por exemplo, ao utilizar estratégias de comunicação alternativa e aumentativa (CAA), os familiares podem ajudar a criança a desenvolver formas de comunicação que sejam mais eficazes para suas necessidades, como o uso de pranchas de comunicação, gestos, ou dispositivos eletrônicos.

Souza, (2017), complementa dizendo que a consistência dessas estratégias no ambiente familiar, alinhada ao trabalho terapêutico, favorece a generalização e a integração das habilidades comunicativas da criança em diferentes contextos. Inclusive, o apoio emocional da família é de extrema importância para o desenvolvimento da comunicação. Pais que demonstram paciência, compreensão e motivação podem ajudar a reduzir a frustração que frequentemente acompanha as dificuldades comunicativas de crianças com TEA. A aceitação e validação das tentativas comunicativas da criança, mesmo que estas sejam não convencionais, promovem um ambiente seguro e estimulante. Esse apoio emocional é fundamental para o fortalecimento da autoestima da criança, motivando-a a continuar tentando se comunicar e a buscar novas formas de interação. Quando a família reconhece e celebra as pequenas conquistas comunicativas, como o uso de palavras, gestos ou dispositivos, ela contribui para o desenvolvimento de uma atitude positiva em relação à comunicação.

Segundo Togashi (2014), a família é a base para o desenvolvimento da comunicação de crianças com TEA, não apenas oferecendo suporte emocional e prático, mas também atuando como um modelo constante de interação. A colaboração estreita entre os familiares e os profissionais da saúde e educação é fundamental para criar um plano de intervenção, adaptado às necessidades específicas da criança. A participação ativa da família nas terapias e na implementação das estratégias comunicativas pode fazer a diferença no progresso da criança.

INTERVENÇÕES MULTIDISCIPLINARES E A COMUNICAÇÃO NO AUTISMO

As intervenções multidisciplinares são importantes para o desenvolvimento da comunicação em indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, abordando as múltiplas dificuldades que podem impactar essa habilidade. Por ser um transtorno que possui como característica principal a dificuldade de interação social e na comunicação, por isso a necessidade de se usar uma estratégia integrada que envolva diferentes áreas do conhecimento, como terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia e pedagogia. Cada uma dessas disciplinas oferece contribuições específicas que, em conjunto, promovem intervenções mais completas, com o objetivo principal de fortalecer as capacidades comunicativas, sejam elas verbais ou não verbais, além de facilitar a integração social e educacional do indivíduo (Rodrigues, 2020).

Para Almeida (2020), a fonoaudiologia se destaca por trabalhar diretamente no desenvolvimento da linguagem e da comunicação. Técnicas específicas ajudam a melhorar a articulação, a compreensão e o uso funcional da linguagem, frequentemente associadas ao uso

de ferramentas como a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA). A terapia ocupacional, por sua vez, complementa esse trabalho ao desenvolver habilidades motoras e sensoriais que são essenciais para a comunicação não verbal, como gestos, expressões faciais e contato visual. Essa integração permite que a pessoa com TEA amplie suas formas de expressão e melhore suas interações.

A psicologia visa abordar aspectos emocionais e comportamentais que afetam a comunicação. Questões como ansiedade social, dificuldades de interpretação de contextos e comportamentos desafiadores são tratadas com abordagens como a Análise Comportamental Aplicada (ABA) e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), que ajudam a reduzir barreiras emocionais e a promover habilidades sociais fundamentais. A pedagogia, por sua vez, contribui ao adaptar o ambiente educacional para promover práticas inclusivas que incentivem a comunicação e a participação ativa do aluno em atividades escolares, utilizando estratégias pedagógicas ajustadas às necessidades individuais (Freitas, 2022).

A colaboração entre essas áreas e a parceria com a família são as principais atitudes que podem garantir a eficácia das intervenções em diferentes contextos de vida. As equipes multidisciplinares atuam de forma integrada, considerando todas as nuances das necessidades do indivíduo com TEA e garantindo a consistência das estratégias adotadas (Togashi, 2014).

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo é de natureza bibliográfica, caracterizada pela análise e sistematização de materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais. Essa abordagem vem para consolidar uma base teórica sólida que permita compreender, de maneira aprofundada, os aspectos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista e ao desenvolvimento da comunicação (Silva, 2023).

Luneta e Guerra (2023) explicam que o levantamento das fontes foi realizado com base em critérios rigorosos de relevância, atualidade e credibilidade científica, priorizando materiais publicados entre 2014 e 2024. Para tanto, utilizou-se de bases de dados reconhecidas, além de legislações e diretrizes oficiais relacionadas à educação e à saúde no contexto do TEA. Esse rigor metodológico garante que a pesquisa esteja alinhada às discussões mais recentes e fundamentadas na área.

Gil (2017), complementa que a análise do material coletado seguiu um processo sistemático de leitura exploratória, seletiva e crítica, com o objetivo de identificar padrões, divergências e lacunas no conhecimento existente. Isso permitiu a construção de uma argumentação fundamentada sobre a importância das intervenções interdisciplinares e do papel ativo da família e dos profissionais no estímulo à comunicação de indivíduos com TEA. Ao adotar uma metodologia bibliográfica, o estudo privilegia a construção de uma perspectiva mais ampla e contextualizada do tema, integrando conhecimentos interdisciplinares e oferecendo subsídios teóricos para práticas futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa mostra que o desenvolvimento da comunicação em indivíduos com TEA está diretamente relacionado à aplicação de intervenções precoces e à atuação de equipes

multidisciplinares. Abordagens como a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) têm se mostrado eficazes, especialmente em casos de limitações severas na comunicação verbal, oferecendo ferramentas que ampliam a interação social e reduzem comportamentos disruptivos associados à frustração comunicativa. Além disso, estratégias que integram diferentes áreas, como fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia, apresentam maior potencial de promover avanços significativos, especialmente quando adaptadas às necessidades específicas de cada indivíduo.

A análise revelou que o envolvimento familiar é um dos pilares para o sucesso no desenvolvimento comunicativo de indivíduos com TEA. A participação ativa da família nas intervenções não apenas reforça as habilidades aprendidas durante as terapias, mas também permite a generalização dessas habilidades para o ambiente doméstico e social. Dados mostram que o treinamento de familiares para o uso de ferramentas comunicativas, como pranchas de comunicação ou dispositivos eletrônicos, contribui significativamente para a melhoria da interação cotidiana. Esse aspecto ressalta a importância de uma abordagem que vá além do ambiente clínico, promovendo a integração entre família, escola e terapias.

Outro dado relevante refere-se à detecção precoce de sinais de atraso no desenvolvimento da comunicação, que se mostra importante para o sucesso das intervenções. Estudos apontam que crianças que recebem suporte antes dos três anos de idade apresentam maior desenvolvimento na linguagem e nas habilidades sociais em comparação com aquelas que iniciam intervenções em fases mais tardias. A precocidade permite o direcionamento das estratégias, aumentando as chances de desenvolvimento comunicativo funcional.

Por fim, os dados reforçam a importância de ambientes educacionais inclusivos como promotores do desenvolvimento comunicativo de indivíduos com TEA. Escolas que adotam práticas pedagógicas adaptadas e que integram equipes interdisciplinares possibilitam não apenas o aprimoramento da comunicação, mas também a inclusão social e acadêmica. Essas instituições, ao oferecer suporte especializado e fomentar a colaboração entre profissionais e familiares, desempenham um papel fundamental na construção de um cenário mais equitativo e acessível, no qual as barreiras à comunicação sejam gradualmente superadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destaca a importância das intervenções multidisciplinares e do papel essencial da família no desenvolvimento da comunicação em indivíduos com Transtorno do Espectro Autista. As evidências apontam que práticas integradas, que combinam a atuação de profissionais de áreas como fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional e educação, são fundamentais para atender às necessidades diversificadas desses indivíduos. Tais intervenções possibilitam avanços nas habilidades comunicativas e favorecem a inclusão social, promovendo maior autonomia e qualidade de vida. A colaboração entre profissionais e familiares foi identificada como um elemento indispensável para o sucesso dessas estratégias, fortalecendo o suporte necessário para o desenvolvimento comunicativo no ambiente cotidiano.

O papel da família foi enfatizado como um dos pilares mais relevantes no processo terapêutico. Famílias que se envolvem ativamente no uso de ferramentas comunicativas, como a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), conseguem ampliar os benefícios das

intervenções realizadas em ambientes clínicos. Além disso, o ambiente doméstico, quando estruturado de forma a estimular a comunicação, permite que as habilidades aprendidas sejam generalizadas e aplicadas de maneira funcional. O treinamento e a capacitação de pais e cuidadores são, portanto, medidas indispensáveis para assegurar a continuidade das práticas e para reforçar a interação social do indivíduo com TEA.

No entanto, o estudo também revelou desafios relacionados à desigualdade no acesso a serviços especializados. A carência de infraestrutura e a limitação de profissionais qualificados em algumas regiões dificultam a implementação de estratégias eficazes de desenvolvimento comunicativo. Esses obstáculos evidenciam a necessidade de políticas públicas que não apenas ampliem o acesso a terapias especializadas, mas também promovam a equidade no atendimento a indivíduos com TEA. Iniciativas voltadas para a formação de profissionais e para a disponibilização de recursos acessíveis são fundamentais para superar as barreiras estruturais que ainda comprometem os resultados esperados.

O papel das instituições educacionais na promoção da inclusão foi identificado como um dos principais componentes. Escolas que adotam práticas pedagógicas adaptadas e trabalham em conjunto com equipes interdisciplinares proporcionam um ambiente propício ao desenvolvimento comunicativo e social dos estudantes com TEA. A integração de família, escola e terapias é uma estratégia que favorece a superação de limitações impostas pelo transtorno, promovendo o respeito à diversidade e o reconhecimento do potencial individual. A construção de uma sociedade mais inclusiva depende diretamente de ações que considerem a comunicação como um direito fundamental e um meio indispensável para a plena participação social de todos os indivíduos.

Finalizando elencando que a implementação de programas de intervenção precoce é um fator determinante para o sucesso no desenvolvimento da comunicação em indivíduos com TEA. A identificação e o início das terapias desde os primeiros anos de vida podem proporcionar ganhos nas habilidades comunicativas e no desenvolvimento global da criança. A intervenção precoce, aliada a um acompanhamento contínuo e a uma abordagem personalizada, contribui para a minimização das dificuldades de comunicação e facilita a adaptação às interações sociais e educativas. Nesse sentido, a promoção de políticas públicas que incentivem a detecção precoce e o acesso imediato a programas terapêuticos é essencial para maximizar o potencial de cada indivíduo com TEA e promover sua inclusão plena na sociedade. A colaboração entre saúde, educação e família torna-se, portanto, uma estratégia eficaz para garantir que as necessidades comunicativas dos indivíduos com TEA sejam atendidas de maneira integral e contínua, possibilitando-lhes alcançar uma vida mais autônoma e participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. L.. A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003180896>. Acesso em:01 dez. 2024.
- FREITAS, G. S. O autismo e o direito à educação. *Revista Direito & Consciência*, v. 01, n. 01, julho, 2022.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 10°. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LUNETTA, A. D.; GUERRA, R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. *Revista OWL (OWL Journal) -Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação*, 2023.
- RODRIGUES, Paloma Roberta Euzebio; GOMES, Claudia. Educação inclusiva: refletindo sobre a relação escola-família. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 8, p. 57548- 57564, 2020.
- SILVA, R. A. *Metodologia da pesquisa: da ideia à prática*. Curitiba: Editora Positivo.2023.
- SOUZA, R. M.. O impacto do diagnóstico de autismo na dinâmica familiar. *Revista Brasileira de Neuropsicologia*, 13(3), 128-136. 2017.
- TOGASHI, C. M. A Comunicação alternativa e ampliada e suas contribuições para o processo de inclusão de um aluno com transtorno do espectro do autismo com distúrbios na comunicação 2014. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Publicação Mensal da INTEGRALIZE

Aceitam-se permutas com outros periódicos.

Para obter exemplares da Revista impressa, entre em contato com a Editora Integralize pelo (48) 99175-3510

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande,

CEP 88032-005.

Contato: (49) 99176-6732

<https://www.iiscientific.com>